

A verdade é revolucionária:



testemunhos e
memórias de
psicólogas e
psicólogos
sobre a
ditadura
civil-militar
brasileira
(1964-1985)



Conselho
Federal de
Psicologia

Conselhos
Regionais de
Psicologia



A verdade é revolucionária:



A verdade é revolucionária:
testemunhos e memórias de psicólogas
e psicólogos sobre a ditadura
civil-militar brasileira (1964-1985)



Brasília, novembro de 2013

testemunhos e
memórias de
psicólogas e
psicólogos
sobre a
ditadura
civil-militar
brasileira
(1964-1985)





A verdade é revolucionária: testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)

Brasília, novembro de 2013

ORGANIZAÇÃO:

Conselho Federal de Psicologia - CFP
Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP

REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS:

Conselhos Regionais de Psicologia
Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos Regionais de Psicologia

APOIO:

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo

Projeto Gráfico e Capa – Liberdade de Expressão - Alessandro Santanna
Diagramação – Liberdade de Expressão - Fabrício Martins
Revisão – Liberdade de Expressão - Ana Cristina Paixão

Conselho Federal de Psicologia

Coordenação Geral - Yvone Magalhães Duarte

Coordenadora de Relações Institucionais - Jerusa Ataíde Nalini
Vasconcelos

Chefe de Relações com Instituições Públicas - Adriana Lilian Nunes de
Queiroz

Chefe de Relações com a Sociedade - Danielle Coenga-Oliveira
Analista técnico - Luiz Felipe Pereira

Coordenação de Comunicação - Fernanda Araújo Mendes

Nesta publicação:

Edição de textos e edição geral - Priscila D. Carvalho

Assistência Editorial - Flávia Inhaê Medeiros de Carvalho Silva e André
Martins de Almeida.

Fotos da capa: Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da
República/Arquivo Nacional

Direitos para esta edição – Conselho Federal de Psicologia: SAF/SUL Quadra
2, Bloco B, Edifício Via Office, térreo, sala 104, 70070-600, Brasília-DF
(61) 2109-0107/www.cfp.org.br

Impresso no Brasil – Novembro de 2013

Catálogo na publicação Biblioteca Miguel Cervantes
Fundação Biblioteca Nacional

Conselho Federal de Psicologia

A VERDADE É REVOLUCIONÁRIA: Testemunhos e memórias de psicólogas e
psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). - Brasília: CFP,
2013.

700p.

ISBN: 978-85-89208-60-4

1. Psicologia 2. Direitos Humanos 3. História 4. Ditadura Militar
I. Título. BF76

Plenário responsável pela publicação

Conselho Federal de Psicologia

XV Plenário – Gestão 2011-2013

DIRETORIA

Aluizio Lopes de Brito – Presidente em exercício

Humberto Cota Verona – Presidente licenciado

Monalisa Nascimento dos Santos Barros – Tesoureira

Deise Maria do Nascimento – Secretária

CONSELHEIRAS EFETIVAS

Clara Goldman Ribemboim

Ana Luiza de Souza Castro

Secretária Região Sul

Flávia Cristina Silveira Lemos

Secretária Região Norte

Heloiza Helena Mendonça A. Massanaro

Secretária Região Centro-Oeste

Marilda Castelar

Secretária Região Nordeste

Marilene Proença Rebello de Souza

Secretária Região Sudeste

CONSELHEIROS SUPLENTE

Celso Francisco Tondin

Henrique José Leal Ferreira Rodrigues

Roseli Goffman

Sandra Maria Francisco de Amorim

Tânia Suely Azevedo Brasileiro

PSICÓLOGAS CONVIDADAS

Angela Maria Pires Caniato

Márcia Mansur Saadallah

CONSELHEIRA RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO

Ana Luiza de Souza Castro



**Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho
Federal de Psicologia**

Pedro Paulo Bicalho – Coordenador

Ana Luiza de Souza Castro

Anna Paula Uziel

Eliana Olinda Alves

Maria Auxiliadora Arantes – Dodora

Maria Lúcia Silva

Nelson Gomes Junior

Paulo Maldos

Rosemeire Aparecida da Silva



DEDICATÓRIA

A Marilena Villas Boas Pinto, estudante de Psicologia na Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro.

A Iara Iavelberg, psicóloga graduada pela Universidade de São Paulo.

A Aurora Maria Nascimento Furtado, estudante de Psicologia na Universidade de São Paulo.

A Pauline Philippe Reichstul, nascida em Praga, psicóloga graduada em Genebra.

A Liliana Inés Goldemberg, estudante de Psicologia na Universidade de Buenos Aires.

Marilena, Iara, Aurora, Pauline e Liliana foram torturadas antes de serem mortas pela ditadura civil-militar brasileira.

Cinco mulheres a quem dedicamos este livro.



Somos os nossos discursos, que produzem verdades e instituem nossos modos de existir. Verdades atravessadas pelas histórias que vão sendo contadas. Histórias que produzem presente. Presente produtor de modos de ser, estar, saber e viver no mundo.

Histórias que produzem e transformam, que tornam necessário desviar os olhos dos “objetos naturais” para perceber as práticas, bem-datadas, que produzem as políticas públicas, as políticas de direitos humanos, as políticas de subjetivação. A história é, sobretudo, um trabalho que não é tomado apenas por um método, mas também por uma política do presente que potencializa outras possibilidades de pensar, por considerar a história por meio de suas práticas, de um não esvaziamento de suas forças transformadoras.

Que as verdades contadas, aqui, como memórias e testemunhos, sejam potentes para reescrevermos nossa história. De um passado não tão distante e que, por vezes, coloca-se como presente.

Somos todos afetados pela ditadura e nossas memórias não podem ser silenciadas. O testemunho traz para o campo do discurso aquilo que é da ordem do inenarrável, em uma ação que transforma sofrimentos individuais em vivências coletivas.

Apresentamos, aqui, testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos de todo o país. Testemunhos historicamente marcados por interdições, medos, imobilizações e isolamentos. As Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia, neste

trabalho, fazem dessas memórias potência de falas, seguranças, mobilizações e vínculos.

Que este se junte a outros projetos coletivos para se avaliar e repensar o país.

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho

Coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos
do Conselho Federal de Psicologia

ACRE

25 MARIA JULIETA SALGADO NOBREGA

AMAZONAS

31 ROSELY MUNIZ

BAHIA

41 DORA TEIXEIRA DIAMANTINO

53 JOSÉ ÁLVARO FONSECA GOMES

59 MARCUS VINÍCIUS OLIVEIRA

79 RACHEL MENDES DE CARVALHO LIMA

DISTRITO FEDERAL

87 IZANILDE MENEZES OLIVEIRA DE SOUZA

ESPÍRITO SANTO

91 FERNANDO SCHUBERT

101 PAULA JENAÍNA COSTA

MATO GROSSO DO SUL

107 ENEIDA GONÇALVES

MINAS GERAIS

113 ÂNGELA ANTUNES

117 ÂNGELA FERNANDES

123 EMELY VIEIRA SALAZAR

137 JESUS SANTIAGO

149 MÁRCIA DE SOUZA MEZÊNCIO

159 MARCOS GOURSAND DE ARAÚJO

167 MARCOS VIEIRA

183 SANDRA ATHAYDE SILVA

189 SELMA CORDEIRO DE ANDRADE

PARÁ

- 201 ANA CLEIDE MOREIRA
209 JUREUDA DUARTE GUERRA
215 MARIA EUNICE GUEDES

PARAÍBA

- 227 GENARO IENO
235 MARIA DE NAZARÉ TAVARES ZENAIDE
249 VANDERLEI AMADO

PERNAMBUCO

- 263 MARIA DE FÁTIMA ALENCAR DINIZ

PIAUI

- 275 CLÁUDIA MOITA

RIO GRANDE DO SUL

- 281 FERNANDA BASSANI
289 MARIA LUIZA CASTILHOS FLORES CRUZ
301 PEDRINHO GUARESCHI
315 THAÍS FERREIRA CORNELY

RONDÔNIA

- 331 ELISABETE CHRISTOFOLETTI

RORAIMA

- 341 DENISE SOCORRO RODRIGUES FIGUEIREDO

SÃO PAULO

- 349 AGEU LISBOA , IANE MELOTTI E REGINA TRICOLI
375 ANA PERWIN FRAIMAN
397 ANGELA CANIATO
411 CAROLINA SOMBINI
419 ELZITA PIMENTA

SUMÁRIO

435	HUGO ODDONE
451	IARA BEGA
461	ISABEL PIRAGIBE
477	JOÃO MOUSINHO
491	JOSÉ DALMO RIBEIRO RIBAS
509	LÚCIA SALVIA COELHO
533	LUIZ CELSO MANÇO
559	MARIA AUXILIADORA DE ALMEIDA CUNHA ARANTES
591	MARIA CELESTE FRANCISCO
597	MARIA LUIZA SANTA CRUZ
607	MARIA SUELI CORREA
627	MARILDE NOVELLI
637	PATRÍCIA NOLASCO
653	RACHEL MORENO
669	ROSANA GASPAR
675	SÉRGIO LEITE
687	THEREZINHA CAMPANILLO FERRAZ



Este livro reúne testemunhos de psicólogas e de psicólogos que, de diversas maneiras, tiveram suas vidas atravessadas pela ditadura civil-militar imposta ao Brasil entre 1964 e 1985.

Convidados pelos Conselhos Regionais, estes homens e mulheres se dispuseram a expor memórias por vezes sofridas, por vezes profundas, por vezes cômicas, por vezes guardadas durante anos a fio. Pelos relatos, fica evidente que os reflexos daquele período nas experiências pessoais e profissionais se prolongaram por décadas e, não raro, estão presentes até os dias atuais.

Os testemunhos atravessam gênero, geração, classe social. Foram-nos oferecidos por psicólogas e psicólogos que nos contam experiências como estudantes, professores, trabalhadores e trabalhadoras, operários e operárias, migrantes, filhos e filhas.

A força deste trabalho está na diversidade das histórias aqui reunidas. Há falas de militantes engajados na luta contra a ditadura. Há falas de pessoas que eram muito jovens naquela época, mas que aos poucos foram entendendo o que se passava no país ao longo de duas décadas. Há relatos de filhas e filhos de militantes que observam como a ditadura impactou a vida de seus pais e as suas próprias escolhas. Há falas de pessoas que optaram por não se engajar, mas se mantiveram atentas aos rumos políticos do Brasil. Há relatos de psicólogas e psicólogos que atenderam a homens e mulheres presos e torturados. Há histórias, muitas histórias, interessantíssimas, desse período que apenas começamos a desvelar.

Dentre as inúmeras formas que poderíamos ter organizado esta publicação, optamos por apresentar os testemunhos a partir do estado brasileiro onde foram realizados. Com isso, perdemos a chance de organizar o livro, por exemplo, a

partir de quem esteve envolvido diretamente na resistência à ditadura, de quem vivenciou os impactos desse período em sua vida pessoal e de quem viveu as suas consequências profissionalmente. Sabemos, portanto, que outros recortes são possíveis para adentrar nesse rico conjunto de memórias e esperamos que os leitores aventurem-se nesse ordenamento e reordenamento dos fatos, traçando as inúmeras relações possíveis entre eles.

O conteúdo das entrevistas varia segundo o Conselho Regional, pois coube a eles definir as questões e o formato da conversa a partir das linhas gerais acordadas entre as Comissões Nacional e Regionais de Direitos Humanos dos Conselhos de Psicologia. Ainda que editadas com o objetivo de conferir fluidez à leitura, as entrevistas mantêm traços de oralidade. Por vezes, faltam sobrenomes, por vezes, há trechos confusos ou mesmo contraditórios. O leitor certamente não deixará de notar esses traços, que, em nosso entender, respeitam a origem oral dos relatos. São, de fato, memórias difíceis de tempos complexos.

Assim como o conteúdo dos testemunhos, é diverso o formato dos depoimentos que compõem este livro. Há entrevistas, relatos escritos, textos proferidos em um seminário. Todos eles são frutos do longo processo de construção desta publicação.

A CONSTRUÇÃO DO LIVRO

O debate sobre os efeitos do período da ditadura civil-militar brasileira (e suas repercussões na construção da memória nacional) ganhou força na agenda do país nos últimos anos, culminando na criação Comissão Nacional da Verdade (e das respectivas Comissões Regionais).

O Sistema Conselhos de Psicologia, por meio da Comissão Nacional de Direitos Humanos e das Comissões Regionais de Direitos Humanos, vinha refletindo e questionando o papel da Psicologia nesse contexto, seja por meio dos instrumentos psicológicos utilizados por torturadores durante o período, seja na resistência de muitos psicólogos, em prol da reconstrução de um Estado democrático.

Decidida a contribuir com esse processo, a Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia reuniu-se, em Brasília, com as Comissões Regionais de Direitos Humanos a fim de elaborar uma estratégia coletiva. Ao final daquele dia de 2012, um integrante de cada Conselho Regional retornou ao seu estado com a tarefa de localizar pessoas interessadas em compartilhar suas memórias desse (ainda) obscuro período da história nacional, partindo do princípio de que somos todos afetados pela ditadura: os atingidos diretamente pelas torturas, os que foram humilhados por memórias “que não ousam dizer seus nomes”, os torturados por histórias não contadas, que se atualizam em um presente que insiste em emergir em forma de violência urbana e cotidiana.

A segunda etapa do projeto culminou na Oficina “Psicologia e Direito à Memória e à Verdade”, em janeiro de 2013, idealizada e coordenada por Janne Calhau Mourão e Tania Kolker, da Equipe Clínico-Política do Rio de Janeiro. A oficina problematizou os efeitos da violência institucionalizada na subjetividade, na história e na cultura do país, entendendo a memória como um processo ativo e contínuo de construção e reconstrução do passado.

Decidiu-se, naquele momento, fazer uma publicação. A metodologia a ser adotada para a construção da publicação foi tema de intenso debate no grupo. A diversidade do Sistema Conselhos de Psicologia e do material coletado

não permitia metodologias atravessadas por rígidas formulações, sob pena de comprometer a riqueza do conteúdo dos inúmeros relatos. Entendemos que o testemunho traz para o campo do discurso aquilo que é da ordem do inenarrável e que a escuta é uma intervenção: de quem fala e de quem ouve.

A partir desse momento, os Conselhos Regionais realizaram chamadas públicas, por meio de suas páginas na internet, jornais e boletins, convidando psicólogas e psicólogos com vivências e memórias do período da ditadura civil-militar brasileira a conceder depoimentos – em forma de entrevista ou em forma escrita. Outros Regionais enviaram cartas para profissionais que se formaram até 1985. Outros, ainda, fizeram convites a profissionais cujo engajamento na resistência à ditadura é notório.

Nos testemunhos – sobretudo naqueles das pessoas que estiveram próximas ou diretamente envolvidas em episódios de prisão, tortura e violência – emerge a necessidade de validação, reconhecimento, releitura e valorização das experiências pela sociedade brasileira, como forma de reparação possível à dor e ao sofrimento.

Não basta falar, é preciso ter quem ouça. Quando escutamos, nós nos tornamos testemunhas. Portadores, portanto, de uma memória. Tal ação se constitui como reparadora, pois transforma sofrimentos individuais em vivências coletivas.

Escutemos, para que nossas memórias possam emergir do íntimo silêncio e, ao se mostrar à sociedade, tornem-se memórias compartilhadas.

A verdade é revolucionária:



Acre

A verdade é revolucionária:

testemunhos e memórias de psicólogos
e psicólogas sobre a ditadura civil-militar
brasileira (1964-1985)



testemunhos e
memórias de
psicólogas e
psicólogos
sobre a
ditadura
civil-militar
brasileira
(1964-1985)

EQUIPE TÉCNICA DO CRP-20:

- Nivya Kellen de Castro Valente, presidente da Comissão de Direitos Humanos do CRP-20, entrevistadora
- Ludyane Neves, psicóloga-fiscal do CRP-20
- Vanessa Miranda, técnica pesquisadora do CREPOP/CRP-20
- Clóvis Castro Coelho, estagiário do CREPOP
- Cleison Fernandes de Souza, técnico administrativo do CRP-20
- Ricardo de Castro Costa, colaborador voluntário na transcrição da entrevista.

CRP-20 (Seção Acre):

- Régis Albuquerque Henrique, psicólogo do CRP-20, Seção Acre, entrevistador
- Cleonilda Vizu, técnica administrativa CRP-20, Seção Acre

MARIA JULIETA SALGADO NOBREGA

Depoimento escrito encaminhado para a Seção do Acre (AC) do Conselho Regional de Psicologia da 20ª Região.

Começo em 1958, quando, aos 13 anos, aluna do Instituto de Educação Fernão Dias Paes, em São Paulo, iniciei minha ação cidadã integrando o movimento Ação Popular, um grupo empenhado em constituir grêmios estudantis nas escolas secundárias, dando voz aos estudantes. Estimulávamos a construção da participação democrática dos estudantes na conquista do direito à palavra na Educação.

Havia muito entusiasmo, muito trabalho e reuniões entre os estudantes para definir posições para compor com a equipe dos professores. Nesse tempo de militância política, a única grande decepção aconteceu quando fui designada para fazer uma palestra a respeito da importância da existência de grêmios estudantis na escola para a formação da cidadania dos estudantes no exercício democrático. Essa fala se deu em um tradicional colégio de freiras em São Paulo. As freiras me ouviram em completo silêncio e, quando me coloquei à disposição para perguntas, a única fala que ouvi foi a de uma freira jovem comentando com a colega que estava ao seu lado: “E não é que ela é inteligente?”. Senti-me vítima de um olhar de preconceito de classe social em que estava implícito na ideia: “Como esta estudante de escola pública pode argumentar?”. Senti o impacto da postura classista.

Em 1964, iniciei o curso de Psicologia na USP. Nessa época, as Faculdades de Filosofia, Antropologia, Física, Letras, Matemática, Psicologia da USP ficavam no prédio da Rua Maria Antônia, assim, era só ir de uma sala para outra para assistir aulas em outros cursos. Esse prédio fica quase na esquina com a Avenida Consolação e ao lado do Mackenzie, tradicional universidade de direita.

Na USP, o impacto do golpe militar e da ditadura intensificou as discussões políticas - os alunos eram chamados a tomar posição. A Ação Popular (AP) era o grupo emergente e o Partido Comunista (PC), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) tinham programas políticos já bem

definidos - passeatas de denúncia dos atos da ditadura, especialmente da restrição à liberdade constitucional; convocação dos estudantes para debates no centro acadêmico; cursinho do grêmio, com ótimos professores, alunos politizados, que, ao mesmo tempo, ensinavam muito bem. Eles instigavam os que pretendiam fazer faculdade a atentar para sua responsabilidade enquanto cidadãos no sentido de lutar pela redemocratização do Brasil.

Os estudantes, os mais engajados, os melhores, sentiam a responsabilidade de assumir uma posição política e lutar por ela. Particpei da luta, porém, assisti aos horrores que se intensificaram a partir de 66, dois anos após eu ter iniciado o curso de Psicologia. Nesse período, fiz, com colegas, um trabalho de alfabetização de adultos pelo método Paulo Freire, em Peruíbe, São Paulo. Também levei filmes que instigavam o aumento da consciência social e da participação política para favorecer debates no sindicato de trabalhadores no bairro paulistano de Perus.

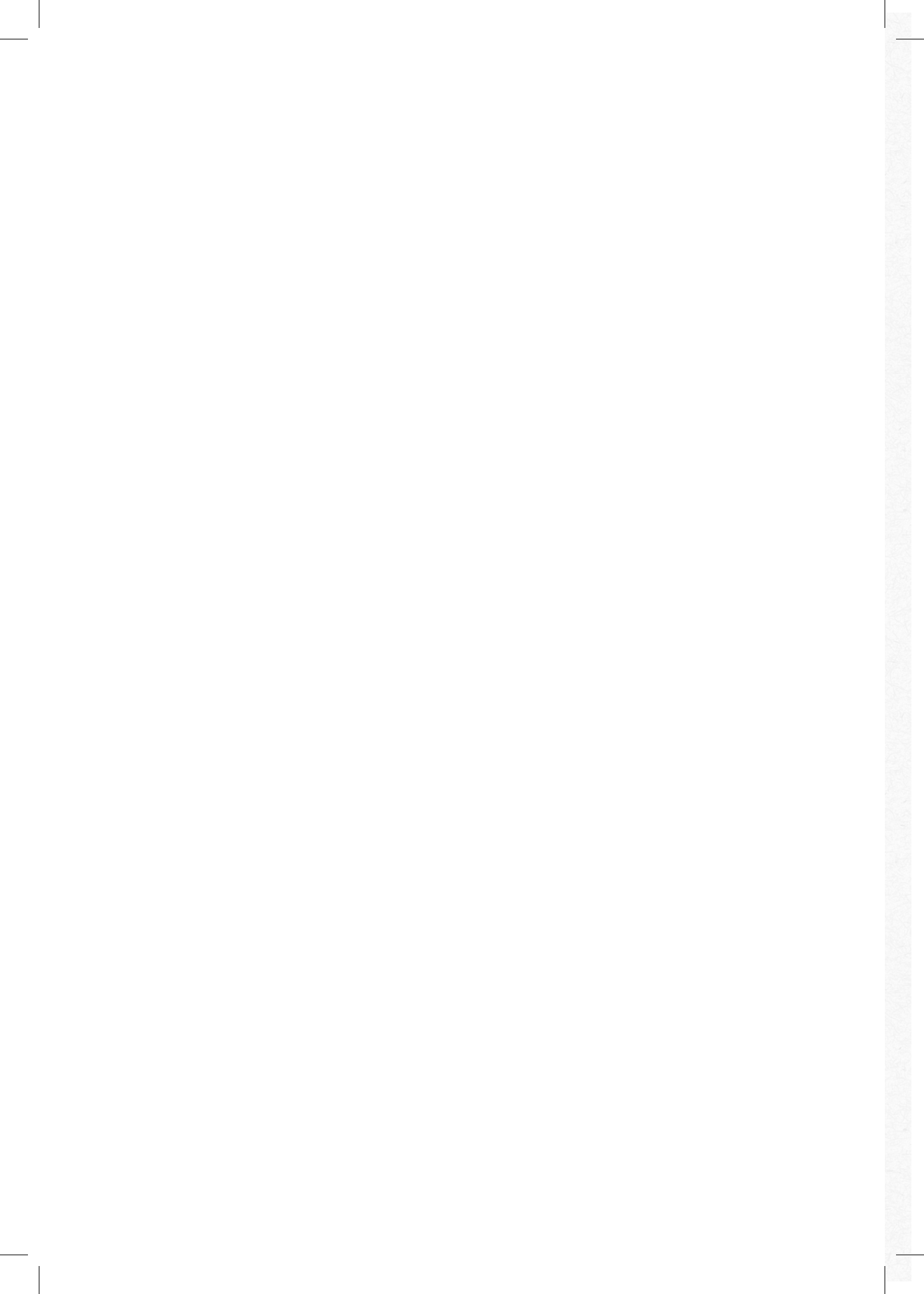
Muitos de meus colegas universitários se inflamaram com as ideias revolucionárias, partindo não somente para as ações de denúncia em passeatas, mas também para a organização de grupos de possível luta armada, a fim de tomar o poder para realizar as reformas necessárias e construir uma real democracia, de todo o povo. De um lado, havia estudantes em busca de realizar uma revolução e uma transformação social, mas com pouca base da grande massa desprivilegiada. De outro, uma ditadura brutal, violentando, torturando, matando esses idealistas de uma sociedade mais justa. A violência do poder estabelecido precipitava posições mais radicais por parte dos estudantes, as quais eram alicerçadas em programas políticos de uma esquerda importada. Na época da radicalização das perseguições - torturas e execuções -, já em 69, aqueles que tinham condições de sair do país salvaram suas vidas. Porém, a maioria sofreu graves traumas em brutais situações de torturas que visavam às partes sexuais dos corpos das mulheres com choques e, para os homens era usado o pau de arara, que expunha seus órgãos sexuais à ameaça da castração.

Passei pelos horrores da tortura ouvindo amigas de faculdade que tinham sido torturadas e estavam em choque. Além disso, nos corredores do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e na cela em que fiquei presa por alguns dias, vi jovens “alienados” pelos pátios, ouvi os gritos e gemidos de dor dos que estavam sendo torturados na cela ao lado. A mim, que só participei de trabalhos de educação, expuseram a tortura psicológica.

Mas ainda não passei, rapidamente, por toda a história dos meus anos de estudante de graduação e pós-graduação em Psicologia na USP. No último ano da graduação, 1969, minha querida irmã, Ligia Maria Salgado Nobrega, na época, estudante de primeiro ano de Pedagogia também na USP, passou a fugir dos torturadores da ditadura com um grupo da Polop, o qual pediu emprestado o carro que ela dirigia e o usou para mudar um “aparelho”. Como o carro foi capturado pela polícia e havia armas dentro, os próprios integrantes do grupo revolucionário disseram que tinham “lugar seguro” para protegê-la de ser encontrada pelos torturadores do DOPS. Bem, essa moça de dezoito anos, ainda em busca de seus ideais e, realmente, com muitas qualidades de personalidade e intelectuais, foi morta pela ditadura cerca de dois anos depois, em um cerco que fizeram a uma casa no Rio de Janeiro.

Quando foi noticiada essa chacina, só pudemos recuperar seu corpo para um enterro digno graças ao trabalho judicial de um tio advogado e à dor indescritível de meu irmão médico, Francisco Gorgonio da Nobrega, de quem exigiram fazer a autópsia para liberação do corpo. Meu pai, Gorgonio Nobrega, morreu menos de um ano depois. Mamãe, Naly Ruth Salgado Nobrega, passou por um profundo estado depressivo. A irmã caçula preferiu viver em outro país.

A luta pela queda da ditadura e pela reconstrução da democracia no Brasil incluiu muitos jovens mártires, que tiveram suas vidas ceifadas precocemente. Que as novas gerações, pela quebra dos preconceitos, pela luta pelos direitos de todos e pelo respeito à diferença, honrem a memória desses heróis, trabalhando pela efetivação de uma real democracia em nosso país.



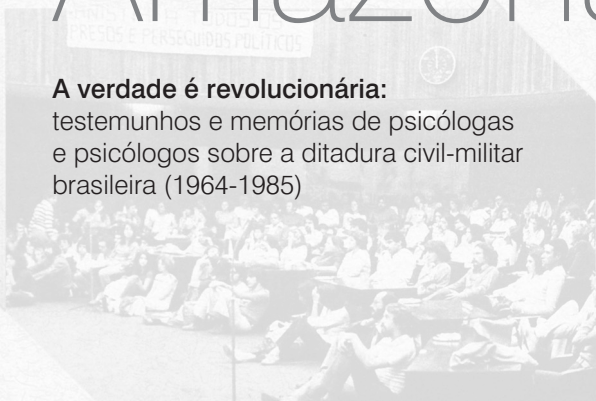
A verdade é revolucionária:



Amazonas

A verdade é revolucionária:

testemunhos e memórias de psicólogas
e psicólogos sobre a ditadura civil-militar
brasileira (1964-1985)



testemunhos e
memórias de
psicólogas e
psicólogos
sobre a
ditadura
civil-militar
brasileira
(1964-1985)



Conselho
Federal de
Psicologia

Conselhos
Regionais de
Psicologia

EQUIPE TÉCNICA DO CRP-20:

- Nivya Kellen de Castro Valente, presidente da Comissão de Direitos Humanos do CRP-20, entrevistadora
- Ludyane Neves, psicóloga-fiscal do CRP-20
- Vanessa Miranda, técnica pesquisadora do CREPOP/CRP-20
- Clóvis Castro Coelho, estagiário do CREPOP
- Cleison Fernandes de Souza, técnico administrativo do CRP-20
- Ricardo de Castro Costa, colaborador voluntário na transcrição da entrevista.

ROSELY MUNIZ

Entrevista concedida à Seção Amazonas (AM) do Conselho Regional de Psicologia da 20ª Região.

O golpe de Estado foi em 1964 e durou 20 anos, mas cada história faz parte de uma pessoa. No meu caso, é uma história assim: minha infância foi em Maués (AM), cidade do guaraná, uma vida estável, feliz. De repente, um dia, minha mãe começa a ficar agitada e eu, menina, 13 anos, agitada. Criança não tem muita noção do que está se passando. Naquela correria, para cá e para lá, minha mãe diz: “Vamos para Manaus”. Ela dizia: “Os homens de farda estão perseguindo”. Eles estavam perseguindo meu padrasto, o marido dela. Lembro desse diálogo:

– Mas que homens de farda, mamãe?

– Militares - ela respondeu.

– Mas é a polícia? - perguntei.

– Não, minha filha, não é. São os homens que assumiram, é um golpe que está havendo.

Nem ela sabia explicar, foi um momento difícil de sua vida. Eu era a irmã mais velha. Havia também outros dois irmãos e duas irmãs que eram bem pequenos, filhos do meu padrasto.

Naquele momento, como criança, sabia que estava acontecendo alguma coisa, mas não tinha a dimensão do que aquilo significava. Desculpe se eu ficar emocionada. Então, minha mãe e meu padrasto vieram fugidos para Manaus. Pegaram as crianças, abandonaram a casa, porque queriam prendê-lo mesmo. Havia os políticos chamados Esteves, a família Esteves, até hoje muito conhecida em Maués. Meu padrasto trabalhava para eles como segurança e eles o chamavam para resolver tudo. O nome do meu padrasto era Elpídio, chamavam-no de Pidó. Tudo era “chama o Pidó”.

Ele não era só um segurança, ele era capanga, era ele que colocava a cara, que intimidava os adversários, o testa de ferro e sobrou para ele, porque, naturalmente, essas pessoas com dinheiro e importantes não se expunham. Eu penso que foi assim, para ele sair desse jeito. Na época, aconteceu isso com outras pessoas, não muitas, mas com as mais atuantes.

Quando viemos para Manaus, foi como chamam hoje: “roda de batidas”, “puxando a cachorrinha”. Só fui entender quando eu completei 15 anos, porque eu ia me matricular nos colégios e me aceitavam porque eu era assim muito, digamos, precisa. Só que me diziam que eu não poderia fazer o exame final para passar para a outra série porque a minha transferência não tinha vindo. Então, eu cobrava da minha mãe. Aqui, as idas e vindas são em barcos, os motores, e toda a comunicação na época era muito precária. Ela ia no motor, pedia para o comandante para entregar sua carta, seu pedido, para parentes em Maués. Ela não podia voltar para lá porque seria, digamos, uma isca do próprio marido, e não vinha a transferência para comprovar que eu estudei. Isso criou muito atraso na minha vida, fiz 20 anos e ela não vinha.

O certificado de curso já está velho, eu guardo até hoje. É do Colégio Municipal de Maués, está tudinho nele. A transferência era outro documento. O certificado de curso diz que eu tinha feito o primário. Porque, na minha época, tinha o 5º ano e a admissão, que era como um vestibular para ir para o ginásio, agora chamam de Ensino Fundamental.

Estudei em Maués, no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e no Colégio Estadual Santina Felizola, onde fiz o exame de admissão. Alguma coisa estava acontecendo para a Secretaria de Educação não mandar a transferência. Não posso dizer se era alguém, mas as pessoas diziam que davam entrada no pedido. Tudo leva a crer que o documento não vinha porque havia alguma coisa com meu padrasto.

Depois de morar em uma casa confortável, ter uma vida estável, minha mãe ora morava no centro ora no bairro, ora em uma instância, ora em uma vila, uma coisa de louco. Olha, isso mexe com a sua cabeça. De repente, eu me perguntava “cadê meu quarto, cadê aquele conforto?”. Nós vivíamos em um quarto com todo mundo junto. Assim foi passando o tempo e eu ficava muito triste, perguntava se não podia ir lá pegar a transferência.

Hoje, como psicóloga, eu sei que era uma depressão. As pessoas me convidavam para sair e eu não ia. Ficava tristonha, ficava quase jogada na casa da minha tia, na Avenida Getúlio Vargas. Mamãe ia com

as crianças para outros lugares, para que, na cidade, pudesse dar um jeito de sobreviver.

Meu padrasto ficou fugido por muito tempo, foi para Tefé, foi para vários lugares e a minha mãe ficou. Ele ia para esses interiores bem longínquos, de lá o dinheiro vinha nos motores e mamãe ia pegar. Avisavam na casa da minha tia, nunca onde mamãe estava porque nunca sabiam. A casa da minha tia era um ponto de referência na Getúlio Vargas – a casa da Vivi Verçosa. Então, chegava uma pessoa lá, batia e dizia: “Olha, tem um recado para sua irmã para pegar uma encomenda no motor tal”. Minha mãe ia e perguntava onde estava o Elpídio e eles nunca diziam. Ele tinha pavor de ser pego, ser preso, simplesmente porque ele trabalhava para esses políticos. E também, quando começou essa perseguição, eu acho que ele andou falando muita coisa. Quis ser valente, é isso.

Nessa época em que eu estava aqui em Manaus, tinha 15, 16 anos, já tinha entendimento de que ele sofria perseguição. O entendimento foi a a partir do momento em que minha mãe começou a se arrumar e ir embora. Mas não sabia a dimensão do que era uma ditadura. Claro que não, eu achava até que era alguma coisa relacionada à polícia da cidade. Eu dizia: “Ai, será que ele fez alguma coisa?”.

Como sem a transferência eu não podia fazer o exame de admissão para o ginásio, um dia minha tia chegou e falou: “Olha não faça isso, porque não vai adiantar nada. Procura um trabalho e vai se empregar”. Mas quem iria me empregar? Eu não tinha nem 15 anos. Minha vida, minha família, que tinham estrutura, ficaram desestruturadas. Não tinha mais como ter um “seguir” sem problemas, a coisa foi mudando, a área financeira já não era a mesma, eu ia procurar um emprego e muitos não queriam me dar, isso se não quisessem me aliciar. Não chegaram a fazer isso porque eu impedi. Eu ia procurar emprego e a pessoa pedia documento, depois perguntavam se a minha mãe poderia ir até lá e chegaram a me dizer para ir à noitinha, às cinco da tarde, sozinha. Eu fui a três lugares na Marechal Deodoro e me disseram: “Entre aqui”. Eu disse: “Não vou entrar, você está sozinho com uma porta meio aberta”.

Eu sempre fui muito atenta. Um chegou a dizer: “Vou te dar um emprego, mas a coisa é assim e assim”.

O Estado não podia empregar, a não ser se você fosse maior de idade, mas, em se tratando das amizades do meu avô e da minha avó, chegou o Dr. Deodato de Miranda Leão, de uma família muito conhecida no estado. O pai dele era deputado, os dois já são falecidos. Ele era superintendente da Secretaria de Saúde. Fui lá e ele disse: “Oh, minha filhinha. Entra! Eu já estou ficando velho e você está muito grande. Está estudando?”. Eu fiquei paralisada e falei: “Não”. Ele quis saber porquê e, depois da explicação, disse: “Mas que coisa!”. Ele ficou em um momento de silêncio, não podia falar muita coisa. Disse para eu voltar no dia seguinte, que ele providenciaria minha carteira de trabalho. Ele me empregou, talvez como estagiária, não sei o que ele me arranjou, porque eu não tinha 18 anos, mas eu fui para a Secretaria de Saúde e depois fui para vários lugares na secretaria de Saúde e terminei no Departamento de Trânsito (Detran). Fui uma das primeiras mulheres a ir para o Detran.

Na época em que eu realmente comecei a conversar com a mamãe, meu padastro apareceu dizendo: “Eu ainda não posso estar por aqui, os homens continuam perseguindo todo mundo, quem está mandando é o presidente da República, é um militar.”

Minha mãe queria levar as crianças para onde ele estava, mas ele dizia que não, que os lugares tinham malária, mosquitos. Eu fui começando a ter entendimento do que era essa perseguição a partir de então. Já casada, morando no Rio de Janeiro, lendo, estudando, eu fui entender o que era essa tal ditadura, o que fizeram com a vida da minha mãe, o que fizeram com a vida do meu padastro. Esse homem adoeceu depois por toda uma pressão somatizada. Ele morreu há três anos, era um homem triste. Morava no interior e toda vez que alguém chegava ele se assustava, achando que era alguém que estava atrás dele para fazer alguma maldade, mesmo sabendo que já tinha acabado.

Ficam as sequelas emocionais. Creio que isso me atrapalhou na minha vida social. O que eu tive com isso? Problemas psicológicos e até clínicos. Casei muito jovemzinha, não fui obrigada a casar, mas

a minha vida foi por outro caminho que eu não estava planejando. Eu queria estudar, porque eu queria fazer muitas coisas. As colegas, as professoras e as freiras, para mim, foram umas grandes mestras. Embora eu não estivesse mais no colégio de freiras, eu estava em outro colégio que as mestras eram muito boas também. E a minha vida tomou outro rumo.

Meu olho lacrimava quando eu tinha algum problema, desde muito jovem. Com 16, 17 anos, eu não podia ler porque o olho dóia. Ninguém sabia o que era e, quando cheguei ao Rio de Janeiro, descobri que era hipertireoidismo. Não é bem comprovado, mas dizem que a disfunção, para o hipo ou para o hiper, é de fundo emocional. E foi assim.

Descrever esse momento, falar dele, não chega nem a 40% do que eu vi minha mãe e meus irmãozinhos passarem. Minha mãe estava toda deslocada e eu, claro, não tinha noção do que acontecia com ela. Achei que ela mudou tão rápido! “Arruma tudo, nós vamos para Manaus”. Eu me lembro do meu irmão, que já morreu de leucemia, subindo a árvore no quintal para tirar alguma coisa pendurada de passarinho e a mamãe lá, berrando, com os nervos à flor da pele. Ele caiu de costas em cima do toro de madeira. Ele teve uma sequela no pulmão, uma fissura.

Então, essa perseguição, tudo isso que ocorreu atrasou a minha vida mais de 15 anos. Atrasou a conclusão de meu ginásio, do 2º grau, que era o científico e o ingresso na faculdade, que era o meu sonho. Foi atraso também para minha mãe, ela ficou longe do marido e ele arranhou outra. Mamãe depois descobriu, mas fazia de conta que não estava acontecendo nada disso. Não houve tortura física, mas houve tortura emocional, que é o atraso da sua vida, não poder morar na sua casa, ser tirado da sua escola. [Em Maués], eu cantava e representava, no grêmio do colégio, era muito bom. Depois, tive de ir para outra cidade, não pude fazer o exame final por anos.

Já no Rio de Janeiro, casada, fui fazer cursos. Tinham passado 20 anos, minha mãe usou o mesmo método de ir em um motor e ligar para uma parente, pedir ajuda para solicitar o documento. Em uns 20 dias, entregaram o papel. Isso já faz 18 anos. E fui fazer supletivo.

Com isso, eu fui estudar de novo, depois de casada e com filhos. O meu sonho: estudar. Depois de 25 anos, porque eu fui me dedicar aos filhos. Eu tinha casado com um homem que não era pobre, minha filha fazia balé, o menino fazia música e eu fui morar em Copacabana, mas eu queria estudar.

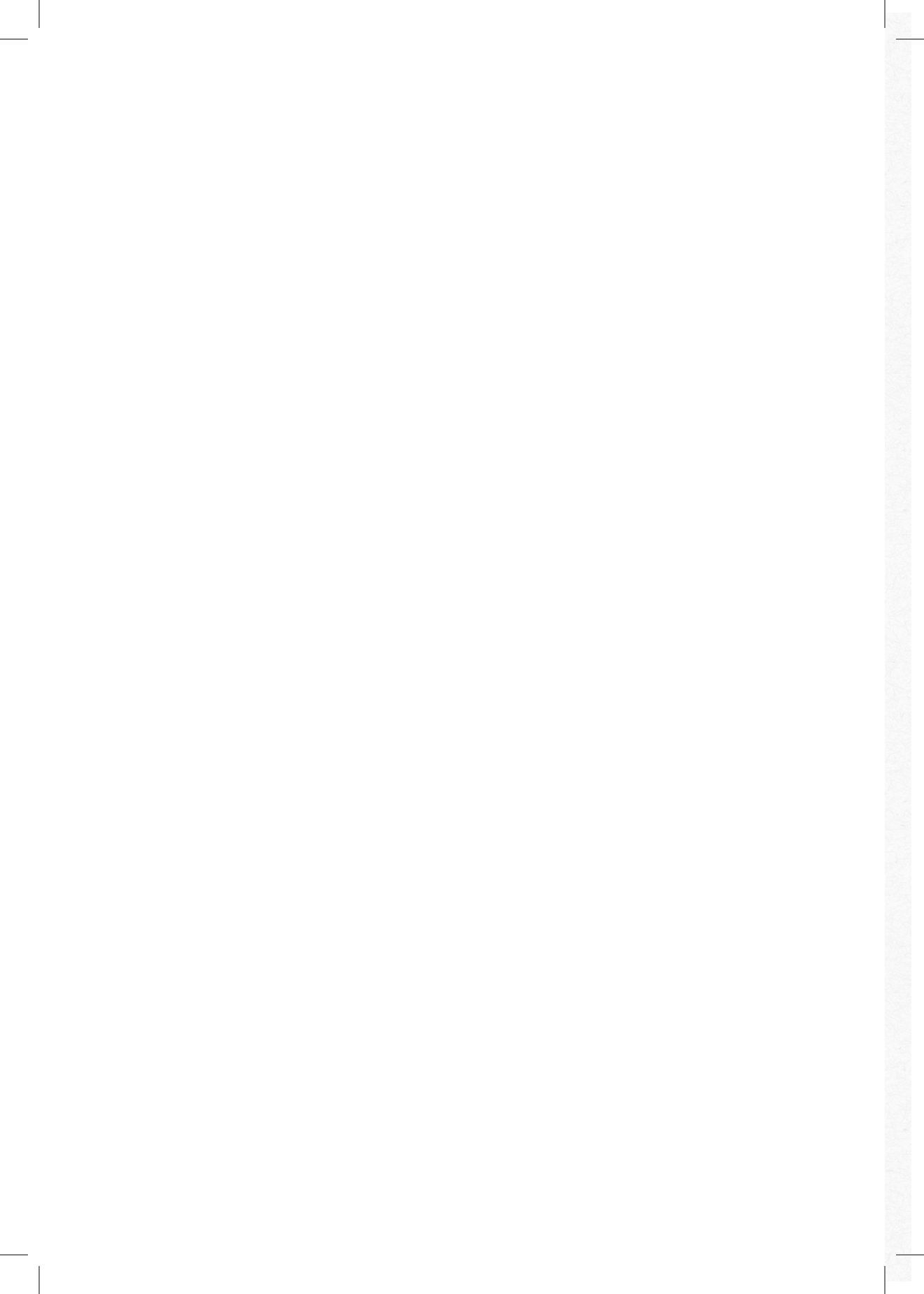
Quando retornei para Manaus, em 1998, vim para ficar. Eu sou uma pessoa muito crente em Deus. Não importa o tempo que passou. Importa que eu fui fazer a mesma coisa do ginásio, do 2º grau e ingressei na faculdade. E não foi fácil para mim, não foi fácil. Não foi. Eu estudava à tarde. A dificuldade não era da minha leitura, não era da compreensão didática, eram outras coisas que, agora, aqui, não posso dizer nem posso falar, mas eu me formei e me sinto vitoriosa. Eu quis estudar Psicologia, porque eu queria entender esse comportamento da mente humana, como a mente e comportamento levam a prejudicar pessoas. Que basta um pensamento ruim, o ego ferido, para destruir várias coisas. Embora toda profissão tenha suas dificuldades, creia, sou feliz, sinto-me muito honrada por ter me formado em Psicologia e ser psicóloga. E não estou parada não, continuo fazendo as especializações. Eu quis ser psicóloga, por todo esse passado. Medicina não ia me explicar, Direito até podia ajudar em algumas coisas, mas eu queria entender a mente humana.

Eu já estava casada, meu marido era um homem de situação financeira média alta. Meu padrasto teve um atraso de vida. Até então, ficava mais em Manaus. Quando soube que eu me casei, vinha mais por ali, por ser marreteiro, sempre com muitos problemas, porque ele era outra pessoa na cidade dele, teve de dar, praticamente, a casa para quem comprou, para manter a mamãe aqui. Tudo que era dele acabou, ele ficou como uma pessoa começando, mas uma pessoa cheia de traumas. Eu passei a dar mercadoria para ele vender pelas cidades, eu não cobrava nada dele, eu dava as mercadorias. No caso, meu marido era um minerador, trabalhava com minério, estilo joias, tinha aquelas macassitas e outras joias, de 14, 16, 18 e 24 quilates. Eu entregava aquelas mais baixas, para ele começar uma vida. Em

Tefé, ele tinha uma lojinha, não sei te falar se era das mesmas coisas que eu dei para ele. Meu marido, como tinha condições, chegou ainda a comprar um motor de linha, para ele também viajar para cá para lá. Ele já pagou. Ele nunca mais voltou para Maués, nem a passeio. Quem vendeu a casa lá, vendeu do jeito que queria. Ele tinha horror quando falavam alguma coisa de Maués. Depois disso, já adoentado, diabético. Minha mãe está viva, está muito bem, tem uma velhice muito boa, porque minha irmã é que toma conta, é uma moça também casada, tem uma vida muito boa e estável, é secretária executiva da Infraero e conseguiu estabilizar as filhas e os filhos.

A mamãe é muito emotiva, não entrava muito em detalhes, dizia que não queria recordar, lembrar-se das tristezas de largar a vidinha dela, as coisas dela em Maués. Ela amava a cidade dela, foi lá umas duas vezes. Tentei muito falar e até argumentei com minha irmã, dizendo que parece que a mamãe está se escondendo. Fiquei um pouco triste com isso, porque, na época, ela falava muito pouco, eu queria saber mais detalhes, se ele tinha falado dos militares, se ele tinha agredido com palavras, porque ele era considerado uma pessoa muito valente, mas não era muito valente, não, era uma pessoa de postura, ele era muito novo. Na época, peixe pequeno, mas ele achava, que também ,esses políticos foram ingratos com ele, de largar, de não o acolher, não o defender. A única coisa que ele comentava, mas não dizia quem eram as pessoas, era: “O jeito que tem é você fugir e não tem nada para fazer com você, lógico, foge, porque eles querem mesmo te pegar e, se te pegarem, vão te matar”.

Ele, com medo da morte, fugiu. Nunca conseguiram pegá-lo, mas ele era uma pessoa tímida, tanto é que ainda muito jovem, aos seus quarenta e poucos, ele começou com essa doença, diabetes, e ficou uma pessoa quase impotente.



A verdade é revolucionária:



Bahia

A verdade é revolucionária:

testemunhos e memórias de psicólogas
e psicólogos sobre a ditadura civil-militar
brasileira (1964-1985)



testemunhos e
memórias de
psicólogas e
psicólogos
sobre a
ditadura
civil-militar
brasileira
(1964-1985)

EQUIPE TÉCNICA DO CRP-03:

- Carlos Vinicius Gomes Melo (Coordenador da CDH/CRP-03)
- Mirela Oliveira de Lima (Assessora Jurídica da CDH/CRP-03)
- Renan Vieira de Santana Rocha (Estagiário da CDH/CRP-03)

**Membro da Comissão Regional do CRP-03 (Envolvido
Diretamente com o Projeto):**

- Carlos Vinicius Gomes Melo

DORA TEIXEIRA DIAMANTINO

Entrevista concedida ao Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região (Bahia).

Na verdade, eu vivenciei a ditadura civil e militar no Brasil de forma indireta, por meio do meu pai e da minha mãe e, posteriormente, como estudante de Psicologia e como psicóloga, na atuação profissional no Grupo Tortura Nunca Mais, da Bahia. Então, vou começar falando de minha família e vou iniciar por meu pai, Antonio Maia Diamantino. Ele não foi torturado diretamente, foi perseguido politicamente.

Ele começou a militância no movimento secundarista de 1967-1968. Foi reprovado por excesso de faltas e, em razão da militância, foi expulso da Escola Estadual Manoel Devoto. Meu pai entrou, então, no curso de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e participou do diretório acadêmico, no qual ficou por cinco anos atuando como presidente, vice-presidente e diretor. No curso de Administração, continuou a participar dos movimentos políticos da época, início da década de 1970. O período compreendido entre 1973 e 1975 foi uma época mais branda se comparado aos anos de 1968 a 1974, quando houve mais tortura e perseguição.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) havia sido extinta pelos militares, e meu pai participava efetivamente dos encontros estudantis em todo o país para tratar da refundação da UNE e questões políticas como um todo. Ele viajava clandestinamente para Goiânia, Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo, porque os ônibus eram revistados nas rodovias e todos os que pareciam estudantes de esquerda eram presos.

Um dos encontros da Pré-UNE ocorreu na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e houve uma passeata bem famosa, em meados de 1975/1976, quando a polícia fechou o Viaduto do Chá, dos dois lados. Os estudantes reivindicavam e a polícia os bloqueou. Os estudantes, então, deitaram-se no chão e gritaram: “Abaixo a ditadura”. Foram saindo em pequenos grupos e muitos foram presos. Meu pai conseguiu fugir e pegar o ônibus de volta com muito medo.

No período em que cursou Administração na Universidade Federal da Bahia (UFBA), meu pai se envolveu com a Ação Popular (AP), que, no movimento estudantil, chamava-se Nova Ação. Formou-

se e foi aprovado no concurso público para os Correios e Telégrafos, no Rio de Janeiro, para onde se mudou. Quando foi tomar posse no cargo, foi impossibilitado pelos militares de fazê-lo. Havia, na época, uma unidade chamada Assessoria Especial de Segurança e Informação (Aesi), que fazia a triagem ideológica dos funcionários públicos. Retiveram sua carteira de trabalho e o encaminharam-no a um endereço na Avenida Presidente Vargas para uma entrevista com um coronel chamado Cosensa, que deve ser um codinome. No local, encontrou um prédio civil, sem fachada militar. Meu pai foi sabatinado pelo coronel. Perguntou por que ele estava no Rio, qual seu endereço, com quem se relacionava, os motivos de ter deixado Salvador e largado o emprego para ir para o Rio, se gostava do país, se concordava com a política do país. Um interrogatório interminável.

Meu pai respondia que não concordava, que não tinha problema algum, que não estava indo fazer política. De fato, ele não foi para o Rio fazer política. Embora fizesse parte de uma organização, essa não foi uma determinação da organização. Mudou-se porque tinha vontade de morar lá. Foi aprovado em concurso público para um cargo em que receberia um salário superior ao que recebia na Bahia.

O coronel reteve sua carteira de trabalho e disse que ele teria de permanecer na cidade do Rio de Janeiro e que não poderia sair da cidade para nada. Toda semana ele deveria apresentar-se naquele endereço. Assim, meu pai ficou por sete meses impossibilitado de tomar posse no cargo público para o qual foi aprovado, no Rio de Janeiro, e inviabilizado de executar qualquer tipo de trabalho, já que teve sua carteira de trabalho retida. Semanalmente, ao comparecer diante do coronel, respondia aos mesmos questionamentos.

Ele não tinha um centavo para nada e começou a viver de favor. Ele tinha amigos no Rio de Janeiro, que pagavam desde o cigarro até o pão que comia. Além disso, meus avós, na Bahia, passavam por dificuldades financeiras e meu pai tinha de mandar dinheiro para ajudá-los. Ele teve medo de contar sobre a real situação que vivia no

Rio, receando deixá-los preocupados e sempre inventava um motivo para não mandar o dinheiro.

A convite dos amigos, passou a ministrar aulas de Economia duas vezes por semana. Foi ficando cada vez mais isolado. Afastou-se dos companheiros que tinham envolvimento político, terminou o namoro com uma mulher que era neta de militar, por receio que o avô dela descobrisse que ele era militante, já que ela morava com o avô. Trancou-se dentro de casa por medo de ser visto conversando com alguém e associá-lo a alguma organização. Sempre negava quando o coronel o interpelava.

Segundo o coronel, foi instaurado um inquérito e, após sete meses de investigação e monitoramento, não houve registro algum contra ele. Então, devolveram sua carteira de trabalho e ele pôde tomar posse no concurso público no qual fora aprovado nos Correios e Telégrafos. Na época, os Correios eram, em termos de comunicação, a internet de hoje.

Havia companheiros dele presos, torturados no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), em São Paulo. Na época, havia organizações internacionais pela anistia, para as quais eram remetidas cartas, informando de casos de tortura para os mecanismos internacionais intervirem. Como trabalhava nos Correios, ele mandava as cartas com falso remetente para uma pessoa em uma cidade próxima a Londres, chamada Brayton. A pessoa contatada mandava as cartas com as denúncias de tortura contra esse amigo dele para a Organização Internacional, até que a organização falou com um bispo da época, que interveio. Então, a polícia política da época teve de tornar a prisão do amigo do meu pai legal.

O procedimento era o seguinte: os policiais prendiam ilegalmente as pessoas e, quando os organismos internacionais intervinham, ao saber que estavam praticando tortura contra os presos, a prisão passava a ser legal e o preso deixava de ser torturado. A tortura acontecia quando a prisão era ilegal e, geralmente, elas eram ilegais

e depois se tornavam legais. Meu pai falava que seu grande mérito na militância no Rio de Janeiro foi remeter cartas, denunciando a tortura e, assim, soltar as pessoas. Ele dizia que, nos Correios, era revistado ao entrar e ao sair. Quando ia ao banheiro, um capataz entrava junto com ele, para ver se deixava alguma mensagem. As mesas dos funcionários eram abertas e revistadas. Meu pai conseguiu fazer uma coligação com o funcionário dos serviços gerais, que o avisava as datas das revistas. Ele recolhia tudo antes da revista. A família, em Salvador, não sabia de nada.

Meu pai é baiano e minha mãe é paulista. Minha mãe, Yonne Azevedo Teixeira Diamantino, é um pouco mais nova que meu pai e teve participações políticas também. Ela estudou Arquitetura, a partir de 1975, no Mackenzie, que era tido como uma escola privada e “direitona”. Minha mãe participou do diretório acadêmico de Arquitetura, foi integrante da tendência estudantil Liberdade e Luta – a Libelu da organização OSI (Organização Socialista Internacionalista), que era o único diretório de esquerda. Toda universidade era de direita. Com o avanço do movimento estudantil e social, o diretório de Engenharia e de outros cursos também se engajaram. Conseguiram fazer as greves gerais de estudantes, até a eleição da União Estadual dos Estudantes (UEE) e da União Nacional dos Estudantes (UNE), sem extravio das urnas, sob proteção de vários estudantes de outras escolas da cidade.

Havia o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), dentro do Mackenzie. Eles iam de soqueira para a universidade e, quando minha mãe ou o grupo do diretório acadêmico passavam, eles socavam com a mão da soqueira a outra mão e diziam: “Vou pegar comunista, vou socar o seu útero!” Também arranhavam seus carros estacionados, invadiam sistematicamente o diretório acadêmico de Arquitetura, recolhiam e queimavam os materiais que eles faziam.

Existia uma sala com um mimeógrafo, já elétrico, equipamento sofisticado e raro na época. O diretório pôde comprar porque recebia receita regular e era uma escola particular. O CCC nunca atinou em quebrar o mimeógrafo. Então, o grupo de minha mãe refazia tudo o que

era rasgado e queimado. No diretório, eles rodavam documentos do movimento estudantil e depois ligados a Lula e ao movimento operário, pois já pleiteavam alianças reivindicatórias unificadas e mais amplas com os movimentos sociais, dos metalúrgicos, também rodavam os panfletos do movimento dos bancários da época.

Ela fez campanha para voto nulo por um partido operário quando somente tínhamos dois partidos permitidos pela ditadura: Arena e MDB, com colagem, pela madrugada, de cartazes nos muros das fábricas em São Paulo. Nesse período, seu diretório proibiu o trote abusivo com os calouros. Os trotes do Mackenzie eram tradicionalmente severos, humilhantes, mas o diretório recepcionava os calouros da Arquitetura com semana cultural. Apresentavam peças de teatro político feitas pelos alunos veteranos, palestras e debates com pessoas relevantes, mostras de arte. Recebiam uma carteirinha dizendo que eram de Arquitetura para circular no *campus* sem que nenhum outro veterano das outras escolas bulissem com eles ou os ridicularizassem.

Ela participava também das manifestações públicas do movimento que estava se reorganizando sob a ótica política mais ampla. As reivindicações eram pelas liberdades democráticas, contra o Ato Institucional Número 5 (AI-5), pelo ensino público e gratuito, pela criação do restaurante universitário, anistia aos presos políticos, refundação da União Estadual dos Estudantes (UEE) e da UNE. Já incluíram as reivindicações de cunho mais social e articulado com os diferentes movimentos sociais que foram eclodindo na cidade, contra prisão de líderes operários do ABC, anistia ampla geral e irrestrita, contra a carestia, eleições diretas.

Ela também esteve na passeata no Viaduto do Chá, no centro de São Paulo, quando a polícia fechou o viaduto nas suas extremidades, portando bombas e armas com a atuação da polícia montada, sob o comando do Fleury e do coronel Erasmo Dias, famosos pela truculência e violência. Os estudantes deitaram no chão do viaduto e gritaram “Abaixo a ditadura” pela primeira vez publicamente. Foram se dispersando em grupos, e um militar

chegou a bater nela com um cassete e iria prendê-la, mas ela convenceu o militar de que não era estudante.

Como ela era estudante de Arquitetura, levava consigo umas plantas baixas que mostrou ao militar e disse que estava trabalhando, procurando um hotel pela região e que não tinha nada com aquela passeata. Então, ela foi solta mas já estava no camburão e havia sido fotografada.

Havia a seguinte orientação na organização: se o militante visse alguém ser capturado ou algo de errado, ligaria para um número específico, para avisar, do orelhão. Isso era estratégia de segurança, que hoje minha mãe avalia que, na verdade, era muito mais para assegurar os dirigentes que as bases do movimento. Esses telefones serviam também para redirecionar o local da passeata, quando os militares chegavam primeiro ao local marcado. Tinha olheiro dos dois lados. *Office-boys* espontaneamente ajudavam a divulgar as informações entre os estudantes.

Houve uma outra passeata que saiu do Largo Paissandu e da Rua 25 de Março, em que ela foi pega por um militar a cacetadas e levada para o camburão. Apesar de ser reincidente e já ter ficha na polícia, o que a manteria presa, foi solta. Quando chegou em casa, menstruou e ficou vários dias sangrando. E não era época de ela menstruar, mas o medo e a tensão a fizeram sangrar por alguns dias. Houve, depois, a experiência da invasão da Pontifícia Universidade Católica (PUC), que foi terrível. Os militares, com forte aparato, invadiram a assembleia dos estudantes com bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, cassetetes e lança-chamas. Vários estudantes foram gravemente feridos e queimados. As salas de aula foram invadidas e quebradas e a assistência médica não foi imediata. Muitos foram presos e outros, colocados no estacionamento cercado da PUC, que se transformou em um perfeito campo de concentração.

Meus pais se conheceram e se casaram no Rio de Janeiro. Como eu contei, meu pai foi morar no Rio e, depois que começou a trabalhar, dividiu o apartamento com várias pessoas, inclusive minha tia, irmã da minha mãe. Em uma das visitas de minha mãe à sua irmã, no Rio,

meus pais se conheceram, namoraram e se casaram logo. Deve ter sido em 1979. Eles se casaram e ficaram indecisos a respeito de morar em São Paulo, no Rio de Janeiro ou na Bahia e, enfim, resolveram morar na Bahia.

Minha mãe queria trabalhar com habitação popular no Nordeste, isso no final da década de 1970. Então, se formou em Arquitetura, veio para a Bahia e começou a trabalhar na Prefeitura de Salvador e depois na Secretaria de Planejamento do Governo do Estado. O governador, nessa época, era Antônio Carlos Magalhães (ACM), que colocou Valdeck Ornellas como secretário do Planejamento.

Meus pais estavam envolvidos na legalização do Partido dos Trabalhadores (PT), que foi fundado em 1980. Em 1982, ano eleitoral, o ACM mandou demitir todos os petistas que estavam na Secretaria de Planejamento. Então, minha mãe ficou dois anos desempregada. Foram demitidos sete companheiros, entre eles Zezéu Ribeiro, que voltou a trabalhar no governo quando ACM saiu e, por ironia, foi secretário de Planejamento pelo governo do PT.

Minha mãe ficou desempregada. Ela trabalhava como arquiteta, com habitação popular e urbanização de favelas e, na época, esse projeto era governamental. Então, ela não tinha como arranjar emprego nessa área que era a de sua preferência. Os nomes das pessoas que foram demitidas, naquela época, ficaram listados e elas foram impedidas do exercício profissional no Estado. Somente quando ACM saiu, ela conseguiu emprego na Secretaria do Trabalho, em um novo órgão de habitação.

Então, eles participaram das investidas nas ruas e casas para filiar as pessoas ao PT, para a legalização e habilitação do partido. Fundaram assim o PT e eu nasci nesse período, no início da década de 1980. Minha casa vivia cheia de amigos dos meus pais, que foram presos políticos torturados. Cresci no meio de tudo isso. Promoviam festas para arrecadar fundos para as campanhas.

Época de eleição, de campanha política, para mim, era uma diversão. Acho que, para a maioria das crianças, não tinha nada a ver,

mas para mim, que era filha de militante contra a ditadura, era como se fosse uma Copa do Mundo, porque minha casa era muito agitada com campanha política. Para mim, era um jogo, e tínhamos de ganhar o jogo. Então, em 1989, o jogo era Lula contra Collor, e vestíamos camisetas escritas “meu pai e minha mãe votam no PT, e os seus?”. Usávamos *button*, meus pais me levavam para o PT, onde pegávamos bandeiras, panfletos e íamos distribuir nas ruas, carregar bandeira, que tinha haste de madeira e machucava a mão, mas eu gostava de estender a bandeira, cheia de orgulho, e fazer campanha nas ruas. Minha mãe, uma vez, presenteou-me com com uma passadeira, feita por ela, com uma estrela vermelha presa por uma molinha balançando com a sigla PT, que eu usava na campanha.

Minha mãe promovia diversas festas, feijoadas, festas dançantes, porque o PT não tinha dinheiro como tem agora. Hoje, é uma máquina a campanha do PT, mas antes tudo era feito artesanalmente. Eu sempre tive muito fascínio pelas histórias da ditadura que ouvi desde pequena dos amigos do meu pai, que foram torturados, e a própria história dos meus pais. Eu fui construindo em mim o meu herói. Os heróis das crianças eram She-ra e He-man, e eu também gostava deles, mas, para mim, os militantes da ditadura também eram heróis. Meu pai e minha mãe eram meus heróis, claro que os pais podem ser ou não heróis, mas muitas vezes são a referência, depende do seu relacionamento com eles. No meu caso, meus pais eram referência para mim, e são até hoje. Tanto eles quanto seus amigos eram heróis.

Uma vez, na praia, na barraca do Luciano, que ficava próxima ao circo Picolino e era frequentada por muitos militantes do PT, intelectuais, artistas, jornalistas, ouvi um deles contando sobre um assalto ao Banco do Brasil, no Canela, aqui em Salvador, durante o período da ditadura. Perguntei: “Mas, pai, eles são assaltantes de banco?”. E ele respondeu: “Não são assaltantes comuns. O assalto foi feito pela causa, foi um assalto ideológico, para conseguir dinheiro para derrotar a direita e restaurar a democracia”. No meu mundo, existiam a direita e a esquerda. O mundo bipolar e maniqueísta, em que a esquerda era

boa e a direita era má e perversa, e tínhamos de combater a direita. Na adolescência, li livros sobre a ditadura, e até hoje no meu quarto tem uma estante enorme com livros sobre a ditadura, as músicas que eu ouvia eram sobre a ditadura. Sofri influência construtiva de tudo isso.

Gostava de ouvir Chico Buarque, Elis, Caetano, Gil, Tom Zé, Mutantes e as músicas políticas também. Eu odiava inglês e não queria saber de americano. Resisti muito para aprender a falar inglês na adolescência. Gostava de música brasileira. MPB tinha de ser das décadas de 1960, 1970. Nas aulas de História, eu era louca para aprender sobre a ditadura, mas não era ensinado.

Eu ficava muito inquieta e me lembro de sempre perguntar para todos os professores, quando começava o ano, porque se falava tanto do Brasil Colonial, da Roma Antiga, e não se falava no período da ditadura no Brasil. Claro que acho importante conhecer toda a história do Brasil e do mundo, inclusive eu sou apaixonada por História, mas não entendia por que omitiam a parte da ditadura.

E eram econômicos nos detalhes, não falavam sobre as torturas, as organizações políticas, a militância. Isso me inquietava. Como é que o jovem não sabia o que era a ditadura? Muitos professores respondiam: “É uma história recente, sem muitas pesquisas. Não podemos falar muito”, ou “Você vai aprender isso, mas não neste ano.”. Quando o conteúdo das aulas chegava a Juscelino **Kubitschek**, na década de 1950, pulavam a para as “Diretas já”, para Sarney e Collor, Isso era angustiante para mim, como aluna.

Comecei a cursar Psicologia e quando fui fazer o Trabalho de Conclusão de Curso pensei: “Vou fazer sobre ditadura”. Na época, eu estudava na Faculdade Ruy Barbosa, e escolhi a falecida professora Mercedes e Anamélia, com quem eu tinha muita ligação, para me orientarem nesse projeto, e elas toparam. Mercedes era professora da linha comportamental, então fiz o trabalho sobre comportamental. Nesse período eu me aproximei por uma ONG (Organização Não Governamental) chamada Grupo Tortura Nunca Mais, da Bahia, e lá me aproximei de Diva Santana, uma das dirigentes. Passei a participar

das reuniões. E, posteriormente, atuei como psicóloga em um dos projetos gestados pela entidade.

O tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi a eficácia e os efeitos da punição com base em Skinner, no que diz respeito à tortura e à prisão. Pesquisei quais os efeitos e as consequências da tortura e da prisão e a eficácia desses procedimentos. Skinner é contra a punição. Eu queria saber de que forma a tortura funcionava e se era eficaz. E o que pude observar é que todos os entrevistados, após a tortura e a prisão, retornaram à militância política com muito mais ímpeto, demonstrando que esses métodos não são eficazes. Pelo contrário, têm efeitos deletérios. Essa pesquisa, inclusive, foi premiada no ano de 2008, com o Prêmio Sílvia Lane, da ABEP.

Então, consegui entrevistar sujeitos com os quais tive contato tanto pelo Grupo Tortura Nunca Mais como pela rede social dos meus pais. Como comentei, eles tinham amigos torturados e consegui entrevistá-los. Alguns me eram bem familiares, pois me conhecem desde criança. Houve uma mulher que entrevistei, que me chamou muito a atenção. A tortura contra a mulher era diferente daquela a que os homens eram submetidos. Lembremos de que quem torturava as vítimas era o exército machista, que utilizava entre as práticas de tortura, a tortura sexual. Isso ficou muito presente no discurso dessa mulher.

Ela ficou impossibilitada de ter filhos, de tanto choque elétrico aplicado na vagina, além dos abusos sexuais que sofreu. Todos os entrevistados, na hora de falar da tortura, se confundem, porque ficam emocionalmente abalados. Assim, param, pausam, choram, pulam ou não contam muitos detalhes. Essa mulher, embora não tenha descrito muitos detalhes, falou coisas importantes, disse que foi abusada sexualmente, que tomou tanto choque elétrico na vagina que ficou estéril. Depois disso, ela adotou um filho e o maior pesar da vida dela e a maior consequência do que sofreu, foi não poder gerar um filho.

Além das drásticas consequências físicas, muitos ficaram psicóticos, enlouqueceram, surtaram. Alguns não aguentaram e

morreram, outros se mataram. As pessoas que entrevistei falaram muito dos delírios, das alucinações e dos recorrentes pesadelos que tinham. E também ressaltaram o sentimento de humilhação. A tortura destrói, desumaniza. Um entrevistado contou que, cinco anos antes - ou seja, há dez anos - ele fora a uma festa com os amigos, começou a tomar conhaque e começou a delirar. Imaginava que o pessoal era da polícia e estava lá para prendê-lo e torturá-lo. Contou que a festa era em um sítio, que ele entrou no mato e ficou perdido, querendo se matar, porque estaria sendo perseguido.

Havia um rapaz que era acompanhado pelo Grupo Tortura Nunca Mais, que tinha sido preso e torturado, que apresentava muitos delírios. Ele vivenciava a tortura como se ela ainda estivesse acontecendo. Como tinha muita raiva dos militares, ele fazia bombas de papel e, uma vez, colocou na sede da da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na auditoria militar e em um batalhão militar também, sendo preso por isso. Ele terminou se matando.

Eu acho que o que faço hoje é completamente influenciado pela vivência familiar. Desde que me formei e fiz o trabalho sobre a tortura, meu trabalho sempre abrangeu violência contra mulher, violência contra criança e adolescente, tráfico de seres humanos, violência policial, adolescentes que cometem ato infracional e a tortura. Estou novamente atuando em um projeto de combate à violência. São temas ligados aos Direitos Humanos, que têm relação estreita com as lutas e conquistas políticas do período da ditadura.



JOSÉ ÁLVARO FONSECA GOMES

Depoimento escrito entregue ao Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região (Bahia).

Sou natural de Tapiramutá, Bahia, de onde saí para estudar e trabalhar em 1976. Fiz o curso médio de Saúde no Ciena e comecei a trabalhar na Companhia Brasileira de Alimentos (Comabra). Logo depois, em 1977, fui contratado pelo Bradesco, onde iniciei minha militância sindical e política.

Desde 1978, comecei a participar de reuniões da Oposição Sindical Bancária, convidado por um colega militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e do movimento sindical. Até então, não tinha muita noção da política, mas a participação foi me propiciando conhecimentos da realidade concreta do momento em que vivíamos.

A ditadura militar de 1964 fez intervenção em praticamente todos os sindicatos importantes do Brasil. Foram cassadas as diretorias eleitas democraticamente pelos trabalhadores e, em seu lugar, ocuparam espaço os interventores. A militância não deixou de lutar, mesmo em condições adversas. Assim aconteceu no Sindicato dos Bancários da Bahia, onde a luta oposicionista para derrotar os interventores era permanente.

Mesmo no momento em que houve eleições, a oposição era impedida de participar, como foi o caso das eleições de 1975. Em 1978, nova chapa de oposição concorreu às eleições, não alcançando a vitória, mas pelo menos conseguiu concorrer, o que, na época, já era um avanço.

A luta continuou, sendo vitoriosa a chapa de oposição que concorreu, em 1981, com a unidade de todos os segmentos que se contrapunham à diretoria, a qual era a continuidade dos interventores. Nesse processo, fui eleito diretor do sindicato, circunstância que não estava inicialmente nos meus planos, já que meu projeto era estudar e me transformar em um pesquisador cientista. Nessa época, já tinha passado no vestibular da Universidade Federal da Bahia (UFBA) para o curso de Farmácia.

Foi nesse contexto que se deu minha experiência de militância durante a ditadura militar. Embora a sociedade estivesse avançando

na conquista das liberdades democráticas, ainda vivíamos em plena ditadura.

A Guerrilha do Araguaia ocorreu entre 1972 e 1975. A chamada queda da Lapa ocorreu em 1976, quando o Comitê Central do PCdoB estava reunido e o Exército invadiu, matando ou prendendo todos que estavam na reunião.

Assim, ainda no final da década de 1970 e início da década de 1980, vivíamos momentos de repressão e, por isso, eram exigidos cuidados especiais. Nossas reuniões eram clandestinas e ocorriam em nossas casas ou em locais discretos, para se livrar da repressão. Cada militante tinha pseudônimo, no meu caso, era Raul.

O partido era organizado em células de base, por local de moradia, trabalho ou estudo, e as instâncias superiores eram constituídas pelos comitês distritais, municipais, estaduais e pelo comitê central. Para uma pessoa ingressar no partido, era necessário ser convidada pela célula de base, que discutia em cada uma de suas reuniões o recrutamento, trazendo aquelas pessoas consideradas sérias e comprometidas com a transformação da sociedade.

O período de recrutamento poderia demorar muitos meses, tendo em vista que, para ingressar no partido, era preciso verificar se aquela pessoa não era um inimigo cujo objetivo era se infiltrar para denunciar os membros do partido. Por isso, nem mesmo os familiares podiam saber da militância de cada um, a não ser que fossem militantes e atuassem na mesma instância partidária.

Diretor do sindicato a partir de 1981 e funcionário do Bradesco, desenvolvemos muitas lutas no local de trabalho. Participamos da luta geral da categoria, assim como da luta geral da sociedade por justiça social. O Bradesco era considerado um banco explorador e opressor, a luta não era fácil. Lá, participamos ativamente dos embates. Começamos uma mobilização para a implantação do restaurante e também da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), cuja eleição podíamos considerar uma fraude.

As dificuldades eram tantas que mobilizamos as pessoas por meio de atividades culturais e esportivas. Realizamos um campeonato de futebol, em 1982, com 18 times das diversas agências. Antes de começar as partidas, fazíamos uma breve reunião com os 22 jogadores dos dois times no meio do campo, colocando as nossas reivindicações e tomando os encaminhamentos necessários.

Criamos o jornal *Bradejo*, cujo nome significava bradejar, protestar, lutar. Por meio desse instrumento, transmitíamos nossas ideias e lutas. Em 1º de julho de 1982, quando ocorria na Associação dos Funcionários Públicos da Bahia, o ato de lançamento da revista *Guerrilha do Araguaia*, a Polícia Federal invadiu o local e prendeu vários camaradas.

Fui revistado e os policiais carregaram minha sacola, com minha agenda e material para elaboração do *Bradejo*. Lá, encontrava-se um poema de um dos colegas, que, por segurança, não se identificava e assinava as poesias com pseudônimo.

Como eu já tinha lido o material e sabia mais ou menos o conteúdo, reconstruímos o jornal e também a poesia, que transcrevemos logo a seguir:

GUILHOTINAR

Bebemos no mesmo copo
Rasgando nossas mentes, nossos corpos
Até que nos devorem e ruminem nossos restos
Devemos marchar sempre
Esperando o dia vinte, um convite
Consentir ver guilhotinados nossos corpos
Ontem eu não falava, hoje choro essas palavras mortas.

Não tenho certeza se a poesia foi reconstruída na sua íntegra e o esforço que fizemos foi de publicá-la. Apesar da usurpação pela Polícia Federal do material que não lhe pertencia, a mensagem foi divulgada.

Colocamos no jornal uma observação, informando ao colega que a cópia da poesia foi extraviada e que não sabíamos se conferia totalmente com a original, sugerindo que ele procurasse o sindicato.

Esse episódio me rendeu um inquérito na Polícia Federal, que, nos anos seguintes, juntou-se a inúmeros inquéritos e processos, inclusive um em que fui condenado a seis meses de prisão por ter denunciado corrupção no Banco do Estado da Bahia (Baneb).

O jornal *Bradejo* publicava vários poemas dos colegas, retratando a realidade e buscando a construção de uma nova sociedade. Outro poema do *Bradejo*, de número 13, publicado em 13/4/83 e assinado por Souza, diz o seguinte:

DELÍRIO

Na tortura
A carne delira
Mas a alma
Permanece intacta...
Se não posso escapar à morte,
Morrerei por um ideal
Digno e solidário.

Essa era a realidade daquela época. Os poemas refletiam a luta e a busca da transformação. Não era fácil. As reuniões eram clandestinas e eram necessários todos os cuidados possíveis para não expor os militantes. A questão ideológica prevalecia e os interesses individuais eram sempre colocados em segundo plano. O que prevalecia na militância era o interesse coletivo.

Em 1985, os bancários realizaram a maior greve desde o início da ditadura militar. O Comando Nacional dos Bancários, formado pelas principais entidades de trabalhadores do ramo financeiro do país, organizou o movimento que atingiu todos os estados, em uma explosão que simbolizava um grito coletivo de liberdade.

Não adiantou a repressão policial, não foi sufocada a vontade da categoria de fazer a greve, tomando as ruas de cada estado e formando multidões alegres e destemidas, dizendo não à exploração e à opressão e reivindicando melhores salários e condições de trabalho. A greve foi vitoriosa e os bancários saíram alegres e satisfeitos.

Nesse mesmo ano, o Brasil conquistou o fim da ditadura militar, mas os resquícios do autoritarismo ainda persistiram nos diversos estados, variando apenas o grau repressivo de local para local. Na Bahia, parecia que o fim da ditadura ainda não era uma realidade.

FIM DA DITADURA, CONTINUA A DITADURA

As greves de trabalhadores continuavam nos anos seguintes. Na categoria bancária, o movimento era nacional e a Bahia, no geral, realizava as greves mais duradouras e com maior adesão. Em 1986, começava uma nova greve no mês de setembro.

Logo no início da manhã, nós estávamos na porta de uma agência bancária no bairro do Comércio na cidade do Salvador. Eu observava, serenamente, do lado de fora, o movimento e as carteiras vazias no interior da agência.

As tropas policiais circulavam pela região. De repente, vejo-me dentro da caminhonete da Polícia Militar, sendo levado para a Polícia Federal; estava, no momento seguinte, preso nas dependências da Polícia Federal.

A notícia se espalhou e as multidões, em ato de solidariedade e indignação, tomaram as ruas e exigiram a minha liberdade. Depois de horas, finalmente fui liberado e acolhido pelos braços da solidariedade dos grevistas, que me carregaram pelas ruas, retornando ao local onde me foi cerceado o direito de olhar.

De 1986 em diante, continuavam as greves e a repressão policial, muitas vezes, nos machucava fisicamente e buscava atingir nossa liberdade e o legítimo direito do exercício da atividade sindical.

Nunca nos dobramos. Sempre nos colocamos à frente da luta dos mais necessitados.

Em 26/6/91, às 4h30 da madrugada, o telefone toca e uma voz patológica me diz: “Estou na sua mira há muito tempo, vou meter a metranca em você, hoje vai ser o seu último dia”. Os cuidados foram tomados para resguardar a minha vida, mas não saí do campo de batalha. A ditadura tinha terminado, mas a ditadura não tinha terminado.

Seguiram-se os dias, os caminhos foram percorridos cotidianamente. Os resquícios do autoritarismo e da repressão continuaram latentes na sociedade, envelhecidos. Mais presente, o novo buscava se consolidar e caminhar para frente no campo de batalha com as armas da solidariedade, da justiça social e da paz.

MARCUS VINÍCIUS OLIVEIRA

Entrevista concedida por Marcus Vinícius de Oliveira Silva ao Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região (Bahia).

Eu sou Psicólogo desde 1982, há trinta e um anos. Na verdade, sou um psicólogo de registro desde 1982, mas concluí o curso em 1980.

Minha experiência está relacionada com o movimento estudantil da Psicologia e tem outro aspecto, que é profissional. Apesar de na época já estar formado, já ser psicólogo, eu presidia um sindicato de professores em Minas Gerais, razão pela qual sofri vários tipos de constrangimento e acabei demitido. Sou anistiado político pelo Ministério da Justiça. Entrei com um processo de anistia política por ter tido uma série de direitos violados, inclusive o direito ao trabalho, pois fui demitido, tive dificuldades de encontrar trabalho na mesma área e, graças a isso, sou psicólogo.

Eu já era psicólogo formado, mas talvez nunca tivesse exercido a Psicologia se a ditadura não tivesse entrado em meu caminho e tirado de mim as oportunidades de trabalhar como professor, o que eu tinha muito gosto em fazer. Eu era presidente da Associação de Professores de Contagem, uma cidade próxima a Belo Horizonte, e era vice-presidente da União dos Trabalhadores de Ensino de Minas Gerais. Foi nessa condição que vi os constrangimentos gerais que a atividade política naquela época pressupunha, entre eles, sofrer essas atitudes repressivas. Por exemplo, tiravam o ganha-pão das pessoas e conspiravam para que elas não encontrassem trabalho.

Tive acesso ao processo da Comissão de Anistia no Ministério da Justiça. A própria comissão solicitou ao Arquivo Nacional informações lá existentes a meu respeito, oriundas dos arquivos do DOPS, que foram reunidos em Brasília, na Biblioteca Nacional.

Então, tive a rara oportunidade de conhecer uma parte, pelo menos, da coleção de citações que me observavam, me vigiavam, me catalogavam, me analisavam, me qualificavam nos diversos processos de participação política que eu tive no período, mais especificamente de 1976 até 1989. Foi em 1976 que iniciei a vida consciente, entrei na universidade, acordei para as questões. Antes disso, as atividades

políticas foram muito ingênuas, mas, a partir daí, houve uma atitude mais consciente na universidade.

A última citação, vejam só, foi em 1989, pós-promulgação da Constituição de 1988, já no fim do Governo Sarney, preparação para a eleição do Collor, primeira eleição direta. Em 1989, eu já era funcionário da Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais, trabalhava no nível central, na administração do sistema de saúde, que ainda era o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds), não era nem o SUS, era a transição para o SUS, pois a Lei do SUS é de 1990. Eu trabalhava, portanto, no nível hierárquico, prestava consultoria ao secretário de Saúde do Estado de Minas Gerais. Ainda naquele ano de 1989, fui citado em um documento da Polícia Política de Minas Gerais sobre os subversivos infiltrados no Governo do Estado de Minas Gerais. Só para perceber como essas atividades seguiam sendo monitoradas, mesmo após a promulgação da Constituição. Não devem ter seguido muito mais, porque também não há mais citações, mas eu achei muito pitoresco ter uma citação da Polícia Política, o que significa que estavam mantidos os aparatos repressivos do sistema, os sistemas de vigilância, de monitoramento. Eu havia passado em uma seleção pública, não sei que infiltração é essa que você entra por seleção pública. Cito isso para mostrar que o período de efeito do aparato militar transcendeu o período estrito da ditadura militar.

Minha vida consciente politicamente surge exatamente em 1975, quando fui aprovado no vestibular e fui estudar em uma universidade privada de Minas Gerais, o Instituto Newton Paiva, que na época era chamado de Faculdades Newton Paiva Minas Gerais, instituição muito conservadora. Talvez eu deva registrar uma coisa útil para compreender o clima da expansão dos cursos de Psicologia: essa época é chamada de *boom* das escolas de Psicologia no Brasil.

Tenho um registro muito presente dos meus primeiro e segundo períodos. Sendo uma faculdade particular, havia um bom relacionamento do proprietário da escola com os órgãos de segurança da ditadura militar. Traduzindo um pouco o clima dessa época, na minha sala de aula,

havia seis pessoas que, suponho, entraram na universidade sem fazer concurso vestibular, como se fosse um conjunto de vagas entregues, ou disponibilizadas, talvez. Não tenho nenhuma prova disso que eu estou falando, mas o número e as características dessas pessoas é que me fazem supor que elas talvez não tenham entrado pelo vestibular, formalmente, mas elas teriam conseguido acessar por algum esquema. O vestibular era concorrido nas universidades federais e havia vestibular também nas escolas particulares, mas lógico que o das escolas particulares não tinha o estrito controle público do acesso, sendo, portanto, factível que o proprietário do Instituto Newton Paiva oferecesse ao *status quo*, às forças repressivas, certa quantidade de vagas.

Eu tinha um colega de sala que se tornou deputado em Minas Gerais, mas na época em que eu o conheci, tenente Aristides, era um tenente da Polícia Militar. Havia, também, o capitão Aguinaldo, que era capitão do Exército. Ele, eventualmente, até por situações de não conseguir ir a sua casa se trocar, qualquer coisa assim, assistiu à aula fardado. Eu tinha a companhia do Geraldo, sargento da Aeronáutica. Tinha outro Geraldo, Geraldo Pimenta, que era da Secretaria de Segurança Pública e trabalhava no Departamento de Entorpecentes. E tinha como colega o Celso, que talvez fosse o mais enigmático deles, um cara todo diferente, que fazia perguntas, que era da P2, da Polícia Reservada do Exército.

Então, tinha na minha sala de aula a companhia desses cinco. Eu tinha um colega bastante politizado, o Altino, ligado à Pastoral da Igreja Católica. Era um rapagão alto mesmo, o Altino, e tinha alguma informação política – coisa rara, na época –, e eu me lembro do Celso querendo se aproximar, querendo sair junto para ter acesso, saber quem fazia, quem se reunia com quem, quem era de algum movimento, perguntas estranhas.

Essa foi minha recepção como estudante típico da expansão da universidade privada brasileira em meados dos anos 1970. Lembro-me de um professor, Moreira, que era muito interessante, dava aula de Sociologia. Lembro-me de ele ter dado, para a turma ler e fichar, o

livro “A Erva do Diabo”, do Carlos Castañeda. Era um questionamento, antropológicamente falando, da realidade das culturas, assunto que tinha poder de inquietação. Era o máximo de politicidade que conseguia passar, disfarçadamente: falar que a realidade não é uma só, que se pode questionar, existem realidades, a depender da cultura. Quer dizer, o território era de absoluto cerceamento do discurso político, com muitas limitações nesse sentido.

No segundo semestre de faculdade, consegui um trabalho no Banco Agrícola de Minas Gerais (Agrimisa) e fui ser bancário, durante dois anos e meio. Eu tinha dezoito anos. Esse banco foi importante porque não existia muita movimentação e mobilização estudantil, mas eu aprendi a ter um sindicato. Fui a assembleias do sindicato, e em uma delas, da primeira campanha salarial, não sei exatamente por que, tomei coragem, peguei o microfone e fui defender o dissídio contra o acordo salarial que os bancos propunham. É muito curioso, pois hoje percebo que antigamente ninguém falava, porque todo mundo morria de medo de falar. Possivelmente, falei porque não tinha noção do que isso significava. Em função disso, fui convidado pela Diretoria do Sindicato a trabalhar na comissão de mobilização que se forma na assembleia. Arlindo era o presidente do sindicato. Em resumo, entrei na comissão de mobilização, que tinha reuniões depois do expediente, e essa foi a primeira experiência de participação. Na Newton Paiva, não tinha diretório acadêmico, então três semestres depois eu me desentendi com o diretor, o mantenedor, o presidente da universidade, o dono daquele negócio, por um esquema que até hoje eu fico tocado.

Havia um livro que sugeria que você falasse direto com o diretor e eu falei que queria uma entrevista. Ele me concedeu a entrevista e eu critiquei o projeto da faculdade que ele tinha, por parecer uma coisa escolar, um colégio de segundo grau, não tinha ambiente, não tinha clima de universidade. Ele foi polido, mas disse que os incomodados que se retirassem, mais ou menos assim, não falou isso, mas era isso. E eu consegui transferência para a Fundação Mineira de Educação e Cultura (Fumec).

Como fundação, era uma escola que tinha nascido de iniciativa comunitária, inclusive porque alguns médicos queriam fazer Psicologia e acharam por bem montar a escola. Era uma turma de amigos mais velhos que resolveu montar uma faculdade para eles fazerem o curso. Eu entrei no quarto período, antes da minha turma havia apenas três turmas, de forma que a distância que me separava do início dessa faculdade era muito pequena e essa faculdade teve a característica de ter um processo de análise institucional com o [Georges] Lapassade, o francês, que a visitou. Como era uma escola comunitária, eles fizeram a experiência de autogestão nessa faculdade.

Comento isso para dizer que, naquele clima de repressão política, de silenciamento, havia também coisas assim, ensaios, digamos, do ponto de vista político-filosófico, sobre como fazer a educação, sobre como mexer nas instituições. E essa faculdade herdou esse espírito, esse contato, deixou-a mais arejada intelectualmente. Era diferente, não tinha um dono, os professores participavam do conselho diretor, era uma escola mais humanitária. Lá, existia um diretório acadêmico, do qual fui participar logo na primeira eleição, no segundo semestre de 1976.

O clima lá foi surpreendente para a época, do ponto de vista dos autores que líamos. Tive um colega muito interessante, o Luiz Fernando, o Nanando, que era um militante da geração de 1972-1973 que tinha sido alvo de todos os processos repressivos. Havia feito essa militância, era médico formado e estava fazendo Psicologia. Tratava-se de um sujeito muito importante, do ponto de vista do arejamento do clima político que ele proporcionava, irmão mais velho, intelectualizado, muito conhecedor do Marxismo, isso dá acesso a outra perspectiva política. Obviamente que isso também incidia sobre a própria questão do movimento estudantil que começava a se estruturar, reorganizar, em 1976.

Vivi uma época muito oportuna, dos primeiros movimentos de retomada da organização estudantil, da tentativa de criar um comando estudantil, do Diretório Central dos Estudantes (DCE), que foi criado um pouco depois.

Eu podia participar parcialmente daquilo, porque eu estava no banco, trabalhava e estudava à noite. Mas, na época, encontrei outra coisa, esse cruzamento com o campo da esquerda me possibilitou acesso a uma organização denominada Socialista Internacionalista (OSI), também chamada no movimento estudantil de Libelu – Liberdade e Luta, uma tendência estudantil famosa pela sua forma aguerrida e “principista” de fazer política.

Essa organização fez intervenções e, apesar de seu pequeno tamanho, conseguia produzir muito barulho, do ponto de vista da mobilização social, graças à sua política rigorosa, a suas análises, estava em todos os lugares. Foi o momento de retomada do movimento estudantil no Brasil, da retomada do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo, a USP, em 1976. Não é um fato isolado, de alguma forma as forças atuam ao mesmo tempo. O movimento estudantil é o primeiro polo de enfrentamento direto da ditadura militar. O primeiro que vai pôr a cara para bater, o movimento sindical é pelego, com pelegos, como os que eu tive convivência no sindicato dos bancários: nada pode, com tudo é preciso tomar cuidado, tudo é perigoso, há muito medo.

No movimento estudantil, eu encontrei espaço mais ativo e combativo, acho que talvez o fator mais significativo do movimento estudantil para a sociedade, para o Brasil inteiro, foi a tentativa de realização III Encontro Nacional dos Estudantes, que acabou sendo realizado posteriormente, aqui na Bahia, inclusive com o apoio de Antônio Carlos Magalhães, o ACM, quando aconteceu o congresso de refundação da UNE. Mas, antes disso, fizemos uma tentativa, em 4 de julho de 1977, de fazer a retomada da organização estudantil no Brasil, com um congresso de fundação que está documentado e resultou em quinhentas pessoas presas, em Belo Horizonte. Uma das pessoas que estava nesse movimento era a Rita Rapold, que fez um *post* que li outro dia, dizendo que o ônibus da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que estava indo para esse encontro foi preso na estrada e obrigado a retornar, em comboio. Nós, que morávamos em Belo

Horizonte, fizemos os enfrentamentos mais diretos. Foi um belo dia de escaramuças na cidade, talvez tenha sido o batismo das ruas do ponto de vista da mobilização política, de enfrentar os cavalos, da correria, as palavras de ordem, gás lacrimogêneo, o batismo do gás lacrimogêneo.

Eu acho que esse momento é importante, porque ele marca a retomada da sociedade brasileira. Eu estava em um diretório acadêmico do curso de Psicologia, de alguma forma, produzindo essas mobilizações e todos esses processos de enfrentamento da ditadura militar, de militâncias e tal.

Ainda que eu não estudasse mais lá, deixei bons amigos na Faculdade Newton Paiva. O atual presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Verona, que foi meu contemporâneo de faculdade, o Milton Bicalho, meu contemporâneo na outra faculdade, o Ricardo Moretzsohn, outro contemporâneo na Fumec. Eles são alguns quadros políticos que depois vão animar a vida do Sistema Conselhos de Psicologia e, de alguma forma, foram forjados naquela época, não na mesma conjuntura, com as mesmas tarefas, com as mesmas preocupações. Ana Bock, Odair Furtado, são todos personagens de uma mesma época, quer dizer, estamos falando de uma geração que, de certa forma, depois vem retomar um projeto de colocar a Psicologia em determinado rumo, de determinada maneira, com determinados compromissos. Acho relevante dizer que essa geração foi forjada em enfrentamento direto com o tema da ditadura militar.

Eu acho que esse momento é importante, porque ele marca uma retomada da iniciativa da luta política por parte da sociedade brasileira. Pois em 1978 realizamos o II Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia (Enep) no contexto da VIII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto.

Não sei se os colegas que estou citando aqui vão também prestar depoimentos, mas acho importante fazer esse nexos, porque, em 1978, realizamos o II Enep. O I Enep foi um pouco mais esvaziado, pequeno, e aconteceu em Ribeirão Preto, São Paulo, no mesmo ano da tentativa de fazer o III Encontro Nacional de Estudantes, em 1977.

É como se aquela tentativa de fazer o encontro de estudantes para reconstruir a UNE, em Minas Gerais, tivesse ajudado a dar propulsão para o processo de organização política dos estudantes de Psicologia, que marcaram um encontro nacional deles, como se dissessem que, já que não se fazia o encontro da UNE, nós fazemos nosso encontro setorial.

Eu não estive presente no encontro em Ribeirão Preto, em 1977, mas estive no II Enep, em 1978. Um fato curioso e importante, que fala da Psicologia, associado a esse Enep é que, durante o ano de 1978, o Ministério da Educação e Cultura, aos seus moldes ditatoriais, convidou o professor Samuel Pfromm Netto, do Rio de Janeiro, para elaborar um novo currículo mínimo para os cursos de Psicologia. Na época, havia um currículo mínimo, hoje são diretrizes curriculares. Estou falando de reformulação do currículo de Psicologia em plena ditadura militar, com repressão, cerceamento, liberdades restringidas, silenciamento de cátedra, professores silenciosos, muito medo, muito receio do envolvimento das pessoas com a atividade política, movimento estudantil efetivamente só para os mais corajosos. Naquele momento, o Ministério da Educação e Cultura propõe uma reformulação do currículo, que gera um grande debate, porque o Samuel Pfromm Netto assumia efetivamente que a função do psicólogo era produzir a adaptação, era produzir ajustamento, era produzir normalizações. Não que a Psicologia por causa disso tenha deixado de cumprir essa orientação. É uma disciplina marcada por muitas contradições, mas era a oficialização de um projeto autoritário e com uma concepção determinada de Psicologia. As forças mais conservadoras e reacionárias nadavam à vontade no laguinho da ditadura militar, além de raramente haver confrontos.

Falando em raros confrontos, tem um nome que preciso citar como importante, a despeito das nossas divergências posteriores do ponto de vista político, dos destinos e, epistemologicamente, do que a Psicologia deveria ser, inclusive com interferência na definição das diretrizes curriculares. Falo da professora Carolina Bori, que foi presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

(SBPC), uma psicóloga formadora dos psicólogos paulistas, importante no curso de Psicologia da USP. É curioso, porque, do ponto de vista epistemológico e científico, ela pode, depois, ser considerada uma pessoa bastante conservadora nas suas concepções políticas, mas, do ponto de vista das liberdades democráticas, da luta pelo direito de expressão, da expressão da universidade, da cátedra, há de se reconhecer a professora Carolina Bori como militante importante das liberdades democráticas, presidindo a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Então, a reunião anual da SBPC era um dos poucos espaços que reunia intelectuais do Brasil inteiro sob a insuspeita finalidade de fazer o progresso da ciência.

Em 1979, a 31ª reunião da SBPC, em Fortaleza, também recebeu uma reunião convocada pelos estudantes de Psicologia, um Encontro Nacional das Entidades, alguma coisa assim, cuja grande finalidade era confrontar o projeto de currículo do Samuel Pfromm Netto. Foi criada uma comissão nacional paritária para o currículo de Psicologia e, nessa comissão, representavam os docentes as professoras Carolina Bori e Lélia Márcia Dias, o professor Telesmar Menezes. A Gláucia Diniz e eu representávamos o segmento estudantil nessa comissão.

A Gláucia Diniz é, atualmente, professora da UnB. A Lélia Dias, que é psicanalista na França já há uns vinte anos, na época, era uma professora muito progressista e incentivadora da mobilização e da organização dos estudantes. Também fazia parte, o saudoso professor Telesmar Menezes, que faleceu, suicidou-se, mas que era uma mente brilhante, psicossociólogo.

A ideia era que a comissão produzisse a proposta de novo currículo. É verdade que essa comissão não conseguiu produzir um novo currículo, mas eu queria registrar que essa iniciativa talvez tenha sido espaço de debates críticos em relação à institucionalização da Psicologia naquele período, polarizando as versões de uma Psicologia mais conformista, mais normalizadora, burocrática, cientificista, positivista e uma Psicologia, cuja ideia nasce no movimento estudantil, que servisse às necessidades do povo brasileiro.

Faço esse depoimento porque, muitas vezes as pessoas acham que essas aquisições surgiram de alguma cabeça iluminada, de alguém que pensou em compromisso social, ou que todos esses conceitos surgiram dessa experiência individual, burocrática das entidades. O movimento estudantil da Psicologia brasileira, do qual eu participei nesse período especificamente tão produtivo de 1977, 1978 – portanto, o Enep brasileiro – foi fundamental para, de alguma forma, forjar elementos conceituais, porque tínhamos esses professores conosco.

Não foi uma coisa apenas dos estudantes, do movimento estudantil. Uma comissão paritária, professores participando com estudantes de uma discussão aberta, fértil, livre, coletiva, companheira, sem hierarquias, foi um momento muito fecundo para disseminar o que seria idealmente o projeto de construir uma Psicologia que fosse voltada para as necessidades da população brasileira. A tentativa de discutir um currículo nos levou a avançar nessa interrogação: O que é uma Psicologia a serviço da Sociedade; a serviço do povo brasileiro?

Não poderíamos ter o compromisso social como ideologia tão bem assentada na Psicologia se não fosse a Constituição de 1988. No entanto, o movimento de 1978, fundacional, formulou para o movimento estudantil uma herança de posicionamentos progressistas sobre o que deve ser a Psicologia. Aquele momento garantiu uma espécie de ideologia para o movimento estudantil de Psicologia acerca do que deveria ser a Psicologia como ciência e profissão, das relações da teoria e da prática, da crítica ao tecnicismo, que era muito bem estabelecida, à ideia de que estamos só aprendendo técnica, mas temos de conhecer a teoria, ser criadores de teorias. Foi um momento muito fecundo em pleno período da ditadura militar, com toda a repressão, mas foi um momento de redemocratização dentro da ditadura e um momento de confrontação com a ditadura militar.

Os estudantes vêm primeiro sempre: em 1978, tivemos a primeira greve dos metalúrgicos, que o Lula comandou e não foi tão bem-sucedida, mas tivemos a volta disso em 1979, com a segunda greve do ABC, que foi uma greve mais bem-sucedida e tivemos a greve derrotada

dos metalúrgicos de 1980, quando Lula foi preso e a diretoria toda do sindicato dos metalúrgicos foi presa. Os anos de 1977 a 1980 marcam, do ponto de vista institucional, a ditadura um pouco despreparada para lidar com a nossa produção, com o nosso esforço para fazer esses enfrentamentos.

Nesse sentido, para a Psicologia, é um momento em que se constrói e, apesar de termos essa realidade da repressão política que topava colocar seis militares dentro de uma sala de aula para tomar conta do curso de Psicologia, além de outros que estavam em outras turmas, havia espaços mais arejados, como a Fumec e, obviamente, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde as coisas tinham também sua dinâmica estudantil muito ativa. Isso significou o processo de enfrentamento da ditadura militar. O pensamento psicológico progressista, o pensamento psicológico socialmente arejado foi forjado no enfrentamento da luta contra a ditadura militar, foi produzido na fricção, em uma exigência de dar respostas em um momento de muito fechamento.

Isso é algo para deixar registrado: o aspecto da geração. De como isso influencia, até hoje, do ponto de vista do projeto posterior, no ideário do “Compromisso Social”. De como as ideias de base são patrimônio coletivo construído pela comunidade, o papel do movimento estudantil na formulação dos primeiros objetivos, ideias.

Em 1978, deixei de ser bancário e fui ser professor do ensino público de Minas Gerais. Envolvi-me na preparação de uma grande greve dos professores. Em 1979, o estado de Minas Gerais tinha aproximadamente 30 mil professores e fazíamos assembleias com doze mil pessoas, inspirados no que os metalúrgicos tinham feito no ABC. Colaborei na fundação da Associação dos Professores de Contagem e fui o presidente de 1979 até 1983. Fui também militante fundador da União dos Trabalhadores de Ensino de Minas Gerais, que era um sindicato estadual, com sessões locais.

Paralelamente, continuei fazendo o curso de Psicologia, com aulas, provas, trabalhos, tudo acontecendo ao mesmo tempo. O que

considero importante nessa passagem é que obviamente, em 1979, eu já não tinha o mesmo interesse pela Psicologia, porque eu tinha descoberto algo muito maior, que era o movimento sindical, eu já tinha experimentado os bancários reprimidos e agora estava experimentando as aprendizagens do movimento social.

O relatório dos registros do DOPS aponta que fui sendo monitorado, me dão conta de que algumas coisas eu achava que eram clandestinas, mas estavam sendo monitoradas, documentadas. Impressiona que eles capturavam apelidos pessoais que eu só usava em círculos muito restritos, o que significa que potencialmente tinha gente infiltrada nos círculos em que eu tinha confiança.

A colega Marília Cançado, que tinha me precedido na diretoria do diretório acadêmico, deve ter se formado no ano de 1979. Em 1980, a Marília Cançado trabalhou nos Correios como psicóloga. Ela militava na mesma organização política que eu e nós tínhamos uma ação de promover sindicatos livres em qualquer lugar. Os sindicatos eram todos tutelados pelo Ministério do Trabalho, nós fazíamos associação civil sem fins lucrativos, associávamos todo mundo e imprimíamos um caráter sindical, dávamos um caráter sindical. Foi assim na Associação Professores de Contagem, que eu fundei, e foi assim também na Associação Livre dos Funcionários dos Correios, de que a Marília Cançado foi ser dirigente.

Em 1980, na greve dos Correios, a Marília Cançado foi presa no DOPS. Eu me lembro de um feito político muito relevante: eu, não sendo ainda, estudante da Fumec, mas já estando lá como esses alunos pouco regulares, conversei com o diretório acadêmico, conseguimos fazer uma sensibilização e a faculdade inteira parou, fez uma greve porque uma ex-colega estava presa por estar fazendo o que a Psicologia devia fazer: lutar ao lado do povo brasileiro. Fez greve por uma semana inteira em defesa de uma colega que, afinal de contas, não era mais estudante, mas era psicóloga. Os estudantes faziam pedágios para pagar o advogado, porque ela era uma batalhadora e não tinha dinheiro para tal. A colega trabalhava nos Correios, era funcionária burocrática,

mas, no discurso político, nós dizíamos “uma colega psicóloga que está presa”, o que conseguiu despertar essa solidariedade.

Eu tive um processo na Lei de Segurança Nacional, também em 1980, exatamente por incentivar, promover greve em setores proibidos. Respondi, em Juiz de Fora, a um processo da Justiça Militar e fui absolvido. Essa foi a hora em que retornou um pouco o jogo da repressão, eu tive minha casa duas vezes empastelada, ou seja, eles reviraram tudo. Nessa época, que eu tive o cuidado de dormir cada noite em uma casa, de não ficar duas noites no mesmo lugar, foram meses bem tumultuados.

Situações parecidas aconteceram com outros companheiros de militância da mesma organização, como o Julio Pires e a Isis Magalhães. O Júlio Pires teve seu carro roubado, quando chegou à delegacia para dar queixa, tinha uma senhora que estava prestando queixa de que o carro tinha sido usado em um assalto e reconhecia que ele estava participando no assalto, o que era, obviamente, uma armação do DOPS contra a nossa organização.

Em 1980, outro colega, o Davi Maximiliano de Souza, que era economista e professor como eu, foi acusado da tentativa de promover um atentado contra o general Figueiredo no dia 21 de abril, quando ia começar a greve dos professores mineiros. Nesse dia, o general Figueiredo ia geralmente para Ouro Preto, transferia a capital do Brasil para lá – uma coisa que existia na época da ditadura, de homenagear o alferes, o patriotismo, aquela coisa. Colocaram na casa onde ele vivia com a mulher e uma criancinha umas bananas de dinamite, junto com umas peças de relógio velho. O Davi foi acusado por isso e foi preso em Juiz de Fora por causa dessa farsa.

Então, as coisas não eram tão brandas, já não se espancava, não se matava, mas a repressão ainda tinha poderes de intimidação. O ano de 1980 foi também o ano em que os elementos da discussão dentro da Psicologia ganharam esses conteúdos. Com os ares da redemocratização, é possível circular o debate, a discussão. A oportunidade de participação, de militância, apesar da época, foi relevante para o processo formativo dos estudantes de Psicologia.

Eu me formei, continuei professor de práticas agrícolas no ensino público, ensino fundamental, para a quinta série, em duas escolas em Contagem. Continuei militante, presidente da Associação dos Professores de Contagem e vice-presidente da União dos Trabalhadores da Educação de Minas Gerais, colaborei com a organização da Conferência das Classes Trabalhadoras.

Em 1982, já temos uma retomada do movimento sindical, que finalmente consegue realizar a primeira Conclat e, em 1983, temos o congresso das classes trabalhadoras que funda a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Figueiredo ainda é o presidente, mas todo o aparato repressivo está estruturado, ele continua fiscalizando, vigiando, tomando conta, anotando, denunciando, prendendo e impedindo o funcionamento das estruturas sindicais.

Em 1983, então, eu sou demitido e não consigo encaixe de trabalho. Eu já vinha desde 1982 fazendo estágio em Psicologia Clínica na cidade de Contagem, consultório sublocado de uma colega, à qual sou muito grato, que me passava os clientes, indicava, clínica liberal, era a única coisa que podíamos fazer. Na Psicologia, não tinha nada. Eu era um militante superpolitizado, participava de várias coisas, mas dentro da Psicologia não existia espaço para você fazer alguma coisa. Assim por ser superpolitizado, quando me organizei para trabalhar, só pude fazer Psicologia Clínica. Duas colegas me convidaram para trabalhar com Psicologia Educacional, mas não me sentia atraído por já trabalhar como professor, também por motivos ideológicos estava fora de cogitação e só me restou a clínica. Então, fui ser um psicoterapeuta liberal e assim o fiz até 1986, quando ingressei na Saúde Pública, com três anos de experiência de viver exclusivamente de consultório, de dedicação integral em três consultórios, um em Contagem, outro em Belo Horizonte, outro na cidade de Santa Luzia, ganhando um pouquinho de cliente aqui, um pouquinho ali, concentrando horários, porque ser psicólogo clínico foi o exercício profissional possível, mesmo para um militante de esquerda com boa experiência, naquela altura, com seis anos de escola na esquerda.

Vou encerrar com uma reflexão que fiz quando propus ao Conselho Federal esse projeto de resgatar as memórias da Psicologia e a ditadura militar. Falamos muito de temas mais evidentes, podemos falar dos psicólogos que foram torturados, podemos falar das movimentações da resistência de psicólogos, do movimento estudantil, mas algo que fica pouco perceptível é como a ditadura militar foi condicionante para a configuração da Psicologia nos marcos restritos da prática liberal. No trabalho institucional com escola ou na prática do trabalho como psicólogo organizacional ou, como a chamávamos, na época, Psicologia Industrial ou de consultório. Na minha geração, não havia outra opção de trabalho como psicólogo para massa, para o grande volume, nós tínhamos de ser todos psicólogos clínicos, isso não era uma opção, não era uma escolha, era uma configuração.

Eu falo porque, desde 1978, estávamos formulando as ideias de que era preciso abrir o espaço para a Psicologia Comunitária. Na minha turma, em 1977, um professor muito querido, que também é filósofo e colabora com o Sistema Conselhos, professor Carlos Dravin, mineiro, intelectual, foi praticamente cerceado. Reduziram sua carga horária de forma que ele não pudesse aceitar mais ter duas turmas e dar duas horas de aula por semana, então ele abriu mão, constrangeram-no a pedir demissão. Isso aconteceu porque ele era muito posicionado. Ele saiu e, na impossibilidade de encontrar outro professor para substituí-lo nessa disciplina, a direção da faculdade tentou negociar, oferecendo um professor de outra matéria e, no próximo semestre, ele seria recontratado. Isso não aconteceu, mas é interessante para ver como havia uma mobilização capaz de fazer negociações com a faculdade.

Fizemos uma reivindicação a fim de ter Psicologia Comunitária no nosso currículo. O professor que se apresentou para dar aula de Psicologia Comunitária era um norte-americano, que começou a dar aula dizendo: “Eu sou o professor de Psicologia Comunitária, eu estou há alguns anos no Brasil, eu trabalhei no Brasil no Corpo da Paz”. O Corpo da Paz é a fachada que inteligência norte-americana, a CIA, usou para infiltrar no Brasil agentes “americanófilos”, com a finalidade de

fazer propaganda pró-Estados Unidos, sobretudo no Nordeste. Iniciou-se um debate, que o interditou, ele não teve mais como dar aulas. No movimento estudantil, já havia clareza dessa questão do acordo *MEC–Usaid* na ditadura de 1968, de como os Estados Unidos infiltraram vários agentes de propaganda americanos nos movimentos comunitários e nós tivemos um exemplo.

Esse exemplo fala do clima que a ditadura militar produzia na Psicologia. Até quando nós, de maneira progressista, buscávamos uma saída como, por exemplo, ter a disciplina de Psicologia Comunitária, e tentavam enfiar um agente da CIA, do Corpo da Paz, como se ele pudesse falar para nós. Essa época tem essa marca, a marca de uma inquietação, mas de uma impossibilidade prática e a Psicologia sofreu a consequência desse efeito da ditadura militar, desse clinicalismo; dessa “doença da clínica”. Conheci bem esse contexto do qual resultou essa deformação na minha profissão como um efeito direto do cerceamento à liberdade de expressão, como censura a todos os aspectos relativos ao social e à dimensão políticas de vida em sociedade.

A supervalorização das escolas teóricas da Psicologia talvez seja um dos efeitos da ditadura militar que persistem até hoje na Psicologia, na forma de ensinar Psicologia, o respeito, a atitude quase que canônica, quase imexível, imutável de que aprender Psicologia necessariamente passa por você aprender as teorias e os sistemas psicológicos.

No primeiro período da UFBA, o foco são três teorias e sistemas psicológicos, como se a Psicologia fosse um somatório de behaviorismo, Psicanálise e *gestalt* e como se ensinar Psicologia fosse ensinar as teorias orientadoras das correntes psicoterápicas. Então, o que as pessoas perdem de vista ou não alcançam, muitas vezes, é porque temos esse predomínio na estruturação de nossos currículos, de as teorias e os sistemas psicológicos terem ainda importância como se elas fossem as grandes orientadoras da intervenção. O que hoje os fazeres dos psicólogos têm a ver com as teorias e os sistemas psicológicos? Muito pouca coisa, mas por que o ensino da Psicologia continua centrado nas teorias e nos sistemas psicológicos?

As teorias e os sistemas psicológicos respondem à necessidade de orientar a formação para a prática psicoterapêutica, porque, fundamentalmente elas servem para dar base a uma atuação profissional na Psicoterapia. Segundo a pesquisa que está saindo agora, entre 2.400 pessoas na Psicologia, 30% declara que faz psicoterapia. Essa não é mais a única, a principal área. É uma das áreas. Você tem 70% dos profissionais fazendo outras coisas. Então, por que continua a centralidade das teorias e sistemas psicológicos? Por que os psicólogos continuam se identificando assim: eu sou psicanalista, eu sou gestaltista, eu sou behaviorista, eu sou psicodramatista, por que essa definição de linhagem continua imperando para definição da identidade psicológica? A hipótese que coloco à disposição dos analistas, no futuro ou no presente, é de que esta configuração curricular que nós temos até os dias de hoje, a despeito da mudança radical da realidade do mundo do trabalho, é assim porque, durante o período da ditadura militar, a Psicologia não podia fazer leitura do social, leitura crítica da realidade, leitura das problemáticas, a única coisa que o psicólogo poderia ser era decorador de interiores, não é isso? Os sujeitos chegam com o interior todo desarrumado e damos uma arrumadinha no interior. O psicoterapeutismo, ou essa ênfase na imagem que até hoje a mídia reproduz, tem história. Precisamos observar o quanto disso vem do peso da história e o quanto a ditadura militar foi importante para que a Psicologia tivesse assumido essa fisionomia. Depois da nova Constituição de 1988 e da redefinição da cidadania e dos direitos, há uma Psicologia do Compromisso Social, uma Psicologia dos Direitos Humanos, uma Psicologia das Políticas Públicas. Significa que o clima arejado, o fato de ter liberdade, o fato de as pessoas poderem tratar dos problemas como eles são, interpelar as instituições, questionar os modos das políticas, cria a possibilidade da transformação do perfil profissional da Psicologia.

Usando a comparação: você tem um clima político, ele dá um resultado, você tem outro clima político, ele dá outro resultado. O problema é que o clima político que deu esse resultado é a marca dos

primeiros vinte anos de institucionalização da Psicologia sob a ditadura militar. Esse é o tema sobre o qual como instituição, como Psicologia, precisamos refletir. São vinte anos, os primeiros vinte anos, os mais preciosos vinte anos, os mais prometedores vinte anos da Psicologia brasileira ocorreram sob a ditadura militar. Em 1962, é a criação da profissão, 1964, é o golpe militar, e vai até 1984, com a eleição do Sarney, começa o fim da ditadura.

Vinte e cinco anos depois da Constituição percebe-se, nos modos de ser da Psicologia, efeitos oriundos de sua origem na ditadura militar. É como se nossos cursos de Psicologia, nossos currículos, nossos conteúdos, nossas concepções tivessem mudado muito com as diretrizes curriculares, mas o efeito mais permanente talvez seja na cabeça dos professores, que vão falar de teorias psicológicas e sistemas psicológicos, a ênfase que vão dar a isso na formação do psicólogo. Todos vão ser clínicos porque não têm outra coisa para fazer, porque você não pode pensar sociedade e os temas da sociedade.

Sou psicólogo, sou doutor em Psicologia e pós-doutor em Sociologia, mas eu me defino como psicólogo. Como psicólogo social, busco ser um ótimo clínico e como psicólogo clínico, tento compreender todas as dimensões sociais que envolvem as produções do sofrimento das pessoas.

Essa dicotomia entre a clínica e o social, resolvi assim: sou um psicólogo que, como clínico, sou muito social e, como social, sou muito clínico. Quer dizer, eu quero produzir a possibilidade da articulação dessas coisas e, por isso me defino assim.

Sou anistiado político e recebi indenização como reconhecimento dos prejuízos que a ditadura militar produziu na minha vida. Mas relutei muito. Tive acesso às informações que o Estado brasileiro recolheu de mim por mais de uma década. Pude constatar, no processo de anistia, como a nossa vida era bisbilhotada e essa informação era utilizada para nos prejudicar. Devo ter tido acesso em 2007. O processo de anistia foi, para mim, uma coisa interessante. Inicialmente, fiquei muito em

dúvida: legalmente eu tinha direito, eu não posso esquecer isso. Minha filha mais velha vai fazer 31 anos e, quando ela tinha seis meses, fiquei desempregado e fui pintar parede. Eu tinha um conhecido que tinha habilidades de pintar parede e eu tinha a competência de agenciar, de pedir telefones. Então, conseguimos trabalhos para imobiliárias. Passei cerca de quatro meses pintando parede porque tinha uma criança de oito meses para alimentar. Eu era uma pessoa superindependente e tive que aceitar ajuda familiar. É óbvio que essas coisas causam constrangimento, mas depois isso foi útil.



RACHEL MENDES DE CARVALHO LIMA

Depoimento escrito entregue ao Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região, Bahia.

Ao Conselho Regional de Psicologia, 3ª Região, em parceria com a Comissão Nacional da Verdade:

Eu, Rachel Mendes de Carvalho Lima, Psicóloga 0779, formada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em janeiro de 1984, especialista em Saúde Coletiva, área de concentração Políticas Públicas e Gestão Estratégica em Saúde, ISC/UFBA, venho, por meio deste, relatar a experiência vivida por mim e meus familiares em relação à ditadura militar ocorrida no Brasil a partir de 1964 que, a meu ver, influencia a história política do país até os dias de hoje.

Esta oportunidade aberta pelo CRP 03 demonstra crescimento do Conselho em termos estruturais e políticos, e estabelece com seus profissionais registrados um espaço de abertura e confiança de muito valor. Coloco-me à disposição para outros esclarecimentos necessários.

Primeiro, é preciso refletir sobre o objetivo da descrição proposta, pois não é simples estabelecer uma comunicação de cunho tão pessoal e envolvente com instâncias de características formais e legisladoras de profissão, sem adquirir caráter reivindicatório, mas estarei atenta para que não tenha cunho de julgamento proscrito, ou que suscite dúvidas sobre a devastadora experiência em questão, principalmente suas consequências imobilizadoras, estigmatizadoras, que causaram prejuízos materiais para as pessoas que foram tolhidas em seus direitos inalienáveis: a liberdade de existir, pensar e manifestar seu pensamento em prol de uma sociedade mais igualitária e justa.

Nessa época, eu, Rachel Velloso Mendes de Carvalho, filha de Ênio Mendes de Carvalho e Lygia Velloso Mendes de Carvalho, ele deputado estadual pela Bahia, no segundo mandato para a legislatura 63/66, sob a legenda do Partido Social Progressista (PSP), contava apenas com quatro anos de idade e, apesar de vagas lembranças ou atitudes curiosas próprias da infância, tudo que relatarei, faz parte da transmissão oral feita por meus pais, acrescida das informações obtidas por meio de depoimentos e documentos que substanciam os fatos aqui descritos.

AS VAGAS LEMBRANÇAS

Em 1964, meu pai, Ênio Mendes, encontrava-se em plena atividade laboral e o contato familiar estabelecia-se, geralmente, aos finais de semana, pois sua chegada diária se dava à noite, quando eu e meus irmãos já estávamos dormindo. Nos finais de semana, nossa casa era muito movimentada por familiares, amigos, políticos. Nós, crianças, nos concentrávamos nas brincadeiras comuns de infância entre primos presentes e observávamos, a distância, alguma agitação entre as conversas dos adultos. A inquietação sofrida de minha mãe, a quem surpreendíamos em alguns momentos chorando ou expressando temores dos quais não compreendíamos a dimensão.

No entanto, era fato real a presença constante de um carro de polícia estacionado em nossa porta, que eu conferia da varanda todas as manhãs e informava aos familiares que “eles estavam lá”.

Lembro, também, que o movimento de pessoas em nossa casa foi diminuindo quase completamente, com visitas esporádicas de algum parente ou amigo que sobrou.

Certa tarde, meu pai chegou a casa feliz e nos reuniu para dizer que vencera o “mandado de segurança” e nos mostrou um isqueiro de prata presenteado por um colega em comemoração pela vitória obtida.

Morávamos nos Barris, bairro residencial no centro de Salvador, Bahia, próximo a uma delegacia da Polícia Civil, na qual meu tio Erikson Lins, cunhado do meu pai, estava preso e passou três meses detido. Ele havia sido destituído do cargo de prefeito no município de Esplanada, Bahia, pelo “comando revolucionário”, e que, segundo nos contaram, havia sido preso na investida do Exército ao município para prender meu pai. Como não conseguiram encontrá-lo, prenderam meu tio. Passado o tempo, meu pai contava sorrindo que havia sido informado com antecedência do ensejo de derrocada, e se escondeu por duas noites no cemitério municipal.

Por outro lado, meu avô materno era médico do exército com a patente de coronel. Homem de ilibada seriedade e rigor, ficou surpreso e indignado com as medidas de coerção estabelecidas pelo comando militar e interveio. Informou da injustiça que estava sendo cometida contra Ênio Mendes e argumentou a respeito da irrefutável dignidade

e competência legislativa do genro. Essa intervenção impediu a consolidação da prisão pleiteada, apesar de todas as outras medidas de controle exercidas sobre meu pai e nossa família.

ERA COMO SE FOSSE UMA PRISÃO DOMICILIAR.

Outro amigo político que frequentava nossa casa, a quem chamávamos de tio, o deputado federal Hélio Ramos, também foi “cassado”, e todos os assuntos que circulavam, por muito tempo, eram a cassação do meu pai, do tio Hélio e a prisão do Tio Erikson e dos demais companheiros.

Dáí por diante, instalou-se o medo, a inquietação, o sobressalto diante do telefone, pois já existia grampo e se falava contidamente e apenas o essencial. As conversas aconteciam em tom baixo para não sobressaltar as crianças. Acredito que todos nós fomos marcados durante anos, principalmente com o agravamento das ações de controle e coerção dos militares em relação aos movimentos contrários à ditadura militar instalada no país.

Lembro-me de uma ocasião em que fomos levados por minha mãe para tomar vacina contra varíola, em campanha coletiva de erradicação da doença e, no posto público de saúde, havia cartazes horrendos de pessoas que tinham desenvolvido a enfermidade e faziam analogia ao desenvolvimento da doença subversiva. Havia cartazes com fotos de jovens, homens e mulheres “procurados”, solicitando que denunciasses às autoridades quem os visse. Pareciam os cartazes dos filmes de velho oeste, dos assassinos e ladrões de gado. Incomodou-me a situação, não só pela curiosidade acerca do destino de tão pobres jovens, mas pelo temor de que meu pai viesse a participar daquela exposição funesta.

Nossa vida foi literalmente modificada com os tempos que se seguiram; em 1968, com a emissão do Ato Institucional Número 5 (AI-5), pelo interventor militar do país. O estado de direito e a democracia foram aniquilados, instituindo-se a ditadura militar de fato, com ações escabrosas para controlar e coibir os civis brasileiros.

Os direitos civis e políticos do meu pai foram cassados por dez anos, impedindo-o de assumir qualquer cargo público ou empresarial,

por conta do seu estigma subversivo. Não podia votar ou manifestar-se publicamente sobre qualquer questão coletiva. Estava impedido de solicitar empréstimos ou qualquer crédito em bancos oficiais. Mas era preciso viver e ganhar algum subsídio para criar quatro filhos e garantir a sobrevivência familiar. Meu avô paterno possuía uma fazenda em Esplanada e arrendou (espécie de aluguel de terras) ao meu pai, pois, dos onze filhos que possuía, era o que se encontrava em situação precária financeira e sem qualquer chance de encontrar trabalho, ou desenvolver algum investimento laboral.

Nós, filhos, com essa alternativa providencial, ficamos sem pai nem mãe, pois nossos pais viajavam todas as semanas para a fazenda, retornando nos finais de semana ou de quinze em quinze dias, enquanto estudávamos em Salvador e éramos criados pelas empregadas domésticas de confiança da família.

Daí surgiu a identidade paterna com a terra que o acolheu e modificou o seu perfil de homem público para homem “eremita” e pecuarista, como consta em sua identificação pessoal. Com o falecimento do meu avô paterno, meu pai comprou com bastante dificuldade a fazenda arrendada aos irmãos e à sua mãe e viveu praticamente até o final de seus dias dessa atividade agropecuária.

O Histórico da Cassação e a Reinvidicação de Direito para a Comissão da Verdade

1º mandato - 1959 a 1963 – deputado estadual pelo PR (Partido Republicano);

2º mandato - 1963 a 1967 – deputado estadual pelo PSP (Partido Social Progressista).

1ª Cassação – 28/4/1964 (ofício remetido à Assembleia Legislativa pelo Gal. da 6ª Região Militar, solicitando a cassação de deputados por interesse da Segurança Nacional); publicado no Diário da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) em 30/4/1964;

Não houve acusação explícita, nem defesa (ver discurso do deputado estadual Luís Humberto;

Impetrado Mandato de Segurança 545 – 27/8/1964 - advogado Milton Tavares - Ganho de causa por 20 x 0 – Tribunal de Justiça da Bahia.

2ª Cassação – 29/1/1965 – publicado no Diário da Alba em 29/1/1965;

“Senhor Presidente, a atitude assumida, hoje, por esta casa, ficará como um marco na sua história negra. Pergunto eu: como poderemos nós mesmos confiar nela, se depois de proclamado judicialmente seu erro, volta a cometer outro, imputando ao Dr. Ênio Mendes de Carvalho, um dos nossos mais brilhantes e honrados colegas, a pecha de falta de decoro? Ênio Mendes sempre foi um padrão de honradez. Imputar-lhe a falta de decoro parlamentar é afronta que não o atinge: é ato que deprime a quem o pratica.” Dep. Durval Gama (contestação do deputado na pg. 9 do Diário Alba de 29/1/1965);

Suspensão dos Direitos Cíveis e Políticos por 10 anos – Junho de 1966;

Requerimento à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia – Salários não pagos – 2010;

Ênio Mendes de Carvalho morreu no dia 18/8/2011 e foi velado na Assembleia Legislativa da Bahia.

O Jornal da Alba noticiou assim o fato:

“Ênio, o indecoroso”

Ênio Mendes (faleceu ontem e será sepultado hoje, às 10h, no Jardim da Saudade), era deputado estadual no segundo mandato, quando os militares derrubaram João Goulart e tomaram o poder em 1964. O novo regime quis cassá-lo, não tinha o que dizer, arranjou o motivo: falta de decoro.

Ênio tirava de letra:

- Para mim, é uma honra ter sido cassado por motivo injusto.

O corpo foi velado na Assembleia, com as honras de quem sempre honrou a casa.”

Concluídas as apresentações pessoais e referidos os fatos, documentos e depoimentos comprobatórios, acrescento, aos colegas conselheiros, que a vivência que tivemos, eu e meus familiares com tal momento de exceção do país, não desestruturou nossa família, como observado em pessoas que vivenciam grandes traumas, situações de adversidade, privações continuadas, torturas físicas ou perdas irreparáveis. Comparado com outros brasileiros que também vivenciaram o mesmo momento de terror do país, acredito que a solidez de princípios e valores do meu pai, apoiado incondicionalmente por minha mãe, com quem viveu casado e feliz até o último dia da sua vida, nos deu suporte para viver sob certa normalidade. Provavelmente despertáramos curiosidade nos colegas especialistas da clínica. No entanto, os prejuízos e desvios de carreira ou do destino que a ditadura militar impôs ao meu pai com a conivência do poder legislativo da época, de alguma forma, precisa ser reparada dentro da legitimidade de direito.

Ênio Mendes, temendo deixar minha mãe em dificuldades financeiras, fez um requerimento endereçado à Alba, em 2010, solicitando reembolso de salários não pagos pela instituição no período entre as cassações. O que até agora não ocorreu.

Meu entendimento é que, além dos soldos devidos, a Assembleia Legislativa da Bahia deveria retratar-se oficialmente em relação a essa cassação indevida, principalmente porque Ênio Mendes ficou na história baiana como um dos homens mais sérios e dignos daquela casa e, por conseguinte, da Bahia. A manutenção da cassação do mandato do meu pai por “falta de decoro parlamentar” em seu registro de vida pessoal e funcional é humilhante para nós, filhos e netos. Esta retratação precisa ser feita e divulgada pela imprensa para que a verdade sobre esse momento seja revelada. Portanto, solicito, em caráter de urgência, que, a partir da comprovação dos fatos aqui descritos, o CRP-03 junto com a Comissão da Verdade, viabilize o encaminhamento e manifeste seu apoio para que a ação se concretize.

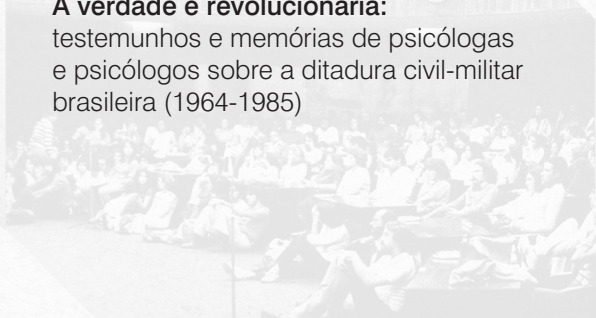
A verdade é revolucionária:



Distrito Federal

A verdade é revolucionária:

testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)



testemunhos e
memórias de
psicólogas e
psicólogos
sobre a
ditadura
civil-militar
brasileira
(1964-1985)

EQUIPE TÉCNICA DO CRP-01:

- Célia Maldonado Cunha - Presidente da Comissão de Direitos Humanos
- Izanilde Menezes Oliveira de Souza, membro da Comissão
- Antonio Carlos Amâncio, membro da Comissão
- Edmar Carrusca de Oliveira, psicólogo colaborador

IZANILDE MENEZES OLIVEIRA DE SOUZA

Depoimento escrito entregue ao Conselho Regional de Psicologia da 1ª Região (Brasília-DF).

OS ANOS QUASE DOURADOS

Eu tinha quase 19 anos, cursava o 3º científico no CIEM – Centro Integrado do Ensino Médio – quando, após realizar o curso de alfabetizadores pelo método Paulo Freire, em 1964, receberia meu primeiro emprego na sala de uma igreja em frente ao meu apartamento na Asa Sul. Na véspera da posse como professora, a revolução de 1964 foi deflagrada para meu espanto e decepção. Avisaram a todos que quem tivesse feito o curso poderia ser preso porque o material era subversivo e, para meu desespero, minha mãe queimou todo o material para me proteger.

Em 1965 entrei na Universidade de Brasília (UnB) e todos os eminentes professores do Instituto de Psicologia da época haviam sido cassados ou demitidos. Tive que aguardar dois semestres, cursando matérias variadas, para não perder a matrícula. Em 1966 o curso de Psicologia foi reestruturado, mas a repressão militar continuava e conheci alguns militantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), inclusive Hornestino Guimarães, que foi meu colega no 2º ano do científico do colégio Elefante Branco.

Nessa época, o ambiente universitário já era estranho. Em 1968 a UnB foi invadida várias vezes pela polícia e pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Por várias vezes corremos riscos, ouvimos tiros, bombas, vimos estudantes correndo e pneus queimando à porta das faculdades. Certa vez, um professor do Instituto de Psicologia, ao ver esse caos, levou alguns alunos em seu fusca para escapar da confusão. Ao chegarmos na L3 – via contígua à UnB – os policiais militares mandaram parar o veículo, revistaram o carro e, após abrir o porta-luvas, pegaram um folheto. Meu sangue esfriou, mas nada mais era do que um folheto de missa do referido professor. Eles nos liberaram, pudemos sorrir aliviados e seguir nossa fuga.

Assisti de longe a invasão da polícia na faculdade de Medicina, quando os alunos foram colocados em fila com as mãos sobre a cabeça de um aluno, futuro médico, que após longo tempo de recuperação física apareceu no restaurante da UnB, enlouquecido e promovendo

badernas. Para ir às aulas, pegava o ônibus na L2 Sul direto para a UNB entre 1967 e 1968, sempre encontrava uma colega, estudante de Direito, com ideias políticas avançadas e eu a ouvia atentamente. Em 1968, após as invasões da UnB, soube que ela havia sido presa e torturada e ficou com sequelas psíquicas graves. Soube nessa época que alguns colegas do meu curso estavam sendo procurados e alguns foram presos, como também alguns professores. Eles estão vivos e são a memória de uma longa história.

Em 1968 cursava Psicologia na UnB durante o dia, à noite lecionava português no CEMAB – Centro de Ensino Ave Branca – Taguatinga, habilitada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), tendo sido aprovada no concurso da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), hoje Secretaria de Educação. Um dia, dando aula, o colégio foi cercado e, depois, invadido pela polícia e pelo DOPS. Os integrantes do DOPS ameaçavam os professores e alunos, do lado de fora do colégio, afirmando que jogariam bombas e ficavam rodando os cassetetes, na caça a professores e alunos considerados “subversivos”. O pânico foi geral e ficamos presos das 19h às 3h da madrugada, quando eles invadiram o colégio, pegaram alunos e professores pelos jalecos e os atiraram no carro policial. Assisti, em pânico, com lágrimas nos olhos os queridos colegas sendo tratados como marginais. Nunca me esqueço daqueles rostos aflitos, repletos de medo, os olhares de decepção e o sentimento de abandono deles. Pensei que iriam me levar também, mas sabia da minha proteção divina. Não é fácil para mim recordar essa fase triste da minha juventude, mas história é sempre história através de seus fatos.

Em 1973, já casada, fui convidada e requisitada da FEDF para o Hospital das Forças Armadas (HFA). O regime no país ainda era militar, mas fui muito bem tratada e respeitada como psicóloga pelos militares da época. Posso afirmar que foi a melhor época profissional da minha vida, mas fiquei sabendo, no ano seguinte, que todos os dias o lixo de papéis das salas em que trabalhei eram revistados. Passei a ter mais cuidado e todo esse tempo da ditadura fui protagonista de um período que marcou e deixou registros mnêmicos insuperáveis. Essa é minha história.

A verdade

é revolucionária:



Espírito Santo

A verdade é revolucionária:

testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)



testemunhos e
memórias de
psicólogas e
psicólogos
sobre a
ditadura
civil-militar
brasileira
(1964-1985)



Conselho
Federal de
Psicologia

Conselhos
Regionais de
Psicologia

EQUIPE TÉCNICA DO CRP-16:

Integrantes da Comissão de Direitos Humanos do CRP-16 envolvidos diretamente com o projeto:

- Felipe Rafael Kosloski – Conselheiro Presidente
- Vensely Monserrato Masioli Barbosa – Conselheira Suplente
- Juliana Gomes de Figueiredo – Psicóloga Convidada

FERNANDO SCHUBERT

Entrevista concedida por Fernando Pinheiro Schubert ao Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região (Espírito Santo).

Todos que vivenciaram esse momento de ditadura sofreram os efeitos e a influência desse período, seja por meio da repressão direta, seja por meio de um modo de produção de subjetividade que os silenciava. Meu pai, por exemplo, esteve envolvido de forma mais direta. Não se tornou preso político, mas foi perseguido por desenvolver um trabalho crítico, de base, nas comunidades em que trabalhava como pastor luterano e lavrador. Eu até trouxe alguns documentos - uma coletânea de escritos que está sendo metodicamente organizada por ele - que registra um pouquinho dessa época.

Ontem, cheguei às 23 horas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) - onde faço o mestrado - e fiquei conversando com ele até 1 hora da manhã para tentar trazer um pouco dessa história.

Ele atuou no Norte do Brasil (Pará e Rondônia), na época da Guerrilha do Araguaia. Não esteve diretamente envolvido na guerrilha, mas trabalhou com os lavradores. Em seus registros, há o relato de assassinatos de lideranças camponesas e sindicais dessa região, assim como a reação de suas organizações e entidades na resistência ao regime militar e a um sistema de produção de desigualdades. Qualquer um que levantasse voz dissonante diante do que estava colocado tornava-se alvo da polícia.

Sua atuação pastoral estava comprometida com o povo pobre e oprimido, na perspectiva da Teologia da Libertação.

Essa atuação também encontrava resistência dentro da própria instituição que, em sua estrutura secular, mantinha relações políticas com outras instituições. Às vezes, ele era impedido de falar certas coisas ou era denunciado pelos próprios membros da Igreja. Ainda assim, mantinha o trabalho com as comunidades mais pobres desses rincões brasileiros em que só é possível chegar a barco ou a cavalo. Relacionou-se com várias lideranças que hoje se encontram no cenário político nacional, mas que, na época, faziam trabalho de base, de “formiguinha”, ajudando a plantar e a colher, resistindo contra os grileiros e pistoleiros, denunciando assassinatos e ameaças,

celebrando missas ecumênicas de denúncia dessa trama estabelecida, reunindo a comunidade para refletir sobre esse momento histórico a partir da sua própria realidade.

Meu pai nasceu em Santa Catarina, fez Teologia no Rio Grande do Sul, complementou os estudos em Pernambuco, com Dom Helder Câmara e na Alemanha. Da Alemanha veio para o Espírito Santo, sua primeira atividade pastoral. Atuou durante anos até licenciarse da Igreja e ir trabalhar diretamente com os lavradores, como lavrador, na perspectiva da Pastoral da Convivência. Quando estive na região Norte, no movimento de resistência, conheceu minha mãe, na época, estudante de Filosofia que participava das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Igreja Católica. Um ano depois de se conhecerem, optaram por vir para o Espírito Santo fazer esse trabalho com os lavradores daqui do município de Santa Maria de Jetibá. Foi nesse lugar que nasci, em uma região chamada Rio Posmozer. Eles compraram uma terra junto com outros dois pastores e um membro da Igreja da Alemanha, para fazer esse trabalho de base, reunir os lavradores, trabalhar junto com eles e pensar sua organização popular e emancipação social.

Ficamos uns três anos em uma terra em que não existia energia elétrica, foi preciso que eles mesmos, com enxadas, abrissem as estradas para lá viver. Desse trabalho de organização de cooperativas e sindicatos de trabalhadores rurais, ele foi convidado a disputar as primeiras eleições para presidente da Central de Abastecimento do Espírito Santo (Ceasa). Ele ganhou essa eleição com uma margem grande de votos, apesar de todos os mecanismos políticos da ditadura que beneficiavam seus candidatos. Esse trabalho de base, muito próximo e vinculado aos trabalhadores, foi fundamental para esse resultado. Quando ele assume, as resistências a sua pessoa continuam. Na Assembleia Legislativa, políticos se manifestam na tribuna, acusando-o de não ser lavrador, o chamando de comunista. Ele foi investigado pela Assembléia Legislativa durante um mês, a partir da formação de uma comissão. São muitas histórias que entremeiam

esse breve relato. Quando finalmente assume a Ceasa, descobre nas gavetas da mesa da presidência, um dossiê contra ele contendo informações desde que começou sua vida no Espírito Santo, com matérias de jornal, acusações de subversivo, de comunista, sugerindo que ele estava sendo investigado e enquadrado em categorias que, no regime militar, justificavam prisões arbitrárias, torturas e assassinatos. Nesse período, a Ceasa era ocupada pelo sobrinho de um deputado federal que, no Congresso Nacional, havia engavetado as Diretas Já, não as colocando em votação após sugestão de aprovação de um deputado do Mato Grosso.

No trabalho em Santa Maria, em virtude da atuação popular, ele também foi intimado a depor na Polícia Federal. Como pastor, toda semana ele subia ao púlpito e fazia prédicas. E todas tinham conotação crítica, relacionadas à realidade do povo. Isso, é óbvio, incomodava os setores sociais e políticos mais conservadores. Algumas perguntas que ele precisou responder na época: se era comunista, se tinha livros de Marx e Engels, toda essa história caricatural de perseguição aos que eram contra a ordem social e política instituída.

QUAIS EFEITOS EM MINHA VIDA?

Ser filho de militantes de Direitos Humanos contribuiu para minha formação intelectual, política e ética. Então, de certa forma, todo um traçado que eu tenho percorrido segue essa perspectiva crítica.

Meus pais se mudavam muito, devido ao trabalho pastoral. Eu morei em diversos lugares do Espírito Santo e um período em Pernambuco. Sempre em regiões de periferia, onde eles atuavam (comunidades rurais ou favelas). Ao mesmo tempo em que atuavam criticamente para fora de casa, atuavam criticamente para dentro. Essa coerência manifestou-se na nossa educação (minha e do meu irmão). Assim, quando viajavam (e eram muitas as viagens), ao invés de ficarmos na casa de um amigo, ficávamos na casa de um membro da comunidade: um final de semana em um barraco de madeira em

Padre Gabriel, em Cariacica, outro na casa de um pomerano, em Santa Maria de Jetibá, por exemplo. Isso nos colocou em contato com outras realidades sociais, culturais, econômicas, com que, em geral, a classe média não tem contato, a não ser a partir do vidro do carro, da andança esporádica entre um estabelecimento “protegido” e outro; diversas realidades que a TV mostra com outras conotações, da falta ou do risco.

Acho que eles nos colocaram em contato com essas realidades dentro de nossas atividades cotidianas.

Na 1ª série, estudei em uma escola pública do interior. Lembro-me que eu era o único que tinha sapatos, os outros iam descalços. Eram filhos de lavradores pobres. Parte da sala não tinha nem teto. Metade da sala era composta pela 1ª e 2ª séries e a outra metade, pela 3ª e 4ª séries. Eram muito diferentes. Alguns nem português falavam. Quando meu pai foi eleito pastor regional - algo semelhante ao bispo na Igreja Católica – passamos a vivenciar outra realidade socioeconômica. Morávamos em bairro de classe média e eu passei a estudar em escolas de classe média alta. Foi um choque de realidade difícil de lidar.

Meus pais sempre procuraram me dar o melhor, dentro de suas possibilidades, mas nunca quiseram esconder essas outras realidades. Ao contrário, sempre tentaram me aproximar delas. A desigualdade não acabou com o fim da ditadura. Muito menos com a repressão ou as perseguições políticas. Ainda hoje, vemos forças importantes daquele período ocupando lugares de destaque no cenário nacional.

Assim, apesar do fim da ditadura, a atuação política dos meus pais continuou. No período, em que o crime organizado comandava escancaradamente o Espírito Santo, essa atuação continuou a render muitas ameaças. Em certa altura, alguns defensores de direitos humanos sugeriram nossa inclusão no Programa de Proteção a Testemunhas Ameaçadas de Morte. Eu lembro que nos reunimos no Centro de Formação Martim Lutero, um centro de formação da Igreja Luterana, com o presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos à época, Sr. Isaias Santana e a então deputada federal Iriny Lopes

(assim como outros que não me recordo o nome) que nos fizeram essa proposta. Mas meu pai, sempre muito firme em suas posições, falou: “Não vou deixar de falar ou me esconder por conta dessas ameaças”. De certa forma, ele sempre viveu nessa linha tênue do risco.

Eu me lembro de uma oficina do Grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, na UFES, em 2004. Foi o primeiro momento em que eu falei publicamente sobre essa militância dos meus pais e seus efeitos na minha vida. Antes eu não falava sobre isso, era como se fosse uma realidade paralela. Eu vivia com meus amigos da classe média e não conversava com eles sobre isso. Fazia um curso de Psicologia elitizado, no qual não se via pobres ou estudantes de escola pública (ainda não havia as cotas). Parecia que não havia espaço para essas questões. Nessa oficina, a Vera Vital Brasil e o Eduardo Passos, do Grupo Tortura Nunca Mais, Rio de Janeiro solicitaram aos participantes o relato de uma experiência qualquer de violação de direitos humanos que tivéssemos presenciado, testemunhado ou vivido. Eu contei um pouco dos efeitos dessa história na minha vida: nesse período meus pais contribuíam na criação do Fórum Reage Espírito Santo, denunciando o crime organizado instalado nos poderes do Estado (Judiciário, Executivo e Legislativo), que tinha como braço armado o grupo de extermínio Escuderia Lecoq. Eu, enquanto estudante de Psicologia da UFES, passava um pouco ao largo do olho do furacão. relatei, então, que um dia ligaram lá em casa e perguntaram: “Você conhece o cemitério *tal*?” Apesar de perguntar quem falava, ele simplesmente respondia com uma nova pergunta: “Você gostaria de conhecer o cemitério *tal*?” Essa foi a primeira ameaça que recebi. O curioso é que não compartilhava isso com ninguém, nem com amigos, minha namorada ou até mesmo meus pais. Sofria um pouco desse efeito silenciador da violência, era algo difícil de falar. E não via espaços em que isso pudesse ser dito.

Nessa época, morávamos em um município da Grande Vitória e, em frente à Igreja, havia um bar que tinha uma movimentação muito esquisita. Apesar de ser um bar bem simples, era frequentado por pessoas que andavam em carros importados e que, muitas vezes,

reuniram-se ali a portas fechadas. Certa vez, meu pai anotou a placa desses carros e, com alguns aliados, verificaram que suas placas eram adulteradas.

Nessa reunião, no Centro de Formação Martim Lutero, em que sugeriram nossa inclusão no programa de proteção, disseram-nos que aquele bar era onde a Escuderia Lecoq se reunia para decidir quem iria morrer e quem iria viver.

A Escuderia Lecoq era uma organização legitimada socialmente. As pessoas andavam com seu símbolo (uma caveira com uma faca) adesivado nos vidros dos carros. De tão embrenhado na máquina pública, essa proposta fascista encontrava espaço e ganhava legitimidade perante a sociedade. A Escuderia Lecoq surgiu na época da ditadura, se não me engano, o nome foi uma homenagem a um policial que foi assassinado. A partir desse fato, formou-se um esquadrão da morte, no qual policiais se unem para vingá-lo ao arrepio da lei. A partir daí, desenvolvem suas próprias leis e julgamentos, ações de extermínio que objetivam desde a “higienização” das ruas até a eliminação de opositores ou dissidentes políticos.

Uma noite, voltando de uma festa na UFES (andava sempre de ônibus), um rapaz desconhecido se aproximou de mim, com a mão embaixo da camisa (simulando portar uma arma) e, colocando a mão (que não estava de baixo da camisa) no meu ombro, olhou-me bem nos olhos e me perguntou: “Tudo bem com você?”. Eu, um pouco tímido - como meu pai - respondi olhando bem nos olhos dele: “Tudo bem, por quê?”. O rapaz deu um sorriso e saiu andando sem mais nada dizer. Na hora eu quase me borrei... Sério! Quase perdi o controle dos meus esfíncteres. Essa experiência é, então, relatada no grupão e se torna o mote das discussões.

Falar sobre isso foi uma experiência realmente libertadora. Eu acho que também não havia falado com meus pais porque é sempre uma linha muito tênue saber o que é real e o que é paranoia? Sem essa clareza, por que contar? Para deixá-los amedrontados? Ou mais indignados? Se eles soubessem, tomariam providências na hora. De

certa forma, eles nunca se intimidaram com ameaças. Eles tinham convicção de que faziam o que era necessário ser feito, não só para eles, mas para a família, para a construção de outro mundo. Uma perspectiva político-missionária. Eles tomariam providências. E eu não sabia se em cima de algo imaginário...

OS EFEITOS

O que percebo claramente, na minha formação de vida, é que isso foi imprescindível para meu entendimento das enormes desigualdades desse país, para saber que pobre não é marginal, não é vagabundo, que a diversidade está colocada, que não existe um modelo cultural, não existe um modelo de vida, que existem vários estilos de vida diferentes. E que é necessário que a gente construa um mundo mais justo, mais equitativo, no qual as riquezas sejam mais bem distribuídas. As pessoas precisam intervir nessa realidade, acho que isso é uma mensagem que ficou corporificada.

Mas não eram só flores. A relação muitas vezes ficava difícil, endurecida. As dificuldades e os obstáculos que se elevam defronte dos que escolhem remar contra a maré também deixa marcas subjetivas nos militantes e seus familiares. Eu tive muitos conflitos com meus pais por conta disso. Teve um período em que eu nem queria saber ou ouvir falar de política, de direitos humanos, para mim bandido tinha de ser preso e era pena de morte. Era uma forma de reagir a tudo isso, tentar me localizar e opor-me ao que não compreendia.

Tudo isso, essa diversidade de mundo e de cultura, de lugares, de territórios, contribuiu para minha escolha profissional. Na Psicologia, na vida, essa experiência me ajuda a escolher perspectivas que se colocam ao lado de projetos críticos e alternativos. Desde a Psicologia Social à Institucional.

Fui diretor de movimentos sociais do Diretório Central dos Estudantes da UFES. Na época, atuava em uma organização não governamental, a Fase. Trabalhava com indígenas e quilombolas na

luta territorial e participava das ações da Via Campesina, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Nessa época em que me formei, a Via Campesina me ofereceu uma bolsa de estudos de Medicina em Cuba. Entretanto, logo depois de formado passei em um processo seletivo do Provita (Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas de Morte) e escolhi iniciar minha carreira profissional ali. Acho que essa escolha e minha contratação estão fundamentalmente vinculadas à minha história.

Passei a atuar com testemunhas ameaçadas de morte e a entrar em contato com todas essas pessoas que denunciam a corrupção policial, do Legislativo, do Executivo, do Judiciário. Por dois anos, eu atuei aí. Mas não estava satisfeito, era uma atuação que eu considerava curativa. Eu atuava com as “vítimas” de uma guerra social, em um trabalho que dificilmente atacava o que produzia essas “vítimas”. Sentia-me mal por retirar a pessoa do seu local de moradia e, ao final, a impunidade prevalecer. Enquanto isso, a pessoa deveria reconstruir toda sua vida, sem poder falar sequer da sua história.

Nós praticamente exilávamos essas pessoas. A maioria dos réus eram policiais e políticos e nós deveríamos ajudá-los a se esconder, porque os mecanismos ordinários do Estado não conseguiam garantir sua segurança. Enquanto isso, muitas vezes, os réus continuavam impunes, nos mesmos locais. Os que exerciam a “cidadania” eram retirados do local de origem e viviam escondidos: não podiam fazer ligações sem monitoramento, escrever cartas etc. Muitos eram militantes de movimentos sociais e a gente os tirava do seu local de atuação, onde eles tinham ancorado suas vidas.

Eu pensava no meu pai, o que aconteceria se ele tivesse de fugir? Eu achava isso muito perverso com essas pessoas. Aí me chamaram para trabalhar em Vitória, no Centro de Referência em Assistência Social (Cras). O salário era a metade do que eu recebia no Provita, mas a vontade de intervir de forma mais efetiva nessa realidade dobrava minhas expectativas.

Após o retorno de um encontro do Movimento de Trabalhadores Desempregados (MTD), em São Paulo, decido sair do Provita. Nessa época, eu ajudava no processo de construção de Assembleias Populares em Terra Vermelha, construindo espaços de discussão nos bairros. (Fico pensando: meus pais atuando na Pastoral da Convivência e eu, de certa forma, seguindo uma mesma direção.) Na volta do encontro do MTD, no ônibus, encontro uma colega da época da faculdade que trabalhava em um Centro de Referência em Assistência Social. Viemos conversando sobre nossas experiências profissionais. Neste equipamento, percebo a possibilidade de militar a partir da máquina pública, de trabalhar com participação social, cidadania, desigualdade social, movimentos sociais etc. Ingresso no Cras com a intenção de trabalhar na organização de movimentos populares, discutindo a realidade em uma perspectiva crítica, tentando problematizar o que está instituído, não culpabilizando as pessoas pela situação de pobreza e miséria em que vivem.



PAULA JENAÍNA COSTA

Depoimento escrito entregue ao Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região (Espírito Santo).

Meu nome é Paula Jenaína Costa, filha de José Américo Silvaes Costa, tido como comunista no ano de 1971, aos 16 anos de idade. Sou Paula em homenagem a Pablo Neruda, grande poeta e um exilado político, grande homenagem segundo meu “velho” pai.

Cresci em um ambiente no qual falar da ditadura era falar de dor e protesto. Lembro hoje das “Diretas Já”, com meu pai na sala, sentada a seu lado, vejo uma lágrima cair do seu rosto e me lembro de um olhar estranho.

Como psicóloga, hoje, entendo o estranhamento, ver meu pai chorar, o grande herói, e ver sua fraqueza em um momento de felicidade misturada ao alívio.

Por 40 anos, meu pai conviveu com a dor e a vergonha de ter sido preso pela Polícia Federal, retirado de dentro de uma sala de aula e apontado como transgressor, perigoso e coisas mais. Por quarenta anos, um homem de alma ferida e mutilada pela tortura e, preponderantemente, pelo afastamento de seus amigos, que foram presos com ele, mas, principalmente, por não saber por onde andava Amélia, essa tão falada em momentos de nostalgia, como irmã de caridade que, presa, desapareceu. Estaria viva ou morta, perguntava-se.

Hoje, com a visão de profissional, entendo, como filha, os grandes motivos de ser uma “PT” de ordem familiar, momentos esses em que meu pai, então sindicalista, conseguia expressar emoções, essas emoções difíceis de ver no dia a dia.

Por que lembrar tanto, 40 anos depois? Em 2011, após muitas dores e tentativas de esconder um passado de preso, um dos amigos de meu pai, ao tentar adotar uma criança, não conseguiu, visto que tinha sido “fichado”, preso. Diante desse cenário, Renato procurou abrir o passado, expor o que aconteceu e procurar por aqueles que junto dele estiveram na mesma cela de tortura por 15 dias.

Então, em um belo e emocionante encontro - que, de novo, como psicóloga, analiso como verdadeira “limpeza da alma” –, eles marcam um grande reencontro. Vão todos para a casa de Ozório, padre também

preso com eles como mentor do grupo de jovens da Igreja Católica, professor universitário em uma faculdade na cidade de Colatina, hoje não mais padre, acolheu seus meninos em um misto de choro, alegria e dor, dor sim, de ter de reviver tudo ao alívio do tempo, mas na situação de Renato. Observei como grande telespectadora de um filme real, em que meu pai, grande pai, foi um dos protagonistas. Juntos decidiram abrir os porões da alma e conseguir que a justiça fosse feita.

Lembro-me de Colombo (grande amigo do meu pai), em um choro compulsivo, dizer que ele não era nenhum “vagabundo”, com o perdão da palavra, e que foi preso para que eu, seus filhos e todos tivessem um Brasil melhor.

Minhas tias, irmãs de meu pai, relataram que elas tiveram um irmão até os 16 anos e, 15 dias depois, outro, um homem calado, contido e “inteligente”.

Ser filha das consequências da ditadura, analisando friamente, foi um grande aprendizado. Hoje me orgulho de ter tido um pai preso na ditadura, lamento ter um pai, muitas vezes, contido nas emoções, duro nos seus conceitos, mas hoje, por poder falar, um pai leve e certo de que fez o melhor. A Amélia está viva e ganhou um processo, como Ozório, na Lei da Anistia.

Ser psicóloga influencia alguém que viveu as dores de buscar ajudar e entender melhor a humanidade. Lembrando ainda que o único apoio, na época foi, da Igreja Católica, na pessoa de D.João, que, pelos “meninos” serem de um grupo de jovens da Igreja, tentou interferir para ajudá-los e, com grande amor e humildade, se deslocou para a cidade de Colatina e dormiu na casa de um deles para confortar a família e levar seu apoio.

Retornando a Vitória, realiza uma missa na sede da Polícia Federal, junto com dois dos presos (um deles era meu pai), e diz que não sobraria pedra sobre pedra. E, de fato, nada sobrou: hoje há ali um grande terreno baldio. Mais uma influência em minhas crenças e ensinamentos.

O SILÊNCIO

A percepção que tenho do silêncio do meu pai ao “mundo” externo era do medo de continuarem apontando sua vida como o eterno perigoso. Medo de como sua família era vista. Dentro de um recorte, seria histórico ele se formar em Pedagogia. E só conseguiu emprego porque passou em concurso público – quem dava emprego a um transgressor? Hoje, ele é professor universitário e encontra, pelo menos uma vez ao ano, com seus amigos que foram presos com ele.

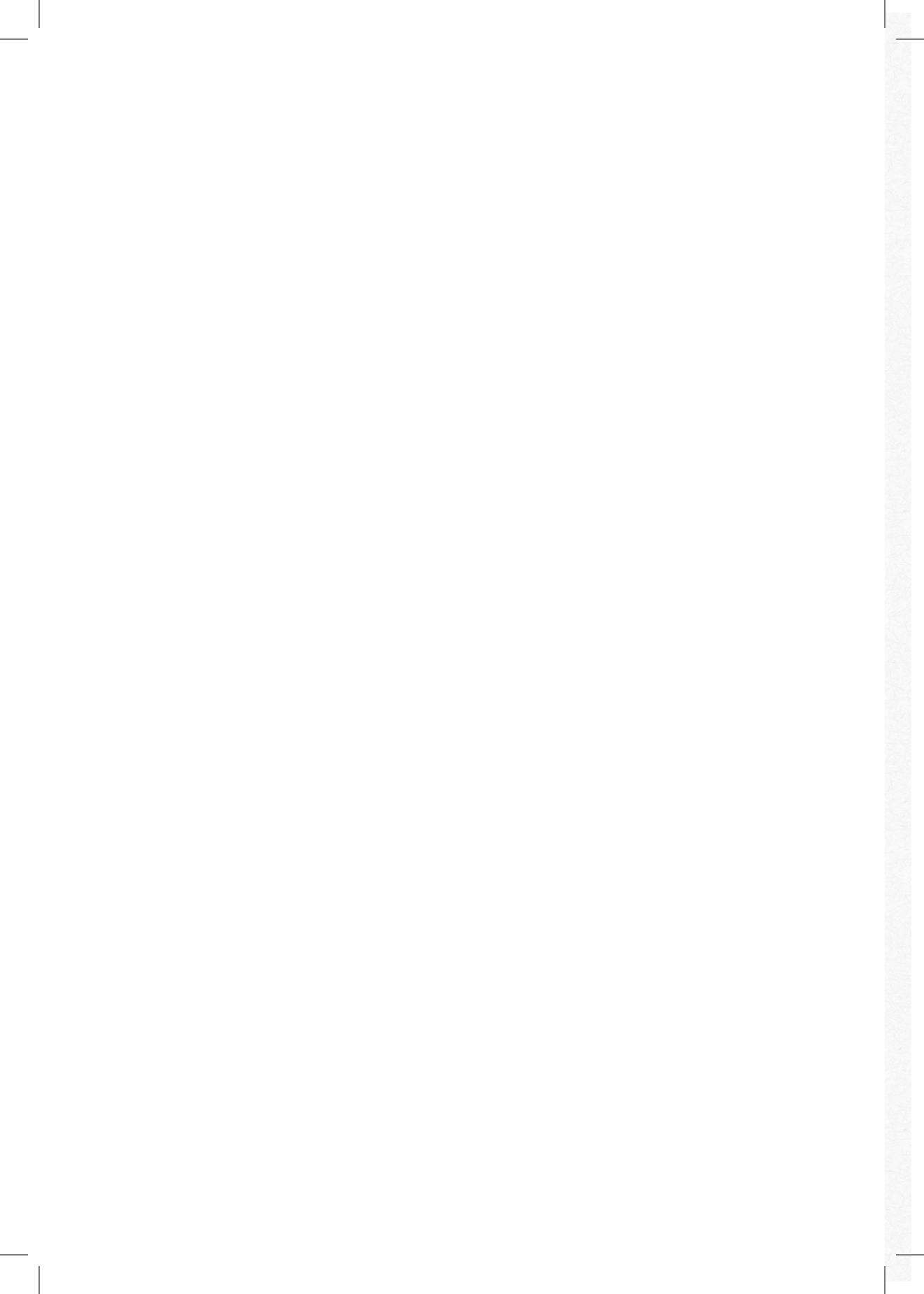
Fazer o certo foi importante para hoje viverem a certeza de que fizeram o seu melhor. Que são homens de bem e que não devem se envergonhar da sua eterna luta.

Hoje tenho um pai mais falante e sem vergonha de ter sido um preso político.

Foi percebido na época, e, de fato, claro e falado pelo meu avô, que estava ao lado do meu pai em qualquer momento. Sendo assim, passa a usar camisa vermelha (penso eu como seria a tal famosa blusa vermelha, tão lembrada por minha mãe), para mostrar sua indignação e, ao mesmo tempo, mostrar-se “moderno como o filho foi”.

REPARAÇÃO

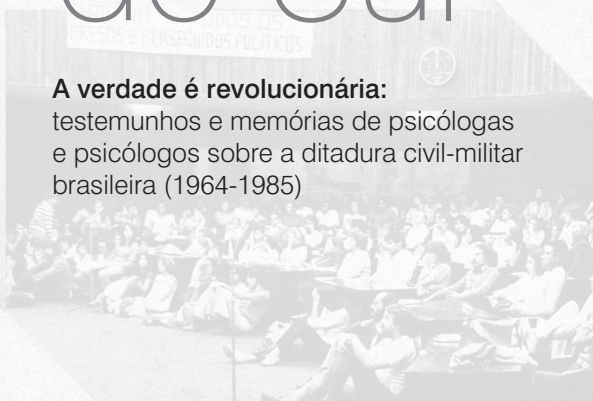
Hoje reparar o passado é impossível na minha percepção, mas retratar a verdade e ter a certeza de quem os apontou na época como os “fora de uma lei” está questionando até onde eles chegaram, para dizer a todos que eles eram e são jovens brasileiros com identidade e liberdade para dizer “não somos perigosos, somos vitoriosos”. Isso eu vejo em minha casa, ao analisar o discurso hoje emocionante de um homem que diz: “Fui preso político aos 16 anos de idade para te dar o Brasil que você tem hoje”. Ali, claro, diz ele, sendo pobre e de uma pequena cidade do interior.



A verdade é revolucionária:



Mato Grosso do Sul



A verdade é revolucionária:

testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)

testemunhos e
memórias de
psicólogas e
psicólogos
sobre a
ditadura
civil-militar
brasileira
(1964-1985)



Conselho
Federal de
Psicologia

Conselhos
Regionais de
Psicologia

EQUIPE TÉCNICA DO CRP-14:

Coleta e processamento do material:

- Renato Martins de Lima (jornalista MTB 489/MS - assessor de imprensa CRP14)

Integrantes da Comissão Regional:

- Marco Aurélio Portocarrero
- Norma Celiane
- Zaira Lopes

ENEIDA GONÇALVES

Entrevista concedida por Eneida Cristina Gonçalves Ribeiro ao Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região (Mato Grosso do Sul).

Meu nome é Eneida Cristina Gonçalves Ribeiro, sou psicóloga, tenho 55 anos, estou em Campo Grande há 33 anos. Na época do golpe, eu tinha 6 anos de idade. Então, eu não tenho grandes memórias a não ser do que se ouvia no rádio. Minha mãe ouvia rádio o dia inteiro, era como chegavam as notícias. Recordo-me de muito medo, muita tensão, mas eu, de fora, não me dava conta do que era aquilo. Depois de um tempo, meu pai, Odilon Lima Barros, que era farmacêutico e tinha uma farmácia em Montes Claros, Minas Gerais, precisou sair da cidade. Ele era comunista, era engajado, andava em um círculo de pessoas intelectuais da época. A família dele e a organização o ajudaram a sair de lá. Meu pai serviu o exército brasileiro na época da guerra.

Era um ex-combatente, ele foi para Itália e como interessava para ele estudar e trabalhar, logo depois da guerra ele se desligou do exército com a patente de tenente. Na época da ditadura, em Montes Claros, os amigos dele foram perseguidos e ele também. Ele respondeu a dois inquéritos policiais-militares. Isso eu sei porque ele me contou depois, mas na época eu não acompanhava.

Eu via a preocupação da minha mãe, o sumiço dele, mas eu não ligava uma coisa com a outra. Até porque ele não morava conosco. Ele morava em uma pensão e minha mãe levava comida todos os dias para ele. Tínhamos mais contato no final de semana, quando ele vinha e almoçávamos todos juntos.

Na época em que ele respondeu ao primeiro inquérito, ele compareceu e respondeu. Mas depois, com o desaparecimento e o sumiço dos amigos, com a violência, ele foi orientado a fugir. Ele veio da noite para o dia para Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Ele conta que demorou muito tempo. Andou a pé, no meio do mato, de carona.

Chegando a Campo Grande, ele ficou muito tempo sem trabalhar, porque não podia se registrar no Conselho, ele não podia se identificar. Ele, que era apaixonado por bioquímica, teve de vender a farmácia que

possuía. Ele viveu com apoio da família custeando suas despesas, até conseguir fazer o registro profissional no Conselho de Farmácia.

Quando ele fugiu, ficou sem dar notícia nenhuma. Nós não sabíamos se ele estava vivo ou morto. Eu escrevia para a família dele e não tinha resposta. Telefone? Não tínhamos naquela época. Depois de muito tempo, ele passou um telegrama escrito de trás para frente dizendo estar bem, que a não nos preocupássemos que assim que ele pudesse faria contato.

Passado esse tempo, ele foi trabalhar como funcionário em uma farmácia. Quando eu já estava no ensino médio, ele custeou o final dos meus estudos. Eu já sabia que queria fazer Psicologia. Então, ele me trouxe para cá, em 1980, para cursar Psicologia e morar com ele.

Depois que veio a Lei da Anistia, eu tentei conversar com ele várias vezes para ele se colocar, procurar um advogado, pois ele foi julgado à revelia, no segundo inquérito, e perdeu a patente, ela foi cassada. Eu tentei convencê-lo de que ele deveria buscar seus direitos na justiça, mas ele encerrou a conversa, ficou bravo. Era uma pessoa que separava muito o público do privado. Dizia: “É minha vida, o governo não tem de me sustentar”.

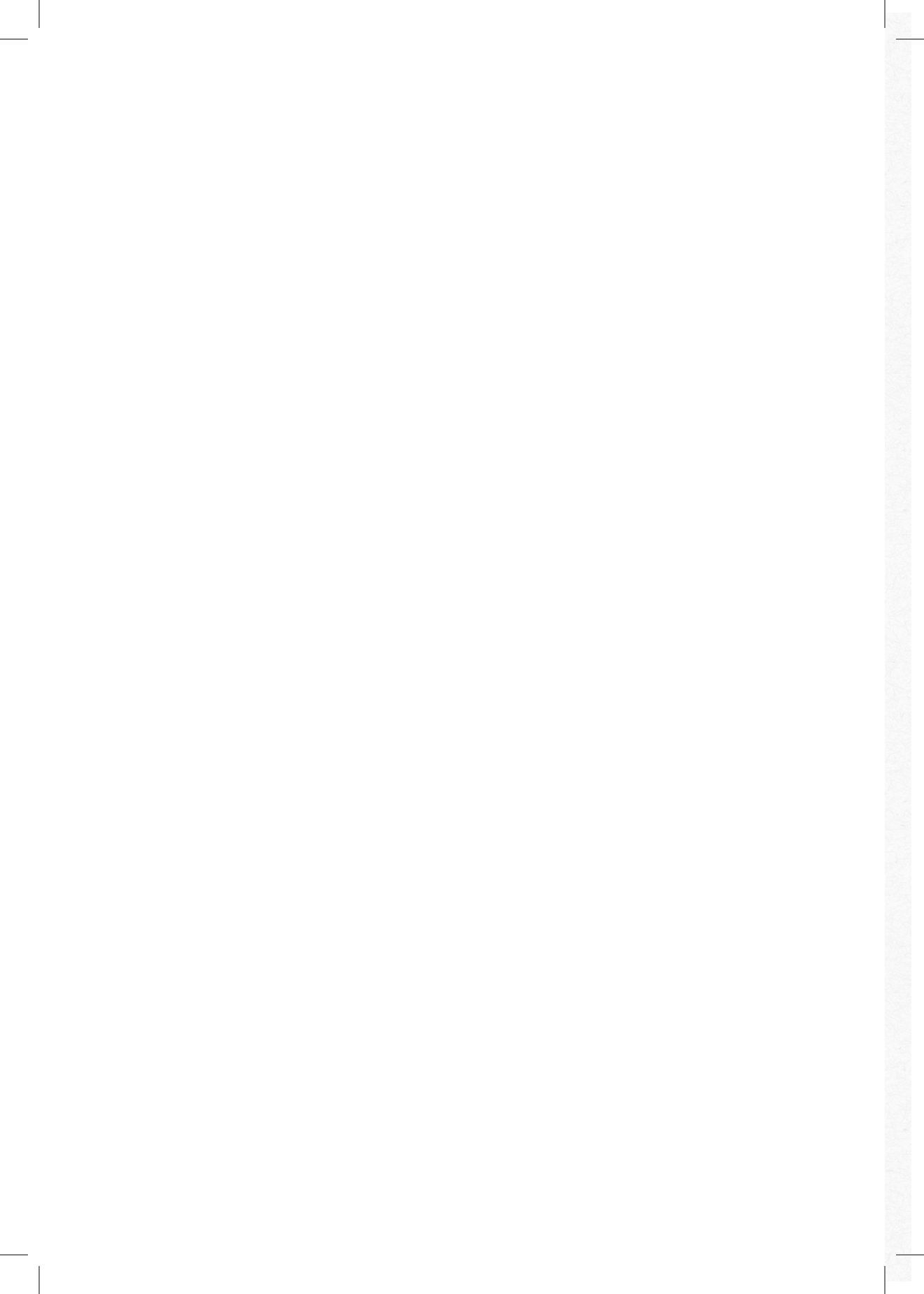
Para mim, ele era uma vítima e, hoje, eu tenho isso bem claro. Mas ele, também por orgulho, não quis buscar seus direitos.

Durante muito tempo, os governos militares pensavam que eram melhores administradores que os governos civis. A minha geração brigou pelas Diretas Já. Eu fui para a praça brigar pelas diretas. Era meu anseio votar para eleger o presidente, o governador. Quando eu comecei a votar, governador era indicado. Eu ansiava por poder exercer o direito de escolha. A verdade é que perdemos muito tempo de aprendizagem, eu acredito que o exercício de escolha de um candidato “a” ou um candidato “b” é um exercício que vai favorecer nossa aprendizagem de uma vida inteira. Não é em uma eleição que eu vou aprender que fiz uma péssima escolha. Na próxima eleição, eu vou selecionar melhor. Uma geração ficou prejudicada nessa aprendizagem política, também pelo fato de não poder falar do governo. Antes, as

pessoas que faziam críticas eram tidas como subversivas. As músicas, os espetáculos, o teatro, tudo era censurado, uma coisa boba que não servia de nada, não aplacava a ansiedade dos governos dominantes. Sufocaram a liberdade e o exercício democrático de poder escolher quem nos governa e hoje vemos uma onda de liberdade, de garantia de direitos pelo menos no papel e, em contrapartida, um eleitor que ainda não consegue melhorar o ato da escolha.

Do meu pai, ficou claro que, depois do que viveu, ele se tornou um homem covarde. Ele não se atreveu mais. Caiu em uma rotina cômoda, sem avanço, sem crescimento, sem novidades. Isso é contrário à vida que ele tinha antes. Ele se recolheu. Com relação a mim, eu tenho, desde a minha infância, essa aproximação com ele, o que me deu uma necessidade de ir mais fundo nas coisas. Ele me apresentou os jornais, ele insistia para eu ler os jornais, ele comprava livros para a ler. Ele questionava para saber se eu tinha lido. Ele sempre me instigou a ir atrás e buscar respostas e, principalmente, para ler. Ele foi um leitor de “mão cheia”, tinha muitos livros.

Para buscar os direitos dele com a Lei de Anistia, ele teria de reviver esse passado e contar a própria história. Acho que meu pai não aceitou contar a sua história, por isso não buscou direitos quando veio a Lei da Anistia. Então, talvez esse momento aqui seja uma forma para eu lidar com a minha impotência diante da vontade dele. Parte dessa história também é minha, faz parte de um passado que se reflete hoje no meu presente e no dele. É o que ele quis me contar, o que eu pude perceber.



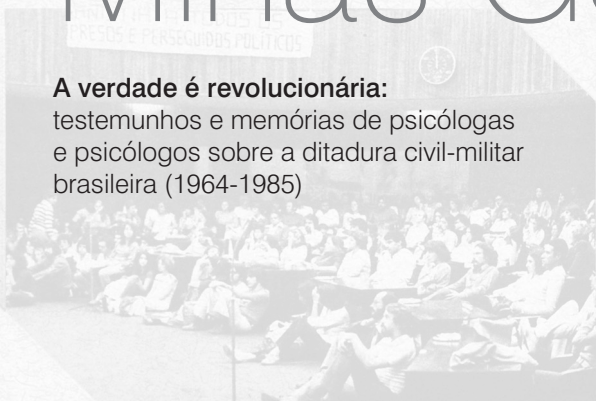
A verdade é revolucionária:



Minas Gerais

A verdade é revolucionária:

testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)



testemunhos e
memórias de
psicólogas e
psicólogos
sobre a
ditadura
civil-militar
brasileira
(1964-1985)



Conselho
Federal de
Psicologia

Conselhos
Regionais de
Psicologia

Na construção da Ação Direito à Verdade, à Memória e a Psicologia para o CRP-04:

Psicólogos(as):

- Marta Elizabete de Souza
- Maria da Conceição Novaes Caldas
- Milton dos Santos Bicalho
- Anna Christina da Cunha Martins Pinheiro

No processo do mapeamento dos psicólogos(as):

- Lívia Vieira Barcelete - Assessora de Comunicação
- Nathalia Raquel Monteiro da Silva- Relações Públicas
- Ana Lídia de Almeida Houri - Estagiária de Relações Públicas

Nas entrevistas:

Psicólogos(as):

- Marta Elizabete de Souza
- Milton dos Santos Bicalho
- Maria da Conceição Novaes Caldas
- Robson José da Silva Campos
- André Amorim Martins

Na relatoria:

- Luciana Franco de Assis - técnica do CREPOP
- Fernanda de Melo Jardim- Estagiária do CREPOP
- Maria Amélia de Souza- Estagiária do CREPOP
- Leiliana Sousa - Estagiária do CREPOP.

No apoio logístico:

- Wagner Viana da Silva- Assessor de Apoio à Gestão

ÂNGELA ANTUNES

Entrevista concedida pela psicóloga Ângela Maria Bicalho Antunes ao Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região (MG).

Por mais de 50 anos, calamo-nos para nos proteger. Com a oportunidade que o Conselho Regional de Psicologia nos concede, quero compartilhar a história deste brasileiro: Inácio de Loyola Gomes Bueno. Uma reflexão sobre a paixão, o idealismo, o medo, a dor e, sobretudo, da esperança de construir um Brasil melhor. Vou contar sobre sua história de vida a partir do seu envolvimento com os metalúrgicos de Volta Redonda, Rio de Janeiro. Levantar sua história é resgatar sua memória e homenagear esse homem que sofreu a repressão política, literalmente na alma e no corpo.

Ele era um padre idealista, engajado na Igreja dos pobres e oprimidos. Nessa época, a Igreja estava dividida: a Renovada pelo Concílio Vaticano II, ameaçada como comunista pelos militares e a outra conservadora de padres idosos, temerosos e usados pela cúpula militar. Inácio viu os líderes operários presos, torturados e os sindicatos controlados. Havia prisões sucessivas e arbitrárias de pessoas suspeitas e os jornais da região, *Jornal do Vale* e o *Aqui*, noticiaram tudo: a Igreja perseguida, os sacerdotes presos, exilados e mortos. Em 1963, tornou-se dirigente do Círculo Operário de Volta Redonda.

Nessa ditadura, foi justamente a Igreja Renovada que teve a coragem de enfrentar o Exército que invadiu Volta Redonda, tomando uma posição de defesa dessa população atingida pela repressão. Aos 38 anos de idade, Pe. Inácio Bueno teve seus direitos humanos violados, foi acuado e perseguido pelo poder militar e destituído de suas funções sacerdotais pelo Bispo D. Altivo Pacheco Ribeiro, da Diocese de Barra do Piraí. Ele ficou pressionado pelos dois poderes autoritários e sozinho.

Em 19 de junho de 1964, o sr. general Octacilio Terra Ururahy em “Solução de Sindicância”, encarece ao D. Altivo para a adoção de medidas que mantenham afastado o Pe. Inácio Bueno de suas atividades nas regiões de Volta Redonda, área sensível à segurança militar. Ele continuava sua luta por um espaço na Ação Católica, mas de novo foi calado por forças conservadoras, denunciado pelo prefeito de Volta Redonda em 2 de julho de 1964. Em carta de 2 de agosto de 1965, D. Altivo e o Conselho Diocesano determinaram que Pe. Bueno

deixasse suas funções de pároco em um prazo de 30 dias e abandonasse a Diocese, sob pena de suspensão de Ordem.

Dom Waldyr Calheiros de Novaes, novo bispo emérito de Volta Redonda, assumiu seu posto de pastor, aberto à realidade, humano e solidário, abriu novos caminhos para Pe. Bueno. Neste desafio da vida em prol da verdade, da justiça e do respeito ao ser humano, sacrificou sua saúde, custando-lhe duas cirurgias de estômago em decorrência de úlceras hemorrágicas. Afastado de suas funções e perseguido pelo Estado, restou-lhe aceitar sair do país, ajudado por D. Waldyr Calheiros de Novaes.

Em 1967, partiu para Lille, na França, em um exílio forçado por 8 anos, em um tempo sombrio com dificuldades de toda espécie: adaptação a uma Igreja fechada, incerteza do futuro, medo de voltar ao Brasil. Nesse período, na França, estudou Sociologia, foi para a Tanzânia em um grupo de estudos pedagógicos. Estudou Psicanálise Existencialista, preparando-se para um novo caminho na relação de ajuda ao ser humano em conflito. Tornou-se psicanalista. Nesse período, manteve correspondência com Dom Waldyr, que além de amigo, foi seu conselheiro. Ele teve suas cartas censuradas e precisou pedir a um amigo que fosse intermediário dessas correspondências.

Em janeiro de 1975, conseguiu voltar ao Brasil, mas não voltou para a região de Volta Redonda, ele ficou em São Paulo. Ele ainda era padre nessa época e quis até trabalhar com o bispo de São Paulo, Dom Evariso Arns, que também era um bispo muito aberto, mas escolheu a Psicanálise, e saiu da Igreja porque viu que estava difícil para ele. O nome dele já estava enquadrado. Então, a Igreja perdeu um sacerdote humano, um cristão respeitoso da espécie humana, um cidadão idealista.

Aos 38 anos, em plena maturidade produtiva, pediu seu ministério, ceifaram-lhe os ideais puros de luta pelos Direitos Humanos, pela democracia, cortaram-lhe em carne viva a dor de uma vida sem perspectivas. Adoeceram-lhe o corpo, dividiram-lhe o espírito, mas não lhe tiraram o compromisso com o ser humano. Nunca deixou sua militância política. Crítico de qualquer regime repressor e da mídia enganadora e destrutiva. Para ele, “o Ser sempre acima do Ter.”

Em cartas a D. Waldyr, ele fala de problemas financeiros, pois ele ganhava um salário mínimo, sendo uma pessoa extremamente culta. Ele tinha uma vida precária em São Paulo. Ele dizia que todos os padres, bispos e o papa deveriam passar pelo sofrimento dos operários que ganhavam salário mínimo. Ele praticamente vivia de favores, na casa de pessoas amigas, até que ele começou a trabalhar como professor, depois como diretor.

Quando o conheci, ele já tinha passado por essa fase, eu não acompanhei essa fase sofrida dele, eu só sabia dos resquícios que ficaram. Eu o conheci em um congresso de Psicologia em São Bernardo do Campo. Ele já não era padre e dirigia uma escola de Psicanálise. Nosso encontro foi um encontro de almas. Eu senti que já o conhecia de muito tempo. Um dia, no corredor do congresso, ele me deu seu endereço, foi o bastante para começarmos uma série de cartas e encontros, tudo na simplicidade da palavra e das emoções. Foi o começo de um grande amor entre nós.

Nós nos casamos em 1979. Tivemos dois filhos: Marcelo e Sara. Eles precisam saber da história de luta e conquista de seu pai. Ele foi o mais amoroso dos pais. Nunca levantou a voz para eles. Quando precisava falar algo importante para eles, escrevia cartas e cartas. Nós temos todas as cartas que ele nos escreveu ao longo de sua vida. E todas sem data, porque são atemporais. E Sara Antunes, atriz, fez uma linda homenagem a ele em uma peça: "Sonhos para vestir", dirigida por Vera Holtz e coreografada por Analu Prestes, em uma linda relação de pai e filha. Marcelo Antunes Bueno, por sua vez, empenhou-se e conseguiu editar o livro que ele escreveu para nós em 2001: "O futuro começou".

Marcelo é músico, com 12 anos de estrada tocando o melhor do rock paulistano. Inácio foi educador, psicanalista, esposo companheiro, pai de dois filhos e mestre de muitos. Em 2000 teve um acidente vascular cerebral (AVC) e começou uma jornada de 7 anos marcada por várias doenças: diabetes, hepatite, Mal de Parkinson. Lutou para viver, com a mesma coragem, otimismo e tolerância enfrentou tantos desafios de sua vida.

Nunca o vi julgando nem desrespeitando ninguém. Só cultivou um jardim de amigos especiais. Até 4 meses antes de morrer, ele atendeu a um cliente e mesmo doente ele tinha a sabedoria dos mestres e mais tarde esse cliente contou-me que viveu com ele os momentos de maior paz de sua vida. Encontro de almas!

Ele fez da Psicanálise sua melhor militância, soube tirar o melhor de cada paciente e ajudou muitos a se encontrarem com o seu mais profundo “Eu”. Em 2007, morreu em uma manhã sombria paulistana, mas no seu enterro a maioria de jovens nos chamou a atenção. E um sol lindo brilhou naquele céu nublado.

Seus amigos me ajudaram e eu escrevi sua história para a Comissão da Anistia, pela memória do Inácio, pois eu acho que uma pessoa que não tem passado não tem presente. Então, eu quis escrever essa história do meu marido para resgatar a sua verdade. Ele não me contou sobre seu passado. Ele me disse: “Ângela, vamos começar do presente. Nem você precisa falar da sua vida nem eu da minha!”. Eu respeitei. Depois, com o tempo ele me contou que tinha sido padre. E eu também fui freira, mas nós não sabíamos um do outro. Ele me contou que, quando ele era criança, quase morreu e a mãe ficou muito chorosa. Ela tinha 16 filhos. O pai falou: “Não chora não, ele vai ser ainda presidente da República” (risos). Ele não foi presidente da República, mas foi um grande brasileiro!

Ele foi sempre politicamente engajado. Era um petista militante, trabalhava na surdina, escrevia nos jornais, no painel de leitura, escrevia com os jornalistas, era amigo de várias pessoas, ele foi professor do atual senador Eduardo Suplicy, que tinha um carinho por ele e lhe mandava todos os livros que escrevia.

Fico pensando: O que a repressão fez com esse homem tão sábio, interessante, libertário? Ela impediu que ele vivesse plenamente, que ele fizesse as transformações para a liberdade, mas não apagou sua estrela nem impediu que sua luz mudasse os rumos, os ideais. Ele criou outras forças e sua semente vem produzindo frutos onde ele semeou.

“Somos movimento, processo, tempo.

Estamos sempre vindo-a-ser.

Por isso, falar do passado tem mais sentido, quando ele perpassa o presente.

Torna-se aqui, agora, eterno”.

ÂNGELA FERNANDES

Entrevista concedida pela Ângela Maria Cibiac Fernandes ao Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região, MG.

No dia 1º de abril de 1964, meu pai, Deodato Cibiac Fernandes, casado, foi preso. Residíamos na Rua Hercílio Luz, na cidade de Itajaí, Santa Catarina, uma rua bem no centro da cidade. Ele era funcionário do Banco do Brasil, responsável pela Cacex – que é a Carteira de Exportação – e era muito rigoroso em relação a isso. Quando tentavam embarcar madeira de terceira, ele fazia descer tudo e exportar madeira correta. Então, havia uma questão dos madeireiros com ele. Fora isso, ele era sindicalista, e nós, família, não sabíamos de nenhuma das atividades do papai. Só viemos saber depois de sua prisão.

Ele saía às 5h para ir ao porto, para resolver a questão da madeira, mas antes ele fazia panfletagem e outras atividades sindicais. Nós achamos, entre seus objetos, livros de todos os lugares, inclusive livros da Rússia, livros de Cuba. Ele foi preso no dia 1º de abril de 1964, por volta de 16h, tendo sido levado de casa sob mira de metralhadora, dentro de um camburão, por policiais que estacionaram dentro da vila em que nós morávamos, no centro da cidade. E, na época, minha irmã tinha 13, eu tinha 11, meu irmão tinha 3 anos. Ele foi levado para a delegacia local, onde teve de passar a noite, dormindo sentado, numa cadeira, incomunicável. Logo após a prisão, não podia receber nada, objetos pessoais, alimentação, nada. Às vezes, mamãe conseguia chegar perto e ele jogava uma caneta com bilhete, alguma coisa assim.

Depois, ele foi conduzido para a cidade de Florianópolis, onde respondeu a inquérito do Exército. Foi divulgado que ele teria sido solto logo depois, o que não aconteceu. Ele teria sido levado novamente para Itajaí e, ali, eles reuniram todos os presos políticos em um hospital. Eles mandaram esvaziar uma ala do Hospital Marieta Konder Bornhausen e ali ficaram todos os presos, numa sala só.

Nós – a família – fizemos amizade com o guarda. Havia um guarda muito bom: ele não concordava com a situação e nos deixava entrar – eu, minha mãe e minha irmã – fora da hora de visita. Conhecíamos muitos outros presos, fizemos uma relação de amizade, conversávamos com todos, e eles gostavam quando nós chegávamos, porque levávamos

comida, coisa gostosa. Não só para o papai, como para todos. Então, era muito bom, mas eles estavam presos ali, dentro daquela ala mesmo, era como se fosse uma enfermaria grande, com as camas todas ali, uma do lado da outra. Ali eles estavam presos, não saíam, iam tomar o sol na horta e voltavam sob a mira dos guardas. Mas esse guarda em particular nos ajudou a entrar fora dos horários permitidos.

Meu pai foi libertado em junho de 1964. Havia ficado preso durante os meses de abril, maio e junho de 1964. E, após a libertação, continuou sendo vítima de muita prepotência policial, além das injúrias, difamações pessoais e ameaças da população local, que era muito tradicional. Havia aquele movimento Tradição, Família e Propriedade (TFP) que desfilava pela cidade. Então, apareciam muito aquelas frases: os satânicos vermelhos. Os comunistas eram os satânicos vermelhos. Nós fomos alvos de comentários muitos maliciosos: “Ah, filhas de comunista, ele vai ser jogado em alto-mar, ele vai ser deportado”. Sofremos muito com esse tipo de tortura mental. Ele já saiu da prisão muito abalado, porque tinha uma úlcera muito séria. Já sentia dores antes de ir, e saiu muito abalado em função do estresse, dos maus-tratos recebidos em relação ao sono e à alimentação. E pela prisão, porque, por ser o homem que foi, foi uma prisão brutal, vexatória, uma prisão assim é infame.

Depois que ele foi liberto, o Banco do Brasil o transferiu para uma agência em Goiás, na cidade de Goiânia. Foi durante o processo de anistia com que entramos que descobrimos que foi como uma punição para ele, ir para um lugar o mais distante possível daquele onde morávamos. Logo após essa transferência para Goiânia, que foi em 1965, ele veio a falecer, em 1966, de câncer do estômago, no dia 11 de agosto, com 48 anos.

Ele faleceu, na verdade, no Rio de Janeiro, porque ele foi tentar uma última cirurgia, mas já sabíamos que não tinha jeito. Ele está enterrado no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.

A família sofreu duas perdas. Uma foi a perda pela prisão e outra, a perda pela morte. Os danos foram de ordem afetiva, de ordem moral, de ordem emocional, de ordem financeira, considerando que nós ficamos sem o pai e minha mãe ficou viúva aos 38 anos.

Quando a Polícia entrou na residência, a família inteira viu, nós todos vimos. Ele tinha muitos amigos, e um deles bateu um pouco antes e falou: “Cibiac, você é o próximo da lista. Fique preparado, porque a lista já foi entregue. Eles vêm te pegar”. Não deu nem 10 minutos, já enfiaram o pé na porta. E nós estávamos todos em casa. Eu tinha acabado de chegar do colégio, e a minha irmã, meu irmãzinho pequeno e minha mãe. Nós todos assistimos a ele sendo empurrado para dentro do camburão, com metralhadora, aquele estardalhaço todo. Começamos a chorar, gritar. Não entendíamos nada, não sabíamos o que era aquilo.

Houve outros presos naquela época. Quando eu voltei a Itajaí e fui ao Arquivo Municipal é que encontrei os jornais. Voltei lá por volta de 2002. E foi muito difícil voltar, porque, na época de entrar com o processo, nem eu nem minha mãe conseguíamos fazer o relato. Minha irmã não quer nem ouvir falar, nunca quis, quis até queimar os livros. Nós temos livros parcialmente queimados porque conseguimos salvar uma parte, tirar do fogo. Mas eu consegui entrar nos arquivos e dei de cara com os jornais dizendo: “Foi preso hoje, na cidade de Itajaí, o Sr. Deodato Cibiac Fernandes, funcionário do Banco do Brasil”. E a lista de todos que tinham sido presos com ele. O maior desgosto dele foi ter sido delatado pelo melhor amigo. O melhor amigo dele tinha duas opções: ou delatava ou era preso também. Delatou e ele foi preso.

Na lista, tinha estivador do cais do porto, médico – que era o médico da nossa família – engenheiro, professor, pessoas de várias classes sociais, mas todos ligados a um mesmo movimento, que era um movimento pela justiça social. Todos eles tinham correspondência direta com China, com Rússia, tanto que tínhamos livro da China, da Rússia e de Cuba. Todos tinham essa vinculação forte.

No sindicato meu pai tinha atuação desde 1958, quando ele foi ameaçado de ser preso num debate em que havia começado a fazer um discurso já bastante revolucionário. Então, ele foi vítima de reação mesmo. Os policiais tentaram pegá-lo e ele escreveu uma carta para a patente maior do Exército, delatando esse fato. Então, desde 1958, ele já estava envolvido com isso. Ele tinha um antecedente quando, em 1964, foi denunciado. Nós não tivemos acesso a nada material da época, só

ao arquivo do jornal, mas sabemos que existem os processos, parece que foi arquivado na biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina. Eu já escrevi várias vezes buscando esse material, mas não consigo localizar. Eu queria ver como foi o caminhar do processo. E ele foi liberado para fazer sua própria defesa. Ele fez sua defesa. Isso é mais relevante.

O que eu tenho aqui são os documentos que eu peguei, um jornal de 12 de abril de 1964: “Sindicato dos bancários vai ter comissão e sindicância”. “A polícia contra os inimigos do regime”. “Ação do exército e da polícia contra os inimigos do regime”. Está aqui: “Nas cidades das praias foram presas as seguintes pessoas: o Sr. Naor Cardoso, presidente do Sindicato dos Bancários de Itajaí; o Sr. Deodato Cibiac Fernandes, encarregado da carteira Casex do Banco do Brasil; Sérgio Lemos, presidente do Sindicato da Construção Civil da Praia de Camboriú; Dr. Dirceu, médico; Valdeiro Cordeiro, presidente da Sociedade Beneficente dos Trabalhadores de Santa Catarina”. Está vendo? Picoli era o cirurgião dentista, Arnaldo Nicolas, que era o amigo dele, administrador do porto de Itajaí, Carlos Voguel, eletricista, Nilson Goldin, gerente da Caixa Econômica de Itajaí, Carlos Fernando Prié, gerente da Companhia Americana de Seguros. Isso só em Itajaí.

Depois tem a lista dos presos em Blumenau. Os nomes de todos eles saíram. “Detidos vários líderes sindicais em nossa cidade”. E aqui: “Autoridades procuram localizar elementos de etiologias contrárias ao nosso regime”.

Diz assim: “Deodato Cibiac Fernandes, encarregado” – de novo – “da carteira...”, “foram entregues às autoridades do Exército que os transportaram para cidades vizinhas. Segundo informações, as razões que exigiram as prisões foram: evitar que perturbações de ordem sejam criadas por aqueles que orientam as massas trabalhadoras; proteger os líderes esquerdistas da própria população, que, evidentemente, poderia, em certas circunstâncias, ser levada a um ato criminoso; conhecer o pensamento dos detidos para soltá-los imediatamente, desde que se comprometam à observância da ordem e a não praticar qualquer agitação”. O jornal chama “A nação – edição de Itajaí”.

Eu não sei o que aconteceu com esse grupo, porque, como nós fomos embora, perdemos contato. Logo depois, papai adoeceu e, provavelmente, ele mantinha contato com o grupo, mas nós não. Então, nós não sabemos o que aconteceu.

Pelo histórico que veio da Comissão de Anistia é que nós sabemos por que ele foi mandado para Goiânia. Aqui consta, no que foi recebido da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), que meu pai “fez transitar dentro do Banco do Brasil uma revista editada no Chile, de nome ‘China ilustrada’, fato esse que torna mais suspeitas ainda as afirmativas sobre sua pessoa”. O texto cita ainda que ele participou do movimento de agitação que terminou em quebra-quebra e de ter participado em piquete, cometendo crime contra a segurança nacional. Ele fez inúmeras inimizades quando de sua função na fiscalização de exportação de madeira – porque ele era muito rigoroso em relação a isso.

Na Comissão de Anistia, apurou-se que, no Banco do Brasil, “a punição foi transferência de localidade, a dispensa da função comissionada, a permanência no cargo”. A aposentadoria: “é incabível a concessão de prestação mensal permanente e continuada, conforme a requerente pediu”. Se ele estivesse no banco, ele perceberia como rendimento um valor atual na faixa de R\$ 9 mil. E a viúva, que é minha mãe, recebe na faixa de R\$ 1.480. Houve também perda financeira muito grande para a família.

“No intuito de afastar os funcionários considerados subversivos do meio das agências o Banco do Brasil, através do Serviço Nacional de Informação (SNI), forneceu diversas informações de funcionários ao Conselho de Segurança Nacional (CSN). Tais informações eram encaminhadas em forma de relatórios diários. Com as informações prestadas ao Conselho de Segurança, diversos funcionários foram demitidos de seus cargos com base nos atos institucionais promulgados no período da ditadura. Com o advento da Lei 6683/79, muitos funcionários foram anistiados e readmitidos”. Mas, em 1979, papai já tinha morrido, porque ele morreu em 1966.

O encarregado do inquérito concluiu que o requerente estava enquadrado no artigo 4, inciso II, e artigo 12, da Lei 1802/53, e remeteu os

autos ao comandante do 23º RI – a quem cabia solucioná-los. Em 15 de junho de 1964, os autos foram remetidos ao comandante da 5ª Região Militar. Em 3 de setembro de 1964, o encarregado geral remeteu ao presidente da Comissão Geral de Investigação os autos da investigação sumária decorrente do Inquérito da Polícia Militar instaurado em Itajaí para efeito das sanções previstas”. O que aconteceu em 1958, que falei anteriormente, foi esse quebra-quebra, houve uma reunião que acabou em quebra-quebra, porque algumas pessoas que eram infiltradas entraram ali. Não foram eles. De fato a revista circulava, porque eu até achava bonita, era uma revista que tinha ilustrações. Eu via a revista lá em casa. Meu pai “ficou declarado como anistiado político *post mortem* Deodato Cibiac Fernandes”. Nós recebemos “concessão de reparação de caráter indenizatório, em prestação, perfazendo o total de R\$ 13.850.

Hoje ele é considerado anistiado *post mortem*. A minha mãe recebeu uma indenização de R\$ 13.950,00, porque foi decretado que as indenizações seriam simbólicas. No governo Lula as indenizações eram altas, eram indenizações de 100 mil, 200 mil, 300 mil. Mas as indenizações passaram a ser simbólicas. O que mais é relevante?

Interessante que muitos presos – isso eu fiquei sabendo de algumas mulheres também viúvas – morreram de câncer de estômago. A suposição que se levanta é que era uma área muito atingida durante a tortura e, como ele já tinha uma fragilidade na área – ele logo tinha uma úlcera muito grave – então, logo depois, veio hemorragia e aí já se descobriu um câncer no final, quando não havia mais recurso.

Eu escrevi uma peça, chama-se “Marcas e memórias”, que apresentamos na Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas (FACED), de Divinópolis, Minas Gerais. É justamente uma peça toda voltada para a questão da prisão, de presos políticos. Eu já a apresentei também na Pontifícia Universidade Católica (PUC), campus Arcos, Minas Gerais, com um grupo de alunos e professores.

EMELY VIEIRA SALAZAR

Concedeu entrevista ao Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região (MG).

Meu nome é Emely Vieira Salazar. Formei-me em 1969, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC). Fui presa porque militava no movimento estudantil. Eu era do Diretório Acadêmico (DA), do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e tudo mais do movimento político estudantil. Toda a minha família foi atingida. Minha mãe, a família, todo mundo sofreu muito naquela situação.

Na época, falava-se muito em tortura e o governo afirmava que não existia tortura. Nós tínhamos como trabalho, como meta, denunciar a tortura. Aqui, em Belo Horizonte, estava presa uma turma de estudantes de Medicina, nós enviávamos relatórios para a Anistia Internacional do Brasil, para fora do país, para todo canto. O DCE assumiu isso e, como se diz, eu abracei essa causa. Uma turma da Universidade Federal de Minas Gerais foi presa e eu falei “da Federal, isso não me atinge não” (risos). Fui para casa, fui ser madrinha de um casamento e, quando voltei, a polícia chegou lá em casa, fui presa. Eu estava com a carteirinha do DCE no bolso. Isso foi 1970. Eu tinha acabado de me formar e fui presa. Brinco que foi minha pós-graduação.

E eu era muito ingênua, eu acreditava nas instituições, eu acreditava no exército, eu achava que eram instituições sérias. Então, eu fiquei tranquila, não vai acontecer nada, isso vai ser esclarecido. Não fiquei com medo de acontecer nada e foram dois anos de cadeia, tortura e tudo mais.

Eu fiquei no DOPS, no Departamento de Ordem Política e Social, depois fiquei em Juiz de Fora, no presídio. Voltei, fiquei aqui – em Belo Horizonte – no DOPS, depois no Presídio Feminino Estevão Pinto.

Isso foi a minha formação. Minha pós-graduação foi na cadeia, no presídio de Linhares, em Juiz de Fora. Fiquei lá por quase dois anos. Foi onde caí na realidade e comecei a ver o que estava acontecendo, que Brasil era esse. Eu tomei consciência.

Eu era militante da Igreja Católica e como uma pessoa cristã eu ajudava a todo mundo. Alguém dizia: “Preciso esconder fulano porque a polícia está aqui!” Eu escondia. Com isso o povo ia sendo

preso e o meu nome aparecia em vários processos. Quando fui presa, eu estava no processo de todo mundo, ficou parecendo que eu era uma pessoa importantíssima, que eu era uma peça-chave e eu nem sabia quem eram as pessoas. Então você guarda, você esconde, tem de viajar, tem de fazer isso, aquilo, e eu ia. E à medida que eles iam sendo presos, eles me entregavam. Não por maldade, depois depois eu fiquei sabendo, mas para não entregar o grupo deles. Apesar de não ser elemento-chave, com essa eu fiquei envolvida em uns cinco a seis processos.

Era certa ingenuidade, eu acreditava piamente na postura da esquerda. Eu queria ajudar, eu ajudava. Pensava: tudo que esse povo faz deve estar certo, nós precisamos legalizar o país, tem que acabar com a ditadura, ir contra os militares.

Eu era elemento de confiança. Alguém pedia: “Ó, precisa levar fulano” e eu ia, não perguntava para que, nem aonde, nem o que. Precisa levar arma para o fulano, eu levava. Quando eu fui presa, disseram: “Essa mulher tem mais arma do que eu que sou tenente do exército!”.

Eu ganhei uma espingarda de um amigo, porque gosto de arma. Eu gosto, acho bonito, o meu pai tinha, antigamente todo mundo tinha uma arma. Depois, eles me deram um revólver para levar a um companheiro no Rio e eu levei. E eu passei o maior aperto, com isso eu fui muito torturada.

Assim, eu fui entendendo. No princípio, eu achei que seria fácil eu falar que tudo resolveria. Mas percebi que não era isso, que eles tinham a verdade deles. [O interrogador] não queria que eu falasse para ele, queria que eu confirmasse. Quando percebi isso, resolvi: pronto, agora eu não falo mais nada. Chegou a um ponto que eu falei assim: hoje, se eles vierem me chamar para torturar, para me interrogar, podem me matar porque hoje eu não falo nem meu nome. Tudo que eu falo não adianta nada! Não adianta não!

Assim, eu fui vendo a farsa, a ignorância dos que interrogavam, idiotas, umas coisas tão ridículas, eu pensava “não é possível que o Brasil esteja na mão desse povo”. Aqueles homens de todo tamanho,

de metralhadora, eu algemada e eles me levando como se eu fosse um grande perigo, eu achava aquilo simplesmente ridículo!

Depois eu comecei a ver o povo todo que desaparecia. Claro que eles pegavam e matavam. Eu “testemunhei o desespero das notícias”, fui vendo, eu não podia compartilhar com eles, com essa farsa. O negócio era assim: “Você vai falar isso e isso porque o fulano já veio e já falou tudo. Olha o depoimento dele aqui, é só você conformar.” Eu dizia: “Se ele falou tudo, eu não preciso falar mais nada”. E eles ficavam bravos, ficavam umas onças.

Depois da prisão, minha família ficou pelejando com os advogados. No princípio, ela ficou quase doida porque os militares falavam que eu não estava lá. Fui levada para o DOPS. Então, minha mãe, a família, um advogado, foram ao DOPS. Os militares abriram tudo para provar que não tinha ninguém, eles andaram por todo o DOPS. E eu estava amarrada, debaixo de uma escada onde se guarda vassouras, objetos de limpeza. Minha família quase ficou doida.

MEMÓRIAS DA PRISÃO

Mas eu saí inteira. Saí inteira! Quando eu fiquei em Linhares, no presídio lá em Juiz de Fora, eu achava que eu não ia sair mais nunca.

No Presídio Feminino Estevão Pinto, em Belo Horizonte, foram cerca de quatro meses. Fiquei na galeria das presas perigosas e as outras ficavam em dormitórios, no pátio. Elas ficavam embaixo e em cima havia uma galeria de celas onde ficam as presas perigosas. Eu não via ninguém, não ouvia nada, lá em cima tinha uma janelinha quadrada de ferro lá no alto aquela porta de ferro, um corredor. Quando a carcereira vinha, a gente ouvia aquele barulho, vinha abrindo porta, corrente, chegava, abria aquele negócio, era o prato de comida, e tornava a fechar.

Lembro-me que a minha irmã conseguiu mandar uma dúzia de ovos pra mim, embrulhada no jornal. Eu decorei as folhas de jornal (risos). Era uma folha de jornal sobre o Jóquei no Rio, eu decorei o nome de todos os cavalos, o jóquei de cada cavalo, tudo eu sabia. Porque era

a única coisa que eu tinha. Eu lia, relia. Fazia brincadeira de decorar, para frente, para trás. Como se eu fizesse isso para me manter inteira. Fiquei mais ou menos quatro meses no Presídio Estevão Pinto.

Depois de muito tempo a minha família ficou sabendo onde eu estava. A minha irmã começou a ir a Juiz de Fora uma vez por mês, para me visitar.

No Presídio de Linhares, em Juiz de Fora, fiquei presa com outras mulheres. Era cela individual, mas tinha um horário que ficavam todas juntas no pátio. E tinha o horário da refeição, que era em comum e, assim, conheci o povo todo, todos os grupos da esquerda, as motivações, as pessoas relacionadas. São os grandes amigos que eu tenho até hoje, as pessoas que eu conheci na cadeia. Inclusive, meu marido. Falo que foi algo que valeu a pena na cadeia (risos).

Nós não encontrávamos com os homens presos, mas nos comunicávamos gritando ou usando a linguagem de Libras. Tinha o pavilhão, um corredor, um pátio no meio e o pavilhão deles. Quando eles estavam no pátio, da janelinha, todo mundo aprendeu libras e nos comunicávamos por libras na janelinha. É impressionante, eu sempre falo para todo mundo, não desejo que ninguém passe o que eu passei, mas se passar, aproveite! Como nos desenvolvemos!

Desenvolvemos a percepção, a tolerância, a paciência. A gente descobre o tanto que é competente. O que eu fiz dentro dessa cadeia, de trabalhos! Eu fiz uma colcha linda de crochê, bordei, eu virei uma excelente cozinheira, costureira (risos). Eu dava aula de história no pátio, nós estudávamos. Cada um sabia uma coisa e ensinava para o outro. E as coisas passam a ter um valor, nós não temos nada, está ali sem nada, uma latinha vazia de massa de tomate é um bem. Para a carceragem tudo é arma, então, não podíamos ficar com nada. Se conseguir uma latinha, é uma jarra de flor que você tem. Então, aprendia-se a valorizar as pequenas coisas e abrir mão (risos). “Você ficou desiludida?”. Não fiquei, eu nunca fui muito vaidosa, desde pequena, e fiquei menos ainda. Dizem que eu era desiludida, que a cadeia me deixou desiludida. Não é que me deixou desiludida não, meus valores mudaram. Tem tanta coisa

que é besteira, você briga por causa de bobagem e têm outras coisas tão pequenas que têm valor.

Foi um divisor de águas na minha vida. A minha vida se resume em antes e depois da cadeia. Hoje, eu computo como positivo, pois me abriu os olhos, o conhecimento que eu fiz, a minha compreensão da vida. Não sei se seria a mesma se eu não tivesse tido esse envolvimento, se eu não tivesse enfrentado, não tivesse passado pelo que eu passei. É por isso que eu repito: que não aconteça com ninguém, é terrível demais. A tortura é uma coisa desumana. Mas, quem passar pela cadeia, pela situação de denúncia, que faça proveito. Que saiba viver bem esse tempo.

Eu ficava pensando “será que eu vou sair daqui algum dia?”. E eu pensava assim: “Se eu estou aqui, tenho de viver bem aqui e viver bem com as pessoas aqui, não vou ficar quieta esperando o dia que eu sair. Eu tenho que estar inteira, estar com a minha cabeça boa, fazer o que eu posso aqui dentro, porque eu não sei quando é que eu vou sair”. Fiz uma greve de fome lá, fiquei com 40 quilos, minha roupa toda caía. O bispo foi lá, disse que eu não podia fazer isso. Eu falei assim: “Se a gente é vivo e não vale nada, quem sabe morto vale alguma coisa?”. A carcereira me levou um copo de leite e queria que eu tomasse, sem ninguém ver. Mas eu ia ver! Eu disse: “Quem não quer sou eu, eu estou me vendo beber, eu sou contra isso, estou em greve de fome. Porque nós partimos do princípio que toda atitude nossa é educativa, todo mundo deve ter, a gente cria uma postura assim firme”.

Ganhamos uma bola, naquela bola a gente mandava mensagens. Eu conseguia dar um saque, que ele atravessava e ia parar lá no pátio dos meninos. Ah... a bola caiu aí! A bola ia cheia de mensagens. Inventávamos de tudo para fazer.

APÓS A LIBERTAÇÃO

Após uns dois anos, eu saí do Presídio de Linhares, fui para casa em BH, e logo a Justiça entrou com recurso. Então, eu tinha que ficar sempre

alerta. Não fiquei deprimida não. Logo que eu saí, eu fui ajudar outra vez o povo que estava preso, pois eu passei lá dentro e vi como é que era. Fui a Juiz de Fora, quase que me prenderam de novo! “Mas a senhora está aqui de novo?”, disseram. “Estou solta! Mas porque eu não posso vir?”.

Então eu comecei a visitar o pessoal do Rio e de São Paulo, os amigos daqui que estavam presos. Mandei arrumar advogado, visitava, levava comida, passava no supermercado, levava alguma coisa para todos os meus amigos. Arrumei isso como tarefa, visitar preso, arrumar advogado pra eles, visitar as famílias. Combati a ditadura e combato em qualquer época em qualquer lugar!

Eu ia pra São Paulo, encontrar o Dom Paulo Evaristo Arns, que era sensível à causa. Ele perguntou: “Por que você não cria, em Belo Horizonte, uma comissão de Justiça e Paz, igual à de São Paulo?” Fizemos reunião lá na Igreja Nossa Senhora do Carmo, então, fomos falar com o bispo na época, mas ele disse que não, que era difícil porque a comissão é ligada ao Vaticano e é regional, tem de ter os bispos da região.

Mas nós decidimos começar mesmo assim, partir para a prática, e começamos na Cidade Industrial. Na igreja, pedimos ao padre para anunciar, então começamos a nos reunir e a atender o povo. O bispo nos chamou e criou a Comissão Pastoral de Direitos Humanos. Sou, até hoje membro dessa Comissão, presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos. Tudo que eu posso, eu faço.

Depois de sair da prisão, eu não fiquei mais apavorada, não. Eu fiquei mais danada da minha vida, eu fiquei muito mais madura, com mais raiva. Tenho certeza que eu estava certa. Um promotor, no dia que saí, falou assim: “Pois é, a senhora, agora, vê se toma jeito, não faça mais a sua família sofrer”. Eu falei assim: “A prova de que eu estava certa é não ter nada para mudar na minha vida, não tem nada para me arrepender”. No meu julgamento, uma das coisas é que eles não tinham uma prova contra mim. Por isso, eu falei: “Tem prova sim! Cadê as provas?”. Porque as provas que eu tinha eram os depoimentos de tortura. Claro que eles sumiram com elas. Não tiveram interesse de mostrar as provas, porque diziam que não havia tortura.

Tudo que eles achavam com a gente era material de propaganda contra a tortura. Eles sumiram com tudo. Umás coisas que eles pegaram no DCE, uma foto do Che Guevara, provas de subversão. Muito primário. Tudo era censurado, tudo! Na minha casa, a minha coleção do escritor Fiódor Dostoiévski toda foi levada, pelo nome russo. Pode uma coisa tão ignorante?

Meu marido e eu casamos em 1976. Ele era do partidão. O nome dele é Herculano Mourão Salazar. Ele é falecido. Já nos conhecíamos. Ele era estudante de Medicina e eu da Psicologia, fazíamos política juntos e fomos presos juntos.

Na época, a família de meu marido o mandou para o exterior. Ele foi para França. Ele fazia especialização, porque tinha formado em Medicina. Na época, ele escreveu para mim, mandou os francos, mandou passagem para eu ir. Eu fiquei ofendidíssima! Empacotei e devolvi o dinheiro, mandava o dinheiro dentro do pacote, não era no banco não. Devolvi o pacote falando que ele estava lá estudando e eu não tinha nada a fazer na França, que eu não ia não. Quando ele voltou, nos casamos.

Depois que eu fiquei sabendo no julgamento, o advogado me disse que eles pagaram na hora para ele ir embora, estava liberado, mas ele não saiu. Ficou o dia inteiro me esperando.

Eu voltei para a cadeia, no papel não sei o que estava escrito, sei que ele não foi embora. Ele disse: “Eu não vou embora enquanto ela estiver aí!”. E ele ficou esperando eu sair. Foi o primeiro sinal dele para mim, de camaradagem. Ele bateu o pé a noite inteira e não foi embora com a família.

No fim de 1971, fui levada para BH. Nós dois voltamos para o julgamento que foi em Juiz de Fora. Ele estava aqui em Belo Horizonte também, porque ele passou muito mal de tortura, ele ficou no hospital, preso no hospital. Então ele foi para o julgamento, todo mundo foi para o julgamento.

Meu marido era do Partido Comunista Brasileiro. Ele era membro da Coordenação. Foi através dele que eu conheci o Luís Carlos Prestes.

Até hoje tem um monte de gente que acha que eu sou do Partido Comunista.

Inicialmente, eu não era de nenhum grupo político. Depois eu fui da Ala Vermelha, que era uma dissidência do partido comunista.

Eu cheguei a me filiar ao PSDB, por causa da reforma política que era do MDB. Era o partido que tinha. Entrei no MDB, de Tancredo Neves e por aí vai! Aí criaram PSDB, me inscrevi com um amigo e disse que esse era o último partido que eu ajudaria a criar. Ele ficou falando comigo, esse é o último se esse der certo.

E hoje, eu tranquilamente acho que os partidos todos são farinha do mesmo saco! O interesse pelo poder é inerente ao ser humano e é triste. Eu vou partir para a campanha do voto nulo. Não contra a eleição em si, mas enquanto não houver uma reforma partidária que não seja feita por esse Congresso que envergonha qualquer brasileiro, tem Renan Calheiros como presidente. Eu acho que temos que fazer uma campanha popular de anular o voto como protesto! Eu quero votar assim, com eleições limpas, que a ficha limpa seja pra valer.

Eu denunciei um médico torturador aqui de BH, ao Conselho Regional de Medicina. Por causa disso, começaram a jogar pedra lá em casa, quebravam vidraças. Um dia, meu marido resolveu vigiar. Era uma coisa organizada. Parece-me que ficaram em pé na esquina e meu marido, que sempre andou armado, disse para eles assim: “A primeira pedra e vou atirar.” E deu um tiro para cima. Depois disso, acabou.

Quando saí, eu fui atender como psicóloga. Vários companheiros da cadeia me procuravam, eu comecei a atender desde então. Até hoje, eu ainda atendo alguns companheiros.

Tem gente que ficou muito abalada, que não se recuperou até hoje. Tem gente que tem o equipamento psicológico mais frágil, pessoas que são mais atingidas. Dizem: “Ah, você é muito forte.” Mas você também é, é só você encarar.

Logo que eu saí do presídio, eu fui atender um coronel que estava internado. A psiquiatra falou assim: “Olha, eu estou precisando, será

que você atende? É da época da ditadura”. Eu sou uma profissional, eu nunca tive espírito de vingança.

O tenente Marcelo Paixão de Araujo me buscou no presídio, eu quase morri de ódio quando ele me buscou. Levou-me lá para a Polícia do Exército e me torturou lá, me interrogou o dia inteiro. Ele me botou lá sentada: “tudo que você lembrar, você vai falar. Tudo que você lembrar a sua vida, você me chama que eu vou anotar”.

E eu fiquei lá sentada. Então, eu disse assim: eu lembrei. E comecei a contar a história de um tatu que eu tive. Eu tive um tatuzinho, ele se chamava (...). Ele subia para todo lado, eu ia comprar pão e o tatu ia atrás. Ele perguntou “Mas e daí?”. Eu respondi: “E daí? Aí, depois ele morreu”. Esse homem me bateu. Eu falei: “Mas o senhor não falou que era para dizer tudo que eu lembrasse?”. Ele disse: “Mas o que isso tem a ver com a revolução?”. E eu disse: “Não sei, o senhor que deve saber o que isso tem a ver”.

Ele morreu de raiva. Nesse dia eu apanhei tanto de palmatória que meu pé e minhas mãos viraram uma bola. Ele teve que me carregar no colo. Eu tinha ódio quando eu olhava para aquelas estrelas na farda e eu toda arrebitada. Assim, ele conversava: “Nós temos de arrumar um lugar para deixá-la, porque nós não podemos voltar com ela para o presídio desse jeito.” Rodaram, foram naquele batalhão ali de Santa Efigênia (bairro), onde eles não quiseram me aceitar daquele jeito. Ele disse: “Ela vai é para lá mesmo, eles que abram, que ela vai ficar lá mesmo.” Quando o carcereiro chegou, perguntava o que aconteceu comigo. Eu estava em frangalhos. “Se ela caiu, machucou, chama o médico.”

Então, me levaram, veio uma médica, a doutora. Deu-me uns remédios e tal. Disse: “Eu vou te dar, mas não fale que fui eu quem tratei. Não fale porque depois vai dar o nome da gente”.

Uma vez eu encontrei com o tenente Marcelo em um casamento. Um casamento em uma fazenda. Meu marido o viu. Eu não acreditei que ele estivesse ali. Olhei, olhei. Comecei a chorar, achei um desaforo. Fiquei de olho, depois de mais de uma hora, eu fui dar uma volta. Eu levantei e fui lá perto de onde ele estava para ver se era ele mesmo. Depois voltei para

onde estava e, quando eu passei por ele, eu chamei: “Tenente Marcelo?” Ele disse: “Boa tarde! Como vai?”. Eu disse assim: “O senhor não me conhece, não? É isso mesmo, quem tortura esquece, mas quem apanha nunca esquece”. Ele: “É a comunista!”. Respondi: “Até hoje, o senhor acha que eu sou comunista, hein? Até o hoje, o senhor continua achando isso? Nunca conseguiu descobrir quem eu sou, eu nunca fui comunista. Tenente, eu não sou comunista. Você sabe por que eu não sou comunista? Por incompetência, eu não tenho competência para ser comunista, meu marido é dos bons”. Ele disse: “Pois é, você casou com o doutor”. Foi naquela conversa. “Pois é, naquela época, você era uma mulher jovem, não sabia das coisas. ”. Eu falei com ele: “Eu era jovem, mas eu sabia das coisas sim. Pois é, tenente, eu não me arrependo de nada do que eu fiz, tudo que eu fiz tenho consciência, se tivesse que fazer outra vez, eu ia fazer mais bem feito. Não me arrependo de nada”. Ele disse: “Eu também não tenho nada para me arrepender na vida”. Quando ele falou assim, eu disse: “Tudo que eu fiz, todo mundo sabe, não tenho nada para esconder na minha vida.” Ele disse: “Eu também não.” E, então, eu perguntei: “E sua mulher e seus filhos sabem que você foi um torturador?”. Ele fechou a cara, despediu e saiu. Então, eu saí vitoriosa!

E teve os sequestros, porque eu saí na lista do povo que eles pediram, aí foi lá no presídio. Eles chegavam para nos tirar assim, sempre no horário de repouso, que você está sozinha na cela, que está todo mundo trancado. Batiam na porta e chamavam. Ninguém viu, eu estava de short, eu tinha dado banho de óleo no cabelo porque eu estava na cela.

Disse assim: “Vem cá do jeito que você está!” Eu saí, fui lá fora, a Polícia do Exército. Eu gritei: “Estão me levando! Comecei a gritar, porque, assim, grito é aviso de que a pessoa some! Ninguém viu, acaba o intervalo e abre a cela. Não tem não informação, era assim, sabe? Então eu gritei...”

Tem que comunicar aos companheiros. É isso, comunicar, estão me levando, fiquem sabendo. Eu gritei, a polícia está me levando! A Polícia Federal, estou saindo! Gritei! Aí todo mundo ficou sabendo e eu

não sabia para onde é que eu estava indo e o que era. Lá no Presídio em Juiz de Fora, vai para uma unidade daquelas do exército, porque eu nunca vi tanta Polícia do Exército como ali. Eu fui e aí fiquei sabendo dessa unidade e que eu estava na lista dos presos políticos que eles pediram para soltar em troca de um embaixador.

Os policiais diziam: “Os seus amigos fizeram isso, fizeram aquilo, não sei o que”. Eu não quero sair para isso. E o tempo inteiro, eles: “É, você quer ir?”.

“Se não sei para onde, eu não quero ir, eu não quero sair da minha pátria, eu quero ficar é aqui”. Fiquei uns dez dias lá, sabe? Eu estava com o braço engessado. Um tal de tanto tirar impressão digital das duas mãos, para mandar para todo estado, ficava quase dormindo em pé. Tirando impressão digital, em uma cela lá sozinha, com um homem com metralhadora na porta? Igual a essas portas de açougue assim, sem privacidade nenhuma. “Eles vão trazer suas coisas, porque você vai não sei para onde.”

Eu disse: “Ai meu Deus do céu! Será que minha família sabe disso?”. Fiquei sem saber o que ia acontecer. Daí dez dias: “A senhora não quer ir não?”. Eu disse: “Eu não”. Não queria ir mesmo. Então vieram me chamar, tiraram as algemas, entraram em uma sala, em um gabinete, com tapete. “A senhora senta aí”. Fotógrafo. “Ai meu Deus! O que será isso? Será que é a minha despedida? Que eu já estou indo embora?”.

Disseram: “A senhora assina isso aí”. Colocaram um papel, eu li, quando eu li o papel, disse assim: “Eu não vou assinar isso, não!”. No papel, eu estava declarando que era contra aquilo, que eu era a favor da ditadura e que eu estava arrependida, um negócio horroroso. Eu falei: “Mas eu não assino isso não!”. “A senhora não falou que quer ir?”. “Falei que não quero e continuo não querendo, mas eu vou. Uai, se uma turma sacrificou por isso, e eu, eu vou sim! Eu estou falando que não quero, não é meu desejo, eu não quero sair da minha pátria! Mas se é para ir, eu vou”. Então tornaram a botar a algema e me levaram para dentro. Aí que eu vi que volta e meia, falavam que aparecia na televisão, alguém que arrependeu. Disse: “Imagina! Eu vou morrer de

vergonha o resto da vida se eu fizer isso. Depois, eu estava com o gesso, logo eu não pude sair. Porque como é que ia sair engessada, machucada? É prova de tortura, então, eu fui trocada pela... não sei se vocês se lembram, foi muito famosa, era um casal, eles tinham uns sete filhos, Mara e o Afonso Alvarenga. Nessa saída, nesse dia que eu saí do presídio, saímos eu e um rapaz alto, nós dois algemados juntos. Sabe quem era? O Márcio Lacerda, prefeito daqui de Belo Horizonte (risos). Até eu falei assim: “Ó, Márcio, nós tivemos um contato íntimo, né? Os dois algemados, né?” (risos). Então, devolveram nós dois para as celas e saiu esse casal no nosso lugar e foram para Cuba. Foi aquela troca do pessoal que foi para Cuba, pelo embaixador, essa foi uma das minhas aventuras (risos).

A LUTA POLÍTICA

A luta política não cessa nunca, a luta política não acaba, na minha casa, no meu trabalho, em todo lugar. Seja na defesa do meio ambiente – agora pouco vi um moço jogando papel na rua e falei: “Ô meu filho, você está jogando papel na rua?”. Eu tenho que falar, é dever meu, é falta de educação, assim como avançar o sinal vermelho. São atitudes políticas que temos de ter, eu sou assim.

Pergunto-me: será que é isso mesmo? Eu acho que a gente está fazendo trabalhinho de formiga. Tem que estimular as pessoas, não é só em termos da Comissão da Verdade, é da vida.

Atualmente, sou professora convidada da UFMG. A Faculdade de Medicina tem núcleo, que se chama Núcleo de Apoio ao Estudante de Medicina. Eu sempre atendi aluno lá, criamos uma tutoria. É um espaço livre, para o aluno manifestar, exercitar os interesses da turma.

Os estudantes não sabem o que é identidade, não sabem quem são eles. Todo mundo quer ficar rico, ganhar dinheiro e comprar carro. Converso muito com os meninos. Eles não sabem o que desejam de verdade. Eles têm de se dar bem na vida, é um consumismo desenfreado que forma o povo, desse capitalismo horroroso. Fazem medicina,

querem fazer especialização, eles só pensam qual a especialidade vai dar mais dinheiro.

E eu digo assim: mas você se identifica com o quê? O que você gostaria de fazer? Eles nunca pensaram nisso. Então, vão começar a pensar. É fora deles, tudo é fora deles, ninguém pensa. Eu digo: olha para ver quem é você, você é cheio de qualidades, só você pode ser você. Eu questiono essa ideia de que tem de fazer residência. Eu falo isso para ver se sacode, se mexe, se eles pensam um pouco. Porque a maioria faz vestibular sem saber para quê. Menino entrou para Medicina com 18 anos, muito inteligente, muito bom de prova, mas passou no vestibular e agora o que é que ele faz, se não sabe por que é que faz Medicina?

E, do outro lado, na outra ponta da nossa juventude, se você ligar o rádio agora, ouve que morreram não sei quantos. O ideal dessa outra juventude é ter um revólver na cintura, é comandar a boca de fumo, meninos de 10 anos que vão para lá e veem tudo, sabem de tudo, o muro do barraco deles que esconde droga, é a rotina deles.

Tem gente que fala hoje: "A ditadura continua, porque não evoluiu nada". Quem fala isso não viveu a história toda. Vai a passos lentos, mas mudou muito. Olha, nós não estaríamos nem aqui conversando agora.



JESUS SANTIAGO

Entrevista concedida ao Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região (MG).

O Tilden Santiago, meu irmão, é 14 anos mais velho do que eu: tenho 58 anos, ele tem 72. Eu sou filho caçula de uma família de cinco filhos. Ele é o filho mais velho.

O Tilden teve toda uma formação religiosa. Ele foi muito cedo para o seminário em Mariana, com 10 anos de idade. Iniciou-se em uma formação religiosa e, quando ele terminou o seminário menor, ia fazer o seminário maior, obteve uma bolsa da Arquidiocese de Mariana para estudar em Roma na Universidade Gregoriana.

Então, ele terminou os estudos de Humanidades e Filosofia aqui no Brasil, sete anos de estudos pagos pelo Brigadeiro Eduardo Gomes. No momento de se ordenar, em vez de, vamos dizer assim, seguir a carreira tradicional de quem faz os estudos de Teologia em Roma – que seria ordenar-se, voltar para o Brasil e exercer o sacerdócio – ele conheceu um grupo de padres operários que exerciam a atividade religiosa no Oriente Médio. Isso aconteceu no momento do Concílio do Vaticano II, aquele que foi liderado pelo papa João XXIII. Era um momento de muita efervescência e de renovação dentro da Igreja.

Como ele disse, foi nesse momento que resolveu fazer uma mudança de rota em sua trajetória. Ele foi para o Oriente Médio e lá começou a exercer o sacerdócio, nessa perspectiva de um padre que assume também um trabalho, que é chamado padre operário. Ele morou no *kibutz*, mas também com palestinos e jordanianos em Nazaré, Jerusalém árabe e em Belém (Bert. Sahour). Estando no Oriente Médio, ele vivia todo o problema do conflito entre Israel e a Palestina. Naquele ambiente, ele começou um processo de politização, começou a vincular-se aos grupos de esquerda que lutavam pela existência de um território palestino.

Ele volta para o Brasil com essa perspectiva do trabalho religioso que se realiza simultaneamente a uma atividade propriamente operária. Chegando ao Brasil, ele foi para Vitória e lá se tornou metalúrgico, pois já era metalúrgico no Oriente Médio. O meio metalúrgico é extremamente politizado. Ele chegou aqui em meados de 66, dois anos após o golpe,

debaixo da ditadura, foi nesse período que cresceram os movimentos populares e a resistência contra os governos militares. A partir do movimento operário, ele iniciou toda uma atividade de militância política e, já com um vínculo, uma inserção nos grupos de esquerda.

Eu estava no início da minha adolescência nesse processo, mas, exatamente por influência dele, eu comecei a ter uma atividade no movimento estudantil secundarista. Eu estudava no Estadual Central, em Belo Horizonte. Meu outro irmão também estava em processo de discussão, de absorção, de alguma maneira, do que se passava em termos de militância política do Tilden. No meu caso, é bem evidente a influência dele em relação à necessidade de uma luta política contra o que existiu no governo no Brasil, contra a ditadura militar.

A atividade dele foi se aprofundando, a militância política dele foi adquirindo uma situação um pouco delicada porque tratava-se de um movimento operário. Era uma atividade politicamente muito visada na época. As coisas foram ficando difíceis, ele viveu períodos na semiclandestinidade, com espaços na clandestinidade.

Nesta época, eu estava no movimento estudantil. O Tilden já tinha saído de Vitória. Foi para Recife, uma opção pelo campo e pelo Nordeste, trabalhando em uma metalúrgica, mas já em uma situação de semiclandestinidade. A clandestinidade só aconteceu depois de entrar na ALN de Marighela na Paraíba e em Recife. Depois foi para São Paulo, Capital, e Santo Amaro, juntando-se ao movimento operário.

No caso dele, clandestino e trabalhando, mas ele não era apenas um militante de um grupo de esquerda, ele era também operário. Eu não sei como ele conseguia isso, mas ele conseguia ter, além da atividade política e espiritual, uma atividade profissional na fábrica.

Em Vitória, eu participei de algumas missas dele, que eram muito interessantes. Se você visse o sermão, perceberia que era um verdadeiro comício! Ele morava numa favela, "Gurigica". Do outro lado ficavam a praia do Suá e a Praia do Canto, que era um bairro rico de Vitória. Eu lembro que eles faziam todo um sermão ali, uma palavra sobre o evangelho privilegiando toda uma perspectiva de mudança e de

transformação social, de denúncia da injustiça e da desigualdade social. Era uma atividade religiosa, de alguma maneira associada à atividade política, mas dentro de todo o ideário da Teologia da Libertação, de uma concepção do Cristo como homem revolucionário, o Cristo carpinteiro, trabalhador, que buscava uma mudança social.

Em resumo, eu virei um ponto de contato dele com a família, no período da clandestinidade e na prisão. Foi complexo... e isto eu acho que foi importante no âmbito familiar. A coisa foi se complicando no interior da minha família, pois meus irmãos começaram a ficar contra a atividade de militância política dele, porque aquilo estava trazendo toda uma situação de transtorno para os meus pais.

Meu pai era funcionário público, mas tinha uma grande sensibilidade para a vida política, em função de seu pai, meu avô, que foi um homem que exerceu atividade política ao longo da vida, foi vereador e prefeito de Pirapora. Meu avô era uma pessoa muito ligada à política, mas dentro de uma concepção liberal conservadora. Meu pai era filiado à antiga União Democrática Nacional (UDN) e à Arena. Quando meu irmão Quinca foi estudar na Itália, recebia também uma bolsa do Brigadeiro Eduardo Gomes, que era um pensador, um político de direita, mas que também era católico e ajudava religiosos que iam fazer formação no exterior, em Roma. Então meu irmão ganhou uma bolsa, mas isso em função dos vínculos que meu pai mantinha com os grandes políticos da UDN, um deles era o Brigadeiro Eduardo Gomes. Era difícil, para o meu pai, pagar para dois filhos.

Assim começou a surgir uma pressão dentro de casa em relação à vida e às vinculações políticas do Tilden. Dá para imaginar que uma mãe que queria muito que o filho fosse padre, desde menino, vivia uma situação de muita decepção em função de o filho, que foi estudar em Roma, de repente virar um padre operário, vinculado ao movimento político, vivendo situações de risco. Minha mãe não estava nada satisfeita com essa escolha do Tilden, vamos dizer assim. Mas ela era sempre solidária em todos os passos que ele dava na religião e na política. Ela mudou ou adaptou-se às novidades. O meu pai também. Mas meu pai

– e, isso é engraçado –, por mais que o Tilden tenha feito a escolha de uma militância política que vai contra todos os seus princípios e valores, via com muito orgulho o fato de o filho pender para a política, apesar de ser da esquerda. Era algo que ele sentia ser uma herança dele. Não teve isso desabrochado, não viu o Tilden ser deputado e não entendia por que ser político contra a ditadura dos generais, mas o amou como era, seu herdeiro político e, antes de tudo, seu filho.

Na verdade, existiu, no interior da minha família, uma espécie de dissensão entre o lado político da família, do meu pai, e o lado religioso da família, da minha mãe. Ela era uma mulher muito religiosa, muito vinculada à vida religiosa, mas ela não era carola. Apesar disso, Toninho acompanhou-a no DOI-CODI e Quinca, o outro irmão, tentou vê-lo ao viajar de BH para Santa Catarina. A dissensão foi superada quando ele voltou, após a prisão.

É interessante, até psicanaliticamente falando, porque a mãe do padre é uma figura em extinção. Mas a mãe do padre, se pensarmos bem, é uma mãe que deseja muito que o filho seja padre, é quase como se aquele filho não pudesse exercer plenamente a sua vida de homem. É como se ele tivesse que excluir da vida dele outra mulher, é quase como se o amor fosse excluído. Ser padre, em última instância, inconscientemente falando, é de alguma maneira dirigir a libido dele para ela! E era interessante porque meu pai era meio contra.

Ela tinha um amor pelo Tilden assim, era uma coisa impressionante. Vamos dizer que ele realizou um desejo dela, ter um filho padre. A gente até brincava que ele foi ordenado padre, mas que essa “ordem” veio dela! (risos).

Ela, meus irmãos e meu pai não estavam nada satisfeitos com essa situação de militância política, inclusive da vida clandestina que ele tinha naquele momento. Então, como eu já tinha uma atividade política, virei uma espécie de elo de ligação com ele. Tínhamos uma espécie de senha: a cada 15 dias eu tinha de receber uma carta dele. Se essa carta não chegasse, eu poderia acionar a família, pois provavelmente ele estaria preso. E foi isso que aconteceu, exatamente isso. Passaram

20 dias e não chegou nenhuma carta dele como era de rotina. Logo, eu acionei minha família que, com coragem, procurou-o nos quartéis.

À medida que ele foi se vinculando ao movimento de esquerda, ele foi meio que abandonando a atividade religiosa e assumindo pouco a pouco a atividade política, mas ele não tinha deixado de ser padre. Para o Vaticano, legalmente falando, juridicamente falando, ele continuava padre. Mas nesse momento ele começou a ter uma vida de leigo!

Pouco a pouco a atividade política foi assumindo uma importância mais significativa. Oficialmente ele era padre, mas, no cotidiano, já não era.

Além do que, pela maneira como ele concebe o cristianismo, o evangelho, mesmo não sendo mais institucionalmente padre, subjetivamente falando, eu acho que ele continua padre. Tem uma presença muito forte, vamos dizer assim, do evangelho, das ideias do cristianismo em seus pensamentos, muito forte. Tanto é que ele é muito amigo do Leonardo Boff, do Frei Betto.

Bom, o que aconteceu é que ele foi preso e ficou inteiramente sumido, não sabíamos onde ele estava. Eu comuniquei minha família e minha mãe tentou interceder junto ao irmão dela, que era um oficial do exército, no sentido de tentar, de alguma maneira, resolver a situação, localizá-lo. Como esse meu tio se recusou a ajudar, nós começamos a mobilizar toda a família. Eu tinha uma irmã que faleceu junto com o marido. O marido dela era parente do Aureliano Chaves, uma família influente do Sul de Minas. Dom Paulo Evaristo Arns, a Arquidiocese e o Vaticano. Tentamos, naquele momento, certa interferência no nível político para localizá-lo.

Morreram alguns presos políticos – o Vladimir Herzog, Manoel Fiel Filho e um estudante de Geologia da USP, Alexandre Vannuchi Leme – quando o Tilden estava no DOI-CODI. Eles ouviram gritos do Alexandre por dois dias e viram que em uma das celas havia sangue, ele foi muito torturado, porque foi preso no processo do PCdoB. Isso deixou a família muito preocupada. Três assassinatos famosos, o que levou o general Ernesto Geisel a intervir em São Paulo.

O Tilden tem uma filha que se chama Alessandra em homenagem ao Alexandre, ela ajuda a manter sua lembrança.

Não sei dizer-te quanto tempo durou a tortura do meu irmão, mas sei que foi um período extremamente difícil. Minha mãe era realmente uma mulher de muita fibra, uma mulher muito combativa. Ela foi para São Paulo e começamos a imaginar que era por que ele estava em São Paulo e estava no DOI-CODI.

A minha mãe, na hora em que os oficiais do exército saíam, ia para cima deles e gritava: “Quero meu filho, quero meu filho, quero meu filho!”.

Ela conseguiu mobilizar a arquidiocese de Belo Horizonte, conseguiu mobilizar o Vaticano, isso foi extremamente importante. O Vaticano começou então a soltar naquele jornal que chama Observatório Romano, outros desse perfil, que publicaram denúncias de um padre que estaria preso nos porões da ditadura.

Isso foi um ponto importante não apenas porque foi uma atividade da minha mãe, mas pelo fato de começarem a aparecer denúncias e envolvimento do nível institucional da Igreja Católica, inclusive internacional. O grupo de padres operários era muito influente internacionalmente, mas sem capacidade de intervir.

Outra coisa que aconteceu devido ao processo de denúncia, principalmente do Vaticano, foi que ele não teve nem processo judicial. Tanto é que ele não cumpriu pena. Não conseguiram provar nada contra ele em última instância. Então, ele não chegou a cumprir pena. A única coisa que eu lembro é que, quando ele foi solto, ele voltou para Belo Horizonte, porque desde que tinha voltado de Roma, onde tinha ido fazer a formação, ele tinha vivido em várias cidades do Brasil: Vitória, Recife, São Paulo, mas ele nunca tinha vivido em Belo Horizonte. Mas voltou muito mal, psicologicamente falando. Ele voltou em uma situação muito difícil. E ele tinha que frequentar semanalmente o DOPS, ele tinha que ir lá assinar a “Menagem” em São Paulo, por um ano. Ele ficou meio sob vigilância da polícia política do Brasil.

Eu tinha outro irmão, já falecido, muito conservador e que não aceitava essa situação, então, no interior da família havia uma situação conflitante, apesar de que havia total acolhimento da parte dos meus pais. Meu pai e minha mãe ficaram muito indignados com tudo o que

ele sofreu na ditadura, estavam ao lado dele. Enfim, nesse momento, eu fiquei muito próximo dele.

Eu morava com meus pais e estava terminando o segundo grau. Lembro-me, inclusive, que eu queria fazer Filosofia, não Psicologia. Quando ele voltou, ele começou a estudar na Filosofia com o padre Vaz, fazendo uma complementação em sua formação filosófica, pois ele já tinha a graduação em Teologia.

Como eu era bom aluno e o Colégio Pitágoras fazia uma espécie de recrutamento pegando os melhores alunos dos colégios para tirar o primeiro colocado então eu fui para o Pitágoras, para uma turma dos que iriam tirar primeiro lugar. E eu, por influência do Tilden, queria fazer Filosofia, mas os caras do Pitágoras queriam que eu fizesse Medicina. Eu não queria fazer Medicina, eu nunca quis fazer Medicina na minha vida. Logo o Tilden conversou com os filósofos, com o Zé Henrique e com o Padre Vaz e eles chegaram a um acordo que o melhor seria eu fazer Psicologia, que era uma atividade de humanas e de meu interesse e que me daria uma perspectiva profissional (risos). Mas, curioso, fui fazer Psicologia meio sob influência do Tilden que estudava Filosofia.

Quando o Tilden voltou, ele estava em uma situação de pânico, estava em uma espécie de transtorno de estresse pós-traumático, em uma neurose pós-traumática. Ele estava realmente muito mal, mas não fez terapia e nem análise nesse momento.

Em um sábado à noite, quando nós estávamos chegando de um baile do Sindicato dos Tecelões, ali na Lagoinha em São Cristóvão – nós dois gostávamos muito de dançar. Tinha uma radiopatrulha em frente ao Edifício Lisboa na Rua da Bahia, em um prédio ao lado da Rua Duque de Caxias, pois tinha tido um assassinato. Já quase chegando, ele teve um ataque de pânico. Cascamos, fomos para a casa de uma tia nossa, de lá ligamos para casa e só no outro dia nós voltamos para nossa casa. Ele estava em pânico.

Dois ou três meses depois eu entrei para a universidade, para o curso de Psicologia, e já comecei a envolver-me com o movimento estudantil, pois eu já era do movimento secundarista, conhecia todo

mundo que, de alguma maneira, estava ali se inserindo na organização estudantil. Só que o Tilden tinha me pedido para, em um primeiro momento, não me vincular a nada, porque ele estava com medo e estávamos debaixo da ditadura. Era 1974.

Assim em meu primeiro ano de Psicologia fiquei muito voltado para a atividade acadêmica, vendo o pessoal da atividade política e querendo, de alguma maneira, inserir-me naquilo, mas meio que me reprimindo.

Até o dia em que ele comprou um livro para mim e fez uma dedicatória falando que aquilo tinha sentido, que eu podia... é curioso, pois, em seguida, já comecei a envolver-me com a política estudantil, vinculei-me imediatamente. Eu fui presidente do centro de estudos por um ano. No segundo ano, fui presidente do Diretório Acadêmico (DA) e, dois anos depois, fui presidente do DCE, o Diretório Central dos Estudantes. Nesse primeiro ano, eu acabei ficando muito vinculado aos que tinham uma atividade acadêmica muito intensa e muito vinculado aos meus colegas, às minhas turmas, e acabei me tornando uma espécie de liderança. Tanto é que eu fui presidente do centro de estudos, logo depois eu fui presidente do DA e teve até uma concorrência entre eu e um cara da Sociologia para ser o presidente do DA (risos), e eu acabei ganhando.

Logo depois eu fui presidente do DA, do DCE e, quando fui presidente do DA, eu imediatamente me tornei militante de uma organização de esquerda. Eu entrei para o DCE no momento de criação da UNE e participei de todo o processo de criação. A comissão era formada por presidentes de DCE, inclusive, um dos membros dessa comissão era o Aloizio Mercadante, presidente do DCE da Universidade de São Paulo. Teve uma reunião preparatória ao congresso de Salvador, que foi a famosa reunião Pró-UNE, em São Paulo, na PUC, que teve a famosa invasão do Erasmo Dias. Naquele momento da invasão, estávamos fazendo uma reunião em sala de aula, e conseguimos não ser presos pela repressão. Fugimos clandestinamente. Eu fiquei um mês, dois meses clandestino no interior de São Paulo, por causa dessa reunião, pois eles ficaram atrás da gente. Depois, vinculei-me a uma

entidade de militância política participando de um grupo de esquerda que teve uma importância grande na construção da UNE, a Ação Popular, que junto com o PCdoB ganhou as eleições da UNE. Mas eu acabei não entrando na chapa por uma escolha pessoal. Na hora, eu achei que não era o caso, pois eu já tinha começado a fazer o mestrado em Ciências Políticas. E eu já estava casado com minha primeira mulher, psicóloga e também militante desse mesmo grupo, a Lívia.

E não entrei por causa de um episódio que aconteceu comigo e me fez virar inteiramente, a morte do meu pai. Eu estava com meu pai quando ele morreu e isso foi uma coisa muito traumática para mim, eu fiquei muito angustiado... Procurei Lúcio Roberto Marzagão para tratar-me, porque eu estava mal.

Em resumo, o Tilden teve uma influência direta, não só no nível de visão de mundo, das ideias, mas uma influência também no cunho da política propriamente dita, da atividade política.

Eu era realmente muito estudioso e o Estadual era um bom colégio, então parecia que eu ia seguir uma atividade na área de exatas ou biológicas. No entanto, você vê que meu interesse pela área de humanas não foi só uma interferência no sentido de empurrar-me para a atividade política, no movimento secundarista, para a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). Foi também no sentido de certa visão de mundo. Você vê que eu comecei a ficar completamente marcado pelas ideias e pelo pensamento de alguns autores, por exemplo, eu lembro que já no segundo ou terceiro ano do Estadual eu tinha um colega que foi fazer Sociologia e a gente tinha um grupo de estudos que lia textos do Lenin, alguma coisa do Marx. Com a minha mãe, foi um momento de extrema dificuldade, pois eu fui muito estudioso, mas fui um adolescente muito difícil, um adolescente problemático (risos). E a minha mãe tinha um verdadeiro horror da minha atividade no movimento estudantil, ela não aceitava, porque tinha tido a experiência do filho mais velho. Tanto que teve um momento que eu saí de casa, fui morar com a Lívia. Nós alugamos um barracão e saímos de casa, porque estava insuportável a pressão que eu vivia dentro de casa, a minha mãe não

aceitava a minha atividade política. Olha que interessante, porque o meu projeto de vida era realmente a atividade política, posso ser sincero aqui para vocês. Quando terminei o curso de Psicologia, eu fui de cara fazer um mestrado em Ciências Políticas. Eu também fazia Filosofia, na verdade, eu acabei fazendo junto com o Mestrado de Ciências Políticas. Minha ideia era fazer alguma atividade como psicólogo, mas em uma área política, profissionalmente falando... Realmente, é muito curioso, porque que eu fui para a clínica.

Quando eu terminei meu curso de Ciências Políticas, o Cornelis Van Stralen chamou-me para dar aula de Políticas Públicas.

Mas eu já estava completamente com a cabeça virada para fazer uma formação psicanalítica, pois tinha começado a fazer análise. Eu já estava colocando em questão o meu grande projeto de vida. Era um projeto de vida mesmo. Eu queria ter uma atividade intelectual ou ter uma atividade política. Eu tinha certeza disso, porque eu não tinha interesse pela clínica. Passei os cinco anos na Psicologia, fiz disciplinas de teoria, técnicas psicoterápicas, mas minha ênfase era na Psicologia Social. Eu não tinha nada a ver com clínica e eu era muito crítico do behaviorismo - curiosamente fui fazer a minha primeira terapia com o Lúcio, mas ele já não era behaviorista.

Bom, eu fui dar aula com o Cornelis Van Stralen e comecei a ter uma atividade ligada a chamada ATS, Atenção Técnica de Saúde. Era uma assessoria dentro da Secretaria de Saúde que tinha vários programas.

Tinha o programa de saúde mental, o programa de Tuberculose, Hanseníase, etc. Comecei a ter uma atividade com eles, porque o grupo que trabalhava na saúde mental, Francisco Lorenzoni e mais algumas outras pessoas, começou a demandar uma discussão sobre a questão de que tipo de política na área de saúde mental interessava e como eu era professor de Políticas Públicas, comecei a participar disso. E aí, o que aconteceu? O subsecretário, que era um ex-militante da Ação Popular, Janio Villaça, chamou-me para ser coordenador do programa de Saúde Mental - na época da militância eu pegava dinheiro com ele para poder

manter o pessoal na clandestinidade. Fui ser o coordenador do programa de saúde mental, nesse período eu já tinha começado uma formação em Psicanálise. Eu larguei inteiramente a área das Políticas Públicas e Saúde Pública, e comecei a mexer com saúde mental. Nesse período, nós tivemos as primeiras equipes interdisciplinares. Fiquei lá um tempo e comecei a voltar-me inteiramente para a clínica. Pouco tempo depois, o Dario Faria Tavares quis criar um centro de tratamento, de referência na área de drogas. Eu me candidatei para organizar o serviço. Então chamei o Cinil e o Bebete, e nós criamos o CMT. Dario Faria Tavares tirou-me da Secretaria de Segurança Pública, e eu comecei a voltar-me para a clínica. Comecei a atender no CMT e a clínica tomou-me inteiramente. O Tilden, nesse sentido, ficou muito bravo comigo (risos).

Ele quer ter uma interlocução comigo, ele quer discutir comigo, mas hoje eu não tenho mais uma vinculação com a questão política como ele tem, apesar de eu achar que a questão política é central na vida humana.

A questão política é decisiva no mundo. Eu acho que a Psicanálise tem uma dimensão política, não dá para você desconhecer que a Psicanálise é uma interpretação da civilização, é uma noção política da civilização.

A minha formação, o meu percurso como psicólogo clínico, tem uma interferência muito grande da política. Eu acho que a política foi fundamental na minha vida e isso tem a ver com a interferência do meu irmão. Esse irmão mais velho foi meio pai para mim. Meu pai estava muito velho quando eu nasci e, logo que nasci, ele teve depressão. Ele foi um pai depressivo. Eu não tive a presença de um pai como o Tilden teve. E eu acho que o Tilden acabou exercendo certa função paterna para mim. Ele tem um papel forte na minha vida.



MÁRCIA DE SOUZA MEZÊNCIO

Entrevista concedida ao Conselho Federal de Psicologia da 4ª Região (MG).

Eu nasci em 1962. Eu tenho uma idade muito próxima ao início da ditadura. De fato, eu não tive essa experiência de ser perseguida política porque eu era muito jovem, muito criança. No momento em que o Jorge - Jorge Antônio Pimenta Filho - por exemplo, era militante, foi preso e passou por todas as violações pelas quais ele passou, eu tinha 12, 14 anos de idade, e vivia no interior. Sou de uma família do interior de Minas, de Itapeçerica, me mudei para Belo Horizonte em 1980 e logo o conheci.

Eu posso dizer, no entanto, que me sinto pessoalmente atingida por esse acontecimento da história do Brasil, porque talvez eu tenha vivido toda a propaganda, toda a ilusão, os milagres, as histórias, as aulas de educação moral e cívica. Só mesmo no finalzinho da adolescência, no momento em que eu estava me preparando para mudar para Belo Horizonte e estudar, e depois, quando comecei a cursar Psicologia, é que passei a conhecer essa realidade.

Em Itapeçerica, eu convivi com uma sociedade na qual esse tipo de notícia sobre a política realmente não chegava. Somente quando eu passei no vestibular e vim estudar aqui em Belo Horizonte, já no período de transição, de abertura política, é que comecei a ver algumas notícias e coisas que me intrigavam. Comecei a ter acesso, por exemplo, aos livros do Frei Beto. Eram histórias muito pesadas e difíceis, mas que para mim ainda eram só histórias. Eram cartas superinteressantes, as cartas da prisão eram todas muito humanas, mas eram letras, não era uma experiência vivida por mim, apesar de ter me tocado e eu ter me mobilizado com aquilo.

Ainda no momento em que eu estava me mudando, me interessei pelo movimento da anistia. Foi nesse período que tudo começou a ter algum sentido para mim. Eu não tive uma participação direta no movimento, mas me lembro – essa é uma das primeiras lembranças que tenho desse período – de uma manifestação na Praça Afonso Arinos, desse movimento da anistia. Havia tropa de choque, cavalaria, cachorro, aquela cena, aquele aparato. E realmente houve uma dispersão, mais ou menos violenta, no final. Houve aquela coisa do

“cale-se” naquele momento. São as minhas primeiras lembranças da mudança para Belo Horizonte.

Como eu não tinha família aqui, fui morar com Marta Prata, que conheci através de meu irmão, de quem ela era colega de trabalho. Ela é irmã da Madalena Prata, que foi casada com o José Carlos da Mata Machado. Ele havia sido militante da Ação Popular (AP), e foi morto pela repressão no início da década de 1970. Desse modo, comecei a conviver com pessoas que tinham uma história já muito marcada por essas perseguições.

Conheci o Jorge nessa época. Começamos a nos relacionar um ano depois. Eu estou casada há 26 anos. Foi uma longa trajetória. Acredito que assim começa essa percepção de ser pessoalmente atingida, e também profissionalmente. Quando recebi o convite do Conselho Regional de Psicologia para dar este depoimento, eu me perguntei: “Em que minha formação e atuação profissional podem ter sofrido alguma incidência da ditadura?”. E, de fato, penso que a minha formação profissional está atravessada por “isso”, se considerarmos todas as perseguições que aconteceram aos professores. Então, é de onde eu começo, onde eu entro nessa história.

Existe ainda o comprometimento pessoal que é o relacionamento que tenho com o Jorge. Quando o conheci, ele estava em um momento de crise pessoal, saindo do primeiro casamento. Os meus familiares, meus amigos, as pessoas que eu conhecia, a própria Marta, que é essa pessoa com quem eu fui morar, me advertiram das dificuldades de conviver com uma pessoa que tinha passado pela experiência que ele tinha passado. Eu era muito nova, tinha 17, 18 anos. Claro que a minha experiência, vamos dizer assim, do ponto de vista de relacionamentos, do ponto de vista emocional-afetivo, era muito restrita às experiências de adolescência. Muitas pessoas se preocuparam comigo nesse momento porque tínhamos uma diferença de idade considerável. Hoje eu acho que nem tanto, são onze anos, mas naquela época era. E a experiência dele era reconhecida como sendo alguma coisa da ordem de um trauma, como o entendem as pessoas leigas, as pessoas do senso comum. Mas só que, mesmo pela juventude e também por outras questões, eu

não recuei. Realmente foi uma aposta de vida – eu posso dizer hoje com muita tranquilidade – da qual eu não me arrependo. Passamos pelas situações, eu penso, comuns a todos os casais. É uma aposta que se faz na vida, não é fácil mesmo construir uma vida em comum com qualquer pessoa. Ele estava, nesse momento, numa situação fragilizada – claro que essas questões eram muito presentes, questões relativas à prisão, à perseguição – e isso mesmo depois de um tempo muito longo, podemos pensar que não cura, não cicatriza.

Poderia considerar um outro lado profissional também, mas que não foi o caso. Eu não atuei profissionalmente nesse caso, por suposto. Eu ainda era estudante, e estava envolvida pelos laços afetivos.

Mas é claro que ele recorreu a tratamento psicológico em vários momentos. Esse recurso foi usado para dar conta da dificuldade que era encarar a vida. Nós não estávamos em um momento de normalidade. Era a transição, os direitos não eram reconhecidos, não estavam reparados. A normalidade de um Estado de Direito não tinha sido retomada. Para retomar a história da anistia, ele só tem o status de anistiado, algo que se tornou possível depois da Comissão da Anistia, muito recentemente. Acho que há dois ou três anos é que ele se submeteu ao processo da Comissão e houve o reconhecimento do Estado das violações que aconteceram e da condição de anistiado.

Houve consequências na vida civil, na circulação. Ele tinha realmente uma ficha, uma restrição legal, mas esse registro policial trazia uma contradição. Em alguns meios, havia um reconhecimento: a condição de ex-preso político trazia um reconhecimento positivo. Em outros campos, era uma reiteração da perseguição.

Havia ainda essa violência que a pessoa internaliza. Internaliza em que sentido? Quando eu digo: “Ah, é muito recente esse reconhecimento oficial”, não se trata somente dele. Convivemos com outras pessoas que também foram perseguidas e que não apresentaram a demanda de reconhecimento da condição de anistiado. As pessoas tinham, e têm ainda, dificuldade de se apresentar, porque de alguma forma se sentem culpadas por terem sido perseguidas ou por terem sobrevivido. Essa culpa é mesmo um dos efeitos dessa quebra psicológica que a

tortura provoca. A própria pessoa perseguida se vê como responsável pela perseguição que sofreu. Para ele desconstruir isso levou um tempo de trabalho pessoal, de trabalho de análise, longos anos de divã. Ele pôde contar também com a minha presença, pelo fato de eu ser a companheira, de compartilhar a vida, de respeitar o tempo de ele dar conta disso, mas de não deixar de sustentar a posição de alguém de fora, porque não viveu diretamente, que diz: “Olha, você não tem culpa disso, você tem direitos que precisa resgatar. Direitos que não são somente seus, mas que são de seus filhos”. Eu penso muito nisso, nós temos um filho.

Nosso filho se chama Caio, já está formado, ele é engenheiro eletricitista. É um menino ótimo, temos muito orgulho dele. Mas, em relação à geração dele, eu me preocupo. Há muitos anos, me preocupava a distância entre meu marido ser um ex-presos político, uma pessoa engajada, uma pessoa que se via muito responsável pelo país, por uma construção coletiva e fazer parte de uma geração comprometida com a militância política, e essa nova geração, que é a de meu filho, ser muito desinformada em relação à política. Meu filho pertence a uma geração que passa a se interessar muito mais pela realização pessoal, individual, e que perde essa dimensão do coletivo.

É nesse sentido que eu vejo o valor da Comissão da Verdade. Tenho a minha formação em Psicanálise e considero que a verdade é a da realidade psíquica, a verdade de cada um, mas no que se refere ao resgate histórico proposto pela Comissão, falamos da verdade no sentido de que é preciso construir a partir da experiência de cada um para o coletivo, reescrevendo a história oficial, a partir da ótica daqueles que lutaram pela democracia. As pessoas foram silenciadas, foram quebradas. Eu penso que a tortura leva a essa quebra interna mesmo. Então, me vejo muito exigente no sentido de que essa história seja contada na medida em que, ao lado de meu marido, percebo o sofrimento que isso traz para ele, até o ponto de levá-lo a se retirar de uma militância mais direta. Sei que ele nunca se desinteressou pela política. Na nossa convivência, ele passou também a se interessar pela Psicanálise, fez formação, trabalha hoje como psicanalista, o que lhe

possibilita abordar os temas da memória e do testemunho e seguir elaborando essas questões que o tocam de perto.

A militância do Jorge começa no Colégio Estadual Central, e depois na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais. Ele começou o curso de Ciências Sociais no início da década de 1970, foi preso no meio do curso e correu o risco de ser excluído da universidade porque ficou preso por dois anos. Ele participou de uma diretoria do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Ele já participava do movimento estudantil no Estadual Central. Depois, do movimento estudantil na FAFICH, DA, e DCE. Nesse período, as coisas foram se tornando mais fechadas, a perseguição mais direta. Ele fala, por exemplo, na FAFICH, de ter colegas policiais infiltrados e de professores serem excluídos ou aposentados.

Então, ele passou a militar em uma organização clandestina, que era a Ação Popular, que defendia uma ação de convencimento. Era uma das organizações que trabalhavam mais a questão de formação de lideranças do ponto de vista da conscientização. Mas eram perseguidíssimas. Várias pessoas morreram e outras desapareceram. Muitas foram presas e torturadas.

Ele teve que sair de Belo Horizonte. Passou por diversos lugares com nome falso, sem ter acesso aos familiares; perdeu o trabalho. E a família dele não tinha recursos, posses. O pai dele era trabalhador, ele pertencia a uma família extensa, tinha muitas irmãs, e a mãe não trabalhava. Ele trabalhou desde os 14 anos e, naquele momento, não podia mais trabalhar, o que já era uma perda pessoal séria. A intenção dele era contribuir de alguma forma. Então, ele ficou um período não podendo estar aqui com as pessoas, e foi preso.

Nesse período em que ele estava clandestino, esteve no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, esteve em vários lugares se escondendo. E, quando retornou para Minas, foi para a casa de um irmão em Itaúna, e foi lá que ele foi preso em uma cena surreal, de filme. Chegaram carros e carros de policiais armados “até os dentes”, com os sobrinhos pequenos assistindo essa cena de agressão, de violência, a própria prisão. Era uma coisa comum essas prisões de militantes políticos só

serem comunicadas dias depois. De certa forma, então, foi bom que ele tenha sido preso na casa do irmão, pois a família pôde acionar os recursos disponíveis naquela circunstância, porque senão... Isso evitava, às vezes, que a pessoa morresse, porque havia alguém que procurava por ela. Os dias que antecederam à comunicação oficial da prisão foram dias de tortura, pois era o momento de se arrancar informações que levassem à prisão de outras pessoas. Ele mesmo foi preso porque um colega foi preso aqui em Belo Horizonte dias antes, e ele acabou sendo localizado dessa forma. Era como os agentes da repressão faziam. Depois disso, a prisão era comunicada. Ele ficou preso por um tempo aqui em Belo Horizonte e depois em Juiz de Fora, primeiro em prisão preventiva, e depois já com a condenação.

Havia leis, Constituição, tribunal, claro que tudo naquele contexto de exceção. Talvez por isso não se soubesse, havia uma ignorância mesmo de que isso acontecia porque havia um aspecto de normalidade. Era como se nada estivesse fora das normas.

Estou relatando o que ele me conta. Claro que ele me conta com muito mais riqueza de detalhes, inclusive o que foram essas sessões de tortura. Isso, por exemplo, de ser levado a testemunhar, ou as acareações, as acusações que eles faziam sob tortura, não necessariamente só a tortura física é que deixa marcas. Das marcas que eu posso testemunhar, acho que uma delas é essa, da dificuldade da pessoa se soltar. Eu penso que, mesmo racionalmente e conscientemente sabendo disso, conseguindo articular um discurso, isso retorna no corpo, no adoecimento psíquico e físico também. Penso que há uma questão de marcas no corpo e de um “adoecer psíquico”, de uma sensibilidade, um alerta tão constante, que é uma grande dificuldade que persiste em alguma medida. Ao longo dos anos, isso vai se tornando mais leve. É uma insônia, uma impossibilidade de relaxar. A vigília, a posição de estar o tempo todo alerta. Pude perceber como existia uma relação entre o fato de ter sido perseguido, de ter estado sempre fugindo, ter sido “preso”, “torturado”, e essa questão da desconfiança que é aparentemente excessiva, mas que é exatamente a marca de alguma coisa muito real. Não há possibilidade de quem não viveu isso ter a dimensão do que é.

Existe também a necessidade de um tempo de elaboração para sair, dizer, falar sobre isso.

Ele ficou preso por duas vezes entre 1974 e 1975: de janeiro a outubro de 1974 e depois de março a dezembro de 1975. E por delito de opinião! Ele não estava envolvido com nada que pudesse ser apresentado como terrorista, criminoso. No caso dele, era tudo delito de opinião porque essa organização na qual ele militava não tinha nenhuma ação que pudesse ser considerada criminosa, no sentido mesmo penal, do Código Penal. Essas perseguições são de outra ordem, foram condenações por delito de opinião – ou seja, se prendia quem divergia da ordem política ilegal, porque era uma ditadura que havia derrubado um Presidente legitimamente eleito. E depois de preso, torturado e julgado, ainda havia as pressões e imposições da vida de condenado em uma penitenciária onde qualquer ato considerado infração à regra era motivo das punições, em solitárias. Qualquer desvio, mínimo que fosse, era punido com esse tipo de sanção que a própria instituição impõe, por exemplo, não ter banho de sol.

A princípio não havia uma segregação entre preso político e preso comum; depois havia uma ala que era de preso político separada da dos presos comuns. Ainda assim, os presos políticos começaram a trabalhar dentro da prisão e mantinham um curso supletivo que envolvia os outros presos, principalmente os comuns, que não tinham formação. Vários deles fizeram supletivo, prova, depois fizeram vestibular, tudo a partir dessa experiência que eles tinham lá, de fazer alguma coisa com aquele tempo de prisão.

Apesar dessa segregação, preso comum e preso político, havia alguns presos que eram classificados como presos políticos e que não o eram, eram assaltantes de banco. Na época, uma das ações dos grupos que defendiam e praticavam a luta armada era assalto a banco (a desapropriação, como eles diziam), os assaltantes comuns eram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Dentro da prisão também podia haver os infiltrados, que eram informantes das forças da repressão política. Então, às vezes, alguma atividade que eles tivessem lá, que

fosse considerada subversiva dentro da própria prisão, era punida. Uma punição dentro da punição, era uma perseguição continuada.

E a punição continuava depois. Ele saiu da condicional e não tinha documento. O documento que ele tinha era um salvo-conduto. Então, não podia trabalhar porque ninguém dava emprego. Ele foi conseguindo trabalho entre os simpatizantes. E ele precisava trabalhar, tinha que se manter, não tinha recursos familiares. Nesse período, o pai dele faleceu. Então, a família viveu muito tempo também da solidariedade de simpatizantes, de amigos. O pai dele era funcionário público e a família ficou amparada por uma pensão, mas o tempo para começar a recebê-la era muito longo e ele tinha cinco irmãos menores. Nesse período, muitas pessoas se mobilizaram. Os colegas da própria FAFICH, pessoas que ele conhecia da militância, apoiaram a família por alguns meses nessa situação difícil.

Ele quase foi preso novamente no momento em que ele tentou conseguir um documento oficial, para que pudesse trabalhar. Era realmente assim: a negação da identidade e da cidadania. Não só a cidadania, o que afetava o coletivo, mas a identidade pessoal também era atingida, tocada, inviabilizada. Se o sujeito não pode circular, não pode se apresentar, ele não existe. Ele viveu esse período de “não existir”. Precisou contar com sua rede de referências para trabalhar. Ele tinha que se apresentar periodicamente em Juiz de Fora com comprovação de residência e trabalho para poder manter a condicional, mas ele foi conseguindo atravessar essas dificuldades e retomou o curso de Ciências Sociais. Posteriormente, também conseguiu fazer mestrado em Educação, na Faculdade de Educação.

Quando eu o conheci, ele já trabalhava em um serviço do governo de Minas, na Secretaria de Interior, por ironia. Posteriormente, trabalhou na universidade. Atualmente, ele trabalha cuidando do sofrimento (risos), escutando o sofrimento. Parece-me que é um outro jeito de fazer política, talvez, com o mesmo compromisso, profissionalmente. Também está envolvido com o projeto do Memorial da Anistia, participando da Associação dos Amigos do Memorial da Anistia. E continua interessado em que essa verdade seja contada aos nossos filhos, às novas gerações, para que ela não se repita.

Quanto a mim, quando eu tomei alguma ciência do que estava acontecendo, foi por meio, como disse, dos livros do Frei Beto. Eu nunca me considerei uma pessoa religiosa, crente, mas fui criada com essa referência. Eu tenho um primo que era muito próximo e que, naquela ocasião, estava sendo ordenado sacerdote da Igreja Católica. Eu gostava muito de ler, sempre gostei. Sempre fui muito curiosa, interessada, então esses livros começaram a chegar a mim por essa via. Eu me lembro desse meu primo ser muito importante para mim. Atualmente ele é muito graduado na hierarquia da Igreja, é arcebispo em Juiz de Fora. Mas, naquela época, ele ainda não era ordenado e foi uma pessoa muito importante para me esclarecer em muitas coisas.

São muito curiosas as coisas que resgatamos quando somos provocados a lembrar. Lembro-me de estar em um museu da minha cidade, mexendo em documentos e organizando, aquela coisa de memória, dos registros e tal, dos registros da própria Igreja, documentos interessantes. Eu me lembro de que também estava uma pessoa um tanto simplória que trabalhava nesse museu e nós, que estávamos fazendo um trabalho voluntário de organizar e catalogar aqueles documentos. Não me lembro do que motivou; se havia algum documento em que ele estava citado, mas eu sei que essa pessoa fala alguma coisa sobre sentir saudades do governo do General Garrastazu Médici e esse primo fala: “Nossa, mas muita gente morreu e foi perseguida no governo dele!”. Esse foi um governo que teve esse lado do milagre econômico mesmo, as pessoas comuns achavam que tinham um ganho importante. E ele fez esse comentário, que tinha sido o período de maior perseguição. Foi a partir dessa fala dele que eu comecei a me interessar pelo assunto. Ele me emprestou um livro, depois emprestou outro e eu fui me interessando. Não é por acaso que eu estava interessada. Tinha uma curiosidade, um movimento meu de realmente querer saber o que era aquilo, que depois se tornou muito próximo para mim.

Da minha experiência pessoal com meus pais, eu penso que tinha muito de ignorância, no sentido de desconhecimento, e de autoproteção. Meu pai falava: “Se ficarmos sabendo das coisas, sofremos demais”, e essa proteção se estendia para os filhos.

Ele defendia essa ideia de “melhor não saber para não sofrer”. E penso que, para mim, ainda persiste essa curiosidade que eu tinha na adolescência. “O que é isso que não pode ser sabido? O que é isso que traz tanto sofrimento?”. Talvez seja essa, também, e, inversamente, a discussão que vemos na Comissão da Verdade: “É preciso saber a verdade, para que as coisas não aconteçam de novo!”. Eu penso que não saber é mesmo uma falsa proteção. Por isso me preocupa essa proteção que é dada aos jovens hoje. Eu vejo como falsa proteção mantê-los na ignorância dessa história e na irresponsabilidade em relação aos seus próprios atos e aos deveres que lhes correspondem, de continuar a lutar por aquilo que lutou a geração a qual Jorge pertenceu.

Aprendi muito com o Jorge, aprendi muito com o que ele representa, com as pessoas que eu conheci nessa trajetória e se tornaram queridas, amigas próximas. Acho que foi muito bom. Enfrentamos muitos desafios, como o de encarar uma verdade que nos causa horror. Podemos nos perguntar: “É humano tudo o que aconteceu? É, mas esse lado obscuro do humano precisa ser civilizado, pois se o ser humano realmente tem esse lado que desumaniza o outro, a civilização deveria ser a forma de impedi-lo. É assim que eu vejo essas violações de direito, da tortura. Como eu disse, eu penso que o Jorge teve sorte de contar com os poucos conhecidos que a família dele tinha, com os bons amigos, com os companheiros de trajetória, assim ele pôde reconstruir uma vida de trabalho e persistir acreditando nos ideais que o mobilizaram naquela ocasião. A luta pela democracia, pelos direitos humanos se faz hoje pelo resgate dessa memória e pelo testemunho dessa história.

MARCOS GOURSAND DE ARAÚJO

Entrevista concedida ao Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região (MG).

Nasci em Belo Horizonte, de uma família simples e trabalhadora, em 1939. Meu pai era funcionário do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG) e minha mãe trabalhava em casa.

Aos seis anos de idade, devido ao falecimento de meu pai, fomos, minha mãe, eu e minha irmã, morar com meus avós maternos. O bar e sorveteria de meu avô era um centro de discussões políticas. Assim, desde o início da puberdade, tive a oportunidade de conviver com políticos – vereadores, deputados e até governadores – já que ficava a apenas quatro quadras do Palácio da Liberdade, na avenida principal do bairro, a Cristóvão Colombo. Como estudava pela manhã, gostava de ficar ali à tarde ou à noite, ajudando meu avô e meus tios e conversando com as pessoas.

Além de políticos, o bar era frequentado também por intelectuais e gente que, mais tarde, iria se destacar em outros campos. Lembro-me do Roberto Drummond, futuro grande escritor e novelista, do Chaim Katz, que se tornaria um renomado psicanalista, do Roberto Abdalla, que viria a ser um cirurgião famoso nos Estados Unidos (foi ele que operou o jogador Tostão quando este sofreu descolamento da retina) e do Herbert de Souza, o Betinho, meu colega mais velho no Colégio Estadual, já com todo aquele carisma que faria dele mais tarde uma das mais respeitadas personalidades brasileiras.

Fiz o antigo curso ginásial no Colégio Estadual de Minas Gerais e o 2º grau no Imaco, um colégio da prefeitura.

Depois, prestei o vestibular para o curso de Psicologia da PUC-MG. Já no primeiro ano do curso, fiz estágio no Serviço de Orientação e Seleção Profissional do Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), dirigido por Daniel Antipoff. Ainda estudante, trabalhei na equipe do Prof. Pierre Weil, no antigo Banco da Lavoura, de 1961 a 1963. Ainda muito depois de ter saído do banco, tinha na figura de Pierre, o fundador da Universidade da Paz, modelo e exemplo de um

mestre que sempre procurou trilhar novos caminhos evolutivos na Psicologia e na vida.

Em 1961, houve a tentativa de golpe contra João Goulart, quando se implantou o parlamentarismo (um ano). Criaram-se vários focos de resistência no país (fizemos um em Minas, na sede da União Estadual dos Estudantes) que conseguiram impedir o golpe.

Logo que me formei, em dezembro de 1963, fui admitido como psicólogo no Idago – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás, criado pelo então governador Mauro Borges. Era um plano de reforma agrária inovador, em que o governo do estado cedia terras públicas para serem cultivadas por famílias de colonos, organizadas em pequenas vilas chamadas rurópolis, que continham o necessário para a vivência dos colonos: capela, escola primária para os filhos, posto de saúde e a cooperativa que fornecia roupas, ferramentas, máquinas e utilidades e comercializava a produção.

O colono arrendava sua gleba, que já vinha com uma pequena casa de taipa, por 49 anos, pagando um cruzeiro [moeda da época] por ano. Não podia ter empregados e nem vender ou ceder sua terra. Baseava-se nos modelos dos *kibutzim* de Israel e nos *kolkhozes* russos, que são formas de propriedade rural coletiva e cooperativa ¹.

Considero que foi uma experiência fantástica e a primeira reforma agrária pacífica e verdadeira feita no país. Com o golpe de abril de 1964, o estado de Goiás foi invadido por tropas militares e o governador Mauro Borges, que era cunhado de João Goulart, foi deposto e preso pela ditadura. O Idago logo foi extinto, por ser considerado uma experiência comunista e eu voltei para Belo Horizonte.

Fundei, juntamente com outros colegas, o Ipamig - Instituto de Psicologia Aplicada de Minas Gerais, o primeiro e que se tornou o maior instituto particular de Psicologia de Belo Horizonte, tendo sido seu diretor-coordenador de 1966 a 1967. Entre os sócios, viemos a ter profissionais já conhecidos, como o psiquiatra Halley Bessa, o casal

¹ Este sistema era muito parecido com os que, mais tarde, foram chamados de ecovilas ou comunidades autossustentáveis, sendo que a primeira e mais famosa, a de Findhorn, na Escócia, surgiu em 1985.

de psicólogos Otília e Daniel Antipoff e a pedagoga Joanita Saraiva. A eles devemos o grande apoio dado a mim e a meus jovens colegas naquele momento.

Mudei-me para São Paulo, em 1967, com o propósito de fazer doutorado e realizar minha formação em Psicanálise. Formei-me em Psicodrama pela Associação Argentina de Psicodrama e Psicoterapia de Grupo, em 1972; concluí o doutorado na PUC-SP, em 1974; fiz especialização em Psicologia Profunda na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo Amaro, São Paulo, em 1977; formação em Psicoterapia de Orientação Analítica de Grupo na Associação Brasileira de Psicoterapia, São Paulo, em 1978; e pós-doutorado em Saúde Mental Comunitária na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, EUA, em 1982.

Fiz dois anos de Psicanálise, mas como buscava uma perspectiva psicossocial, preferi a formação em Psicoterapia Analítica de Grupo. Meu orientador de tese no doutorado foi o Dr. Bernardo Blay Neto, um dos maiores expoentes da Psiquiatria e da Psicoterapia de Grupo.

Havia me casado em São Paulo, em 1967, onde permaneci por dez anos. Durante esse período, participei da fundação de sociedades científicas – Sociedade de Psicodrama de São Paulo e Associação Brasileira de Psicoterapia, da qual fui Vice-presidente, Secretário e Presidente do Conselho Deliberativo. Fui também Secretário-Geral da Sociedade de Psicologia de São Paulo durante a gestão 1968 – 1970.

Participei da criação do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo e juntamente com o então deputado Lauro Cruz, em 1969, fui corredor do projeto de lei que criou o Conselho Federal de Psicologia. Depois de várias idas e vindas no Congresso Nacional, o projeto acabou sendo sancionado em dezembro de 1971, tendo participado de sua constituição e instalação em Brasília, em 1973.

Em 1980, participei da fundação da Associação Brasileira de Psicologia Social, que juntamente com a Associação Latino-Americana de Psicologia Social, fundada no ano anterior, veio a se constituir no grande marco de mudança da Psicologia Social no Brasil

e na América Latina, até então orientada pela conservadora Psicologia Social norte-americana.

Ainda em 1980, concluí a primeira pesquisa psicossocial sobre carnaval brasileiro ²; em 1986, iniciei levantamentos e estudos sobre o comportamento político brasileiro, especialmente com relação aos fatores determinantes das escolhas de voto no período das eleições, tendo publicado e apresentado alguns desses trabalhos em congressos científicos ³.

Levado por minha índole cigana, morei sucessivamente em Piracicaba, Florianópolis, Los Angeles (EUA) e Vitória. Trabalhei como psicólogo e psicoterapeuta de grupo e lecionei em diversas universidades.

Desde 1972, estive desempenhando atividades docentes no ensino superior, tendo lecionado, além de outras, nas seguintes instituições: Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo, de 1972 a 1975; Universidade Estadual Paulista – Unesp, em Assis/SP, de 1975 a 1977; Faculdade de Medicina de Itajubá/MG, de 1975 a 1979; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sto. Amaro, São Paulo, de 1976 a 1977; Universidade Metodista de Piracicaba/SP, de 1977 a 1979, onde fui chefe do Departamento de Psicologia Clínica e Experimental e Coordenador dos Cursos de Licenciatura e Formação em Psicologia; Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, de 1979 a 1984; Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, de 1984 a

2 O carnaval brasileiro como fenômeno comportamental de comunicação. Tese para concurso de professor adjunto, Universidade Federal de Santa Catarina, 1980.

3 - As eleições de 1990: uma abordagem psicossocial. Revista Caminhos, 2:37-41, 1990.

- Comportamento Eleitoral em Belo Horizonte, V Seminário de Pesquisa do Departamento de Psicologia da UFMG, Belo Horizonte, 1988.

- Comportamento Político de Eleitores da Região da Grande Belo Horizonte nas eleições de 1988, III Simpósio da ANPEPP - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, Águas de São Pedro, São Paulo, 1990.

- Avaliação da Campanha Eleitoral de 1990, VI Encontro Mineiro de Psicologia Social, Belo Horizonte, 1990.

- Cidadania e Comportamento Político-eleitoral, VI Encontro Nacional de Psicologia Social, Rio de Janeiro, 1991.

- Atitudes, crenças e valores políticos, V Simpósio da ANPEPP - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, Caxambu - MG, 1994.

1986; Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, de 1986 a 1994.

Retornando a Belo Horizonte, em 1986, resolvi retomar a prática política, juntando-me a alguns idealistas sobreviventes da repressão do regime militar na reorganização do Partido Socialista Brasileiro (PSB), fechado pela ditadura em 1965. Participávamos de grupos de discussões, pois não tínhamos como enfrentar a estrutura monstruosa que era a ditadura.

Em abril de 1989, ocupava a vice-presidência do PSB-MG e, junto com outros companheiros dos demais partidos de esquerda, lançamos a candidatura de Lula à Presidência, em um encontro na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O pré-lançamento já havia acontecido em São Paulo. O PSB indicou, inicialmente, o filólogo Antônio Houaiss para o lugar de vice na chapa de Lula. Houaiss sofreu um acidente e teve problemas de saúde que o impossibilitaram de continuar, sendo substituído pelo Senador José Paulo Bisol. A campanha Lula-Bisol se transformou em um movimento que varreu o país, em uma onda de esperança e empolgação. O “sem medo de ser feliz”, mais do que um refrão, significava um novo alento na alma coletiva brasileira e uma proposta de efetiva mudança.

Acompanhei Lula e Bisol em alguns comícios, encontros e caminhadas. Cada vez mais, me convencia de que era possível chegar-se ao 2º turno das eleições para então enfrentar o Collor que, pelas estatísticas, praticamente já tinha seu lugar assegurado nele. Acabamos derrotados da maneira mais suja possível pela campanha “collorida”, que, com o apoio de uma mídia venal, atacou Lula usando a sua ex-namorada, Mirian.

Em 1994, os partidos de esquerda se uniram novamente. Nova decepção, que se repetiria em 1998, dessa, feita, com Brizola como vice. Tivemos 8 anos do governo de FHC.

A última vez que estive com Lula foi durante a campanha eleitoral de 1994. Fui buscá-lo em Campo Belo, Minas Gerais, para levá-lo em um avião fretado para ser aclamado no congresso nacional do PSB, que

homologava a chapa Lula-Bisol e selava a aliança PT-PSB. A impressão que tive foi a de que ele havia mudado nesses cinco anos. Estava diferente do Lula combativo, sensível e simples da campanha de 1989. Pragmático, parecia apenas interessado nos números do resultado do congresso do PSB.

Em 1996, ajudei na eleição de Wilma Faria à prefeitura de Natal e fui o responsável pela coordenação de pesquisas e formulação de estratégias da campanha que elegeu Célio de Castro à prefeitura de Belo Horizonte. Pela primeira vez, tivemos o PT, que havia rompido compromissos assumidos quatro anos antes, como adversário e o derrotamos nas duas eleições.

Em 2002, o Partido dos Trabalhadores chegou ao poder com Lula. Assumindo o governo em 2003, Lula e o PT abandonaram seus ideais e propósitos, passando a se preocupar apenas com a manutenção do poder e suas benesses. Fizeram alianças e acordos espúrios, sacrificaram companheiros e programas partidários, traíram seus eleitores. Em seguida, começaram a pipocar escândalos dos mais diversos tipos, sempre abafados por Lula e sua tropa de choque no Congresso ⁴. Havia muita esperança, mas pouca mudança, muita retórica e pouca ação, muita demagogia e pouca verdade. Os programas sociais não passaram de captadores de votos e apoio popular, a educação e a saúde continuaram abandonadas, a violência piorou, a reforma agrária virou mera balela, a política econômica, como no governo anterior, teve como objetivo básico atender aos interesses do sistema financeiro internacional e nacional. Lula tornou-se o grande engodo, o maior blefe já acontecido na nossa história republicana recente.

Isso me levou a publicar, em 2004, o livro *O que é isso, ex-companheiro Lula?* (Divinópolis/MG: Ed. do autor, 2004), uma análise psico-política de seu governo⁵.

4 O escândalo do Mensalão até hoje se arrasta no STF, sem que os condenados tenham de fato cumprido suas penas e o seu principal responsável, Lula, apesar das denúncias, ainda continua imune e impune.

5 Tenho também dois outros livros publicados, *Métodos, técnicas e recursos em grupoterapia e dinâmica de grupo* (Belo Horizonte: Ed. Comunicação, 2005) e *Os sete pilares da qualidade de vida*, (Belo Horizonte: Ed. Leitura, 2006, 2a. ed), este em coautoria com Ramon Dias Moreira.

Ao deixar a presidência, em 2010, Lula conseguiu o que nenhum outro presidente havia conseguido: fazer o governo mais corrupto da história do Brasil e ter o maior índice de aprovação popular, tornando-se um verdadeiro ídolo.

Decepcionado com a deterioração ética e social do país e com os sucessivos e generalizados desmandos na política brasileira, decidi abandonar a participação política direta e dedicar-me a realizar workshops e palestras, trabalhos de consultoria e pesquisas sobre comunidades autossustentáveis (algo que me lembra o curto tempo que passei em Goiás, mas me marcou muito). Hoje, participo de instituições internacionais que trabalham em prol da melhoria de condições de vida e de maior equilíbrio e harmonia nas relações humanas como Rotary, Servas, Avaaz, Sunesis. Fora isso, talvez apenas um movimento social revolucionário – muito pouco provável – poderia mudar o Brasil.



MARCOS VIEIRA

Entrevista concedida pelo psicólogo Marcos Vieira Silva ao Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região (MG).

Eu fiz o curso de Psicologia na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich), da Universidade Federal de Minas Gerais. Entrei em 1974 e saí em 1979, então vivi o período menos violento, no sentido de prisões e de mortes. Mas foi um período em que ainda havia muita repressão e que ainda tinha muita violação dos direitos humanos no dia a dia, então acabamos sendo afetados por isso.

A primeira experiência e, talvez, a que mais chamou a atenção da minha turma foi quando alguns colegas de faculdade foram presos no primeiro mês de aula. Fiquei assustado e incomodado com aquilo. Foi um misto de susto, por perceber que aquilo ainda estava ocorrendo, e de indignação, por ter acontecido com colegas, com gente próxima. Foram presos não só alunos da Psicologia, mas também colegas da Sociologia que participavam mais ativamente do diretório acadêmico.

Foi o nosso primeiro choque. Alguns colegas até se afastaram um pouco dos movimentos e da participação política. E quando foram feitas as denúncias em sala e os pedidos dos colegas para que divulgássemos a notícia, déssemos informações e nos mobilizássemos para que as coisas não ficassem escondidas, alguns colegas tiveram dificuldades, ficaram com medo, apesar de ser um período já não tão duro. Ainda havia medo e convivemos com isso pelo menos no primeiro ano, talvez o último momento das prisões mais abertas. A própria faculdade se mobilizou contra isso.

Eram dois movimentos ao mesmo tempo, um movimento de mobilização da faculdade e também um movimento nacional que cobrava da ditadura alguma abertura. Dois movimentos paralelos no sentido de começar a abrir e diminuir a repressão, mas não foi tudo contínuo. Havia momentos em que a repressão era mais forte novamente.

Nosso grupo começou a participar mais, a se envolver mais, a se informar e discutir, a ter uma visão diferente da que a mídia tentava passar. A primeira mudança foi essa. Aliás, foi uma coisa até mais geral, pois mais gente começou a perceber as contradições. Havia a possibilidade de discutir mais e isso começou a mexer com a gente.

Comecei a participar mais do movimento estudantil, passei a conviver com as pessoas envolvidas politicamente. Então, isto ficou forte: entender o que aquelas pessoas estavam fazendo, entender que aquilo era correto, necessário e seguro. Não vou dizer que não tive medo, mas a indignação e a vontade de mudar acabaram sendo mais fortes. Os movimentos que nós fizemos na época e a participação dos colegas nos ajudaram a enfrentar isso. Acabei me envolvendo, ainda no primeiro ano, com o movimento estudantil e com uma formação política dentro da universidade, paralelamente à formação em Psicologia. Mas havia medo dos colegas de se envolver com os movimentos. Eles não queriam perder a oportunidade que tinham tido de estar em uma universidade pública e fazer o curso de Psicologia. Daí para frente, vivi duas coisas paralelas, que foram: uma formação crítica em Psicologia e uma busca por começar a produzir uma Psicologia que ajudasse a mudar esse quadro e construísse uma perspectiva mais crítica, uma Psicologia mais brasileira mesmo, como começamos a falar na época.

Paralelamente a isso, tive uma formação política e um envolvimento com o movimento estudantil no âmbito de luta política, tentando ajudar a luta pela redemocratização, pelo afastamento da ditadura, para conseguir mudar a situação do país.

O curso de Psicologia acabou passando por um momento de reformulação de currículo e nossa turma se envolveu muito nisso, porque havia a formação de comissões paritárias. Essas comissões eram formadas por igual número de estudantes e professores. Essas comissões nos informavam e formavam a nossa maneira de pensar Psicologia, enfim, nossa atuação como futuros profissionais. Eu acho que tudo o que eu faço em Psicologia ficou muito marcado por isso. Me emocionei com as lembranças.... Quero poder lembrar das coisas boas. Vivemos muito intensamente a universidade e a convivência muito grande com colegas, com professores. Curtimos muito o curso. Tivemos oportunidade de ler autores que eram proibidos como Paulo Freire, Marx, Foucault. Sou de uma geração que teve uma formação em Psicologia muito interdisciplinar, muito rica nesse sentido, porque a gente queria

outros autores que nos ajudassem a produzir uma Psicologia mais preocupada com a realidade brasileira e latino-americana

A predominância, até essa época, era de uma Psicologia norte-americana e europeia. Não é que não houvesse bons autores na Psicologia europeia, mas não eram exatamente esses que víamos. Assim, começamos a brigar muito para que a reforma do currículo pudesse abrir o curso para ter contato com isso. A marca do período que eu vivi a faculdade foi de um movimento estudantil que teve uma atuação muito forte do ponto de vista de luta pela qualidade do ensino, por uma formação crítica, por uma formação ética. Então, eu falo que duas coisas marcaram muito minha formação em Psicologia, essa busca por essa Psicologia mais crítica e mais voltada para a realidade brasileira, que atendesse às demandas das chamadas classes populares, e o profundo senso ético, tanto com os companheiros, quanto com a nossa clientela. Acho que essas foram as marcas da nossa formação.

Foi uma geração que começou a abrir perspectivas novas para a Psicologia e a ocupar espaços também na saúde, na saúde mental, na educação. Fomos para dentro de hospitais. O grupo dava força e fazíamos coisas novas e questionadoras. Começamos a fazer uma calourada para receber os colegas que entravam, mas de uma maneira crítica. Levávamos o aluno do primeiro período para o hospital psiquiátrico para ele conhecer um espaço onde era necessário que a Psicologia atuasse. Além da atividade política, dos eventos culturais, incluímos uma atividade de formação em Psicologia. Eu tenho um colega que trabalha comigo hoje e eu fiz a calourada dele. Ele fala que nós éramos muito doidos, porque primeiro o levamos para um hospital psiquiátrico e ele tomou um susto danado. Mas isso marcou a formação dele, porque ele começou a entender a Psicologia de uma maneira que ele não imaginava antes.

Tínhamos um compromisso de levar, para os colegas e alunos, o que estava sendo encaminhado, pois o que estava sendo aprendido tinha de ser coletivizado. Todos tinham de ter a oportunidade de ter aquela formação. Tivemos a oportunidade de trabalhar com professores

doutores nessas campanhas comunitárias, eles sentavam conosco e discutiam de igual para igual sobre cursos, formação, teóricos e teorias etc. Desde o primeiro período, passamos a ter um conhecimento muito grande sobre a Psicologia como um todo, a tentar pensar em novas práticas para a Psicologia e em como atuar em outros espaços. Surgia um trabalho voltado para a saúde pública.

Na época, nosso curso criou uma disciplina chamada Psicologia Comunitária e Ecologia Humana, que era voltada para as práticas de Saúde Pública, Saúde Comunitária. Isso marcou muito a nossa formação; da gente; eu fiz a disciplina e, depois, fui monitor dela. Hoje, eu sou professor de Psicologia Comunitária na Federal de São João del-Rei, eu por isso eu falo que marcou muito.

Sou natural de Belo Horizonte. Trabalhei de 1979 a 1989, na PUC e fui para São João del-Rei. Hoje tem vinte três anos que estou lá. O que mudou um pouco é que, quando eu trabalhava na PUC, por exemplo, uma disciplina de Psicologia Comunitária, mas se trabalhava esse conteúdo como uma das unidades da disciplina de Psicologia Social. Hoje, em São João, temos a disciplina obrigatória de Psicologia Comunitária. Nosso curso oferece uma formação que tem relação direta com a experiência trazida da Fafich, por meio do Setor de Psicologia Social - com Marília Novais da Mata Machado, Célio Garcia, Lúcia Afonso, Elizabeth Bomfim, um grupo que ficou muito conhecido na Psicologia Social brasileira. Começamos, desde cedo, a nos envolver com pesquisa e com extensão e isso deu um tom muito marcante para nossa formação. Eram trabalhos que envolviam pensar criticamente a sociedade e buscar a redemocratização do país.

Paralelamente ao trabalho e a formação em Psicologia, participava dos movimentos sociais e lutava pela democratização. Quando participei da tentativa de reconstrução da UNE no encontro nacional dos estudantes na Faculdade de Medicina, fui preso. Por 1977, foi um encontro nacional dos estudantes realizado no campus da Medicina. A polícia nos cercou, prendendo todo mundo que estava lá, e nos levou para o Parque de Exposições da Gameleira. Nós ficamos detidos lá de

sexta para sábado. No sábado, fomos interrogados e fotografados. De lá, alguns saíam, eram liberados, outros iam para o DOPS. Eles nos classificavam como A, B e C. A categoria A era quem tinha cargo no DCE ou no diretório acadêmico e era reconhecido imediatamente, esse era encaminhado para o DOPS. B era quem provavelmente tinha algum tipo de participação, mas não se sabia com certeza. Eles os deixavam por um tempo lá, até verificarem se tinham algo contra aquela pessoa. Essa pessoa poderia ser solta no dia seguinte, ser encaminhada para o DOPS, ou ser detida para mais investigações. Os de tipo C eram aqueles que não tinham nenhuma acusação, não eram conhecidos pela repressão; esses eram liberados. Na época, eu fui classificado como C. Eu não era do diretório acadêmico, era do Centro de Estudos de Psicologia, uma entidade que tinha surgido com objetivos acadêmicos, mas que tinha envolvimento com o movimento estudantil, com a luta política, como eu falei. Eu participava da comissão organizadora do evento, só que quando soubemos que tínhamos sido cercados, a orientação foi negar o envolvimento com o movimento. Então, quando eu fui interrogado, eles me perguntaram: “Você é do DCE? Você é do CA?”, Falei: “Não. Vim jantar na faculdade e ver os colegas, quando eu estava lá dentro a polícia cercou e eu fui preso”. Daí eles verificavam umas listas, como não tinha nada com o meu nome, fui fotografado e liberado pouco depois. O nosso objetivo foi tentar que o máximo possível de pessoas fossem liberadas para organizar algum movimento, alguma resistência fora. Então, começamos imediatamente o movimento de divulgação das prisões e de buscas de parcerias com a sociedade civil.

No Cine Pathé, estava passando um conjunto de filmes que foram feitos na época sobre um personagem indígena americano, na verdade um mestiço que se chamava Billy Jack. O conjunto de filmes falava sobre escolas para índios norte-americanos que tinham sido reprimidas. E o filme que estava passando naquele final de semana era justamente o filme da série em que havia repressão na escola, *A volta de Billy Jack*. Então, o cine quase veio abaixo porque boa parte dos que tinham saído da Gameleira foi no domingo à noite ver o filme. Nós saímos muito

mobilizados. Foi uma situação de comoção muito grande. Durante o filme, as pessoas começaram a gritar, a falar e a vaiar a repressão. Foi um movimento assim, muito interessante para nós. Nessa situação de estar lá na Medicina, tinha um misto de medo do que poderia acontecer pela violência da repressão, mas tinha também uma grande força, pelo envolvimento coletivo.

No momento da nossa prisão, quando começamos a ir para os ônibus em direção à Gameleira, eles queriam que saíssemos com as mãos na cabeça e nós nos negamos. Saímos abraçados. Mesmo no momento da prisão, reagimos e conseguimos mudar um pouco o quadro. O reitor esteve lá, explicando que ele não tinha mais força naquele momento para evitar a prisão, que ele tinha tentado tudo com o governador do estado, com as forças militares e tudo mais... E eles estavam o tempo todo tentando impedir que houvesse repressão violenta e que entrassem no DA. A polícia não entrou, ela nos cercou, e nós saímos dessa forma, em grupos de quatro e cantando. E enquanto estávamos lá cercados, nos prédios próximos, o pessoal fez faixas e cantou com a gente. Nós cantamos Vandrê. Enfim, havia uma mobilização muito forte do ponto de vista do sentimento, da emoção. Isso mexia muito conosco.

Tinha gente de outros lugares do Brasil, porque o pessoal de fora já estava chegando para o encontro, e também foram presos. Recebemos informação de quem estava fora, de quem estava tentando nos ajudar. O movimento que o pessoal fez na Igreja da Boa Viagem, por exemplo. Tem uma foto muito famosa que usamos no dia seguinte para reagir contra a luta de sangue. A foto mostra um policial careca - que apelidamos de Kojac, pois na época tinha o policial Kojac do filme norte-americano - arrastando uma menina pelos cabelos em uma rua perto da Igreja da Boa Viagem. Reproduzimos no mimeógrafo e rodamos um panfleto, mostrando a violência, mas a televisão tentava justificar que não tinha ocorrido isso. Contamos com a mobilização de pessoas da igreja, dos professores, dos colegas que estavam do lado de fora e dos familiares também. Houve um movimento muito grande para brigar pela

libertação dos colegas, pois o pessoal que era do DCE ficou preso mais dias. Acho que eles foram soltos no meio da semana.

Isso foi 1977, um momento em que os movimentos sociais já estavam fortes na luta contra a ditadura e o movimento estudantil nem era mais o principal foco, pois o movimento operário começava a ter muita força. Boa parte dos militantes do movimento estudantil já tinha começando a se formar, preparar sua integração como profissional e estava trabalhando mais na luta educacional. Vivemos exatamente essa mudança. Vivemos também as primeiras manifestações depois da repressão pesada de 68, 69. Então, foi esse grupo, essa geração, esse movimento estudantil que tentou fazer, de novo, passeatas, atos públicos.

Eu me lembro de um ato público que foi feito também na Faculdade de Medicina, foi enorme, levou muita gente. Foi um momento em que o movimento estudantil conseguiu recuperar as manifestações públicas, mas nas primeiras houve repressão. Eu me lembro de uma vez ter levado um golpe de cassetete. Na hora, o que senti foi uma raiva enorme e eu quis parar para tentar reagir, tentar conversar, mas um colega me puxou e disse: "Vamos embora! Para com isso!". Acabamos correndo, eu fiquei muito indignado, porque eu achei um absurdo ter que correr para não apanhar. Tive muita raiva disso e a dor do cassetete foi grande, mas a raiva foi maior. O que mais marcou, no momento, foi a raiva. Eu achava que tinha de reagir, mostrar para aquele soldado que aquilo era injusto. A propósito, isso também foi uma estratégia que usamos nas manifestações, tentar mostrar para as pessoas, para o povo da rua e até para os soldados que a nossa luta era por eles e era deles também.

E depois vivemos as Diretas Já. Foi o delírio para nós, porque pudemos fazer passeata tendo a proteção da polícia. Andamos pela Avenida Afonso Pena, de peito cheio, como é que eu vou dizer? Cobramos tudo o que tínhamos direito, nos manifestamos como se tivéssemos recuperando o que não se pôde fazer antes, porque foi o momento em que pudemos nos manifestar sem ter repressão e, contrariamente, ter a polícia preocupada em garantir a segurança da passeata e do movimento. Então, eu vivi esse período. Tentando contar

as coisas para você agora, as sensações se misturam, eu me lembro muito dessa euforia de descer a Afonso Pena rindo e falando: “Pô, mas isso é demais! A gente poder fazer a passeata sem ser reprimido é um negócio muito interessante. Anos antes a gente tinha que correr”.

Lembro-me também de que era difícil para a família quando a gente participava, porque os familiares tinham muito medo de que fôssemos presos, apanhássemos, mas eles também não conseguiam fazer com que não fôssemos. No meu caso, eu me lembro da minha mãe falar isso: “Você vai, pelo menos, então, dá notícia”. Ela ficava aflita até voltarmos. Uma coisa que marcou muito foi a atitude de minha avó, Maria Felícia, a Vó Zita. Ela morava na Rua da Bahia, esquina com a Guajaras, onde havia muitos prédios, perto da Faculdade de Direito da UFMG. As manifestações costumavam acontecer ali. Minha avó me falou: “Não adianta eu pedir para você não ir, não é? Você vai, não é?”, Eu falei: “O vó, não me peça isso, não”. “Eu vou, eu tenho de ir, estou participando do movimento, das entidades estudantis”. Assim, ela me disse: “Então eu quero combinar com você o seguinte, toda vez que você for, na hora que terminar, você vai passar aqui em casa para eu te ver e saber se você está bem. Você vem e toma um café ou um guaraná comigo”. Fiz isso várias vezes quando saía das manifestações. Entrava, às vezes comia um pão de queijo e tomava um guaraná. Ela gostava muito de servir guaraná Antarctica para nós, essa era a marca da minha infância na casa da avó, o guaraná e o pão de queijo.

Se eu não aparecesse, tinha tido problema e tinha de saber onde eu estava e o que tinha acontecido. A minha avó, a vó Zita, vivia um misto de orgulho por eu estar participando das coisas e o desejo de querer saber o que estava acontecendo, de querer se informar, porque ela ficava com raiva das coisas. E a minha tia também tinha envolvimento com a luta, com a redemocratização.

E a minha avó acabou me ajudando, porque ela aceitou meu envolvimento com o movimento mais rapidamente do que o meu pai e a minha mãe. Então, com isso, ela ajudava a família. Ela se informava, ela lia. Ela era professora primária, mas ela acompanhava as coisas,

tinha algum envolvimento,. A minha tia trabalhava em uma livraria com o Edgar da Mata Machado, militante histórico da esquerda, amigo de Dom Helder Câmara. Então, ela conhecia mais de perto o movimento, conversava muito comigo. Eu me lembro de conversarmos sobre músicas na época, de ouvirmos os cantores que ajudavam o movimento. E esses cantores embalavam o nosso sonho de uma sociedade mais alegre, mais justa.

A minha experiência foi também de uma intensa formação cultural. A universidade significou, para mim, uma aquisição de conhecimento muito grande, para tudo, porque eu tive acesso à música, à cultura, até teatro eu fiz na universidade. Então, isso tudo mudou radicalmente a minha vida, o meu modo de viver, a minha formação. E eu passava isso para os meus irmãos mais jovens, eu era o filho mais velho. Os dois irmãos que vinham logo depois de mim não participavam muito, tinham mais medo de se envolver. Um fazia Engenharia e a outra fazia Educação Física, que eram cursos que não ajudavam também, não é? Das duas irmãs mais novas, uma fez Jornalismo e a outra fez Letras. Eu me lembro de que curti muito o dia em que vi a redação delas, quando elas estavam terminando o segundo grau. Elas escreviam com uma visão crítica. Eu achei o maior barato, uma vitória ter irmãs que estavam indo para o caminho “certo”. E minha irmã é jornalista hoje, trabalha com isso, sempre trabalhou, de forma crítica também. A outra irmã fez Letras e foi professora. Minha família teve um envolvimento muito grande com a faculdade, com a educação.

Eu fui monitor na universidade, da Prof^a Marília Mata Machado, cujo irmão, José Carlos, foi morto pela ditadura. Então, acabei conhecendo seu pai, o Edgar. Tivemos muitas conversas sobre isso, acompanhamos um pouco essa trajetória. É uma situação muito particular e inusitada, pois, por causa desse contato com a Prof^a Marília, em 1978, quando fui fazer uma viagem de férias para o Nordeste, como presente da futura formatura, o professor Edgar perguntou se eu poderia levar um documento para o Dom Helder Câmara. Então, eu conheci o Dom Helder Câmara. Foi uma situação engraçada, porque eu imaginava que

eu iria chegar lá, entregar o documento e ir embora, mas ele recebeu os papéis e conversou comigo. Perguntou o que eu fazia, perguntou da universidade, do movimento e acabou que nós tivemos uma longa conversa sobre o movimento e a luta contra a ditadura. Ele foi uma pessoa muito atuante, participou muito da luta contra a ditadura no período em que eu também participava. Como falei, eu acabei tendo uma formação muito ampla e adquirindo um conhecimento muito amplo da realidade, uma formação muito mais ampla do que a Psicologia dava na época. Eu acho que a marca da nossa geração foi essa formação interdisciplinar na Psicologia, que nos ajudou a ter esse olhar diferente do social, do comunitário. Não é à toa que muita gente foi trabalhar na saúde, nas políticas públicas, formou-se nessa perspectiva. Acho que a luta contra a ditadura, na época, gerou esse diferencial.

Nós tivemos muita gana para brigar e o DCE Cultural trazia artistas como Thiago de Melo, Sérgio Ricardo, Jards Macalé, Gonzaguinha, Caetano. Todo mundo que, na época, estava tentando fazer parte do movimento contra a ditadura, por meio da arte e da cultura. O DCE oferecia essa formação para os estudantes. Eu acho que isso marcou muito a formação da nossa geração. Hoje, eu penso ser coerente com essa formação que devo transmitir. O compromisso ético que aprendemos se mantém se mantém até hoje. Os colegas da época são pessoas que conduzem a sua prática profissional na Psicologia nessa direção.

Alguns de nós, entendemos praticamente de tudo em Psicologia, tínhamos uma formação generalista mesmo, então, ficamos muito chatos, Não é? Porque a gente incomodava muito, pois sabia discutir com conhecimento e tinha experiência. Nós íamos lá e fazia, por isso podíamos discutir muito mais coisas. Tínhamos muito argumento e, por isso, éramos muito ouvidos pelos estudantes. Foi um período em que as lideranças dos estudantes de Psicologia tinham muito respaldo. Eu acho que isso marcou esse período da ditadura.

E, por outro lado, incomodou-me muito quando eu comecei a trabalhar, porque eu me tornei profissional e já comecei a trabalhar como professor. Eu me formei em 1978. Em 1979, no meio do ano, eu

comecei a dar aula na PUC-Minas, na época, UCMG. E eu fiquei muito incomodado, porque eu imaginava que, como eu era um professor crítico, os alunos iriam gostar das minhas aulas, iriam querer estudar e se envolver politicamente. Mas não foi assim. Eu tive alunos que tinham vivido a ditadura, mas tinham uma formação muito enviesada, porque todo processo educativo tinha sido modificado. Então, muita informação que eu tive, os meus alunos não tinham. Eu percebi que tinha de refazer a forma de pensar e ter paciência com os alunos para formar neles aquela mentalidade que eu imaginava que conseguiria passar rapidamente. Isso foi um aprendizado difícil nos primeiros anos de trabalho como professor. Eu acho que a ditadura teve essa capacidade de interferir em todo o processo educacional. Eu me lembro de discutir sobre a formação no grupo escolar e a deles tinha sido completamente diferente da minha, porque eu fiz a formação em grupo escolar antes da revolução.

Esse foi outro efeito daquele período, pessoas que achávamos muito acomodadas. Hoje, eu vejo que o termo “acomodadas” não é muito apropriado. Na verdade, elas não tinham como não ser assim em virtude da experiência de formação que tinham. Então, eu comecei a ver a importância de ser coerente como Paulo Freire, como a gente tinha aprendido na Fafich. O diretório acadêmico da Fafich era uma escola para tudo, para a vida também. O que eles faziam? Pegavam Paulo Freire que estava proibido, datilografavam, faziam estêncil, rodavam as apostilas e distribuíam para os alunos lerem. Tínhamos de ler, discutir, fazer seminários. Eles também queriam que nós trabalhássemos com os alunos. Nós tivemos algumas experiências durante o nosso curso, assumindo praticamente, junto com o professor, a programação das disciplinas, a mobilização. Discutiam-se textos com os colegas e muitos professores tiveram disposição para isso. Por outro lado, os que não tinham, fazíamos tudo para mudar; éramos muito participativos.

Quando nós começamos a trabalhar, queríamos de toda forma, trabalhar naquela direção e, se dependesse de nós, o país mudava ali

mesmo. Então, fomos aprender que não é assim, que a coisa tem que ser mais lenta. Hoje, eu penso que eu achei esse equilíbrio.

Em resumo, comecei a trabalhar na PUC-Minas e trabalhei dez anos lá. Aprendi a ser psicólogo na Fafich e aprendi a ser professor na PUC, porque eu me formei com a perspectiva “faficheira” na cabeça, mas o mundo lá fora não era esse. Então, eu aprendi na marra, na PUC, a ser professor e a lidar com aluno. Fiz Mestrado em Educação na FAE, Faculdade de Educação da UFMG, e fiz uma disciplina especial com o Paulo Freire, concentrada em um final de semana. Isso marcou a minha vida de professor daí para frente. Sempre trabalhei na perspectiva de provocar os alunos a refletir a partir da experiência que eu tive com Paulo Freire. Mas me lembro muito dele falar que ser professor dava muito trabalho e que ele tinha consciência disso. Ele sabia, por exemplo, que às vezes tinha que se levantar e dar uma aula expositiva no quadro para as pessoas perceberem que ele sabia, conhecia o assunto. E a gente teria de fazer isso também. Porque a experiência de dar uma aula diferente com os alunos discutindo em grupo, trabalhar em grupo, não era uma coisa facilmente captada. Isso marcou muito o meu trabalho.

Eu sofria na PUC, porque era uma universidade privada e com algumas turmas Às vezes, havia dificuldade porque se recebia alunos que não tinham consciência política e, ocasionalmente, não estavam nem um pouco interessados em ter. Mas nós acreditávamos que tínhamos de tentar com todos os alunos. Eu sempre achei que tinha de entrar em sala acreditando que era possível mexer com aqueles alunos todos. Mobilizá-los de alguma forma. Eu sempre batalhava nessa direção e faço isso até hoje. Teve um momento em que eu cansei daquilo, e eu era professor *aulista*, dava mais de 20 aulas por semana. E ainda ia trabalhar com extensão, com pesquisa. Eu tinha acabado de terminar o mestrado, então apareceu a oportunidade de ir para São João del-Rei, para trabalhar com pesquisa e extensão como parte da carga horária. Larguei tudo e fui pra lá. Primeiro como professor visitante com contrato temporário. Aí, apareceu uma vaga para efetivo e eu fiz o concurso. Tirei uma licença na PUC, mas depois de seis meses que eu estava

em São João del-Rei, decidi que era lá que eu iria ficar. Logo comecei a trabalhar na Federal. Isso já era 1989. E também teve a questão da qualidade de vida, pois Belo Horizonte, na época, estava se tornando uma cidade muito grande para o meu gosto e o trânsito insuportável. Eu simplesmente achei que São João del-Rei tem uma qualidade de vida muito melhor. Por isso, eu optei por ficar em São João del-Rei. Claro que eu senti muita falta no início, porque São João era uma universidade muito pequena na época e a PUC era uma grande universidade em todas as áreas. Eu senti esse baque no início, mas, aos poucos, a universidade também foi crescendo e eu fui criando novos espaços. Fui fazer o doutorado e hoje eu trabalho lá, em uma grande universidade. São João del-Rei é uma grande universidade e o curso de Psicologia é um curso reconhecido hoje. Fiz doutorado em São Paulo e fui orientando da Silvia Lane. Como eu te falei, foi uma formação muito particular. Eu convivi muitos anos com a Silvia, porque eu fui sócio-fundador da Associação Brasileira de Psicologia Social, a Abrapso. Ela fez um evento no Rio e teve uma coincidência muito legal, porque a Abrapso foi fundada em 1980, quando o Paulo Freire tinha voltado do exílio. Foi a primeira apresentação do Paulo Freire depois do exílio, no mesmo período em que a gente estava fundando a Abrapso. Teve também a publicação do livro *Psicoterapia do Oprimido*, do Alfredo Mofatt, no Brasil, publicado pela Editora Cortez. Antes, nós trabalhávamos com uma publicação da Editora Paidós que era uma versão em espanhol.

Nós fomos tientes desse povo todo, e nos trabalhávamos com esse pessoal. Logo que comecei a lecionar, adotei o livro da Silvia Lane e comecei a trabalhar com ela. Para nós, a possibilidade de ter, finalmente, uma Psicologia Social com autores brasileiros que estavam produzindo contemporaneamente era muito gratificante. Quando eu fiz o curso, não tínhamos livros, trabalhávamos com textos de vários autores, porque não havia um bom manual de Psicologia Social, pelo menos não para o nosso ponto de vista. Havia manuais americanos, mas esses não queríamos. Precisávamos de autores que ajudassem a criar essa Psicologia Social que entendíamos ser adequada. Tanto que, em um

primeiro momento, nesse grupo que eu falo que é a minha geração, essa turma que se formou nessa época, nós não falávamos que era psicólogo, mas que éramos professores de Psicologia e de Psicologia Social, o que era ainda mais diferente. Demorou um tempo até a gente se assumir psicólogo e começar a trabalhar como psicólogos.

Do ponto de vista psicológico, eu acho que a ditadura teve sempre uma dupla marca, vamos dizer assim, do medo, mas também da eliminação. No movimento das Diretas Já, o que me marcou foi o Teotônio Vilela, com a bengala levantada, e o Milton Nascimento disse que era a Santa Ira. Então, deu em nós essa gana de lutar pelas coisas, e nos revoltar contra qualquer tipo de opressão. Se a gente visse um mendigo sendo mal tratado na rua, já éramos capazes de brigar com a mesma gana que por um colega que tinha sido preso, porque, para nós, era uma questão da defesa dos Direitos Humanos.

Eu continuo não aceitando. Eu acho que eu continuo brigando. Eu fico tentando ser coerente com essa história o tempo todo. Eu dei uma aula no nosso curso de Mestrado em Psicologia hoje e acabei falando do Paulo Freire. E eu estava com esse meu amigo, o Henrique, que trabalha lá comigo e também fez mestrado em Educação. Nós brincamos com a questão de continuar achando que a esquerda é, em princípio, a melhor opção. A nossa geração ainda se dá o direito de achar que a esquerda é a melhor opção. A gente acha que ainda é importante ser coerente como Paulo Freire e procurar uma formação crítica em Psicologia e tentamos fazer isso quando damos aulas no mestrado.

Hoje, eu consigo trabalhar com coisas que eu gosto muito, que são as práticas grupais, a Psicologia Comunitária, Políticas Públicas. Assim, eu mantenho essa perspectiva de atuação e de formação. Hoje, eu posso dizer que me sinto muito à vontade para trabalhar. Quando eu me formei, Psicologia Social era uma Psicologia menor; o chique era ser clínico. Então, eu era alternativo, eu não era psicólogo.

Era o boom da clínica, dos consultórios. E foi também um momento de ênfase na Psicanálise. Ajudamos muito nisso porque na Fafich, por exemplo, quando se fez a reforma do currículo, criamos disciplinas de

Psicanálise no curso. Queríamos essa formação, porque o que você tinha era behaviorismo e só! Foi esse movimento que introduziu definitivamente a Psicanálise na formação em Psicologia. Isso foi em 74-75. Mas, por outro lado, em 79 o boom da clínica continuava e, aí, queríamos mudar esse fato, o tempo todo querendo, ocupar outros espaços.

Eu me lembro de que o primeiro concurso público para psicólogo do estado de Minas Gerais foi feito quando Tancredo Neves assumiu. Muita gente que fez o concurso não tinha a menor ideia do que era trabalhar com saúde pública, porque eram poucos que tinham essa formação. Hoje, eu acho que há um volume muito maior de psicólogos com essa formação. E nos concursos para psicólogo do estado ou das prefeituras vemos predominância de conteúdos da Psicologia Social – coisa que não foi comum na história da Psicologia.

Então, acho que hoje a conjuntura é muito favorável para uma Psicologia crítica. Eu acho que a Psicologia é, talvez, a área profissional que mais se abriu para novas formações e que cresceu no mundo nesse processo de construção coletiva da profissão. Esse movimento que o Conselho faz do Congresso Nacional de Psicologia tem esse mérito, ele ajuda muito na construção coletiva, embora haja dificuldades ainda no oferecimento de opções e, às vezes, há divergências políticas, como todo movimento social tem. Mas eu acho que tem um grande mérito. A Psicologia talvez seja uma das profissões que mais tem envolvimento político do profissional. Eu sou muito entusiasmado (risos)! Com a Psicologia, com a docência, com o trabalho na universidade. Eu fico o tempo inteiro tentando mostrar para os alunos essas possibilidades, as experiências políticas. A minha válvula de escape foi essa. Formei-me nessa perspectiva e foi assim que eu consegui resistir à ditadura e tudo mais. É a esperança, aquela história da luta do PT, “a esperança vencer o medo”. Eu acho que na minha geração, a esperança venceu o medo, no sentido de que nos tornamos um grupo muito atuante nesse processo.

Eu não estou falando disso tentando ser importante, achando que sou importante; eu não fui importante, importante foi o envolvimento que construímos.

Eu acho que a Psicologia, principalmente a Psicologia Social, trabalha hoje com categorias de análise em que se discute a questão da solidariedade, da afetividade. O processo grupal como alguma coisa construída coletivamente. A gente defende a autogestão até hoje, por conta das formações da análise institucional, do Marxismo, de Foucault. Autores que abriram a nossa formação, era muito belo, mas em uma perspectiva de acesso. Igualar, comparar com as relações anteriores, acho que tenho de continuar nesse caminho, gosto desse caminho.

Sinto prazer em trabalhar com essa perspectiva. Minha trajetória foi essa. E no movimento estudantil, a gente sempre fez isso, nós sempre trabalhamos com a luta política e com a formação. No Centro de Estudos de Psicologia, o CEP, nós sempre discutíamos tudo sobre as perspectivas críticas da Psicologia, oferecendo novas oportunidades de complementar a formação na disciplina e ampliar sua discussão. Ir atrás de textos, ler e procurar discutir. Também trabalhávamos para formar lideranças que tivessem vontade de trabalhar nessa direção. Fomos um grupo que teve uma participação um pouco diferente, vamos dizer assim, da participação política tradicional. Porque a esquerda era uma esquerda, talvez, mais “carrancuda” e eu acho que mudamos isso, porque vivemos um momento de abertura grande e a questão da cultura foi, e ainda é, fundamental para nos ajudar nesse processo.

SANDRA ATHAYDE SILVA

Entrevista concedida pela psicóloga ao Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região (MG).

Em 1964, eu estava com 15 anos. Minha mãe já trabalhava na Faculdade Federal de Filosofia, como secretária do curso de Psicologia. Ela teve participação muito de perto e junto com os alunos, tanto que, quando o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) chegava lá para pegar as fichas dos alunos, ela sumia com a papelada e avisava aos pais. Eu fui crescendo nesse ambiente, vendo essas coisas acontecerem. As pessoas sumiam, às vezes, nos contavam que haviam morrido. Minha mãe estava sempre participando, ajudando os alunos. Eu me lembro de uma vizinha, que passou na faculdade de Psicologia, casou em uma pompa, um carrão, uma coisa assim, deslumbrante. Um ano depois, ela estava dentro da guerrilha e foi morta. Acho que o nome dela era Maria. Isso ainda foi antes do Ato Institucional Número 5 (AI-5). Então, os estudantes se encontravam, tinham as passeatas na rua. Quando os policiais endureciam, eles iam se esconder lá em casa, porque tinha um grupo grande de colegas do meu irmão que estava na faculdade. Meu irmão era bancário, era do sindicato, e minha mãe ia acolhendo o pessoal da faculdade. Fui vivendo nesse contexto. Eu morava no Rio de Janeiro. Na medida em que a ditadura endurecia, a luta armada ficava mais combatente. Na época do sequestro do embaixador, um casal foi lá para casa. Quando saíamos de casa, não podíamos fazer nenhum barulho. Dentro de casa, não podíamos acender a luz. Isso já era em 1970, porque eu me lembro de que foi na época da Copa do Mundo, aquela em que o Brasil ganhou. Nunca conversei, para falar a verdade, sobre esses assuntos com eles, eu nunca soube o nome do marido, dela eu sei o nome, mas não quero falar.

Se, por um lado, nós poderíamos hoje chamar a minha casa de aparelho, por outro lado, meu irmão respondia a outro processo por estar no sindicato. Pensar hoje sobre essas coisas parece esquisito. Hoje é que eu percebo isso, na época eu era muito garota e não tinha a mesma consciência que o meu irmão tinha. A minha mãe não tinha consciência, ela achava que era o certo, que era o justo, então ela acolhia, mas não tinha a convicção política que o meu irmão tinha, que

tem até hoje. Foi uma época em que essa minha falta de consciência me colocou até em risco. Uma vez encontrei-me no ônibus com essa moça que sempre ia para a minha casa quando tinha um problema. E eu, inadvertidamente, disse: “Oi, fulana!”. A fulana olhou para minha cara, puxou a cordinha para o ônibus parar e desceu. Depois as coisas foram fazendo sentido, mas na hora eu levei um susto: “Por que ela não quis falar comigo?” Porque, naquela época, se caía. Havia um grupo que se encontrava durante determinado período, se um não aparecesse, o encontro se dissolvia. Muitos morreram, outros foram presos políticos, então, durante muitos anos, essas coisas aconteciam dentro da minha casa. Se chegassem à minha casa, se houvesse qualquer denúncia, eu não estaria aqui contando agora. Eu, nessa época, não tinha, apesar de já ter mais idade, consciência nenhuma. Sabia dessa convivência porque eram dois mundos, um oficial e um não oficial. Eu não podia contar para as pessoas, tinha de manter em sigilo total para a segurança de nós todos.

A outra parte é a do meu irmão, que foi sindicalista durante muito tempo, desde jovem. Ele sempre contava as histórias, principalmente para mim. Durante um período, ele teve um grupo. As coisas não eram tão faladas, nós sabíamos, ele mostrava, às vezes, denúncias que eram feitas, que não eram publicadas, que eram divulgadas pelo partido. Ele não me contava exatamente o que ele fazia ou deixava de fazer.

Quando a minha mãe morreu, em abril de 1974, o General Ernesto Geisel estava no poder. Em setembro, meu irmão foi procurado pelo DOI-CODI. Foi um dia muito desagradável. Ele tinha se separado da mulher e ido morar com minha mãe. Eles foram procurá-lo no trabalho, mas ele estava de férias e não conseguiram encontrá-lo. Quando ele chegou ao trabalho, sinalizaram que tinha gente da polícia, acho que era da Marinha, procurando por ele. Ele foi ao meu trabalho e me contou. Eu, que já não estava bem, por causa do falecimento da minha mãe, que foi muito pesado para mim, fiquei pior, mas consegui escondê-lo. Na época, eu vivia com uma pessoa, cujo pai deixou meu irmão ficar na casa dele. Meu irmão ficou alguns dias lá, até que meu tio aceitou que ele fosse para a sua casa.

Havia o pessoal do banco que também estava nas reuniões. Uma das pessoas que fazia parte desses encontros se separou e a mulher, na hora da separação, contou para o juiz que ele fazia parte desse grupo, por isso ela não queria mais ficar com ele, nem que o filho ficasse com ele, porque ele levava o filho para participar das reuniões. Dali ele já saiu para a prisão, foi preso e foi soltando nomes, e foram atrás do meu irmão. Como não conseguiam pegá-lo, começaram a levar outros do banco. As famílias começaram a pressionar meu irmão. Então, meu tio conseguiu que ele se entregasse, e conseguiu certa garantia de outro tio, que era militar da Marinha. Que hilário!

Porém, meu irmão entrou lá e teve uma amnésia histérica, não conseguia denunciar, não se lembrava de nada. Eles apresentavam fotos na tortura. Ele não teve vontade de nos contar muita coisa: uma, que ele perdeu a escuta de um ouvido, de tanto “telefone” que eles deram. Mas já não era uma época tão terrível. Naquela época do Geisel, já estava se afrouxando, mas, mesmo assim, ele ficou numa situação muito desagradável, ficamos três meses sem saber o paradeiro dele, se estava vivo, se estava morto.

Aí é que veio toda a questão, foi por isso que eu contei da minha mãe. Eu ficava assim: “Nossa! Se meu irmão, torturado, conta que aquele pessoal ficava na minha casa, que nós ajudamos”. Cada um ajudou de uma forma. Eu trabalhava na *Abril Cultural*, então peguei uma carteirinha e bati como se eles fossem trabalhadores de lá, para eles poderem passar para o Chile, de carro. Eu estava de certa forma envolvida e se ele contasse, naquela época, se você estava sendo procurado e não o achavam, levavam o seu pai, sua mãe.

Foi aí, eu acho, que veio o peso todo da história. Até então eu não tinha tanta consciência, comecei a ter a partir dali e foi muito pesado mesmo. Eu não podia contar para ninguém (chora). Por causa da morte de minha mãe, eu fui fazer análise, e eu não conseguia falar, eu achava que o terapeuta era do DOI-CODI. Eu não confiava nele, até que saí da terapia.

Nessa época, eu estava quase me formando. Era 1974. Essa situação do meu irmão foi muito forte para mim, porque no dia em

que fomos vê-lo, o estado em que ele estava (chorando). Eles faziam muita pressão sobre a família. Éramos, acho, cinco pessoas, e eles mandaram os soldados colocar cinco balas, como se fôssemos capturar meu irmão, imagina uma idiotice dessas. E meu irmão estava todo machucado nas mãos, eu acho que ele ficava se machucando. Ele saiu de lá muito mal. E não tínhamos como confiar em ninguém. Não era possível confiar, foi uma época em que qualquer pessoa podia ser um agente.

E tem o meu lado. Por exemplo, eu me lembro de que eu fui à Praça Tiradentes para um show. A Praça Tiradentes é uma praça muito esquisita, perto da Central do Brasil, é um submundo. E o Gilberto Gil deu um show em um teatro cultural que tinha lá. No meio do show, o Gil parou e começou a falar de alguém, como se fosse o policial que estava falando com ele. Pressionado, ele começou a denunciar para a gente, dessa forma, o que estava acontecendo. Quando saímos do teatro, estava cheio de viaturas lá fora. Não tinha ninguém dentro das viaturas, todas elas abertas e com aquelas luzes rodando, não se via ninguém. Deu pânico, eu e meu marido na época tínhamos de sair para pegar o ônibus, longe, descer uma rua toda, naquele lugar, que já era ameaçador, foi uma vivência muito desagradável. Penso que depois disso, Gil e Caetano foram para a Inglaterra.

Outra vivência que eu tive, da época, foi no quarto ano da faculdade, acho que já estavam começando de novo as passeatas, as manifestações, e eles encerraram a faculdade repentinamente. Por exemplo, a faculdade ia até dezembro e eles encerraram em novembro, passou todo mundo e pronto.

Passado um tempo, meu irmão respondeu a um processo, eu fui ao julgamento dele, no qual ele foi condenado e preso. Na época, eu já estava trabalhando. Foi uma coisa horrível, primeiro que eu tive de ir lá ao departamento deles para pedir autorização. Não era uma coisa que você chegava à prisão para entrar: eles tinham de autorizar, e ele estava dentro de uma prisão que hoje, acho, não existe mais, no Centro. Era uma coisa horrorosa, onde ficava até o pessoal do Esquadrão da Morte. Eu fui sozinha, uma coisa que me doeu, eu não

acreditava, (chorando) era de difícil compreensão, para mim. Como eu estava visitando o meu irmão, sendo que ele não tinha feito nada, absolutamente nada?

É de não entender, como é que faz isso com um ser humano? Eu morava no Rio, na Tijuca, e ia ao Paysandu ver os filmes de meia-noite. Lembro de que, voltando para casa, fomos abordados por um caminhão cheio de militares que desceram. Era sempre esse medo, sempre nos colocando medo, com sentimento de estar fazendo coisa errada. Se hoje temos medo de sair à noite e encontrar com bandido, nós tínhamos medo dos policiais. Hoje eu vejo a juventude toda querendo ser policial, acho isso tudo muito esquisito.

Eu me lembro de que, certa vez, uma pessoa foi se analisar, porque estava com muito medo, e contou a história para o analista, que falou: “Não, você não está sendo paranoico, você está sendo perseguido mesmo, é real”.

Era uma época muito rica, também. Nós íamos para a casa da Níse da Silveira, que também já havia sido presa política, e nós não conversávamos sobre isso, conversávamos sobre as coisas que ela trazia lá do hospital, ela nos mostrava coisas dos pacientes. Estávamos sempre rodeados dessas pessoas que tinham a ver conosco, mas mesmo assim ninguém conseguia falar. Meus professores de cursinho (1968, 1969), de vez em quando, eram pegos e levados para interrogatórios. Foi um processo muito complicado. Quando eu vim para Valadares, não tinha ideia de que cidade era essa, eu não tinha ideia da violência que eles tinham cometido com as pessoas aqui. Os relatos são de que os moradores eram obrigados a fechar portas e janelas, que não podiam olhar para os mortos que passavam.

Eu sempre fiquei muito preocupada, como psicóloga, porque ficava temerosa mesmo, já que via como eles eram fascistas. Nem dentro da nossa casa falávamos. Meu irmão nunca se sentou comigo e me contou o que aconteceu na prisão. Na realidade, eu não sei muita coisa do que ele passou, e é uma coisa que eu até protejo, para que ele não tenha de ter lembranças. Até hoje, ele não recebeu indenização, o que também

me chateia, porque ele já está com quase 70 anos e a vida inteira dele foi dedicada à luta. Ele era da Central Única dos Trabalhadores (CUT), acho que agora ele saiu. Mas sempre lutou pela sua causa, por exemplo, ele nunca assinou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Ele sempre manteve aquele núcleo de convicção dele. Para muitos, aquilo passou como se fosse uma novidade, coisa da época, da garotada, e foram viver outras coisas, e saíram com um discurso completamente diferente. Poucas pessoas se mantiveram em um processo de fidelidade àquelas coisas. O mundo mudou: nós não aguentávamos ouvir falar dos Estados Unidos, hoje todo mundo quer ir para a Disneylândia.

São tantos episódios dessa época, mas que pelo lado da contestação e da resistência também foi muito rica, de conhecimento, de envolvimento. As pessoas que estavam perto tinham proximidade maior. Acho que, hoje, as pessoas estão cada uma na sua.

Havia uma cumplicidade, nós tínhamos um inimigo em comum.

E a turbulência da época nos propiciaram os filmes, o Chico Buarque, que vinha com as músicas, o Caetano Veloso, que teve participação, mas não tão forte. Uma geração que teve toda uma participação, foi época dos festivais, dos filmes proibidos, da pressão muito forte nos jornais, no cinema. Quando aquele filme *O operário vai ao paraíso* passou, na primeira noite nós conseguimos ver, mas, na segunda noite, eles tiraram do cinema. Tinha umas coisas até meio ridículas que eles proibiam, mas eles não eram muito inteligentes: qualquer coisinha que eles viam, eles proibiam. Em 1972, eu estive na Argentina, ainda não tinha havido o golpe lá e nós conversávamos muito, eles discutem muito política, todos os analistas que fugiram de lá vieram para cá, como o Gregorio Baremlitt e tantos outros que, no Rio de Janeiro, deram nova cara para a Psicanálise. Eu me lembro da felicidade deles quando puderam voltar para casa. Aconteceu com os nossos, com certeza, quando eles puderam voltar.

SELMA CORDEIRO DE ANDRADE

Entrevista concedida ao Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região (Minas Gerais).

Minha experiência parte de uma instituição na qual eu tive contato com um indivíduo que havia passado por experiências na militância política que o levou à prisão. Paralelamente, eu achei interessante convidá-lo para um tratamento individualizado, ainda dentro da instituição, tal era a sua necessidade. Essa instituição era na área da saúde e as pessoas ficavam lá pelo Instituto Nacional do Seguridade Social (INSS) e também havia o atendimento de cunho social.

Comecei a fazer um trabalho voltado para o resgate dessa criatura que parecia um trapo humano. Ele tinha olhos muito profundos e muito tristes, marcados por sequelas e traumas de torturas, além de sua história pregressa e também muito pesada, não só a familiar, mas também toda a sua militância que culminou no presídio, de onde foi removido para a instituição, após alguns anos.

Eu me formei na Pontifícia Universidade Católica (PUC), de Minas, em 1976. Nessa época, eu resolvi atendê-lo em um consultório particular, depois da sua alta psiquiátrica, e ele se manteve em terapia por volta de três anos, fazendo um tratamento gratuito. Nunca houve cobrança de honorários, pelo contrário, às vezes, até o ajudava com vale transporte.

Após ser liberto do presídio, com a condição de fazer um tratamento psiquiátrico, ele ficou sem rumo, não tinha uma profissão nem sentido em sua vida. Ele estava totalmente perdido, sem perspectiva de sobrevivência. E foi então que eu comecei um trabalho de cicatrização das suas memórias traumáticas. Eu já tinha interesse na área do estresse pós-traumático, TEPT, como é chamado o transtorno das vítimas. Já se falava sobre estudos de vitimologia, na França, e já havia me deparado com pessoas traumatizadas que recorriam ao álcool e às drogas para poder se livrar das memórias.

As vítimas do estresse pós-traumático costumam reviver os traumas, os chamados *flashbacks* das cenas apavorantes. É um trabalho delicado, o de tratar o cidadão e sua memória traumática. Algo muito especial tem de ser feito a partir dos sintomas apresentados no corpo do indivíduo, para identificar e trazer à consciência aquela dor

psicossomatizada. O trauma leva a pessoa à dissociação e, há casos de despersonalização e agravamentos quanto às sequelas físicas e psíquicas. A memória traumática costuma gerar tiques nervosos e insônia. A maior parte das pessoas que passa por traumas seríssimos de guerras, violência, de abusos terá a insônia como o maior inimigo da vida. Elas não conseguem dormir. Tem a questão do pertencimento também, porque a pessoa não se sente envolvida ou acolhida em lugar algum. Tudo lhe parece hostil.

Percebo que o meu acolhimento foi o grande passo para a restauração desse indivíduo, porque ele me olhou com um olhar muito desconfiado. Durante um tempo, ele achou que eu poderia estar envolvida com algum tipo de espionagem, como investigadora que estaria tratando dele para poder obter algum tipo de informação. Eu fui muito criteriosa, afirmando-lhe que jamais anotaria as nossas sessões e que eu guardaria tudo na minha memória. E ele poderia se resguardar, quando não quisesse dizer sobre algo mais doloroso. Teríamos um código, como levantar a mão ou fechar os olhos e pensar na situação, sem precisar da sua exposição, naquele momento. Trabalharíamos sem que ele precisasse revelar todos os horrores, toda degradação, todo o absurdo e as barbáries por que passou.

Até mesmo havia, da parte dele, um resguardo para com a minha pessoa. Ele tinha medo de que um dia eu pudesse ser requisitada para prestar algum depoimento, pois tão logo esse indivíduo foi percebendo que eu estava ali para tratar dele, enquanto ser humano, ele confiou na terapia e tinha um cuidado muito grande para que eu não fosse um dia torturada ou pudesse ter problemas por causa dele. Às vezes, ele comparecia aos órgãos de segurança onde ficava registrado que fazia tratamento no endereço, dias e horários, sob os meus cuidados psicoterapêuticos. Por vezes, ele era seguido por investigadores que o acompanhavam, à distância, para a confirmação do tratamento.

Ele foi sempre muito respeitoso comigo e eu tive muito cuidado por se tratar de um indivíduo muito revoltado, com muitos sentimentos recalçados. Eu estava ali para o ajudar a ressignificar as suas experiências traumáticas, ele não era uma cobaia ou um sujeito

a quem eu quisesse investigar. E, muito menos, queria usar aquilo para o interesse de quem quer que fosse ou para qualquer motivo pessoal. Eu estava ali porque tinha visto nele um amplo espectro de necessidades, assim como o fato de buscar por respostas como: até onde o ser humano pode sobreviver depois de tanto abuso, de tanto absurdo, de tanta violação? Eu pensava: “Ele não tem nada, ele não tem um recomeço, ele não tem um suporte, um ‘script’ de vida. Eu poderei fazer a diferença, então eu vou fazer”. Dizia-lhe: “Vamos seguir. É uma caminhada, sempre vai ser mais um dia, vamos viver cada momento, não importa o amanhã, importa o aqui e o agora, vamos nos situar aqui dentro hoje.” É comum as pessoas traumatizadas viverem desmotivadas e com certo sentido da brevidade da vida, sem objetivos e desesperança quanto ao futuro.

As sessões práticas de desenho e relaxamento, ao som de música clássica, em anexo às sessões de terapia verbal, podiam ser utilizadas por ele em seus momentos íntimos de recordação e revolta. Esse processo foi ensinado com o intuito de funcionar como âncora para se apoiar e prosseguir resgatando o sistema límbico, o sistema da amígdala cerebelar, onde é superativado todo o processo de ira, de cólera, os impulsos de fazer ‘uma bobagem’. E eram muitos esses momentos. Era o meu papel reforçar a sua identidade, o seu valor, a sua dignidade como cidadão e apontar tudo que ele tinha feito pela pátria tinha uma importância muito grande. Lembrando que ele abriu mão da sua vida pessoal para dedicar-se a uma causa justa, em um momento crítico da história da pátria e ele dizia-me: “Mas você é uma pessoa burguesa. E, o que você entende por socialismo se você é uma capitalista, se você é uma pessoa do sistema?”

Quando ficou claro que o meu interesse era por ele como indivíduo, por ser especial, e, por ter feito esse gesto de dedicação patriótica e que isso me impressionou e eu me sentia no dever de tratá-lo, de colocar a minha competência a favor do resgate dele, ele passou a ter mais vitórias a cada dia. Passou então a ter mais interesse em se tratar. Um médico me desafiara perguntando-me por que eu tinha a intenção de tentar recuperar aquele indivíduo. “Para quê? A

sociedade não vai dar emprego para um indivíduo ex-presidiário, preso político, onde você está com a cabeça? Isso é utopia, você está sonhando, isso é coisa de psicólogo sonhador, isso não existe não”.

E, como eu atuo também na área corporal, voltada para o desenvolvimento de habilidades artísticas e que tem muito a ver com o desenvolvimento do hemisfério direito cerebral, eu fui trabalhando exercícios psicomotores, propiciando-lhe alcançar a sua reintegração corporal e resgatar a sua essência, principalmente, aquilo que ele tinha de mais valioso. Dizia-lhe: “O que você tem de mais valioso dentro de você?” E, a partir desses valores, começamos a restauração desse indivíduo e, ao final de três anos, ele conseguiu dizer para mim que estava pronto.

Muito me comove o fato de eu ver como era possível uma pessoa chegar a esse nível de adoecimento, a um nível de tanto estresse, que é a matéria que eu leciono, inclusive. Como um ser humano chega a esse nível de degradação e consegue sobreviver? Como acessar essa capacidade regenerativa do cérebro, onde está essa capacidade resiliente do indivíduo que passa por tanta pressão, por tanta carga e sobrevive? É a chamada carga alostática. Sobre essa carga se descobriu que temos um limite, assim como as pontes.

O estresse vem de um termo da física que significa o peso que uma ponte pode suportar sem partir-se. E, qual é o peso que o ser humano consegue aguentar sem partir-se? Qual é a carga estressora que consegue vivenciar sem adoecer, até mesmo por baixa imunológica? Como pode entrar em depressão, sair dela, e prosseguir? Como dar conta de vivenciar estados alterados de pressão, de embates e ainda permanecer inteiro, e conseguir restaurar-se e restabelecer-se? Na época, para os neurocientistas, as células nervosas não se regeneravam e, hoje, a neurogênese está aí, para mostrar que o cérebro busca circuitos diferentes e novas conexões para substituir aqueles campos que foram lesados. A resiliência dinâmica do cérebro dá-nos muitas respostas.

Eu ficava impressionada como esse cidadão conseguiu sobreviver a tudo o que passou. Ele voltou a ter doçura no olhar e essa

foi a parte mais importante para mim. Essa recuperação das emoções, essa recuperação do sentimento, da capacidade de amar e, inclusive ele veio a contrair núpcias, posteriormente. É muito sério esse trabalho com a memória traumática, porque enquanto você está no processo de resgate e cicatrização dos traumas, o indivíduo pode passar ao ato de agressão; e se não houver uma empatia do profissional, uma aliança terapêutica muito estável, o terapeuta pode ser confundido com o agressor no momento em que ele revive algo traumático. Há certo risco trabalhar com pessoas que sofreram agressão, o que me levou a alicerçar nosso trabalho com muito cuidado, propondo-lhe que, a cada sessão, ele iria até onde se permitisse.

A minha presença ali era só mesmo como uma testemunha daquilo que estava acontecendo com ele, daquele resgate. “Em vez de você ficar pensando lá na sua casa em tudo que lhe aconteceu, vem pensar aqui na terapia”, dizia-lhe. “O que você não quiser falar, você silencia”, eu reforçava. Mas, ele podia expressar-se com lápis de cera, com jornais, ou até mesmo com papéis quilométricos no qual ele conseguia se extravasar, uma verdadeira catarse emocional, através da expressão artística, da expressão gráfica, com muitos desenhos agressivos, com muita força, com muito vigor.

Às vezes, ele se exauria ao final, prostrava-se depois de tanto rascar, rasgar jornais e colocar toda aquela carga de agressividade para fora. Às vezes, eu passava momentos muito difíceis com ele, diante daquela fúria, mas lhe mostrava que eu estaria ali com ele. E, assim, foram revividas muitas emoções, até que essas emoções foram ficando mais opacas, menos comoventes, na medida em que elas foram sendo trabalhadas e reintegradas. Ele teve a restauração de si mesmo, de seu *self*, de seu ‘eu interior’, da sua estrutura psíquica, adquirindo uma coerência interna que antes ele não tinha.

Ele chegou a ter muitos problemas com manias absurdas, com delírios de querer atuar, matar alguém do poder para “entrar para a história”, fenômeno comum chamado reatuação do trauma. Eu lhe mostrava que ele já era parte da história, que não precisava “entrar para a história” por atos de violência, mas por ter sido violentado.

Pelo contrário, ele tinha que fazer diferente, ele tinha que fazer de uma forma que fosse pacífica. Quando ele descobriu o lado da paz e que poderia ser útil através da disseminação da paz, passamos para a fase de consolidação, que já se contava com um lado humanizado, o coração abrandado, um ser manso.

Então, ele tomou um novo capítulo da jornada, e foi se inserindo no meio artístico, cultural. Fomos trabalhando a reintegração social, humanitária. E foi muito interessante porque isso aconteceu de forma muito bonita, intensa, porque da mesma forma que ele sofrera tanto, quando ele veio para o lado da paz, foi intenso também. E foi muito importante eu entender que aquele olhar, o olhar triste, duro, petrificado, um olhar de profunda tristeza se transformara em um olhar doce. E pensar que aquilo tudo aconteceu por meio desse contato humano.

Dentro do trabalho de resgate do estresse pós-traumático, existe a possibilidade da estimulação da produção de um hormônio que se chama oxitocina, o hormônio do amor, do afeto. Quando esse amor é desperto na pessoa, ela supera todo aquele horror que o hormônio do estresse, o cortisol, que detona no seu organismo. Eu não sabia disso à época, eu era uma pessoa que ainda estava começando a estudar esse assunto e não havia publicações a respeito disso. Ele já conseguia experimentar essa doçura, essa interação humana positiva de ver o ser humano restaurado, com respeito. A oportunidade de ter recuperado a dignidade e o respeito por si mesmo, foi fundamental, porque antes ele passara anos na prisão a condenar-se, não bastasse toda a condenação que ele já tinha sofrido.

Ele precisava de alguém que pudesse compreender a dor dele, e essa empatia foi a base do trabalho, com respeito, isento de qualquer gesto de ameaça, ou assédio por parte dele. Ele simplesmente dizia: “você é a minha psicóloga”. Ele tinha certeza que naquele momento ele podia contar com alguém. E digo isso, sem orgulho, porque eu me coloquei disponível para atendê-lo, mesmo que eu tivesse de passar por qualquer tipo de constrangimento no futuro. Eu iria cumprir a minha missão. E nunca fui procurada por nenhuma autoridade, nunca ninguém me questionou. E consegui ter uma vitória pessoal muito

grande diante de um homem que conseguiu inserir-se na sociedade, conseguiu ser útil, conseguiu ter o seu lugar. Este foi o pagamento que eu recebi por minha dedicação junto a ele.

Eu amadureci, eu vi que a Psicologia é um instrumento muito forte de atuação. Quando eu vejo esse Projeto de Lei do Ato Médico querendo tomar conta integralmente do paciente, eu fico apavorada, porque eu sei o que é tirar o sujeito do fundo da dor por meio da escuta, da empatia, da dessensibilização gradual dos traumas. Eu tinha feito Psicanálise com uma pessoa muito competente e tinha passado por supervisões muito boas, eu tinha um preparo que veio ao logo da minha formação, mas eu era uma pessoa recém-formada, com 25, 26 anos. E, precocemente, tive que atuar num caso tão grave, aos meus olhos. Mas eu sabia o que era a ditadura como ser humano.

Quando eu tinha 12 anos aconteceu o golpe de 64, então eu vi o que era um golpe militar, eu vivi a época do auge da ditadura, e eu já tinha uma noção, como adolescente, do tanto que a repressão no Brasil havia me prejudicado como pessoa. Eu tinha as marcas que as pessoas da minha geração sofreram enquanto indivíduos e, talvez, essa minha indignação tenha sido uma mola propulsora desse tratamento que eu dediquei a esse indivíduo.

Porque existia uma chama dentro de mim de solidariedade, de patriotismo, de afinidade com aquele ser. Aquele indivíduo foi colocado ali para que eu exercesse a minha crença de que seria possível sobreviver a todo esse trauma. Isso me marcou também na questão da coragem, de não esmorecer. Às vezes, eu tinha ímpetos de choro, de me sentir incompetente, de me sentir isolada, de sentir-me incapaz, mas eu dizia: “Ele precisa muito mais de mim, eu não posso ser egoísta agora. Eu não posso fracassar, não posso interromper o processo porque ele espera por uma resposta. Eu tenho que continuar, eu tenho que lutar.”

Minha mãe viera a falecer, nesse ínterim. Mesmo diante do meu luto, eu permaneci atendendo, jamais cancelei um horário desse indivíduo para que isso não servisse como rota de fuga do tratamento e ele usasse isso como uma justificativa ou como uma desculpa

de que eu não estava mais querendo. Esse processo foi intenso na fala e na investigação dos processos internos em que ele, às vezes, silenciava, e, ao mesmo tempo, o lúdico estava presente. Fomos por módulos e chegou um momento em que ele só ia ao consultório uma vez por semana, já não precisava ir quatro vezes, não precisava mais ter tantas horas e então chegou ao ponto em que ele disse-me que não precisaria mais vir ao consultório para terapia. E perguntou se ele poderia visitar-me um dia, se sentisse vontade.

E foi assim a alta dele. Ele mesmo se libertou, colocou-se a possibilidade de parar o processo, ele mesmo me dispensou, como se o meu papel tivesse cumprido-se. E ele estava seguro, ele já era um outro ser, ele se fortaleceu, revigorou. Aquele homem com aquela fadiga crônica e todos aqueles sintomas de debilitação, de fracasso, aquele sujeito que vivia completamente maltrapilho e maltratado tornou-se uma pessoa digna de entrar e sair em qualquer lugar.

E eu atribuo essa vitória toda à confiança terapêutica, ao elo, à aliança terapêutica. A minha contratransferência também foi muito importante, não bastaria só a transferência dele. Nós vivemos um pacto solidário, humano, de muita força, para que houvesse essa possibilidade de ele estar vivo, de ele ter se mantido coeso, íntegro e jamais ter cometido um delito sequer. Depois, durante todo o processo posterior, ele não se tornou um marginal, delinquente, um sujeito que tivesse qualquer atitude vil. Ele simplesmente tornou-se inteiro e acredito que esteja até hoje. Algumas vezes, eu encontrei com esse indivíduo (socialmente) e sempre parecia estar muito bem. E ele jamais retornou ao consultório.

Essa questão do pertencimento tem relação com a pessoa se sentir útil, de existir a partir do outro e do valor que lhe é atribuído. Se a pessoa tem um sentimento de menos valia muito grande, parece nunca ter sido validado, nem mesmo pela própria família, nem por quem o gerou, uma série de desdobramentos levam essa pessoa a chegar em um limite de descrença total em si mesma. É por isso que, talvez, acabe por abraçar uma causa política, uma causa maior, já que ela não tem algo a que estar agarrada. Agarre-se então a essa ideia.

Há aqueles que se agarram às drogas, a vícios, ao tráfico, enfim, a toda essa questão que vivemos hoje.

Eu sinto que o Brasil evoluiu. Quiseram deixar as bocas fechadas, quiseram calar. Um silêncio obrigatório foi imposto e, por muito tempo, as pessoas ficaram com medo. Por muito tempo, as pessoas ficaram em silêncio e agora há oportunidade da fala, porque agora quem escuta é o Brasil e não mais uma psicóloga no consultório. É o Brasil que precisa escutar, é o mundo que precisa escutar. Não é o indivíduo mais, não é ir passando de um para outro, já é uma escuta global. Na era globalizada nada mais pode ficar encoberto. A verdade tem que prevalecer? Por que as pessoas têm que ficar no silêncio dos inocentes, até quando? Eu acho que chegou a hora de saber que essas pessoas foram tão agredidas, que existiram torturados e torturadores, e quem são esses? E por que tanto tempo? E por que a impunidade? E essas vidas que se foram? E essas famílias que se perderam e tantos outros que não puderam ter a oportunidade que esse teve?

Alguns não tiveram a oportunidade de um dia contar a sua história, ficaram perdidos sem direito a um atestado de óbito. Eu sei de muitas famílias que dependem de vender uma casa ou de distribuir uma herança de um indivíduo que, por ter sido preso, torturado e desaparecido, não é dado como vivo nem morto, então a família fica impedida de fazer qualquer coisa, porque aquele sujeito não está ali presente para poder pronunciar-se e dividir a herança entre os outros que ficaram, porque aquele sujeito não tem um atestado de óbito, não se sabe onde ele está, não teve um enterro digno.

É o momento da Psicologia. São 50 anos do reconhecimento da Psicologia, porque eu sinto que ela sempre existiu, sempre foi eterna, perene e que passou a existir enquanto uma prática oficial há 50 anos. Eu sinto que a iniciativa da Presidente da República, em dar essa abertura fazendo esse mapeamento, dando a possibilidade para as famílias que tiveram parentes torturados e para os psicólogos que foram torturados se expressarem, é muito significativa. Assim como eu estou aqui tentando passar pelo menos um pouco do que foi o outro lado, contando a história daquele indivíduo sofrido que pôde ser

submetido a uma possibilidade de tratamento e venceu. Porque, às vezes, achávamos que as pessoas vão ser eternamente derrotadas por causa de um trauma e, na verdade, existe a possibilidade da restauração e o próprio cérebro é muito inteligente, os recursos que o nosso organismo tem são muito misteriosos e interessantes.

O próprio corpo e a memória celular conseguem fazer uma mágica tão importante, tão maravilhosa, mas que ainda é incompreensível até mesmo para os cientistas. Como a pessoa pode passar por tantas pressões e questões brutais, partir-se e reconstruir-se novamente? Eu me dediquei, depois de todas essas questões, ao estudo do estresse pós-traumático, do estresse da separação, da alienação parental, do estresse das famílias em que têm abuso ou violência. Essa é a minha área de atuação hoje, por onde eu caminhei, estudando a neurociência, a questão biológica, psíquica e social do ser. Há os que adoecem e morrem, mas há os que superam. Pesquisa e mais pesquisas têm sido feitas a respeito disso.

Pretendo, depois, escrever alguma coisa sobre essa minha experiência traumática de lidar com o estresse pós-traumático, porque não foi um caso isolado, foi toda uma carreira de 37 anos que se baseou no estudo da alma ferida. O Peter Levine, (autor do livro - O despertar do Tigre - curando o trauma) explica que quando um pássaro vai de encontro a uma vidraça e cai desfalecido, ele fica tremendo, procurando novamente revitalizar-se após aquele choque. Se tentarmos segurá-lo nas mãos, no momento do tremor, ele desfalece e morre, porque ao ser interrompido em seu processo de resgate ele congela os seus movimentos, e, então ele desiste. Nesse caso o ser humano já é diferente, quando ele é abatido e acolhido, ele não desiste, ele renasce. Eu nunca falei disso para ninguém. É a primeira vez que isso está vindo. É como se fosse uma sessão de terapia comigo.

A verdade é revolucionária:



Pará

A verdade é revolucionária:

testemunhos e memórias de psicólogas
e psicólogos sobre a ditadura civil-militar
brasileira (1964-1985)



testemunhos e
memórias de
psicólogas e
psicólogos
sobre a
ditadura
civil-militar
brasileira
(1964-1985)



Conselho
Federal de
Psicologia

Conselhos
Regionais de
Psicologia

EQUIPE TÉCNICA DO CRP-10:

Coordenadora:

- Jureuda Duarte Guerra

Integrantes:

- Ana Cleide Guedes Moreira
- Luis Romano da Mota Araujo Neto
- Adriana Elisa de Alencar Macedo
- Danieli de Sousa Lameira

COLABORADORES:

- Flávia Cristina Silveira Lemos
- Paulo Fonteles Filho

ANA CLEIDE MOREIRA¹

Trabalho apresentado por Ana Cleide Guedes Moreira no seminário de abertura dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos CRP-010, Grupo de Trabalho Direito à Memória e à Verdade, 21 de novembro de 2012, CRP-10, Belém, Pará.

UMA VERDADE PARA A ESPERA

Uma verdade para a espera foi a frase final de um sonho triste. Aquela que ficou em minha memória ao acordar. O que ela significa? Convido vocês a encontrar comigo, a resposta para esta enigmática frase que veio de minha memória inconsciente.

Trata-se de uma frase que contém a palavra que nos traz aqui: A VERDADE. E digo-lhes que só minha memória pode falar algo sobre ela enquanto esperamos, nós também, encontrar algum sentido mais claro para ela.

Estamos aqui para conversar sobre a memória e a verdade, por isso escolhi – ou fui escolhida por algo em mim – enunciar “uma verdade para a espera”. O que eu desejo deste trabalho tem a ver com isso: eu espero que hoje nós possamos entender sobre a necessidade de recuperar em nossas memórias, verdades que esperam para ser ditas.

Elas esperam longamente, há décadas, pois, desde 1988, temos uma Constituição permitindo que qualquer cidadão manifeste-se sobre seu país, mas durante a maior parte de nossa história brasileira são curtos esses períodos em que a verdade pode ser dita. E agora, que temos este momento, não vamos perdê-lo! Uma antiga canção de protesto de minha juventude fazia-nos cantar: “Quem sabe faz a hora não espera acontecer”.

O que psicólogos têm a ver com isso? Talvez seja preciso de pronto considerar a questão que nos será colocada, mais dia, menos dia. Pois eu lhes digo que somos especialistas em memória, eis a primeira razão: ciência é conhecimento público, portanto, estamos diante de um dever da profissão, de sermos guardiões da memória.

¹ Mestre e doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); professora do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Psicologia; pesquisadora do Hospital Universitário João de Barros Barreto; diretora do Laboratório de Psicanálise e Psicopatologia Fundamental da Universidade Federal do Pará; pesquisadora da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental; pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Relações de Gênero; chercheur associé à l' Université Paris 7 Denis-Diderot; membro da Comissão de Direitos Humanos CRP-010, Grupo de Trabalho Direito à Memória e à Verdade.

Segundo porque, como cientistas, temos um compromisso com a verdade. As ciências republicanas, modernas, não fizeram outro caminho a não ser prosseguir o infindo trajeto, antes percorrido pelos filósofos, desde a antiguidade.

E eis nós, aqui, buscando na memória, a verdade sobre o longo caminho trilhado pela população brasileira em busca da democracia, ou seja, da possibilidade de usar a palavra para narrar as verdades esquecidas da história recente, em que nossa geração, nós que fomos jovens nos anos 1970, vivemos a opressão cultural, a repressão armada, a ditadura facínora e truculenta que ceifou tantas vidas jovens que lutavam pela igualdade, pela liberdade, pela justiça social.

E a verdade para a espera já me soa como um preâmbulo para nossa conversa, pois aqui estamos propondo-nos a resgatar, em nossa memória de psicólogos, o que foram os “anos de chumbo”. Porque um país sem memória é um país órfão, sem o saber, é um país viúvo que se nega a enlutar, é um país dilacerado que se nega a buscar a cura das feridas, é um país sem justiça que se nega a enfrentar a verdade que dela mesma, da justiça, esconde-se.

E aquele que se esconde o faz porque tem medo da justiça, mas também porque permanece fora da legalidade e da legitimidade que a cidadania pode exigir de um país democrático.

AGORA A MINHA MEMÓRIA FALA O QUE AINDA PODE LEMBRAR

Eu tinha uns nove anos de idade quando minha mãe levava-me pela mão na Avenida Presidente Vargas, no centro de Belém, para ir ao dentista. A cena que vi ficou indelével, esperando encontrar um dia a verdade sobre o terror, o medo que sentia, não fosse estar segura pela mão de minha mãe, o que me dava alguma segurança de manter minhas pernas trêmulas andando.

A avenida estava tomada de jovens que, em passeata, cantavam e gritavam palavras de ordem, às vezes, correndo a pichar um muro,

às vezes, correndo da polícia violenta, que também ali apresentava sua pior face: a repressão aos estudantes que livremente protestavam.

Enquanto minha mãe procurava agarrar a minha mão com força e encontrar nas calçadas largas, tomadas pela multidão, os caminhos tortuosos que nos levariam ao nosso destino, eu vi um rapaz escrever rápido em um muro, mas não pude ler o que ali deixou.

Lembrei-me de outra frase escrita em outro muro, desta vez, eu bem pequena, com quatro ou cinco anos, indo para o Jardim de Infância, um lugar cheio de flores e borboletas que voavam delicadamente, de um lado para o outro, para meu deleite. Ora, no caminho dessa escola eu lia uma frase em um muro: "Go Home Yankees!". Não sabia que lia uma frase de protesto contra a dominação norte-americana que baixara no país pela bota dos generais, não sabia que estava escrita em inglês, mas eu a li muitas vezes indo para a escola e esta lembrança está viva e quer falar. Talvez, em minha memória fiel, de lembranças que têm cinquenta anos, resida uma verdade para a espera da compreensão dessas frases, que vou comunicando a vocês para que pensem comigo, se temos, afinal, o direito à memória e à verdade.

Durante trinta anos de minha vida, vivi sem liberdade. Eram tempos duros, sombrios, de silêncio. Aprendi que o silêncio pode ser reconfortante quando vivido em paz, mas o silêncio da ditadura é um silêncio imposto pela violência. A violência produz o silêncio. Silencia sua vítima. A violência quer o silêncio. Vamos quebrá-lo!

Chegou a hora de falarmos, meus queridos colegas psicólogos. Temos, só agora, em nosso país, a Comissão Nacional da Verdade, constituída por esta grande brasileira que é Dilma Rousseff, a primeira mulher a dirigir o Brasil depois de 511 anos, durante os quais somente homens ocuparam o poder. Uma mulher que a ditadura não silenciou, apesar de torturá-la e aprisioná-la por três anos, em que percorreu três estados brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) sendo submetida a tribunais ilegítimos que a condenaram às sevícias mais cruéis, realizadas por homens sádicos e brutais. Quem são estes

homens? Onde eles estão que ainda não foram julgados e penalizados pelo que fizeram com Dilma Rousseff?

Vivemos em plena democracia e a verdade permanece em espera. Onde estão esses senhores da guerra? Pois eu lhes digo: muitos estão ainda no aparelho do Estado, no qual continuam a torturar, matar, seviciar, esconder os corpos de suas vítimas, fazer desaparecer as provas dos bárbaros crimes que continuam cometendo impunemente. Estão também no Congresso Nacional, são deputados federais, senadores, estão nas Assembleias Legislativas, são conselheiros dos Tribunais de Contas, são oficiais das Forças Armadas, são ativos dos serviços secretos, são policiais de todas as polícias. Alguns já morreram, outros se aposentaram, alguns ainda ensinaram a seus rebentos todas as crueldades e, há muitos filhotes da ditadura que ganharam as últimas eleições para as câmaras de vereadores e para as prefeituras.

E onde estão nossos colegas jovens, os que lutaram pela justiça social e sofreram na mão desses celerados? Onde estão os corpos dos desaparecidos nos porões sangrentos dos vários Destacamentos de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)? Onde estão os corpos dos guerrilheiros do Araguaia? Onde está o corpo do deputado federal Rubens Paiva, desaparecido em 1971?

Quando eu tinha nove anos e andava de mãos dadas com a minha mãe vendo o conflito entre estudantes e policiais, meu pai, ex-militar combatente da 2ª Guerra Mundial, não contava nada em casa sobre essas coisas que eu via na rua. Lembro-me de alguns murmúrios, palavras em surdina sobre meus vizinhos, um casal jovem que tinha se tornado comunista, mas nada se explicava às crianças.

Havia também o sofrimento do meu irmão mais velho, que fazia vestibular para Medicina, tão estudioso que sempre fora, mas, muito nebulosamente, eu sabia que havia problemas com o vestibular e a palavra “excedentes” ficou marcada em mim. Muitos anos depois, fiquei sabendo que isso significava que não havia vagas para todos os

estudantes, por mais estudiosos que fossem, e era por isso que eles protestavam pelas ruas: pelo direito de estudar.

Muitos anos passaram-se e ainda tentamos entender por que não há vagas ou condições de estudar para todas as crianças e os jovens brasileiros tornarem-se cidadãos letrados, em um mundo que alcançou altos níveis de pensamento, arte, literatura, ciência e tecnologia. Mas sabemos que as crianças e os jovens expulsos das escolas públicas pela intencionalidade corrupta da elite brasileira, tão burra quanto maquiavélica – salvo, claro, raras exceções – estão fazendo “carreira” no crime organizado, nas drogas e nas redes de prostituição e pedofilia, o que constitui, a meu ver, o pior genocídio perpetrado no Brasil, aquele que condena o futuro do país.

Entre 1980 e 2010, as taxas de homicídio contra jovens cresceram 346%, segundo o *Mapa da Violência 2012 – Crianças e Adolescentes do Brasil*, do sociólogo Júlio Jacobo Waiselfisz. A íngreme escalada de violência inicia-se aos 12 anos de idade e leva os índices a níveis decididamente inaceitáveis: aos 18 anos de idade, a taxa eleva-se para 58,2 homicídios para cada 100 mil jovens/adolescentes (WASELFSZ, 2012, p. 79).

A gravidade dessa situação pode ser mais bem dimensionada, ao verificar que esse íngreme crescimento da taxa de homicídios contra a adolescência levou o Brasil a ocupar um funesto quarto lugar entre os 92 países do mundo, segundo dados da Organização Mundial da Saúde, tanto na faixa de 10 a 14 anos de idade quanto na dos 15 aos 19 anos.

Nesses últimos dias, quando a grande imprensa, as mídias e os corajosos pequenos jornais e revistas fazem-nos acompanhar, com medo, a violência que se desenrola em São Paulo e Florianópolis, são esses jovens, em sua maioria, que estão morrendo, quando se fala em guerra entre o crime organizado e o Estado.

Um só jornal tem noticiado em nossa cidade a verdade mais doída destes tempos de barbárie: Belém é a 10ª cidade mais violenta do mundo. E Lúcio Flávio Pinto, nosso corajoso sociólogo e jornalista,

pergunta: “Ninguém se espanta? Ninguém se indigna? Ninguém reage?” (PINTO, 2012).

É este autor que também oferece um caminho para retornarmos ao nosso problema: é Maceió a capital que ocupa o 1º lugar desse *ranking* funesto. Maceió, o “curral” de onde saiu Collor de Melo, derrotado depois pelos *caras-pintadas* que foram às ruas por seu *impeachment*.

É sobre sua trajetória partidária que quero chamar atenção, pois é a mesma de muitos que apoiaram o golpe militar e ainda estão em cena em nosso país: começou na Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido dos ditadores, que depois foi nomeado Partido Democrático Social (PDS), depois Partido de Frente Liberal (PFL), e agora é chamado Partido Democratas (DEM), do PDS saiu para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), até que fundou seu próprio Partido da Reconstrução Nacional (PRN) e agora vagueia por outras legendas de aluguel. Qualquer semelhança não é mera coincidência: Maceió e Belém continuam governadas por senhores oriundos dos quadros da pior direita brasileira: a que apoiou o regime militar.

E aqui, nesta Santa Maria de Belém da Província do Grao Pará, o silêncio é de ouro. Tudo se passa como se a eleição se desse em uma cidade sem memória, onde a verdade reside escondida e intimidada. Morremos passivos em meio a um silêncio ensurdedor. Acuados, os paraenses não têm ido às ruas protestar. Nem mesmo paramos para chorar o genocídio e velar nossos mortos. Talvez pela descrença na política que se manifesta em várias ocasiões, incluindo as abstenções e os votos em branco e nulos das últimas eleições. E a quem serve esse ceticismo nas instituições democráticas? O que aconteceu neste país nos últimos cinquenta anos? Onde estão os senhores da guerra? Pois eu lhes digo: eles ainda estão no poder!

Quem são esses homens que habitam a face visível do Estado, enquanto, no outro lado da moeda, tocam o crime e sabe-se lá o que fazem, quando deviam ali impor as leis e a justiça?

Nós, que estudamos Psicologia nos anos 1970, somos uma geração que teve nossos direitos à liberdade de pensamento e

expressão cerceados pela imposição de currículos escolares norte-americanos, que a ditadura militar fez-nos engolir goela abaixo para cumprir acordos internacionais (MEC/Usaid). Nosso regime escolar passou a dispersar os estudantes em um sistema de crédito que impedia a livre organização. Estudávamos na Universidade Federal do Pará (UFPA) em salas de aula constantemente vigiadas por agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI) e tínhamos colegas policiais federais que vinham armados sentar-se na carteira ao lado. Tivemos um colega morto em sala de aula e fizemos passeatas de protesto em seu enterro. Colegas que se arriscavam a organizar os estudantes eram constantemente presos e interrogados. Na Psicologia, assistíamos aulas com professores norte-americanos que tinham servido à CIA e vinham com seu horrível sotaque dar aulas de uma Psicologia incompreensível, quando não bêbados e enlouquecidos, parecendo não saber o que faziam nestes *tristes trópicos*.

E somos da terra do tenente-coronel, Jarbas Passarinho, o primeiro a governar o Pará em nome do regime militar em 1964, que assinou o Ato Institucional Número 5 (AI-5) em 1968, o chamado golpe sobre o golpe, e ocupou vários cargos públicos desde o golpe até o governo Collor, que não temos tempo aqui de historiar. Mas este senhor foi ministro da Educação, nomeado pelo general Garrastazu Médici. Foi nesse período que a guerrilha urbana e rural foi dizimada. E foi também quando se iniciou a primeira turma de Psicologia da UFPA: 1974.

Aqui, minha memória fiel não me trai: ainda hoje esses nomes me trazem sentimentos de medo e horror. Eu vivi os anos de chumbo.

Em meus alfarrábios, onde guardo zelosamente muitas coisas queridas, tenho ainda um exemplar da *Revista Rádice* (1980), no qual se pode ler:

A Psicologia Nacional pega fogo, com pacotes, resoluções, discussões, e quando recebo o Boletim do Conselho Federal de Psicologia é aquele oásis: dia do psicólogo para lá, questionário sobre bandeira e hino do psicólogo para cá, fotos sobre “visita a estadistas”, “destaques” sobre comemorações e essas miçangas

todas de quem não tem o que fazer. [...] Um dos aprontos foi o título de membro honorário oferecido ao ex-ditador Médici, com a alta cúpula do CRP viajando para o Rio para entregar-lhe pessoalmente o título em mãos. O motivo foi “ato de gratidão por ter assinado a lei que criou os Conselhos de Psicologia”. [...] Profundamente indignado, C. Ralph.

Penso que nós, psicólogos, devemos desculpas à população brasileira por essa infâmia. E agora, que vivo junto com vocês esta fresta de luz democrática, esta reconquista da liberdade de expressão que tantas vidas custou, eu lhes proponho: tomemos a palavra.

Estamos aqui para instalar um dispositivo de pensamento, fala e escrita. Um agenciamento coletivo de enunciação. Convidamos a todos a dar seu depoimento como psicólogos que viveram, de uma forma ou de outra, o período e as consequências do longo período de 1964 a 1985 sob tirania.

Onde estão os senhores da guerra? Queremos que sejam julgados. E onde estão nossos mortos? Queremos velar por eles. Agradeço a atenção de vocês. Esta é a minha *verdade para a espera*. A espera do direito à memória e à verdade.

REFERÊNCIAS:

REVISTA RÁDICE. Rio de Janeiro, ano 3, nº 12, mar. 1980.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2012 – crianças e adolescentes do Brasil. 2012.

PINTO, L. F. Jornal Pessoal, nº 525, p. 2, 2ª quinzena/nov. 2012.

JUREUDA GUERRA¹

Relato entregue por Jureuda Duarte Guerra ao Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região (Pará).

Meu nome é Jureuda Duarte Guerra, sou psicóloga, inscrita no CRP-10 sob o número 01135, tenho 43 anos de vida. Tenho uma militância na área dos direitos humanos (DHs) e, desde muito cedo, uma atuação no movimento estudantil (ME). Comecei a organizar-me no ME aos 12 anos de idade, em 1981. Ainda estávamos vivendo o clima de ressaca e um grande movimento nacional para as eleições “Diretas”, campanha nacional que contou com a participação de militantes organizados nos partidos em que era possível atuar na época. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB), por exemplo, “organizava-se”, dentro do PMDB, devido estar na clandestinidade até 1987, mais ou menos. Atores, músicos, intelectuais, a sociedade civil no geral, encamparam de norte a sul do Brasil a campanha pelas eleições diretas.

Nesse clima, minha família, com o meu pai, que sempre foi um progressista, falava com muita alegria da possibilidade de retomarmos as “rédeas” do Brasil, como ele dizia. Assim, em 1981, entrei para o “Centro Cívico do Colégio Moderno” e segui, desde então, na luta pela organização estudantil, secundarista e, mais tarde, na universidade, depois na luta sindical e, agora, na organização de classe, por meio dos Conselhos Federal e Regional de Psicologia.

O que realmente me fez ser uma ativista dos DHs, uma militante comunista do PCdoB, foi sem dúvida o meu envolvimento afetivo com Paulo César Fonteles de Lima Filho. Conheci o Paulinho em 1989, nos apaixonamos à primeira vista. Eu fazia Psicologia e cursava o segundo ano, ainda em Belém. Era um ano especial para nós, para o Brasil, era a primeira vez que iríamos votar em um candidato a presidente, pois, mesmo com as (in)diretas, veio o Tancredo/Sarney, depois mais cinco anos de Sarney e, por fim, era chegada a hora de exercer o direito ao

¹ Psicóloga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, especialista em Saúde Mental e em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (ESNP/Fiocruz), mestranda em Psicologia Social e Clínica na Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente, é psicóloga da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, vice-presidenta e coordenadora da Comissão Regional de Direitos Humanos e do Grupo de Trabalho sobre Direito à Memória e à Verdade do Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região e membro do Conselho da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.

voto. Estávamos todos felizes, uma alegria, um clima de reconstrução, de esperança no ar. Lula, nosso candidato, fazia uma campanha linda, mas, claro, com muitos atravessamentos e equívocos de outros partidos de “esquerdas” que não vêm ao caso neste depoimento.

Paulo trazia consigo uma história pesada e muito densa, era um sobrevivente da ditadura, havia nascido na prisão em 1972, em Brasília (DF), nos piores anos, anos do general Médici. E, também, logo aos 15 anos de idade, em 1987, seu pai, preso político e advogado de camponeses e trabalhadores rurais do sul do Pará, foi barbaramente assassinado.

Nesse contexto, conheci e me envolvi com o Paulinho. Nossa relação foi marcada pela identidade com a luta pela construção de um Brasil livre e soberano; traçamos um amor juvenil e cheio de esperanças. Mas sempre no caladinho da noite, nas horas de profunda reflexão, surgiam sua história, seus medos, suas lembranças, lembranças mais longínquas, lembranças misturadas com raiva, tristezas e sentimentos de amor pela sua mãe, que sofreu as piores dores e violências para concebê-lo e dar-lhe a vida.

Paulo, sempre que falava de seu nascimento, ficava muito abatido, deitava-se na cama, recolhia-se à posição fetal e às vezes levava o polegar à boca, dormindo. Paulo conviveu com sua mãe somente por 30 dias após seu nascimento e foi trazido para Belém, por intermédio do coronel Jarbas Passarinho, o mesmo do AI-5, pois é paraense e a família do Paulo Fonteles gozava de certo prestígio social, possibilitando que ele ficasse ainda por 30 dias com a sua mãe, Hecilda Veiga. Ela continuou presa em Brasília, depois foi levada para o DOI-CODI no Rio de Janeiro, ainda por longos dois anos, o mesmo ocorrendo com o Paulo Fonteles. Foram, ambos, deslocados para o presídio S. José em Belém, onde ficaram entre os anos de 1975 e 1976.

Paulinho sempre carregava um livro de poesias que o PCdoB havia editado em homenagem ao Paulo Fonteles, após sua morte. Um desses poemas retratava os dias de tortura que Hecilda Veiga havia sofrido durante a gestação; após as sessões de tortura, eles [torturadores]

diziam a ela: “Filho dessa raça não deve nascer”, “Filho dessa raça não deve nascer”. Paulinho carregava consigo esses poemas do Paulo Fonteles. Eu, já estudante de Psicologia, achava que, ao entrar em contato com esses sofrimentos, diminuiria o trauma, como se fosse simples assim. Mas eu só queria ajudá-lo.

Paulinho, quando o conheci, com 17 anos, não tinha um bom relacionamento com a Hecilda, acusava-a de ser muito distante, de não ser afetuosa e outras coisas que a adolescência o fazia acreditar. Suas verdades ressentidas, magoadas, dessa mãe que eu reconhecia revolucionária, eram perturbadoras para nós. Durante nosso relacionamento, reelaborou seus afetos, pois Paulinho pôde perceber que o que fizeram com ela, nos cárceres da ditadura, não tinha tamanho e, mesmo assim, aquela mulher, frágil, meiga e franzina, o havia colocado no mundo.

Namoramos, terminamos e retomamos para nos casarmos em 1995, passando a morar juntos no Rio de Janeiro, época em que um professor, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), indicou-me que procurasse o Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM), pois, durante a nossa relação, Paulinho sempre apresentava uma oscilação de humor, com estágios muito frequentes de depressão.

Assim, começamos o acompanhamento psicológico pelo GTNM. Mas, em 1996, houve os assassinatos dos trabalhadores rurais sem terras em Eldorado dos Carajás, deixando Paulinho muito mobilizado. Em 1997, uma nova caravana partiu para a região do sul do Pará a fim de retomarem as questões da Guerrilha do Araguaia. Eu, com outros planos para minha vida profissional, não pude acompanhá-lo. Paulinho, em companhia de uma grande dirigente do PCdoB e guerrilheira do Araguaia, Elza Monerat, retomou a ideia de se recontar essa parte da história do Brasil. Assumiu então uma tarefa do partido nacional e mudou-se para a região do sul do Pará.

Ficamos afastados por dois longos anos, mas, no final de 1998, reatamos nossa relação e eu engravidei em maio de 1999. A gravidez foi recebida com alegria e certa tensão. Paulinho sempre dizia que não

queria que meu parto fosse normal, mas não entendia o porquê de ele sempre dizer isso.

A gravidez foi tranquila, ele, sempre muito afetuoso, contava histórias para o bebê, que remontavam a histórias de lutas e guerrilhas, e sempre que podia retomava a velha frase dos torturadores: “Filho dessa raça não pode nascer”. Eu pedia para ele não dizer mais isso... E ele insistia! Era muito estranho.

Meses para escolher o nome do nosso filho, Paulinho sempre desejava que fosse um nome de um guerrilheiro ou do maior dirigente que o PCdoB teve, João Amazonas. E, para a “coincidência” ser maior, o parto do bebê estava previsto para o dia do seu aniversário, dia 20 de fevereiro. Ele havia ficado muito inquieto com essa possibilidade, não queria. Não queria que o filho nascesse em data tão sofrida, e eu sempre dizia que não era sofrimento, era um dia lindo pois ele havia sobrevivido.

Bom, o Aruan (do Tupi: Homem Bom) nasceu no dia 18 de fevereiro de 2000. O nosso médico, muito atencioso e conhecedor da história do Paulinho, achou que ele deveria assistir ao parto, e assim o Paulinho entrou na sala, assistiu, mas ficou em uma espécie de transe o tempo todo.

Quando o Aruan nasceu, Paulinho o tomou nos braços, não queria entregá-lo para a médica pediatra, dizia que ninguém o levaria dele, ficava repetindo em voz baixinha, no ouvido do bebê: “Nós nascemos, filho dessa raça nasceu, filho dessa raça nasceu”, “Nós vencemos, nós vencemos!”.

Ele foi ficando fraco, quase desfalecendo, levaram-no para fora da sala, mesmo assim ele não queria se afastar do bebê. Aruan nasceu com o peso e tamanho semelhantes ao seu, mesmo na prisão. Nasceu muito parecido com ele, branquinho e gordinho.

Saímos do hospital no dia do aniversário do Paulinho, 28 anos, mas ele ficou muito doente neste dia e não foi possível nenhuma comemoração. Com este depoimento, podemos ver como são terríveis os horrores de um tempo tão próximo.

A ditadura civil-militar no Brasil acabou há 28 anos, é recente. Sua duração foi de aproximadamente 21 anos. Muitos atores ainda estão

JUREUDA GUERRA

vivos, como Hecilda Veiga e Paulo Fonteles Filho; muitos tombaram, como foi o caso do Paulo Fonteles, vítima do latifúndio, herança da ditadura e da impunidade. Por isso, considero muito oportuna esta possibilidade aberta pelo CFP e pelo Sistema Conselhos de contarmos, sob nossa perspectiva, a verdade na história do País.

Paulinho, hoje, é membro do Grupo de Trabalho do Araguaia (GTA), ligado à Secretaria Especial de Direitos Humanos, sempre firme na luta e lúcido na perspectiva de construir um Brasil melhor, na busca incansável por recontar essa história e aprendendo todos os dias a ser um pai e filho afetuoso.



MARIA EUNICE GUEDES¹

Relato escrito entregue ao Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região (Pará).

À criança que não sabia o que foi o golpe de 1964 (em Juiz de Fora), à jovem dos anos 1970 (1975-1979) em Belo Horizonte, dos anos 1980 no Nordeste e da atualidade no Pará... Puxando pela memória...

Meus/minhas mestres/as Tadeu, Vânia, Maritza, Sônia Roedel, tenho-lhes um grande carinho. Minha militância estudantil se transformou em engajamento profissional e militância política, pois foi com vocês (na minha formação) que aprendi o significado do compromisso social do psicólogo.

Para meu querido irmão de formação, de lutas, Rui Barbosa Rocha (in memoriam).

Março de 1964: Quando ocorreu o golpe, eu era uma criança. Não tinha a mínima ideia do que estava ocorrendo. Morava na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais e ainda guardo lembrança de que nessa época fomos todos/as impedidos/as de circular nas ruas de Juiz de Fora. Não tive aulas durante pelo menos uma semana, e as tropas a caminhar pela cidade. Lembro-me do meu pai escutando apreensivo as notícias na rádio. Era estrangeiro (português) e já tinha vindo para o Brasil há dois anos fugido do regime de Salazar (ditador português). Imagino, hoje, a angústia que ele devia estar sentindo, há pouco tempo em um país estranho, sem parentes na cidade e se lembrando das situações de seu país de nascimento. Só mais tarde, quando estudante da universidade, pude entender o significado das tropas, do toque de recolher e por que o Exército, além de estar nas ruas de Juiz de Fora, marchava em direção ao Rio de Janeiro.

1 Professora do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Pará (UFPA); psicóloga, especialista em Políticas de Trabalho no Brasil; mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa; pesquisadora do Laboratório de Psicanálise e Psicopatologia Fundamental da UFPA; pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes sobre Mulher e Relações de Gênero (GEPEM); integrante do Conselho Estadual de Saúde do Pará; membro do Comitê de vigilância materna do Pará; militante do Movimento Feminista – Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (FMAP) e da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). CRP-010, Grupo de Trabalho Direito à Memória e à Verdade.

Anos 1970: Ah, o recordar, o voltar no tempo, momentos de beleza, de esperança, de afetos, de solidariedade, de aprendizagens pessoais e coletivas, mas também de muita luta, de tristezas, de barbárie, da ditadura.

E a ditadura foi dura, duríssima, e me deparei com essa dureza em vários momentos de minha vida em Belo Horizonte. Nos momentos em que nos reuníamos no Diretório Acadêmico de Psicologia da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG), hoje Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG) de Belo Horizonte, no endereço bem conhecido (Bairro Coração Eucarístico). Afinal, naquela época, era DA, pois os centros acadêmicos tinham sido desmontados pelo regime: tempo do Ato Institucional Número 5 (AI-5) da Lei de Segurança Nacional, que nos impedia de nos organizarmos, de irmos aonde queríamos, por isso nossas lutas por liberdades democráticas. Nesse espaço da atual PUC/MG, montávamos estratégias para problemas cotidianos, para melhorar as condições de ensino; para abaixar os valores pagos pelas mensalidades da universidade; por mudanças nos serviços do Restaurante Universitário (RU), como horário e qualidade do alimento; por livros para a biblioteca. Mas, junto com a luta do cotidiano, nossas bocas se somavam às do povo de Jornalismo, Letras, Economia, Ciências Sociais, Serviço Social, e ocupávamos as ruas da universidade. Assembleias, shows, debates em espaço coletivo de todos nós, em frente ao prédio da economia. Momentos tensos nos quais muitas vezes somavam-se companheiros/as da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que tinham ainda menos possibilidade de se mobilizar do que nós da Católica. A repressão na Federal era bem maior, pois muitos dos professores da UFMG tinham sido expulsos e muitos alunos não conseguiram retornar a seus cursos. A Católica e a Psicologia acolheram alguns desses, como o professor de Filosofia da Ciência, Décio. E, embora o reitor da Católica, D. Serafim Fernandes, não fosse nenhum religioso ligado à teologia da libertação ou progressista, pelo menos esse crédito pode-se dar a ele, por ter contratado como docentes pessoas que, devido

à ditadura, não conseguiriam arranjar emprego em outro lugar, e não era por falta de competência. Mas o curso de Psicologia da Católica também acolheu professores de fora do Brasil, como a querida Marisa Estela Sanabria Tejera, uruguaia, exilada de seu país e que nos brindou com a perspectiva e o conhecimento da Análise Institucional (AI) e obras de Saidon, Langer, Bion, Baremblytt, literatura desconhecida de nós e dos professores do curso. Mais tarde, ajudamos também a vender e divulgar a Revista *Rádice*, primeira revista que divulgava artigos, textos de psicólogos do Rio de Janeiro, e, com eles, adentramos nas obras de Foucault, Saidon e vários outros autores. Alguns destes iriam criar, na década de 1970, o Instituto Brasileiro de Psicanálise (Ibrapsi).

Com Marisa, Vânia Carneiro Franco e Tadeu (grandes mestres da Psicologia Social), adentrei no campo do social, de me colocar como estudante engajada e implicada com o conhecimento a serviço da comunidade, e montamos projetos de educação popular em bairros; grupos interdisciplinares no Hospital Raul Soares (primeira intervenção em Minas, precursora da luta antimanicomial); militávamos junto aos movimentos de bairro e sindical (metalúrgicos, professores, bancários) que surgiam em Belo Horizonte e, assim, a militância unia-se à formação profissional.

Mas a dureza continuava. Na faculdade de Psicologia, o horror de ter no currículo as disciplinas Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSP) - disciplinas que eram lecionadas por um coronel do Exército; era obrigatório ter essas disciplinas pelo Ministério da Educação e regime militar.

Diferente da Federal, a Universidade Católica não teve ocupação, cerco da polícia. No entanto, tínhamos muitos agentes da segurança infiltrados tanto como alunos quanto como “olheiros” nas reuniões, e quando havia assembleias estudantis, a presença da segurança e da polícia era ostensiva. Também havia muitos alunos/as, filhos/as das elites tradicionais de Minas Gerais estudando na universidade. O curso de Direito era um desses espaços na Católica. Tanto professores quanto alunos faziam a defesa do regime e disputas por entidades

estudantis como os DAs e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) foram palco de longas brigas que, muitas vezes, chegavam às vias de fato. No Direito, encontravam-se parentes de Bonifácio de Andrade, por exemplo, político tradicional, o qual apoiou ostensivamente a direita, a ditadura e as prisões de professores e estudantes.

Da vida na Católica para o entorno: a militância também trouxe outros embates com as forças reacionárias de Minas. O show de Chico Buarque e a palestra do professor Muniz Sodré no auditório da Católica trouxeram uma repressão e policiais infiltrados nunca antes vistos por ali. Ao nos encostarmos em muitas pessoas que estavam atrás de nós, percebíamos as armas na cintura e penduradas nos coldres, sem disfarce algum por parte de quem as portava. Era um processo de intimidação às claras, embora não invadissem e cercassem militarmente os espaços onde ocorriam os eventos. Assim, por precaução, nunca andávamos sozinhos, sempre em dupla, ou melhor, em trio, no mínimo. Momento cruel foi o processo de queimas (pela extrema direita) das bancas de revista que punham em seu acervo para a venda os jornais *Em Tempo*, *Pasquim*, *Movimento*, *Companheiro*, entre outros. A sociedade: estudantes, políticos, sindicalistas, lideranças de movimentos sociais manifestavam-se e iam protestar e a PM (com o choque, cachorros e policiais a cavalos) correndo com o pessoal, e haja bombas de gás e de efeito moral e tiro de borracha. Não foi só uma vez, foram inúmeras em que corremos da polícia após manifestação pela liberdade de expressão (que representava para nós esses jornais alternativos). Vender também esses jornais nas ruas, nas portas de fábricas, formas que encontramos para divulgar as lutas locais e nacionais, também poderia ser motivo para prisão e, assim, também nessa atividade (vender jornais alternativos), tínhamos de andar em grupo, nunca sozinhos/as.

Em Belo Horizonte, alguns locais foram referência de encontro meus e de muitos companheiros. Assim, o edifício Maleta (na Rua da Bahia – centro da cidade) e o espaço da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a qual tinha,

diferentemente da faculdade de Direito da Católica, uma postura progressista, viraram ponto de encontro de ideias, de refúgio depois de batalhas com a polícia, além de espaços de cultura e lazer (lá se encontravam todas as noites o povo do teatro, da música, da dança, do cinema). Muitos segmentos artísticos foram censurados naquela época, assim como jornalistas mais engajados não conseguiam emprego ou espaço para publicar suas matérias nos jornais de Minas. No espaço da faculdade de Direito (que ficava perto do Maleta), muitos movimentos sociais, como o dos professores, reuniram-se e fundaram entidades (é claro que não reconhecidas oficialmente) como a União dos Trabalhadores no Ensino de Minas Gerais (UTE/MG), entidade que até hoje (agora sindicato) tem um papel fundamental na luta pelo ensino público e gratuito em Minas Gerais. Muita repressão sofreram naquela época os professores da rede pública. Os bancários, também como categoria, faziam a luta sindical e tentavam tirar a direção reacionária da coordenação do Sindicato, só conseguindo eleger uma direção democrática para o Sindicato nos anos 1980.

Ocorreram vários movimentos grevistas na cidade e na grande Belo Horizonte. Um dos mais significativos foi o dos metalúrgicos, e estudantes e movimentos somavam-se aos operários para ajudar nos piquetes nas portas de fábrica; distribuíamos e vendíamos jornais alternativos como, por exemplo, o jornal *Companheiro*, produzido pelo Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), grupo do qual eu fazia parte. Passei muitas madrugadas ajudando nessa luta, e a polícia em cima da gente.

Uma das nossas lacunas na organização estudantil era nossa entidade nacional, que estava colocada na ilegalidade. Assim, realizamos algumas ações para realizar encontros nacionais de estudantes, para reorganizar a União Nacional dos Estudantes (UNE). Algumas dessas tentativas aconteceram em 1977, quando os primeiros sinais de reorganização da entidade foram tentativas frustradas de realizar o 3º Encontro Nacional de Estudantes (ENE). Uma aconteceu em Belo Horizonte, quando os delegados estudantis foram impedidos

por tropas policiais de entrar na cidade, e foi o “Encontro que não ocorreu”, porque a PM cercou todo o centro da cidade e as proximidades da Universidade Federal de Minas Gerais. Bloquearam a passagem dos ônibus para a cidade e 850 estudantes foram presos quando tentavam participar do 3º ENE, em Belo Horizonte. Foi em 4 de junho de 1977. Na véspera e antes, todos nós das universidades (dos vários DAs e DCEs) montamos um esquema de apoio material, segurança e infra, mas todos os espaços estudantis foram cercados na véspera pela polícia. Um fortíssimo aparato militar tomou a cidade. Estudantes foram presos na Católica, no Direito da UFMG. Os estudantes, trabalhadores, funcionários públicos e lideranças que se encontravam no DA de Medicina, que ficava na Av. Alfredo Balena, na região dos hospitais, foram totalmente cercados por um forte contingente policial que fechou o acesso à Faculdade de Medicina. Nosso povo não podia ficar sem alimentos, água e medicamentos. Após negociações entre representantes estudantis, do DCE, da Reitoria da UFMG, de governos e da polícia, foi decidida a liberação dos alunos. Contudo, eles não foram liberados. O Exército os prendeu e os enquadrou na Lei de Segurança Nacional, vigente à época.

Belo Horizonte virou uma praça de guerra, corríamos de um lado para o outro. Quem não tinha sido preso estava ocupado colocando companheiros de entidades de outros estados em segurança, tentando articular com companheiros dos direitos humanos e advogados para tirar nossos colegas presos no *Departamento de Ordem Política e Social* de Belo Horizonte (DOPS-BH), e, enquanto isso, todos os grupos da PM estavam nas ruas. Chegou ao ponto de cachorros e cavalos adentrarem nas várias igrejas da região central de Belo Horizonte (nos arredores do DA de Medicina), pois várias manifestações de apoio aos companheiros cercados pela polícia começaram a ocorrer em toda a região, quando começou o cerco ao DA de Medicina e a prisão dos ônibus de estudantes que vinham de fora.

Outra tentativa foi na Universidade de São Paulo (USP) e ainda na Pontifícia Universidade Católica (PUC) em setembro de 1977.

Novamente fomos para a PUC, que ficava no bairro de Perdizes. Tomamos precauções. Não viajávamos mais em grupos. Não fomos barrados na entrada de São Paulo, mas, em compensação, a PUC foi invadida com o comando do coronel Erasmo Dias e muitas/os companheiras/os tiveram feridas gravíssimas por causa das bombas lançadas na PUC. Sofremos violenta repressão. A Universidade de Brasília também foi ocupada pela polícia. A UNE acabou reorganizando-se em congresso estudantil na Bahia em 1979.

Minha vida na militância do movimento estudantil tomou os rumos da organicidade de movimentos alternativos de resistência política ao regime. Assim, ingressei no Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) e o sentido de minha militância mudou de configuração. A repressão estava mais viva do que nunca e, muitas vezes, tivemos de mudar os locais de encontro dos coletivos e onde eram guardados nossos materiais de formação política, e acompanhei a angústia de companheiras que, com parceiros na clandestinidade, viviam uma meia vida, sempre preocupadas com a segurança do parceiro. Nada fácil era essa vida. Muito viva estava a ditadura, embora se apontasse, nessa época, para a vinda ao Brasil dos/as exilados/as e para a anistia parcial para quem saiu do país.

Anos 1980: Como psicóloga, agora outros movimentos, como o sindical, o popular e o de mulheres tomam parte de meu cotidiano e militância. Assim, participei de um dos primeiros encontros de mulheres metalúrgicas de Belo Horizonte e Contagem - o 2º no país, pois o 1º aconteceu em São Bernardo do Campo, São Paulo – realizado em 1980, e o movimento rural também se rearticulou em Minas e no Brasil. O meu caminhar e o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) levaram-me de Minas para o Nordeste (João Pessoa- Paraíba) para a militância de luta pela terra e organização e direitos das mulheres rurais. Lá em João Pessoa, vivi duas situações muito marcantes. A primeira, em 1981, quando eu e mais dois companheiros, um gaúcho e outro cearense, fomos detidos em uma palhoça perto da praia de Tambaú, pois meus companheiros tinham esquecido as identidades

em casa e eu tinha meu RG, mas tinha comigo, em minha bolsa, inúmeros exemplares do Jornal Companheiro, que ia vender nos bares da praia. Alegando falta de documentos, a polícia civil queria levar os rapazes presos. Não adiantou argumentar, dizer nosso endereço, mostrar comprovante de residência, nada satisfiz os policiais e fomos levados para a Delegacia de Miramar, onde ficamos sem alimento, sem local para dormir. Só comemos porque tínhamos um dinheiro que repassamos para estes e, com isso, eles compraram refeições para nós. Mas o pior foi que, na mesma hora, chegando lá nessa delegacia, já tinha um advogado dizendo que iria nos soltar se pagássemos uma grana para ele. Passaram-se dois dias e não conseguimos realizar um telefonema. Então, fingimos que iríamos pagar esse advogado e o agente de polícia que nos prendeu, e então nos soltaram. Mas, quando chegamos ao bairro, descobrimos que a polícia esteve fazendo perguntas sobre nós, ameaçou vizinhos e falou que ia nos encarcerar. Na mesma hora, deixamos a casa e fomos procurar o advogado da Comissão de Direitos Humanos da Prelazia – Tavares. E foi a nossa sorte, pois, por meio dele, soubemos, quando ele foi averiguar a nossa situação na delegacia, que nem Boletim de ocorrência (BO) tinha sido feito pela polícia, o que significava que eles poderiam ter feito o que queriam conosco e ninguém saberia. Nessa época, julho de 1981, muitos de nossos amigos estavam de férias fora da cidade. Mais tarde descobrimos que estes advogado e policiais faziam parte de uma milícia que agia nas ruas e nas cadeias de Campina Grande e João Pessoa, forçando flagrantes e ganhando dinheiro com isso. Nós os denunciemos e nossa história foi parar nas páginas dos jornais locais.

A segunda situação marcante foi em agosto de 1983, quando eu acompanhei a luta pela terra e a organização do movimento das mulheres do Brejo paraibano e fiquei chocada, e sou indignada até hoje, com o assassinato, no dia 12 de agosto de 1983, de Margarida Maria Alves – presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Alagoa Grande, que fica na região do Brejo da Paraíba e onde companheiras/os da Universidade de Campina Grande, João Pessoa,

lideranças rurais, entre as quais Manoel da Conceição, apoiavam a luta deste e outros sindicatos rurais da região por direitos sindicais básicos como a assinatura da carteira de trabalho. Margarida foi assassinada por essa luta tão básica – ter uma carteira assinada. Neste momento estávamos ainda no meio da ditadura, não mais a militar, mas a ditadura do cartel dos usineiros, da truculência e da pistolagem, que transformavam o Nordeste em um “mar de cana-de-açúcar” e um mundo da monocultura. Assassinos de Margarida estão soltos até hoje, sem responder pelo crime.

Anos 1990: Sudeste do Pará, região do Araguaia. Outro momento, outras pessoas e histórias semelhantes.

Comecei agora, morando no Pará, uma pesquisa – pela Universidade Federal do Pará (UFPA) – com mulheres trabalhadoras rurais, nos anos 1990, nos municípios de São Domingos do Araguaia, São João e São Geraldo, cujos resultados fizeram parte da minha dissertação de mestrado intitulada *O Xote das Meninas – o Instinto de investigação que move (remove)*. Deparei-me com um movimento com histórias de conflitos fundiários, de mortes (como os assassinados no Castanhal Ubá) e camponeses/as que viveram na pele a ditadura, tanto a econômica (fundiária) quanto a militar (Guerrilha do Araguaia).

Encontrei e escutei depoimentos de índios que foram cruelmente torturados e perseguidos para dizerem onde se encontrava escondido “o povo da mata”, que era como eles chamavam os guerrilheiros, pois, afinal, para os camponeses e indígenas da tribo Akwar, mais conhecidos como Suruís do Pará do Tronco Tupi, estes não eram vistos como o Exército e a ditadura os enxergavam – como terroristas e subversivos. Para o povo daquela região, segundo as falas de quem viveu aquela época, o “povo da mata” estabeleceu com o povo da região do Araguaia uma relação de troca e parceria. O discurso que foi vendido, a propaganda que foi feita foi bem diferente do que escutei de mulheres como Dona Maria da Metade, Credi, entre outras. Muitos parentes de quem deu seus depoimentos foram torturados e Dona Maria teve seu marido torturado, simplesmente, porque conhecia

e conversava com o “povo da mata”. Também nesse momento tive conhecimento, por meio deles, dos corpos dos guerrilheiros que ainda existiam na mata da tribo e em outros lugares da região.

No final de 1991, durante um encontro feminista em Caldas Novas, camponesas de São Domingos do Araguaia e integrantes da comissão de desaparecidos sentaram-se para conversar e trocar informações sobre esses desaparecidos. A partir daí, estabeleceu-se um diálogo entre si e com outros integrantes que estavam nessa luta, e acredito que esse diálogo está vivo e florescendo nos dias de hoje, em busca da identificação dos entes queridos, companheiros/as ainda não identificados e em busca de resgatar, por meio da memória, a verdade.

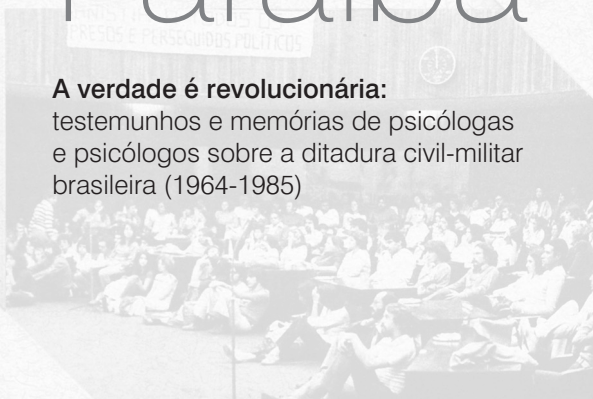
A verdade é revolucionária:



Paraíba

A verdade é revolucionária:

testemunhos e memórias de psicólogas
e psicólogos sobre a ditadura civil-militar
brasileira (1964-1985)



testemunhos e
memórias de
psicólogas e
psicólogos
sobre a
ditadura
civil-militar
brasileira
(1964-1985)



Conselho
Federal de
Psicologia

Conselhos
Regionais de
Psicologia

EQUIPE TÉCNICA DO CRP-13:

Comissão de Direitos Humanos- CRP-13:

- Antonio Carlos Borges Martins(presidente)
- Maria de Fátima Duarte de Holanda
- Maria de Nazaré Tavares Zenaide

Equipe técnica envolvida na coleta e processamento do material:

- Antonio Carlos Borges Martins
- Maria de Fátima Duarte de Holanda

Membros da CDH-CRP13 diretamente envolvidos com o projeto:

- Antonio Carlos Borges Martins
- Maria de Fátima Duarte de Holanda.

GENARO IENO

Depoimento do psicólogo Genaro Ieno Neto ao Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região (Paraíba).

Comecei a ter uma participação política mais organizada, a partir de 1968, por meio do movimento estudantil. O ano de 1968 foi um ano conhecido pela efervescência do movimento estudantil, pela efervescência dos movimentos da chamada contracultura, e, em particular, aqui no Brasil, e lá em São Paulo, onde eu morava e estudava, foi um período de muita agitação. Na época, eu fazia Economia na Universidade de São Paulo (USP) e comecei a acompanhar o movimento estudantil, tendo uma referência muito forte na Faculdade de Filosofia da USP, que ficava próxima à Faculdade de Economia. Havia uma relação de proximidade e de entrosamento entre os alunos de Economia e Filosofia.

No ano de 1968, houve muito debate, muita discussão, do ponto de vista teórico, acadêmico, político, cultural e muita mobilização, em particular do movimento estudantil, assim como de outros setores da sociedade no enfrentamento da ditadura. Vale lembrar que, no final de 1968, houve a tentativa da realização do congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, São Paulo, quando todos os estudantes que participavam desse encontro foram presos. Logo em seguida, no dia 13 de dezembro, sexta-feira 13, foi decretado o Ato Institucional Número 5 (AI-5), a partir do qual houve um período de “agudização” da repressão, decretada não só pelo governo militar, e apoiado por setores organizados das elites econômicas. Passamos a viver a brutalidade de uma ditadura civil/militar.

Nesse contexto, o movimento estudantil passou a ser um dos focos principais da repressão do regime. O endurecimento da repressão teve consequências na forma como os movimentos de contestação à ditadura passaram a se organizar. Houve um processo de radicalização de toda essa luta, tanto por parte da ditadura militar quanto por parte daqueles que tentavam reagir a toda essa situação. Não só reagir, mas tentar transformar as estruturas econômicas e políticas da sociedade brasileira. Nesse contexto de violenta repressão, muitos professores,

intelectuais e ativistas políticos foram presos, torturados e mortos. No ano de 1969, fui fazer parte da diretoria do Centro acadêmico da Faculdade de Economia. Nesse período, um professor de História Econômica da Faculdade de Economia da USP foi preso, torturado e morreu sob tortura. Houve, também, muitas outras prisões e mortes. Como centro acadêmico, não se tinha alternativa a não ser tentar denunciar essas coisas e tentava-se fazer essas denúncias dentro dos limites que a própria situação política permitia. Denúncias por meio de panfletagem, pequenos folhetos que se tentava distribuir dentro e fora da faculdade, “pichações”. Tentava-se, também, divulgar essa selvageria internacionalmente.

Mas a preocupação era divulgar essa violência aqui no país, para que a população pudesse saber o que estava acontecendo, já que toda imprensa estava censurada e proibida de publicar qualquer coisa a esse respeito. Não era só denúncia das mortes, era denúncia de todo tipo de política, econômica, educacional, que a ditadura estava realizando. Por conta dessas denúncias, o presidente do centro acadêmico foi preso, o vice-presidente saiu do país e, como secretário-geral do centro acadêmico, acabei assumindo a presidência da entidade. Nós continuamos com as denúncias. A partir daí, a polícia começou a me procurar, para prender.

Nessa situação, os únicos setores que podiam dar apoio e tentar caminhar com essa luta eram os grupos das organizações clandestinas de luta contra a ditadura. Foram essas as pessoas que encontrei, e que davam algum tipo de suporte nessa situação. Passei a não poder frequentar a faculdade, porque, em dois momentos em que estive lá, a polícia apareceu, tentando pegar-me. Por sorte, consegui fugir. Em uma ocasião, passei no meio dos policiais e eles não perceberam. Em outra, consegui fugir passando por um basculante, no fundo do centro acadêmico, caí no fundo de um prédio vizinho e de lá consegui fugir. Por isso, eu não tinha condições de frequentar a faculdade, assim como não ficava morando em um mesmo local durante muito tempo, porque dava a chance de a polícia encontrar-me.

Foi um período muito difícil, também, do ponto de vista pessoal, pelo motivo de não ter onde morar, onde ficar. Passava noites vagando pela cidade de São Paulo, sem ter onde ficar. Além de ficar sabendo das prisões, torturas e assassinatos de várias pessoas amigas ou conhecidas e de sentir-me impotente diante disso tudo. Nesse período, consegui trabalho com um professor de Química da USP, que me contratou para fazer a contabilidade de um projeto que ele administrava. Esse era o dinheiro que me sustentava.

Eu tinha amigos que militavam no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), amigos que estavam integrados à Aliança Libertadora Nacional (ALN), outros que pertenciam à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), outros que estavam no Partido Operário Comunista (POC). Com isso, acabei participando de várias ações de alguns desses grupos clandestinos: fazendo contatos entre pessoas do mesmo agrupamento político, ajudava nas panfletagens e pichações. Por exemplo, nas grandes fábricas do ABC paulista, denunciar aos operários a prisão e o assassinato de outros operários que tentavam organizar a categoria. Ajudei pessoas que estavam sendo muito procuradas, ameaçadas de ser presas, a sair do país através da Ponte da Amizade, na divisa com o Paraguai, para que pudessem chegar até o Chile. Como eu não tinha vinculação orgânica muito forte com nenhuma dessas organizações clandestinas, eu passava a ser uma pessoa útil a esses grupos, no sentido de colaborar com algumas de suas ações, porque, se eu fosse preso, não saberia dizer nada sobre a organização.

Alguns desses amigos foram presos e, na hora da tortura, tinham de dizer nomes, então meu nome foi citado por algumas dessas pessoas, inclusive de organizações distintas. Toda vez que isso acontecia, a polícia ia atrás de mim. Foram na casa da minha avó, porque morei algum tempo com ela, o que a assustou muito e a surpreendeu. Foram procurar-me em algumas das “repúblicas” onde morei. Mesmo depois que estava estudando Psicologia na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), a polícia invadiu o local em que eu

morava e revistou o apartamento todo. Por sorte não me encontraram. As pessoas conhecidas foram sendo presas, os contatos foram se perdendo e se instalou uma percepção de que essa forma de luta política estava equivocada, porque era um caminho que isolava as pessoas uma das outras e, principalmente, esses grupos organizados se isolavam da população com a qual e em relação à qual se pretendia lutar para transformar a sociedade.

O isolamento desses grupos ocorria, principalmente, por conta da necessidade da estratégia de luta que se definiu como prioritária, que era a luta armada contra as Forças Armadas, que davam suporte à manutenção dos privilégios, das explorações e da dominação típicas da sociedade capitalista. Essa era a concepção possível naquele momento, que se justificava ainda mais pelo tipo de repressão violenta que o Estado brasileiro executava. Não dava para ficar calado, pois o silêncio significava consentimento às atrocidades cometidas pelo Estado. Mas falar publicamente não era possível, não era permitido. Então, qual era a alternativa: o olho por olho, dente por dente, ou seja, uma forma desesperada de reação. Pelo menos eu vivi muito isso. Em muitos momentos, me desesperei fortemente: tinha uma percepção de que aquela não era a forma mais adequada de luta política, mas, frente a tudo aquilo que estava acontecendo, o que fazer? Os amigos sendo presos, alguns deles, assassinados, o que fazer, além de continuar a luta deles, mesmo que, naqueles anos, isso pudesse beirar o suicídio? Não saber o que fazer, além de um sentimento de impotência, gerava em mim um sentimento de culpa. Estar fora da prisão, mesmo que fugindo da polícia, parecia um privilégio descabido. Em alguns momentos parecia covardia.

Na passagem de 1969 para 1970, fui ao presídio Tiradentes, tentar visitar alguns amigos que estavam presos ali, mesmo sabendo do risco de ser preso na hora da visita. Ser preso seria um alívio, acabaria com o desespero que me consumia. Por sorte, o pai de um desses amigos, que sabia da minha situação, tirou-me da fila da visita e levou-me para a casa dele. A minha capacidade de raciocinar

parecia embotada. O que prevalecia era o sentimento de indignação, meio “estomacal”, meio “figadal” contra tudo aquilo.

A prisão e o assassinato das principais lideranças das organizações clandestinas de luta contra a ditadura provocou o aniquilamento ou o enfraquecimento dessas organizações. Por isso, a repressão sobre pessoas consideradas pouco importantes diminuiu. Essa era a minha situação nesse processo todo. A polícia, de repente, parou de ir atrás de mim, e comecei aos poucos a tentar reorganizar a vida pessoal. Comecei a encontrar outras pessoas, que também estavam interessadas em pensar outras possibilidades de luta política. Com aquela agonia enorme amenizando, comecei a raciocinar melhor e quis voltar a estudar.

Minha dúvida era se continuava estudando Economia, mas, pelo desgaste de minha presença na Faculdade da USP, não dava para fazer o curso em São Paulo. Teria de ver se conseguia a transferência para o Rio de Janeiro ou fazia outro curso. Uma das questões que apareceu para mim foi que as Ciências Sociais, a Sociologia, a Economia, a Economia Política, faziam uma análise muito macro da sociedade, e percebi que esse tipo de análise não era suficiente para nos instrumentalizar para a ação. No concreto, no miúdo, no dia a dia em que vamos atuar, como fazer? Como lidar com as pessoas e com os pequenos grupos? Havia a ideia de que as pessoas precisam ter consciência da sua exploração, da sua dominação, para aí, sim, tomar a iniciativa de agir. Com essas perguntas, comecei a entrar em contato com a produção de Paulo Freire, que falava muito na temática da “conscientização”, da consciência.

A Pedagogia de Paulo Freire propunha ferramentas efetivas para atuar com os trabalhadores. Ao mesmo tempo, entrei em contato com algumas pessoas que tinham uma leitura interessante de autores como Freud, Jung. Comecei a ver que poderia haver uma interlocução entre a formulação de Paulo Freire e essas outras formulações que tratam mais da questão da “consciência” do sujeito, nos termos em que esses conceitos se apresentavam para mim naquela época. Então, depois

de um tempo, resolvi estudar Psicologia, na expectativa de encontrar nessa disciplina ferramentas de atuação com os trabalhadores e que pudessem subsidiar ação mais efetiva na relação cotidiana com as pessoas. Fui fazer Psicologia na PUC-SP. Fiz o vestibular, passei e tive a oportunidade de conhecer pessoas muito importantes para mim, entre elas, Paulo Maldos, Pedro Pontual e Miguel Perosa, com as quais convivi durante o curso de Psicologia. São amizades que duram até hoje. Eles me ajudaram muito a reorganizar a cabeça e a pensar a atuação social e política, que passou a ser compreendida como compromisso com as pessoas, de tentar ser um militante dos processos de enfrentamento e de denúncias de tudo aquilo que machuca as pessoas, que produz sofrimento e afeta a dignidade das pessoas. Nesse período, a polícia apareceu mais uma vez a minha procura, mas, novamente, não me encontrou.

A vontade de atuar com as pessoas que sofrem algum tipo de constrangimento permanecia. Por isso, durante o curso de Psicologia fui trabalhar, como voluntário, junto com uma colega de curso, Marilene Grandesso, em um hospital psiquiátrico privado, em Guarulhos, São Paulo. Como estudantes de Psicologia, não tínhamos clareza sobre como poderíamos trabalhar. Como estudantes, não podíamos atuar como clínicos, nem era essa nossa perspectiva. Então começamos a ir onde os pacientes estavam, que era o pátio do hospital, e passamos a conviver com os pacientes todos os dias pela manhã, de segunda-feira a sexta-feira. Depois de alguns meses desse tipo de presença, a partir de sugestões de alguns pacientes, começamos a formar e acompanhar grupos de pacientes para atuarem dentro do hospital, no enfrentamento de problemas e carências comuns: grupo de limpeza, de esportes, de shows, de cozinha, de recepção e acompanhamento dos pacientes novos.

Mas o que importa aqui é dizer que essa experiência com os pacientes psiquiátricos permitiu-me ver, de forma mais concreta e efetiva, a importância de uma relação mais próxima com as pessoas no cotidiano concreto da vida. Esse trabalho conseguiu transformar um

hospital psiquiátrico clássico em uma “comunidade terapêutica”, com os pacientes organizados dentro do hospital e, portanto, com força política para produzir transformações importantes no funcionamento hospitalar, inclusive tomando decisões sobre critérios de alta e de melhoramento das condições de vida lá dentro. Essa experiência ocorreu entre os anos de 1972 e 1973. Porém, quando alguns pacientes do Instituto de Psiquiatria Guarulhos eram internados em outros hospitais psiquiátricos, começavam a reivindicar as mesmas condições existentes no hospital de Guarulhos. Esses pacientes passaram a ser considerados, pelos donos desses outros hospitais, como causadores de confusão, “agitadores”, “subversivos”. Esse foi o principal motivo para que a experiência fosse encerrada pelos donos do hospital, depois de muita pressão dos outros empresários. Mais uma repressão, mais uma derrota.

Nesse momento, eu estava terminando o curso de Psicologia. Foi quando conheci Dom José Maria Pires, Arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, em João Pessoa. Ele convidou alguns estudantes para conhecer o trabalho pastoral com as comunidades de base e, ao conhecer, poder ajudar a pensar esse trabalho. Um grupo de estudantes veio para a Paraíba, passou os meses de janeiro e fevereiro de 1974 conhecendo e acompanhando as comunidades de base. Eu vim com esse grupo, mas já tinha combinado com Dom José para ficar um ano na Paraíba, conhecendo melhor a realidade local e o trabalho pastoral. Minha ideia era, depois da experiência na Paraíba, voltar para São Paulo e continuar fazendo trabalho em algum hospital psiquiátrico, no qual havia muitos nordestinos que falavam muito do Nordeste. Viver um tempo na Paraíba permitiria que eu tivesse interlocução mais informada sobre a vida nordestina. No entanto, durante esse ano no trabalho pastoral da Igreja, comecei a acompanhar a primeira experiência, depois de 1964, de camponeses paraibanos resistindo à expulsão da terra efetuada por proprietários de imóveis rurais. A repressão contra esses camponeses era muito forte e, por isso, foi impossível voltar para São Paulo, deixando para

trás as pessoas envolvidas nessa resistência, de novo, contra a selvageria. Aqui também poderia exercitar essa possibilidade de estar junto com as pessoas e, com elas, descobrir formas e mecanismos de enfrentamento do que estava provocando sofrimento. Fiquei aqui na Paraíba até hoje e pude testemunhar toda a violência contra os pobres, na cidade e no campo. No entanto, agora, eram as pessoas que sofriam a violência os atores principais da denúncia e da luta contra essa brutalidade, não mais grupos isolados que lutavam em nome delas, sem que elas soubessem.

Tornei-me professor de Psicologia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e tentei apresentar aos alunos a possibilidade ética e acadêmica de uma prática profissional de compromisso com as pessoas e grupos atingidos em suas dignidades como seres humanos e cidadãos. Sempre tive alunos que participaram comigo dos trabalhos de extensão com agricultores familiares e camponeses, apesar das fortes críticas que recebíamos de colegas do curso de Psicologia da UFPB: o que fazíamos não era Psicologia, nem ciência. Parece que, finalmente, hoje, a história começou a nos dar razão.

MARIA DE NAZARÉ TAVARES ZENAIDE

Depoimento escrito entregue ao Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região (Paraíba).

Primeiro, gostaria de parabenizar o Conselho Federal e o Conselho Regional de Psicologia pela iniciativa, uma vez que, no momento em que o Brasil está prestando contas com o seu passado autoritário, o Sistema Conselhos promove ciclos de diálogo sobre o direito à memória e à verdade. Então, veja só, a nossa história de vida tem muito a ver com aquilo que a gente vai construindo como sujeito, toda formação da nossa subjetividade e a nossa inserção no mundo social. Eu não poderia começar a tratar do tema sem falar de meu passado recente.

Meu pai é jornalista e, em 1964, quando houve o golpe militar, morávamos em uma granja. Ele chegou a receber jornalistas perseguidos para se esconder da repressão. Lembro-me do dia, era para os irmãos ficarem calados, não dizer a ninguém o paradeiro do nosso pai, porque ele estava escondido em um buraco, com vários jornalistas. Vivemos assim uma semana, com uma mistura de tensão e medo, embora, ao mesmo tempo, soubéssemos que estávamos prestando solidariedade a um grupo de pessoas amigas da família que estava vivendo a dor de ser perseguido por uma situação de violência. O momento que segue um golpe de Estado é de extremo uso da força, em que se restringe ao máximo a capacidade do ser humano de se libertar das tentativas de opressão, devido ao uso da força e da repressão pelos órgãos de segurança. É um momento muito difícil para as pessoas perseguidas por seus ideais políticos, principalmente para os jornalistas, que têm um papel na sociedade de denunciar as graves violações aos direitos humanos.

Então, esse momento foi muito importante. Eu o vivi dentro de casa, na minha família. Meu pai, que tinha sido jornalista e diretor do jornal A União, jornal oficial do governo, que fazia a cobertura das Ligas Camponesas, foi exonerado da direção por ordens superiores. Convivi com tudo o que ocorreu, por meio de meu pai, de certa forma. Foi tenso, por muito tempo, permanecer no cargo de funcionário público. Ele foi monitorado durante muito tempo. Também tivemos na família, primos que foram perseguidos, torturados e que conviveram com a clandestinidade para sobreviver ao período pós 1964. Tenho, portanto, toda uma memória familiar, vamos dizer assim, de pessoas

próximas da família que também tinham vivido esse momento de perseguição política.

Quando eu cheguei ao curso de Psicologia, no período de 1975-1980, era justamente a fase do processo da transição política. Na vida universitária, em período de reforma, convivíamos com uma Psicologia Funcionalista. Imagine: meu livro de Psicologia Social era o de Aroldo Rodrigues, não tivemos acesso a uma formação em Psicologia Crítica.

Eu vivi uma universidade no tempo da ditadura e vêm à minha memória lembranças esparsas de momentos misturados de ameaças e de resistências. Um dia fomos expulsos do auditório da reitoria com bomba de gás. Alguns estudantes de Psicologia começaram a nos engajar em grupos de extensão universitária. Na Paraíba, os movimentos de resistência no campo como os de Camocim e Alagamar foram marcantes de confronto entre trabalhadores rurais e a polícia, apoiados pela Igreja da Teologia da Libertação e pelo Movimento Universitário. O pessoal de Alagamar tomou a praça pública, ameaçados. Eu lembro muito bem desse momento, as pessoas do campo continuavam vivendo com o uso extremo da força, o terror e o medo. Quando havia prisões de camponeses, havia mobilização na universidade, íamos como movimentos sociais para vigília na porta de cadeia, cantávamos a noite toda para ajudar aos camponeses presos a resistir, “nosso direito vem, nosso direito vem, se não vier nosso direito, o Brasil perde também”. Na universidade, fazíamos mutirões para conseguir dinheiro para comprar verdura, carne, para fazer sopa no Centremar. Íamos, estudantes e professores, cortar verdura e carne para fazer sopa e levar para os trabalhadores que estavam ocupando a praça pública, fugindo e denunciando a violência no campo. Eu lembro que muitas vezes, quando íamos voltar para casa, os carros estavam com os pneus furados. A força do coletivo ajudava todos a enfrentar o momento de tensão e medo. Então, tive essa oportunidade de, como estudante de Psicologia, viver a universidade na fase de transição e abertura política.

Outro momento marcante ocorreu na morte da liderança rural Margarida Maria Alves, em Alagoa Grande. Nesse momento, já estava trabalhando como psicóloga na Secretaria de Trabalho e Ação Social, no

Centro Comunitário de Tambay, na cidade de Bayeux, na grande João Pessoa. Alugamos um ônibus com o pessoal da Igreja crítica e fomos para missa de Margarida Alves em Alagoa Grande. Outro momento importante foi a vigília em praça pública com a visita de Domitila a João Pessoa: a universidade e os movimentos sociais estavam todos na praça pública. Outra lembrança importante foi termos conhecido e convivido com Wanderlei Caixa, advogado dos trabalhadores rurais, que fundou na época o Centro de Defesa de Direitos Humanos da Arquidiocese, trouxe Domitila e nós fizemos uma grande noite de vigília na praça pública. Havia esses momentos de resistências, em que, como estudantes e, depois, como profissionais de Psicologia, nos engajávamos em processos de luta. Professores como Leôncio Camino, Vanderlei Amado, Genaro Ieno, Teresa Campelo e outros, que faziam uma Psicologia Social engajada faziam a diferença nesse momento de resistência à opressão. Toda essa rica vida universitária foi um momento muito importante para meu processo de formação em Psicologia.

No momento em que se convive com os movimentos sociais, visita no campo o camponês ameaçado com a mira de um rifle no rosto, acompanha os momentos mais difíceis de prisões, faz vigília durante as prisões e as ocupações em praças públicas, todo esse processo é como se fosse a formação de um profissional que vai, de certa forma, desenvolvendo a sensibilidade para ver e sentir a dor do outro, sujeito e vítima de um Estado autoritário. Todos esses momentos foram importantes para minha formação como profissional da Psicologia Social. Todos nós participamos da luta pelas Diretas Já, pela anistia geral e irrestrita, pela eleição interna na escolha de dirigentes universitários. Portanto, viver esse processo de resistência, onde e quando a sociedade vivia momentos e tempos de medo, foi viver também um tempo de amor pela humanidade. Ao mesmo tempo em que sofríamos com o medo do tamanho do autoritarismo, tínhamos a capacidade de não ficar simplesmente silenciados e trancados dentro de casa, até porque nem a moradia estava protegida do abuso do poder do Estado.

Nesse período de formação, também convivi, no curso de Psicologia, com toda aquela discussão sobre o movimento antimanicomial

da antipsiquiatria. Já discutíamos a relação entre Estado autoritário e instituições psiquiátricas. Fizemos, por meio do curso de Psicologia, uma experiência de extensão na Colônia Juliano Moreira. Um espaço fechado. Quando chegamos lá, no primeiro dia, deparamos um ambiente totalmente fechado, cheio de fezes e sangue nas paredes, um mau cheiro insuportável, todas as pessoas internas nuas, as camas sem colchões, um campo de concentração. Fizemos faxina na Colônia Juliano Moreira, grupos operativos com o pessoal de apoio. Foi então que nos expulsaram e encerrou-se a experiência. Nessa fase da transição, vivíamos essa mescla de Estado autoritário nas instituições totais, mas também ousávamos sonhar com uma Psicologia e uma saúde mental diferentes.

Outro fato importante foi a oportunidade de ter professores de Ética da Psicologia que traziam textos sobre a tortura para que pudéssemos refletir sobre a ética na profissão. Nunca me esqueço dos textos que a professora de Ética compartilhava conosco, marcaram-me profundamente (choro). Foi a primeira vez que senti como é difícil um Estado autoritário, por meio de depoimentos de pessoas que tinham convivido com a tortura física e psicológica. Os professores nos questionavam como o saber e os profissionais médicos, psiquiatras e psicólogos podiam ser usados para oprimir o humano em um Estado autoritário. Nunca esqueci como a disciplina Ética me chamou a atenção para a tortura, ela me tocou. Nós, psicólogos, temos muito a falar sobre isso, como lidar com a dor do oprimido em um Estado autoritário. Nunca esqueci o modo como a disciplina Ética foi conduzida, por isso acho tão importante. Textos da luta antimanicomial; do Tortura Nunca Mais; os depoimentos de ex-presos políticos para que pudéssemos ler, discutir, trocar reflexões críticas sobre esse momento. Isso foi importante para minha formação. Quando terminei o curso de Psicologia, fui fazer o mestrado em Serviço Social na área de Política Social com outros psicólogos da área social, como Genaro Ieno, Helena Oliveira e Mário Ângelo.

Fiz parte da primeira Associação de Psicologia e da Associação de Pós-Graduandos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Eu, Romero Antônio e Lourdes Sarmiento, fomos da primeira diretoria da

Associação de Psicologia, criada no sonho de construir uma Psicologia crítica e socialmente engajada com as questões sociais. Tínhamos um sonho, um ideal, mesmo que tivéssemos um conjunto de disciplinas extremamente funcionalistas, textos profundamente desconectados da nossa realidade. Eu não tive o direito de ler uma Psicologia sociocrítica no meu tempo da graduação, não tive essa oportunidade. Nossas referências bibliográficas eram constituídas de textos reacionários e funcionalistas, que naturalizavam a violência, que criminalizavam as pessoas com sofrimento psíquico, como se o homem não pudesse ter a capacidade de resistir às formas de opressão humana. As mulheres que reagem à violência doméstica não eram só vítimas dos parceiros, mas também de toda uma cultura machista, eram consideradas pessoas desequilibradas e tinham de ser sujeitas à psiquiatrização para normalizar. Foi a esse tipo de conhecimento que resistíamos a aceitar, a incorporar, mas não tínhamos acesso a uma produção da Psicologia sociocrítica. Hoje, nós já temos vários livros, mas não tivemos essa oportunidade na universidade.

Outro momento importante foi quando ingressei na UFPB como docente do Departamento de Serviço Social. Fui convidada pelo ex-professor de Ciência Política, Rubens Pinto Lira, para participar da Comissão de Direitos Humanos da UFPB. A partir de então, comecei a visitar e fazer vistoria em presídios e delegacias. Ia visitar os presos comuns, já não eram mais os presos políticos. Nas visitas, pudemos constatar como os presídios convivem ainda com o Estado autoritário. Da Comissão passei a participar do Conselho Estadual de Direitos Humanos. A partir daí passamos a denunciar a violência institucional, foi então que sentimos a necessidade de fazer a diferença, de trabalhar com a educação em Direitos Humanos. Começamos a fazer cursos de extensão em Direitos Humanos para delegados e policiais civis e militares. Daí começaram a questionar-me: “Por que você faz Direitos Humanos para polícia”? Eu respondia: “Porque ainda tenho medo de polícia”. Mas, comecei a refletir: tanto tenho medo, que quero aproximar-me. Primeiro, porque preciso lidar com os preconceitos que o Estado autoritário colocou na minha cabeça, nem todo policial é um torturador,

um violador dos Direitos Humanos. Ao mesmo tempo, se eu quero uma sociedade diferente, preciso aproximar-me do policial, de quem continuo tendo medo, mas construir outra sociedade, sem medo. Posso colaborar para que outros jovens não precisem ser vítimas e ter medo deles, mas respeitar e serem respeitados.

Eu começo na Comissão de Direitos Humanos da UFPB, atuando com outros colegas e outros profissionais em Direitos Humanos, em um trabalho interdisciplinar, que envolve a denúncia, a necessidade de prevenir a violência e de mudar a mentalidade autoritária. E qual é o papel da Psicologia nesse contexto de Direitos Humanos? Por que foi importante como psicóloga ter me engajado nesse processo de lidar com os agentes e, ao mesmo tempo, as vítimas da violência do Estado? Como acolher a vítima da violência estrutural e institucional? Como entender a naturalização da violência nos grupos vulneráveis? Como cuidar dos defensores de Direitos Humanos ameaçados? Como trabalhar com coletivos em situação de risco de vida, como as lideranças indígenas lutando pelas terras tradicionais? Como lidar com o racismo nos coletivos de quilombolas, gays e lésbicas, mulheres?

A oportunidade de participar do Conselho Estadual de Direitos Humanos foi importante para viver dois movimentos interessantes: de um lado entrava na Academia de Polícia para discutir Direitos Humanos, do outro lado, convivia com a necessidade de agir na proteção e na defesa das vítimas diante das vistorias e fiscalizações. Vivia um movimento muito ambíguo, ter de fiscalizar, monitorar e denunciar o Estado autoritário, mas, ao mesmo tempo, ter de educar em Direitos Humanos na Academia de Polícia ou na Academia Penitenciária, dialogando sobre Direitos Humanos. Nesse sentido, meu papel de psicóloga foi muito importante para trabalhar a dimensão da subjetividade na formação em Direitos Humanos. Como agir para que as pessoas não vejam os Direitos Humanos como algo estrangeiro e descolado de seu cotidiano? Como fazer os Direitos Humanos serem vistos a partir do cotidiano e da vida de cada um deles? Foi aí que comecei a trabalhar a História de Vida e Direitos Humanos. Luiz Pérez Aguirre, um educador uruguaio, afirma que a opção pelos Direitos Humanos não é uma opção teórica, mas

uma opção pelo sentimento, pela capacidade de ouvir o grito, sentir a dor alheia e agir em direção, identificar-se de forma ativa. É importante o policial identificar fatos da sua vida que as questões de Direitos Humanos sejam parte, para ele se incluir no tema e não permanecer do lado de fora, apenas contra, reclamando ou criminalizando os defensores dos Direitos Humanos.

Nesse processo, comecei a ter de viver com as vítimas do Estado em pleno processo de democratização. Outra dor, continuar tendo de visitar presídios e continuar a conviver com as denúncias de tortura, como se o tempo de arbítrio permanecesse vivo entre nós. Quem milita e atua nos Direitos Humanos convive com esse duplo processo de, ao mesmo tempo, manter a necessidade de denunciar e fiscalizar o Estado autoritário e arbitrário, reformar e construir outro Estado de Direitos. Não é tão simples reproduzir o discurso jurídico, impondo uma lei e uma ordem, mas, como psicólogos, ter a oportunidade da escuta, do diálogo, das reflexões. Em uma aula de Direitos Humanos relembro um relato de homofobia vivida numa família em que todos eram intolerantes e violentos com a pessoa, sem entender a questão da sexualidade.

Em 1995, começamos então a criar um Curso de Especialização em Direitos Humanos. No curso dei uma disciplina com outro colega psicólogo, o Genaro Ieno, sobre Movimentos Sociais e Direitos Humanos. Como metodologia, optamos por trazer os ex-presos políticos de Itamaracá para dar depoimentos em sala de aula. Foi um momento muito importante, não só para conhecer o que foi a prisão na ditadura e todo o drama, a dor e o silêncio das vítimas, como também entender como essas pessoas resistiram e sobreviveram. Lembro-me de um depoimento em que um deles dizia que toda tarde, quando um passarinho o visitava na cela, ele renovava a esperança de sair das grades. O fato de criarmos a oportunidade para os ex-presos políticos, a oportunidade de contar a verdade encoberta dos cárceres, mobilizou professores, funcionários e estudantes universitários a viverem um processo de reparação moral e psicológica. Ouvir todo o sofrimento e a dor nos sensibilizou e solidarizou com os dez anos de prisão política, ao mesmo tempo em que passamos a entender a complexidade do Estado

autoritário, até onde ele produz o medo e o terror para ser capaz de amordaçar e silenciar pessoas, tal como ainda ocorre hoje. As pessoas são capazes de desenvolver uma capacidade de resistência magnífica diante do uso extremo da força. O que mais me chamou a atenção nos depoimentos dos ex-presos políticos de Itamaracá foi a resistência que esses homens conseguiram desenvolver. Quando pergunto para eles, como na hora da tortura e do pau de arara eles conseguiam resistir, a maioria responde que se agarravam ao ideal e à convicção de que a revolução aconteceria um dia, que haveria outro amanhã. Como resistir à tortura sem entregar os companheiros e a organização? Como resistir a dores físicas, morais, psicológicas profundas sem despedaçar interiormente? Ainda hoje, quando participo das sessões da Comissão da Verdade, entendo como é importante, como membro da sociedade, ouvir, chorar e sentir com aqueles(as) que viveram a prisão política. Só seremos capazes de sentir a dor do outro se formos capazes de conviver com a sua dor.

Eu não visitei a prisão de Itamaracá até 1979, mas eu convivo atualmente com ex-presos políticos de Itamaracá. A Comissão da Verdade tem sido um momento importante de reparação moral e psicológica. Entender o que é viver na clandestinidade, o que significa viver longos anos com múltiplas identidades para sobreviver, como é necessário se camuflar, dormir toda noite em lugar diferente, sem raízes e amigos, dormindo em balcões de bares, em enfermarias de hospitais, na casa de uma família distante da sua para não ser pego pela repressão. Muitas vezes nós nem imaginamos o que significaram as noites frias na clandestinidade. Uma coisa que me chama a atenção nos depoimentos na Comissão da Verdade é como essas pessoas conseguiram enfrentar tanta dor sem se desmantelar e como hoje estão fazendo seus depoimentos como ato político, desvelando o que muitos não querem que aconteça, pois escancara a face oculta do Estado arbitrário.

Foi na resistência que essas pessoas, mesmo com muita dor, medo e sofrimento, tiveram muita coragem e uma capacidade enorme de crescer como pessoas humanas. Da clandestinidade à vida de professores universitários, muitas dessas pessoas contribuíram para

fazer outro tipo de universidade. Aquela Psicologia Social que aprendi com as experiências de extensão com Leôncio Camino, Genaro Ieno, Vanderlei Amado e Teresa Campelo, nos hospitais de psiquiatria, na luta pela anistia, na luta com os camponeses e nos movimentos populares, faz a diferença em minha militância e atuação profissional hoje nos Direitos Humanos. São professores e militantes que vieram da resistência, da vida na clandestinidade e até da luta armada. Foram docentes dessa envergadura que me fizeram acreditar em uma Psicologia com compromisso social. Não foi um discurso vazio que me convenceu, mas uma prática diferenciada da Psicologia, foram pessoas que tinham uma vida real e um compromisso verdadeiro [choro] com o ser humano, por isso reconheço esses educadores como minhas referências na Psicologia [silêncio].

Foi então que surgiu o Setor de Assessoria aos Movimentos Populares (Seampo) com professores que vinham dessa militância social e que criaram na UFPB um caminho contra-hegemônico de fazer outra Psicologia. Por isso também não fui fazer mestrado na Psicologia, mas em Serviço Social. Os psicólogos que vinham das experiências extensionistas como Genaro Ieno, Mario Ângelo e Dirceu, fomos para área de Política Social no Mestrado de Serviço Social, pois lá poderíamos estudar e investigar outra forma de fazer Psicologia.

Na universidade, a vida da militância estudantil foi também muito importante para entender a função social da extensão. Eu lembro muitas vezes como nos engajamos na luta por eleições diretas na universidade, quando eram proibidas as eleições diretas, ou quando fazíamos enterros simbólicos dos interventores resistindo às indicações dos gestores. Hoje continuamos defendendo a autonomia universitária, contra as intervenções externas.

A UFPB fez um ato muito importante quando ocorreram os 20 anos da Lei de Anistia, o processo de retratação institucional, ou seja, o pedido de desculpas em público pelos atos arbitrários durante o regime militar. A Comissão de Anistia criada após a Lei em 1979, procurou identificar os arquivos ainda existentes sobre a ditadura, para que a universidade pedisse desculpas aos professores, alunos e funcionários

que tinham sofrido a perseguição política. Muito me marcou o momento dos depoimentos de professores, alunos e funcionários. Quando cheguei ao Conselho Estadual de Direitos Humanos encontrei três armários de ferro do material do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) que tinha sido passado para o Conselho após a Lei de Anistia. Um dos secretários da Segurança Pública, um juiz democrático, repassou ao Conselho a guarda do arquivo do DOPS. Foi então que, como presidente do Conselho, fui cuidar dos três armários lacrados. Era preciso higienizar, catalogar e disponibilizar à sociedade. Junto com a professora de História Lúcia Guerra fizemos projetos preocupados com o acervo, hoje sob a guarda do Núcleo de Direitos Humanos da UFPB, onde coordeno o projeto “Memórias Compartilhadas”, que cuida da documentação do DOPS. Realizamos mensalmente seminários abertos, em que as pessoas fichadas são convidadas, para construir a memória oral da resistência. São sessões abertas em que reunimos três ou duas pessoas, elas autorizam a gravação audiovisual e com isso estamos complementando o acervo. O projeto digitaliza as fichas e disponibiliza para o projeto nacional “Memórias Reveladas” da Casa Civil da Presidência da República. Foi a partir desse processo que me engajei na militância pela Memória e Verdade. Incluí o módulo “Memória e Verdade” como conteúdo da disciplina de Direitos Humanos no curso de Serviço Social, no qual trabalhamos com depoimentos de ex-presos políticos. É quando levo os alunos para participar dos seminários de memórias compartilhadas.

Hoje, participo do Comitê Paraibano “Memória, Verdade e Justiça” e das sessões da Comissão da Verdade de Pernambuco, no qual acompanho paraibanos e militantes conhecidos quando são convocados em sessões abertas. São depoimentos de 6 a 7 horas, começam geralmente às 14h e terminam às 22h, são verdadeiras aulas de Direitos Humanos, de História e Ciência Política, porque ali se conhece parte importante da História do Brasil. Como psicóloga, convivo com esse momento de reconstrução de memória coletiva da ditadura e, ao mesmo tempo, de reparação pública.

Na Paraíba, a “Comissão da Verdade” será instalada na segunda-feira (11/03/2013). Esta semana, já escrevemos outro projeto de extensão

em que vamos continuar a reconstruir a memória oral da ditadura militar. Vamos realizar encontros com ex-presos políticos em Catolé do Rocha, Souza, Cajazeiras, Mamanguape, Rio Tinto, onde houve resistências. Este ano realizamos o Seminário Internacional de Direitos Humanos sobre Memória e Verdade. Estamos compreendendo a nossa obrigação civil de reconstruir para além dessas comissões da verdade toda essa história do país.

Nos cursos de extensão de educação em Direitos Humanos levamos Elizabeth Teixeira, ex-presidente do sindicato rural de Sapé, ex-mulher do líder da Liga Camponesa de Sapé, João Pedro Teixeira, para educar em Direitos Humanos. Elizabeth Teixeira perdeu dois filhos assassinados, o marido e uma filha, que se suicidou logo após uma noite de tiroteio da polícia. Quando pela manhã a polícia levou Elizabeth presa, a filha, que já tinha perdido o pai e dois irmãos, sem acreditar na possibilidade do retorno da mãe, ingeriu veneno. Quando Elizabeth Teixeira retornou, ela já estava morrendo. Foram dezenove anos que essa mulher viveu como clandestina, sobrevivendo como professora em uma cidade do Rio Grande do Norte com outro nome, distante dos filhos, sem poder entrar em contato, para poder sobreviver. Essa mulher conseguiu viver dezenove anos longe dos filhos, pois qualquer sinal que ela fizesse iria pôr em risco seus filhos e sua pessoa. Até hoje existem membros de sua família que têm medo de falar com ela. Ainda há muita dor nessas pessoas que resistiram nesse Estado autoritário. Hoje, ela vive com apenas uma filha, ou seja, ela não conseguiu recompor sua família. Mas é interessante a sua lucidez política, ainda hoje ela luta e cobra a reforma agrária, ou seja, uma mulher com uma capacidade enorme de resistência. Em vários momentos em que fui com a advogada acompanhar Elizabeth Teixeira na casa onde hoje funciona o Memorial das Ligas Camponesas, pude ouvir suas dores. Foi muito importante presenciar e ouvir o encontro dela com suas amigas falando sobre a época das Ligas Camponesas.

Na comemoração dos 50 anos da morte de João Pedro Teixeira, uma coisa que me marcou profundamente foi quando saímos de ônibus. Ao chegar a Sapé, paramos diante de uma sapataria. Lá pudemos

conversar com as pessoas da cidade sobre o significado das Ligas Camponesas. Eles reconheciam o papel de “Nego Fuba” e “Pedro Fazendeiro”, duas lideranças até hoje desaparecidas. Outros, na cidade, não sabiam quem tinha sido João Pedro Teixeira e o que significava a cidade receber todos os movimentos sociais no dia 2 de abril, aniversário da morte de João Pedro Teixeira, expressiva liderança camponesa.

Tem sido muito importante a participação de Conselhos de Psicologia nos acompanhamentos às Comissões e Comitês da Verdade. Recentemente, recebemos um ex-estudante de Engenharia que mora em São Paulo, mas visitou a Paraíba e se dispôs a fazer um depoimento sobre a sua militância e prisão na Paraíba. Ele sofreu tortura no lugar onde hoje funciona uma repartição do Ministério da Agricultura, na BR-230 no município de Cabedelo, onde funcionou um centro da repressão. Quando terminou o depoimento, tive de acompanhá-lo até a residência de sua família, onde estava hospedado, para deixá-lo em segurança e em melhor condição emocional, pois, ao fazer seu relato, chorou descontinuamente, um ato libertador e político, embora de profunda dor.

Considero importante o suporte que o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro faz aos ex-presos e familiares vítimas da violência do Estado. O vídeo “Memória para Uso Diário” tem sido um material importante no trabalho de educação em Direitos Humanos. No depoimento de um familiar, eles admitem como a clínica política tem contribuído para tratar da dor e, ao mesmo tempo, ter condições de exercer o direito à memória e à verdade. Eles conseguem falar de tudo que aconteceu já com certa capacidade de resistência e outros ainda têm profundo sofrimento, porque sofreram torturas. Tanto que vamos inserir no projeto de extensão que faremos com o Comitê da Memória e da Verdade a articulação com a Comissão de Direitos Humanos do Conselho de Psicologia. A escuta psi de vítimas da violência tem sido uma demanda permanente para a Psicologia, há momentos em que familiares e coletivos precisam de apoio para cuidar das emoções e dores profundas, devido a situações de perdas, de ameaças, de risco de vida, de que sozinhos não darão conta.

Na Comissão da Verdade de Pernambuco, nessas últimas sessões, existem psicólogos oferecendo apoio e suporte aos trabalhos. Ou seja, as pessoas que vêm para os depoimentos necessitam de apoio na rememoração de processos subjetivos, pois mobilizam muita dor recente. Vejo colegas que ainda hoje precisam tomar remédios, pois, em determinadas sessões, não conseguem ir sem a medicação para poder se sustentar. Por isso, louvo a iniciativa do Conselho Federal e Regional de Psicologia que estão chamando atenção do tema da Memória e da Verdade.

Então, foi a partir de todo esse caminho trilhado que no doutorado em Educação fui investigar a atuação dos Direitos Humanos na UFPB. Durante a pesquisa, tive de ler documentos da ditadura no acervo da universidade, assim como fiz entrevistas sobre a fase do Estado autoritário e da transição da ditadura, levantando toda essa conjuntura e a emergência de ações em Direitos Humanos.

Recentemente, como membro do Conselho de Direitos Humanos, sofremos uma prisão no momento em que estávamos visitando o PB1 (presídio estadual) para uma inspeção, após denúncias de maus tratos e tortura. Pude sentir o medo e conviver com o Estado policial. Eles não se identificam, não guardam nossas bolsas, negam-se a entrar conosco para dar proteção, nos ameaçam de trancafiar, gritam e zombam, humilharam e constrangeram, além de terem nos mantido presos por cerca de 4 horas e meia, até que fomos liberados com a presença do Ministério Público. O Estado policial está vivíssimo: tantos anos lutando por democracia e ainda temos de, diariamente, conviver com denúncias de torturas. Elegemos governos de forma democrática, construímos planos de governos nos quais os governos se comprometem a fazer uma política penitenciária mais digna e, no entanto, deparamos a militarização da administração penitenciária, convivemos com a ilegalidade e o arbítrio. O Estado autoritário não se desmantelou, insistimos em fiscalizar e, ao fazê-lo, vamos ainda conviver com muita situação de violação aos Direitos Humanos.

Foi muito importante ter vivido a situação de prisão para entender o que significa a militarização. Uma coisa é dar uma aula de Direitos Humanos, outra é viver na carne a situação de prisão e sentir o medo da violência policial. Uma coisa é você cuidar da vítima, outra coisa é você viver o lado da vítima. Se não tivesse entrado com o celular para acionar o Ministério Público teríamos passado piores momentos de abuso de poder. Atualmente, nós também temos nossa ouvidora de polícia ameaçada de morte. Sabemos o quanto ela precisa de segurança, de proteção e de suporte político e emocional. Durante a nossa prisão no PB1, senti uma crise de taquicardia, passei duas noites sem conseguir dormir e muita angústia. Tivemos uma colega que necessitou se hospitalizar. E olhe que éramos um grupo de seis pessoas, não estávamos sozinhas, estávamos com três advogados, uma ouvidora e uma defensora pública. Nas sessões posteriores, contamos com a solidariedade de colegas advogados e psicólogos, assim como da Comissão de Direitos Humanos do CFP.

A luta contra a tortura não é uma luta de ontem, continua sendo uma luta de hoje, do presente. Precisamos tratar e reconstruir essa história do passado, mas também tocar na ferida do presente, porque ela está aberta. Nós da Psicologia temos de nos preparar para cuidar do outro e de nós mesmos, para dar voz aos perseguidos de ontem e de hoje. Assumir esse compromisso significa cuidar da profissão e da sociedade para que nunca mais se repita, para que nunca mais aconteça.

VANDERLEI AMADO

Entrevista concedida pelo psicólogo Vanderlei Américo Amado ao Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região (Paraíba).

Sobre a questão do arbítrio: Eu fui preso, detido, em 1969, deixado supostamente incomunicável por 15 dias. E a razão dessa detenção foi que o Ato Institucional Número 5 (AI-5) tinha sido promulgado em dezembro de 1968, a Universidade de São Paulo (USP) foi ocupada pelo contingente das tropas do Exército e instaurou-se um inquérito policial militar, do Centro Residencial da USP, o Crusp. Na verdade, era um inquérito policial da USP, porque envolveu um coronel, o coronel Alvim, que estava no comando desse inquérito. Ele era praticamente o reitor, de fato, da USP, nada acontecia sem passar pelo controle da equipe do coronel. A partir de dezembro, o movimento estudantil deixou de existir, e assim foi daí para a frente. E, no final de abril de 1969, baixou-se um decreto, com base no AI-5, de aposentadoria de uma penca de professores tidos como esquerdistas da USP, entre eles, Fernando Henrique Cardoso. Não lembro se o Florestan Fernandes tinha sido aposentado antes ou foi também nessa leva, e vários outros professores.

Por um momento, nada acontecia no movimento estudantil. Convocou-se então uma assembleia universitária de todos os segmentos: professores, funcionários e estudantes, e assim se fez. Foi uma assembleia em que todos colocaram para fora as denúncias da ditadura. Evidentemente, os homens do coronel estavam lá e filmaram, fotografaram. Terminada a assembleia, no final da tarde, tudo foi cercado e ninguém saía de lá, nem carro, nem ônibus, nem a pé. As pessoas passavam por uma checagem, seus documentos eram recolhidos e diziam para buscá-los no centro residencial da USP, no bloco em que funcionava o comando do coronel. Eles pegavam o documento e você tinha de pegar lá. As pessoas mais “manjadas” foram detidas a partir dali mesmo.

Eu estava de carona com o Sérgio Buarque de Holanda e uma das filhas dele, colega da Psicologia, nessa saída. Deixei um documento, uma cédula de estudante da USP e voltamos, nisso passou um tempo. Eles receberam o documento, foram embora e eu fiquei, fui ficando.

Já tarde da noite, por volta de 22h, os que sobraram foram todos encaminhados para o Presídio Tiradentes, que existia no centro de São Paulo. Tinha a ala de presos comuns e também tinha uma parte que estava sendo utilizada para presos políticos. Fomos conduzidos para lá, e lá ficamos.

O lugar em que ficamos era um salão com muitas camas, beliches, e já havia alguns ocupantes. Eram operários, camponeses, sindicalistas, que já estavam cumprindo pena no presídio. Fomos para lá, aquele monte de gente, ninguém sabia o que iria acontecer, um dos professores foi preso porque era professor de russo, lecionava no curso de línguas orientais da USP. Em momento algum foi dito o que estava acontecendo, o que iria acontecer, fomos conduzidos para o presídio e lá ficamos.

Na primeira noite, o salão estava superlotado, mas depois as pessoas que tinham mais “status” foram redirecionadas ou soltas, e nós ficamos lá. Eu disse “supostamente incomunicável” porque chegamos lá pouco antes do 1º de maio. Nesse dia, teve visita na ala dos presos comuns e, como ficávamos na parte de cima do edifício e dava para ver a ala dos presos comuns, ficamos todos agarrados na grade e começamos a gritar que éramos estudantes, que estávamos presos. Tivemos a ideia de colocar um número de telefone e um nome e pedir para eles ligarem para avisar que estávamos presos. E boa parte das pessoas tiveram retorno. Meu pai e minha família ficaram sabendo dois dias depois de eu ter sido preso e, mais adiante, acho que num domingo, teve visita para os presos políticos que estavam cumprindo pena e então pudemos encaminhar cartas por meio dos familiares desses presos.

Escrevi uma carta para meu pai, para procurar um colega de curso, ir ao meu apartamento e fazer uma limpeza, tirar algumas coisas, livros de esquerda, material de organização do movimento estudantil, para dar um fim nisso. E continuamos lá, à espera, porque não sabíamos o que vinha pela frente. Já com a aproximação do 1º de maio, além das pessoas que haviam sido presas nessa operação

lá da USP, começaram a vir pessoas das mais variadas, por causa da data, qualquer manifestação era vista como subversiva. Então começavam a aparecer batedores de carteira, vigaristas. Tinha um casal gay, que veio do Rio de Janeiro passar o feriado em São Paulo, eram cabeleireiros, resolveram sair correndo sem pagar a conta de um restaurante no Ibirapuera e foram levados também. Enfim, ficou uma festa, bastante variada a ocupação. Havia dois que eram de algum país latino-americano, que se faziam passar por padres, provavelmente eram vigaristas também.

Quando fomos para lá, os ocupantes antigos já tinham estabelecido toda uma rotina de funcionamento da cela. As horas de despertar, fazer ginástica, toda uma rotina que, logo nos primeiros dias, foi quebrada, porque teve uma reunião na cela que definiu que a gente estávamos ali não por gosto, em uma situação danada, não deveria ter uma rotina de quartel, acordar cedo, criar mais constrangimento. Então foi quebrada essa rotina mais militar que havia e foi feita uma divisão de tarefas por afinidades, cada um escolheu o que gostaria de fazer em termos de manter a cela limpa, para manter as coisas funcionando. Como sempre gostei de acordar cedo, fui voluntário para pegar o café da manhã, que era servido cedinho, por volta de 5 e 6 horas da manhã, e uma das tarefas do café era lavar as latas, porque pegávamos o café nessas latas que enferrujavam de um dia para o outro, então tínhamos de lavar na pia do banheiro.

A primeira mudança na cela, logo que chegamos, foi improvisar, com restos de beliche desmontado e jornal, uma porta para o banheiro. Assim, fomos levando essa situação. Logo depois, as pessoas da liderança sindical camponesa saíram dessa cela, provavelmente encaminhados para outros presídios para o cumprimento de pena. Fiquei sabendo depois que a Dilma Rousseff, nessa época, estava no presídio cumprindo pena, na ala feminina, e não tínhamos contato.

Um dos prisioneiros que lá estava se apresentava como canadense, não era de muita conversa, mais idoso, e estava lá no presídio mofando, ele sempre buscava um contato para ver se falavam

com advogado ou arrumavam alguma ação que o tirasse ele daquela situação. Ele dizia que simplesmente não tinha processo, não estava cumprindo pena, ele estava envolvido em um desfalque ou desvio de muito dinheiro e a polícia desconfiava, então, enquanto ele não falava, ia ficando lá, mofando. Fazia anos que ele estava nessa situação. Com medo desse abandono, ele furtava as coisas que alguns presos recebiam, como latas de goiabada, e colocava debaixo do colchão dele, ia juntando lá. Uma situação constrangedora foi em uma noite em que estávamos lá inventando história, tentando passar o tempo, quando ouvimos gritos, berros que vinham de fora. Fomos olhar pela grade e vimos no pátio presos comuns em formação, nus. Havia uma espécie de reservatório de água, e estavam jogando os presos dentro daquele reservatório. Ouvíamos muitos gritos. Nós não tivemos nenhum caso de tortura no período, porém, de quem saiu de lá, não tivemos notícia, exceto aqueles dois vigaristas que se passavam por padres, que foram os únicos que saíram e voltaram, contaram que tinham levado umas “porradas”.

Os estudantes ficaram ali cerca de 15 dias, depois fomos levados para o interrogatório. Somente no interrogatório informaram-me por que razão fiquei esse tempo todo detido. Durante os interrogatórios na USP, um estudante tinha relatado ter visto um Amado de tal, estudante de Geologia, fazendo “coquetel molotov”, um negócio totalmente troncho, mas era o meu sobrenome. Eu não era estudante de Geologia, mas eu fiquei preso para ser investigado. Então, nesses 15 dias, eles foram atrás. Chegaram à cidade dos meus pais, Poá, onde eu morei, no subúrbio de São Paulo. Soube disso porque um amigo meu costumava contar que perguntaram a ele se me conhecia e como eu era, ele disse: “Vanderlei? Sim, é um comunista” (risos). Eu era mesmo “porra louca”. Inclusive os pais das meninas da minha cidade as proibiam de namorar comigo por causa das minhas opiniões, abertamente eu falava contra a ditadura, essas coisas. Felizmente, quem coletava a informação e quem analisava a informação logo se deu conta de que eu era mais um daqueles de uma multidão de estudantes que

foram à rua, tanto por questões do curso, na questão educacional, como pela questão política, mas pessoas que não tinham vínculo com organização partidária.

Quando teve o AI-5, o grupo que estava à frente do centro acadêmico de Psicologia fez uma reunião com todos que participaram no movimento, eu lá estava porque fui bastante ativo no movimento estudantil, mas, embora tivesse simpatia, afinidade com um ou outro grupo, principalmente com os que estavam na direção na época, eu não tinha nenhuma ligação partidária, não entrei em nenhum grupo político clandestino. E o objetivo da repressão daquela época, não era botar tudo quanto era estudante que tinha saído em passeatas em manifestações atrás das grades. O que eles queriam era desarticular as organizações clandestinas para acabar com o perigo vermelho, enfim. Então, discutimos como proceder no interrogatório, pois era bem provável que um ou outro teria de se explicar para algum órgão de repressão na época. Devíamos usar o bom senso na perspectiva do que eles queriam.

Por exemplo, se perguntassem: “Você conhece José Dirceu? Já ouviu falar de José Dirceu?”, se você fala assim: “Não, nunca ouvi falar”. Isso, em vez de te livrar a cara, pode criar problemas, eles irão pensar que você tem um “rabo preso”, porque é óbvio que todos que liam jornal, assistiam TV, viam alguma coisa, deveriam ter ouvido falar de José Dirceu, mesmo que não o tivessem visto em passeata ou outros espaços. Se perguntam se você é participante de passeata, então você responde não. Daí, eles pegam lá uma penca de fotografias com você no meio da passeata, queimando bandeira. Qualquer coisa desse tipo, devíamos não negar o óbvio, mas procurar dar menos ênfase política e maior ênfase reformista, queremos a melhora do país, do ensino.

Então, mantive meu interrogatório nessa linha, tive certo sucesso e acabei sendo liberado. No meio do interrogatório teve até um lance: Um tenente que estava me interrogando pegou um calhamaço, colocou na mesa e perguntou: “Sabe o que é isso?” Eu falei: “Não, o

que é isso?” E ele: “Isso aqui é o planejamento do ano da Academia Militar de Agulhas Negras”. Daí virou lá uma página e disse dia tal de tal ia ter uma excursão, já estava ali perguntou o que eu precisava e tal. Eu disse: “Poxa, mas é isso aí, o curso de Psicologia está uma bagunça, tem disciplina com nomes diferentes em três anos diferentes com o mesmo conteúdo”. Na época, a ditadura tinha feito um acordo que ficou conhecido como acordo MEC-USAID que era a assistência da USAID (*United States Agency for International Development*) para reforma do ensino superior no Brasil, nessa linha de americanizar, despolitizar o ensino no Brasil, no modelo americano, isso seria o reformismo. Enfim, fui liberado.

Outra coincidência é que, no dia em que eu fui interrogado, fomos lá para a USP, ao local em que funcionava o Quartel General (QG) do coronel. Eu estava lá no corredor, pronto para ser chamado para interrogatório e, então, apareceram meu pai, o presidente da Câmara Municipal de Poá - que era um farmacêutico vizinho nosso - e o vigário da paróquia, o padre Ermenegildo, para falarem com o coronel. Meu pai levou um susto tão grande, pois saí da formação para abraçá-lo, ele ficou nervoso com medo que eu sofresse alguma consequência por sair da formação.

Eu estudei o primário no ginásio na minha cidade - Poá. Para fazer o ensino médio, teria de escolher entre Mogi das Cruzes e São Paulo. Escolhi São Paulo, no colégio Oswaldo Cruz, que ficava atrás da Praça da República. Ali descobri o mundo, era um colégio particular, corpo docente bastante variado. Eu lia jornal, meu pai sempre comprava jornal, apesar de ser semianalfabeto. Tinha fases: uma época era a Folha de São Paulo, outra O Estado de São Paulo. E eu sempre lia o jornal e já estava acostumado. Mas o colegial abriu-me o mundo e, quando fui fazer vestibular, foi um período de politização bastante intensa, pois comecei a fazer o curso preparatório do grêmio da faculdade de Filosofia da USP. Quem dava as aulas eram os alunos e havia uma preocupação muito grande no sentido de politizar os estudantes.

Mas o que realmente acabou me envolvendo no movimento estudantil, foi que eu fui excedente, uma figura exótica que não existe mais. O vestibular era por habilitação, ou seja, verificava a condição do candidato para acompanhar determinado curso, desde que tivesse nota a partir de 5,0. Como as exigências eram muito grandes e a quantidade de candidatos, muito pequena, normalmente não preenchiam todas as vagas. Entretanto, a partir de 1960, começou a haver uma crise nesse sistema, porque começou a ter mais gente habilitada do que vagas, logo criou-se a figura dos excedentes, aqueles que tinham nota de habilitação, mas excediam as vagas, sobravam. Isso gerava movimentos para a admissão daqueles que se sentiam prejudicados. Começou pelos cursos de medicina, mas depois se espalhou.

Eu já estava fazendo um cursinho de novo, e minha namorada viu a notícia no jornal convocando os excedentes de Psicologia para uma reunião no centro acadêmico. A presidente do Centro de Psicologia era Iara Lavelberg, que, mais adiante, foi a companheira do Carlos Lamarca. Ela estava convocando os vestibulandos que estavam com média de habilitação ou não sabiam ainda quais eram as notas, e fomos lá. Pedi a nota, eu era excedente, tinha exatamente cinco, e fomos lá para ver o que fazer. Como estávamos em 2 ou 3, ela estava muito frustrada porque não conseguia juntar um número considerável que justificasse um movimento dos excedentes. A preocupação toda era a questão de fluxo e refluxo do movimento estudantil, no início desse ano estava em refluxo. Nada acontecia, o movimento estudantil estava sem manifestar-se, então os excedentes poderiam fornecer um “peso” para começar as manifestações, mas nessa situação ela não via a condição de fazer qualquer coisa.

Como vimos aquela falta de esperança, nós conseguimos apoio do Grêmio da Faculdade de Filosofia – o grêmio era de todos os cursos e os centros acadêmicos eram de cada curso. Então, pegamos folhas de papel, rodamos uns panfletos e, no outro dia de manhã, amarramos uma barraca de praia nas colunas da Faculdade de Filosofia e começamos a distribuir os panfletos. Assim começamos o movimento

dos excedentes de Psicologia, as pessoas ficaram sabendo disso. E só por ter feito isso já começou a aparecer repórter de rádio, televisão, para conversar, saber das coisas. Uma pergunta que eles sempre faziam era se íamos pernoitar. Então, decidimos pernoitar lá. O Jornal da Tarde designou um repórter para passar a noite com a gente.

Foi nessa madrugada que conhecemos uma figura folclórica da Rua Maria Antônia, um “vagabundo” de lá, conhecido como “charutinho”, que apareceu reclamando que ali era o lugar dele. Depois de nós, os excedentes de Biologia mobilizaram-se também e montaram o acampamento deles do lado do nosso. Começou toda a movimentação, a primeira passeata de apoio aos excedentes. Então juntaram-se os objetivos da hora: contra a ditadura, contra o imperialismo, queimou-se uma bandeira americana na frente do Teatro Municipal, e teve até um grupo que, no final da passeata, saudou “Caparaó”, a favor de um grupo de militares que tentou se opor à ditadura.

Nesse dia, os estudantes voltam para a faculdade de Filosofia para receber os excedentes que passaram a não ser mais excedentes, mas colegas, e, uns dias depois, o conselho da faculdade acabou admitindo os excedentes. Eu já tinha sido admitido, mas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo não admitiram os excedentes, e o diretor pediu a força militar para evacuar o prédio. Daí, passou a ter toda noite na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo um show para atrair mais estudantes, para que, se houvesse uma invasão da polícia, tivesse mais repercussão, então, houve shows de Chico Buarque, Ary Toledo e outros.

Em uma madrugada depois do show, já tínhamos nos recolhido para os diferentes aposentos da Faculdade de Arquitetura, chegou a tropa para evacuar. Nessa madrugada, estavam o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), José Dirceu, a lara lavelberg, e outros. Fomos evacuados, nessa situação, eu fui fotografado quando saía escoltado por dois policiais pelo jornal Última Hora, do Rio de Janeiro. No dia seguinte, minha foto saiu na primeira página do Correio da Manhã, também do Rio. De folclórico, nessa evacuação, foi que a última peça a ser evacuada da faculdade foi o “vagabundo” Charutinho. Ele

nem tinha acordado quando a polícia chegou. Ficamos na calçada em frente à entrada da faculdade, passou um tempo e chegam os policiais carregando um pacote. Era o Charutinho. Jogaram-no na calçada, ele se levantou, mal se sustentando em pé, e fez o discurso da vida dele, dizendo que os excedentes, como ele, não estavam lutando só para entrar na escola (risos). “Excedente sou eu e outros como eu” . Então, foi aplaudido pelas pessoas que estavam ali fora, mas seu discurso não saiu nos jornais sob censura.

Assim, por conta do meu envolvimento com o movimento, eu, já no primeiro ano do curso, fui um dos representantes dos alunos da USP para uma reunião específica de cursos da UNE em Belo Horizonte, em um Convento Franciscano. Evidentemente, tudo o que se fazia de movimento estudantil era clandestino. Quando entra o ano seguinte, 1968, já estávamos envolvidos na direção do movimento pela reforma do curso de Psicologia. Não fiz parte da chapa que ganhou o Centro acadêmico de Psicologia daquele ano, justamente porque não queria me comprometer com grupo A ou B, embora tivesse apoiado.

Quando começou a discussão para a reforma do curso de Psicologia, o curso era formado por três setores: um departamento de Psicologia Experimental e Social, a Cátedra de Psicologia Educacional e o Setor de Clínica, e tudo isso funcionava espalhado. O laboratório de Psicologia experimental, por exemplo, era em Pinheiros e as clínicas ficavam em torno da Rua Jaguaribe, próximo ao largo do Arouche, onde os psicanalistas faziam supervisão. O movimento para reforma do curso se espalhou em movimentos políticos contra a ditadura, tudo no mesmo “bolo”. Eu era uma das pessoas que não podia dizer que não sabia de nada disso, a estratégia de estar lá pela melhoria do curso, do país, funcionou. Minha prisão foi muito constrangedora, mas não inibiu meu envolvimento político, o compromisso. Pelo contrário: Fui solto em maio e, em agosto, um colega me chamou para trabalhar com ele em Mogi das Cruzes, um município nos arredores de São Paulo. E passei a ser professor, de agosto em diante, no curso de Psicologia de Mogi, que mais adiante se transformou na Universidade de Mogi das Cruzes.

Vivíamos a mesma perspectiva no curso de vestibulandos da USP, ou seja, tínhamos o foco da formação, método científico, com a aprendizagem dos ratinhos, mas queríamos politizar, colocar isso em um contexto mais amplo. A nossa ida para Mogi das Cruzes foi bastante impactante, o centro acadêmico dos alunos chamava-se Jung. Depois que fomos para lá, eles mudaram para B. F. Skinner. Tínhamos um bom relacionamento. Foi um aluno de Mogi das Cruzes que veio cooptar-me para entrar em uma organização política no MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado. O MEP vinha da crítica à luta armada, já se via a impossibilidade de derrota militar da ditadura e, para o grupo, quem poderia derrubá-la era a classe trabalhadora organizada. E foi nessa estratégia que entramos na organização e nessa perspectiva viemos para a universidade aqui de João Pessoa. E aqui nos envolvemos com a formação da Associação Docente, com a Pastoral Operária, com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT).

Entrei na Pastoral Operária e, por conta da ligação com o PT, fiquei conhecendo o Manoel Conceição. Criamos o Centro de Educação e Cultura do Educador Rural – Centru, na Paraíba. Dele faziam parte o Luís Silva, que já foi presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) assinada no ano anterior. Estávamos no processo de organização da primeira campanha salarial dos canavieiros da Paraíba, para a qual você faz uma pauta de reivindicação, entrega para o sindicato patronal, e, no caso de não ter acordo, seria a primeira greve dos canavieiros da Paraíba. Nessa época, fiquei encarregado pelo Centru de assessorar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, cujo presidente era o ex-secretário de Margarida, que assumiu após sua morte. A área era controlada pelo Agnaldo Veloso Borges, que já era conhecido como o mandante do assassinato de João Pedro Teixeira, das Ligas Camponesas de Sapé, como foi mostrado no filme “Cabra marcado para morrer”.

Quem estava na direção da usina Tanques era o genro do Agnaldo, Zito Buarque, que era tão arbitrário quanto ele, uma figura realmente perigosa. Ao longo de uma ou duas semanas, percebi o grau de agressividade dos patrões, percebi que podia ter até derramamento

de sangue. Estava preocupado com o desdobramento da situação. A greve iria começar na segunda-feira e, no domingo de manhã cedinho, liguei para TV Globo em Recife, o plantonista atendeu-me, e eu expliquei que seria interessante eles virem testemunhar, inclusive porque a presença da TV seria um fator de segurança e ele resolveu vir. Nessa época, os postos de gasolina não abriam aos domingos, e ele saiu para arrumar o equipamento, gente, gasolina, para, na segunda-feira de madrugada, vir para Alagoa Grande.

Já tínhamos separado as pessoas para seguirem os diferentes pontos onde os boias-frias juntavam-se para serem pegos pelos caminhões e sair. O local principal não ficava muito longe, mais adiante onde tem a ponte que vai para Areia, para a Usina Tanques. Fui em um carro emprestado, uma Brasília. Havia um carro estacionado e, quando chegamos, ele saiu dali, mas logo depois voltou, com uma penca de outros carros e caminhonetes. Entraram no local em que estávamos, as pessoas que estavam conosco começaram a correr de um canto para outro. Saíram dos carros com escopeta, espingarda, revólver, e o Zito Buarque gritando: “Não atire, não atire”. Eu dizendo: “Não vamos aceitar provocação”. Nisso, cercou o que sobrou: eu, o presidente do sindicato, Penha, a esposa dele e um companheiro que estava no apoio que vinha de São Sebastião do Umbuzeiro. Só sobramos nós quatro de todo mundo que tinha ido para lá, com um revólver no “bucho”.

Eles resolveram que devíamos entrar no carro e ir embora. Quando fui entrar no carro para dirigir, foram empurrando as pessoas. O rapaz que estava conosco conseguiu pular para o banco de trás, mas ficamos todos apertados no banco da frente eu, Penha e o Zé Horácio. Logo consegui ajustar-me para dirigir e o Zito Buarque me pegou pelo cabelo e falou que, se saísse qualquer coisa no jornal, eu seria um cara morto. Mas, antes disso, começaram a bater com a coronha das armas nos vidros do carro, o Zé Horácio levou uma coronhada na testa. E eu imaginando: “Se esse pessoal nos mata, não tem como esconder, não tem como explicar, eles estariam perdidos.” Depois dessa história seguimos em frente e eles atrás, não sei com

que objetivo, e chegamos ao sindicato. Daí, a Globo chegou e fomos dar o depoimento do que tinha acontecido. E saiu no jornal local e no Jornal Nacional da TV Globo. Eles foram para os locais onde havia um delegado sindical atuante, não lembro qual propriedade, mas tínhamos um casal de delegados, era um casal de idosos, mas muito atuantes no sindicato, e fiquei preocupado. E o repórter filmou os trabalhadores cortando cana, e os capangas com escopeta, arma no coldre, tudo isso passou na Globo.

Quando eles foram filmar a Brasília que estava toda arrebitada, um soldado da polícia gritou que não podia filmar e apontou a arma para o cinegrafista. Quando terminou o Jornal Nacional, o Roberto Marinho ligou para o governador, que era o Wilson Braga, e falou: “Como pode um funcionário meu ser ameaçado?” E por causa disso se desmontou todo o esquema do grupo da Várzea. Eles sempre mantinham o controle da Secretaria de Segurança e, nessa altura, caiu o secretário de Segurança, ele foi afastado. O delegado de Alagoa Grande, que era cúmplice da história, foi substituído e ficou no lugar um destacamento da Polícia Militar e um tenente começou a assumir o controle da segurança durante o período da greve. E digo que fomos salvos porque soubemos depois que havia um plano dos patrões, que iriam derrubar a porta do sindicato com trator e botar todos para correr.

Com essa mudança de cenário, o governador mandou um emissário para acompanhar a situação de Alagoa Grande e informar para ele o que estava acontecendo. Nem por isso o Zito Buarque sossegou o pito, ele continuou fazendo as estripulias dele. Uma vez, uma caravana do sindicato deslocou-se de João Pessoa para fazer um evento em um distrito em Alagoa Grande. Quando passou na estrada, havia uma área de cana, com o pessoal cortando cana. Pararam para explicar para eles que os trabalhadores que estavam em greve. O Zito acompanhando a gente nesse deslocamento e a Polícia de Cavalaria também. Ele não quis nem saber. Saiu do carro, deu uns tiros para cima e botou o povo para correr, ele não se inibiu, foi um período bastante tenso.

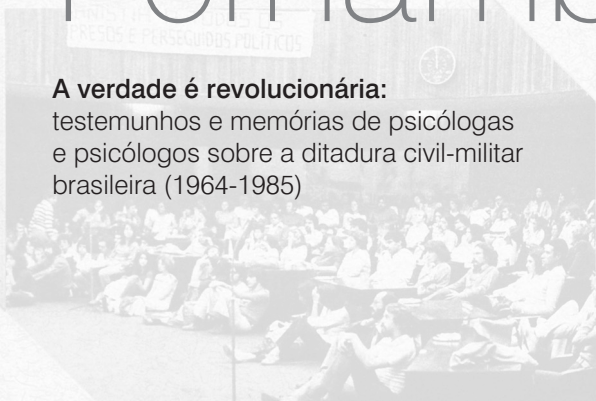
A verdade é revolucionária:



Pernambuco

A verdade é revolucionária:

testemunhos e memórias de psicólogas
e psicólogos sobre a ditadura civil-militar
brasileira (1964-1985)



testemunhos e
memórias de
psicólogas e
psicólogos
sobre a
ditadura
civil-militar
brasileira
(1964-1985)



Conselho
Federal de
Psicologia

Conselhos
Regionais de
Psicologia

EQUIPE TÉCNICA DO CRP-02:

- Mariana Paz

Membros da CDH-CRP-02

- Socorro Alves da Silva
- Mariana Paz
- Paula Freitas
- Paula Fonseca

Membros da CDH-CRP02 diretamente envolvidos com o projeto:

- Maria Conceição Costa
- Socorro Alves da Silva
- Mariana Paz
- Paula Freitas
- Paula Fonseca

MARIA DE FÁTIMA ALENCAR DINIZ

Psicóloga e sobrinha de Anita Paes Barreto.

Relata fatos ocorridos com Anita Paes Barreto em depoimento escrito entregue ao CRP-02.

ANNA PAES BARRETO, conhecida pelo cognome **ANITA PAES BARRETO**, nasceu no Recife, em **3 de junho de 1907**. A preocupação com as reformas liberais e defesa dos direitos humanos ocupou uma posição de destaque em sua educação familiar, inclusive pela influência das ideias abolicionistas de *Joaquim Barreto Nabuco*, com o qual tinha laços de parentesco, sendo efetivamente descendente dele por parte de pai.

Toda a vida funcional da Anita foi dedicada ao ensino, pesquisa e assistência no campo da *Psicologia* e da *Educação Especial*, com atuação sempre voltada para o social.

Em 1924, aos 17 anos, diplomou-se pela Escola Normal Oficial, à época, dirigida por Ulisses Pernambucano. Laureada da turma, Anita recebeu a medalha de ouro, adquirindo com isso aquilo que então se chamava uma “cadeira prêmio”, a qual lhe dava direito a assumir o cargo de professora primária, sem precisar para isso passar por um concurso público. Sendo assim, **em 1925**, no ano seguinte, Anita foi nomeada professora primária do estado, e recém-formada, assumiu a difícil tarefa de lecionar a disciplina “*Educação de Crianças Anormais*”, em escola do ensino público do Recife.

Ainda **em 1925**, foi convocada por Ulisses Pernambucano para trabalhar no recém-criado *Instituto de Psicologia*, órgão precursor no Brasil, aprovado pela Câmara e sancionado pelo governador Sérgio Loreto. Colocada à disposição do Instituto de Psicologia, Anita foi a **primeira pessoa no Brasil a ser nomeada psicóloga em Instituição Pública**, cargo no qual permaneceu até 1938, chegando a substituir Ulisses na direção do Instituto.

De 1925 a 1935, no âmbito do Instituto de Psicologia, mulher desbravadora, sempre além do seu tempo, Anita produziu inúmeros trabalhos de pesquisa pioneiros no campo da Psicologia Aplicada, notadamente na área da Psicopedagogia e Psicotécnica. Merece destaque a *Revisão Pernambucana do Teste de Binet-Simon-Terman*, na época a única revisão realizada no Brasil desse teste de *inteligência prática*. Também na área das Técnicas Projetivas, com

seus métodos de estudo da estrutura profunda da personalidade, outra prova irrefutável do pioneirismo de Anita foi a organização de uma *Série Paralela das Lâminas do Psicodiagnóstico de Rorschach*, sob os moldes das lâminas originais, quando ainda não se dispunha no Brasil das pranchas industrializadas, série essa denominada com justiça *Série Paralela Pernambucano - Paes Barreto*, cujo material foi largamente utilizado na época em trabalhos de vários pesquisadores.

Em 1941, a experiência pioneira da *educação especial* tornou-se mais consistente no ensino público com a criação de uma escola específica para a educação da criança subdotada, com o nome inicial de *Externato Primário para Anormais Educáveis*, posteriormente chamada **Escola Especial Aires Gama** e, atualmente, **Escola Ulisses Pernambucano**, sendo Anita sua primeira diretora, função exercida até 1957.

Em 1949, Licenciada em Pedagogia, Anita foi professora de *Psicologia Educacional da Faculdade de Filosofia do Recife (Fafire)*, onde também atuou como “*primeira psicologista*” da recém-criada *Clínica de Conduta* da Fafire. Nesse período, desenvolveu diversas pesquisas, com destaque para *O Psicodiagnóstico de Rorschach Aplicado em Crianças*, trabalho realizado entre **1954 e 1955**, o primeiro trabalho no gênero realizado no Brasil.

De 1952 a 1954, Anita assumiu o cargo de assistente de ensino da cadeira de *Psicologia*, no curso de *Filosofia da Faculdade de Filosofia de Pernambuco*, pertencente a então *Universidade do Recife*, atual *Universidade Federal de Pernambuco*, passando no ano seguinte, **em 1955**, a ministrar a cadeira de *Psicologia Aplicada à Educação* na *Escola de Belas Artes*, também vinculada à chamada Universidade do Recife.

Embora sem perder o vínculo com a Escola de Belas Artes, onde exerceu atividade **até 1969**, por ocasião da sua aposentadoria, **de 1959 a 1964**, Anita afastou-se de suas atividades docentes regulares nessa Instituição obtendo licença para atuar fora da universidade.

Assim, **de 1959 a 1962**, imprimindo uma dimensão, eminentemente, política à sua prática pedagógica, Anita exerceu o cargo de *Assessora*

para Assuntos Educacionais junto à *Prefeitura do Recife*, na gestão do então prefeito, Miguel Arraes. Nesse contexto, **em 1960**, participou da fundação do *Movimento de Cultura Popular*, o famoso MCP, a mais ampla e articulada experiência de educação popular, que teve um papel muito importante na ascensão das classes menos favorecidas, em que Anita exerceu, **até março de 1964**, a direção da *Divisão de Ensino* no *Departamento de Educação de Crianças e Adolescentes*.

O entusiasmo pelo projeto que dirigiu dentro do MCP pode ser percebido pelo depoimento da própria Anita na época: “Pela primeira vez em minha vida de educadora, pude contribuir para que a educação fosse levada a um maior número de pessoas, justamente aquelas mais pobres, até então impossibilitadas de frequentar a escola”.

Em 1963, já na gestão do governo de Miguel Arraes, Anita exerceu o cargo de *presidente da Fundação da Promoção Social de Pernambuco*, assumindo em outubro do mesmo ano a *Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco*, na qual, após o pequeno período de seis meses, teve sua atuação bruscamente interrompida por conta do **golpe militar de 64**.

Por ocasião do golpe militar, em **1º de abril de 1964**, segundo depoimento de funcionários da Secretaria de Educação de Pernambuco, ao saber da notícia do golpe, uma das primeiras preocupações de Anita foi deixar seus funcionários a salvo, orientando-os para que saíssem pelas portas dos fundos da Secretaria, pois já os esperava um carro que iria levá-los para seus respectivos destinos.

Por essa ocasião, tia Anita estava no palácio com o governador Miguel Arraes, ficando em sua companhia até o momento em que o palácio foi todo esvaziado pelas tropas militares, sendo Arraes deposto e conduzido para o quartel de Socorro, em Jaboatão dos Guararapes, de onde foi removido para o arquipélago de Fernando de Noronha.

No dia **7 de abril de 1964**, por volta das 15 horas, tia Anita recebeu em sua residência a visita inesperada de um inspetor policial, que a *intimou* para comparecer à Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. Vale a pena realçar que pela maneira como esse Inspetor agiu na ocasião, deixou toda a família em polvorosa, pois

fez tia Anita passar pelo constrangimento de trocar de roupa com a presença dele em seu quarto, mesmo sob o protesto de minha tia Lourdinha, sua irmã, que também permaneceu no local. Na sua saída, embora não algemada, foi colocada no *banco traseiro de um carro entre dois policiais*, sob os olhares atônitos e angustiados de suas irmãs, algumas idosas, outras na mesma faixa etária de tia Anita, então com 57 anos, que ficaram tentando desesperadamente se comunicar por telefone com os familiares e amigos mais próximos.

Na época eu, Maria de Fátima, relatora dos fatos, era uma adolescente de 16 anos, cursando o 3º ano pedagógico no Instituto de Educação de Pernambuco. Lembro que, de imediato, nós, seus familiares e amigos como Maria Antonia Mac Dowell e Dulce Dantas, corremos para a casa de titia, situada na Estrada do Arraial, em Casa Amarela. A casa ficou logo cheia, pois a notícia “caiu como uma bomba” sobre nós, de sua família, e sobre várias pessoas que em algum momento tinham convivido com tia Anita. Foi um desespero total porque sabíamos que tudo poderia acontecer com tia Anita e não tínhamos ideia, realmente, do lugar para onde eles a levariam. Ficamos temerosos de que algo terrível pudesse acontecer, como era comum na época ocorrer com os chamados “subversivos”, frequentemente submetidos a sessões de tortura e outras arbitrariedades nos porões da ditadura militar, quando não eram simplesmente “eliminados”.

Era uma época de muita censura e repressão! Passamos três dias sem saber exatamente o paradeiro de titia, até que depois de muitas buscas e com a ajuda de pessoas conhecidas tivemos a confirmação de que ela estava detida na Secretaria, ironicamente **Secretaria de Segurança Pública (SSP)**, juntamente com vários outros presos políticos. Como se titia fosse uma ameaça para a população, estando antes imbuída de espírito de renovação social, de disposição de luta por melhores condições de saúde, educação e trabalho para o povo.

Segundo depoimento da própria tia Anita: “De início estranhei a intimação e depois, muito mais, o fato de permanecer ali durante **17 dias**, sendo ouvida apenas uma vez, parecendo-me justo que tendo

prestado colaboração a um governo deposto, fosse chamada apenas para prestar os esclarecimentos que fossem julgados necessários”.

A família, então, conseguiu depois de uma intensa negociação, e tendo de cumprir várias regras e exigências, permissão de levar as três refeições diárias para titia, as quais eram, toda vez, vistoriadas pela guarda de plantão, que chegava a cheirar e remexer a comida; e quando levávamos algum alimento líquido em garrafa térmica, esta era aberta para verificarem o seu conteúdo. Nessas ocasiões, quem conduzia o alimento conseguia trocar com tia Anita rápidas palavras de apoio e incentivo, como lhe dizer que estávamos todos mobilizados para resolver seu problema e que havia muitas pessoas tentando ajudar, tudo isso sob os olhares intimidantes dos guardas.

O local em que tia Anita estava detida era uma espécie de salão, com mesa, cadeiras e armários, no qual se encontravam mais algumas pessoas, todos presos políticos, sendo constantemente vigiados para evitar que se comunicassem entre si. Mas, segundo depoimento posterior de tia Anita, na maioria das vezes a comunicação era feita por meio de sinais. Dormiam em colchões colocados no chão ou mesmo nas cadeiras, com medo de que deitados pudessem ser vítimas mais fáceis de algum atentado.

Conseguimos autorização para levar uma cama de campanha para titia no interior da detenção e lembro-me que quem a conduziu foi nosso irmão Haroldo, hoje falecido, o qual se disfarçou de carregador, porque como sobrinho não teria acesso ao salão em que tia Anita se encontrava; lá chegando, narrou ele, a emoção foi tanta que se abraçou à titia, mas foi imediatamente retirado do recinto. Tia Anita logo acertou que a cama seria democraticamente compartilhada pelos demais, ficando combinado com o grupo que cada um teria direito a uma média de duas horas de repouso por dia.

A prisão de tia Anita teve uma repercussão muito grande na comunidade pernambucana. Cristã e militante convicta, em certa ocasião, ela recebeu a visita de um padre, que conseguiu autorização para entrar e lhe dar a comunhão; tia Anita recebeu o sacramento, agradeceu, mas em uma atitude coerente pediu ao sacerdote que não repetisse o gesto, para que não pensassem que ela estivesse se

utilizando desse instrumento, para ela tão sagrado, a fim de provar a sua inocência.

Ao anoitecer do **dia 11 de abril**, exatamente após **5 dias** de permanência na Secretaria de Segurança, tia Anita foi convidada a prestar esclarecimento sobre sua atuação no governo deposto, comparecendo, então, perante o Dr. Galba Matos, que tomou o depoimento por escrito, pedindo-lhe para focalizar o seu papel no Movimento de Cultura Popular. E por “um dever de lealdade e honestidade”, conforme suas palavras expressou ao final do seu depoimento: “declarei que sempre encontrei no prefeito e governador Miguel Arraes de Alencar pleno apoio e respeito à minha forma de agir e à orientação que continuamente imprimi aos meus trabalhos”.

Após esse único depoimento que prestou ao fim de 5 dias de permanência na Secretaria de Segurança Pública, declarou posteriormente: “Passei mais **12 longos dias** de agonia e incerteza nesse local, sem que fosse convidada a prestar novos depoimentos ou esclarecimentos”.

Por essas alturas, apareceu nos noticiários da cidade a informação de que tia Anita havia sido “ouvida quatro ou cinco vezes sem apresentar um depoimento satisfatório que provasse sua inocência e, por isso, ainda não tinha sido solta”. Tomamos obviamente conhecimento dessa notícia e então, sem poder de imediato comprovar a sua veracidade e novamente temendo pela vida de tia Anita, passamos por momentos de grande ansiedade. Lembro-me de que, nessa ocasião, minha tia Lourdinha, hoje falecida, sua irmã mais próxima, militante cristã como ela e companheira de todos os momentos, foi quem lhe levou a refeição, falando-lhe de nossas apreensões diante das notícias veiculadas pela imprensa, chegando a lhe “implorar” para que ela dissesse tudo o que sabia; mas qual não foi sua surpresa quando tia Anita lhe confidenciou que aquilo era uma inverdade porque não havia acontecido.

A partir daí, o governo militar tentou a todo custo incriminar tia Anita com os mais diferentes tipos de calúnias. Certo dia, a imprensa falada chegou a transmitir na televisão a notícia de que teriam sido “encontrados na casa de Anita Paes Barreto, livros suspeitos escondidos em um vaso

sanitário” e então mostraram uma bacia sanitária abarrotada de livros com um cabo de vassoura enfiado no meio, mas dava perfeitamente para ver que aquela imagem apresentada não correspondia ao vaso sanitário da casa de titia, sendo, assim, uma prova forjada. Noutra ocasião foi difundida na televisão a notícia de que haviam sido encontrados na Secretaria de Educação de Pernambuco, onde titia trabalhava, vários macacões de operários com o símbolo do partido comunista, o “escudo da foice e do martelo” pregado na roupa. Por essas alturas, tínhamos certeza de que esse governo seria capaz de tudo para imputar algum tipo de crime à tia Anita e, então nossos medos de que algo mais grave acontecesse com titia aumentaram mais ainda.

Tivemos, posteriormente, conhecimento por meio de palavras da própria Anita: “Mantive, então, entendimento com um dos inspetores da SSP, o Dr. Armando Samico, que me ouviu atentamente e a quem mostrei o absurdo daquelas notícias, tendo ocasião de ressaltar a minha estranheza pelo fato de ali permanecer tantos dias sem que me fossem solicitados novos esclarecimentos, declarando-lhe naquela ocasião que, pelo que me constava, havia duas razões pelas quais as pessoas estavam sendo detidas: comunismo e corrupção”. E tia Anita, dando mais uma vez uma lição de altivez e coerência nos porões da ditadura militar, declarou: “Eu podia desafiar que contra mim surgisse em quaisquer desses dois campos a menor acusação verdadeira, verbal ou documentada e se tal acontecesse, seria falso, forjado”. E continua: “Eu havia passado por uma Secretaria de Estado e por outros postos da Administração nos quais tinha procurado consertar falhas encontradas e exigir melhores condições de trabalho, o que poderia me trazer injustas inimizades, capazes de forjarem falsas acusações, e estava pronta e apta para afastá-las tão logo me fossem apresentadas, mas não poderia me defender sem essa apresentação, pedindo-lhe, então, que me facilitasse qualquer oportunidade de esclarecimento necessário”. No entanto, nada mais lhe foi perguntado durante os dias que se seguiram.

No final do **dia 23 de abril**, quando minha irmã Ana chegou à SSP, para levar o jantar de tia Anita, levou um grande susto, porque

os presos políticos estavam sendo transportados da Secretaria de Segurança Pública para a casa de detenção do estado, tudo *sob forte guarda armada*. Desesperada, dirigiu-se para a entrada, quando foi informada que tia Anita permaneceria no local, em que ela efetivamente se encontrava, inclusive se despedindo das pessoas que estavam indo embora.

Também com tia ficaria um adolescente de 15 anos de idade, David Capistrano da Costa Filho, estudante do Colégio Estadual de Pernambuco, que, por sua idade, não poderia ir para a casa de detenção, mas mesmo assim estava detido. Davizinho, como o chamavam, era filho de militantes comunistas, estando sua mãe, nessa ocasião, também detida na Secretaria de Segurança Pública e o pai foragido. Para que tenhamos ideia do nível de descabimento do regime que havia se apossado do país, segundo tomamos conhecimento posteriormente, esse menino havia sido recolhido à Secretaria de Segurança Pública para servir como uma espécie de “isca” para o seu pai, David Capistrano da Costa, que com o golpe militar de 64 entrara na clandestinidade.

Passamos novamente momentos de horror, temerosos de que, na calada da noite, tia Anita fosse também removida da Secretaria de Segurança, sem que pudéssemos saber do seu paradeiro ou mesmo se estava viva. Na ocasião, nosso irmão Haroldo ficou quase que de “plantão” defronte da Secretaria, temendo que levassem tia Anita e lhe dessem sumiço.

Às 22 horas desse mesmo **dia 23 de abril**, relata tia Anita, “fui chamada ao gabinete do secretário de Segurança Pública, coronel Ivan Rui, o qual após ligeira conversa, declarou-me, em presença do desembargador Rodolfo Aureliano, que ali se encontrava, que pessoas como eu haviam sido detidas apenas para prestar algum esclarecimento, mas que contra mim nada fora encontrado, nem pela polícia do estado, pela Secretaria de Segurança Pública, nem pelo IV Exército, liberando-me em seguida”.

Afirmou tia Anita, posteriormente, que “a mesma declaração em torno de minha pessoa e na minha presença fora feita poucos minutos

antes, dessa vez, diretamente ao desembargador acima citado, pelo delegado Auxiliar, Dr. Álvaro da Costa Lima”. E continuando: “Tive, posteriormente notícias por meio do Sr. Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, e do general Antônio Carlos Muricy, comandante da 7ª Região Militar, de que idênticas declarações lhes haviam sido feitas a meu respeito, também pelo Sr. secretário de Segurança Pública, coronel Ivan Rui”.

É inadmissível pensar que uma pessoa beirando os 60 anos, somente por causa da sua trajetória de vida, que contrariava os interesses das classes dominantes que se apossaram naquele momento do país, foi submetida a todo esse tormento. Presa por 17 dias, considerada suspeita de subversão da ordem com base nas mais errôneas e equívocas interpretações e, depois de tudo isso, de forma enganosa e simplista, seus algozes anunciam que pessoas como ela “havam sido detidas apenas para prestar algum esclarecimento”.

Tia Anita, nunca amedrontada, quando recolhia seus pertences e se preparava para sair da Secretaria de Segurança, alertou as autoridades presentes para o absurdo que estavam cometendo com o menino detido, o filho de David Capistrano da Costa, prejudicado nos seus estudos, e afirmou que inevitavelmente o colégio que ele frequentava iria querer saber de seu paradeiro, acrescentando, ainda, que estava deixando a sua cama de campanha para ele. Tal advertência mereceu de uma das autoridades presentes o seguinte comentário: “Dona Anita, até em uma situação dessa a senhora não esquece seu papel de educadora”. Pelo que se sabe, Davizinho terminou sendo transferido para o Juizado de Menores, preso entre meninos infratores e, quando liberto, tinha-se consumido o semestre escolar.

Às duas horas da madrugada, na calada da noite do dia seguinte, **24 de abril**, um carro deixou sorrateiramente tia Anita na porta de sua casa e foi embora às pressas, sem dar nenhuma satisfação. Foi Zélia Alves a primeira pessoa que a viu, porque, coincidentemente, havia poucos minutos, vinha saindo da casa de Dulce Dantas, quando identificou tia Anita dentro de um carro e, apreensiva, imediatamente o seguiu, temendo pela segurança de titia. E qual não foi sua alegria

quando a viu deixada de volta à sua residência. Assim, para alívio e alegria nossa, tia Anita regressou finalmente para o aconchego do lar.

Alguns dias depois, em entrevista concedida para um jornal local, quando perguntaram à tia Anita o que ela faria se pudesse voltar no tempo, ela prontamente respondeu: “Eu não me arrependo de nada e faria tudo novamente”.

E como um gesto simbólico de desagravo contra a violência da qual tia Anita fora acometida, **no final desse mesmo ano de 1964**, eu, Maria de Fátima, a autora desse relato, também *laureada da turma* e professora do então Instituto de Educação de Pernambuco, a mesma Escola Normal Oficial de Pernambuco, na qual há 40 anos tia Anita se diplomara, entrei solenemente acompanhada de minha tia, madrinha de formatura, para colar grau de professora primária, como que anunciando a todos o seu exemplo de vida.

Já aposentada, tia Anita passou a colaborar em outras frentes, continuando a dar o depoimento de sua longa trajetória como educadora. Tornou-se membro do *Conselho Estadual de Educação de Pernambuco*, de **1988 a 1991**, ano em que renunciou ao mandato, aos 84 anos.

Com a simplicidade que lhe era peculiar, Anita ficou então recolhida à intimidade da sua família e faleceu **em 2 de agosto de 2003**, aos 96 anos de idade, por insuficiência respiratória.

Passados quase 10 anos de sua morte, sua prática revolucionária na forma de educar, sua atitude de vanguarda na luta pela educação do excepcional, pelos direitos da maioria da população marginalizada e excluída, por uma Psicologia engajada no social, foram de crucial importância para a história da Educação e da Psicologia no Brasil. Enfim, sua veia abolicionista continua plenamente atualizada pelos fatos e ideias que defendeu sempre em vida.

A verdade é revolucionária:



Piauí

A verdade é revolucionária:

testemunhos e memórias de psicólogas
e psicólogos sobre a ditadura civil-militar
brasileira (1964-1985)



testemunhos e
memórias de
psicólogas e
psicólogos
sobre a
ditadura
civil-militar
brasileira
(1964-1985)



Conselho
Federal de
Psicologia

Conselhos
Regionais de
Psicologia

EQUIPE TÉCNICA DO CRP-11:

Coleta e processamento do material:

- Andréa Esmeraldo Câmara
- Alexandre de Albuquerque Mourão

Membros da Comissão Regional:

- Leandro Estevam Sobreira
- Janara Pinheiro Lopes
- Lilianny Loureiro Pontes
- Letícia Leite Bessa
- Germana Lima Sousa
- Alexandre de Albuquerque Mourão
- Lis Albuquerque Melo
- Aline Rosa Pontes Milet Freitas
- Silvana Fernandes Rodrigues
- Andrea Esmeraldo Câmara (Coordenadora da CDH)

Nome do Membros da Comissão envolvidos diretamente com o projeto;

- Andréa Esmeraldo Câmara
- Lilianny Loureiro Pontes
- Aline Rosa Pontes Milet Freitas
- Lis Albuquerque
- Alexandre de Albuquerque Mourão
- Germana Sousa
- Leandro Estevam Sobreira

CLÁUDIA MOITA

Entrevista concedida ao Conselho Regional de Psicologia da 11ª Região, Seção Piauí. Atualmente, o Piauí é o Conselho Regional de Psicologia da 21ª Região.

Meu nome é Cláudia Moita, completo 41 anos de formada em 2013. Eu sou filha de militar, por isso, vivi em várias cidades, devido às transferências do meu pai. Infelizmente, as pessoas imaginavam que todos os militares comungavam da ideologia do golpe de Estado, mas não é bem assim. Inclusive, a arma do meu pai era a aeronáutica, a arma mais caçada, porque era a mais esclarecida. Eles trabalham com um instrumento que é o mais sofisticado, o avião. Estão aqui no Brasil, horas depois nos Estados Unidos, logo em seguida na Europa. Então, eles convivem mais rapidamente com os contrastes sociais, com a visão da universalidade humana, nós sabemos também que, naquela época, as ditaduras “cabiam” no mundo, não era só no Brasil que havia regimes ditatoriais.

Quando a ditadura teve início, eu não estava na faculdade, mas estava na faculdade no ano áureo, 1968. Estudava em Recife, cidade do Nordeste em que houve mais pessoas desaparecidas.

Até hoje, as famílias não têm resposta, não eram pessoas do curso de Psicologia, mas tenho uma amiga do curso de Psicologia que morreu, falam que foi acidente, mas há suspeitas de que não, porque todos sabem que isso também ocorria. Seu nome era Teresa, eu esqueci o sobrenome, já faz tanto tempo. A Teresa era uma pessoa muito politizada, eu lembro até que nós fazíamos uma disciplina e ela sempre estava fazendo colocações pertinentes em sala de aula, na Universidade Federal. Mas eram colocações bem impertinentes para os militares, por exemplo, nós tínhamos uma disciplina que era o Estudo dos Problemas Brasileiros e ela, antes da disciplina começar, escrevia no quadro “e o Brasil tem problemas?”.

Eu trabalhei com Dom Helder Câmara, que não era bem visto, inclusive, dizem até que Recife não se tornou cardinalato por causa dele. Na época, Salvador se tornou e Recife não. É o que afirmam, não era por conta do Dom Helder, mas por conta da Teoria da Libertação. Então, eu vivi nessa época.

Primeiro, aconteceu não com o curso de Psicologia, mas os colegas que faziam parte do DCE e foram para uma reunião, em São Paulo. Os estudantes da Sociologia eram mais ligados a essa parte política, nós nos cotizamos para eles poderem ir e acabaram presos em São Paulo.

A Teresa, essa minha colega de curso, morreu em um acidente naquele período, era uma pessoa com ideias transgressoras para a época. Há dúvidas se foi acidente, a pregação de Dom Helder na missa dava a entender que não foi acidente. Ele não dizia abertamente, mas dava a entender isso. Até hoje, ninguém sabe.

Naquela época, eu era estagiária de Psicologia, da área clínica. No consultório, era muito complicado. Eu cheguei a conhecer o grupo do [psicólogo] Carl Rogers, quando eles estiveram no Brasil, não por acaso, foram mais vistos em Pernambuco e no Rio de Janeiro, porque eram dois estados da Federação muito visados.

Como ele tem aquele conceito de liberdade, era um antídoto para a época. Como não tínhamos liberdade e o Carl Rogers, até o próprio livro dele, era a “liberdade para aprender”, a “pessoa como centro”, a proposta dele estava na contramão do que vivíamos, então uma grande parte das pessoas, na época, queria seguir essa linha, centrada na pessoa, por ir na contramão do que a ditadura dizia. Nessa época, por exemplo, era utilizado nos Estados Unidos, na linha centrada na pessoa, muita gravação. Por exemplo, eu estou aqui fazendo terapia com você, peço sua autorização e gravo. Lá, nós nem propunha isso. Não havia clima e não havia confiança. Havia a paranoia. Havia o pensamento de que o consultório poderia ser arrombado.

Nós, os jovens, sentávamos nos bares e olhávamos embaixo das mesas, olhávamos nas plantas, assim [faz gesto de passar as mãos em baixo da mesa, buscando gravadores]. Os bares que eram frequentados pelo mundo intelectual, inclusive pelo Paulo Freire, se não me engano.

Eu tive primos presos, tive um tio que era juiz cassado, tive muita gente bem próxima a mim, um primo que hoje é um advogado de renome e advogava para o Arraes, estava no meio da situação. O movimento

da ditadura na época, em Recife foi muito forte. No Nordeste, Recife era chamado de “Moscuzinho” do Brasil e eu tive colegas, irmãos de amigas minhas, um pouco mais novos do que eu, encontrados mortos porque o movimento estudantil não era apenas universitário. Era também do fundamental, ele fazia o que hoje corresponde à oitava série, quarto ano do ginásio, era um rapaz muito politizado, a família estudou, porque o pai era estivador do porto, e o pessoal do porto era muito politizado, participava de movimentos de esquerda e tal. Tinham um sindicato forte e ele também se envolveu na política. Foi metralhado e morto aos 14 anos.

Eu lembro que meu pai me chamou na época – não sei se devemos colocar isso, mas tudo bem –, e disse assim: “Olhe se você quiser se envolver com a política, você se envolve, mas você vai pagar um preço, e eu não vou poder te ajudar nem como militar”.

Ele dizia: “Se você quiser se envolver, tudo bem. Eu estou lhe alertando sobre o que pode ocorrer”. Até os livros que você escolhia para ler... Por exemplo, eu gosto muito de literatura e gostava muito de escritores russos, como Boris Pasternak, autor de Dr. Jivago, então eu precisava ter muito cuidado ao escolher meus livros, eu intercalava muito com a literatura americana. Eu não era muito chegada, não sei se por um ideal político, ou só para ser do contra, mas tirava um livro e tirava outro [da biblioteca] para confundir, mas eu lia muitos autores russos. Então, aquilo ficava na sua ficha e, com isso, tínhamos de ter muito cuidado. Era melhor até um parente sair, comprar e trazer de fora, do que pegar emprestado na biblioteca.

No meu quarto tinha Che Guevara bem grande. Papai chegou e olhou: “Rapaz, não se declare assim, você está abrindo a camisa”. e eu botei dentro do guarda-roupa.

Ele era uma pessoa muito politizada, era militar, foi formado pela USP em Português, Geografia, História, era uma pessoa que tinha uma cabeça e os militares da Aeronáutica, normalmente, eram assim, porque foi a arma mais caçada, mais que o Exército, a Marinha, mas quase ninguém sabe disso... ninguém fala isso. O Exército era uma arma

muito grande, que agregava muita gente. Na Marinha, o oficialato era a elite e o resto era o resto. E a Aeronáutica era uma arma muito igual culturalmente. Se não convivesse naquele meio, você tinha dificuldade de saber quem era o sargento e quem era o capitão pela forma de se portar, pela linguagem, cultura e tudo mais. Então, a Aeronáutica era uma arma muito esclarecida.

Eu não me envolvi com a política, mas via, e aquilo dava um sentimento muito grande de revolta. Entendeu? Revolta no sentido de não poder falar, de não poder fazer. No consultório, você via que as pessoas queriam falar mais e não falavam. Paravam. Proposta de gravar uma sessão terapêutica? Jamais. Jamais. Tanto que a coisa ficou tão forte que eu não gravo hoje, só se for a pedido da Justiça.

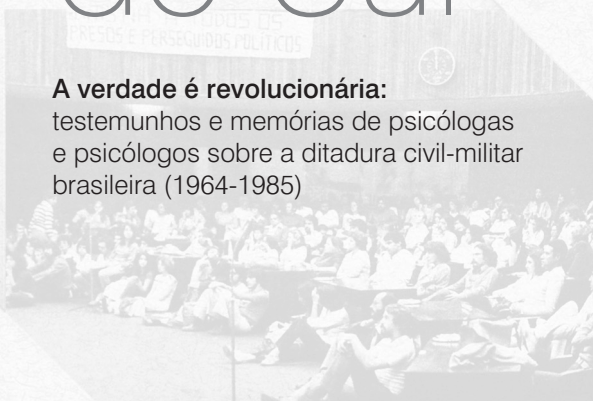
Havia clientes que realmente tinham problemas. Havia clientes que figuram, sumiram. Mas sabíamos que estavam vivos. Cassados, quer dizer, que não iam voltar tão cedo. Foram embora, os pais tinham condição e os mandavam para outro país.

Eu comecei minha vida profissional em Pernambuco, depois fui convidada para dar aula na Universidade Estadual da Paraíba, no IPE, o Instituto Paraibano de Educação. De lá, eu vim para o Piauí, para a Universidade Federal. Na Universidade Federal, existia um órgão que dizia se você podia entrar como funcionário ou não, por causa da sua ficha estudantil.

A verdade é revolucionária:



Rio Grande do Sul



A verdade é revolucionária:

testemunhos e memórias de psicólogas
e psicólogos sobre a ditadura civil-militar
brasileira (1964-1985)



testemunhos e
memórias de
psicólogas e
psicólogos
sobre a
ditadura
civil-militar
brasileira
(1964-1985)

EQUIPE TÉCNICA DO CRP-07:

- Rafael Wolsky de Oliveira (coordenador do mapeamento e presidente da Comissão de Direitos Humanos/RS)
- Samantha Torres (coordenadora do mapeamento e entrevistadora)
- Carolina dos Reis (colaboradora)
- Daniel Dall'Igna Ecker (colaborador)
- Julia Dutra de Carvalho (colaboradora)

FERNANDA BASSANI

Entrevista concedida ao Conselho Regional de Psicologia da 7ª Região, Rio Grande do Sul.

Chamo-me Fernanda Bassani, sou psicóloga e atuo no sistema penitenciário desde 2005. “Bassani” é o sobrenome da minha mãe, Sônia. Não carrego o nome do meu pai na Certidão de Nascimento¹, fato que tem relação direta com a ditadura Militar e de como esse período constituiu-me como pessoa e profissional. A história do meu pai, Antônio Fernando Figueiredo, é uma história que marca a minha vida de maneira intensa - e inconsciente muitas vezes – mesmo sem eu nunca tê-lo conhecido. Por exemplo, com relação à profissão que eu escolhi, até pouco tempo atrás eu não relacionava a vivência dele em relação à ditadura (e seu assassinato) com o meu trabalho em presídios, atendendo os “inimigos públicos” da sociedade contemporânea. Era como se a história anterior ao meu nascimento não reverberasse no meu presente e nas minhas escolhas. Nos últimos tempos, resolvi procurar entender um pouco mais essas conexões e tenho me surpreendido com a influência desse período sobre minha vida.

Eu vou começar a contar desde o início. A minha mãe, Sônia Zita Bassani, era estudante de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o meu pai fazia Publicidade e Propaganda, na mesma universidade. Os dois frequentavam o Diretório Central de Estudantes (DCE), mas tinham diferenças consideráveis. Minha mãe era uma moça que veio do interior para Porto Alegre. Apesar de bastante dinâmica, não tinha o traquejo de uma pessoa da capital. Já meu pai, pelo que contavam, era o tipo popular, organizava festas, era boêmio e bem relacionado. Os dois eram apenas amigos, militavam, iam às passeatas e a manifestações típicas da época. A minha mãe ia na carona dele, por ser amiga, por admirá-lo, mas ele é quem organizava os eventos. Ela sempre me contou que um dia eles tinham que fazer um trabalho da faculdade, de uma cadeira em que eram colegas e foram fazer na casa da mãe dele, ali na Avenida Assis Brasil, onde hoje se localiza a Pizzaria Fragata. Foi nessa casa, que mais

¹ Em 1999 após Exame de DNA com meus tios paternos adquiri o direito de inserir o nome do pai na Certidão de Nascimento. Curiosamente, não quis mudar o nome ainda. Há, talvez, o desejo em não prejudicar uma história que já foi construída sem ele.

tarde, eu passaria minha infância, pelo menos até os 5 anos de idade, até minha avó falecer.

Minha mãe conta que durante a tarde de estudos, meu pai fez um convite inusitado: “conhecer o orquidário da mãe.” E reza a lenda familiar que, entre as orquídeas da minha avó, eu fui concebida. Aquilo que poderia ser o início de um relacionamento afetivo, reverberou, no entanto, em uma grande tragédia. Sete dias depois deste evento, em uma madrugada de domingo, minha mãe teve um sobressalto na cama. Em seguida recebeu uma ligação com a notícia fatídica: o Antônio Fernando tinha sido assassinado por policiais militares. Foi uma bomba na vida de todos. Mas, principalmente, na vida da minha avó, que não acreditou no fato de perder seu caçula, com 27 anos apenas. Ainda mais um jovem tão simpático, alegre, que “enchia a casa” e era super carinhoso com a mãe.

A outra pessoa que sentiu mais o ocorrido foi a minha mãe. Entrou em crise. Primeiro, pela perda de um amigo querido, que se encaminhava para ser seu companheiro. Em segundo, porque na missa de um mês de falecimento já sabia que estava grávida, mas não sabia como dizer. E terceiro, porque iria ser uma mãe solteira na década de 1970. Minha mãe carregou um estigma, imposto tanto pelo lado da família do meu pai como do lado da família dela. Por conta de ser do interior e de origem italiana, o preconceito foi ainda maior.

Na reportagem do jornal Zero Hora que tenho aqui, consta que ele morreu em 22 de setembro de 1977. Eu nasci em 03 de julho de 1978. Então, realmente, foi um prazo muito curto. Foi uma morte construída de maneira que ficasse uma situação de crime comum: como se fossem jovens que estavam bebendo de noite e que na saída de uma festa foram abordados pela polícia e não pararam. Aí estabeleceu-se a troca de tiros. Depois ficou comprovado que não existiu a troca de tiros. O que existiu foram os tiros do policial. Mas não foi enquadrado na categoria de crime político, foi considerado um crime comum. Assim começa a influência da ditadura, pois os policiais militares todos foram absolvidos. É como se ele não tivesse morrido,

como se ninguém o tivesse matado. E se criou todo um cenário de que eram “apenas policiais no exercício da lei”.

O assassinato ocorreu em um sábado de madrugada. A Avenida Independência era um lugar de muita boêmia na época, tinha vários barzinhos. O meu pai – como eu disse – era muito boêmio e havia ido para um desses bares nessa noite. Conversando com o fotógrafo Leonid Straliev, que era o melhor amigo do meu pai, ele disse que naquele dia meu pai tinha saído para comemorar a contratação para trabalhar na Sony, do Rio de Janeiro. Ele saiu da festa na carona do motorista, em uma Brasília amarela. Eles saíram, pararam numa padaria na Rua Mostardeiro e depois seguiram. Logo à frente, policiais mandaram o carro parar. Não sei por que, parece que o motorista não parou, seguiu na Av. Independência, desceu a Rua Mostardeiro e ali se estabeleceu uma perseguição policial. Eles os perseguiram até a Rua Félix da Cunha com a Cristóvão Colombo, dando tiro. Eu me pergunto: Como é que tu vais mandar um cidadão parar o carro, o carro não para e então tu vais sair perseguindo, dando tiro? O mínimo que eu posso pensar é que naquela época a polícia possuía poder absoluto. Não havia garantias individuais. Isso porque eles eram de classe média alta. Eu sei que, hoje em dia, tu verificas muitos casos de violência policial, de abuso. Mas eles não entravam nem dentro do estereótipo do pobre, preto, “indivíduo suspeito”.

A análise que eu faço é que, em 1977, o criminoso em potencial, o mais perigoso e mais vigiado era o “criminoso de ideias”. Aquele que, de alguma maneira, representava um perigo ao *status quo* do poder político. Sujeito que, na menor oportunidade, seria atacado. Eu entendo que o que aconteceu com o meu pai foi isso. Ele era uma pessoa com um potencial de mobilização muito grande. Foi presidente do DCE da Publicidade, era uma pessoa bem relacionada, uma liderança. Mas ele era gente boa. Ele não era ligado àqueles grupos revolucionários, grupos de violência armada. Ele fazia a revolução dele mais pela parte da cultura. De qualquer forma, ele era visto como um subversivo. Ele não preenchia os critérios do nosso inimigo público

número um da contemporaneidade, porque era de classe média alta. Por conta dessa situação econômica favorável dele é que a morte repercutiu. Foi capa do Zero Hora três vezes, capa do jornal Correio do Povo, matéria na revista Veja, enfim. Teve um apelo midiático muito grande com relação à morte dele. Vou ler uma notícia. Essa aqui é de quando o caso dele foi julgado, cinco anos depois. Ele morreu em 1977, foi julgado em 1982. Aparece como um crime comum: “PMs que mataram o publicitário absolvidos por falta de provas.”

Detalhe: quem defendeu os PMs foi simplesmente Lia Pires. É considerado um dos maiores advogados do Rio Grande do Sul, que até a sua morte defendeu policiais militares sem cobrar honorários. Ele nunca cobrou para defender policial militar. Investigar um pouco a participação do Lia Pires na ditadura aqui no Rio Grande do Sul seria interessante. Porque todos os crimes ligados à Polícia Militar na época – sobretudo os mais complicados – foram defendidos por ele. E a família do meu pai, como tinha condições financeiras, contratou o Nereu Lima, que também é um grande advogado do estado. Foi um júri de peso, um júri que se estendeu. Mas em 1982, quando foi julgado, chegaram à conclusão de que eles não foram culpados.

A notícia diz: “O crime foi em 1977. Antônio Figueiredo vinha na carona de uma Brasília que não obedeceu à ordem dada de parar dada por uma patrulha da Brigada. O Conselho Especial de Justiça julga a denúncia improcedente e absolve os réus por falta de provas.” Este foi o veredito dado pelo presidente da sessão. E ele foi julgado na justiça militar. Não foi julgado na justiça comum. “Quatro oficiais e um juiz auditor decidiram sobre o processo em que o tenente Hamilton Camargo e o soldado PM José Carlos Barros eram acusados de assassinar o publicitário Antônio Fernando Figueiredo, de 28 anos, em outubro de 1977. Três amigos publicitários estavam em uma Brasília cujo motorista bateu na traseira de um automóvel e fugiu quase atropelando um PM.” As testemunhas que foram levadas – de defesa – disseram que não teve batida. Tanto é que o carro não tinha escoriações. Que não atropelou PM nenhum e nem quase atropelou.

O que houve foi um sinal para eles pararem e eles não pararam. Isso parece que é verdade. “Foram perseguidos por uma viatura da Brigada e a fuga terminou com a morte de Antônio Figueiredo com um tiro, que lhe transfixou os pulmões. Cinco anos após o crime os PMs estão absolvidos por falta de provas.”

A minha mãe sempre disse que a minha avó morreu disso. O julgamento foi em 1982, cinco anos depois da morte do meu pai. Logo depois do julgamento, minha avó morreu de ataque cardíaco. Não aguentou.

Vou ler um pedaço da reportagem sobre o julgamento: “Logo no início do julgamento, no tempo destinado à acusação, Nasser faz algumas conjecturas jurídicas. Mas pede a absolvição do tenente Hamilton Barros, certamente convencido que as provas não eram suficientes para impor aos réus uma pena pela morte do publicitário Antônio Figueiredo. Sorte da defesa. Pois no início do mês, esse julgamento foi adiado quando o advogado da defesa, Osvaldo de Lia Pires, estava afônico e o promotor Nasser em férias.” Então todas as artimanhas possíveis para favorecer os policiais foram colocadas na prática. “Surge então a primeira cena em comum com os julgamentos desses tipos: o assistente da acusação, o advogado Nereu Lima contrariou a tese do promotor e durante uma hora e meia analisou profundamente as provas e depoimentos. Pedindo a condenação dos PMs.” Olha só: eles colocaram: “revólver, pacotinho de maconha e outra substância desconhecida. Pó branco. Que foram enxertados dentro do carro onde morreu o publicitário. Na hora do flagrante, elaborado às 16h, quando o fato aconteceu às 6h da manhã.” Fizeram o flagrante às quatro da tarde. “O tenente disse que encontrou a maconha e o pó branco. Na justiça, ele disse que não viu nada.” Logo depois: “Baseando-se principalmente no depoimento que o tenente Hamilton prestou no plantão policial no Hospital de Pronto Socorro, vinte e cinco minutos depois da morte do publicitário, quando o homem disse: dei os tiros para intimidar.” “Nereu criticou os vários depoimentos diferentes prestados pelo tenente.” Nereu era o nosso

advogado. “E também o fato de uma das testemunhas, Vanderlei Isidro Irala, que disse ser motorista de táxi, para mais tarde admitir ser cabo na PM, na Companhia de Polícia Rodoviária.” A testemunha da defesa disse que era motorista de táxi e logo depois assumiu que era cabo da PM. “Acentuou o advogado assistente da acusação que estava tentando fazer justiça a quem não podia se defender, Fernando Figueiredo, que ontem mesmo completaria 33 anos, caso estivesse vivo. Sendo tragicamente assassinado por alguém prevalecendo-se de sua função.”

Eu vejo que a ditadura militar era uma época em que as pessoas não tinham garantias de direitos. Se tu participas de um crime onde a bala sai do revólver do PM e mata uma pessoa, como é que se consegue criar toda uma situação na qual esse PM é absolvido? Eu acho que, hoje em dia, as estratégias são um pouco mais sofisticadas. Tem muita morte de jovens da favela por conta de violência policial, mas se ficar comprovado que a bala era do revólver do policial, ele vai ser julgado e condenado. Agora, se ele vai preso ou se ele vai ganhar uma medida mais amena, isso é outra história. Mas eu acho que houve evoluções no sentido da legislação. Até porque na época da ditadura, 1977, a legislação funcionava por base de decretos. E esses decretos davam total proteção para a polícia, mas proteção nenhuma ao cidadão. Sobretudo, se esse cidadão preenchia os critérios de inimigo público número um. Que era: o estudante que falava demais, que tinha ideias demais, que reivindicava demais. Que insistia em ser livre. Insistia em não se submeter a um sistema totalitário. Logo, ele seria o alvo número um desse estado de exceção que eles conseguiram estabelecer nessa época. E o caso do meu pai foi um exemplo vivo – um exemplo vivo porque eu sou também o caso, o que restou.

Acho que se fosse hoje, ele não seria assassinado, porque há uma série de garantias jurídicas e de legislações que fazem com que o policial queira proteger-se um pouco mais. Ele sabe que, hoje em dia, se ele tomar uma atitude dessas, vai se incomodar, vai ter que responder judicialmente. O júri não vai ser tão parcial porque agora

há uma fiscalização e participação maior da sociedade. Agora, se ele fosse pobre e preto, então talvez pudesse se repetir uma situação dessas. Tem uma ferramenta que até os policiais utilizam muito – uma ferramenta jurídica – que é o auto de resistência, que permite ao policial assassinar alguém ou agredir alguém, porque aquela pessoa teria efetivado uma resistência à ação policial. O auto de resistência é um termo jurídico que, de certa forma, resguarda o policial. E ele é muito utilizado nas favelas, com os jovens. Se um policial ferir ou matar alguém, ele pode usar esse mecanismo jurídico.

Eu acho que a ditadura caracteriza-se por isso: uma série de mortos, corpos que não são encontrados ou então assassinos que não são encontrados. Eu considero o assassinato do meu pai um crime de ditadura, pois ele é um crime no qual o assassino não foi localizado, mesmo tendo toda a situação, todas as provas, os homens estavam lá no julgamento. Então são homicídios sem corpos e crimes sem autores.

Quanto a mim, eu poderia ter optado por simplesmente não querer nunca ter contato com a Polícia Militar. Não querer nunca ter contato com a repressão. Mas eu optei pelo contrário. Eu optei por cair de cabeça na repressão e adotar atitudes desestabilizadoras. O meu papel, hoje, dentro da segurança pública é provocar a desestabilização. Provocar a crítica. Provocar o olhar-se. Provocar aproximações. Eu também faço muita coisa de aproximar policiais militares e presos, que são os inimigos públicos número um atualmente. É o preto, pobre, favelado, jovem. Aproximar este inimigo público número um atual do policial militar. Envolvê-los nos grupos. Trazer o pessoal da cultura hip-hop. Pela cultura tudo fica mais fácil. Isso também tem a ver com o meu pai. Porque o meu pai também era da cultura. Também mexia com cultura.

Levamos esses tempos o rapper Dexter para um show na Penitenciária de Osório dentro das atividades do Fórum Social Temático. O cara montou um grupo de rap dentro do Carandiru. Ele veio fazer um show dentro da Penitenciária aqui. Foi um ônibus cheio de jovens da favela para dentro de uma casa prisional, como protagonistas culturais.

E isso é quebrar paradigmas. Isso é muito arriscado, complicado, difícil. Mas que eu acho que construímos em cima da destruição do passado. Recentemente, estávamos em um grupo e a fala de um dos guris tem muito a ver com o meu pai. Perguntei se todos estavam presos por tráfico de drogas, e um deles disse: “eu não doutora, estou preso por tráfico”. Como assim? Crime de trânsito? Não, ele disse: “Fui preso porque estava trafegando em lugar impróprio. Preto, pobre, em lugar suspeito doutora, dá cadeia”. Então, talvez o meu pai tenha morrido porque ele estava trafegando em lugar impróprio. Na ditadura, qualquer lugar era impróprio depois das dez horas da noite. Agora, isso existe sob outra roupagem. E, de repente, posso ajudar.

MARIA LUIZA CASTILHOS FLORES CRUZ

Entrevista concedida ao Conselho Regional de Psicologia da 7ª Região (Rio Grande do Sul).

Quando teve essa chamada para quem quisesse apresentar alguma experiência, alguma vivência direta ou indireta da ditadura que vivemos no Brasil, meu primeiro impulso foi: Eu tenho que ir, porque os espaços estão começando a surgir para podermos falar, relatar, trocar ideias, ver como isso repercute mesmo sobre as pessoas. Eu digo “Tenho que fazer” porque não tenho vontade de falar sobre isso, apesar de ter melhorado muito depois da experiência que pretendo relatar.

Refiro-me ao fato que envolveu meu pai: Uma pessoa comum que morava no interior, um político da fronteira oeste, de Rosário do Sul, Rio Grande do Sul. Era uma pessoa atuante, bastante popular, vereador, mas sem grandes expressões fora da região. Muito inteligente e culto, bem quisto, apesar das questões políticas da época. Ele foi preso duas vezes, por ser liderança do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), e tido, como vários outros, como “comunista”. Na época, era só não gostar da intervenção militar e pactuar com outros ideais de cunho mais social que se era tachado de comunista.

Conforme o governo da época anunciava a reforma agrária, preocupação com a desigualdade social, a reação de perseguição se agravava. Meu pai esteve duas vezes preso, nos anos de 1964 e 1965, e nós ficamos longos anos depois que ele retornou da prisão sem conseguir falar sobre o que havia se passado neste período. Esta foi a época mais suave, o início de todo esse processo da ditadura. Olhando agora parecia com o Exército de Brancaneone, uma coisa gozada, tudo meio cômico, meio primário, mas na época não achávamos graça alguma.

A experiência que quero relatar é a do meu pai e da família que ficou anos sem conseguir falar sobre o assunto. Simplesmente, quando ele retornou das prisões, não conseguia falar sobre o que havia passado. Começava, falava alguma coisa, emocionava-se e nós nos emocionávamos também e não nos autorizávamos a falar mais. Eu imaginava mil coisas: Será que foi torturado? O que aconteceu?

Até que, em 1989, eu fiz parte da organização do III Congresso de Psicanálise e Marxismo, que foi organizado aqui por Porto Alegre com representação de vários outros estados do Brasil. Este evento foi feito através de convênio entre a Universidade de Havana e o Sindicato dos Psicólogos, apoiado por várias entidades da Psicologia e Psiquiatria. Fui então a Cuba, ainda no começo de sua abertura para o turismo. Lá conheci a Cecília Coimbra que iniciava o trabalho do “Tortura Nunca Mais”. Ouvi seu relato das entrevistas que estava fazendo com pessoas que haviam sido torturadas. Achei muito legal, mas pensando que nada tinha a ver comigo. Era o início desse trabalho da Cecília, que considerava os “estragos emocionais” da ditadura e a contribuição da psicologia nesse sentido.

Estávamos em um bar, em Varadero, Cuba, e, em certo momento, ela comentou que era impressionante como havia dificuldade para as pessoas prestarem depoimentos ou relatos de família, mesmo não sendo os que sofreram diretamente a experiência, porque havia quase um pacto de silêncio familiar: Ninguém queria falar no assunto. E quando ela falou nisso, senti aquele “tóin”. Sim! Isso também acontece com a minha família! E daí que comecei a pensar que também estava implicada naquilo tudo, porque até então parecia que era uma experiência do meu pai somente. Dei-me conta de que toda a família tinha sido reprimida.

Que a repressão vai além do indivíduo é uma coisa óbvia, mas tu consegues achar óbvio quando tu lêes, quando a coisa está em um plano mais teórico. Quando se passa para o plano vivencial, a tendência é ter dificuldades de se visualizar na experiência. Bem, então aquela foi a primeira vez que o tema mexeu realmente comigo. Se os outros sentem o mesmo que nós diante dessa experiência, talvez nossos sentimentos não sejam uma experiência tão particular assim, pensei eu. Mesmo assim, ainda não foi aí que aconteceu a consciência. Comecei apenas a ficar mais curiosa, querer retomar o assunto adormecido.

O que mexeu mais profundamente com a família foi ver “Z” um filme do Costa-Gavras que falava da experiência de repressão política.

A reação do público foi de aplaudir em pé ao final. Foi engraçado porque toda a família naquele dia quis ver este filme. Não falávamos algumas coisas entre nós, mas determinados assuntos nos interessavam e reagíamos coletivamente. Também teve um filme brasileiro que mexeu conosco: o “Pra Frente Brasil”. Fomos assistir e saímos todos chorando do cinema, sem falar nada.

Mas esse do Costa-Gavras, o que mexeu foi que, quando terminou o filme, muito emocionante, as pessoas primeiro fizeram um grande silêncio e depois começaram a se levantar e a bater palmas. Ficamos impressionados, começamos a chorar com a reação de bater palmas das pessoas, porque nos demos conta de que a coisa tinha terminado quanto a fazer parte daqueles que não eram bem-vindos, dos que pensavam de uma maneira diferente ou que não eram valorizados: Essa coisa de sair da vivência do oprimido... A história se mostrando do nosso lado e confirmando que o que vivemos era uma injustiça, que havia distorções.

Estou dizendo isso porque foi assim que comecei esse longo processo de dar-me conta do que havíamos sofrido. Nesse meio tempo, meu pai foi adoecendo. Ele teve uma doença crônica degenerativa e sempre quando falava na doença dele, Esclerose Lateral Amiotrófica, defendia a teoria de que essa doença tinha sido desencadeada por todos esses processos das prisões. Ele foi expurgado de um cargo de professor em uma escola pública, cassado em seus direitos políticos por dez anos, e sofreu uma marca muito grande, principalmente por viver em uma cidade do interior, no qual as pessoas ficam nitidamente posicionadas politicamente, tudo fica muito às claras. Tu és contra, tu és a favor, tu és querido, tu não és, tu és amigo, ou inimigo, ainda mais naquela época que tudo era polarizado, dual.

Então, fomos vendo a extensão do sofrimento dele, porque ele atribuía essa doença também a essa situação. A parte motora foi sendo atingida, ele foi perdendo os movimentos e passou a ter dificuldade de caminhar, movimentar os braços, até que num último estágio, ele só movimentava a cabeça, e falava baixinho. No mínimo, era de novo a vida

o colocando em uma situação de impotência, de interdição. De novo! Então fomos nos mobilizando enquanto família. E ao mesmo tempo fui me dando conta que a história viva é uma coisa super importante.

Então, estimulada por todo esse contexto, toda essa questão afetiva, social e política, acabei escrevendo um livro. Uma brincadeira com um amigo desencadeou tudo: “Vamos escrever uma história a quatro mãos?” Ele demorou para mandar a história dele e eu sentei no computador um dia, meus filhos viajando, aquela fase que começa a sobrar tempo, e aí comecei a pensar em iniciar a escrever. Não, quem tinha que escrever alguma coisa era o meu pai, pensei. Ele tinha que contar a história dele, pois está envelhecendo, os netos precisavam saber do que ele viveu! Isso foi em 2008.

Mas pensei: Pois é, mas ele não consegue nem falar, ele chora, emociona-se. Quem sabe, então eu relato o que me recordo, porque tinha nove anos na época. E eu tinha uma experiência “traumática” daquele período: Eu tinha o plano de ter um baile nos meus dez anos de idade! E o meu pai foi preso primeiro em 1964, e, depois, em 1965, no mês dos meus dez anos. Ele não chegava e não sabíamos onde é que ele estava. Toda aquela história sobre aviões, navios americanos aqui, o boato sobre terem colocado os presos políticos em uma ilha aqui em Porto Alegre, que vão atirá-lo na água, afogar, vão não sei... Fuzilar. Todas aquelas coisas que se ouvia.

Porém, o “meu trauma”, a princípio, com nove anos, era: Como é que eu não ia ter minha festa de dez anos, por que exatamente naquele momento tinha que estar acontecendo aquilo tudo com a nossa família? O meu pai fora de casa, a insegurança e a incerteza. Então, esse amigo, que provocou isso de escrever, fez-me pensar em contar o que eu lembrava, mesmo que na lógica infantil. E comecei a contar. Fiquei impressionada porque foi como se eu tivesse entrado em um túnel do tempo, em um filme antigo, porque eu não sabia que lembrava de tanta coisa.

Veio tudo em um turbilhão. Quando comecei eu não conseguia parar e ao mesmo tempo fui me dando conta de toda a falta de

informação, de coisas que eu achava que não poderiam ser reais. “Como era mesmo? Depois disso que aconteceu?”, eu me perguntava. E isso provocou que conversássemos entre família, com a ideia de registrar aquela história para ficar para os netos.

Foi o que acabamos fazendo e isto foi motivando meu pai para contar. De fato, ele não sofreu torturas físicas, mas a tortura emocional, todo o impacto disso na vida dele, a falta da liberdade, a marca que ficou. Do reflexo em nós também! Nós somos três filhas, três mulheres. Fizemos então um livro caseiro, com os recursos do computador. A irmã mais moça, que na época do golpe tinha uns dois anos, pouco lembrava da situação, leu e achou que estava tão bom que não podia ficar em casa, por ser uma narrativa rica de toda a época. Ela acabou enviando para uma editora que é a Libretos, que então resolveu publicar.

Esse livro conta não só como era, em um cotidiano comum, com pessoas comuns que ousaram pensar coisas diferentes e fazer uma oposição, uma resistência na cidade. Foi muito significativa a atuação do meu pai e de um grupo de pessoas que foram presos. Um grupo de vereadores. Houve outras pessoas que passaram por esse processo na cidade, mas as pessoas que cito no livro estavam na militância política, na linha executiva da política no PTB e em outros partidos da coligação tida como esquerda. Acabamos dando não só um relato do que aconteceu conosco, mas dos costumes e comportamentos da época contados por uma criança, do olhar da criança!

À medida que fui escrevendo, o meu pai começou a se animar e a minha mãe seguiu esse processo; ele conseguiu contar coisas que eu não sabia, fatos que eu não concatenava, mas ao mesmo tempo foi confirmando que aquelas memórias que eu tinha eram muito reais. Não havia distorções! Aquilo era verdadeiro mesmo, o que aconteceu. E assim foi se desenvolvendo esse processo de conseguir trabalhar, do ponto de vista emocional, psicológico, com a situação passada; foi uma espécie de elaboração e de reconhecimento.

Infelizmente foi feito pela própria família. Digo isso porque eu gostaria que tivesse sido feito pelo Estado! O reconhecimento,

aquela tentativa de reparação, que não se repara. Mas principalmente o reconhecimento, porque meu pai publicamente foi cortado da participação da vida pública.

Lembro-me até hoje de quando saiu o nome dele no Jornal Nacional, no meio de vários outros nomes, sendo cassado. Era um misto de humilhação e ao mesmo tempo tínhamos noção de que ele estava certo: Sabíamos que aquilo que fizeram com ele era desonesto; por isso, no fundo todos queríamos o reconhecimento das demais pessoas! Então eu queria muito que tivesse havido um reconhecimento público. Quem acabou fazendo isso, no fim, meio sem querer, sem muito planejamento, foi a família por meio desse livro. Eu escrevi muito das minhas memórias nele, mas foi um processo coletivo. Tem coisas no livro que eu dizia: “Mãe, eu não me lembro direito como foi aquilo, que história foi aquela?”, e ela contava. Algumas coisas ela não lembrava; começou a lembrar mesmo depois que o livro foi editado e lançado. Parece que daí ela se autorizou.

Então, este livro conta da nossa vivência de casa. Essa memória infantil, de uma protagonista criança como narradora do livro, foi interessante. E registra os acontecimentos da ditadura na cidade em que vivemos. Fizemos o lançamento em 2008 e meu pai faleceu faz dois anos. Ele não pode acompanhar o lançamento em todos os lugares por causa do problema da doença. Mas lá, em Rosário, onde ele continuou morando, o lançamento foi muito importante para ele porque pessoas que na época eram da situação, seus opositores, da famosa Arena, UDN, dos partidos da ditadura, estavam presentes. Foi uma coisa importante e diferenciada que, de certa forma, a família conseguiu realizar para ele. Mas principalmente foi uma catarse coletiva, que conseguimos administrar sozinhos. O ato de contar foi a primeira grande etapa no sentido de lidar melhor com a situação, de poder falar.

Sáimos da experiência individual. Nos lugares em que houve o lançamento, era frequente as pessoas lerem e me mandarem retornos por e-mail ou telefone. Elas traziam sempre um conteúdo de surpresa:

“Mas como é que eu não vi isso acontecer?”, ou “Nossa, eu lembro que falavam alguma coisa, mas eu não vi tudo isso acontecer”. Era a repressão coletiva, e percebemos o quanto a ditadura conseguiu nesse sentido fazer um bloqueio em toda uma geração. É como se fosse assim, “Remexer no fundo do baú umas lembrancinhas meio nebulosas a respeito da vida de algumas pessoas” e que ao ouvir alguém contar começam a reconhecer e identificar como sendo fatos substanciais que estavam presente na vida de todos.

Esse processo foi muito legal, no sentido de ver que não tinha nada de particular. O livro nesse sentido foi uma oportunidade diferenciada de resgate da memória e de elaboração, como testemunho. Tem fotos nossas, (processo meio caro e trabalhoso), meio sem querer... Não era a ambição fazer um livro, era proporcionar para o meu pai a possibilidade de ver que tudo que fez estava sendo percebido pela família, que tudo que ele passou não foi à toa, não foi em vão, foi importante, válido. Parte importante da nossa história; e que ele foi uma pessoa que fez a sua parte na luta pela democracia desse país.

Eu não sei muito bem o que falar sobre os efeitos da ditadura porque durante muitos anos detestávamos política lá em casa. Embora tivesse, contraditoriamente, uma certa sedução pela política. Algo que tu reconheces o poder e ao mesmo tempo temes. Assim, como a função do Estado.

Para mim, que sou funcionária pública hoje, o Estado era algo temeroso. Eu tive que tratar do processo da reintegração do meu pai ao cargo de professor, funcionário público, quando começou a abertura democrática. Tive de ir à Secretaria de Administração do Estado e lembro que ao chegar perto de alguém que tinha um cargo de gestor no governo, que estava tratando da reintegração do meu pai, restituindo sua renda funcional como professor, que era uma coisa boa, mesmo assim, me despertava medo.

Lembro do choque de ter visto – isso eu relato também no livro – o funcionário mostrando vários processos de pessoas que estavam sendo procuradas e dizendo “Esse aqui se matou, esse aqui ninguém

sabe, sumiu!”. Eu olhava aquilo e pensava “Nossa! A vida de um monte de gente, feito pasta de papéis!” Quando tivemos o nosso pai de volta, ele pode continuar a vida dele porque era advogado e trabalhou como autônomo, mas imagina quem sumiu, quem perdeu trabalho, quem perdeu a sanidade, a saúde!

O livro se chama “Elvis, Che, Meu Pai e o Golpe de 64”. É, vamos dizer, como eu pude contar: Na época eu tinha dois ídolos: o Che Guevara e o Elvis Presley. São completamente opostos, ideologicamente falando, um menino bonzinho americano e o outro um cara que vinha sendo criticado, perseguido, “subversivo”. Eu vivia nessa divisão, que eu acho muito emblemática porque, como criança, por um lado, odiei aquele negócio do golpe. Eu admirei o meu pai ter feito tudo aquilo, mas o odiei ao mesmo tempo. Por que ele tinha que complicar a nossa vida? Era bem mais simples se ficasse ao lado da “revolução”, porque eu via todas as benesses, como criança, que as pessoas tinham quando ficavam ao lado do poder, dos militares. Todos poderosos eram militares, o diretor de colégio era um militar, diretores de empresa eram militares, bom partido era ser militar.

E nós, crianças, sendo olhadas criticamente. Eu no colégio sofria algumas discriminações. Brincar de roda, dar as mãos e chegar alguém dizendo “Não, não dou a mão para a filha de comunista”. Essas coisas que as crianças escancaram. Eu conto de forma engraçada dos meus amores Elvis, Che, meu pai e é óbvio que é bem edípico o livro, antes que alguém fique apontando isso (risos). Tem fotos da família, cópias de documentos, como o documento oficial que depois da medida de abertura o SNI (Serviço Nacional de Informação) mandou. Pedimos e o Ministério mandou um resumo para a gente saber o que é que constava no registro original. Havia várias coisas que não eram verdadeiras, outras sim.

Agora estou muito curiosa para ver o que encontro no DOPS porque o meu pai não localizou o registro que fez de memória. Ele tinha tanta consciência que isso tudo iria ser muito importante, significativo, que quando foi interrogado, por mais de uma vez pelo DOPS, ao ser

preso em Porto Alegre, registrou de memória o interrogatório a que foi submetido. Estou louca para ter acesso agora aos arquivos, para ver um pouco também disso.

Acho que a forma engraçada de contar a história da família me ajudou. Lançar mão desses recursos “maníacos” para poder falar. Até porque havia coisas muito ridículas mesmo: Eu tive um tio que foi trabalhar no Serviço Secreto! Era no DOPS mesmo! Eles tinham escritórios disfarçados, eram espiões. E esse meu tio não tinha noção ideológica nenhuma do que isto significava! Para ele foi um emprego que conseguiu. Não se dava conta do que estava fazendo. Ele foi contratado porque desenhava muito bem, e o faziam desenhar o Che Guevara sem barba, com barba, cabelo repartido no meio, não sei o que mais, o Fidel também. Chega a ser cômico.

No livro dá para chorar e dá para rir! Tem quem mais ri do que chora. Havia uma primariedade no início do golpe que aos poucos foi ficando mais profissional. Eles foram se sofisticando! Mas eu acho que (até algumas pessoas disseram) gostaram de eu poder ter contado assim, porque ridicularizar é na verdade uma crítica que funciona.

Eu agora consigo falar sem me emocionar demais, mas era difícil contar. Tu vêes quantos anos nós (família) precisamos esperar, e isso que não houve uma coisa tão terrível assim, tão derradeira, fatal, porque teve gente que morreu, gente que ficou com sequelas físicas pelas torturas, muito claras, muito evidentes. Nós estamos falando de 1964, 1965, que fomos falar em 2008.

Como psicóloga, eu trabalho na saúde pública, vejo que não é muito diferente de qualquer outro ato de violência. Eu vejo pessoas contando de abusos sexuais, do que passaram, e consigo identificar muito com tudo o que eu vivi e o que minha família viveu. A minha mãe detestava a cidade! O bom disso (nós sempre brincamos um pouco) é que agora ela diz: Depois do teu livro, gosto da cidade e eu não quero mais ir embora. Porque ela se sentia tão pouco considerada que aquilo resgatou o lugar dela na cidade, por ter obtido mesmo, da cidade, um certo reconhecimento.

Sobre a influência da ditadura no processo de subjetivação, acho que a relação da minha geração com a política é, até hoje, uma conseqüência disso. Estou convivendo com uma geração que agora vem começando a descobrir a política, não com aquele significado de uma coisa pesada, velha, sem espaço para as coisas individuais. Aquele peso da determinação coletiva, do que as pessoas são empurradas a fazer; coisas que a princípio, eticamente, individualmente, não seriam estimuladas a fazer ou não fariam. Eu acho que a participação política é algo importante. Não adianta criticar a política pelo modo como ela foi feita, ao que ela serviu, não podemos tirar dela o que tem, que é o poder de construção social.

Agora mesmo em Porto Alegre, estamos vendo nas coisas micro, no cotidiano, o processo de os estudantes conseguirem reverter o preço das passagens de ônibus. Isso é ótimo, porque teve um tempo que a juventude não queria saber de nada, de mobilização coletiva. Tinha ficado uma ideia de que fazer as coisas coletivamente é era só para encrenca, não dá certo e tu és castigada sempre, vai te dar mal, vai ser perseguida, vai arranjar inimigos, a ideia de que o conflito sempre vai dar errado.

Fomos incorporando vários conceitos e valores, fruto dessa experiência da ditadura. As pessoas não gostavam de política, não queriam falar sobre política, não queriam “militar”. Eu não gosto muito desta palavra agora, por causa da herança do golpe, mas “militar” que quero dizer é fazer, ter vida política, exercitar a vida política organicamente. Vejo também a descrença nas nossas instituições estatais que ainda são muito carregadas dessa função onipresente, onipotente, autoritária.

Então eu acho que tem tantas coisas de influência desta época da repressão, que te digo que eu preciso ouvir outras pessoas, os pensadores, porque eu não sou pensadora para analisar isso. Nossos filhos poderiam fazer esse exercício de crítica, entender como nós, os frutos da ditadura fomos afetados. Se ficamos mais politizados? Não necessariamente. Fica, às vezes, até mais alienado quem passou por

isso. Claro que o ideal sempre é resgatar o sentido da experiência traumática, torná-la uma possibilidade de exercício, de ação para a mudança. Eu era muito sensível a qualquer possibilidade de falta de liberdade, tinha muito medo, muito medo. Então são coisas que marcaram, que estão presentes na subjetividade da minha geração.

O modo como as pessoas fazem política, os partidos, a administração pública, que dita as coisas para os outros, mas ela própria não cumpre o que exige; o conceito de cidadania, ainda é uma coisa que as pessoas regulam, é como se tu só pudesse ser livre para fazer o que os outros querem ou consentem. Tu só tens valor quando tu estás a favor do teu chefe ou “daquele” representante político. Essa coisa de querer benefícios para fazer as coisas públicas, eu acho que tem a ver com a experiência da ditadura porque é como se a política em si não pudesse ser positiva, efetiva e boa para a vida da pessoa, então eu preciso ter outras gratificações, outros estímulos, por isso eu negocio. Eu me torno mercadoria, o que perde, muitas vezes, a finalidade que poderia ter.

É recente falar sobre isso e ouvir – a mim mesma, aos outros. Recentemente, ouvi um jovem, bem jovem, dizendo: “Poxa, eu tenho uma inveja de vocês, os mais velhos, que passaram por isso tudo, porque vocês tinham pelo que lutar, era tão claro pelo que tinham que lutar...”. Claro que isso é uma simplificação, hoje se tem um processo mais democrático que torna tudo mais complexo para a tomada de posições. A democracia sempre torna a vida mais complexa! São muitos partidos, muitas posições, muitas linhas, correntes de pensamento fluindo; é mais difícil se dizer: “Sou a favor do socialismo ou contra o capitalismo”. Não se sabe com clareza para aonde ir. Mas com essa fala desse jovem fiquei pensando que, por um lado, estivemos muito envolvidos com a política, emocionalmente. A política não era uma coisa qualquer, era uma coisa importante que estava no nosso cotidiano.

Recordo-me de adorar ir a comícios. Era uma festa estar no meio do povo. Tinha gente de todas as camadas sociais, tinha mais povão

do que gente engravatada. O dia de eleição era dia de festa. Tinha toda uma preparação, uma expectativa, então a gente participava, mesmo criança eu lembro dos panfletos. Depois teve todos aqueles anos em que não pudemos votar, lembro de que quando ia votar, morria de medo. Tremia, eu não sabia por quê.

A primeira vez que votei, teve um barulho estranho na hora que eu cheguei, achei que tinha acontecido alguma coisa sabe, na minha cabeça a fantasia foi de alguém ter disparado um canhão, ou um tiro, eu não sabia dizer o quê. E sempre eu achava que não iria conseguir votar, que iria esquecer a minha carteira, o meu título. Era uma tensão esse momento de votar, um medo, medo que anulasse o voto, que saísse errado, não era uma coisa que fazia parte do cotidiano.

Acho que o principal é que o processo democrático ainda está longe de chegar aonde deveria para poder realmente ser estimulante ser cidadão brasileiro, ou querer conquistar esse lugar, que também não adianta ficar esperando acontecer, se eu não fizer nada não vai acontecer!

PEDRINHO GUARESCHI

Entrevista concedida pelo psicólogo Pedrinho Arcides Guareschi ao Conselho Regional de Psicologia da 7ª Região (Rio Grande do Sul).

Gostaria que essa conversa fosse dentro de uma perspectiva pedagógica porque, afinal, tudo o que fazemos na vida - ao menos é uma convicção minha - é para examinar o que passou e prevenir as pessoas quando estão em situações relativamente parecidas, que de fato procurem superar ou evitar os percalços, as dificuldades e coisas mais sérias: crimes, torturas e agressões à dignidade humana que foram acontecendo, que infelizmente são também parte da nossa história.

Vou me ater mais a considerações sobre isso que nós chamamos de “anos de chumbo”, os anos de 1964 até 1985. E me perguntam, como eu me incluo nisso. O ano de 1964 foi o ano em que realmente eu comecei a minha vida pública. Eu tinha terminado Filosofia, tinha terminado Teologia e até me ordenei sacerdote no ano de 1964. Quase que na época do Golpe. O Golpe foi 1º de abril e minha ordenação ocorreu em 29 de junho do mesmo ano. Creio ser necessário distinguir bem alguns pontos. O que veio até 64 e depois o que foi se sucedendo nas diversas etapas depois de 64, e como eu estou nisso.

Eu lembro que antes de 64, mais precisamente em 1961, quando queriam derrubar o Jango e quando o Brizola se revoltou, eu não estava no Rio Grande do Sul, eu estava em São Paulo e lá a gente não tinha verdadeiramente notícias do que estava se passando. Mas a gente percebia que os campos já estavam delimitados. O Golpe de Estado de 1964 só foi possível porque, inteligentemente, poderes estrangeiros, especificamente dos Estados Unidos, e de lá os centros de divulgação cultural, legitimaram o Golpe. Eu lembro até hoje, por exemplo, que assistíamos a filmes terríveis sobre os perigos do comunismo.

O gancho ideológico que foi criado para poder se legitimar o golpe foi exatamente que nós estávamos entrando em um governo comunista. Foi por isso que se conseguiu o Golpe. E a “Marcha da família com Deus pela liberdade”, feita principalmente em São Paulo, promovida pela elite, pela aristocracia, pelas mulheres burguesas, foi exatamente porque eles perceberam que nós estávamos numa época de transformação e que realmente toda a sociedade estava mobilizada para poder dar um passo à frente.

Alguns chamam isso de populismo, mas era mais do que populismo, era a mobilização da sociedade. É difícil hoje ter uma ideia de como a sociedade estava mobilizada. Os estudantes estavam organizados, até mesmo os seminaristas tinham a sua associação, Associação dos Seminaristas Maiores. E nós fazíamos reuniões interestaduais em São Paulo. Dessas reuniões participavam frei Beto, frei Tito – que foi torturado e morreu devido a isso– e muitos outros que estão por aí. Nós nos reuníamos para quê?

Para refletir sobre a realidade brasileira. E assim os sindicatos estavam organizados, os camponeses, e todos os segmentos da sociedade. Havia mobilização da sociedade inteira, o que Paulo Freire dizia bem. Percebia-se que estava na época de dar um “chega para lá”. Em 1959 temos Cuba, isso faz parte do contexto. Cuba se torna independente e vai para o socialismo, exatamente porque os Estados Unidos reprimiam a independência dos países da América Latina. Fidel percebeu que não conseguiria trabalhar na linha dos Estados Unidos, então se ligou à Rússia.

Nesse momento, os Estados Unidos convenceram-se que era preciso tomar conta da América Latina para que não seguisse o caminho de Cuba, essa é toda a história. Então o que fizeram? Quando Kennedy elegeu-se, imediatamente começou com “Aliança para o Progresso”, “Alimentos para a Paz”. Eram todos programas que vinham aqui para a América Latina. Eu lembro no meu tempo de estudante, nós recebíamos leite, queijo, uma porção de alimentos dos Estados Unidos. Para quê? Para que nós soubéssemos que eles são bons e não pensássemos em comunismo. E com tudo isso vinham também filmes, que tiveram um papel fundamental, porque eram passados em praça pública e mostravam os perigos enormes do comunismo.

Eu lembro, por exemplo, de um filme sobre a China, terrível, em que uma pessoa estava sonhando em uma noite de Natal, e recebia uma carta de um irmão dele que estava sob o jugo comunista da China, então num sonho ele vai vendo o pessoal matando: padres, freiras, matando o povo, e de repente ele acorda e diz: “Meu Deus, que país é esse?” E falou: “Graças a Deus estou em um país de liberdade, porque

isso só está acontecendo na China e em outros lugares.” Eram filmes poderosíssimos. Tudo isso foi a preparação para o Golpe de 64.

E disso eu tenho clara lembrança. Eu não tinha plena consciência, esse é um ponto sério, a gente não sabe como a história vai rolar. Então, talvez esta entrevista, quando eu falei que seria de cunho pedagógico estava pensando nisso. E já vou adiantando um ponto que eu acredito: Que nós estamos em situações tão ou mais dominadoras do que as daquela época. Só que hoje os atores, os personagens são outros, mas as relações não mudaram. Eu, pessoalmente, estou até terminando um livro que está me custando centenas de horas de trabalho, sobre o papel que tem a mídia brasileira¹. Eu concordo com o Betinho, o Hebert de Sousa, que nós não temos uma democracia no Brasil.

Nós temos, por enquanto, tentativas de avanço, mas enquanto não tivermos uma mídia livre, uma comunicação livre, nós não teremos democracia no Brasil. Então nós vivemos uma situação um tanto parecida com a de 1964, só que naquela ocasião não tínhamos possibilidade de pensar. O que comigo mesmo acontecia? Eu suspeitava, eu via que alguma coisa estava errada, mas a maioria dos meus colegas estava absolutamente a favor: De que de fato, nós estamos caminhando para o Comunismo. Se os meus colegas, estudantes de Filosofia, achavam isso, com muito mais razão o povão.

Então, o povão foi levado a dar apoio ao Golpe. E a própria Igreja, à qual eu estava muito ligado – e ainda estou – ficou assim meio na corda bamba, em cima do muro. Em 1964 ocorre, então, o golpe, e todo o mundo ficou só na expectativa. Um ano depois que começaram as reações. Quando se percebeu que as pessoas estavam sendo presas, que estavam sendo cassadas, que se suprimiu o Congresso, então o pessoal começou a pensar. Mas para mim, uma das razões que mais ajudaram e me convenceram de que nós estávamos verdadeiramente numa ditadura e num fascismo foi um artigo escrito pelo Bispo de Bauru, Dom Cândido Padin, que era assessor dos estudantes. Ele trabalhava com estudantes da JUC – a Juventude Universitária Católica – e também

¹ O livro já foi publicado: "Direito Humano à Comunicação - Pela Democratização da Mídia". Petrópolis: Vozes, 2013.

com os seminaristas. E eu participei ao menos de dois encontros com ele, que começou a nos alertar.

Em 1966 ele escreveu um artigo sobre a doutrina de Segurança Nacional mostrando que sua doutrina-não se diferenciava de todos os regimes fascistas e nazistas que nós já tínhamos tido na história. Aí o pessoal de Igreja começou a reagir. Os Bispos perceberam a sua ilusão e a sua ingenuidade e então de fato a Igreja se posicionou com uma reação a isso. De fato, a Igreja passou a ser um guarda-chuva onde o pessoal corria para se esconder, mas assim mesmo muitos da própria Igreja foram perseguidos, foram torturados e aos poucos foi sendo dado o alerta. Não havia outra instituição no Brasil, depois veio a Ordem dos Advogados, a Associação Brasileira de Imprensa, mas o primeiro a denunciar foi a CNBB, que começou a se colocar claramente: Dom Ivo Lorscheiter, Dom Aloísio Lorscheider, Dom Luciano Mendes de Almeida e Dom Cândido Padin, que são os grandes nomes e que começaram a perceber o brete por onde nós estávamos entrando.

De 1964 a 1968 eu já comecei a viver essas dificuldades. E era uma época, de fato, já de muito controle, mas não era tão sério quanto o que aconteceu a partir de 1968. Então, 1964 foi um começo, em geral. Parece que os ditadores, no caso os militares, gostaram do poder. Em 1968 foi dado então o golpe dentro do golpe. Na verdade, a noite que eu me formei em Letras, 14 de dezembro de 1968, foi a noite do AI-5. E você vê: O nosso paraninfo fez um discurso em que ele citava Che Guevara, porque ele tinha sido morto só que a turma não sabia, mas corriam vozes entre todos os jovens, de que eles tinham matado o Che Guevara. E ele fez uma pergunta assim no discurso de formatura: Por que será que os jovens se sentem tão entusiasmados, levados por Che Guevara? Ele fez em forma de pergunta. Terminou a cerimônia ele foi preso, foi levado para o quartel.

Então nós, em vez de fazermos festa de formatura, fomos para frente do quartel. E ficamos lá até que eles liberaram o paraninfo. Ali as coisas já se agravaram. Eu fazia parte do diretório dos estudantes e nós tínhamos enviado colegas nossos para aquele encontro que teve em Valinhos,-São Paulo, em que foram presos centenas de estudantes.

De fato já estávamos vendo que as coisas tinham endurecido e que os confrontos estavam delineados. Então eu comecei a agir na época mais difícil, 69, 70 eu acabei sendo detido também pela polícia, duas vezes. E a gente começou a perceber que havia coisas que não podiam continuar.

O que eu queria acentuar nesse ponto são as estratégias que eles usavam. E para quem trabalha com Psicologia isso é importante. A primeira é a estratégia de intimidação, de vigilância. Eles começaram a tomar conta de tudo. Você não podia fazer até um sermão na igreja, sem que não houvesse alguém que lhe vigiasse. E nas aulas, por exemplo, eu lecionava na PUC, muitas vezes ou na maioria das vezes, tinha lá alguém para controlar. Então eu pensava assim, quando um regime precisa de controle e vigilância alguma coisa não anda bem.

Agora uma coisa dolorosa, aqui entra um pouco da nossa querida Psicologia. Uma das coisas mais tristes que eu guardo desse tempo duro foi, eu não sei se eu chamo isso de ingenuidade, acho eu que ingenuidade é uma palavra muito fraca, é, vamos dizer assim, a quase concordância—de muitos colegas com as técnicas de repressão que estavam sendo feitas. Esse é um ponto muito sério para mim, e delicado. Quero ver se eu deixo claro, muitos eram convocados, eram chamados para fazerem testes psicológicos. Mas testes psicológicos para quê? Para gente que tinha sido presa, os subversivos. Então as pessoas que mais ou menos discordavam, rebeldes, eram presos.

Então se aplicavam testes psicológicos com o intuito de mostrar que eles eram de fato desequilibrados, que não eram gente normal. E esses testes serviram muitas vezes para confirmar as penas, as torturas e tudo mais. Quem trabalha com ciência sabe que valor têm os testes, que eu posso manipulá-los como eu quero. Mas o mais sério disso é justamente uma premissa epistemológica que ainda está presente no Brasil e que vigorava fortemente, de que a ciência é neutra, de que eu chego lá eu faço meus testes, os testes revelam uma personalidade de fato “quebrada”, uma personalidade “perigosa”. Então com isso, a ciência estava dando uma colher de chá exatamente para a repressão.

Para vocês verem que isso é sério, eu vou trazer aqui um documento, um livro que se chama *The Making of Social Psychology*.

Foi escrito por Serge Moscovici e por Ivana Markovà, que são dois grandes pesquisadores. Lá no fim da década de 1960, década de 1970 principalmente. Eles estavam começando a fortificar a Psicologia em todo o mundo e faziam encontros de Psicologia Social em todos os países, inclusive vieram até para o Brasil. E quem mandava na Psicologia Social aqui no Brasil era o Aroldo Rodrigues. Bem, com toda a situação no Brasil e da América Latina, muitos psicólogos começaram a ser presos e, às vezes, torturados.

Então Moscovici e Markovà, psicólogos vindos da Europa, ficaram sabendo das torturas dos psicólogos latino-americanos e perguntaram para o representante brasileiro que era, no caso, o Aroldo Rodrigues, o que estava acontecendo na América Latina. Eles diziam: “A Psicologia não tem nada a dizer? A Psicologia Social? Não são colegas da gente?” O Aroldo representava essa ideia epistemológica de que uma coisa é a ciência, outra coisa é a política, então a carta dele, em resposta, dizia assim: “Nós temos como princípio separar a política da ciência.” Então se alguém assume alguma postura ele assume por conta própria. E de fato vários psicólogos latino-americanos, o Ricardo Zuñiga e outros tiveram que sair, assim como outros filósofos como o próprio filósofo Henrique Dussel tiveram que deixar o país, para fugir da repressão e da tortura.

Esse é o ponto que eu acho mais útil para nós no campo da Psicologia e da Psicologia Social. O papel que os psicólogos e os psicólogos sociais exerceram aqui, de fazer testes, de propiciar a repressão, por que se declararam neutros? Então de fato, para quem pensa um pouco é impossível você separar a ação de uma ética. E a atuação conseqüentemente vai levar a conseqüências éticas. Essa para mim é a lembrança mais dolorosa. Agora, ela ainda se torna muito séria porque até hoje ainda há pessoas que acham que a ciência é neutra. Aquilo que o Zygmunt Bauman denuncia no livro dele: *Modernidade e Holocausto*. O que faz o Bauman? Ele mostra que os pressupostos, esses pressupostos da modernidade, de que há uma ciência neutra, foram a causa da morte de 6 milhões de pessoas. Se você diz que a ciência é neutra, acaba a ética, acaba a política, acaba a moral. Você não pode mais falar em ética e moral, tudo se resume ao biológico, ao neurológico, ao genético.

Veja você como isso aqui é real hoje. Por exemplo, o predomínio dos médicos sobre as outras áreas da Psicologia, o projeto de Lei do ato médico. Eles trabalham com dados empíricos, constatáveis, como no caso da neurologia, da genética, essas ciências todas. Então isso é ciência. Dizem que os psicólogos fazem qualquer outra coisa, mas não é ciência. Quer dizer, se nega uma dimensão fundamental do ser humano que é a dimensão psíquica.

Porque no fundo o que está se negando com isso é de que existe uma dimensão do ser humano que é representacional, simbólica, que é imaterial, que é psíquica, e, com isso, se está negando o fundamental da Psicologia. Naquela época, de fato a Psicologia que predominava era essa dos testes. Porque os testes tinham um valor “científico”. Então quando alguém se desviava, alguém era preso, alguém se rebelava contra o que estava aí e era preso, os psicólogos faziam testes para mostrar que de fato eles eram pessoas desequilibradas, anormais, perigosas.

Diante dessa vigilância, nesse controle em que você não podia mais fazer nada, eu saí do Brasil em 1971, fiquei fora dois anos. E ao voltar em 1973 já voltei um pouco mais descansado, mas ainda continuei, aí já vim bem mais documentado e também com mais garantia de poder dizer as coisas. E a gente foi se organizando, comecei com meus trabalhos de psicologia comunitária nas vilas, organizando a população. Alguns dos que tinham sido alunos meus no fim da década de 60 e que aderiram à guerrilha foram exterminados. De fato, a guerrilha foi totalmente exterminada.

Então a década de 1970 marcou uma nova maneira de reagir à ditadura, que era por meio da organização popular. E foi aí que começou a se desenvolver uma Psicologia comunitária a partir do povo, a partir das comunidades, das Associações de Bairro, dos Clubes de Mães, de tudo que era tipo de organização que se fortificou durante toda a década, até que em 1980 já estavam articulados e se começou de fato a luta pelas “diretas já” que culminou em 1985, com o fim da ditadura. De fato, não foram eleições diretas, mas foi um avanço.

Então se construiu outro período de história. A Igreja, que era uma espécie de guarda-chuva no fim da década de 1960 e década

de 1970, também se afastou. Por quê? Porque começaram também a surgir os partidos políticos, os sindicatos, as associações de bairro e eles foram tomando o seu papel, como é de fato o papel de autônomos e independentes. E podiam já pleitear, se organizar, falar, fazer demonstrações. Foi mais ou menos por aí que eu caminhei. Então essas são mais ou menos as coisas, mas digamos assim, centrais que eu poderia dizer nessa minha caminhada. Mas se me permite, já que eu comecei dizendo da importância de que isso seja pedagógico, é trazer à lembrança de que a ditadura foi um exemplo doloroso com mortes e torturas, mas que hoje em dia nós também vivemos situações semelhantes. Quer dizer, não é vamos um dia ficar livres da dominação ou livres de relações de dominação.

Nunca vamos ser totalmente livres, todo ser humano carrega em si essa contradição, agora o papel de alguém que trabalha com o ser humano, como é o psicólogo, ele deve continuamente pensar, refletir, problematizar. Eu sou fundamentalmente freiriano, e, quando eu tive que sair do Brasil – de 1971 a 1973 –, eu estive com Freire em Genebra, na Suíça, e foi lá que eu vi porque ele também tinha sido um exilado, alguém que queria fazer com que as pessoas se educassem, que tivessem a sua consciência política. Percebi que o trabalho nosso, e, de fato, eu acho que foi a minha opção, é realmente empoderar as pessoas, fazer as pessoas tomarem consciência e à medida que tomam consciência – que é um processo infinito – vão também se empoderando, se libertando. Então a educação, a Psicologia deve ser uma prática de liberdade. O livro de Freire “Educação como Prática da Liberdade” é exatamente isso. É isso torna as pessoas responsáveis, é uma consciência que leva à liberdade e me faz responsável porque eu vou compreendendo quais são essas relações de dominação.

Então veja que essa nossa Psicologia hoje, ela não presta atenção a isso que é central, então estuda mil tipos de relações, mas não se pergunta pela dimensão ética. O que nos levou a isso, à tortura e tudo, como eu tentei dizer, foi uma Psicologia que excluiu a ética, uma Psicologia que se dizia profissional. “Eu sou profissional, eu faço teste e entrego o teste para quem quiser”. Ficou até conhecido aquele caso

do Rio, das torturas em que os médicos iam e ficavam controlando para que a tortura não fosse a ponto de matar a pessoa. Então eles ficavam vigiando a pessoa: “Não, para, é muito forte”, ou “Sim, pode dar mais choque”.

Em outros termos é isso o que fazia a Psicologia, em que a Psicologia dava as armas “científicas” aos torturadores. E esse é um pecado que nós carregamos. O importante, acentuo de novo, são as premissas epistemológicas do conhecimento, de que é possível uma ciência neutra, de que nós podemos ser neutros, como se nós excluíssemos o ser humano da dimensão da ética, da dimensão da moral, a dimensão do simbólico, a dimensão do psíquico. O ser humano é um ser de responsabilidade, é um ser de consciência.

Pedagogicamente falando, nós não estamos muito longe daquela situação hoje. Se formos examinar com critérios, você pense nos milhões de brasileiros aboletados toda a noite diante de uma televisão dirigida por alguns. São oito ou dez famílias que podem falar no Brasil. Então eles dizem o que querem, quando querem, como querem. Então eles detêm o poder. Entretanto, esse poder tem como consequência não torturar, só em último caso eles apelam para isso. Mas eles têm o poder de fazer as pessoas consumirem, fazer as pessoas trabalharem sem reclamar, fazer as pessoas absolutamente submissas e obedientes, um pouco aquilo que o Herbert Marcuse diz, quando analisa a ideologia desta nossa sociedade: “Fazer as pessoas beijarem os grilhões que as aprisionam.” Então são, vamos dizer assim, são obedientes, são submissos, são explorados satisfeitos. Ora, isso é dignidade do ser humano?

É por isso que eu trabalho, pesquiso muito nessa dimensão. Inúmeras agências da sociedade trabalham assim. E os psicólogos estão nessas agências. Então os psicólogos deveriam examinar a família e as escolas, saberem até que ponto elas são instrumentos ou aparelhos de dominação. E ultimamente também, com muita atenção é preciso cuidar das políticas públicas. Hoje em dia só se fala em políticas públicas, mas será que estas estão empoderando mesmo a população? Eu tenho alguns doutorandos pesquisando exatamente como o povo vê,

como o usuário vê essas políticas públicas, é interessante que à medida que você dá voz a eles, que você os provoca, eles vão revelando esses mecanismos sutis de dominação. Isso, então, é a diferença de hoje.

Em 1964, isso piorou porque a sociedade estava em uma situação de mobilização, foi por isso que veio o Golpe. Se não houvesse nenhuma mobilização, isso quem viveu aquela época sabe, se não houvesse organizações de tudo o que é tipo: os tenentes, os camponeses, os operários, até os padres, os seminaristas, os estudantes, de toda a sociedade, não haveria o Golpe. Paulo Freire em uma das palestras conta como essa mobilização – e esse é um dado inédito que eu acho que pouca gente sabe, que eu ouvi do encontro que tivemos sobre comunicação em São Paulo – diz assim: “O pessoal estava tão convencido que a gente ia ter uma mudança qualitativa na cidade que uma vez ele estava sentado, acho que num estádio e viu alguém do ‘povão’ falar assim: Nós já fizemos a revolução, agora só falta trocar o governo.” Era a convicção daquele povo. E de repente, por meio da propaganda, da publicidade, da influência estrangeira, do uso do religioso como dominação também, nós entramos nesse brete.

As pessoas eram um tanto ingênuas. Por isso, Paulo Freire chama aquela atitude de consciência ingênua ou populista. Eles não tinham projetos claros. Ele define o populismo como a falta de um projeto claro. A gente também poderia perguntar se hoje em dia nós temos projetos claros. E o quanto os psicólogos estão colaborando para projetos claros, realmente uma mudança qualitativa para a nossa sociedade.

Eu vejo que antes do Golpe essa subjetivação foi feita por meio da mídia, ainda não me saem da cabeça os filmes. O que faziam a USIS – *United States Information Service* – e USIA – *United States Information Agency* –, que tinham centros em Porto Alegre, em todos os lugares. Eles recebiam filmes dos Estados Unidos, iam para o interior e levavam o povo para a praça, por que naquele tempo cinemas assim não havia muitos. Naquele tempo filme era o máximo, eles foram aos poucos, se quiser, subjetivados para aceitarem que de fato que o comunismo vinha aí, que nós estávamos à beira do comunismo, de que era preciso apoiar o Golpe. E foi o que eles fizeram, apoiaram o golpe, isso até 1964.

Após isso, as técnicas começaram a ser outras, começaram as técnicas de amedrontamento, ameaça e controle direto. Então, eles trabalharam muito, e esta também é uma coisa dolorosa que eu em parte eu disse dos psicólogos, na divisão das pessoas. Os romanos dizem assim: “Se você quer controlar um povo, divida esse povo, *divide et impera*, quer dizer, divida e você vai mandar.”

Isso aconteceu quando os responsáveis pelo golpe começaram a recrutar vigilantes dentro do próprio povo, os próprios colegas de trabalho. Isso chegou a acontecer até na igreja, em que inclusive um ou outro padre era o delator dos outros, essa foi a estratégia usada. Então o que acontece? Coloque-se em uma situação assim, em que em primeiro lugar é definido que é errado fazer tal coisa, por exemplo, se concentrar, é errado você fazer mobilização, tudo isso é errado e se você fizer vai ser denunciado. Imagine-se em uma situação dessas, você sabe que tem colegas, gente perto que pode estar te vigiando e controlando, você muda todo o teu comportamento. O teu comportamento passa a ser um comportamento de medo, de temor, de cuidado. Então são poucos os que arriscam e isso é exatamente o controle. O que o Foucault explica no estudo sobre a vigilância, “*Vigiar e Punir*”. Isso aconteceu, foram as estratégias empregadas em seguida.

Então nós temos aí um povo apavorado que até hoje, se você for conversar com gente de 1964, teme isso. Claro a nova geração que nasceu em 1980, 1990, não tem mais isso. Quem nasceu, quem viveu a década de 1970, por exemplo, é uma pessoa amedrontada, é uma pessoa que não conseguiu tirar de si aquela vontade de gritar: “Sou livre, não tenho medo de ninguém, sou um cidadão livre, digo o que eu quero.” Dificilmente você vai encontrar uma pessoa assim, então essa, vamos dizer assim, algema de ferro psíquica, essa coisa que foi imposta de cima no controle, na vigilância, isso fez as pessoas mais tímidas, amedrontadas. E a Psicologia não percebeu, não percebia essas estratégias de dominação, pelo contrário, deu força para que se continuassem tais estratégias.

Eu acho que é possível e viável uma Psicologia diferente. No momento que você começa não dando respostas às pessoas, mas

fazendo perguntas para que essa pessoa comece a responder a grande pergunta que perpassa a humanidade: “Quem sou eu, por que eu sou assim?”. Aquilo que o filósofo Agostinho de Hipona, no ano 300, quando ele entrou naqueles impasses, nas dificuldades de uma mudança, da queda do Império Romano, aquela mobilização toda e que tudo ruía. Os povos do Norte chegando em cima da Império Romano já meio apodrecido. Então Agostinho começou a pensar, ele diz assim: “*Factus eram ipse mihi magna quaestio*”, quer dizer: Eu comecei a meditar quem afinal sou eu e porque eu sou assim. E foi ele então quem deu a grande resposta: “*Civitas Dei*, a Cidade de Deus é o livro dele”. Onde mostra que não é o fim, que essa é história.

Vamos ver o que nós fizemos de errado e vamos então tentar superar essas coisas. Hoje em dia também, mas nós precisamos, se fosse dizer, acho que a nossa estratégia principal é a reflexão, é a discussão, é a meditação, que nós esquecemos. Mas meditação produtiva e não a meditação alienada, uma reflexão que leve à ação. E isso então faz as pessoas crescerem em consciência e se empoderarem, que eu acho que é um pouco o que o Conselho Federal – ao menos, no tempo que eu trabalhei lá – e os Conselhos Regionais de Psicologia tentam fazer.

Fazer os psicólogos tomarem consciência da responsabilidade da sua ação. De que não há um que sabe mais, outro que sabe menos, que há um que sabe uma coisa, outro que sabe outra. Que o psicólogo não é o máximo, mas que ele está ali para garantir que o ser humano é uma pessoa de ética. É uma pessoa de responsabilidade que não se reduz a resultado de testes neurológicos. Mesmo todas as discussões que os Conselhos fazem sobre a questão dos testes e de certas dinâmicas, que são mais dinâmicas de repressão do que dinâmicas de libertação. Eu acho que é por aí que a Psicologia deveria pensar hoje, aprendendo do Golpe de 64. Porque lá no começo foi a persuasão e depois a repressão. Hoje em dia, eu acho que voltamos à época da persuasão, em que as pessoas são dominadas por meio de ideologias.

Retornando ao início, aquilo que o Betinho diz na clarividência dele, de que só há democracia em uma sociedade quando há democracia nos meios de comunicação. Não há democracia se o povo não pode

dizer a palavra, se não há, vamos dizer assim, um monitoramento de quem tem os meios de comunicação. Porque os meios de comunicação constroem a realidade, ditam a pauta e influenciam poderosamente na construção da nossa subjetividade. Então, se não há um monitoramento, o povo vai continuar do mesmo jeito, porque nós vamos saber o que eles querem que a gente saiba, e eles vão interpretar os fatos de acordo com os seus vieses.

Eu não vejo como é possível superar isso, porque a mídia constrói a realidade de hoje, nós estamos envolvidos, assim como água para o peixe, como o ar que respiramos, é a nova ambiência social. A mídia com todas as cores e luzes e sons, ela toma conta de nós. Então se nós não temos uma percepção crítica disso, se não paramos para fazer a pergunta – e eu acho que esse é o papel do psicólogo –, ela nos devora. Para mim, o papel do psicólogo é o papel da esfinge. A esfinge que enfrentava o grande problema da humanidade, afinal é isso que a Psicologia se propõe: Quem é o ser humano? A esfinge perguntava, ela mesma um enigma, metade psíquico, metade biológico. Ela mesma já era o enigma. Ela vivia fazendo a pergunta.

A questão não é o jeito que vai responder à pergunta ou se vai conseguir achar uma resposta final, não. É que quem não continuou o tempo todo fazendo a pergunta, acabava devorado pela esfinge. Então a nossa convicção é fazer a pergunta, o tempo todo, isso é, reflexão. São eles as novas esfinges que ao invés de estar dando respostas, digamos assim, controlando, manipulando, descrevendo, vivem perguntando. Afinal, quem somos nós? O que podemos fazer? Quem você acha que você é? Por que você acha que é? E nos solidarizando no sentido de mais felicidade, porque a consciência leva à liberdade e a liberdade nos faz felizes. E nos leva a um nível de vida digno, gostoso de ser vivido. E isso eu também coloco a mim mesmo: Estamos aí para que, afinal, se tudo isso não levar a uma felicidade, a um gozo, a um prazer.

Esse prazer não pode ser alienado, não pode ser o prazer dos que beijam os grilhões. Porque isso é um pouco essa nossa era de consumo, de trabalho indiscriminado e loucura. É justamente para nos levar a um gozo que no final leva a quê? Acaba no estresse, acaba no

Deus sabe o que, até morrendo de derrames e coisas assim. Então a gente trabalha, trabalha, mas não goza a vida. Acho que a vida tem que ser gozada. Agora gozar a vida não é se atirar assim, tipo os gregos, os romanos que tinham várias filosofias. Por exemplo, os estóicos diziam que a vida se resume num sofrer, já os epicuristas diziam: “Não, a vida é gozar, é beber.” Não, eu acho que a vida é essa consciência que nos faz crescer e que nos torna solidários, isso dá sentido à vida.

Sem solidariedade não há felicidade, porque se você não tem solidariedade, você se fecha sobre você mesmo, que é exatamente a teoria liberal. A teoria liberal vê o ser humano, indivíduo, voltado sobre si mesmo, egoísta e os outros que se danem. Não, eu acho que o que nos faz feliz é saber que eu tenho um companheiro, uma companheira, tenho um irmão, uma irmã, um parceiro, uma parceira, dê o nome que você quiser. Mas eu acho que é impossível ser feliz sem o outro. E é isso então que nos solidariza. E se eu penso no outro necessariamente deixo esse egoísmo, que é o que no fundo, no fundo, ocorreu em 1964, porque as elites perceberam que iam perder o poder e isso levou ao Golpe. No fundo foi uma reação do capitalismo contra o povo que queria começar a se solidarizar, compartilhar.

E hoje em dia, essa luta continua, nós estamos praticamente no mesmo dilema. Enquanto a gente não tiver uma sociedade mais solidária, partilhada, chame isso como quiser, chame isso de socialismo, chame isso de anarquismo, chame como quiser, mas dificilmente vamos fugir. Os parâmetros centrais da nossa sociedade ainda são liberais e capitalistas.

THAÍS FERREIRA CORNELY

Entrevista concedida ao Conselho Regional de Psicologia da 7ª Região (Rio Grande do Sul).

Quando houve o golpe de 1964, eu tinha 10 anos de idade. Um ano depois, fui para o Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que ficava dentro do campus da Universidade Federal e era um centro de resistência à ditadura militar, universitário e também secundarista. Lá eu tive o primeiro contato com a violência da ditadura, aos 12 anos. Os brigadianos invadiram – dá vontade de chorar só por me lembrar – o campus a cavalo. Eu lembro que o pessoal jogou bolinhas de gude no chão, os cavalos caíam e eu não estava entendendo muito bem.

Eu era muito nova. Levei uma pancada violenta nas costas, eu acho que foi com um cassetete. Até hoje eu tenho uma hérnia de disco, provavelmente causada naquele dia. Lá no Colégio de Aplicação tinha um pessoal mais velho, talvez com 18 anos, que formou conosco um “comitê”, para estudar materialismo dialético. Não entendíamos “bulhufas”, mas queríamos entender, estar na onda da história. Então começou uma simpatia, vamos dizer, um sentimento, de odiar a ditadura, o capitalismo, o imperialismo norte-americano e amar os povos oprimidos. Em 1968, meu pai foi transferido para o Rio e lá estudei numa escola pública, no Largo do Machado, que tinha um movimento estudantil muito forte. Com meus colegas participava das reuniões da União Nacional dos Estudantes (UNE). O prédio da UNE foi incendiado pela ditadura, mas continuávamos nos reunindo lá. Queimamos a bandeira norte-americana na frente da escola, com muito apoio popular. A ditadura era odiada pelo povão. Talvez isso explique a violência com que eles se impuseram.

Assassinaram o Édson Luiz, que era um estudante secundarista, um menino de 16 anos. E a gente foi no enterro dele, uma passeata com cem mil pessoas, muitos artistas famosos da TV e tudo o mais. Cem mil pessoas, uma estimativa por alto. Nessa época, eu tive uma professora de Português, nordestina, que era uma mulher muito legal, ela era feminista e muito honesta conosco. E, de repente, ela sumiu. A direção da escola explicou que ela tinha fugido porque era subversiva.

E ficávamos torcendo para que fosse isso mesmo: Que ela tivesse fugido, e não sido presa. Que ainda hoje ela esteja muito bem! Ela foi uma luz para muita gente, para mim inclusive.

Depois, em 1970, a minha família voltou para Porto Alegre, eu fui estudar no Júlio de Castilhos, o “Julinho”. Lá, foi fácil fazer contato com o pessoal do movimento de resistência à ditadura. Era o tempo do General Emílio Garrastazu Médici, o pior terror que alguém possa imaginar. Em plena euforia de Copa do Mundo, “Pra frente Brasil”, “Salve a seleção” e outras besteiras. Muita repressão, muita censura, assassinatos diários, mas a imprensa não podia divulgar. O Chico Buarque e outros fazendo música cifrada. Todo mundo sendo censurado. Muito medo. E, na minha escola, também tínhamos medo.

Na época, existiam dois “partidos irmãos”, dois partidos clandestinos, que eram o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – que não tem nada a ver com o PCdoB de hoje, diga-se de passagem – e a Ação Popular Marxista Leninista do Brasil, que era ligada à Igreja Católica. Esses dois partidos tinham contatos dentro do Julinho e logo fiz amizade com essas pessoas e comecei a ter uma atuação, de inicialmente formar um núcleo de base, de simpatizantes, entre os meus colegas. Era muito fácil, porque todo mundo detestava aquele estado de coisas.

Teve um colega meu, que era um poeta, grandalhão, que foi arrancado por policiais no meio de uma aula. Depois ele voltou. Tu estavas tendo aula normal, aí entrava a polícia e ninguém sabia o que ia acontecer. E aí o arrancaram. Não tivemos coragem de fazer nada, ficamos com muito medo. E ele foi levado gritando, pedindo ajuda. Pelo menos esse voltou depois. Mas era “normal” acontecer esse tipo de coisa. Junto com o pavor, a revolta crescia. A gente tinha uma coragem, um desprendimento também, que é difícil ver hoje em dia. Pelo menos eu quase não vejo.

Então montamos esse comitê de alunos do Julinho. Junto com outros secundaristas, fazíamos pichações e distribuíamos panfletos – sempre com muito pavor – no centro de Porto Alegre e em outras

idades também. Jogávamos os panfletos de cima dos prédios e logo após estava cheio de brigadianos embaixo, querendo saber onde estavam os subversivos, enquanto as pessoas juntavam os panfletos, liam e levavam consigo. Isso era muito bom, porque sentíamos que estávamos fazendo alguma coisa, apesar do pavor. E eu emprestava a casa dos meus pais, nos fins de semana, quando eles saíam, para reuniões da direção desses dois partidos e de outras organizações. Não sei quem ia lá, eu só dava a chave e saía.

Também conheci companheiros clandestinos, foragidos, com risco de vida, cassados pelo país todo, que vinham para cá e ficavam escondidos. Teve uma menina que ficou na minha casa, codinome Mirtes, era uma nordestina. Ela era da minha idade, uns 17 anos. Em uma luta em São Paulo, entre a Universidade Mackenzie, que era de direita, e a Universidade de São Paulo (USP) jogaram uma bomba nela e ela quase perdeu a perna, que ficou deformada. Essa menina, psicologicamente, estava marcada, sempre tive a sensação de que ela não viveria muito tempo. Tomara que esteja viva e bem. Eu não sei nem o nome verdadeiro dela.

Também convivi com outra pessoa que foi muito marcante, era mais velho do que eu, talvez quase trinta anos. Também não sei o nome verdadeiro dele, mas o chamava de Mauro. Ele estava escondido e eu levava todos os dias comida para ele. Comida, livros, recados, outras coisas que ele precisasse, já que ele não podia aparecer na rua. Ficamos muito amigos. E ele realmente me fez a cabeça. Era uma pessoa culta, que acreditava na liberdade. Tinha um amor infinito dentro dele. Conversávamos muito, até que um dia... Tinha uma mulher em São Paulo, que ele amava profundamente, e conversávamos muito sobre isso, sobre as relações de amor; ele era um homem feminista. Tinha muita coisa que ele falava que era novidade para mim.

Pois bem, a mulher dele estava grávida. E ele tinha muito medo de eles não conseguirem ter um futuro, pelo jeito que as coisas estavam andando. Ela não era uma grande militante, era a namorada que ele tinha há muito tempo. Na última vez em que eu falei com ele,

a notícia de que a mulher dele estava presa em São Paulo – já estava presa há bastante tempo e ele não sabia – e que ela tinha dado à luz no Cenimar, um Centro de Informações da Marinha, onde muita gente foi torturada, muita gente desapareceu. As famílias não conseguiam chegar nem na porta. E ele ficou sabendo que a mulher e o neném estavam lá e que estavam ameaçando torturar o neném se ela não dissesse onde ele estava. E ela não sabia. Ela só sabia que ele estava em Porto Alegre, mas não sabia o endereço. Ficamos conversando até altas horas da madrugada, tentando achar uma saída. E não tinha saída. Eu fui para casa me sentindo muito mal. No outro dia, quando eu voltei, ele não estava mais lá. Eu não tinha chave. Bati, bati.

Dias depois, o pessoal que fazia o contato com essas organizações disse que ele era um dedo-duro, que tinha se entregado e entregado um monte de gente. Deram-me alguns pontos marcados, com datas e lugares diferentes para a gente se encontrar. Então começou a cair um monte de gente. Um monte de gente foi presa. Eu fui a dois ou três desses pontos, não tinha ninguém. E eu estava com muito medo, não podia contar aos meus pais, porque eu não queria envolvê-los também. Meu namorado, meus amigos sabiam, me ajudavam, mas ninguém estava seguro. Eles também estavam envolvidos no apoio. Até que um dia apareceu um policial na minha casa, me intimando para depor no DOPS, que era o famigerado Departamento de Ordem Política e Social.

Eu me esqueci de contar que no “Julinho” havia aula de Educação Moral e Cívica, que era dada por policiais ridiculamente obtusos e por membros da TFP, que era uma organização que andava com estandartes medievais e se chamava “Tradição, Família e Propriedade”. Eles deram aula para nós, mostravam mapas do mundo com o avanço do comunismo. O mapa ia ficando todo vermelho. E a gente só não ria, porque tinha medo. Ria depois, escondido.

E eu tinha que depor lá no DOPS. Minha mãe ficou muito nervosa, o meu pai também; queimamos vários livros deles, que eram livros marxistas, livros do Paulo Freire e outros que poderiam ser suspeitos,

porque quase tudo era. Minha mãe prendeu meu cabelo, fez “maria-chiquinha” para eu ficar com uma cara bem de criança, para eles não me maltratarem. Coitadinha, ela ficou louca de medo em casa. E o pai foi comigo. Não o deixaram entrar, meu pai ficou sentado na escada externa do prédio durante sete horas, sem saber o que estava acontecendo comigo. Meu pai era um professor universitário. E junto conosco foi um delegado de polícia (da Delegacia de Entorpecentes) que era amigo dos meus tios. Nem o delegado pode entrar também.

Levaram-me para uma sala bem grande, quase vazia. Um escrivão, chamado Carlos Cardoso, ficou me interrogando, perguntando se eu era subversiva e outras coisas, esse tipo de pergunta “altamente inteligente”. E mostrando muitas fotos, eu não conhecia ninguém. Mas era muita gente! Aquilo me fortaleceu por dentro. Porque eram pessoas de todas as idades, de tudo que era cara, tudo que era jeito. Uma cara mais bonita que a outra. E eu tinha o prazer de dizer: “Não conheço, não sei, nunca vi, não conheço”.

Então ele meio que se irritou uma hora. Saiu, voltou com outro, que eu acho que era o Pedro Seelig, um loiro, que ele chamava de doutor. E o doutor fez o papel do bonzinho. Disse que eu era uma pessoa de boa família, que ele queria me ajudar, que ele não queria que eu pagasse pelo erro dos outros. E que aquelas pessoas – as pessoas das fotos – já tinham me dedurado. Por que eu estava protegendo essas pessoas? Por que eu queria ser legal com elas se elas não tinham sido legais comigo? Esse tipo de jogada. Eu falei a verdade: Não conheço ninguém nessas fotos. Aí me mostraram mais outro calhamaço de fotos. Não conhecia ninguém. Havia muitos idosos, pelo menos eu achava, na época, tinha 17 anos, para mim eram idosos, não sei se eram tão idosos. Cada foto daquelas me deixava com mais orgulho.

A certa altura, eles saíram me deixaram sozinha um tempão, sem nada para fazer. Então entrou um homem horroroso, meio “abobadão”. Meteu a mão dentro das calças, ficava se tocando, me rondando e dizendo que tomara que eu não falasse mesmo, porque aí eu ia ter que ficar com ele. Ameaçando uma violência sexual, uma coisa assim.

Eu fiquei quieta, olhando para o chão. Até que ele “encheu o saco” e foi embora. Mais um tempo sozinha. Então veio a tal da acareação: Trouxeram algumas pessoas torturadas que estavam presas no DOPS, para eu ver se as conhecia e para cada pessoa dizer se me conhecia. Foram poucas pessoas, não lembro, acho que foram menos de 10 pessoas. Tinha duas pessoas que eu conhecia. Eu tinha três pessoas fazendo meus contatos com AP (Ação Popular) e PCdoB. E duas delas estavam ali.

Uma era um grande e querido amigo e, quando ele apareceu, a gente até se sorriu. Aí ele falou primeiro: Conheço ela, lá do “Julinho”. Eu falei: Também conheço, mas por que ele está aqui, acho que ele não é subversivo. Então, ele levantou a mão. Não sei se não tinha unha ou estava arrancada. Uma coisa preta nas pontas dos dedos, que ele fez questão de me mostrar. E o levaram. Depois trouxeram a minha outra amiga, que estava grávida. Devia estar com sete ou oito meses de gravidez. E vinha conduzida por uma arma grande – não sei o que era aquilo, se era uma metralhadora ou um fuzil – sendo empurrada pela barriga. Ela estava completamente apavorada. Ela não me olhava. Ela só olhava para o chão. E eu não consegui ajudá-la, nem pelo olhar nem nada.

Porque com ele, pelo menos, a gente trocou aquele olhar. Cada um que vinha, era um olhar que falava por mil. Mas com ela não deu. E hoje essas duas pessoas, elas estão com muitas sequelas. Ela eu consegui ajudar a ganhar o dinheiro da reparação. Ela tem filhos, eu acho que cinco filhos. Ela ficou muito, muito agradecida por receber aquele dinheiro da indenização.

Nunca mais me chamaram. Ameaçaram que eu iria ser presa, torturada e coisa e tal, mas me deixaram ir para casa com o meu pai, à noite. Nunca mais me chamaram. E continuava a ditadura. A primeira faculdade que eu fiz foi História. E no ano em que eu entrei, 1973, houve um expurgo horroroso de professores. O que me fez entrar para a Faculdade de História na UFRGS, que era um corpo docente muito combativo, eles desmancharam. Eu peguei uma safra de professores alienados ou calados, a História virou uma

coisa folclórica. As coroas do Tutankamon, sei lá o quê. Fiquei um semestre apenas na História e fui para a faculdade de Jornalismo. Trabalhei na Coojornal, que era uma cooperativa de jornalistas, que resistia à Zero Hora e ao Correio do Povo. Foi bem interessante, mas também durou pouco tempo.

As coisas iam se desfazendo, essa resistência marxista-leninista para mim foi perdendo o significado. Porque não tinha mais, não pertencia a grupo nenhum. Eu viajei de carona pelo Brasil e pela América Latina para conhecer o povo. Viajava um tempo, “Saindo do Sistema” e depois voltava e “entrava no Sistema”, trabalhando e estudando por um tempo. Até hoje, tenho um sentimento de não pertencer mais a nada. E, ao mesmo tempo, não querer de forma nenhuma pertencer ao que foi construído a partir de tanta injustiça e massacre. Naquela época do Médici, eu tentei ir para a guerrilha rural do PCdoB, no Araguaia, mas não me aceitaram. Ainda bem, porque provavelmente teria morrido lá. Eu acho que, como tantos, sou uma sobrevivente.

Pela educação da minha família, eu acho que eu jamais seria uma pessoa que ia ambicionar um poder pessoal muito grande, poder político. Hoje eu sou uma anarquista convicta. Não acredito em partidos, acho que cada vez mais são umas quadrilhas, umas “máfias brabas.” E que na própria estruturação de um partido já tem esse germe de autoritarismo. Como dizia o Phroudon: “O poder corrompe”. E corrompe mesmo. Não é só a Dilma Rousseff e o José Dirceu. Corrompe.

Daí se criou para mim um dilema psicológico bem sério. Já fui para terapia várias vezes tentando ver o como me situar num mundo tão injusto. Eu posso ter um carro ou não? Se eu tiver um carro eu estou oprimindo as pessoas que estão comendo lixo ali na frente da minha casa? E vou dizer que isso continua uma interrogação para mim. Continua um conflito. E fico muito indignada com esses políticos. Talvez o que me indigne mais ainda é ver que a ditadura serviu ao propósito de um imperialismo violento, que em grande parte está sendo muito bem sucedido.

Colocar uma ditadura militar violenta matando qualquer tipo de cultura e de resistência de um povo, pode ser eficaz. Pelo menos por um tempo. Por exemplo: existia o acordo MEC-USAID – as pessoas da minha idade devem lembrar disso – que era totalmente rechaçado nos meios educacionais e que hoje está sendo implantado, formando mão de obra tecnocrata, alienada, barata, para apertar botãozinho em multinacional. Quase não se estuda mais Filosofia, Música, quase não se estuda mais Sociologia, Antropologia. História eu não sei como é que está. Os historiadores que eu conheço são muito legais. Mas as ciências humanas, críticas e criativas, perderam o seu lugar para o “American way of life”. Hoje tu vê a criminalização da pobreza e dos movimentos populares. Um consumismo cego e insaciável. Insaciável como a ganância do império, dos impérios em geral.

Estive na Venezuela, no Fórum Social Mundial. Apesar de ser anarquista, rendo homenagens ao Hugo Chávez, aos companheiros dele e aos cubanos. Porque eu vi uma saúde pública que só em sonhos a gente imagina aqui, só na bela teoria do Sistema Único de Saúde (SUS). Eu trabalho hoje para o SUS e também em um consultório particular. É muito difícil para mim conviver, na gestão pública, com petistas e pecebobistas de última hora, falando em gestão participativa e sendo super autoritários e repressivos, e sei lá o que mais, mentindo descaradamente. São oportunistas, pessoas corrompidas, jovens corrompidos, jovens direitistas sem nem saber por quê. Isso é que me dói mais. Mas sempre tem aquele germe de vida e saúde que faz com que as pessoas não se limitem completamente. Sempre há focos libertários nascendo e lutando. E eu acredito que sempre vale a pena.

Meu modo de pensar sobre a Psicologia hoje: Eu estou trabalhando em duas frentes, uma é o consultório particular de Psicoterapia, onde cada pessoa leva o seu caminho de libertação, leva a sua verdade. Eu acho que uma pessoa que está de bem consigo mesma, que está sendo verdadeira consigo, essa pessoa não oprime e não quer ser oprimida. Mais ou menos por aí, o que eu penso. Então hoje, já com 30 anos de consultório, eu tenho um trabalho no qual eu

tento respeitar a verdade de cada um. Não pretendo fazer a cabeça de ninguém. Adoro o consultório pela variedade de experiências que as pessoas diferentes trazem. Já atendi militares que foram ativos na ditadura. Um dia eu falei que eu adorava o Carlos Lamarca, quase deu uma briga, porque o cara achava que o Lamarca era um traidor do Exército. Ele buscou terapia porque era casado e se apaixonou por outra mulher, sofria pela culpa.

Após a faculdade de Psicologia, fiz especializações em terapia reichiana e bioenergética, terapias corporais. O Reich tem um livro – tem vários – “Escuta, Zé Ninguém” e a “Psicologia de Massas do Fascismo”, nos quais ele mostra isso: A pessoa oprimida, infeliz, ela quer uma ditadura, resumindo grosseiramente. E a pessoa que está melhor psicologicamente, anseia por liberdade. Ela anseia por liberdade para si e para os outros. Ela tem a consciência de que ninguém é feliz no meio do sofrimento dos outros.

É por aí que eu tento trabalhar, por um caminho de respeito à liberdade. E vale tudo. Sou médium, então atendo pessoas de umbanda, espíritas, evangélicas, qualquer um. A pessoa traz o seu caminho e eu vou junto, se a pessoa me permite entrar. A confiança é fundamental. Esse trabalho no consultório tem me ajudado a manter a saúde mental. Porque, se fosse só o meu trabalho no SUS, eu acho que eu já teria feito alguma coisa mais radical lá dentro e provavelmente seria demitida. É difícil para mim trabalhar submetida a condições de perversidade, autoritarismo, mentira e competição.

Quando a ditadura foi implantada eu tinha só dez anos. Também sou “fruto” dela. Mas quando eu fui para a Venezuela, vi as pessoas mais livres e soltas, alegres. Eu fui naqueles bairros que são as favelas lá. Aquelas mulheres de 60 anos, totalmente soltas, chavistas, fazendo horta comunitária, fazendo isso, fazendo aquilo, vivas, com uma alegria, umas ganas de serem donas daquele chão e daquela pátria. Eu pensei: O brasileiro não é mais alegre. Se já foi, não é mais. Eu gosto daquelas chanchadas do Oscarito, do Grande Otelo, Dercy Gonçalves, daqueles filmes e músicas. Cadê aquilo? Cadê? Cadê

aquela criatividade, aquela alegria do povo brasileiro? Não vejo isso. Não vejo quase.

Eu vejo um povo submetido. Muito, muito ferrado, muito neurótico. Muita gente comendo lixo mesmo, literalmente. E a Dilma dizendo que é Fome Zero, não sei mais que outras besteiras. E a imprensa fazendo lavagem cerebral o tempo inteiro. A Copa do Mundo do jeito que está sendo feita, “para inglês ver” e político lucrar. A higienização social. O que mais? A lista não termina. O triste é isso: Não termina. Escrevi algumas coisas antes da entrevista e botei o título: Heranças da ditadura. Então comecei a lista, chegou uma hora eu escrevi *et cetera, et cetera, et cetera*. Porque é muita coisa nefasta. Desrespeito à natureza total. Porque, para a ganância capitalista, é o lucro imediato que interessa, sabe? Desrespeito à vida. A falta de vergonha na cara está institucionalizada e de um jeito tal que parece um deboche.

A coisa está assim: O Fernando Collor sofre o impeachment, então ele volta como presidente do Conselho de Ética do Senado. Ética? O que vale a ética para o Collor? O que valem os Direitos Humanos para o deputado Marcos Feliciano? Eu vi uma entrevista do Leonardo Boff ontem na TV e ele explicou super bem essa ala evangélica do Silas Malafaia e do Marco Feliciano: A Teologia da Prosperidade. Há um ramo dos evangélicos que é totalmente materialista: Se tu dá dinheiro para Deus, Deus te dará dinheiro também. Então se tu der mais, ganhará mais. Essa é a ala religiosa que mais está crescendo no país e no Congresso. Muito perigoso.

Assim como crescem os Shopping centers. Não tem mais cinema na rua. Querem cercar o Parque da Redenção! As pessoas estão esmagadas. Esses dias um vizinho meu estava com medo de sair do prédio porque tinha uns meninos “de rua” ali na frente e podiam fazer mal para ele, “um cidadão de bem”. Um homem de dois metros de altura!

A ditadura foi financiada e foi imposta de fora para dentro, isso tem a ver com o imperialismo internacional. Existia todo um plano, que está sendo cumprido passo a passo. Pior para nós, melhor para eles.

Para os “pacatos cidadãos”, pobre é ladrão, pobre é perigoso. Um cara pobre bate no vidro do carro: ai, ai, ai, vai me assaltar, vai me esganar, vai me matar. Mas um empresário, um burguês, é “do bem”, é um modelo, esse não vai me roubar, não vai me esganar, não vai me matar.

Essa falta total de consciência do óbvio é uma herança da ditadura. Porque se há uma coisa que eu aprendi com os militantes daquele tempo – alguns deles morreram, outros são sombras do que foram, mas estão vivos – foi que existia uma lucidez em relação ao que estava acontecendo. Isso eu também percebi na Venezuela no tempo do Chávez. As pessoas sabiam o óbvio. As coisas são mais simples do que parecem. Se elas ficam muito sofisticadas, ficam confusas e pervertidas. Se tu ligar a televisão tem uma lavagem cerebral atrás da outra. E quem é que fica imune todo tempo a isso? Eu conheço muita gente que contrai dívidas nas Casas Bahia, porque acha que é mais barato. Numa loja a prestação é cem reais, na Casas Bahia é 80. Só que a Casas Bahia tem um número maior de prestações e a pessoa não se dá conta. Porque estão mentindo para ela. Para nós, o tempo todo.

Tu não podes questionar se o creme dental vai branquear teus dentes mesmo, como diz na propaganda, e se vai aparecer uma estrelinha brilhando no dente. Não tem para quem questionar. Ninguém te defende. E quando existe uma organização de defesa do consumidor, daqui a pouco a líder vira deputada, vira vereadora, vira não sei o que o proveito próprio fala mais alto.

Eu estou meio amarga hoje em dia, mas me alegro quando vejo os movimentos de resistência de jovens, apesar dos partidos oportunistas no meio.

Coitada da geração pós-ditadura. Massacrados. Eu vejo as pessoas: trabalham, trabalham, trabalham, consomem, consomem, consomem. Passam a vida dentro de shopping center, de carro, numa caixinha no escritório e bonitos, de terno, de salto alto. “Bem sucedidos” nas gaiolas, longe dos miseráveis sem cidadania. Isso é uma doença. É uma doença social. Vinte anos de terror. O que isso causa para uma sociedade?

Sobre o processo democrático? Bom, essa democracia representativa é uma das piores farsas que eu conheço. Não representa ninguém, é mentira. São quadrilhas e quadrilhas roubando. Uma vez eu fui passar umas férias em Porto Seguro, paguei em 10 vezes pela Varig Travel e fiquei num hotel legal, estava muito bom. Havia outro hotel do lado, luxuoso, lindo, estava fechado. Era a filhinha de um senador fazendo 15 aninhos e o senador fechou o hotel para a festa da filha dele. Inclusive a praia. Não podíamos passar pela praia porque estava tendo a festa. O que é isso? Democracia? Quem não tem um caso parecido para contar?

Democracia... Criança de rua, que tu saís pulando em cima dela enquanto está dormindo. As primeiras crianças de rua que eu vi, eu levava para casa, dava comida, dava tênis, perguntava onde é que morava a mãe, onde é que morava o pai, tentava levar a criança de volta. Chegou uma hora que não deu mais. Era muita gente. Chega uma hora em que, para tu sobreviveres, tu achas que aquilo é quase natural. Tu conversas, dás um dinheiro, dás a metade do teu sorvete, mas não muda nada, só sente o coração apertado. Sozinha, tu não mudas nada.

E quanto aos movimentos que existem, eu ando muito fechada, devem existir, eu sei que existem movimentos de resistência, mas eu não conheço hoje. Na entrevista com o Leonardo Boff, tinha duas mulheres que são de uma ala feminista da Igreja Católica, são teólogas. Estavam lá, “p da cara” brigando, eu adorei. Elas derrubam as políticas moralistas contra o aborto, contra usar anticoncepcional, essas coisas medievais que a igreja tem. Nunca me passou pela cabeça que pudessem existir, até no Vaticano, feministas radicais. Nossa, elas estão brigando lá dentro. Então esse tipo de coisa me dá muita esperança. Sempre existe uma resistência. Em várias frentes. Mas o inimigo é muito violento.

Então, essa tal democracia, talvez em certos pontos seja até pior que a ditadura. Porque a ditadura era assim: Era uma TFP da vida, ridículos, eram uns vampiros com estandartes e com policiais

armados e tu dizias “Sim, sim senhor”. Quando eles saíam, não tinha entrado nada em ti. Tu continuavas pensando, apesar do medo. E hoje? Essa propaganda massiva de que tu tens direito a votar aos 16 anos, que maravilha. Votar em quem? Votar pra quê? Em um país gigantesco desses com um governo central, eu acho que não tem saída. Eu acho que a gente teria que se desmembrar em comunidades menores e autogestionáveis. Mas eu não acho que isso vai acontecer pacificamente. Porque os gananciosos do mundo não vão deixar.

Eu conheci comunidades alternativas, que eram só paz e amor, mas quando poluíram seu rio ficaram sem água para tomar. Então, acho que essa saída tão pacífica não dá certo. Eu tentei muito isso. Eu viajei de carona numa coisa super hippie, sem dinheiro, sem relógio. Foi muito legal, tu conheces um monte de coisa no contato direto. Mas, por outro lado, tem que se fortalecer para se defender, pois, como diriam os religiosos: O mal existe. E eles não vacilam, sabe? Eles destroem o planeta, mas eles não deixam de lucrar.

Teve um milionário norte-americano que, quando morreu, abriram o testamento e ele queria ser cremado com todo o dinheiro dele. Todo o dinheiro em notas de papel, forrando o caixão dele. E ele foi cremado com todo o dinheiro dele para não deixar para ninguém. Se ninguém roubou um pouco por fora, isso aconteceu. É isso aí. Não acho que ele seja tão mais doente do que essa Dilma plastificada falando que os desabamentos no Rio de Janeiro são culpa das pessoas que vão morar em lugar que desaba. Companheira, torturada na ditadura. E aí? Virou o quê?

Não sei o que foi feito dos meus amigos que sumiram. Teve um menino que era do movimento da Reforma Agrária, precursor do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra). Era um doce de pessoa, um alemãozinho da colônia. Ele foi fuzilado ali perto do Viaduto da Avenida Salgado Filho. Passou um carro e o matou, atiraram nele, sem mais nem menos. Era um guri. Mas daí tu ficas pensando: E esses que sobreviveram? Não há como não comparar, como não lamentar o “sucesso” do José Dirceu e outros, às custas das mortes de meninas e meninos idealistas.

O senador Paulo Paim apoiou o senador Renan Calheiros! Não dá para ter ídolos, não dá para delegar. Quando o PT (Partido dos Trabalhadores) foi fundado aqui em Porto Alegre, eu estava lá. Vieram o ex-presidente Lula, o Olívio Dutra e outras pessoas, era o PT sem patrões. Naquele dia mesmo eu disse: “Não acredito nisso aí. Não acredito.” E eram todos trabalhadores. Sem patrões.

Enfim, qual a saída? Se tu souberes a resposta eu quero ouvir. Se tiver algum convite para ir além dessa palhaçada de democracia – sem querer ofender os palhaços – eu quero também. Mas eu não sei. Enquanto isso a gente vive aqui no meio. Levando agressões o tempo inteiro, porque a vida estáruim para todo mundo. Parece, posso estar muito amarga, mas parece que ninguém está muito feliz por aí. E nem poderia, eu acho.

A verdade é revolucionária:



Rondônia

A verdade é revolucionária:

testemunhos e memórias de psicólogas
e psicólogos sobre a ditadura civil-militar
brasileira (1964-1985)



testemunhos e
memórias de
psicólogas e
psicólogos
sobre a
ditadura
civil-militar
brasileira
(1964-1985)

EQUIPE TÉCNICA DO CRP-20:

- Nivya Kellen de Castro Valente, presidente da Comissão de Direitos Humanos do CRP-20, entrevistadora
- Ludyane Neves, psicóloga-fiscal do CRP-20
- Vanessa Miranda, técnica pesquisadora do CREPOP/CRP-20
- Clóvis Castro Coelho, estagiário do CREPOP
- Cleison Fernandes de Souza, técnico administrativo do CRP-20
- Ricardo de Castro Costa, colaborador voluntário na transcrição da entrevista.

Rondônia – RO

Nome dos integrantes da equipe técnica envolvida na coleta e processamento do material:

- Maria Regina Azevêdo dos Santos
- Mercedes Araújo Gurgel do Amaral

Nome dos integrantes da Comissão regional

- Janaína Caldeira Simões da Silva Baraúna - Presidente (CRDH)
- Francinete Freire Batista - Membro (CRDH)
- Maria Regina Azevêdo dos Santos - Membro (CRDH)

Integrantes da Comissão envolvidos diretamente com o projeto

- Maria Regina Azevêdo dos Santos
- Equipe/colaboradores
- Alessandra Figueira Silva - Estagiária do CRP/20 - Seção Rondônia

ELISABETE CHRISTOFOLETTI

Depoimento da psicóloga e analista junguiana entregue por escrito à Seção Rondônia (RO) do Conselho Regional de Psicologia da 20ª Região.

“No Cosmos, como na vida humana, tudo está ligado através de uma textura invisível.”

Mircea Eliade

As Valquírias, na mitologia germânica, chamavam para si o papel de fiandeiras do destino e o faziam em um tear especial, durante a morte dos seus guerreiros no campo de batalha. Cantando, teciam o destino usando o sangue dos guerreiros mortos como matéria-prima.

Para que nunca mais tenhamos sangue derramado em razão de nossa dificuldade em sermos tolerantes com as diferenças, sejam quais forem, esta narrativa é para Cecília Wetten.

Quando recebi o chamado do Conselho Federal de Psicologia (CFP) para partilharmos vivências que remetem à ditadura no Brasil, parei por um momento e pensei se poderia contribuir.

São tantos os relatos de pessoas próximas, outras nem tanto, sempre de agressão, violência ao corpo e à alma sofridos durante a ditadura militar no Brasil, que decidi partilhar a vivência que tive com uma dessas pessoas. O nome dela é Maria Cecília Bárbara Wetten, que para mim, sempre foi, somente e tudo, Cecília.

Das convivências que tive/tenho com pessoas que tiveram seus corpos torturados e violados, a livre expressão dos pensamentos cerceada e sua alma dilacerada, noto como as reações entre um e outro são tão diferentes na forma de sobreviver; alguns tombando, outros resistindo e outros ainda reexistindo.

Há pessoas que se tornaram viúvas do Ato Institucional Número 5 (AI-5), que nunca conseguiram se desvincular da agressão sofrida. Com o coração cheio de amargura e tristeza, quase sempre ainda sofrem de depressão. Ficaram contaminadas pelo que de pior o período teve. Conviver com estas pessoas não é tarefa fácil. A dor toma forma de uma estrutura rígida, escura, com cheiro indescritível.

Com o humor comprometido, a capacidade de amar ou de expressar o amor fica presa numa vivência de Prometeu. A aridez se associa às reclamações, queixas e insatisfações, como não conseguir acessar a criatividade. Não há vida fluida. Torna-se muito difícil libertar-se do sofrimento, mas nem sempre viver assim é uma opção. Muitas vezes, a condição persiste pela ausência de recursos suficientes para ter coragem de enfrentar a si mesmo de outra forma.

Assim, tais pessoas tornam-se solitárias, duras na forma de se relacionar e terminam não conseguindo ter muita tolerância consigo e com o outro; o que talvez seja uma maneira de se proteger de novas frustrações e de novas perdas. Afinal, se não se vincula, não corre grandes riscos, mas também não tem a alma nutrida.

Outra forma de continuar a viver depois de sofrida a tortura, como tenho observado, manifesta-se a partir de um sentimento incômodo muito grande que envolve a pessoa. É um reviver constante das histórias, tal qual uma vivência de Sísifo.

Sísifo, na mitologia, recebe um castigo depois de demonstrar publicamente sua astúcia e rebeldia frente aos desígnios divinos. Era um inconformado. Como punição, foi condenado a empurrar uma pedra ladeira acima, precisando deixá-la no topo para cumprir sua tarefa e ser dela liberado. E esta era a questão. Toda vez que Sísifo chegava ao topo, bem perto de finalizar sua tarefa, a pedra rodava ladeira abaixo, e ele mais uma vez reiniciava seu trabalho. Sísifo não desistia, apesar de saber que era uma punição divina, por isso poderosa como nosso regime militar, e fazia mais uma vez o mesmo caminho, porém de forma diferente.

Sísifo, embora estivesse preso a seu trajeto e a sua tarefa, na interpretação do mito, que entendo ser mais significativa, o fazia de forma diferente. Ao realizar o mesmo trajeto, a mesma tarefa, mas sempre reiniciando a trajetória com a pedra, constitui novos aspectos desse homem. Logo, o novo se dá dentro do velho, do já conhecido.

Presas em suas histórias, dores e feridas, no contar e recontar, esses personagens foram agregando novas possibilidades para si

mesmos dentro da mesma história. Não obstante, continuam na dor, identificados com ela. Existem histórias de vida, tais quais o Sísifo-torturado, onde a sobrevivência depende desse “estar na dor”.

Talvez tenhamos aqui uma das resultantes da tortura: a incapacidade de sentir-se com potencial para fazer uma outra história, ter outra vida, ou elaborar, de forma antropófaga, a experiência da tortura. Normalmente, os torturados estabelecem um modelo comportamental já conhecido: embora constantemente se remetam à dor, sabem qual é e como ela é, são aparentemente seguros.

Vejo ainda mais uma maneira de elaborar as feridas da tortura e da violência na vivência do centauro Quíron, também presente na constituição da vivência do psicólogo, quando reconhecemos a dor daquele a quem acolhemos (aqui falo do arquétipo do curador ferido). Neste grupo estão as pessoas que conheci e não se identificaram com suas próprias feridas; elas a reconheceram, entraram em contato de maneira profunda, identificaram-se, mas não se prenderam. Conseguem dialogar com a dor, enfrentá-la e reexistir com ela, nela e apesar dela, não precisando permanecer vinculadas, nem negá-las, o que poderia facilitar uma experiência com seu oposto, o que poderia significar também “permanecer na dor”.

Sim, mas e Cecília? Onde está nisso tudo?

Tentei resgatar a imagem mais presente que tenho dela e tive muita dificuldade para selecioná-la. Só então me dei conta que nunca consegui enxergar Cecília de uma forma predominante. Apesar da foto em minhas mãos, quase monocromática, ela continuava colorida e presente em minha vida.

Cecília deve ter sido uma moça muito bonita. Quando a conheci, já tinha a forma física e psíquica que os porões da tortura insistiam em dar a ela.

Seus cabelos eram longos, descuidados e ralos, divididos ao meio, sempre soltos, caídos como se quisesse ou precisasse camuflar o rosto (para mim, fruto da necessidade de se esconder, medo de ser vista, enxergada e reconhecida). Seus olhos eram claros,

mesmo depois de tanta dor, mesmo após registrarem o pior do que o ser humano pode fazer, que é agredir outro ser humano. Com a consciência (e que consciência!) do que havia acontecido com ela, eram olhos que tinham na cor uma transparência. Eram bonitos. Às vezes, sorriam e mostravam a mocinha que nunca deixou de acreditar que poderíamos transformar o mundo. Seu olhar estava associado à maturidade dos anos de vida adulta, que lhe davam a tolerância dos mais jovens que buscavam formas de intervir, mudar a si mesmos, as relações próximas e o mundo. No entanto, intolerantes à mentira, à violência, à agressão e ao medo.

Este contato com os mais jovens, compreendo que dava a ela a esperança de viver novas e diferentes histórias. Ela sabia ouvir, tinha interesse genuíno pelo que era dito, bem como pela pessoa que relatava. O contato com o novo dentro dela mesma era provocado e potencializado por esta proximidade literal com os mais jovens. Entendo que esta também era a função dos filhos de Olga Salomão (uma amiga), com os quais Cecília gostava muito de sair, levar para passear.

Seus olhos também se escondiam atrás de óculos.

Por um instante, fiquei em dúvida quanto aos óculos, mas não tinha nenhuma imagem para checar. Lembrei-me de uma foto tirada em sua chácara, mas não a encontrei. Penso que Cecília nunca quis ser lembrada por fotos, e sim pelo que dividiu conosco durante seus anos de convivência. Ela não gostava de aparecer, quem sabe por medo de ser reconhecida, delatada, entregue, ou apartada das pessoas e dos sonhos que lhe foram tão caros.

Se nossos índios acreditavam que a alma ficaria retida, seria roubada, que seria dissociada quando lhes fosse tirada uma foto, Cecília emocionalmente sentia-se desnudada ao ser fotografada, ficando vulnerável aos agressores como memória viva, sentida e possível de ser lembrada em muitos momentos. Sentimento este provocado pelo alto grau de policiamento no regime militar, onde não se podia correr o risco de deixar rastros... Coisas que quem precisou fugir por conta da militância.

Quem sabe, Cecília, com a consciência que tinha, não fosse capaz de suportar ver-se destruída fisicamente, assim não precisaria reconhecer seu próprio e disforme corpo.

Era grande, sem forma definida, de uma gordura que me parecia estar propositalmente ali para que continuasse negando outras possibilidades de identidade, como a de mulher vaidosa. A sensação era de que seu corpo, coberto por aquela gordura que não modelava nenhuma forma, masculina ou feminina, a defendia de algo; quem sabe de si mesma, da possibilidade de amar, do desejo.

Cecília teve um namorado durante a ditadura. Nunca falou dele comigo, mas eu sabia. Esta foi mais uma história interrompida e utilizada para obrigá-la a delatar seus amigos de sonhos e ideais de transformação. Cecília é tida como uma pessoa que deu muito trabalho a seus torturadores, pois não delatou ninguém – apesar de seu namorado ter sido torturado para pressioná-la, como está relatado no livro *Brasil: nunca mais*, e foi a primeira presa política a relatar com detalhes o que se passava nas sessões de tortura.

Gritar ao mundo o que se passava nos porões da humanidade (parafrazeando Carlos Mesters) poderia ser uma maneira de sentir-se menos impotente, menos frágil, menos solitária. O que não se tinha consciência, penso, era a atitude de preconceito e medo por parte das pessoas que deixaram transparecer que partilhavam da dor de tantas “Cecílias” (aqui não falo de sua história pessoal, porque é coletiva), constituída de agressões, das tantas ditaduras que nos impomos, dia após dia, a partir da nossa mediocridade.

Quando percebeu que estava ultrapassando seu limite no consumo de álcool, num movimento ou instinto de sobrevivência, Cecília internou-se para reorganizar-se. Lá, como em todos os lugares, viveu suas crenças, fez sua política e transmitiu sua consciência para enfermos e pacientes.

Cecília vestia, habitualmente, um camisão e calça comprida. Seu rosto tinha uma forma arredondada e uma pele bem clara. Sentava-se nos cantos, sempre à margem, quem sabe tentando não ficar em

evidência e, assim, não sofrer as consequências diretas daqueles que ficam na linha de frente (isso ela havia vivido), no entanto continuava presente em todas as ações que pudessem ser transformadoras.

Em certa ocasião, Nilson Santos e eu estávamos em casa de Olga Salomão, uma amiga em comum e a melhor amiga de Cecília, que ajudava a dar continência a ela. Ambas entendiam-se em suas dores. Precisávamos fazer um alfabeto em pequenos quadrados de madeira, com uma letra em cada um, para utilizar nos Círculos de Cultura. Foi quando Cecília nos emprestou seu pirógrafo e nos ensinou a usá-lo. Guardo essas letras até hoje. Foram manuseadas por tantas mãos bem vividas e cheias de histórias. Cecília sabia e precisava acreditar que, nos ensinando a usar seu instrumento de escrita em madeira, nos deixaria habilitados para dar continuidade a um projeto que poderia ser agregado ao que ela era.

Anos mais tarde, Cecília nos presenteou brindando nosso casamento com dois de seus trabalhos feitos em madeira e marcados com o pirógrafo. As duas imagens evocam duas figuras completamente opostas: uma aparece um cangaceiro com chapéu de couro com uma faca diante dos olhos apontando para frente e a outra, bem distinta, mostra um homem velho, bêbado, sentado com a cabeça pendida sem mostrar o rosto, com um dos braços apoiados na mesa, tendo como companhia um cachorro dormindo ao seu lado. Naquele dia, Cecília segurando a gravura do nordestino, disse-nos que era isso que desejava: que tivéssemos coragem para viver nossa história e não nos tornássemos medíocres. Como sempre fazia, não assinou a gravura que fez, não deixou sua marca, não se identificou, apenas deixou sua memória.

Foi um presente lindo de casamento. Ela soube celebrar, tornar sagrado o que estávamos vivendo. Para nós, isso era um casamento: a fé, a alegria e o amor celebrado com os que nos eram tão caros, como Cecília.

Olhando para os dois desenhos, vejo duas imagens de uma mesma Cecília. De um lado, a representação do cangaceiro, homem vinculado a terra, visceral, que utiliza de todos os seus recursos para viabilizar seu projeto; ele acredita nas leis de seu grupo, de seu povo.

Este é um aspecto forte, indica que deixou Cecília vulnerável para ações como a dos torturadores.

A segunda imagem, pode representar ou evocar esta Cecília que, não suportando o contato com a realidade, busca através do álcool alterar sua percepção, principalmente de si própria. Talvez ela soubesse que, embora tenha feito inúmeras tentativas porque gostava de viver, teve sua alma ferida. Valia a pena viver, mas ela não tinha mais recursos para suportar o mundo.

Dois lados de uma mesma Cecília: a que luta e a que se entrega. Cecília nunca perdeu sua crença na capacidade de amar. E ela amava.

Tinha vários cachorros, todos mestiços. Quando ia à casa de Olga, levava sempre um deles consigo e o deixava dentro do carro. Ia com frequência. Apesar do medo de falar em público, geralmente percebido pela gagueira e confusão de ideias, Olga a ouvia muito, pois ela tinha sempre boas contribuições. Olga a pressionava para deixar o alto consumo de vodca. Por vezes dizia que precisava da ajuda dela para levar os filhos para algum lugar, mas não poderia confiar a segurança dos filhos por conta do álcool. Cecília, então, ficava vários dias sem beber, pois gostava muito das crianças.

A questão da fala é importante ser lembrada. Seu discernimento, inteligência e maneira de organizar o pensamento, eram muito elaborados, mas expor-se sempre foi um problema razoável.

Era discrepante vê-la na cozinha da casa da Olga, enquanto esta trabalhava nas encomendas de pratos. Cecília falava, sorria, brigava quando era necessário (independente da razão de ser de uma ou de outra) e tantas vezes saía como se não fosse voltar nunca mais. Olga sabia que ela voltaria, mesmo assim sofria. A relação foi uma vivência importantíssima do arquétipo do fraterno. Uma relação de irmandade, permeada pelo amor e cuidado. Este acolhimento ajudava a Cecília encontrar seus recursos para continuar com dignidade.

A reação de introversão nas situações grupais, também poderia ser lida como uma maneira de proteger-se, assim passar despercebida. Esta cicatriz, de um certo “medo” de partilhar suas

ideias, de tê-las que esconder, é fruto do agressão sofrida, da tortura. Creio que isso nos remete às cicatrizes que a agressão e a violência geram; não podem ser simplesmente apagadas, mesmo com um pedido de desculpas. Já marcou!

Foi em sua chácara que outro presente de nosso casamento foi tecido, ponto por ponto. Olga, nossa madrinha, quis nos dar um presente que fosse feito por ela mesma. Além de exímia cozinheira, teceu um tapete de crochê para nossa casa. E grande parte dele foi feito na chácara de Cecília, onde nos reuníamos para conversar, o que alegrava muito Cecília.

Ali era seu reduto, uma casa de portas e janelas sempre abertas, com pouca divisão interna. Tenho a lembrança de um tom azul claro nas paredes, com um pequeno portãozinho de madeira. Era uma típica casa de sítio. O chão de terra batida, na entrada, delimitava o término da varanda.

A primeira vez que entrei, tive a sensação de uma volta no tempo. Fiquei bem impressionada e demorei para entender. Tudo, tudo nos remetia ao estilo dos anos 60, o período antes da ditadura militar. As paredes carregavam quadros e fotos de Guevara, Fidel, Marx, a luta dos trabalhadores para se organizarem, a resistência dos estudantes frente à nova posição política. Havia arquivos de jornais e recortes. Cecília tinha um grau de organização muito grande e o violão era visto ora em um lugar, ora em outro, porém sempre o tocava quando estava só.

À medida que sigo falando de Cecília, sinto-me tão próxima dela e com saudades. Saudade dos encontros na casa da Olga, de olhar para ela e sentir que vale a pena. Muito aqui ficará sem ser dito, permanecerá em minha memória, que foi ativada, evocada e provocada nas conversas com Nilson para feitiço deste, que me trouxe o cheiro dos tempos de fraternidade.

Para conhecer um pouco mais sobre a história de Cecília, acesse:
<http://www.memoriaviva.sp.gov.br/2011/07/13/cecilia-wetten-a-mulher-e-os-movimentos-sociais/>

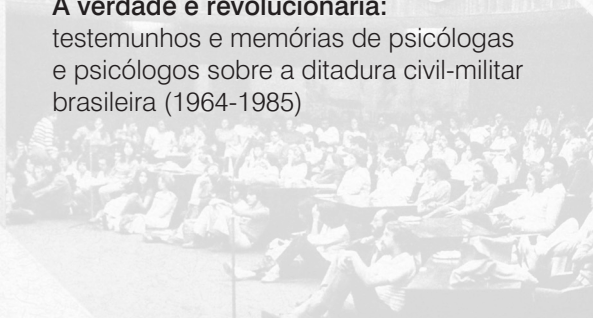
A verdade é revolucionária:



Roraima

A verdade é revolucionária:

testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)



testemunhos e
memórias de
psicólogas e
psicólogos
sobre a
ditadura
civil-militar
brasileira
(1964-1985)



Conselho
Federal de
Psicologia

Conselhos
Regionais de
Psicologia

EQUIPE TÉCNICA DO CRP-20:

- Nivya Kellen de Castro Valente, presidente da Comissão de Direitos Humanos do CRP-20, entrevistadora
- Ludyane Neves, psicóloga-fiscal do CRP-20
- Vanessa Miranda, técnica pesquisadora do CREPOP/CRP-20
- Clóvis Castro Coelho, estagiário do CREPOP
- Cleison Fernandes de Souza, técnico administrativo do CRP-20
- Ricardo de Castro Costa, colaborador voluntário na transcrição da entrevista.

Roraima – RR

Integrantes da equipe técnica envolvida na coleta e processamento do material:

- Ed'Luiz Chaves Briglia
- Danielle dos Santos
- Sigrid Gabriela Duarte Brito
- Rejane Maria Ferreira Andrade
- Larissa Paula Souza Briglia

Integrantes da Comissão envolvidos diretamente com o projeto:

- Rejane Maria Ferreira Andrade
- Danielle dos Santos
- Larissa Paula Souza Briglia
- Ed'Luiz Chaves Briglia
- Sigrid Gabriela Duarte Brito

Equipe/colaboradores:

- Rejane Maria Ferreira Andrade

DENISE SOCORRO RODRIGUES FIGUEIREDO

Entrevista concedida à Seção Roraima (RR) do Conselho Regional de Psicologia da 20ª Região.

Vou contar sobre o meu tio. Ele era radioamador da Petrobras, mas estava dado como foragido durante todo o período do regime militar. Mas o fato que me alertou para perceber “algo acontece” foi em 1974, um ano depois que a nossa família nuclear – meu pai e minha mãe e os filhos – saímos de Boa Vista, indo para Belém. Minha mãe tinha passado em um concurso do Banco da Amazônia (BASA) de nível nacional. Como ficou em primeiro lugar, depois de três anos, ela tinha o direito de escolher para onde ir. Ela escolheu voltar à Belém, onde tinha feito o 2º grau. Aliás, todos da família são de Roraima e foram viver lá.

A perseguição ao meu tio aconteceu em Belém, mas ele ficou foragido na Amazônia. Ele é roraimense, mas tudo aconteceu quando ele estava trabalhando na Petrobras, no posto de Belém, como radioamador. Ele devia ter entre 30 e 40 anos nessa época. Ele é o segundo mais velho dos irmãos da minha mãe.

Convivemos com ele, pois, apesar de estar foragido de 1974 a 1976, ele aparecia esporadicamente em casa. A primeira vez que ele apareceu foi quando me despertou aquela sensação de que havia algo errado, pois havia homens vigiando nossa casa.

As pessoas sofreram uma lavagem cerebral do governo na ditadura militar. Mas também sofremos uma pressão imensa na família. Não diria que foi uma lavagem cerebral, mas um cuidado tão extremo, que nós ficamos apavorados.

Minha mãe dizia para nós três, os filhos, e para a pessoa que cuidava de nós, que era de Roraima também, uma indígena: “Se vierem homens vestidos dessa forma...” Então, ela descrevia os homens do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). “É para falar que nessa casa moram ‘*tantas*’ pessoas. Se perguntarem por mim, meu nome realmente é esse. Digam que eu tenho ‘*tantos*’ irmãos e ‘*tantos*’ morreram. E se especificamente perguntarem por fulano, vocês nunca ouviram falar dele, ele não existe. Ela falava: “Se perguntarem cadê

sua avó?”, digam: “Minha avó mora no Rio de Janeiro, ela não está aqui.” E realmente ela não estava. “Se perguntarem: Ah, mas sua avó tem ‘tantos’ filhos, digam: É, mas três morreram, porque um morreu quando era bebê o outro morreu novo quando veio prestar serviço militar aqui.” E sobre o terceiro, era para dizer: “Esse morreu, mas nós não sabemos onde, ele sumiu e morreu. Ninguém sabe do paradeiro dele, então ele deve estar morto! É a única coisa que a família sabe!”.

Então ela passou uma semana ou quinze dias falando isso para a gente. Nós temos um tio da Polícia Federal. Na época, ele era delegado da Polícia Federal e ligado ao DOPS. Ele ia a casa. Todo fim de semana, minha mãe recebia os irmãos, ele também ia a nossa casa para o almoço. Os irmãos, meus tios, passaram a não dar o paradeiro do outro irmão para ele. São irmãos e não se falam até hoje.

Meu tio apareceu, pela primeira vez, depois de muitos anos de sumiço. Minha mãe o descrevia e dizia que se ele viesse com “tal” tia poderia entrar, mas se aparecesse esse outro tio (o policial federal), ele não estava e essa tia também não. Com isso nós começamos a dizer: “Está acontecendo alguma coisa!” E realmente aconteceu, acho que uns 15 dias depois, ela disse: “Sua avó vai vir para cá, mas a sua avó não está em Belém! Sua avó foi para Roraima! Não está aqui! E se seu tio que é da Polícia Federal aparecer, diga não, a voinha não está aqui!”.

Ela estava indo para rever o filho, o que estava foragido. A minha casa seria o ponto de encontro desse meu tio que era foragido com os outros irmãos, que também tinham ligações com os movimentos populares na época.

A família toda tinha envolvimento, exceto esse que era da Polícia Federal. Então todos os irmãos tinham cuidado. Era uma situação bastante delicada, difícil. E, durante muito tempo, permeou na família que ele foi o delator do irmão.

Meu tio me contou o que havia acontecido quando eu já era adolescente. Ele trabalhava na Petrobras. Todos os radioamadores da Petrobras se revoltaram contra o regime e utilizaram toda a rede para

denunciar o regime militar e fazer a ponte com pessoas que estavam tendo problemas com o regime militar, sendo ou não ligadas a algum movimento, mas que se posicionavam contra o regime.

Todos foram presos durante o regime militar. O radioamador abrange todo o Brasil. Então, eles utilizaram-se dessa forma para anunciar e proteger essas pessoas, era uma forma também das pessoas entrarem em contato com as suas famílias. Muitas vezes estávamos com o telefone, eles ligavam e a gente sabia que não era uma ligação direta de um telefone, mas de um radioamador que se utilizava do telefone de alguém através das ondas, entrava em contato conosco e dizia: “Olha, fulano vai chegar”. Então, a casa era preparada para recebê-lo. Foi assim em 74.

Meu tio tinha escapado umas duas vezes de militares, refugiou-se muito tempo na floresta, tanto no Pará como no Amazonas. Em Amazonas, ele conseguiu ficar durante mais de dez anos dentro da aldeia *Tikuna*. Fomos saber disso depois da queda do Regime.

Ele também chegou a ser treinado para a Guerrilha do Araguaia, mas saiu, optou por não ficar. Então ele se embrenhou na floresta indo para o lado do Amazonas que ele conhecia. Como funcionário da Petrobras, já tinha ido fazer trabalhos por lá.

Não só eu, mas a família toda foi atingida. A gente tinha um cuidado grande com ele durante o Regime. Não se falava o nome dele na casa ou, quando falava, era chamado pelo feminino do segundo nome dele, pois as tias o chamavam assim. As tias indígenas daqui não conseguiam dizer o nome dele no masculino, elas chamavam pelo feminino do nome, então nos referíamos a ele dessa forma.

Para nós, foi um período conturbado nesse sentido, porque a gente não sabia quando ele iria aparecer e, quando ele aparecia, nós não podíamos falar que ele estava em casa.

Lembro-me direitinho de uns carros do DOPS. Eu me lembro das pessoas. Uma vez a babá chegou e disse para minha mãe: “Vieram uns homens de paletó, assim e assim, e tinha um militar no carro. Fizeram perguntas sobre uma pessoa, só que eu não sei quem é.

Perguntaram se o seu nome era tal e eu disse que era esse sim. E que a senhora estava trabalhando. E eles perguntaram sobre as crianças, eles já sabiam os nomes das crianças, sabiam do movimento da casa também.” Foi quando minha mãe disse: “Olha, a partir de agora, vocês não abram a porta para ninguém que não for da família”.

Eu não entendia nada. A cena mais marcante da minha vida nesse período, além daquele momento em que eu entendi que estava acontecendo algo, foi o dia em que meu tio foragido chegou. Ele fez uma coisa que era característica do meu avô, que eu não conhecia, que era se abaixar. Fui eu quem abri a porta quando ele entrou na casa. Aí eu vi que por meu tio mais novo estar lá, todo mundo estava feliz. E ele se abaixou, olhou para mim e perguntou: “Você é Denise”. Eu disse: “Sou”. “Eu sou ‘fulano’, chame a mamãe”. Eu saí gritando, chorando e dizendo para ela: “Mãe, chegou o homem que a gente não pode dizer o nome.” E eu passei mais de uma hora, quase duas, chorando convulsivamente. A partir dessa cena havia perigo porque ele estava lá. Mas o perigo era, na verdade, quem poderia chegar para atrapalhar o encontro. No mais, a vida era tranquila, aparentemente tranquila.

Enfim, a consequência disso –, além da quebra de relações com esse tio, embora hoje em dia tenhamos algum contato –, foi a questão da saúde mental dele. Ele tem problemas como mania de perseguição, síndrome de perseguição, ficou com depressão. Depois, ficou com outros problemas de saúde que o afetaram mesmo, pois ele foi torturado quando conseguiram pegá-lo. Eu não sei como ele conseguiu escapar e se refugiar. E, com o tempo, a gente viu a questão da saúde mental dele, da mania de perseguição, a depressão.

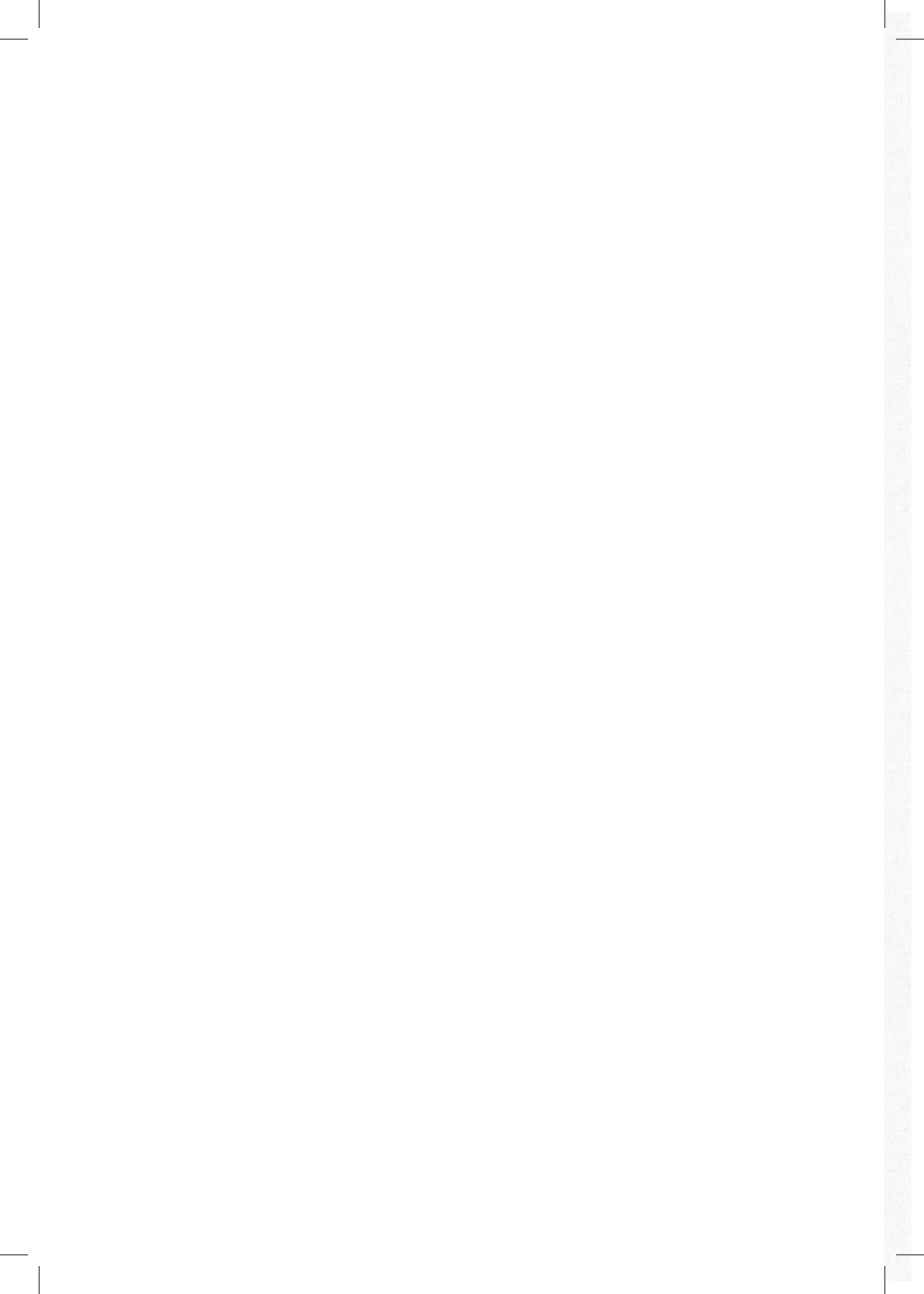
Ele fala sobre a tortura com os irmãos, com a família. Se perguntamos, ele relata. Ele virou meio que um sertanista e foi para o interior do Amazonas conviver com as populações ribeirinhas, com as populações indígenas, mas tinha um ponto de referência que era uma das aldeias, a *Tikuna*.

Em consequência de estar na selva, ele acabou sendo picado pelo barbeiro e não deu para fazer o tratamento, pois era foragido,

então ele tem o que comumente se chama de “coração grande”. Então, a qualquer momento, a gente espera. Depois dos oitenta anos, ele já deu umas duas entradas no hospital com características.

É uma figura muito boa, uma pessoa bem ativa, está no movimento social até hoje. Trabalha com a questão de ecologia e populações ribeirinhas, ele tem uma Organização Não Governamental (ONG), mora em Icoaraci, na grande Belém. Na época ele não tinha filhos, ele veio a ter depois, constituiu família, teve filhos e netos. Mas ele ficou com aquela coisa. Chega, às vezes, a ser inoportuno, pois o tempo todo ele quer fazer a revolução (risos). Aí dizemos: “Calma, tem a democracia, já acabou”.

Algumas vezes ele acorda gritando. Até hoje o filho mais velho é quem cuida dele. Sua saúde mental ficou mesmo abalada. Ele acorda achando que está correndo no meio da mata, que tem PM atrás dele, que tem milico atrás dele. Ele acorda relatando, achando que o pesadelo é real. Então ele demora cerca de dez minutos a meia hora para se dar conta de que não está naquela época, que tudo já passou, que ele está bem, que está em casa, que tem os netos, que tem a esposa, e aí ele fica tranquilo.



A verdade é revolucionária:



São Paulo

A verdade é revolucionária:

testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)



testemunhos e
memórias de
psicólogas e
psicólogos
sobre a
ditadura
civil-militar
brasileira
(1964-1985)

Equipe técnica do CRP-06

- Thamyris Moreira de Sousa - Assistente de Administração
- Adolfo Barros Benevenuto - Web designer

Conselheiros (as), Gestores (as) e colaboradores (as) do CRP-06 envolvidos (as) diretamente no Projeto Escuta:

- Alice da Silva Moreira - Gestora subsede Ribeirão Preto
- Ana Ferri de Barros - Conselheira
- Carla Biancha Angelucci - Conselheira
- Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini - Conselheira
- Gisleine Rede - Psicóloga assistente técnica
- Gustavo de Lima Bernardes Sales - Gestor subsede Campinas
- José Ricardo Portela - Conselheiro
- Karen Meira Dotto - Psicóloga assistente técnica
- Laura Lúcia dos Santos Leher - Gestora subsede São José do Rio Preto
- Leandro Gabarra - Conselheiro
- Lívia Felipe - Psicóloga assistente técnica
- Luis Fernando de Oliveira Saraiva - Conselheiro
- Maria de Fátima Nassif - Conselheira
- Maria Lucia da Silva - Membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos
- Maria Orlene Daré - Conselheira
- Marília Capponi - Conselheira
- Mirnamar P. da Fonseca Pagliuso - Gestora subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira
- Myrna Valéria Coelho Frasseto - Psicóloga colaboradora
- Regiane Aparecida Piva - Gestora subsede Bauru
- Sérgio Augusto Garcia Júnior - Gestor subsede Sorocaba

Colaboradores que contribuíram, contudo não realizaram a Escuta

- Aristeu Bertelli - Psicólogo colaborador
- Luiz Henrique de Sá Fonseca - Gestora subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte
- Paulo Keishi Ichimura Kohara - Psicólogo colaborador
- Reginaldo Branco da Silva - Gestor subsede Grande ABC

Conselheiros que contribuíram, contudo não realizaram a escuta

- Aristeu Bertelli - Psicólogo colaborador
- Luiz Henrique de Sá Fonseca - Gestor subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte
- Paulo Keishi Ichimura Kohara - Psicólogo colaborador
- Reginaldo Branco da Silva - Gestor subsede Grande ABC

AGEU LISBOA, REGINA TRICOLI, IANE MELOTTI

Entrevista concedida pelas (os) psicólogas (os) Ageu Lisboa, Iane Glauce Ribeiro Melotti e Regina Helena Tricoli ao Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, São Paulo.

Ageu Lisboa – Eu sou Ageu Heringer Lisboa, psicólogo. Já morei em Belo Horizonte, São Paulo, e há três anos vivo em Campinas.

Regina Tricoli – Eu sou Regina Helena Tricoli, com formação em Psicologia, atuando hoje como Analista de Gestão no Centro de Referência em Assistência Social, o CRAS, em Atibaia.

Iane Melotti – Eu sou Iane Glauce Ribeiro Melotti. Sou psicóloga e trabalho na Unicamp, em Campinas, e em Jundiaí (São Paulo).

Ageu Lisboa – Sou natural de Belo Horizonte, onde vivi até os 30 anos. Nasci numa família numerosa com avô paterno negro e avó maxakali do norte de Minas; avó materna alemã e avô espanhol da Zona da Mata. Meu pai, indicado pelo Juscelino Kubitschek, em 1956, foi para o norte de Minas, onde criou e dirigiu a Escola Técnica Agrícola Federal de Salinas. Então, dos quatro aos dez anos, eu estive nesse lugar muito seco, ruim, pobre, e meu pai era um dos líderes da Igreja Presbiteriana, visceralmente vinculado aos pobres, às necessidades. E aquilo já foi me dando consciência das coisas. Quando tinha dez anos, minha família se mudou para Belo Horizonte, a capital.

Duas a três vezes por semana fazíamos leitura bíblica em casa, estudávamos os profetas, tal como o Isaías, Amós, Miquéias, e os evangelhos. Da Bíblia vinha o ensino contra a opressão. Aprendi que Moisés não foi negociar palha com o faraó, mas foi conscientizar e libertar o povo escravizado. Eu e meus onze irmãos tínhamos uma leitura da Bíblia assim que atçava um sentimento de solidariedade aos necessitados, pobres, contra a injustiça e pelo reino de Deus. Meu pai, Abdênago, e a mãe, Iraci, herdeiros da ética puritana protestante clássica que Max Weber descreve. Trabalhei desde os onze anos assim como meus irmãos e minhas irmãs. Carregava as sacolas da feira para

as senhoras, engraxava sapato, limpava quintal, ajudava em serviços hidráulicos. Minhas irmãs costuravam.

Frequentamos escolas públicas, com bons professores, numa época politicamente inquieta, tempo da guerra fria, de ameaças ao presidente João Goulart. Vivíamos em um bairro de classe média, cheio de professores, onde tive contato com famílias diversas fora do meio evangélico. Dos contatos com novos vizinhos, colegas e amigos tive conhecimento do Partido Comunista (PC) através do Carlos Apgáua, um dos líderes da Juventude do PC em Belo Horizonte, isso por volta de 1964.

Fui de uma geração com uma prematuridade política; nossas conversas aos doze e treze anos eram frequentemente sobre questões políticas, sobre o Jango, revolução, socialismo, Cuba, coisas do gênero. Por volta dos quatorze anos, já militava espontaneamente na escola, em grêmios estudantis, e também na Igreja Evangélica. A visão evangelizadora na Igreja Evangélica daquela época nos colocava muito em contato com os miseráveis, nas favelas, para onde nos dirigíamos para contato com a população e estudos bíblicos. Paralelamente, iniciei -menos estudos políticos marxistas no grupo da juventude do PC desde os catorze anos, isto me complicou na Igreja pelo choque de concepções sobre o que fazer para mudar a realidade social.

Em 1963, meu irmão mais velho, Apolo, dirigira um movimento contra a existência dos cursinhos, pelo acesso universal à universidade pública. Entrou na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e logo sofreu prisão com o golpe de 64. Ele ficou várias semanas preso e meus pais tiveram muita dificuldade em visitá-lo. Quase ao fim do curso, ele foi vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e, por isso, sempre esteve sujeito à prisão. A família toda vivia em suspense. Então, desde cedo, minha família sofreu muito essa questão do desafio político. Éramos todos inconformados visceralmente, cada um do seu jeito.

Esse meu irmão, percebendo a minha atuação estudantil, descobriu que eu estava com a turma do PC e revelou que era da Polop, a

Organização Revolucionária Marxista Política Operária. Então, ele me disse que eu seria procurado por uma amiga, líder da célula local. Referia-se a Dilma Rousseff, no Colégio Estadual Central. A Dilma então me procurou, e foi minha ligação com a Polop. Reuníamos um pequeno grupo para estudos de textos políticos e para discutir política, visando ação política. Eu cursava o primeiro colegial e comecei a ter relação com alguns outros militantes da Polop, do PC e de outros grupos: Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Ação Popular (AP), que chamávamos de Papa-hóstias devido à ligação deles com a Igreja Católica. Do PC ou Partidão tinha o Amilcar Martins, que era outro líder do Comitê Secundarista em Minas, com quem fizemos uma frente Polop-PC para enfrentarmos a AP e ganharmos o diretório estudantil. Eu tinha um treinamento, vamos dizer assim, herdado da Igreja, que me facilitou, de alguma forma, a assumir uma posição de liderança no colégio, juntamente com o companheiro de organização, Marco Antônio de Azevedo Meyer. Mais tarde, vieram o Fernando Pimentel, de família de classe média alta, o Eugênio Goulart, hoje médico e professor na UFMG, e vários simpatizantes.

Com suporte da Dilma e de alguns outros, fomos criando bases, estendendo a nossa ação no Estadual, com muitos alunos e maior do que várias faculdades. Coligados ao PC, às vezes com a AP para ações políticas contra a ditadura, tínhamos um poder de mobilização muito grande. Numa eleição, fizemos coligação com o PC e vencemos a AP e ganhamos o diretório estudantil. Marco Antônio presidente, eu vice. Nossa organização nesse período - 1966, 1967, 1968, estava se destacando entre outras organizações estudantis, ganhando os diretórios, em um período de efervescência cultural e política. Através do diretório promovíamos shows. Teve um com os novatos Milton Nascimento, Lô Borges e Beto Guedes. Estes e outros vanguardistas musicais e teatrais circulavam entre os militantes estudantis. Promovíamos discussões culturais e criamos ciclos de cinema. Passamos os filmes “O Evangelho Segundo São Mateus” e “Os Companheiros” para chamar o povo para discutir.

O Colégio Estadual tem a característica de ser um colégio sem muros - foi criação do Burtle Marx e do Oscar Niemeyer. Então, ele possibilitava uma interface com a cidade muito grande, situado próximo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich), da UFMG, e da Igreja de Santo Antônio. Constantemente reforçamos movimentos iniciados na Fafich com nosso contingente de secundaristas. O movimento de secundaristas estava inserido no movimento geral dos estudantes. Naquela época, o movimento estudantil era a grande força de oposição ao Regime Militar. Em consequência desses envolvimento, evidentemente que nos tornamos visados e eu sofri quatro prisões decorrentes da militância.

Vivíamos uma situação que nos exigia extrema vigilância. Só não era uma paranoia por causa da consciência que tínhamos e da natural alegria e força da juventude. Alguns chegaram a usar disfarces. Nossas casas sofriam vigilância. Passei a evitar minha casa em alguns períodos. Nas comunicações internas e entre organizações adotei codinome, ou nome de guerra. Um deles foi Emir; noutra época, Marcos. Convivíamos com outros militantes com no máximo três a seis anos mais velhos. Na verdade, hoje a gente olha a história, nosso grupo no Brasil inteiro não tinha mais do que cento e cinquenta pessoas, um “bando” de adolescentes e jovens de 15, 16, 17, 19, 24 anos, mas que tinha uma firme articulação orgânica e era mais bem informado do que a maioria dos contemporâneos. Com determinação conseguíamos influir politicamente na cidade e no país, produzíamos fatos que a imprensa repercutia. Sendo poucos fazíamos bastante barulho. Era a essência da agitação e propaganda revolucionária, o que era facilitado pela truculência do regime impopular.

MINHA PRIMEIRA PRISÃO

A Faculdade de Direito, na rua dos Guajajaras com avenida João Pinheiro, era o centro dos maiores reuniões dos coletivos estudantis de Belo Horizonte e ponto de saída ou de chegada de várias das

manifestações de rua. Local que várias vezes era cercado pela repressão. Ajudávamos os universitários que estavam ilhados furando bloqueios, levando alimento, jogando pedras com estilingues nos cavalos e nos policiais, fechando o trânsito, panfletando panfletando nos automóveis e para os transeuntes. Minha primeira prisão ocorreu aos dezesseis anos. A polícia me segurou dois dias. Primeiramente me levaram para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), depois para o Juizado de Menores e chamaram meu pai. Com advertências diversas deixaram claro que se não parasse com a militância sofreria consequências. Saímos, mas minha família ficou com um grande zelo, querendo me dissuadir para não me expor. Os riscos eram muito visíveis e patentes pelo noticiário, prisões, torturas e desaparecimento de algumas pessoas.

O clima emocional coletivo produzia um estado de constante alerta. Repercutia no país a movimentação estudantil e de operários em toda a Europa e em toda a América Latina. Um grande momento foi o Maio de 1968 na França, que se espalhou para o mundo inteiro. As forças de esquerda nutriam a expectativa, dentro da Guerra Fria, que iriam libertar o mundo inteiro. Apoiávamos os movimentos anti-colonialistas de povos da África, Ásia e da América Latina. Nesta era extremamente fértil surgiram os Beatles, a Bossa Nova. Junto com a tensão política, nós desfrutávamos de uma agitação cultural barulhenta, alegre, festiva. Ao mesmo tempo em que tinha uma ditadura com suas ameaças, tínhamos válvulas de escape. Muito chiste, muita piada. Os militares eram muito broncos e cometiam gafes tremendas. Nas conversas de rua, nas escolas, fábricas, ambientes de trabalho o povo contava piadas sobre os militares, o que era válvula de escape muito grande. O Henfil, com seus fulminantes traçados e *cartoons*, é um grande exemplo de resistência cultural alegre. A UNE, naqueles bons tempos de movimento estudantil sério, criou um Centro Popular de Cultura, lançando músicas e peças teatrais. Por todo lado você via o povo despertando a consciência e os militares se encontravam divididos entre os de linha-dura e os que queriam um processo de distensão. Numa ditadura envergonhada era muito fácil a crítica.

MINHA SEGUNDA PRISÃO

Após manifestações no Brasil inteiro contra a morte do estudante Edson Luís, no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, os militares da linha dura prevaleceram e decretaram o Ato Institucional 5 (AI-5). Neste momento, a ditadura deu a sua cara, assumiu sua crueldade. Dias após a decretação do AI-5, prenderam-me enquanto eu participava de uma manifestação de rua. Pegaram-me e sumiram comigo, me levaram para uma solitária num quartel que eu não sabia identificar. Estava muito frio e eu dormia no chão. Em um espaço de aproximadamente 3 x 2 metros, com privada militar, aquela bacia no chão, porta de ferro e um espaço de 10 x 20cm para ventilação, mal podia distinguir se era dia ou noite inclusive porque uma lâmpada fica acesa direto. A alimentação era servida num prato de metal, duas refeições ao dia e o café com leite e pão de manhã. A qualquer hora era buscado para interrogatórios dirigidos por capitão, sargento e coronel, sucessivamente, com um escrevente de plantão. Eu ficava de oito a quinze dias sendo interrogado e isto durante semanas. Pude ouvir gritos e berros de outros presos que estavam sendo interrogados em salas vizinhas.

Havia o coronel Medeiros, que depois se tornou general Medeiros, chefe da Serviço Nacional de Informação (SNI), que era o chefe do capitão Portela - esse capitão Portela foi muito citado na época pela truculência. Esses e outros militares sucediam-se nos interrogatórios e nas ameaças. Falavam que meu irmão e outras lideranças estavam presos. Evidentemente que blefavam, querendo me induzir a abrir o que eu sabia ou que eles imaginavam que eu soubesse. Mostravam fotos tiradas em faculdades, auditórios e em manifestações de rua, para que eu dissesse nomes. Admiti coisas óbvias como minha presença em tal ou qual local ao lado de certos líderes estudantis. Na época da prisão, eu já sabia da prisão de alguns companheiros da Polop e da fuga de muitos para outras cidades. Eu sempre quis saber pouco sobre companheiros militantes, em uma disciplina aprendida justamente para me prevenir de colocar qualquer um em risco. Depois de algumas semanas na solitária, pude observar, por um buraco na porta, que quem estava de

plantão em uma outra sala, fazendo guarda, era um ex-colega meu do Colégio Estadual; bati com os dedos na porta e chamei pelo Wilson. Ele me reconheceu e ficou surpreso com o fato e ao mesmo tempo muito receoso. Pedi-lhe que avisasse em minha casa sobre meu paradeiro. Foi o que ele fez ao sair do quartel. Foi o fim do meu desaparecimento. Nunca mais o vi. Preciso ainda localizá-lo e agradecer pelo que me fez.

Nessa época aconteceram manifestações de rua pela minha libertação. Minha mãe abriu a boca, meus irmãos todos, e o Henfil fez uma charge comigo, publicada no jornal *O Sol*, do grupo do *Jornal dos Sports*. Na charge eu estava dentro de uma jaula e um gorilão de fora, armado, me guardava, mas tremendo. Esta charge e reportagens em jornais sobre meu desaparecimento produziram forte impacto, uma comoção popular, e o coronel Medeiros, que conduzia o Inquérito Policial Militar, acabou cedendo. No dia das mães me mandou escoltado para casa. Morávamos numa casa isolada no alto de um morro do Sion, extremo sul da cidade, sem vizinhos, cercada de mato. Hoje o entorno da casa é uma pequena reserva, Mata das borboletas. Os militares cercaram os acessos. Eu me encontrava exausto e muito transtornado com aquela situação. Quando eu precisei ir ao banheiro, meu irmão, Apeles, espertamente entrou junto e então conversamos livremente. Passei-lhe algumas informações inclusive sobre outros presos e o que estava me acontecendo nas prisões e interrogatórios. Permaneci na casa por aproximadamente duas horas e fui levado de volta para a cela. Dias depois me transferiram do quartel na Pampulha para a penitenciária agrícola de Neves, cidade vizinha a Belo Horizonte.

Nesta penitenciária que recolhia presos comuns fiquei numa cela solitária, mas com cama. De uma pequena abertura por onde passava um prato de comida pude observar aberturas de umas três outras celas do andar superior. Um preso logo me observou e após tentativas frustradas conseguiu que eu entendesse que tentava me ensinar rudimentos do alfabeto de sinais. Tentaram me ensinar por batida de parede, mas eu não consegui aprender, só aprendi essa de sinal. Assim, pude compor algumas brevíssimas conversas. Falei meu nome, onde e quando fui

preso. E fiquei sabendo algo de outros presos. Todo dia via que saíam para tomar sol. Fui mantido isolado na cela por uma semana mais ou menos e depois fui liberado pra tomar sol coletivamente. Neste pátio do sol pude ver outros presos, entre eles alguns da mesma organização.

No tempo de uma hora aproveitávamos para caminhar e conversar, trocando informações, expectativas e trocando histórias.

Eu era um preso importante para a repressão, pois meu irmão Apolo era um dos líderes da Polop. Desde 1976, após o Congresso da OLAS - *Organización Latinoamericana de Solidaridad*, em Cuba, parte dos polopianos assumiram a Colina e aderem à teoria do foco guerrilheiro. Internamente tínhamos dificuldades em manter uma estrutura fragilizada. Eu e outros militantes da base ficávamos confusos no meio de tanto caos, desinformação e desencontros. De certa forma, confiávamos nas decisões dos mais ilustres e carismáticos líderes e seguíamos achando que sabíamos o que fazíamos. Apesar de tudo, eu resistia, conseguia me encontrar com alguns militantes e “assessorava” alguns secundaristas. Eu e outros percebíamos ao final de 1968 e começo de 1969 que a organização se desmantelava devido à repressão, prisões, desaparecimentos voluntários de uns e involuntários de outros, algumas mortes, cisões e fusões entre microgrupos, exílio dos que conseguiam sair por alguma fronteira.

Eu já era muito queimado, visado pela repressão, e já por alguns meses me mantinha bastante reservado, inclusive para não colocar em risco outras pessoas, militantes ou familiares. Escondi-me na casa de uma tia, em Vespasiano, cidade próximo ao que hoje é o aeroporto de Confins, em Minas Gerais, e na casa de um irmão recém-chegado de Anápolis, Goiás.

Neste tempo me dei conta de um mal-estar que não saía de mim. Admiti então que sofria pelas contradições no mundo comunista também, em razão da Tchecoslováquia pela Rússia, pela União Soviética, o abafamento de um anseio de liberdade democrático nos países socialistas. Aquilo me despertou para uma compreensão crítica da própria esquerda. Eu descobri o lado opressivo e fascista

da esquerda. Até então, nos apresentávamos como agentes da libertação dos povos da opressão capitalista. O maniqueísmo político predominava, obstruindo a razão. A esquerda calava-se ou negava a evidência das ditaduras opressivas de seu campo. O mal só existia no lado capitalista. Poucos ousavam discordar dos frios ídolos da esquerda: Joseph Stalin, Leonid, Brejnev, Mao Tsé Tung, Enver Hoxha, Fidel Castro. Era com se eles pairassem acima do bem e do mal e suas atrocidades sempre eram legitimadas em nome da revolução do proletariado. Eu lia comentários e livros de fontes diferentes dos da esquerda, construindo minha autonomia. Não queria mais me manter na confusão. Insatisfeito, assumindo minhas contradições, decidi me cuidar. Foi quando me abri a um colega do Colégio Estadual. Eu precisava de um refúgio numa época em que eu não tinha para onde ir e era arriscado alguém me abrigar.

Conversei com o Leonardo Wykrota, que me abrigou em sua casa. Era janeiro de 1969. Somente no início de 2013 pude reencontrá-lo para agradecer a proteção que ele e sua família me deram. Ele e os pais não eram militantes ligados a organizações, mas, inconformados com a ditadura, davam apoio muito importante, como rede de apoio. Coincidentemente, moravam ao lado da família do Tomás David Weiss, que também era militante da Polop, judeu. Um dia a polícia cerca e invade a casa do Tomás à sua procura. Ele não estava. Fiquei com medo. O pai do Leonardo, Professor Doutor Henrique, titular da faculdade de Odontologia da UFMG, era amigo do secretário da segurança de Minas Gerais, na época. O Doutor Henrique ligou para ele e deu uma bronca sobre o que estava acontecendo na casa vizinha, fazendo a defesa deles, que eram pessoas de bem. Enquanto isto, sua esposa, Dona Zinhinha, psicóloga e mais tarde minha professora na Fafich, e o Leonardo, providenciaram minha saída da casa. Saí disfarçado como mulher, dentro de um carro, e o Leonardo me levou para uma fazenda próxima da Serra do Cipó, Minas Gerais. Fiquei lá esperando que as coisas se aquietassem. Estávamos num período de repressão brutal. Militantes estavam desaparecendo, como foi o caso do Carlos Alberto Soares Freitas, que depois se descobriu ter sido lançado ao mar. A Inês

Etienne Romeu, presa barbaramente, a Dilma Rousseff, o Marco Antônio Azevedo Meyer.

Por este tempo, tratei de minha crise existencial com a esquerda. Na casa dos Wykrota tinha uma rica biblioteca com títulos de Psicologia, Filosofia e Literatura Clássica que procurei ler. Apanhei uma Bíblia Barsa e a li inteiramente em menos de cinquenta dias. Minha fome espiritual encontrou alimento suficiente e passei a enxergar um novo horizonte. Meu desejo de uma sociedade com justiça, sem desigualdades sistêmicas, sem exploração, sociedade solidária se renovou, mas com uma significativa diferença: não mais pela força bruta das armas revolucionárias e sim pela lógica do Espírito de Cristo. A revolução de Jesus, sem violência, me conquistou e encontrei sentido para minha vida. Rompi com o dogma da violência revolucionária necessária e me abri para outro horizonte filosófico existencial. Foi minha conversão, processo que me deu novo modo de entender a vida e nova ética.

Mesmo tendo resolvido internamente muitas das contradições que me angustiavam, precisei continuar escondido. Já abandonara o colégio havia meses e o convívio com parentes era muito restrito. Tentei de comunicar aos ex-companheiros sobre minha situação e novos horizontes. Comuniquei a quem eu podia e estes passavam a notícia para outros. Queria fazer uma comunicação direta com meu irmão Apolo. Tínhamos esquemas logísticos muito complicados para falar com ele que vivia clandestino no Rio de Janeiro. Meus pais encontraram-se com ele umas duas vezes e eu, uma. Com alguns simpatizantes providenciava algum dinheiro para ele e minha cunhada Carmem Helena do Vale, bioquímica. Viviam acantonados numa pequenina casa em um extremo da zona norte do Rio, esperando oportunidade de se exilarem. Na época, o governo dispôs cartazes com fotos de "Procurados por Terrorismo". O Apolo foi um dos poucos que sobreviveram a esta caçada. Ele tinha um instinto de sobrevivência muito grande. Por fim, conseguiu fugir e asilar-se no Chile. Depois de um ano, aconteceu a queda do presidente chileno Salvador, e ele fugiu para a Argentina, onde ganhou asilo político mas não o territorial. Conseguiu asilo na Argélia,

onde morou cinco anos, próximo ao arquiteto Oscar Niemeyer, retornou ao Brasil, um ano após a anistia.

Nesse período todo, no Brasil e na Europa aconteciam mudanças. Aqui a esquerda em debandada, mas um pequeno grupo insistiu em iniciar guerrilha no Araguaia até ser dizimado. E a memória disto está para ser descoberta. No restante do mundo ocorreu o desmanche dos partidos comunistas, que foram se implodindo, enfim. Fim de era filosófico-política. Eu internamente estava indo bem, com a nova fé que me estruturava um sentido. Em 1970 entro pra universidade. Lá fui respeitado por uns tantos que conheciam minha história de líder estudantil; mas com reticência por outros, já que deixara a militância de esquerda e me tornara um cristão independente.

Depois, tive minha terceira prisão. Comprei uma máquina fotográfica Nikon FT-12 de uma prima que morava no Alasca. Ela me ensinou a operá-la e eu registrava dados como abertura e velocidade. Um dia meu pai me pediu para levar uma árvore genealógica para uma família conferir - provas de um livro que estava escrevendo e foi publicado após sua morte chamado *Octaciliada: uma odisseia no norte de Minas*, de Abdênago Lisboa - Apolo Heringer Lisboa. A casa era perto da minha primeira residência, na Rua Pium-i, 190, em Belo Horizonte, no bairro do Cruzeiro. Passei em frente a um quartel onde, quando tinha onze a treze anos, brincava com meus amigos de rua. Subíamos, sem cerimônia, o muro do quartel e íamos lá na quadra jogar bola. Os militares, bombeiros, nesse ponto e naquela época, eram tranquilos. Mas nesse dia eu, com meus vinte e três anos, por volta das treze horas, fotografei a casa onde eu morava e depois, passando frente ao quartel, também o fotografei. De repente, me vejo cercado, arrancam minha Nikon e me levam pra uma sala. Policiais tiram meus documentos, levantam minha identidade e percebem: Eles estavam com um perigoso comunista preso em condições suspeitas. Cochicham. Eu sabia que estava noutra enrascada. Chega o pessoal do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e a pressão aumenta. Não pude me comunicar com minha casa. Claro, meus pais não sabiam de nada, nem porque eu demorava a chegar. Eu

sabia que tinha sido imprudente. Pelo meu passado, logo o gesto de fotografar seria interpretado como espionagem.

Então, como explicar minhas anotações? Números seguidos de números que correspondiam à sequência das fotos, abertura e velocidade que eu utilizava em cada fotografia. Anotava para fazer comparações dos efeitos. E a folha com nomes? Seria mesmo uma árvore genealógica? Eles tinham tudo para entender que era um esquema secreto qualquer. Eles tinham elementos que poderiam supor tratar-se de provas de qualquer coisa suspeita. E porque fotografar o inocente quartel de bombeiros, lugar de brinquedos na infância? Passei a noite em um vai e vem de perguntas e isolamento. Aos poucos, com a revelação das fotos, se deram conta da minha verdade. Na manhã do dia seguinte, fui liberado. Mesmo eu tendo compreensão do que acontecera e não tendo sofrido violência na ocasião, fiquei um grande tempo assustado; ao ouvir uma sirene ou ver um carro policial já pensava que seria preso.

Uma quarta prisão aconteceu em 1972, quando fui recolhido em Belo Horizonte e transportado algemado num ônibus, junto com outros presos políticos, para a presidio de Linhares, em Juiz de Fora. Seria o desfecho do Inquérito Policial Militar dirigido pelo coronel Medeiros. Depois de semanas presos, tivemos o julgamento por vários dias. Saí livre inclusive pelo fato de ser réu primário e a maior parte das acusações atingirem um período em que eu era menor de idade¹.

Uma quinta situação de constrangimento: Uma semana após a realização do 1º congresso do CPPC - Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos (cppc.org.br), nas imediações da Lagoa dos Ingleses, no Recanto ou Sítio dos Pinheiros, às margens da rodovia para o Rio de Janeiro, eu recebi uma visita inesperada de dois agentes da Polícia Federal em minha casa, em janeiro de 1977, com uma intimação para que me apresentasse ao Departamento da Polícia Federal para dar as devidas explicações sobre o tal congresso. É que até então, mesmo

1. Ver: <http://andradetalis.wordpress.com/2012/06/21/ditadura-militar-ate-para-julgar-escondiam-o-rostoto-foto-inedita-de-dilma-rousseff-em-juiz-de-fora/>

que já se falasse de abertura política, qualquer reunião estudantil ou de categorias pensantes era suspeita ou tida como perigosa manobra do comunismo internacional. Compareci com meu pai e gastei um bom tempo discorrendo sobre temas da Psicologia, relações entre Psicologia e religiões e do cristianismo em particular. Disse que éramos independentes de partidos e de igrejas. Queriam nomes dos participantes, umas setenta pessoas de diversos estados, o que me neguei a fornecer. Não perguntaram mais e saí livre.²

Sobre efeitos psicológicos da repressão. Testemunho que a maioria dos militantes que conheci conseguiu sobreviver relativamente bem a todo esse período ditatorial, prisões inclusive. O elemento de resiliência está aí, talvez pelo ideal, pela força espiritual, aquilo nos dava uma resistência tremenda. E pela rede natural de apoio por meio de familiares, amigos e fé religiosa. Sou contra a patologização presumida de forma generalizante sobre quem passou por prisões e exílios. Pessoas e comunidades têm seus mecanismos de auto-cura, de resiliência. Feito este reparo justifica-se a oferta de ajuda para os que sofreram ou ainda sofrem em decorrência do que vivenciaram seja como militantes diretos, familiares ou companheiros de alguém. Até mesmo familiares de torturadores podem se encontrar complexados, envergonhados pela vilania que parentes praticaram. A apuração das distintas formas de sofrimento e ajuda emocional aos que dela necessitem fará avançar a consciência dos Direitos Humanos fundamentados na dignidade inerente a todos.

Minha última fala aqui é sobre o espírito que deve mover a Comissão da Verdade. Eu me espelho em Mandela. Na África do Sul, além da Verdade, foi a Comissão da Reconciliação, ou seja, o sujeito teria a anistia desde que expusesse seus crimes e falasse perante os demais: “Olha, eu matei, estupro, fiz isso, isso e aquilo”; ele não receberia nenhuma punição além da moral. Bastaria sua confissão ampla que já é um purgatório tremendo e suficiente. Isso elimina da sociedade o ranço do revanchismo, que é extremamente perigoso. Recomendo, neste

2.Ver: http://www.cppc.org.br/index.php?option=com_content&task=category§ionid=3&id=4&Itemid=27

caso, que todos nos aprofundemos nos textos do Nelson Mandela, em biografias e filmes sobre ele. E sobre o libertador Mahatma Gandhi e o líder negro Martin Luther King. É o que recomendei aos alunos da Escola Técnica Estadual Conselheiro Antônio Prado (Etecap), de Campinas, em 2012, quando lhes falei sobre o “Protagonismo estudantil ontem e hoje” . Ficaram bastante mobilizados quando lhes disse: “Temos que ser mais criativos do que a violência”.

Regina Tricoli – Vim contar a história de meu pai, Domingos Tricoli, nascido em 18 de fevereiro de 1927. Na ocasião da ditadura militar era comerciante no município de Atibaia, onde resido hoje. Era casado, tinha quatro filhos na época (Roseli 14 anos, Rosana 10 anos, Eu 08 anos e Beto 04 anos). Meu pai, desde sua juventude, ocupou-se com as pessoas carentes da cidade, principalmente com os mais pobres. Faleceu em abril de 2011.

Atibaia atualmente tem aproximadamente 128.000 habitantes. Nos anos 1960 não sei quantos habitantes tinha. Era uma cidade pequena do interior do estado. Meu pai tinha o hábito de percorrer os bairros isolados do centro em visita àquelas pessoas que necessitavam de apoio. O trabalho voluntário que realizava era mais de cunho social do que político, se bem que os dois sempre andam juntos, não tem como separar...

No ano de 1963 o grupo que ele apoiava politicamente venceu as eleições em Atibaia, e o prefeito eleito era de um partido que ele mesmo havia criado em Atibaia o PRP (Partido Republicano Paulista). Ocuparam a maioria na Câmara de Vereadores e meu pai foi um dos vereadores eleitos. No ano de 1964, logo após o golpe militar, instalou-se no país o regime ditatorial. O grupo que perdera as eleições em Atibaia, cujos membros, em sua maioria, eram simpatizantes da política mais voltada para o regime coronelista e militar, estava interessado em tirá-los do poder. Houve uma sessão extraordinária na Câmara Municipal.

Essas informações eu consegui conversando com meus irmãos e com uma irmã de meu pai. Meus irmãos e eu não nos lembramos de

muitos detalhes, penso que tem coisas que a gente não quer lembrar. Ageu, você falou sobre a questão do sofrimento, penso que é subjetivo. Nós, da família, sofremos nessa ocasião. O tempo de duração dos fatos que a ditadura provocou em nossas vidas foi curto, porém, o sofrimento não. E até hoje eu acho que temos certa tristeza ao lembrar daquela época. Digamos que houve sublimação, mas tristeza temos ainda. Procuramos esquecer alguns episódios. Penso que jogamos essas lembranças na “caixinha oculta” e lá elas permaneceram. Quando eu fui perguntar sobre o assunto para as tias e minhas irmãs mais velhas que eu, a princípio disseram que “não se lembravam de muita coisa”. Procurei pelo advogado que meu pai havia contratado próximo ao ano 2000, o qual entrou com processo no Ministério da Justiça em Brasília para solicitar ressarcimento pelas perdas que meu pai sofreu na ocasião e consegui com ele algumas informações.

Retomando, houve uma sessão extraordinária na Câmara Municipal de Atibaia, no qual um grupo de políticos, com arma em punho, queria obrigar o prefeito eleito, Dr. Geraldo da Cunha Barros, a renunciar ao cargo porque, segundo eles, este seria preso pelos dos atos do regime autoritário. O meu pai fez uma menção de subir na tribuna para defender o prefeito e este fez um sinal para ele não falar, porque, se falasse, seria baleado, havia pessoas portando arma no plenário da Câmara. Ele não fez nada.

A partir daí inicia-se uma série de episódios ameaçando o grupo que apoiava o prefeito, o qual não apoiava o golpe militar. Houve uma denúncia para o Governo do estado e instalou-se na cidade de Atibaia um IPI (Inquérito Policial Militar) sob o comando de um capitão do Exército. Começou uma acirrada campanha envolvendo este grupo com elementos da esquerda. Eles não estavam envolvidos com o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) na época, porém, eles faziam questão, através de depoimentos, de juntar o PC com esse grupo, na verdade estavam se aproveitando do momento político da ditadura militar para destituir o grupo que fora eleito. Havia na cidade uma organização de mulheres denominada MAF (Movimento de Arregimentação Feminina), composto por esposas de militares, ou de políticos que eram adeptos

ao regime da ditadura militar. Essas mulheres denunciaram quatro professores na Delegacia Regional de Ensino, por subversão à ordem e por insuflar a mente dos alunos na Escola Estadual Major Juvenal Alvim. Esses professores foram acusados de influenciar os alunos contra o regime militar. Um deles era professor de Ciências; outro de Língua Portuguesa e Literatura, uma professora que lecionava Sociologia, durante esse momento histórico na cidade, desapareceu, acredita-se que fugira. Havia ainda um professor da Universidade de Brasília que possuía casa em Atibaia, do qual não se teve mais notícias. Esses professores pertenciam ao mesmo grupo, de ideologia comum, ao qual fazia parte o meu pai.

O prefeito foi sequestrado por paramilitares, em seguida preso e obrigado a assinar carta de renúncia ao cargo público. Nessa ocasião todos já haviam sido delatados para a justiça militar e partiram em fuga. Não possuíam condição financeira para sair do país. Meu pai na época era comerciante e o grupo, em sua maioria, era composto por pessoas de classe média. Como disse, na ocasião vereador não tinha salário. Investiam dinheiro próprio para realizar o trabalho comunitário.

O grupo saiu em fuga viajando de cidade em cidade. Os amigos deram apoio emprestando casa, como aconteceu com você, Ageu. Minha irmã mais velha se lembra de que o nosso pai nos chamou e falou que iria se ausentar. Ele não nos explicou os motivos e lembro-me que ele chorava muito e minha irmã também. (Lembrar esses momentos de nossa história, para nós, não é confortável. Reviver essas lembranças é difícil. Temos lembrança de que meu pai vinha nos visitar de madrugada, trazia chocolate, minha mãe nos acordava para estar com ele).

No ano de 1964 se apresentaram, com defesa prévia, na Delegacia de Polícia, foram detidos em regime correccional. Ficaram presos com ladrões e assassinos, em Atibaia. A prisão era pequena, insalubre, meu pai nos contou que via ratos passando à noite, que eles mal conseguiam dormir e que a situação era muito triste. Foram enquadrados como comunistas, subvertores da ordem, atuantes na chamada 'Guerra Revolucionária', insufladores de organização política de caráter

internacional (referência ao Partido Comunista). Segundo o Ministério de Guerra, eles tinham cometido crime contra a segurança nacional.

Meu pai fazia parte de um grupo de pessoas que se reuniam em uma cidade interiorana. Eram reuniões “inocentes” para discutir os problemas sociais, para “combater” as arbitrariedades que eram cometidas pelos descendentes de coronéis e para ajudar os pobres. No grupo havia “um ou outro” elemento que era envolvido com o Partido Comunista, porém sem muita expressão, com participação sutil no movimento, os demais nem conheciam o PCdoB. Seus delatores foram políticos que eram correligionários do governador Ademar de Barros. O delato foi realizado para o comandante do segundo exército.

Quando o meu pai deu entrada no processo, rascunhou em papel informações para entregar para o advogado. Encontramos um que mencionava um fato em que sua filha de dez anos, minha irmã Rozana, ia levar comida para eles na cadeia pública e era humilhada, recebia ofensa dos policiais. Em novembro de 1964, conseguiram um *habeas corpus* para responderem ao processo em liberdade.

Em 20 do outubro de 1966, foi decretada a prisão em regime de cela aberta. O delegado que implantou esse regime, Dr. Antonio Lopes da Fonte Filho, na cidade de Bom Jesus dos Perdões, informou que foi um dos primeiros a implantar o sistema de detenção em regime de cela aberta. Estava escrevendo um livro sobre isso no ano de 2000 e procurou por meu pai para detalhes da experiência vivida por ele.

Na ocasião, houve delação ao serviço secreto do Ministério de Guerra, de que não estavam presos, que eles estavam em liberdade, com vida tranquila, por estarem na condição de regime de prisão em cela aberta. Permaneceram sob esse regime, mesmo após essa denúncia. Lembro-me que receberam a visita da atriz Maria Della Costa e também a visita do deputado Pedroso Horta e de outras pessoas ilustres, conhecidas nos meios de comunicação, que deram apoio a eles. Durante o período em que estive preso, meu pai recebeu cartas anônimas contendo intrigas envolvendo pessoas da família. (Dessa parte eu prefiro não falar). Acredita-se que essas cartas anônimas tenham vindo desse Movimento

de Arregimentação Feminina, que era composto por esposas de pessoas simpatizantes da ditadura militar.

Impossibilitado de responder, ou sair para averiguar situações, ficou impotente diante disso. A pressão que sofreu durante o período da ditadura militar foi mais psicológica do que física. Na primeira prisão, ele comentou que levou muitos tapas, que apanhou para confessar algo que não era. Queriam que ele confessasse que era comunista. Na segunda prisão, o delegado conseguiu uma convivência mais pacífica entre eles, tinham permissão para jogar cartas, receber visitas aos domingos, cozinhar em uma casa em frente à cadeia pública e aos finais de semana ir à missa, sempre com escolta policial. Eles não tinham permissão para responder às cartas ou sair para averiguar situações. Meu pai deixou que as pessoas da família resolvessem assuntos de sua vida e profissional. Ele tinha um irmão que ficou responsável pelo estabelecimento comercial e nossos avós cuidaram de nós, fomos morar com eles, porque meu pai se separou de minha mãe durante o período em que estava preso. Na rua em que morávamos nessa época, antes e mesmo depois dele sair da prisão, sofriamos preconceito. Hoje o nome disso é *bullying*. Éramos assediados na escola e na rua. Apontados como filhos de comunista. A gente entrava numa vendinha, numa lojinha e ouvíamos: “Olha lá, a filha do comunista”. Nós perguntávamos para a família “O que é comunista?”, e ninguém falava, ninguém explicava, porque não conseguiam falar sobre o assunto. Minha vó chorava, minha mãe também. O assunto para eles era tabu. Sabíamos que nosso pai estava preso porque íamos visitá-lo na cadeia, mas não sabíamos se era bandido, se havia roubado. Passaram-se alguns anos para que as pessoas esclarecessem para nós o ocorrido.

O documento que tenho aqui diz que a comissão de ministros que examinou o processo deles, os quais deram a absolvição, foram rápidos no julgamento do processo. O processo que duraria um ano foi resolvido em três meses. Em 11 de janeiro de 1967 eles foram absolvidos por unanimidade.

Quando meu pai saiu da detenção, o comércio dele estava falido. Tinha muitos credores e também devedores. Pelos cálculos que fez,

o valor que tinha a receber era o mesmo valor do imóvel. Uma das coisas que ele escreveu, quando ele saiu da prisão: “Muitos colegas se afastaram do meu estabelecimento por medo de perseguição política. Eu sofri dois anos e pouco financeiramente e emocionalmente, se não fossem meus irmãos e meu pai que me deram cobertura, dinheiro e apoio moral.” Neste outro rascunho diz assim: “Quando eu estava saindo da cadeia uns amigos disseram-me: ‘se eu fosse você caía de pinga, senão é você dar um tiro no ouvido’. Eu sou testemunha de quando meu amigo recebeu autorização para passar a noite junto ao pai que havia falecido.”

Aconteceram fatos tristes, não só com meu pai, mas também com as pessoas que estavam com ele. Falido em todos os aspectos: moral, emocional, financeiro. Precisou de sete anos para se recuperar financeiramente. Quanto às demais perdas, não sei...

Ele modificou e transformou o sentimento que tinha pelos seus delatores. Perdoou e teve certa convivência com alguns desses políticos, porque alguns viveram muitos anos. Ensinou-nos valores definidos, que deveríamos ser pessoas honestas, éticas e escolher viver com retidão e trabalhar pela igualdade de direitos e, na medida do possível, fazer o bem para o próximo.

Após sair da prisão, meu pai não se tornou uma pessoa revoltada, permaneceu com a mesma postura, ajudando as pessoas. Candidatou-se novamente, foi reeleito no mesmo ano, ainda em uma época em que vereador não tinha direito a vencimentos salariais.

No ano de 1968, ele tomou posse como vereador na Câmara Municipal de Atibaia. Continuou seu trabalho social e político. Organizou sua vida e a nossa também.

Por essa razão eu e minhas irmãs trabalhamos na área social. Meu irmão se tornou político desde os 12 anos de idade. Foi prefeito por dois mandatos e hoje é deputado estadual. Meu pai faleceu em 2011, não recebeu nada desse processo que está tramitando em Brasília.

No ano de 1969 começam suas idas aos médicos, resultado do que ele passou. Teve mais de cinco acidentes vasculares cerebrais, AVCs. Não sei precisar as datas. Como uma ironia do destino, todos os AVCs prejudicaram a fala. Após os primeiros, falava com dificuldade.

Depois dos últimos, continuou lúcido, mas impossibilitado de falar. Ele trabalhou acirradamente nas campanhas políticas do meu irmão e de outras pessoas que ele acreditava. Ele ia aos bairros, levava “santinho”, conversava do jeito dele, se comunicava. Então ele foi, na verdade, para nós, exemplo. Era alegre e afetuoso com todos.

Meu irmão, em outra linguagem, talvez mais elaborada, por ter formação acadêmica, continua falando e fazendo o mesmo que meu pai. Meu pai conclui somente o curso primário.

Iane Melotti – Serei bem sucinta. A história que vou contar é do meu pai. O nome dele era Luís Carlos Ribeiro. De fato, é a minha história com o meu pai. Porque a história dele eu não sei, na verdade, qual foi. Fica uma grande dúvida, mas, enfim, vou tentar contar um pouquinho (emocionada). Eu vivi em São Paulo, nasci em São Paulo, e meu pai era jornalista. E ele foi muito torturado. Ele contava as torturas. Para nós crianças eram histórias muito fortes, foi muito terrível conseguir superar e muitas vezes até mesmo para acreditar.

Até eu entrar na faculdade, basicamente, eu achava que tudo era culpa da ditadura. Até meus 20 anos de idade, tudo foi culpa da ditadura. Depois eu achei que não, comecei a acreditar que a História tem várias faces e perceber, assim, o que era dele e o que de fato ele sofreu com a política. Ele era jornalista, muito amigo do Vladimir Herzog e, inclusive, eu estava com ele quando o Herzog morreu. Essa foi a “pirada” dele, que me marcou demais. Quando viu a foto do Herzog no jornal, leu as notícias, ele olhava com um olhar vazio e balançava a cabeça para os lados, longe, longe. E eu tenho essas lembranças.

Minha casa era um *point* de intelectuais, por exemplo, a banda Secos e Molhados, minha irmã tem a letra de uma música que eles compuseram, creio que a “Gato Preto”. Então, era diferente nesse sentido, crescemos vendo esse pessoal compondo. Meu pai, na verdade, começou uma agência de publicidade com o Sérgio Murad, que foi o Beto Carreiro, e depois largou tudo, porque ele ganhava

super bem, mas não era a sua ideologia. Ele falou: “Não quero ser publicitário”, ele dizia “publicitudo”. “Eu não quero ganhar dinheiro, eu quero viver o Jornalismo”. Assim, começaram as brigas com a minha mãe, que queria o dinheiro porque tinha cinco filhos com ele, e ele naquela loucura.

Fui vizinha do Jânio Quadros, não sabia quem era “o” Jânio Quadros. Eu frequentava a casa dele, ia aos “chás da tarde” em sua casa. Eu era pequena, nasci em 1965 e andava pelas ruas com uma amiga, parava para brincar com os cachorros deles, *poodles* que chamavam quinta-feira e sexta-feira. Acabamos fazendo amizade com os empregados e a dona da casa, Eloá Quadros. Às vezes passávamos por lá de bicicleta ou a pé na hora do chá, ela nos convidava a entrar e comíamos com eles. Quando o Jânio andava na rua, as pessoas saíam na rua e diziam: “Olha, é o Jânio Quadros”. E eu falava: “Mas é na casa dele que eu vou tomar chá”. Ficava todo mundo olhando.

Isso era muito a minha vida, a minha realidade, mas tinha muita fantasia. Essa história de meu pai despedir-se praticamente todos os dias como se ele nunca mais fosse voltar. Na época, inclusive em 1974, 1973, ele saiu e disse que poderia não voltar, e, enfim, aconteceu tudo o que aconteceu, e ele foi exilado.

Ele contava torturas que eu sempre acreditei que não fossem verdades porque minha mãe falava que era tudo invenção. Com o tempo, eu fui vendo que não, que realmente eram terríveis mesmo. Essa é a parte mais difícil de falar (choro). Enfim, acho que ele sofreu muito. Eu acho que ele não teve recursos psicológicos para superar.

Eu não sabia que iria me emocionar dessa forma. Isso é muito forte. Acho que ele não teve recursos psíquicos, então surtou, ficou meio psicótico mesmo, *borderline*. Trabalhou como jornalista da Folha de S. Paulo e depois do Estado de São Paulo, no qual se aposentou por invalidez, acho. Era conhecido como Rousseau, o filósofo. Nunca corremos atrás de saber essa história, meus irmãos não aceitam, enfim, não se interessam. Não é que não se interessam; lembrar-me destas coisas é sofrido.

Enfim, eu me lembro de muitas coisas, de conversas pelo telefone com Geraldo Vandré, com Elis Regina, da redação do jornal, onde circulavam os hoje famosos jornalistas. Pessoas que ficavam ali ao lado dele, da sua máquina de escrever e aquele barulho, burburinho de teclados e fumaça. Ah, isso tinha demais. Como eles fumavam! Todos eles, e, claro, muita bebida. Era uma mescla de loucura, de idealismo, com a ditadura, porque você tinha todo esse lado também ruim, de repressão. Existia muito medo, eu me lembro de muito medo, muita tensão.

E aí é que entram questões minhas, por isso estou emocionada, o quanto de fato eram coisas que faziam parte do meu pai, porque naquela época minha mãe também já estava cansada e, depois de muito tempo, conseguiu se separar dele fisicamente, mas nunca perdeu a ligação com ele. E havia as coisas que ele ensinava. Ele falava: “Se alguém perguntar na rua se o papai é comunista, você vai falar que não”. Imagina! Eu tinha muito medo de que as pessoas me perguntassem coisas na rua porque eu pensava: “Meu Deus, e se eu falar? Eu não sei se eu vou saber mentir.” Era uma criança de seis, sete anos. Então houve muito essa pressão em cima de nós.

Eu tenho duas irmãs mais velhas, acho que elas se lembram de mais coisas do que eu, e dois irmãos mais novos, que não se lembram de muito. Lembro-me de situações com a minha mãe grávida e ele pedindo pra ela não reagir com a polícia, pois a polícia ia em casa. Eles tinham muitos livros, tinham muitas coisas guardadas, muitos documentos. E esse foi o legado que ele deixou, de crítica, principalmente em relação à leitura, ao Jornalismo. Eu também sou jornalista, escrevo no jornal, pois fui convidada.

Ele era jornalista de carteirinha e eu não tirei a carteirinha ainda, mas já trabalho no jornal há oito anos e, enfim, gosto muito de escrever, ele também gostava muito de escrever. Ele ficou sem trabalho por um tempo depois que foi exilado, ficou escrevendo na Bolsa de Valores, na seção de Economia. Ele detestava fazer, mas fazia. Bebendo muito, sempre bebendo muito, tinha as loucuras dele, foi internado várias vezes, o Estadão bancou muito.

Mudamos para o interior quando eu já tinha 13 anos, minha mãe mudou pra Araraquara, para a casa dos pais. Ele continuou em São Paulo. Mas as lembranças que eu tenho dessa época são muito próximas.

O dia que meu pai saiu de casa foi o dia em que o Herzog morreu. Ele ficou sumido um tempo porque pediram a cabeça dele, o jornal conseguiu evitar, não sei como. Quando ele voltou, estava muito maluco, muito sem falar coisas, sem nexos. O Geraldo Vandrê também voltou assim. Aquilo pra mim foi muito chocante. Mas, enfim, hoje eu já acho que tinha um componente dele, não sei, de estrutura, de personalidade, não sei quanto. Tudo isso afetou sobremaneira a nossa vida. A dele, principalmente, que não conseguiu se reconstituir. Mas no fim ele estava até trabalhando para o governo de direita, algo que eu jamais imaginaria. Ele foi trabalhar na empresa de telecomunicações e informação do município de São Paulo, chamada Prodam, na gestão do Maluf.

Ele contava a tortura que sofreu. Contava que uma vez quebraram as mãos deles, ou os ameaçavam, porque eram os instrumentos de trabalho, de defesa, deles. Então eu acho que aí ele perdeu a crítica, foi quando ele se rendeu, não sei a quê. E foi isso, sem mais. Eu até quis fazer esse depoimento em grupo porque eu acho que tive pouco apoio. Eu, minha família, nunca tivemos apoio nesse sentido, do que é verdade, do que não é. Então é doído, é doído. Acho que ainda é. Bom, deu pra perceber. Peço desculpas, mais uma vez, pela emoção.

Eu tinha um orgulho [da história do pai]. Morávamos em São Paulo, em uma vila, a grande maioria de nossos vizinhos eram nossos amigos e tinha muitos estrangeiros também, onde morávamos, que admiravam meu pai.

Eu estudei em uma escola cuja dona parece que também foi presa, ou perseguida. Ela enlouqueceu, disse minha mãe. A escola chamava-se Instituto Educacional Domus, era uma escola caríssima, que depois virou Pueri Domus. Nós estudávamos com bolsa de estudos. Era uma escola em que só estudava gente que tinha muita grana. Mas, como a proprietária era comunista, era amiga do meu pai,

meus irmãos e eu estudamos lá alguns anos – não sei quantos, mas foram muitos. As pessoas iam para a escola de chofer, e nós vivíamos uma época muito difícil, era difícil sustentar toda aquela situação, não sabíamos se teríamos o pai ali. E a dona da escola sustentou até onde deu também, porque ela foi presa justamente porque era muito amiga dos comunistas. Então, eu tinha muito orgulho de ser filha dele, e as pessoas nos tratavam muito bem. Minha mãe não, ela já tinha outra coisa porque ela queria saber se ia ter dinheiro.

Ageu – No fundo era um reconhecimento da superioridade moral do seu pai, as pessoas o admiravam.

Neuza Franqui – Mas por outro lado você sente essa falta de apoio até hoje. Isso é muito forte também, não é?

Iane – De apoio, vamos dizer assim, de uma verdade. Acho que essa é a questão. Minha mãe dizia que era mentira, talvez para nos poupar. Ela dizia: “Não, é mentira, ele não sofreu nada disso”. Isso me custou muito. Ela sempre foi comunista, mas ela era dona de casa, ela queria criar os filhos. Apesar de que ela sempre nos criou, todo mundo em casa é de esquerda, exceto a minha irmã mais velha, que também sempre foi muito revoltada com meu pai. Ela não aceitou a opção dele, porque no fim achamos que ele escolheu a política. Ele escolheu a política e deixou os filhos de lado. E não tinha apoio, porque na hora que o bicho pegou, foi cada um por si. E todo mundo começou a ser preso. Eu lembro que a minha mãe ficou muito mal porque tínhamos vizinhos que eram bem famosos e eles viraram as costas, sabendo que ela tinha cinco filhos.

Ageu – Era o medo.

Iane – Era medo. Eu vivi muito esse medo, não era fantasioso, ou muito romântico. Foi real, era um medo real. Eu faço análise desde os 19 anos, por isso (risos) Eu escolhi Psicologia até porque ele tinha um livro chamado “Psicologia das Massas e Análise do Ego”, do Erich Fromm. E eu achava o máximo e comecei a ler aquele livro quando mal sabia ler, quando comecei a ser alfabetizada. Ele me dava alguns livros do James Lang e eu achava o máximo ler aquilo. Era a minha

vida ficar lendo aqueles livros dele porque eram livros proibidos, que durante muito tempo ficaram presos.

Sem identificação – Eu acho que são várias verdades, são várias possibilidades, mas quando uma lógica é ocultada, ou fica impedida, isso causa sofrimento. A violência, seja pelo silêncio, seja por uma dificuldade de compreensão, seja por não entender o que está acontecendo, enfim, foi causando sofrimento, e um sofrimento que, claro, não se encerra em uma pessoa.

Regina – Acho que o que prejudicou mais foi não poder falar. Porque ficava aquele tabu em cima de tudo, não sabíamos o que era comunismo, por que os pais estavam sofrendo, por que eles precisavam ser presos, não sabíamos nada. Então foi um regime que prendeu a todos nós, não prendeu só a nossos pais, prendeu a sociedade, prendeu o mundo. Agora, trouxe também coisas muito bacanas: a solidariedade, a compaixão. Meu pai teve, seu pai também teve, muitas pessoas que na época foram solidárias, artistas, amigos, políticos, e os próprios grupos que estavam presos ajudavam uns aos outros, tentavam, porque só eles sabiam o que eles passaram. E só ele passou pela experiência direta.

Ageu – O sofrimento de quem era familiar, às vezes, é de outra natureza se comparado ao sofrimento de quem passou pelo processo. Nós que éramos militantes, de certa forma estávamos preparados para morrer. Encontrei um ex-interrogador meu depois da liberdade, na faculdade. Eu falei: “Ô Fulano!”. E disse: “Pois é, agora é outra situação, nós dois estamos aqui livres. Eu entendo o seu papel porque você cumpria ordens dentro daquela guerra, eu tinha uma posição, você tinha outra, agora mudou”. Eu poderia me lembrar de muitas formas esse tipo de coisa, também eu tive suporte primário de família, e de Igreja, e de amigos. Tem coisas que nos ajudam a elaborar isso. O filme “O que é isso companheiro?”, aquele “O dia que meus pais saíram de férias”, e outros. Eu acho que essa verdade já tem sido dita, escrita, de muitas formas. Os dramas individuais, a profissão política, misturam-se com outras dinâmicas familiares e dão resultados diferentes.

Iane – No entanto, eu acho que nem todo mundo teve essa estrutura.

Ageu – Sem dúvida.

Iane – No caso do meu pai foi tão cruel, que eu já não sei mais o que foi dele, o que era da ditadura, o que de fato ele se despersonalizou em função disso tudo, porque ele não teve estrutura.

Ageu – Mas não importa, de qualquer forma, ele foi vítima da ditadura.

Iane – Sim, ele foi vítima, mas ele não teve condições de superar, ele não teve recurso.

Ageu – A carga vem sobre todos e cada um tem uma estrutura diferente para responder diferente, é um pouco isso, não? Nós somos de família grande e minhas irmãs, se relatassem o que viveram, estariam chorando direto, depois de 30, 40 anos. E elas nunca foram presas, nem nada, mas assim a trama familiar envolve tudo. E daqui a 50 anos, por mais tratadas que forem, voltarão a chorar. Não quer dizer que traumatizaram, é que a memória está aí, tudo o que é vivido continuará a ser vivido. Nós temos que resignificar essas coisas. Mas eu ainda continuo sendo preso, torturado, passando por toda aquelas situações na memória, vem tudo, mas eu tenho outras coisas que me ajudam a responder isso.

ANA PERWIN FRAIMAN

Entrevista concedida ao Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (São Paulo).

Meu nome é Ana Perwin Fraiman. Fraiman é de casada e Perwin é da família de meu pai. Sou filha de pais imigrantes, que chegaram ao Brasil fugidos das perseguições nazistas na Europa. Primeiro, na Polônia e depois, na própria Alemanha, viveram perseguições diretas a eles e aos familiares de ambos os lados. Tornaram-se muito temerosos, porque passaram por todos os apertos na Europa, e realmente, tiveram um rompimento muito grave com as famílias de origem, encontrando aqui, neste país, uma grande acolhida logo depois da Segunda Guerra.

Conheceram-se por apresentação e aqui se casaram. Não tenho família de pai, praticamente todos foram mortos em revoluções, desde revoluções Mencheviques e Bolcheviques. Foram deportados para campos de trabalhos forçados e nem sei quantos foram assassinados pelos nazistas. Eles ensinaram a nós, filhos, e aos meus priminhos, a termos muito medo do comunismo e tudo o mais. Diziam-nos: “Abençoado este Brasil e, pelo amor de Deus, não se envolvam em política”.

Então, minha formação política foi zero na origem. De minha família, eu ouvia: “Fique de fora, não fale nada”. Então, eu fui criada em uma redoma de conforto, de carinho e nada me faltava. Até entrar na idade adulta, vivia totalmente desligada do que se passava em nosso país. Mas, de alguma forma, acho que nasci com o gene ligado às questões políticas, tanto que fiz o meu doutorado em Ciências Sociais, na PUC de São Paulo, ocasião em que tive acesso a estudos políticos. Procurei esse nicho para entender melhor o meu trabalho.

Sou formada Psicóloga em 1978, pela Unip (Universidade Paulista), uma faculdade à época basicamente de influência americana, que cursei – já casada e mãe de família - no período da ditadura. Depois, falo um pouquinho, também, o que se passava por lá, uma vez que era uma faculdade que tratava minimamente de questões políticas e sociais.

Até me casar, em 1º de janeiro de 1966, não tive nenhuma militância política e adquiri somente conhecimentos esparsos, um pouco trazido por um namorado, cujos amigos do irmão mais velho eram militantes. Assistia fascinada às discussões que eles travavam entre si, aos debates

acalorados, porque eles eram muito politizados. Aquilo, para mim, era muito inteligente, muito estimulante. Essas conversas todas aconteciam com bastante entusiasmo e tensão e foi por conta dessas reuniões que eu pude vislumbrar, ainda menina, mocinha, algo dessa dimensão em nossas vidas.

Além disso, tive contato com o tema também por meio de um amigo do colegial, antes de me casar. Na casa desse amigo, de família italiana, era tão fascinante quanto, porque a irmã dele era democrata absoluta. Esse meu amigo era comunista e o pai deles era fascista. Então, tinha um quebra-pau danado e eu tive a felicidade de privar da companhia deles aos domingos à tarde, início da noite. Tomava lanche e jogava cartas com aquela família, que se xingava, se inflamava e convivia de uma forma espetacular. Então, meus primeiros passos na formação política aconteceram fora da casa de meus pais.

Foi só depois dos meus 50 anos de idade, que efetivamente pude me reconhecer na condição de vítima, como filha e neta de pessoas que passaram por duas guerras por parte de pai e de mãe, com trágicas sequelas. Nessa cultura, também me tornei uma sequelada de guerra, por conta de todas as restrições, daqueles medos todos que a minha família vivia, das injunções, das resistências para que eu não me identificasse totalmente com o povo brasileiro. Enfim, embora nascida aqui, “eu não era brasileira”, eu era judia aos olhos da minha família e de todos com quem convivíamos, porque todos eram absolutamente traumatizados em vários níveis.

Aos meus próprios olhos, eu não me sentia totalmente brasileira, mas também não vivia em Israel. Da mesma forma, meus pais me diziam que eu era judia, mas não esclareciam direito o que era isso, não eram praticantes, só cumpriam com alguns rituais. Eu tinha de ser diferente e assim vivia: Metade de mim adorava ser diferente, sentir-me superior (a palavra de ordem era: o pior judeu ainda é melhor do que o melhor não judeu!). A outra metade adorava celebrar as datas nacionais, desfilar no Sete de Setembro, hastear bandeira nas cerimônias escolares, desenhar o mapa do Brasil, que eu achava lindo. E entrar nas igrejas para assistir aos casamentos.

O verde intenso da Amazônia, sua pujança! As riquezas do ouro! O céu azul, azul, o branco da paz. Aqui, no Brasil havia tudo isso e eu me sentia orgulhosa de ser parte, mas daí eu era parte, digamos, provisória, porque devia lealdade a Israel, cuja bandeira não era tão colorida, era “somente” azul e branca, mas tinha a estrela de Davi, o grande Rei Davi!

Nossa, era tudo muito confuso, borrado. Eu mesma não havia passado pelos horrores do nazi-fascismo, porém fui criada ouvindo as histórias, ouvindo das fugas, dos espancamentos, das prisões. E li muito, ainda criança, sobre os horrores dos campos de extermínio. E não tive família de pai. Nem sei se sentia falta, mas achava interessante que meus coleguinhas falassem de seus avós paternos e maternos. Só conheci minha avó materna. Sentia inveja de quem tivesse família “dos dois lados”.

E bem, carreguei comigo desde então, o medo de que, a qualquer momento, pudéssemos precisar fugir e que, portanto, não deveria confiar jamais em um não judeu. Não existiam “amigos de verdade” e, embora minha mãe mantivesse excelentes relações com as religiosas de uma escolinha próxima de onde morávamos – a casa dos meus pais era “grudada” na igreja matriz do bairro de Santana – e, também, ainda que tenha sido “anjinho de procissão”, minha mãe ajudava nas quermesses dessa escolinha e nas da própria matriz, porém dizia que “era só por fora”, para que não criassem animosidades para conosco, judeus. E para que não nos delatassem.

Eu não sabia por que seríamos delatados, pois achava que minha família fazia tudo certo. No entanto, a família achava que não podia “baixar a guarda”. Minha mãe dizia que sua colaboração era só para constar, mas eu via que ela gostava do que fazia. Foi uma mulher muito solidária. E, por não saber o que pensar de tudo aquilo, o melhor era não pensar em nada. O Brasil era bom para nós, judeus, e isso bastava.

Casei-me com um homem da mesma cultura que a minha, então não havia conflito. Meus sogros tiveram as mesmas experiências de guerra, miséria e fome que meus pais e pronto. Política não existia para nós. Levei muitos anos, então, para conseguir me ver na condição de

vítima da violência social e da política racista, embora meus pais nunca tivessem sido reacionários.

Eles sentiam muito medo e procuravam viver à margem do que se passava aqui, no abençoado Brasil. Os traumas, porém, eram tão grandes e profundos, que meu pai proibiu que se pronunciasse qualquer palavra, fosse em russo, a terra original dele, fosse em polonês. Ele proibiu! Então, qualquer coisa que fizesse referência a isso, impactava mal a nós, filhos. Meu pai ficava transtornado.

Hoje, eu sei e admito ter sido profundamente prejudicada na formação da minha identidade e na aquisição da minha autoconfiança: não tinha uma terra própria, uma identidade pessoal de contornos definidos, uma boa história de família. Eu era judia, mas estudava em colégio cristão. Era brasileira, mas em primeiro lugar, tinha de fazer donativo para plantar árvore lá, em Israel (risos). Quer dizer, minha identidade era meio que a de uma “expatriada”, de alguém que não tinha pátria. Nem cá nem lá onde era o meu lugar?

Para a cabeça de uma pessoa jovem, isso é muito confuso. Sofri, por muitos anos então, de uma insegurança pessoal que veio a impactar todo um universo de relacionamentos, à época e no futuro. Não me impediu de me tornar uma psicóloga de sucesso. Hoje, sou uma pessoa que, embora não tenha filiação partidária, exerço uma ação política definida e definitiva no meu trabalho, por meio da educação que promovo, das palestras e dos programas de preparo para aposentadoria e pós-carreira e sobre o que, se depois for oportuno, eu conto mais. Mas esses traumas emocionais nunca foram reconhecidos com profundidade, traumas de identidade.

Mesmo quando me tratei com um colega, excelente psicoterapeuta, ao me referir às confusões iniciais, ao sofrimento a que estive exposta durante meus anos de formação, levantando a lebre do “judaísmo aplicado a tudo e a todos”, que em nada me ajudou e só me confundiu, ele me impedia de falar a esse respeito. Dizia: “Para com isso, com essa mania de perseguição, de todo judeu ter de sofrer pelo menos duas horas por dia para ser feliz”.

Até hoje, isso me machuca. Ele também não tinha muita consciência do horror do pós-guerra, dos impactos que isso tem na formação da autoconsciência e da autoestima. Anos depois, quando voltei a me tratar com ele, já havia se tornado um homem muito mais íntegro e profundo. Sua apreciação sobre tudo isso já estava transformada e ele se mostrava muito mais respeitoso, honesto, sensível e mais humanizado.

Se existe alguma coisa com que eu quero contribuir, para com essa questão dos sequelados de guerras, da falta de informação, do preconceito, do racismo, da repressão, da perseguição, desse conjunto de violências, é dizer que o não reconhecimento das feridas na alma e na mente da gente é tão grave e persistente que, até hoje, cada vez que eu ouço na mídia televisiva que alguém não foi ferido por não ter sido machucado fisicamente, eu me revolto. Eles dizem: "Foram assaltados, foram roubados, foram torturados, foram aprisionados, sequestrados, mas ninguém saiu ferido". Eu me ar-re-pi-o. A mídia considera que, ou você é ferida de sangrar ou o ferimento no seu íntimo não é reconhecido como grave. A própria imprensa, até hoje então, nega que esses ferimentos existam.

Sim, eu falo isso com muita paixão e muita emoção, porque venho de famílias muito violadas e violentadas. E porque, sendo casada com um homem que teve igual formação - continuo casada com o mesmo marido até hoje - cujas famílias também foram feridas, eu não posso admitir a negação e o silêncio sobre as feridas íntimas que destroem a nossa identidade, a nossa integridade, que distorcem tudo, que tiram a nossa voz. E, com a graça de Deus, a minha voz própria surgiu há muito tempo atrás e surgiu porque tive pessoas corretas junto a mim, verdadeiros amigos. E como falei antes, acho que de nascença, tive alguma coisa a ver com a verdade e a justiça. Por isso, eu vim aqui hoje.

Eu gostaria de fazer o seguinte: identificar três posicionamentos meus em diferentes tempos. Primeiro, que já ficou claro, a minha posição de "à margem" da situação política do país e, segundo, o peso do medo que absorvi e que atuei na forma de "isso não tem nada a ver comigo (risos), não sou brasileira, sou judia, mas sem ter tido uma educação

formal, quer dizer, aquela história confusa de “quem sou eu”, o que me deixou muitas vezes insegura, sem condições de reconhecer meu próprio valor como pessoa e como profissional e até hoje, por vezes, me acompanha.

Então, é aquela história: “Se um dia o Brasil jogar futebol contra Israel, para quem que você vai torcer?”. Eu não podia dizer que iria me vestir de verde e amarelo, então, eu vou torcer para o Corinthians! Torcida sofredora! (risos).

Bom, passei longos anos então, como moça casada, mãe de família, dedicada, que “não podia ser inteligente”. Dizia-se que homem não gostava de mulher muito inteligente, mas eu SOU muito inteligente e acho que foi isso que me despertava muito o desejo de saber de outras coisas, além do meu mundinho.

Foi difícil sair do meu mundinho seguro, porém recheado de medo, mas foi possível e, então, chegaram os tempos em que comecei a perceber e a intuir a tensão do país e o clima de morte que aqui, sim, instalava sérias ameaças. E o “medão” se fez presente, tanto da direita, quanto da esquerda e eu não sabia o que era ser do meio. Acaba que eu sentia medo de tudo, de todos. Mas admirava, profundamente, a inteligência daqueles que debatiam. Como eu nunca debati, naqueles tempos, com os da direita, só o fazia com os da esquerda (risos), eles passaram a ser os meus modelos de inteligência, de capacidade de refletir, de repensar, de gerar ideias, de se acumplicarem, de se coordenarem, mas não atuei nisso.

Continuei, porém, frequentando a casa daquele meu amigo cujo pai era fascista, ele era pró-comunista, a irmã, democrata. Eu não gostava muito do posicionamento do pai, até porque, filho de pais perseguidos e familiares barbaramente mortos e abatidos, assassinados, melhor dizendo. Cresci ouvindo sobre barbáries e torturas nos campos de Bierkenau, e Auschwitz e Treblinka, e eu tinha fascínio por conhecer essas práticas de violência.

Era absolutamente fascinada por isso, mas como não podia falar com ninguém a respeito, achava que eu era muito má, perversa. Mas se

tratava somente, vim a ter consciência disso bem depois, do desejo de conhecer as formas que a violência toma. Primeiro é preciso conhecer as mais evidentes. Aquelas das quais se conhece a cara. Só depois é que se tem a capacidade de conhecer e discernir as violências mais sutis. As que não têm rosto, as institucionais. De direita e de esquerda. Eu me achava má, perversa. Como é que eu podia ter interesse nessas coisas de sadismo e tortura? Mas eu tinha.

O terceiro posicionamento: um dia cruzei, no Viaduto do Chá, com aquele meu amigo daquela família muito querida e ele se recusou a parar para falar comigo. Se eu quero dizer o nome desse meu amigo? Não. Não quero. Cheguei nele e falei: “Oi, como vai você!?”. Nessa ocasião eu já era casada. “Há quanto tempo, você andou sumido...”, coisa e tal, e ele: “Não a conheço, não a conheço!”. Insisti: “Como você não me conhece?”. “Não a conheço”. Tomei um choque! Fiquei assim, parada, paralisada, sem saber o que estava acontecendo.

Ele era militante. Então a atitude dele, de não parar para conversarmos, foi de cuidado para comigo, porque ele estava sendo perseguido. Mas na hora em que isso aconteceu, eu não entendi nada! Eu tinha ficado com alguns panfletos dele, do seu grupo, tempos atrás, antes do AI-5, mas quando a coisa realmente começou a pegar mais fundo e a todos que se relacionavam, a desconfiança era geral. Não precisava fazer, era só conhecer alguém que fizesse parte da resistência, que nos tornávamos potencialmente perigosos. Tempos antes de nos cruzarmos no viaduto, ele havia deixado de entrar em contato comigo. Não me entregou mais panfleto nenhum para eu guardar em minha casa e eu fiquei sem saber dos movimentos.

Um pouco mais adiante, em um dia qualquer de repente, eu tinha que me definir e acabei participando, até que muito entusiasmada, da campanha “Doe Ouro para o Bem do Brasil”. Achei que era bárbaro, bacana aquilo, só que não tive coragem, nem vontade de doar um centavo. A minha aliança? Decidi que não iria dar nada de mim e não dei. Foi só um entusiasmo inicial, um desejo de participar de alguma maneira. Mas a família e os amigos da minha família, todos deram

dinheiro para “livrar a gente das ameaças dos comunistas”. Sim, eles iriam invadir as nossas casas e comer as nossas criancinhas, que era a imagem que os judeus tinham na Europa, que “as gentes” bebiam sangue de criança e tudo mais.

Bom, eu estava nessa “vibe”, nessa batida, quando esse amigo, mais do que colega, se afastou de mim e eu não me conformei por ter sido tratada daquela forma. Já tinha notícias de cá e de lá, de muitos casos de sumiço, de desaparecimentos. Dei um jeito de entrar em contato com ele, fui à casa da família dele e o encostei na parede: “O que aconteceu, o que eu te fiz?!”. E ele, chorando muito, respondeu: “Eu quis evitar, eu quero evitar de qualquer forma que pessoas que não são militantes tenham contato comigo. Por favor, vai embora, não me procure. Não venha mais a minha casa”.

Então, perguntei: “E como é que eu vou saber de você?” Ele: “Você não vai saber. Um dia, talvez”. E foi nesse episódio que me conscientizei do buraco negro onde estávamos, da crueza daquilo tudo, que deixou de ser um romance, uma tragédia dos outros para passar a ser a minha tragédia pessoal.

Isso foi no início da década de 1970, em plena vigência do AI-5, eu já estava na faculdade. Quando entrei, em 1972, já tinha filhos pequenos. Lembro que até havia falado para esse amigo: “Se você precisar deixar algum documento, pode deixar comigo, porque eu sou uma boa camuflagem” (risos), ao que me respondeu: “Jamais eu te comprometeria”. Senti-me muito angustiada, pelo tanto que gostava de todos eles e me afastei daquele relacionamento muito triste, muito perdida.

Na faculdade, era muito difícil descobrir quem era amigo de quem, ou o que se poderia falar para quem, sobre o quê. Porque a faculdade foi fantástica, nos formou de uma forma excelente, mas havia toda uma inclinação experimentalista norte-americana. Como em todos os demais centros frequentados pelos estudantes universitários, ali, política “não existia”.

Na disciplina de Psicologia Social, a matéria foi bem pobrezinha. Durante seis meses, se falava do quê? O que é grupo, coesão de grupo. Na área de Antropologia, falou-se de índios de lá da Polinésia, mas não

se falava dos nossos índios, quero dizer, zero conhecimento das nossas questões sociais e nos reunirmos em grupos de mais de três pessoas gerava paranoia.

Era uma loucura, porque nós sabíamos sim, que éramos assistidos por militares ali presentes e disfarçados de colegas, dedos-duros. Por vezes, vinha um colega falar conosco e nos embarcávamos: “Ai, meu Deus, devo responder, não devo responder, o que eu faço, o que eu não faço”. Quer dizer, ninguém podia ser muito amigo, pelo menos não podia ser sincero, nem verdadeiro.

Não mantinha ligações de amizades com muitos colegas que eu admirava, mas que, se chegasse a ter qualquer desconfiança de que essa pessoa pudesse ter alguma tendência política de direita ou de esquerda, eu me afastava dela totalmente. Como eu era casada, mãe de família, meu interesse pela política se fechou e eu mergulhei totalmente naquilo que considerei meu papel principal: o de mulher dona de casa, mãe, esposa e filha, bem doméstica, embora eu já tivesse um trabalho de administração de condomínios, que exercia em casa, como complemento do salário do meu marido.

Eu casei muito cedo. Casei com 19 anos recém-feitos, com 20 anos eu já tinha filha e achava que era isso mesmo, estava casada para ser a moldura do quadro do meu marido, mas não para ter vida própria, não é? Mas, isso mudou. Mudou por esforço meu e dele e voltando à questão da ditadura, eu sempre estive fascinada por pessoas que discutiam política.

Quando ouvia falar das pancadarias que aconteciam lá na frente da Rua Maria Antônia e aquela coisa toda do pessoal do Mackenzie se eximindo, então acabei pegando birra do Mackenzie, mas não tinha entendimento profundo do que se passava e o porquê dos estudantes brigarem tanto entre si. Meus sentimentos oscilavam entre a excitação de saber que algo importante acontecia, algo grandioso, do qual eu não fazia parte, mais o desejo de me esconder daquela balbúrdia, daquela “arruaça” toda, que ameaçava a proteção que sentia por já ter constituído um lar, ter a minha casa própria e um marido amado que me

protegia e tinha um bom emprego, que nos garantia. E o vazio por não saber de nada, de viver à margem, porque sim, mesmo havendo muito medo e desconfiança, participar de um “movimento em defesa da pátria e da liberdade” me era muito atraente e importante e eu nada fazia.

De novo, um sério conflito de identidade: errava por não fazer e erraria por fazer! Ouvia as canções do movimento da Tropicália e me emocionava profundamente. Chegava a doer no peito e me enchia de orgulho por todos os brasileiros cheios de garra e de esperança. Admirava profundamente as letras do que se cantava, a coragem dos que encenavam os nossos dramas sociais através do teatro e da música! Elis cantando “A nossa pátria mãe gentil”, Caetano e Chico, quanta gente talentosa compondo sobre a homossexualidade e a liberdade, delatando a exploração e a dura vida dos operários da construção, todos eles e mais os Saltimbancos!

“Jumento não é, jumento não é!”. Até hoje, quando ponho no carro o CD dos Saltimbancos, meu peito se enche de bravura e de nostalgia. Meus sentimentos estavam paralisados entre o terror de participar da cena política e vir a ser presa e torturada – havia lido tanto a respeito do que acontecera nos campos de extermínio, que aquelas imagens me perseguiram – mais o medo de deixar acontecer alguma coisa comigo e com as crianças e, do outro lado, o meu repúdio à minha própria covardia.

Não havia só o medo, não. Havia um orgulho movido por sentimentos nobres e patrióticos. E, por vezes, eu me excitava com tudo isso, por vezes eu me escondia. Horrível, isso. Saber que algo de grandioso e muito importante acontecia, não só no Brasil, mas no mundo! E eu ali, só fazendo comidinha, “orçamentinho”, sendo uma boa judiazinha que não se mete em encrenca. Compreendo, mas não sinto muito orgulho de mim em relação àquela época. Eu admirava tanto os resistentes do Gueto de Varsóvia e, aqui, no Brasil, eu não resistia às barbaridades que aconteciam. Sentia-me uma farsante.

Houve, ainda na década de 70, um terceiro amigo. O primeiro, quando estava nos meus quatorze, quinze anos, foi um namorado, aquele que tinha um irmão que frequentava um grupo de discussão

política, que lia e discutia Karl Marx; o segundo, entre meus 18 e 25 anos de idade, aquele amigo que me dispensou no Viaduto do Chá; e houve esse terceiro amigo, quando já estava nos meus 30 anos, uma amizade que entre nós começou um pouquinho antes da década de 1980.

Ele estava cursando a faculdade de Sociologia e Política, lá na General Jardim, e com ele sim, por ser muito amigo de um cunhado meu, que era diretor administrativo da Secretaria de Obras, confiei que poderia me abrir e ter conversas mais profundas. Foi ele a pessoa com quem pude compreender melhor o que se passava, porque ele me dava verdadeiras aulas de Sociologia e Política e discutia comigo sobre Marx e os manifestos. Foi ele o meu grande interlocutor - infelizmente morreu cedo – e foi o meu mentor, minha porta de entrada para me interessar, efetivamente, pelo que se passava nesse mundo, até que eu me formei e saí do estágio que fazia lá na Secretaria.

Nessa época, já psicóloga, fui estudar e trabalhar onde se apresentou a possibilidade de estudar “O envelhecimento” com a Professora Doutora Raquel Vieira da Cunha. E foi estudando com a Raquel, já em 1979, que, por meio do estudo do envelhecimento, a minha mente se abriu definitivamente, porque foi com esses estudos que me abri para a História, Economia, Política, Antropologia. Saí daquela coisa da “Psicologia do consultório”, da Psicologia de elite, da Psicologia de laboratório, de condicionar e controlar ratinho e fui ver o que poderia fazer enquanto psicóloga neste vasto mundo, que fosse diferente de trabalhar somente para um grande latifúndio! Não que eu abomine o consultório, muito pelo contrário.

Sou psicoterapeuta e amo atender aos meus clientes! Abomino é a estreiteza mental dos manipuladores, daqueles que não pensam por si próprios e só se preocupam com as técnicas e teorias, sem conseguir enxergar e se relacionar com as pessoas, encastelados em linguagens herméticas e autodefensivas. Bem, isso existe em qualquer profissão.

Apaixonei-me perdidamente pela Gerontologia Social e me decidi por fazer mestrado na pós-graduação da USP. Tão logo terminei o curso de aperfeiçoamento, coordenado pela Raquel Vieira da Cunha,

no Sedes Sapientiae, mergulhei na área e logo identifiquei um nicho que não estava sendo explorado: a prestação de serviços de preparo de pessoas para se aposentarem, que é um outro polo de massacre que, infelizmente, até hoje ocorre. Ninguém de nós, psicólogos, estava trabalhando nisso e fui a pessoa, a profissional, a inaugurar essa área.

Na realidade, fui a primeira e única psicóloga, por quase 10 anos, a ensinar debates públicos e a estimular grandes empresas públicas e privadas a realizarem programas que reconheçam o valor dos profissionais mais velhos e lhes deem, minimamente, uma saída honrosa e, de preferência, condições de se prepararem para quando vierem a se desvincular daquele seu trabalho. Bem, tanto fiz, tanto fiz, que treinei e treino até hoje colegas de várias áreas para realizarem o que faço e a irem além.

Voltando à importância que o curso do Sedes trouxe ao “meu exercício profissional” e à minha vida pessoal, foi com a Raquel e outras pessoas fantásticas que nos deram aula, que pude compreender que o nosso povo estava na deriva com relação ao seu futuro, a sua capacidade de se articular, de se organizar. Então, eu não fui militar em nenhum partido, mas conquistei um grande espaço dentro da Psicologia e junto às empresas, no trato decente e digno aos que se aposentam. A velhice, os descabros que são enfrentados me fez questionar: “Bem, quem está velho, está velho. E quem ainda não está velho, pode fazer alguma coisa?”.

Foi então que procurei esse meio de “poder fazer alguma coisa”, conversando com empresários, com profissionais de outras áreas, com sindicalistas e com todas as pessoas que pudesse. Passei a dar entrevistas, a escrever para jornais, ir à televisão. Movi montanhas. Durante os primeiros anos em que trabalhei nessa área, de 1983 a quase 1994, centenas de empregados compareciam aos seminários que eu conduzia junto às mais diferentes empresas, abordando a questão da necessidade do preparo para aposentadoria e pós-carreira. E quando eu falava o que pensava – e continuo pensando – da necessidade de sonhar e de traçar projetos, de fazer planos e, como se pode ter uma ação mais efetiva na sociedade, fazer as nossas escolhas mesmo

estando já aposentado, o pessoal ficava alarmado: “A senhora não tem medo de falar essas coisas?”.

Busquei inspiração no ideal das resistências e me debrucei no estudo da história da exploração e da opressão aqui no Brasil. Eventos como a Guerra dos Canudos, dos Zumbis, da Coluna Prestes, tudo que acontecera e ainda acontecia entre nós. Adquiri algum conhecimento sobre a nossa história e, claro, também fui muito inspirada pela coragem dos resistentes do Gueto de Varsóvia. Determinei-me: “Não posso calar a boca. Não posso e não quero calar a minha boca”, porque a imagem do meu povo, das minhas famílias de origem, seguindo silentes para os vagões de trem, conduzidos para o extermínio, sem acreditar que aquilo estava mesmo acontecendo, aquela passividade tenebrosa. Essas imagens me perseguem, exercendo uma grande pressão para que eu realize um grande trabalho de conscientização e de resiliência, animando pessoas a não se deixarem abater e, sim, a prosseguirem.

Muitas vezes, cheguei a me referir publicamente às perseguições e às violências a que minhas próprias famílias foram submetidas, como o principal motivo para começar a trabalhar no que trabalho. A partir da nossa experiência, enquanto brasileiros, chego a compreender parcela do porquê permanecemos quietos e inertes frente aos descaminhos e das insanidades cometidas por governantes que continuam a nos espolar.

Minimamente, somos todos filhos e netos de sobreviventes de uma ditadura e todos sentimos, ainda, muito medo de reagir e, mais ainda, não estamos conscientes de que podemos agir. E como posso contribuir? Uma das formas, escrevendo e apresentando uma tese de doutorado sobre assédio moral na pré e pós-aposentadoria, que é outro delato sobre o qual ainda nos mantemos excessivamente calados. Daí, a minha veia política fica pulsando forte e se faz presente pela educação de adultos, por meio do debate, do diálogo coletivo com as autoridades de cá.

Quando vim a conhecer a obra de Paulo Freire, todo o ocorrido, inclusive com ele que, perseguido, precisou sair do país para exercer

seu ministério, senti muito pesar por todos esses anos perdidos e disse a mim mesma: “Não posso me culpar nem me arrepender por ter me apartado e ficado quieta quando eu não sabia; mas posso me responsabilizar por tornar público e conversar a respeito das ameaças que se abatem sobre os trabalhadores mais velhos, das seguranças e benefícios com que contar e ouvir, compartilhar com eles boa parte daquilo que sei hoje”.

Não levanto nenhuma bandeira de partido político, mas faço o que faço por saber fazer direito e porque acredito. É como você me perguntar: “Porque o passarinho canta?”. Ele canta porque canta, porque pássaro canta. Então, faço o meu trabalho com a convicção de ser algo que dá frutos e acaba por ser aproveitado por uma série de outros organismos sociais, das empresas aos aposentados, pelos sindicatos, pelas associações. Então, granjeei respeito e mantenho interlocução com todas as organizações e com todos os escalões.

Realmente, não faria [esse trabalho hoje, se não tivesse havido esse despertar para o que estava acontecendo no país]. Eu tive alguns despertares: um preparo para isso, o encantamento e o sentimento de importância pessoal, que me vinham quando ia, com meu primeiro namorado, às reuniões que seu irmão mais velho fazia com a roda de amigos, lembrando agora, todos ou quase todos da USP.

Depois, o encontro definitivo, decisório com o meu amigo e depois, o esclarecimento que tivemos entre nós quando fui à casa dele. O outro foi a grande amizade de que pude usufruir também com aquele outro amigo, que cursou a faculdade de Sociologia e Política e que, entusiástica e generosamente deu de seu tempo e de seu afeto para conversar comigo. Mais um despertar veio com o estudo da Gerontologia Social, com sua visão abrangente e integradora. Considero que foi a partir disso que comecei a reinterpretar a minha história e pude descobrir e tomar posse da minha coragem, porque eu fui uma criança, uma jovem mulher muito medrosa.

Hoje, eu sou muito destemida, muito. Tenho medo, mas não sucumbo a ele. Em especial, àquele sentimento de pânico que me batia,

quando alguém anunciava: “Preciso falar com você”. Chegava a passar mal, de tanta ansiedade: “Fale agora, fale agora, pelo amor de Deus, não me deixe esperando, porque eu não posso sobreviver emocionalmente a alguém que tem alguma coisa importante para falar comigo”. Porque sempre seria alguma coisa de mal, por suposto.

E houve outro episódio, que também foi definitivo. Um atendimento psicológico, o primeiro atendimento que eu fiz em relação à ditadura. Foi o de uma senhora casada com um psicólogo que trabalhava no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), para a recuperação do estado emocional dos torturados: fazer com que eles suportassem maiores sofrimentos e cargas de dor, porque para muitos, os torturadores faziam pressão emocional das mais baixas e indignas. Ah, o que não se fez para “supostamente” salvaguardar as famílias, para delatar um amigo... E o marido dessa senhora era um torturador tal e qual, porque assistia às sessões de tortura e depois dava o que, entre aspas, chamava de acolhimento. Ele se tornou uma pessoa famosa nos meios televisivos. Dava entrevistas e falava de amor no rádio e na televisão, como se soubesse o que era isso! Mas tinha uma expressão tão feia, tão fechada em seu rosto, que eu me perguntava: “Como uma pessoa consegue falar de amor e continuar tão tenso, tão raivoso e mal humorado?”.

Eu só posso dizer que ele era famoso, altamente publicado e badalativo. Alguém por quem jamais nutri qualquer afeição, inclusive porque intuía o seu mau caráter e, também, porque não me deixo deslumbrar pelos globais. Também sou muito publicada e muito badalativa e já tive os meus tempos de global também. Foi legal, enaltecedor poder falar pela telinha, para tantos milhões de brasileiros. A responsabilidade é muito grande e não é qualquer um que pode ser, assim, tão amplamente ouvido. Mas a mística de se achar que aquele que aparece nas telinhas é mais competente que os demais, é isso que eu não engulo, porque não é. Mas esse fulano “se achava” superior e se comportava ridiculamente como tal.

Em certa ocasião, quando ele chegou aos estúdios de outra das grandes emissoras e viu que eu estaria presente na mesma entrevista

para a qual havia sido convidado, ficou tomado pela ira e saiu ventando, gritando pelos corredores que, se ele soubesse que haveriam outros convidados para o programa, ele jamais teria comparecido: “Eu não divido as atenções!”. De dedo em riste, ele falava para o nada, para ninguém! Patético. Fiquei aliviada, porque a presença dele já carrega o ambiente. Ouvi muito os relatos de suas perversões, o domínio que exercia sobre as mulheres fragilizadas que o procuravam, os estragos que fazia nos casamentos quando ele desejava aquela mulher. Chegava a trazê-las para morarem consigo, tão logo se separassem de seus respectivos maridos e, depois, as submetia a tudo quanto era sorte de humilhações.

É um ser muito nefasto, que causa prejuízos a todos que convivem com ele. Na verdade, isso me desperta um profundo sentimento de ódio. Sou pouco ou nada tolerante com pessoas abusivas, com torturadores. Da pessoa dele, até hoje! Para vocês terem ideia da intensidade da minha reação, muitas vezes, quando um paciente traz questões existenciais nojentas, de tamanha violência, chego a sentir revolução no estômago! É visceral. Já saí do consultório com diarreia! Sinto dor de cabeça. Foi esse tipo de reação que tive quando a esposa desse sujeito começou a contar da sua experiência enquanto viveu com o dito cujo. Anos depois, vim a saber que os xamãs também têm essa propriedade de viver, no corpo, uma identificação tão profunda com seus pacientes doentes.

Eu não sou xamã e achava que era uma fraqueza minha, como psicóloga, ter uma tamanha reação emocional, a ponto de ser visceral. Conforme ela me relatava sobre sua vida com esse sujeito, tive uma reação de náusea tão forte, que mal tive condição de levantar e tentar ir para o banheiro. Vomitei ali dentro da minha sala mesmo, tamanho asco, tamanha rejeição eu senti. Náusea de ordem existencial, uma reação visceral. E eu cá em um choro, mas em um choro convulsivo, durante a sessão. Ela, que estava ainda meio que anestesiada emocionalmente, por todo o sofrimento vivido ao lado dele, permaneceu sentada e eu me abracei a ela. Foi ela própria que me confortou: “Não fica assim, não fica assim, não fica assim”. Penso ter reagido por mim e por ela. Puro *acting*

out. E nos acalmamos. Ela ainda disse: “Nossa, se eu soubesse...”, ao que logo refutei: “Não, pelo amor de Deus, eu estou bem. Foi bom você ter dito tudo isso! Já passou”.

Na manhã seguinte, tive vergonha de contar para o meu supervisor o que tinha acontecido. Pensei comigo: “Acho que eu não dou para ser psicóloga, estou na profissão errada, isso não é coisa que se faça”. Porque, também, como psicóloga, fui educada, que não podemos nem gargalhar, nem chorar e nem ter diarreia por causa de paciente, e essa é outra história, que se o Conselho quiser discutir um dia, eu discuto (risos). Mas a minha inteireza só me permitiu aquela reação.

Durante muito tempo, cultivei essa má impressão de mim, que, aliás, era o que eu mais sabia fazer, me avaliar por baixo, sempre me vendo com olhos excessivamente críticos. Até que um dia me encorajei e contei para o meu psicoterapeuta. Ele me sorriu de volta, olhar muito bondoso e me perguntou: “Você já ouviu ou leu alguma coisa sobre os xamãs?”. E novas portas de conhecimento se abriram para minha compreensão sobre o que é a cura e o exercício da nossa profissão.

Fiquei a princípio, pois é, desolada com a minha “suposta” incompetência para atuar como psicoterapeuta. Não cheguei nem a me abrir a com a psicóloga, uma mulher muito má que me dava supervisão. À época eu não sabia quão má ela era. Chegou a ser conselheira do Conselho Regional de Psicologia e, de início, eu a admirei, estimei. Confiei muito nela. Mas um dia, lá na frente, muitos anos se passaram até que eu vim a saber que ela era uma tremenda antissemita. Enquanto ela se posicionava superior a mim, tudo bem. Mas quando comecei a crescer na minha profissão e ousei ter visão e ideias próprias, podendo discordar dela ou seguir por minha própria conta e risco, sem pedir permissão e me prestar aos rituais de idolatria que ela impunha aos seus alunos e supervisionados, ah, para quê?! Ela me perseguiu até!

Falava mal de mim publicamente, proibia que seus alunos fizessem citações sobre meus livros e trabalhos. Um verdadeiro assédio! Não é à toa que escolhi este tema para o meu doutorado: Perseguições, assédio. Hoje, eu a “tascava” um processo, que ela

iria rodopiar! Mas, não. Lá atrás, cheguei a ser muito grata a essa infeliz por ter me dado as primeiras orientações em clínica, mas não conseguia compreender o porquê de tamanha perseguição pública a minha pessoa e ao meu trabalho.

Eu tinha documentos e relatos, mas não entrei nem com ação por danos morais. Eu só fazia chorar e me questionar sobre o que eu teria feito de tão errado, de tão mal feito para ela me tratar assim! Tudo invertido! Mas é assim que a gente se sente, quando não tem segurança sobre si, quem sofre de baixa autoestima. Minha cura, minha libertação dessa cultura de opressão e de menos valia é, a bem dizer, recente. Só depois que adentrei a meia-idade e fiz “a passagem”.

Mas essa é também outra história. Ela, essa mulher mesquinha, racista, indecorosa, já está morta e, que Deus a tenha, porque quero mais é que ela seja muito bem tratada do lado de lá, porque do lado de cá, eu não a perdoo. Ela me perseguiu. Fez-me sofrer muito. Mas também, graças às arrogâncias dela, sempre que eu sabia por antecedência que ela estaria presente a uma palestra minha, a um curso meu, eu caprichava tanto, eu me esmerava tanto, que não deixava ponto sem nó. E só fiz sucesso e ganhei credibilidade com o rigor que me impus. Claro! Pois ela comparecia às minhas apresentações para me atazanar, para me “desmascarar”, como ela alardeava para quem quisesse ouvi-la a meu respeito. Depois me contavam tudo. E eu, bobamente, me magoava e chorava copiosamente. Não acreditava que ela, profissional a quem tive em tão alta estima, sentisse inveja de mim e ódio por saber que, em muitos aspectos, eu a superei. Dizia ela: “Essa Ana não sabe nada. Ela só sabe falar bem!”. Éramos da mesma área profissional. Uma pena. Não tirei espaço de ninguém. Só abri e conquistei o meu.

Bom, o CRP está sujeito a esses maus elementos, como qualquer outro conselho de classe. O fato é que eu tive que elaborar muito essa ideia da ausência do bem e sobre toda a violência a que estamos expostos. Uma violência que continua permeando a nossa vida, mudando de cara, local, ela muda de justificativas, mas não de seus

motivos: o desejo de destruir, de causar mal ao outro e mesmo a si próprio. O mal deseja destruir. Sabe que até hoje, eu não sei se existe mesmo o mal ou se o que existe é a ausência do bem?

Bem, para finalizar e retomar a questão do consultório, esse caso foi o primeiro que pude ouvir, enquanto psicoterapeuta, e ele me ensinou muito. A paciente voltou. Sim, eu elaborei tudinho comigo mesma e, melhor ainda, ela voltou. Quando ela voltou, isso me redimiu. Ela achou bárbara, no bom sentido, a minha reação: “Nossa, acho que eu nunca senti alguém tão junto de mim, tão comigo quanto você esteve!”. Foi muito calorosa, me abraçou, me agradeceu muito. Disse: “Você não me ouviu só com a tua mente, você me ouviu com a tua alma, com o teu coração”. E, aí, eu aprendi, como psicóloga que, quando ouvimos por inteiro um paciente, facilita a transformação, a dele e a nossa. Então, demos continuidade àquele atendimento e pude também, ser, posteriormente, psicoterapeuta de um militar, que foi também uma das forças da repressão.

Ele nunca relatou muito claramente o que fazia, mas saía prendendo, dando tiro, matou. Então, entre torturar e matar, cada um que se entenda com Deus. A ele eu já pude ouvir com mais estofado, com mais estrutura emocional, porque o caso da primeira senhora que atendi me ajudou a criar essa estrutura pessoal, além de profissional. E atendi a filhos e filhas, principalmente filhas. Eu acho que são mais corajosas de relatarem o que vivem e viveram: “Meu pai é um reacionário, meu pai é um louco, meu pai foi torturador, meu pai foi isso, meu pai foi aquilo”. Os homens me parecem ainda mais ciosos de seus traumas, hesitando mais em expô-los. Muitas, mas muitas vezes, ouvi mulheres se referirem aos pais, mas nunca ouvi referência à mãe como torturadora. E em relação às mulheres, esposas desses militares, a vergonha que elas demonstraram é pungente!

Sobre aqueles engajados nas forças repressoras, eu particularmente nunca ouvi da participação de mulheres violentas, repressoras, torturadoras. Eu ouvi sempre em relação a homens. Mas

não posso afirmar que elas não existam. O mal não escolhe o sexo que veste, certo? Como acabei atendendo a um ou outro militar, alguns familiares? Porque conheci um rapaz, militar, que participou comigo de um mesmo grupo de Psicoterapia, em que eu era uma participante. E fizemos uma grande amizade e houve muito respeito. Ouvi muito pouco da parte dele, inclusive porque ainda estávamos nos anos 1980 e o silêncio era brutal! Mas ele sofria muito pelo que presenciava e, sabe-se lá do que participava.

Senti muito bem querer por esse rapaz e, como eu estava dando início à minha formação em Psicologia, ele acompanhou o início da minha carreira. Mais tarde, chegou a indicar alguns poucos militares que ou vieram a se consultar comigo ou enviaram seus familiares. Um desses militares desabotoou a camisa para mostrar as marcas de bala que trazia em seu peito. Outro, falava muito de não conseguir dormir por sofrer de pesadelos e do que hoje chamamos de “flashback”. Mas jamais revelou o teor de seus “flashback”. Marcas, cicatrizes, pesadelos, infelicidade, descrença na raça humana. Muita depressão e, em casa, falta de diálogo com esposa e filhos. Muito alcoolismo. Muita gritaria, espancamento. Quadros muito tristes. Violência familiar colada à violência corporativa, colada à violência política e ideológica.

Eu, pessoalmente, não tenho conhecimento da existência de mulher torturadora. Era uma paciente que se referia a um marido que era torturador dentro de casa e fora de casa, com patologias gravíssimas. Um filho traumatizado. Envergonhado, não pelo que o pai fez ou deixou de fazer, mas pelo que ele, enquanto filho, sofreu nas mãos desse pai e sem conseguir se defender e à mãe ou irmãs. Porque eram crianças e viviam sendo constantemente abusados pelo pai violento. Abusos emocionais, principalmente. Físicos, dificilmente os ataques foram de ordem sexual. Eles se dirigiram principalmente às esferas emocionais e morais. Porém muitos familiares também foram agredidos fisicamente. Isso lhes causou muita vergonha e culpa, por não terem protegido, mais, uns aos outros.

Agora, conheci também militares fantásticos! Fui amiga e ainda sou amiga de gente que era militar à época da ditadura. Duas pessoas da minha família também fizeram a Escola Superior de Guerra (ESG) e a Associação dos Diplomados da ESG, a ADESG, até porque o governo exigia isso para essa pessoa obter uma promoção, no serviço público ou em uma empresa privada, multinacional. Esse meu cunhado, que me levou para trabalhar na Secretaria de Obras do Estado de São Paulo, onde estagiei por três anos, enquanto fazia a minha formação em Psicologia, veio a falecer também muito cedo. Ele era meu concunhado, melhor dizendo. Foi muito pressionado a cursar a ESG para poder se manter enquanto diretor administrativo da Secretaria de Obras. E era uma pessoa boníssima!

Ele aprendeu técnicas de interrogatório, mas ele não aplicava. Então, eu sei de gente que se obrigou a fazer determinados cursos como a ESG, a ADESG e tudo mais, por uma estratégia de sobrevivência na carreira, mas que soube preservar a sua experiência pessoal e profissional, de modo a não contaminá-la com a violência.

Quando falo sobre isso, fico trêmula. Não imaginava que ficaria tão emocionada. Este é um assunto que me perturba profundamente até hoje. Não tenho, como falei, nenhum sentimento de culpa, não me sinto devendo nada a ninguém. Eu simplesmente não sabia e quando soube, me acovardei. Justifico isso pelo meu histórico familiar? Justifico ou explico? Mas não, não me sinto culpada. Fiz o que achava que deveria fazer. Hoje considero que conto com o meu desempenho profissional, conforme eu posso e sempre que encontro oportunidade. O meu papel é: onde há violência e onde eu possa agir para dissipar essa violência, para coibi-la, para esclarecer pessoas e poder tratá-las, isso eu faço e faço bem feito.

No final, a previdência, ela é magistral. É uma pilastra da nossa soberania. Então, quando eu vejo também uma das nossas pilastras, seja a previdência, seja a nossa moeda sendo ofendida, o comércio de roupa íntima com a impressão da bandeira do Brasil sendo achincalhada, rasgando dinheiro na televisão, crianças que não sabem cantar o

hino nacional, tudo isso me ofende profundamente. Mas eu não sou nacionalista, eu sou, bem... Uma mulher do mundo mesmo e a minha identificação é com as pessoas desse mundo. Adoro a possibilidade de ajudá-las a viver melhor e superar as violências sofridas. De antes e de hoje. Adoro vê-las superar seus medos e passarem a agir com coragem e determinação, que suas vidas ganhem sentido, além de dignidade. O que abomino? A omissão.

ANGELA CANIATO

Entrevista concedida por Angela Maria Pires Caniato ao Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (São Paulo).

Sou Angela Caniato, atualmente conselheira do Conselho Federal de Psicologia. Moro em Maringá desde 1972, me formei como psicóloga na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em 1968.

Eu vivi pessoalmente, enquanto estudante, o início da ditadura militar no Rio de Janeiro, onde a violência já era bastante forte, evidentemente. Eu tive colegas na PUC que sumiram de repente, sem sabermos o que estava se passando. Esse clima de nada saber era muito angustiante para todos nós. Continuávamos indo para as ruas, para os movimentos, para as passeatas e de repente sabíamos que um estudante tinha morrido lá no Restaurante do Calabouço no Aterro do Flamengo. Não tínhamos clareza do que estava ocorrendo, porque a censura das notícias já estava implantada. Sabíamos que os tanques tinham entrado na cidade do Rio de Janeiro, vindos de Minas Gerais. Isso estava ocorrendo mais ou menos próximo a um período eleitoral, a interrupção pelos militares do governo eleito. Mas não sabíamos por que e nem o que estava acontecendo nos bastidores. Sabíamos de colegas que sumiam, de colegas que resistiam e que em uma invasão na Faculdade de Medicina, no Rio de Janeiro, os estudantes foram tirados de lá debaixo de chicote e enfileirados em “corredor polonês” sob pancada. Sabíamos disso, mas não sabíamos o porquê, para quê e o que acontecia com os que sumiam.

Estive na PUC entre 1964 e 1968. Eu vivi isso pelo menos até 1972, quando saí do Rio de Janeiro. Eu no máximo podia assistir às passeatas, até participar delas. Tinha muita vontade de entrar no movimento estudantil, mas não entrei porque já trabalhava, era professora primária. Eu tinha aula na PUC de manhã e à tarde eu ia para a escola primária dar aula. Pelo menos a justificativa que eu me dava para não entrar no movimento era essa, senão eu teria entrado, porque eu já era bastante simpaticante de toda essa questão estudantil, embora já estivesse com cerca de 28, 29 anos nessa época. Quer dizer, já não tinha tanta ilusão, ou nem tanta crença em relação à possibilidade de qualquer mudança de um processo tão violento como o estávamos vivendo. Então não sei

se isso ou se a educação mais cuidadosa, e até mais repressiva, de meu pai e minha mãe, me impediram de entrar.

Até hoje gostaria de saber por onde anda um colega chamado José Jorge, da PUC. Ele me deu um livro do Erich Fromm, “Meu encontro com Marx e Freud”. Nem sei se ele acabou o curso. Fazia Psicologia e sumiu nesse mesmo período. Ele era engajado, mas não sei se pertencia a algum daqueles movimentos. Até hoje eu não sei o sobrenome, eu só sei que ele morava em Minas Gerais, apesar de estar estudando lá na PUC.

Aconteceu com a minha turma uma coisa muito interessante, eu acho que produto da situação que vivemos naquele período dentro da PUC. O grupo desapareceu, nunca mais ninguém falou com ninguém, nunca mais ninguém procurou por ninguém. Quer dizer, eu nunca mais soube de notícia de nenhuma colega. Até no Facebook eu já tentei ver se encontrava alguém da minha turma e não consegui contato. Pelo menos uma das presas políticas que eu atendi teve esse mesmo tipo de reação: se afastou de todos os vínculos que tinha, começando por um namorado. Os dois tinham sido presos juntos. Eu tenho a impressão que foi esse impacto do susto, que resultou nesse afastamento de todos da nossa turma lá na PUC.

Outro momento assustador para mim foi quando hospedei em minha casa Maria Nilde Mascellani, que fora a Maringá para um seminário de orientação psicopedagógica que organizáramos no Colégio de Aplicação da Universidade de Maringá, nos fins da década de 1970, início da década de 1980.

Ela me contou que tinha sido recém-libertada da prisão, onde fora muito torturada. Falou que silenciara ou dava informações falsas durante todo interrogatório e que dentre as torturas que sofrera a que mais a violentou foi ter ficado num cubículo com a luz acesa dia e noite, o que acarretou na destruição da visão de um de seus olhos. Ela me contava esses episódios e meu medo ia aumentando, sem que eu pudesse exprimi-lo; em respeito a ela, eu a ouvia. Nessa oportunidade, eu já sabia que estávamos cercados de vigilantes escondidos e que

era frequente a invasão das casas pela polícia para procurar indícios de subversão, para até prender supostos militantes.

E eu atendi profissionalmente ex-presos políticos. Então, o terceiro momento da minha convivência com a violência e a repressão política da ditadura militar e uma forma de participação no movimento político de resistência: minha aproximação a ex-presos políticos. Estranhamente, para mim isso aconteceu depois que a ditadura terminou, quer dizer, foi a partir de 1985, quando o presidente José Sarney assumira a presidência da República. Foi a partir daí que fui procurada por alguns ex-presos políticos. Estranhamente, porque antes disso eu estava lá na cidade de Maringá, essas pessoas já tinham sido presas e soltas e ninguém procurou ninguém enquanto estávamos sob a ditadura.

Eu tinha consultório em Maringá, era uma das poucas psicólogas que atuavam na cidade nessa época e, interessantemente, só depois que a ditadura terminou essas pessoas foram me procurar. Eu achei isso muito significativo. Já tinham saído da prisão há muito tempo.

Atendi a quatro ex-presos políticos. Desses quatro, uma desapareceu, eu não tenho a mínima notícia dela. Não consegui localizá-la. Fui atrás para saber notícias, mas ela desapareceu sem deixar marcas.

Todos foram me procurar mais ou menos na mesma época. Foi interessante, foi um atrás do outro, e não necessariamente pessoas conhecidas entre si. Quer dizer, eu acho que elas identificaram que eu era uma pessoa sabidamente de esquerda na cidade. Mantiveram seu sofrimento em silêncio até aquele momento, possivelmente com receio de poderem voltar a ser presos se falassem de sua vida de militantes de esquerda com alguém. Eram pessoas totalmente desvinculadas entre si. Só dois deles tinham relação.

Nesse depoimento, quero falar sobre as diferentes formas com que eles foram atingidos pela violência. Uma sumiu, desapareceu de todo e qualquer vínculo comigo e com a cidade. O outro, um rapaz, era um professor inteligentíssimo em São Paulo, militou e foi preso aqui em São Paulo, era de uma cultura fenomenal. Ele partiu para virar um

tipo de místico, que benzia as pessoas que o procuravam erguendo os braços e postando as mãos. Depois virou um ceramista - eu tenho algumas lembranças de cerâmica que ele fez - e como eu não cobrava o atendimento, me presenteava com cerâmica.

Sobre as outras duas eu cheguei até a fazer um relatório, já na década de 1990, para elas poderem ter acesso à reparação judicial. Eu vou começar por uma dessas duas, que foi o caso de melhor aproveitamento do processo terapêutico.

Ela ficou presa num quartel do exército no Paraná, que foi um dos locais importantes que a ditadura usou para prender militantes políticos. Deve estar atualmente com 60 anos. Foi presa no Paraná quando tinha cerca de 18, 20 anos de idade. Ela foi presa junto com o namorado e quando foi libertada do quartel, ignorava sua presença quando o encontrava, não mais conversava com ele, que se tornou um desconhecido para ela. A questão que tive de trabalhar com ela durante os dez anos em que a atendi em psicoterapia, foi a questão da amnésia. Ela não queria, ou não podia e não conseguia entrar em contato com o que ela tinha passado na prisão. E essa amnésia foi, vamos dizer assim, uma grande tragédia na vida dela.

Eu não diria que ela entrou em pânico, mas ela tinha muito medo. Então o que ela fez foi, de alguma forma, ir entrando em situações buscando proteção, desde a escolha do homem com quem ela se casou, até a instituição onde ela trabalhava, e ela conseguiu, de certa forma, a proteção daquelas pessoas que representavam uma autoridade ali. Então eram essas duas atitudes: uma, a total amnésia dos fatos e a outra face era esconder-se sob a proteção dessas pessoas.

Eu saía muito bem das consultas com essa paciente, porque no final ela acabava despertando em mim um sentimento também de proteção. Eu me cuidava para não protegê-la demais, o que ela pedia era proteção. E eu sabia que aquilo era produto desse silenciamento interno que se instalou nela e que ela precisava abrir os olhos para saber onde estava, agora. Então conseguimos ir trabalhando esse silêncio, e então acho que quando ela teve mais confiança em mim,

ela se abriu sobre o que tinha passado, de fato. Ela não chegou a ser propriamente torturada fisicamente, foi muito mais a questão da tortura moral, de estar presa em quartel, ser chamada a delatar, em nível do simbólico e em nível do emocional, do que propriamente a nível do corpóreo. Lá no quartel ela esteve submetida à inquisição, esse tipo de coisa. A grande expressão de seu trauma foi se afastar totalmente do namorado.

Essa separação foi a princípio muito estranha para mim, para a minha compreensão. Eles vieram trabalhar no mesmo lugar, ligados ao mesmo espaço profissional e após a prisão eram como dois desconhecidos. Impressionantemente, dois desconhecidos. Casou com outro e ele casou com outra. Na evolução do atendimento, nós chegamos a essa situação afetiva, afetivo-sexual dela, quer dizer, um vínculo com o parceiro. Ele era o representante externo daquilo que os dois passaram juntos e ela não queria nem vê-lo e vice-versa: trancou-lhe em um esconderijo impenetrável e agora não queria saber mais dele. No decorrer do processo terapêutico, ela conseguiu desfazer esse silêncio interno.

O atendimento a essa ex-presa política era tranquilo. Transitava entre nós uma relação de muito respeito, de muita admiração minha por ela e dela por mim. Transitava esse tipo de vínculo, que era um vínculo de amor, vamos dizer assim. Então não me fazia mal.

A outra presa política que atendi me enfrentava dizendo que “você já quer saber demais” durante muito tempo, me “botou na parede” muitas vezes, me jogou na condição de torturadora dela e eu não sabia por que ela estava fazendo aquilo comigo, porque eu não sabia o que era tortura. Sabia que era pancada. Sabia o que era dar pancada, prender e dar pancada, mas não sabia, vamos dizer assim, os motivos, os objetivos da tortura.

Eu não sabia por que, não sabia os motivos da tortura que essa segunda cliente-presa política repetia comigo transferencialmente e que me despertou muita angústia. Eu não sabia o que era tortura, não sabia dos tipos e dos objetivos da tortura.

Esse meu atendimento acabou resultando na minha tese de doutorado. Quer dizer, o impacto foi grande nesse sentido e na época me mobilizou muito.

Naquela época, eu não encontrava bibliografia aqui no Brasil sobre isso. O que foi mais sofrido foi eu dar conta dessa tarefa intelectual acadêmica. Minha tese não tinha bibliografia. Defendi minha tese em 1996. Em 1996 não tinha bibliografia. Só encontrei a dissertação da Maria Auxiliadora Arantes, a Dodora. Encontrei um livro de um professor da PUC, e já tinha o caso daquele operário que foi morto aqui em São Paulo, o Manoel Fiel Filho.

Antes eu já estava participando também dos movimentos pró-abertura democrática. Mas na década de 1970, início da década de 1980, quando fiz o mestrado, já tinha um burburinho sobre o que estava acontecendo nos porões da ditadura, os desmentidos do suicídio do jornalista Vladimir Herzog. Já podíamos ter acesso ao livro “São Paulo 75 – crescimento e pobreza”, editado pela Arquidiocese de São Paulo, ainda publicado com os nomes dos autores sob sigilo.

Eu já não estava naquela situação de ignorância inicial, eu já sabia o que estava acontecendo, mas do ponto de vista psíquico não havia nada publicado aqui no Brasil. Nem esses que hoje a gente encontra que relatam os horrores dos bastidores da ditadura. Eu depois fui lendo vários: “El vuelo”, que relata as atrocidades na Escola de Mecânica da Marinha na Argentina e a remessa de seus prisioneiros em aviões para serem jogados no mar. Essa prática também foi realizada pela aeronáutica brasileira que até hoje não falou quais dos presos políticos “desaparecidos” foram jogados no oceano.

Então fui sabendo de muitas barbaridades, muito tempo depois, quando a censura foi sendo minimizada e começaram a poder aparecer alguns relatos do período da ditadura militar. Eu fui continuando envolvida com a situação política dessa época, não especificamente como psicóloga e mesmo não mais atendendo aos presos políticos.

O livro que para mim foi muito significativo foi “Não conte nada a ninguém”, da psicanalista Helena Bresserman Vianna, que relata o

envolvimento de um médico em formação psicanalítica e que estivera envolvido com tortura, o Amilcar Lobo, que só pode ser publicado no Brasil em 1994.

Nessa época eu já era amiga da Cecília Coimbra, que foi ex-presa política torturada, e seu relato dessa vivência vem sendo publicado em várias revistas e livros: “Gênero, Militância, Tortura” no livro do Projeto “Memória 68, a geração que queria mudar o mundo - relatos”, de 2011. Ela fez doutorado na USP na mesma época que eu e depois veio a compor a minha banca de doutorado. Então eu já estava trafegando com ela no Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, embora à distância – ela no Rio de Janeiro e eu em Maringá. Eu buscava informações de áreas que não eram bem a minha, tanto para melhor atender aqueles meus clientes presos-torturados, quanto com o objetivo de produzir minha tese de doutorado.

Eu estava pensando ainda em qual foi a repercussão de toda essa experiência de prisão e tortura sobre aqueles indivíduos. Custei muito a ter informações dos motivos e técnicas de tortura.

Mobilizei-me a fazer o doutorado sobre esse tema porque foi impactante para mim receber de “supetão” para psicoterapia quatro pessoas ligadas a isso. Agora estou mudando de tema de pesquisa - eu só estudei violência do doutorado até hoje, então eu domino bastante o conceito de violência em seus vários âmbitos. Porque eu tinha, de uma certa maneira, uma empatia e uma identificação com esses ex-presos políticos, porque eu só não entrei no movimento estudantil porque a minha família não deixou e porque eu trabalhava, senão eu teria entrado. Então, quando eu vi essas pessoas chegarem para mim naquela circunstância, isso me mobilizou. Eu não as conhecia da cidade, mas eu acho que foi ver o sofrimento que elas ainda passavam, depois de muitos anos de terem sido torturadas. Os contatos terapêuticos eram muito sofridos, tal o nível de angústia/pânico a ser suportada em cada encontro. Foi terrível.

Uma delas me trazia alívio ao terminar a sessão terapêutica, porque realmente ela não sofreu muitas torturas enquanto esteve presa, eu percebia que nos entendíamos, ela saía bem da sessão e eu saía melhor ainda porque ela saía bem.

Eu sentia que estava tendo resultado com uma dessas duas presas. Com a outra, que se afastava/retornava continuamente de mim, não houve muitos avanços na elaboração dos traumas da tortura. Com essa outra pessoa, o que ela fez foi me forçar, empurrar para eu saber o que era tortura.

Quando a pessoa me faz uma colocação, eu tenho o hábito de perguntar, para ampliar a compreensão daquilo que se falou. É uma estratégia técnica, vamos dizer assim. Eu perguntava as coisas a ela que respondia assim: “Você já quer saber demais. Você está querendo saber demais. Está querendo saber demais”. E ela sumia das sessões, depois de dez, quinze dias, me telefonava, retomava. Assim foi durante muito tempo e eu não sabendo o que era tortura.

Esse processo não chegou a dois anos seguidos, apesar de um tempo mais longo atendendo-a, porque ela continuamente se aproximava e afastava. Até que eu fiquei sabendo que tinha sentido ela reagir com o “você já está querendo saber demais”. Entendi o que estava se passando e pude começar a ajudá-la nessa situação, dentro do processo terapêutico. Eu diria que eu pude começar a ajudar e essa situação foi a mais significativa que trabalhei com ela.

Tenho clareza que eu ajudei muito a primeira paciente, ela reorganizou a vida toda, e bem. A segunda até hoje está muito mal. Muito mal. Eu me perguntava por que esse ir e vir dela, e, veja, resolvi perguntar a ela por que ela dizia que eu queria saber demais, sempre sorrindo ironicamente e com um ar de quem está desafiando o outro. Eu saía dos atendimentos muito angustiada, porque eu não sabia o que ela queria dizer com o “você já está querendo saber demais”, falando com um ar de ironia, de deboche e não respondendo ao pedido de explicação que eu fazia. Eu fui perguntando, perguntando.

Eu comecei a andar pela América Latina para buscar a bibliografia, porque eu já estava pensando na tese. Na minha tese de doutorado tem o resumo do atendimento a esses dois casos. É um resumo que está bastante, vamos dizer assim, diluído. Eu introduzi situações alheias aos casos para proteger as identidades delas, para não serem identificadas.

Quer dizer, está um pouco até distorcido em função disso. Entretanto, na tese esses dois casos aparecem de forma sintética, talvez ocupando uma página só.

Quando essa segunda pessoa saía da sessão, eu ficava assim: “Mas gente, o que eu fiz com essa moça para ela estar me maltratando desse jeito? O que eu fiz com ela? Será que eu agi errado?”. Quer dizer, eu saía com angústia nesse sentido, por causa dessa reação dela diante da minha forma de trabalhar.

Eu fui estudar o que era isso. Por isso, talvez, eu tenha feito a tese. Eu fui estudar porque era inusitado para mim. E aparecem quatro de repente. Fui estudar o que era violência de Estado, para entender o que era a interioridade do processo ditatorial. Sabemos o que é a ditadura, mas o que acontece nos bastidores não sabemos.

“Sabe o que é isso aqui?” – ela dizia. E por fim, eu acabei por entender que ela me confundiu com o torturador. Eu fiquei sabendo que a tortura é aplicada para obter confissão, o torturador pergunta para obter a confissão do que ele quer saber. O torturador pergunta, o torturador esmiúça, o torturador questiona. E então eu entendi que ela estava me identificando com o torturador e me aliviou. Inverteu o processo: eu me aliviei por ter-se desfeito a projeção, ela teve que viver com o torturador que tinha internamente.

Isso no fim do atendimento. E ela logo depois deixou o atendimento, mas conseguiu fazer a dissertação do mestrado, ela conseguiu fazer a tese de doutorado, isso foi há alguns anos. Na tese de doutorado - eu tenho a cópia - ela entrevistou presas políticas importantes no Brasil, de renome, e pode ver nelas o que era muito sofrido viver/pensar em si mesma já que o horror e o pânico tomavam conta dela. Esse enfrentamento, embora tratado projetivamente, foi um avanço que ela conseguiu.

Depois de muito tempo, ela trouxe relatos de violência, mas sempre se colocando como heroína, ela não se colocava como vítima. Ela fez uma identificação muito importante com o torturador e com a força do torturador. Não que ela tenha passado para a direita, mas, vamos dizer assim, o Lamarca, que era o ídolo dela, seria o equivalente

a um torturador, aquele que faz o mesmo que o torturador faz. Quer dizer, ela passou a se identificar com o torturador e passou a agir com muito ódio, com muita raiva de tudo. Eu não sei se o Lamarca sabia, mas ele era para ela um herói.

Ela foi torturadíssima. Restaram internalizadas “mãos grandes e gordas” que a perseguem sob imenso horror e que correspondem às de um militar que a submeteu a sevícias sexuais e depois à proteção. Ela engravidou nesse meio tempo, abortou em função de desejar continuar atuando na resistência política. Era uma das poucas mulheres do seu grupo de militância e tinha uma aproximação muito de perto com o Lamarca.

Quer dizer, então, ela estava envolvida com uma liderança importante, Lamarca era um líder nacional. Quando ela foi presa, estava no Rio em missão de seu grupo, de Lamarca. Ela tinha uma atuação com cúpula do movimento guerrilheiro, vamos dizer assim. Ela tinha essa aproximação e sofreu as consequências disso. Durante sua vida escondida, desmanchou um namoro com um rapaz que era também um militante. Ela foi torturadíssima de fato, muito maltratada.

Ela percebeu, no trabalho que fui fazendo, que o torturador que ela jogava em cima de mim estava dentro dela. Ela conseguiu admitir isso. Mas ela ria, debochava disso. Mesmo com a violência sofrida, ela lidava com prepotência. Quer dizer, enquanto a outra paciente se acuou de medo e pânico, essa paciente lidava com prepotência desafiadora com as questões da tortura.

Há uma diferença, também, com relação ao trauma sofrido por ambas: na primeira paciente o trauma levou àquela atitude de amnésia; na segunda o trauma levou a uma atitude de identificação com o torturador.

Depois que eu entendi que era sintoma da internalização do torturador como efeito do trauma, eu buscava conversar com esse torturador para retirá-lo de dentro dela. E ela ria ironicamente, como se dissesse: “Não o deixo sair daqui!” De fato não consegui, e ela sabia. Ela “aceitava” essa presença passada dentro dela. Eu entendi que havia uma cumplicidade dela com esse que naquele momento era

apenas um personagem, mas que lhe fazia muitos estragos. Comecei a trabalhar isso, tentando ajudá-la a sair dessa angústia que espargia ódio e violência dentro e fora dela. Mas ela apenas nomeava a presença do torturador, rindo, com ar de deboche. Não saiu mais da angústia.

Você veja, eu fiz todo o empenho para ajudá-la, fui para o Rio de Janeiro com ela, com esse relatório que eu fiz. A iniciativa foi minha, eu a convenci a ir. Politicamente ela concordava e nós fomos para o Rio.

Mas o processo de pedido de reparação acabou por não ser retomado. Nós já estávamos mais ou menos afastadas e as sessões nunca foram ininterruptas, mesmo depois que compreendemos essa questão da identificação com o torturador.

No final eu achei bom, pois cheguei ao ponto de dizer: “Eu não mereço estar sendo maltratada como ela está fazendo comigo. Eu estou aqui ajudando esses anos todos, eu não mereço”.

Eu fui com ela ao Rio de Janeiro, porque estava achando que, se eu não fosse, ela não faria nada. Quando chegamos ao Rio, ela só faltou me bater. Nós fomos fazer visita à casa de um amigo dela que também fora preso político. Eu fiquei envergonhada, pois ela me destratou na frente dele. Fui como acompanhante realmente, no sentido quase de forçá-la a protocolar os documentos. Eu tenho impressão de que ela não recebeu nada e também não foi mais atrás de nada, mas não tenho certeza.

A outra paciente eu sei que conseguiu ter parecer favorável em seu pedido. Eu a atendi de 1985 até 1995. Só em 2004, muito tempo depois, houve essa possibilidade de reparação pelo Estado.

A segunda, quando fui ao Rio com ela, fomos à sede do Grupo Tortura Nunca Mais conversar com a Cecília Coimbra para saber o caminho para o depósito do pedido. Eu fui abrindo o caminho para procurar as informações, onde pegar documentos, onde protocolar. Nós ficamos uns três ou quatro dias no Rio de Janeiro andando atrás de locais. Eu estava como acompanhante mesmo, quase que a puxando pela mão. Não que o dinheiro pudesse retirar os estragos psíquicos deixados pelas prisões e torturas, nisso eu não acredito, mas de qualquer maneira seria uma

forma de denúncia. Não que esse movimento de busca de reparação pudesse surtir algum efeito dentro dela, não houve esse efeito de paz consigo própria, de amor a si própria, de tranquilidade; não, o trauma e a violência vividos exigiram um esforço vital dela que nem sempre vinha sendo possível, também, com outras pessoas torturadas. Mas ela se negava a buscar nem que fosse um pouco de ressarcimento da dívida moral que o Estado tem com ela. Foi como se ela dissesse: “Não quero isso, não quero saber disso, deixa eles para lá”.

Sinceramente, depois dessas agressões no Rio, que chegaram quase à agressão física, eu tive medo de dormir no quarto com ela. Foi, talvez, um movimento de reparação de minha parte eu ter estudado violência desde então. Eu sei sobre violência e escrevi muito sobre o tema. Vai sair um livro meu agora só sobre violência. Com esse livro eu finalizo meu trabalho com essa temática. Agora eu estou entrando no estudo de autoridade. Desde 1985 até 2013, quase 20 anos, venho estando vinculada a movimentos de Direitos Humanos. Fui ligada ao Grupo Tortura Nunca Mais, estou ligada à Sociedade de Tortura ISHHR, lá na Alemanha. Enfim, cuidando dessas questões.

O outro dos quatro pacientes que atendi, um rapaz, me marcou porque eu vi uma pessoa muito inteligente, um historiador. Ele foi torturado. Pertencia aqui em São Paulo a esses movimentos de vanguarda, vamos dizer assim, ele era professor. Sua vida política propriamente dita, ele não me colocou muito; não tive acesso às informações a respeito de sua militância, nem ao que ele passou quando foi preso.

Ele já tinha 40 e poucos anos e o que eu acompanhei foi essa deterioração mental que sofria quando me procurou no pós-prisão. Eu acho que ele viveu uma espécie de desagregação psíquica, uma espécie de psicose nessa transmutação de identidades: ele foi ser um tipo de sacerdote/adivinho de uma seita que usava um camisolão branco e que postava as mãos estendidas para benzer. Foi trabalhar em cerâmica, largou tudo, a profissão, a mulher, os filhos. E sua cerâmica era sempre muito escura, cinza, preta. Eu tenho algumas peças que

ele me deu. Ele já tinha 40 e poucos anos. Eu acho que houve uma desintegração muito grande nele. E ele ficou pouco tempo comigo, mas eu pude acompanhar isso.

Perdi o contato com ele, mas acompanhei a distância suas transmutações de identidade. Já não estava mais em contato direto comigo. Eu continuei tendo notícias dele: ele deixou de ser um místico que fazia milagres postando as mãos.

Sob muita perplexidade, eu acompanhei esse processo de sua despersonalização, será que posso dizer assim? Eu tinha muita gana de acompanhar o que fui entendendo como deteriorização de sua vida: acabar casamento, abandonar filhos, abandonar a profissão de professor, tornar-se místico, ceramista. Tudo muito rápido, em muito pouco tempo. Eu valorizava o que ele foi: professor de história, e tentava mexer com essa força intelectual dele. Eu tentava que ele passasse a usar essa sua força intelectual para se reafirmar na vida, mas eu acho que isso o incomodou e ele sumiu logo no início. Acho que ele caminhou para um quadro também de conotação depressiva.

É outro tipo de reação. As outras duas pessoas, não. A segunda foi um quadro de mania, vamos dizer assim, uma patologia baseada, principalmente, no pânico dela. Agora, ele foi mais para um quadro de cisão psíquica, um processo muito autodestrutivo.

Foi ser ceramista, não vendia essa cerâmica, porque ele não abriu uma loja para vender, não ia às exposições, feiras de artesanato, fazia aquelas cerâmicas quase que por fazer escuridão, uma coisa desse tipo, talvez para se manter em pé, para se manter vivo. Mas você precisa ver a cor da cerâmica, é preto com cinza, cinza cheio de pontinhos pretos. Cerâmica comum, não é criativa, não. O formato, não; a pintura, sim. A pintura dele era criação subjetiva dele. Agora, eram vasos comuns, moringas, coisas assim.

Eu acho que eu estou pagando uma dívida com esse depoimento. Dívida, porque por mais que eu tenha trabalhado com violência e tentando estudar isso, eu talvez devesse estar mais perto, ter me envolvido mais.

Gostei muito de ter sido convidada por vocês para dar esse testemunho. As pessoas sabem do meu trabalho profissional e científico com presos políticos, da minha militância com direitos humanos, tanto que um colega da universidade me chamou para acompanhar a Comissão da Verdade no Paraná, um colega da História com quem eu não tenho vínculo próximo. Mas, no Paraná, me parece que essa Comissão deu uma guinada para o silêncio, novamente, pois só organizou uma reunião, quando a Comissão da Verdade esteve em Curitiba.

CAROLINA SOMBINI

Entrevista concedida pela psicóloga Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini ao Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (São Paulo).

A minha mãe separou-se do meu pai quando eu tinha, mais ou menos, dois anos e o motivo da separação foi o fato de que ela estava envolvida com os movimentos políticos na época chamados de subversivos. Sou nascida em 1967, três anos depois do Golpe, na efervescência da questão da resistência à ditadura, e, a minha mãe foi se envolvendo com a questão da militância política. Quando ela casou, ela mudou-se para Diadema, no Grande ABC, São Paulo, que era um lugar de grande agitação, porque era um ponto de industrialização, berço de muitos movimentos sociais, ela foi se envolvendo, foi conhecendo pessoas. Ela foi dar aula em um cursinho, para as pessoas que não tinham concluído o ensino regular e nesse supletivo ela foi conhecendo muitas pessoas.

Na verdade, ela já tinha tido uma iniciação com essa questão do movimento político ainda quando estava no magistério em Itu, no interior de São Paulo. Ela foi conhecendo alguns professores e foi se envolvendo em algumas discussões a respeito do que estava acontecendo no Brasil e de toda essa situação do Golpe, da ditadura. E o meu pai era uma pessoa que não tinha nenhum envolvimento, na verdade, o meu pai é descendente de uma família “quatrocentona” de São Paulo.

Então a separação ocorreu quando eu tinha por volta dos cinco anos, ela passou a viver com quem eu considero como pai, porque foi a pessoa que me criou, e a história toda se dá um pouco a partir disso, das memórias e da vivência de morar numa cidade da Grande São Paulo, periférica, da circulação que havia pela minha casa e de todas as consequências disso. A minha infância foi cercada por muito medo de polícia. Minhas memórias mais tenras, assim, de infância, a partir dos quatro, cinco anos, de quando a minha mãe passou a viver com o companheiro dela, são de eles estarem sempre fugindo, já no movimento de fugir da repressão.

Eu fiquei vivendo com a minha avó, e a minha mãe indo de um lugar para o outro, morando em diversas casas, enfim, era a questão da vida na clandestinidade. Eu acho que isso é uma questão bastante importante que foi de fato permeando o meu crescimento e demorou

um tempo para eu conseguisse entender o que era. Eu sentia isso como abandono, mas era na verdade uma fuga, e uma proteção, para que eu ficasse com a minha avó materna. Quando eu tinha aproximadamente cinco anos, o meu irmão nasceu e nessa ocasião a minha mãe morava no Rugde Ramos, em São Bernardo, e quando o meu irmão tinha cerca de um ano, eles foram presos, foi por volta de 1973 -1974. Eu me recordo do pai do meu padrasto chegando em casa de madrugada com o meu irmão e dizendo que eles tinham sido presos.

Então começa uma coisa muito louca, porque, na verdade, eu não consigo me recordar se ele disse que eles tinham sido presos, ou penso ter ouvido isso, porque eu era muito pequena. No entanto, eu me lembro de a minha avó chorar muito e depois eles dizerem que meus pais tinham viajado. Eu vivi a história do filme O ano em que meus pais saíram de férias, eu achava que eles tinham saído de férias. Não sei precisar quanto tempo isso durou, se foram meses. Meu irmão ficou conosco: minha avó, eu e com meu tio, o único irmão da minha mãe, que morava nessa mesma casa com a esposa dele. Foi um tempo muito difícil, porque havia muito medo do que iria acontecer e eu percebia que havia alguma coisa de muito errada, muita esquisita acontecendo e sentia essa ameaça muito fortemente em relação ao fato de eles terem sido presos.

Hoje, eu sei que eles estavam no DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna), fiquei sabendo conforme eu cresci. Eles foram torturados, a minha mãe perdeu praticamente todos os dentes da frente na chegada ao DOI-CODI, pois foi recebida com um murro na boca por ser comunista. Minha mãe era linda, muito bonita, foi muito violentada (choro). Eu sei que o meu padrasto foi torturado, que levou choque, apanhou, eles queriam nomes, mas como eles se organizavam por células, eles não tinham as informações, eles tinham informações a respeito de um pequeno grupo, não tinha muito o que dizer, o que delatar, de certa forma. Acho que eram da Aliança Libertadora. Eles não eram grandes lideranças dentro do grupo, mas era assim que funcionava, conforme fossem caindo os membros - era assim que era dito: "Fulano caiu".

A prática era torturar com castigos físicos ou torturando os filhos. Meu irmão só não foi levado junto, porque o pai do meu padrasto estava e conseguiu ficar com ele. Quando eles foram pegos, foram colocados capuzes no rosto deles e eles foram colocados no camburão. O que eles relatam é uma sensação de pavor, porque não sabiam para onde estavam indo, o camburão do DOI-CODI circulou por muito tempo antes de ir ao DOI, e sempre sob ameaça. Então era uma prática de ameaça em relação à vida para que a pessoa enfraquecesse e contasse o que soubesse, ou o que não soubesse.

Eles ficaram presos, chegaram a ser julgados e depois foram libertados. Contam uma situação muito estranha que aconteceu: que vieram alguns militares, acho que do Rio de Janeiro, e eram de um escalão bem alto. Eles sabiam algumas coisas relativas à família da minha mãe, então ela não sabe se isso teve alguma influência, se tinha algum parente da minha avó que mexeu algum pauzinho, ou se foi coincidência, mas o militar do Rio achou que eles não sabiam de nada mesmo e, a partir daquele momento, a prática de tortura com eles se interrompeu. Mas eles ficaram presos com outras pessoas no DOI-CODI por um bom tempo e inclusive lá fizeram amigos e mantiveram os laços de amizade depois, por muito tempo.

Esse período em que eles ficaram presos foi um período de grande terror em casa e eu ajudei a minha tia a empacotar e jogar fora todos os livros que existiam na casa (pausa), isso para mim é muito horrível de lembrar, muito horrível (choro). É muito marcante, aterrorizante lembrar a cena da minha tia muito apavorada, porque ela era uma pessoa que não tinha nenhum envolvimento com política, era uma alienada, que se casou com alguém que era envolvido e ela estava no começo do casamento. E depois que a minha mãe e o meu padrasto foram presos, ficou todo mundo com muito medo de que eles fossem até a casa da minha avó e achassem qualquer coisa que pudesse indicar que as outras pessoas também estavam envolvidas em práticas subversivas, e prova era qualquer coisa, inclusive um livro.

E tinha um livro que era muito precioso em casa, que se chama *A história da riqueza do homem*, que a minha tia guardou dentro do filtro

porque ela não queria jogar tudo fora. Morávamos em um lugar muito periférico e tinha terreno baldio em volta da casa, onde todos os livros foram jogados, e eram muitos, na minha casa sempre teve muito livro. Foram jogados fora todos os livros, menos esse que ficou dentro do filtro, mas que teve igual destino, porque umedeceu e não foi possível aproveitar.

Eu também me lembro de uma cena em que antes de eles serem presos eles moraram em um lugar próximo a Diadema e a minha mãe foi me buscar na casa da minha avó, ela estava grávida e me levou para a casa dela, mas me disse que eu não poderia contar para ninguém como chegava nesse lugar. Eu tinha quatro anos quando isso aconteceu, e eu sentia muito medo de conseguir decorar o caminho, mas eu não conseguia parar de olhar o caminho porque eu queria saber onde ela morava (choro).

Eu acho que eu dou o testemunho porque eu quero que as pessoas saibam a verdade, a verdade precisa aparecer, a história precisa ser dita e contada, porque a repercussão disso para vida das pessoas é muito grande. Chegando nessa casa, que era um ponto de encontro do grupo, vi que eles tinham uma coisa que era uma arma muito perigosa para a época, um mimeógrafo, porque o mimeógrafo era utilizado para a reprodução da palavra escrita de ideias, então essa era uma arma muito perigosa, como também os livros.

No dia em que eles foram julgados, eu me lembro de estar sentada na sala da casa da minha avó e de estar passando a propaganda política, que era uma grande mentira. A “Lei Falcão” era a lei que imperava, então aparecia apenas o retrato dos políticos na televisão e o número. Não! Se isso já estava aparecendo, na verdade, isso foi muito tempo depois de eles terem sido presos, há um intervalo entre eles terem sido presos, saírem do DOI, o processo correr e eles serem julgados. Porque a “Lei Falcão” já era um momento de começo de abertura, teria eleição, e eu me lembro dessa cena porque era muito feio de ver numa televisão em branco e preto as fotos daquelas pessoas e aparecia um número do candidato e se era Arena ou MDB.

Era a única coisa que se reproduzia na televisão a respeito do tal processo eleitoral, uma coisa muito louca, e foi no meio disso

que estava passando, que veio a notícia de que eles tinham sido absolvidos, e eu me lembro da comemoração da minha família e da alegria das pessoas.

Eu me recorro de muitas coisas, são muitas cenas, na verdade, são recortes, acho, retalhos, como esse da minha mãe dizendo para eu não contar o caminho, para eu nunca dizer o nome de nenhuma pessoa que eu conhecesse, que se me perguntassem na escola alguma coisa, eu não poderia falar, porque também pairava essa desconfiança de que, por meio de um professor ou de alguém que não parecesse que era da polícia, existiam informantes em todos os lugares. Era um tempo muito perigoso nesse sentido de relações de confiança, das pessoas não confiarem umas nas outras e terem muito medo o tempo todo, medo de qualquer aproximação (pausa). Eu cheguei a visitar junto com a minha mãe uma pessoa que foi um grande amigo dos meus pais, no presídio do Barro Branco, que hoje é a Academia da Polícia Militar, esse amigo deles ficou preso lá, foi julgado e condenado.

Após o julgamento, quando meus pais saíram da prisão, eles se mudaram para o Paraná, para União da Vitória, divisa do Paraná com Santa Catarina, depois de um tempo. Foi muito difícil porque eles não me levaram. Na verdade, eles fugiram, ficaram com muito medo de serem presos novamente e então foram embora para o Paraná e lá ficaram por um tempo, que eu também não sei precisar quanto, eu não tenho muito essa dimensão, eu me lembro de chegar a visitá-los, acho que uma ou duas vezes, lembro-me da casa.

Eles escreviam para minha avó. Meu tio chegou a ser preso também, mas o meu tio foi rápido. Na verdade, ele não se envolvia muito, meu tio era meio que um apoio da minha mãe, a relação dele era a relação de irmão e de um apoio incondicional a tudo que a minha mãe fizesse, assim ele não era envolvido com o partido, com o movimento. Ele ficou pouco tempo, três, quatro noites no DOI para averiguação e acabou sendo solto. Mas houve amigos da minha mãe que sumiram, que desapareceram. Um dos amigos tinha uma família que era muito próxima e, desses irmãos, um deles era de uma liderança que fugiu e ficou muitos, muitos anos desaparecido.

Ele retornou depois da abertura, muito tempo depois, e a notícia que se teve é de que ele foi para o Norte, fugiu no momento em que a repressão ficou mais dura. Nessa organização, da qual minha mãe participava, havia um mecanismo que eles utilizavam para tentar conscientizar as pessoas do que estava acontecendo, porque grande parte das pessoas não sabia o que acontecia: Eles se infiltravam em pontos estratégicos como as fábricas, como empregados, operários, para trabalharem na fábrica e irem contando para as pessoas o que estava acontecendo, que estavam sob um regime militar, que as pessoas tinham de se organizar, que tinha de ter resistência, em vários espaços.

O movimento eclesial de base, o movimento popular de saúde, tudo vem desse mesmo berço, o próprio movimento sindical vem dessa mesma forma de as pessoas irem tentando fazer a resistência. A repressão ia tentando desfazer isso, assim, reprimindo as pessoas que estavam subvertendo, e esse amigo era um grande líder da organização. Então, esse amigo foi embora e ficou desaparecido da família, não tínhamos notícia, porque também era muito perigosa a questão de carta, a família podia ser pressionada a dizer onde ele estava.

Acho que muito do abandono vem disso, de fato é uma questão que acabou me motivando a vir falar, apesar de ser muito difícil porque mexe com coisas muito tenras, da infância, dos afetos, é muito mobilizador, mas é muito interessante, porque depois que combinamos o encontro, eu comecei a me lembrar de coisas que eu não lembrava há muito tempo. Eu, de fato, fiquei me aquecendo um pouco para essa conversa, para pensar o que eu contaria e que importância isso teria.

Depois que meus pais voltaram do Paraná, e isso causou marcas profundas para minha mãe e para o meu pai, não é só pela questão física, é da alma, é do investimento das ideias, do que você acredita. Depois que voltaram do Paraná eles quiseram sair de São Paulo, a minha mãe era professora, fez um concurso e escolheu ir morar numa cidade pequena, já no sul do Estado, chamada Capão Bonito, e então fomos para lá. Eu tinha 14 anos e, no meu grupo de amigos, ninguém sabia que tinha ocorrido ditadura no Brasil.

Simple assim, as pessoas acreditavam que tinha existido uma ação contra os comunistas e acreditavam na versão passada nas aulas

de Educação Moral e Cívica, essa é uma cena interessante também, do que me era contado na escola, do que eu via na minha casa e do que eu ouvia da minha mãe e das pessoas que conviviam comigo. Jamais falamos da nossa experiência com as pessoas, na escola. Recebíamos folhinhas comemorativas para pintar no dia 31 de março, o Dia da Revolução, e nas aulas de Educação Moral e Cívica era dito o quanto o Exército brasileiro tinha salvado a pátria.

Quando eu me mudei para essa cidade, qual não foi a minha surpresa ao saber que, mesmo depois de tudo passado, de já ter tido a abertura política, as pessoas não sabiam que havia existido ditadura, que pessoas tinham sido presas, mortas e que ainda haviam pessoas desaparecidas. Eu acho que o país tem de saber a verdade e foi por isso que eu resolvi contar um pedacinho do que eu sei, um pedacinho do que eu vivi, do que eu pude presenciar, que foi muito difícil, que as pessoas tinham muito medo e que elas fugiam o tempo inteiro.

Eu penso que eu tive parte da minha infância roubada. Fui privada do convívio com a minha mãe, com o meu pai e com o meu irmão, porque eles defendiam a liberdade, porque eles defendiam direitos iguais e, por conta disso, eles tinham de fugir, então eu considero que eu fui lesada, pessoalmente lesada.

Para eles, eu acho que tem grandes marcas, eu não consigo imaginar o que é levar um murro na boca e perder quase todos os dentes, eu não consigo imaginar o que é levar choque no saco, o que é apanhar até não aguentar mais. E, ao mesmo tempo, toda a sociedade dizendo que é um bando de comunistas que querem destruir, matar, enfim, acho que isso é muito pesado, eu acho que isso também tem um peso para mim, das minhas memórias, da minha infância... A minha avó era uma pessoa muito rígida e ela não se conformava com o fato de a minha mãe estar envolvida com essas coisas, então, para ela era muito difícil essa relação com a minha mãe. A minha avó, por um tempo, dizia que a minha mãe não ficava comigo, que ela estava me abandonando, ela também fazia uma celeuma que não ajudava.

A minha avó dizia: “A sua mãe não fica com você, a sua mãe não quer saber de nada, a sua mãe quer gandaiar”, “sua mãe é uma

subversiva”, que era a palavra utilizada pra descrever. Era pejorativa, muito forte, como vagabundo. Ser subversivo era ser um vagabundo. Então, um tempo muito difícil, teve uma questão financeira também, que impacta no núcleo familiar, houve um tempo em que estava todo mundo desempregado, todos os membros da família estavam desempregados, o meu tio, o meu padrasto, a minha mãe, de não ter direito o que comer.

Por outro lado, tem uma coisa da afetividade e da união que permearam a minha infância o tempo inteiro, eu sou muito grata e orgulhosa da minha família, da minha mãe, não queria ser uma pessoa diferente, não queria ter tido outra família, ter vivido outra história, apesar de tudo que foi difícil (choro). Eu cresci no meio de movimento, assim, cresci no meio de reuniões, no meio de discussões, cresci ouvindo Chico Buarque, cresci no meio de feijoada, ouvindo as pessoas dizendo que o que tinha de ser era a liberdade mesmo e que a gente devia defender a justiça e os direitos iguais para todo mundo. Então acho muito ruim que ainda hoje tenham pessoas que não saibam que existiu isso! Que tenham pessoas que não acreditam que a ditadura e a tortura existiram!

Há algum tempo, quando saiu toda essa questão, de que então iria finalmente ter a Comissão Nacional da Verdade, eu estava com uma amiga de Capão Bonito, amiga da vida inteira, alguém que soube por mim que existia ditadura nesse país e que as pessoas foram mortas e torturadas. E a gente então vendo essa notícia juntas na televisão, e estava aquela polêmica se mexia com isso ou não, e ela faz a seguinte fala: “Para que mexer com isso? Isso já passou”. Eu fiquei muito brava na hora, muito brava e eu disse algo para ela do tipo: “Passou para você que nunca soube o que foi, talvez para você tenha passado, para mim, que tive a mãe com a boca estourada, não passou nem um pouquinho, e eu quero que as pessoas saibam o que aconteceu, não é só porque estourou a boca da minha mãe”.

Eu acho que tem uma questão nisso que as pessoas precisam saber, eu queria muito saber o nome de quem torturou a minha mãe, saber quem foi, se essa pessoa ainda anda por aí normalmente. Eu só queria que as pessoas soubessem o nome de quem foi torturador; a minha mãe foi chamada de subversiva e comunista a vida inteira, eu queria que as pessoas fossem nomeadas, acho que é justo.

ELZITA PIMENTA

Entrevista concedida por Elzita de Santa Cruz Pimenta ao Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (São Paulo)

Elzita de Santa Cruz Pimenta, psicóloga, 62 anos. Eu nunca fui filiada a partido nenhum. Minha mãe está com 99 anos e eu só posso falar sobre sentimentos que eu vivi com ela. Eu lembro quando meu irmão Fernando Augusto foi preso, ainda menor.

Minha família é numerosa. Sofremos todos os tipos de tortura do regime militar, que vão desde uma suspensão porque você escreveu um jornalzinho de escola até prisões. O 477, meu irmão, fazia Direito, foi cassado, teve de ir para o exílio. Ele passou por todas as coisas, todas: as prisões, torturas. Já não esperávamos que pudessem acontecer mais coisas, além das prisões, choques, pau-de-arara; pensamos que aquilo era o máximo, embora soubessemos que havia muita gente desaparecida antes dele – ele foi praticamente um dos últimos a desaparecer. Mas achávamos que já tínhamos sido punidos o bastante, não ia acontecer mais nada.

Em 1974 aconteceu o pior de todas as coisas, que foi o desaparecimento do Fernando. Um jovem de 26 anos, casado, trabalhava aqui em São Paulo – veio do Rio para morar aqui –, tinha um filho, tinha mulher, tinha residência, onde eu ia visitá-lo. Quando eu vim para São Paulo, eu estava fazendo curso em Porto Alegre e a minha escolha por São Paulo foi justamente por ele. Foi uma pessoa com quem eu convivi a vida inteira. As pessoas, às vezes, dizem assim: “Ah, vocês são irmãos terroristas”. Mas, na minha casa, eu nunca vi uma arma. Nunca. Digo com toda a sinceridade, eu não estou mentindo. Eu convivi com livros. Meu pai era médico sanitarista. Eu não tenho nenhum motivo de ter vergonha da minha família. Eu me orgulho muito de pertencer a essa família, de fazer parte dessa história que, para mim, nunca foi motivo de vergonha, nem de covardia, diante das barbaridades. Hoje muita gente está aqui porque começamos a falar. Quer dizer, dez irmãos, se cada um falar por dez, são cem.

A gente fala, e muitos não acreditam. Eu lembro que no tempo da faculdade minha mãe tentou todos os meios, colocou aquele anúncio do

desaparecido: “Quem encontrar Fernando...”. Como ela tem o mesmo nome que eu e eu não falava para muita gente, uma menina achou esse recorte e veio correndo me dizer: “Elzita, eu não te conto. Olha, uma pessoa com o mesmo nome que o teu, que tem um filho desaparecido, que mora em Olinda, olha que interessante”. Então, caí no choro e disse: “É meu irmão”. Hoje eu conto, mas era uma coisa bem difícil de falar na época. Era um medo muito grande. E ainda continuo com medo, uma vez que ninguém foi punido e os monstros podem atacar novamente.

Eu tenho medo de, de repente, estar no ambiente de trabalho e ser perseguida.

É um fantasma. Não se viu ninguém punido. Fica só a cara das pessoas que estão se manifestando, e o outro? A gente recebe muito e-mail assim, não de ameaça, mas dizendo que fulano, que o regime militar, que os terroristas faziam isso, faziam aquilo. Quando vieram a anistia, a democracia, as passeatas, eu jurava que com a anistia as coisas iam melhorar. Pelo menos saber onde estava o corpo do Fernando. E hoje, quase 40 anos depois, o sofrimento, a dor, ainda são muito grandes. Eu lembro que, quando Fernando chegava um pouco tarde em casa, minha mãe ia ao banheiro várias vezes, porque quando ela ficava nervosa ela vomitava, vomitava muito. E eu, dormindo no quarto, ficava rezando: “Ai, meu Deus, fazei com que Fernando apareça”. Meu pai ficava no corredor. Ele é médico sanitário, foi sempre de Saúde Pública, sempre uma pessoa voltada para o social, para os excluídos.

A família inteira preocupada. Eu sei que meu pai ficava andando, em um corredor bem grande na casa. Ele falava assim: “Prenda! Se tiver que cumprir pena, que cumpra. Fique não sei quantos anos na cadeia, mas não desapareça. Que absurdo!”. Porque o que a gente queria era a prisão. Quando o Armando Falcão deu a nota dizendo que ele caiu na clandestinidade e estava sendo procurado, uma vez que ele já estava com trabalho, deu até um pouco de alívio. Na época minha mãe disse assim: “Então prenda agora. Já que sabe que ele caiu, procure ele, onde estiver, prenda e vamos”. Mas foi uma coisa dolorida. Por que a morte aos poucos? Você vai chorando, chorando, chorando e hoje você

diz assim: “Quarenta anos...”. E a história, não sei nem como é contada. É uma dor tão cruel, tão dolorida... Falar disso, para mim, é muito difícil. Você nem imagina a dor e o sofrimento de todas as famílias, porque não foram poucos, foram muitos.

Dos que ficaram vivos, mesmo feridos, machucados, com sequelas – que eu acredito que todo mundo ficou com suas sequelas, com suas feridas, com as cicatrizes –, poucos ainda continuam lutando. Porque se você imaginar quarenta anos, o pai de muita gente já foi embora. A batalha da minha mãe agora já está chegando ao fim e eu não queria que nenhuma mãe passasse pelo que ela passou. Digo assim, que nenhuma mãe fosse humilhada. Porque não era fácil. Vocês pensam que era fácil chegar e falar com alguém? E não dói procurar o filho? Ir a uma comissão de políticos que nem existia. Era dolorido. Nossa! Você ia e não sabia se voltava. Minha irmã Rosalina, a mais velha, ficou presa por um ano; depois foi julgada e solta.

Minha irmã foi presa antes de Fernando desaparecer; foi em 1971, eu acho. E minha mãe saiu do Recife para o Rio à procura dela também, mas terminou achando. Localizaram-na, mas minha mãe penou muito na busca de Rosa. O marido e ela foram presos no Rio. E Fernando foi preso em 74. Marcelo foi exilado, acho que ele estava no quarto ano do curso de Direito.

Atualmente ele é vereador e está no sexto mandato em Olinda (PE). A luta dele foi nesses seis mandatos; trinta anos voltados só para os Direitos Humanos. Ele trabalhou com Dom Helder Câmara. E a militância dele, a vida dele todinha foi isso. Quando Fernando desapareceu, Felipe tinha um ano e dez meses.

Fernando é mais velho do que eu, e éramos muito próximos. Ele era uma pessoa muito alegre. Tinha muitos amigos. A gente jogava vôlei e minhas amigas todas o achavam lindo, porque Fernando era uma pessoa bonita, jovem. E independentemente da política eram amigos, amigos de futebol, amigos de rua.

Quando eu me casei tinha 21 anos. Fui embora para Porto Alegre. Eu acho que Fernando casou com 19 anos, se eu não me engano. Ele

casou muito novo. Então, ele foi para o Rio e nos separamos. Depois, quando ele veio para São Paulo, eu também vim de Porto Alegre para morar em São Paulo.

Uma vez eu fui para o [parque de diversões] Playcenter. Foi a última vez que eu vi Fernando assim. E ele estava muito alegre, brincando naqueles brinquedos, andando naquelas coisas que eu morro de medo. Era uma pessoa do bem mesmo. Não fumava nem cigarro. Antigamente o vício do cigarro era quase generalizado. Todas as pessoas naquela época fumavam. Era uma pessoa muito emotiva, chorava pelas pessoas. Houve uma ocasião em que a mãe e a tia do Eduardo Collier vieram à procura dele. Eu fiquei desesperada. Elas dormiram em minha casa e foram embora sem resposta. O Eduardo Collier era amigo do Fernando; eles iam se encontrar e desapareceram os dois ao mesmo tempo.

Do Recife, os desaparecidos políticos são o David Capistrano, o Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira e o Eduardo Collier.

Foi em um Carnaval no Rio. Eu fiquei em São Paulo e ele foi. Logo, chegou a mulher de Fernando e disse: “Ih, Zitinha, o Fernando caiu. Caiu”. Eu disse assim: “Nossa!”. E nada de achar. Procuraram. A gente sempre fica com aquela esperança...

Não acreditamos que a crueldade seja tão grande. Porque acreditar na tortura, todo mundo acreditava. E em desaparecimentos a gente também acreditava, mas não imaginava ele. Se ele era tão procurado, ele jamais poderia estar trabalhando. Ele podia até ter ido embora do país se ele tivesse ideia de que era tão perseguido.

É muito duro. Nós sempre lidamos muito com a nossa impotência. A gente sempre acha que fez pouco para encontrá-lo. Eu acho, me sinto assim. Só que, naquela época, o pouco era muito. Era difícil para alguém ir procurar um preso político. Minhas irmãs, quando iam procurá-lo, não eram recebidas ou escutavam como resposta: “Olha, sabe-se lá onde ele se meteu...”. A única coisa que a gente queria era saber se o Fernando estava preso e vivo. E essa dor... Lidamos muito com isso, com essa impotência diante de um regime tão torturador. Um sonho, um ideal. Como diz minha mãe: “Éramos jovens naquela

época". Hoje eu fico pensando, quantos anos se passaram e parece que foi ontem. Para a juventude de hoje é uma coisa tão distante... Nem passa na cabeça dela que isso para mim é tão presente e sofrido. Para um jovem que não viveu essa época quarenta anos é ilusão, é uma coisa tão distante que parece que não foi no Brasil, parece que não foi recente. Porque estudamos tanta coisa, estudamos Tiradentes, e o Brasil teve não uma ou duas pessoas, mas cento e tantas, se eu não me engano, desaparecidas.

Não sei quantos mortos. E aqueles que talvez nem apareçam na lista, porque não tinham uma família ou porque a família, de tanto medo, não apareceu. Não sei se ainda vai aparecer mais alguém que sofreu, mesmo porque muitos dos pais já morreram. O medo era uma coisa terrível. Às vezes, se um carro passava duas vezes pela sua casa, você já ficava com medo. Uma pessoa estranha, parada, olhando, você já ficava com medo. E esse medo persiste a vida inteira, não é uma coisa que você diga que faz uma terapia e esquece. Não é, gente.

Porque é assim: se você sofre uma coisa e a pessoa é punida, pronto, você reconheceu aquela pessoa. Mas você não tem essa pessoa, ninguém foi punido. Mesmo se for, a punição jamais poderá compensar a nossa dor. Nunca vai ser. Nem o mínimo vai ser. Não vai ser nem a milésima parte, não vai ser. É uma barbaridade. Quem viveu aquela época, quem tem em torno de 60 anos, sabe o quanto foi sofrida. Era o medo de as pessoas andarem com você e essa pessoa pagar por aquilo que não fez. E a política estudantil era assim. Eu estudava no Instituto de Educação de Pernambuco, que é uma escola estadual, onde havia inúmeros movimentos estudantis. E víamos aqueles meninos, entrando no ônibus, acreditando: "Abaixo!". Distribuindo panfletinho, sabe? E a vida traz as cicatrizes que o tempo não apaga.

Fernando foi do movimento estudantil, depois ele foi para faculdade, estava fazendo Direito. E ele, com 17, 19 anos, ficou sete dias preso, e nesse dia da prisão eu estava em casa. Ele ficou no juizado com um amigo e por causa de uma passeata, ou algo que houve na escola. Nesse dia, ele não tinha ido para a escola, estava em casa e quando

foram buscá-lo lá em casa, disseram que “era a polícia”, ele pulou o muro e foi para a casa da vizinha. Depois ele foi preso mesmo, por sete dias. Minha mãe ficava desesperada. Os meninos viviam lá em casa, os companheiros dele. É tão difícil falar dessa dor. Gente, só quem vivencia é que sabe. É uma dor muito grande. É uma perda.

Ele foi preso no Recife quando era menor, depois ele casou... Fora essa prisão, ele nunca teve outra, até desaparecer.

Todo mundo pergunta a mesma coisa: “Vocês procuraram? Vocês foram a algum lugar? Vocês foram...”. Fomos a todos os lugares possíveis: na Cruz Vermelha, na Anistia Internacional, procuramos em todos os lugares. Todos desapareceram de uma forma misteriosa.

Isso teve muito efeito na minha vida. Eu sou uma pessoa muito medrosa, tenho medo de tudo. Quando Fernando desapareceu, eu estava grávida. Passei os nove meses da gravidez tentando achar Fernando. Assim, por mais que você queira separar, você tem uma gravidez, você sofre com aquilo. Minha mãe procurando, minhas irmãs procurando; chegou uma hora que todo mundo chorava: “Mataram o Fernando. Ele não vai ser mais achado”. Caímos todos no choro ao mesmo tempo. Porque Rosa, a mais velha, que sofreu, que conhecia as torturas, ela sabia que pelo tempo não dava mais para ele aparecer. Ela tinha certeza que Fernando ia ser morto. No início talvez não, mas depois de um tempo, pela forma como eram as torturas, iam matar, não tinha como.

As informações vinham, assim, do quartel. Eu lembro que fui até com a Márcia, minha irmã. Disseram-nos que Fernando estava preso com Eduardo Collier aqui em São Paulo, no DOI-CODI. No dia de visita, que tinha para levarmos as coisas, quando chegamos lá, disseram que houve um equívoco, que Fernando não estava mais lá, que o guarda havia se confundido. Mas essa informação foi comemorada com alegria, porque aí estava solucionado o problema. Agora, há um livro que cita o Fernando e o Eduardo Collier e explica que foram levados para a casa do sítio e foram incinerados. Diz que era um forno bem grande. Os dois jovens.

[O autor] foi um dos comandantes do DOI-CODI, que convivia com os grandes, teve um posto alto. Acho que comandavam a área de Espírito Santo, Rio e São Paulo, e foi justamente nessas áreas que Fernando desapareceu. Na morte do meu pai a gente fica... Foi uma morte que acabou e ele não resolveu. A minha mãe também, porque aos 99 anos, quantos anos mais ela vai viver? Quer dizer, é uma história, é uma história que se acaba. E que vai acabando nessas pessoas, vai ficando no esquecimento. E a gente sempre cobrando dos governos, dos políticos, da justiça, dos advogados, de tudo... Se você perguntasse se alguém conhece os torturadores, só quem conviveu é que sabe, quem foi torturado, mas a população em si não sabe; assim como a história também nunca foi contada direito por muito tempo; era contada de uma forma bem diferente. Eu não sei agora, porque eu não tenho mais filho secundarista, meus filhos já terminaram a faculdade, mas mesmo na época das escolas, era contada de uma forma diferente; nunca foi contada como era na realidade. Porque não era assim.

Tem uma angústia muito grande, a impotência, a incapacidade de não poder ter feito mais. Ficamos sempre com essa dívida com ele. Tem um depoimento muito bonito de uma amiga dele dizendo: “Eu fiz muito pouco, Fernando, você salvou minha vida. A única coisa que eu pude fazer foi dar o teu nome ao meu filho que nasceu”. Quando a minha filha nasceu, eu ainda pensei em colocar Fernanda, mas sabe quando você não quer que a pessoa sofra com um nome de uma forma tão direta?

Toda vez que eu a chamasse, eu ia lembrar, então não coloquei. E também achava que não tinha feito um ano, eram nove meses, e ele poderia estar vivo, poderia voltar. E essa volta, sempre achamos que poderia acontecer. Se alguém dissesse: “Olha, eu vi teu irmão no meio da rua, como um mendigo”, acreditávamos. Se alguém ligasse para sua casa ou batesse na sua porta e não deixasse recado de como era a pessoa, queríamos saber. E depois houve outras prisões. Mesmo com Fernando desaparecido, eles continuaram a prender. Nessas últimas prisões, eu já não estava aqui em São Paulo.

Acho que qualquer que seja a terapia que se faça, essas marcas não saem, porque são marcas da história que continua. Por que eu vou ter medo de uma coisa pela qual não vi ninguém ser punido? Porque não foi uma pessoa só que desapareceu, são cento e tantas pessoas que desapareceram. Presos foram muitos. Torturados. Quem disse que essa tortura não continua ainda? Quantos desses caras não ensinaram para essas pessoas mais novas, que estavam servindo o método de torturar? Quer dizer, se passou de uma geração para outra, como eu estou passando para minha geração a história, devem ter sido passadas também as histórias de tortura, como conseguir fazer alguém confessar, como conseguiu fazer o cara dizer, que tipo de choque se deve dar. Porque, se de um lado existe uma história, do outro lado devem existir as pessoas que ainda defendem, que ainda acham que a ditadura foi a melhor época, que ainda pregam que as pessoas têm de ser mortas. Eu acho que, quando a história não é passada a limpo, quando não se tem um culpado, quando a gente põe a nossa cara para contar a história real, por que o outro lado também não conta? Ninguém foi punido até agora. E a luta é sempre dos familiares. São sempre os familiares. É a família que fica lutando; parece uma coisa até meio neurótica; é uma história. As pessoas não podem desaparecer. Ninguém pode confessar nada sob tortura. As torturas eram terríveis; era pau de arara, de cabeça para baixo, era choque na vagina. A minha irmã sofreu um aborto dentro das prisões. Começou com pouco tempo; quando chegaram os anos de chumbo mesmo, era assim: olhou, matou. Desaparece.

Barbaridade. Coisa que você não admite que um ser humano capaz possa fazer contra um monte de jovens desarmados, que trabalhavam e tinham família. Eram jovens idealistas. Eu estou dizendo aquilo que sinto. Relembrar isso, para mim, você não queira saber como é difícil. Ontem à noite, eu não dormi só em ter de falar isso. Ao mesmo tempo eu fico pensando: se eu convivi com o crime, se eu vi as pessoas fazendo isso, eu estou sendo cúmplice, eu tenho de denunciar, mas é difícil. Mesmo com toda a abertura, eu acho difícil, e digo com toda sinceridade.

Gera muito medo, porque eu acho que a monstruosidade que eles fizeram continua viva. Do mesmo jeito que eu tenho minhas irmãs

mais novas – eu tenho um irmão de 50 anos –, tem muita gente que conviveu com esse tipo de coisa, que aprendeu nos quartéis. Havia as pessoas que estavam servindo, com 19, 20 anos. Não foi todo mundo que foi doutrinado para fazer isso. Eu acho teve quem mandou e quem obedeceu substituir o trecho destacado talvez por estar lá, mas que ninguém aparece. Houve tanta barbaridade com tanta gente, por que as pessoas não aparecem? Onde estão essas pessoas? Todo mundo sabe quem estava lá, todo mundo conhece o nome dos coronéis, mas parece que não existe uma força que possa mexer com isso.

A Comissão da Verdade é a nossa única esperança. É uma Comissão formada por pessoas de ótimo currículo, íntegras, mas a gente tem medo que essa Comissão seja muito devagar. E se amanhã aquilo voltar? Se amanhã meu neto for submetido à mesma coisa? Porque pode voltar. Por que não vai poder voltar? Se existiu em muitos países.

A dor que fica parece que é um sofrimento que não foi da sociedade, foi um sofrimento só da família. Mas foi um problema da sociedade e não da família. Eu não estou defendendo meu irmão, eu estou defendendo todos aqueles que morreram, que se foram, todas as mães que partiram sem saber por onde andam seus filhos. Não é um Fernando só. São todos os Fernandos da vida, são todas as Elzitas da vida que tentaram lutar a vida inteira.

Eu imagino a dor que minha mãe deve ter sentido cada vez que ele caía num canto desses. A angústia dela, o desespero, como era tratada, como era recebida. Ela só queria uma resposta. Eu queria que todas as mães nunca fizessem essa indagação, independentemente de qualquer coisa – “onde está meu filho?”; que toda mãe soubesse onde seu filho está, mesmo aqueles que morreram em uma guerra absurda. Os caras todos cheios de metralhadoras, dois jovens correndo numa passeata, entregando aqueles materiais com os dizeres “abaixo a ditadura”, “abaixo a ditadura, queremos um mundo justo, mais livre”, e terminando mortos.

Aquilo não era uma guerra, era uma execução mesmo. Os caras estavam sem arma, sem nada. Desde quando um papel é uma força, é uma arma contra alguém? Desde quando um livro? Quando entraram na minha casa, derrubaram todos os livros. O livro pode mudar seu modo de pensar, mas por que você não pode mudar suas ideias? Por que você não pode querer um mundo mais justo, mais humano? Por que você não pode ser um socialista? Por que você não pode querer a igualdade social para todo mundo? A minha mãe sempre dizia para a gente ter coragem de denunciar; ela achava que, se a gente não denunciasse, as pessoas iam continuar fazendo. Eu acho que se você não faz uma história com um passado, você não constrói um presente e o futuro é negado. Isso tudo faz parte da história. Acho que todos lá de casa sofreram, todos. Porque era um absurdo o que faziam.

Somos dez irmãos. Apenas oito vivos. O Fernando desapareceu em fevereiro de 1974 e a Márcia faleceu em outubro de 2008. Minha irmã trabalhava e estudava. Então fez um jornalzinho, foi suspensa por sete dias. Depois começaram as prisões, a prisão de Fernando, Fernando continuou lutando, aí vieram as prisões de Rosa, duas vezes. Foram presos ela e o marido dela, no Rio. Até o filhinho dela, de três meses, tivemos de ir buscar lá na casa dela para ficar na minha. Daí as coisas foram acontecendo a ponto de eles dizerem: “Acho que para calar a boca dessa família, vamos fazer o mais horrendo, a atrocidade maior”.

Qual é o crime maior que pode ter? Nenhum. Porque as torturas já fizeram. Como minha irmã diz: “De todas essas torturas que eu sofri, de todos os espancamentos que eu tive, a dor maior foi a perda do Fernando”. É uma dor terrível. Eu sou a mais velha, eu achava que não ia acontecer isso com ela. Ela disse também: “Eu queria ser novamente mil vezes torturada, mil vezes arrebatada, mil vezes ter levado choque elétrico, mas não queria passar por essa dor. Foi uma dor pior do que todas as torturas que eu vivi na minha vida”. E, realmente, também achamos que, apesar das torturas dela, por mais feridas que tenham deixado, ela está aí, ainda, para falar. Eu acho que é um dever nosso falar por aqueles que não tiveram o direito de falar, que não tiveram o direito de se defender, que saíram machucados.

Para vocês, quarenta anos é tão distante. Parece que vocês pensam: “Nossa, quarenta anos, e a pessoa ainda vive com esse sofrimento”. Mas vive.

Todos os aniversários da minha família têm isso. Todas as comemorações da minha mãe têm sempre isso, ou a música “Caminhando e cantando...”. Tem a música também: “Hoje você é quem manda, amanhã...”. E não aconteceu nada. Da Zuzu: “Quem é essa mulher?”. Então, todos os aniversários dela são comemorados com essas músicas. Todas as vezes. Eu, que nem fui presa, imagina os dois que sofreram, os três, os quatro, a Márcia também sofreu. A minha família inteira. Foi das prisões para o exílio, do exílio para o desaparecimento. O Fernando só foi preso menor. O Marcelo [Santa Cruz] foi expulso da faculdade por aquele ato 477, se eu não me engano, então teve de ir para Portugal, deixar a namorada, noiva, sua terra, sua pátria.

A Márcia não chegou a ser presa. Ela foi uma pessoa que lutou sempre pela anistia quando Rosa estava presa.

A primeira prisão da Rosa foi no Rio, a segunda foi aqui em São Paulo, depois que Fernando estava desaparecido. E o marido de Rosa também foi preso, junto com ela. E Márcia também foi casada com uma pessoa que fez muita política estudantil quando secundarista e que era amigo de Fernando, o Eudes. Minha irmã Márcia era maltratada quando ia à prisão levar coisas para a Rosa. Ela estava grávida. Foi uma pessoa que sofreu muito e lutou até as últimas, mas, infelizmente, morreu de câncer. Mexer em ferida é uma coisa muito difícil; mexer na saga. E não é uma ferida pequenininha, não foi uma ferida fechada, é uma ferida que ainda está aberta. A gente prega tanto: “Gente, a esperança de tantos governos democráticos que vieram, a eleição direta, quantas oportunidades houve e não conseguimos nada”.

Minha mãe não conseguiu ainda nem os restos mortais. Houve a descoberta das ossadas no Cemitério de Perus, tínhamos esperança de achá-lo. Houve agora esse livro, que a gente disse: “Pronto, agora vou esclarecer tudo”. Mas parece que as coisas estão se desencontrando, não há documento. Porque você imagina se eles vão guardar muitos

documentos a vida inteira. Mas houve uma época – passou no *Fantástico* – que eles queimaram um monte de documento. E o tempo passa, como se o tempo esquecesse. Agora, pergunta para uma mãe que perdeu um filho, se ela já esqueceu. Pergunta para uma pessoa que foi torturada, que perdeu um amigo, se ela já esqueceu. Eu não sei. Eu conto para as minhas filhas o que elas viveram. E fica muita marca, muitas feridas assim, muita angústia, muito medo. As minhas filhas dizem: “Eu não sei por que minha mãe tem tanto medo de polícia, tem tanto medo de delegacia. Tem medo de errar, tem medo disso. Minha mãe tem tanto medo das coisas”.

A minha filha do meio passou a gravidez com medo, é uma pessoa que teve síndrome do pânico. Por mais que ela tenha tido um parto normal, um parto bonito, é uma pessoa que tem muito medo. Ela é muito tímida, muito insegura, ficou muito medo. A Karina já ficou bem melhor, é uma pessoa bem mais tranquila, que é capaz até de falar melhor do que eu, de contar. Porque já viveram em uma época mais da anistia, em uma época menos tensa...

O importante seria talvez que o Conselho fizesse também uma parte de uma terapia. Lógico que eu não iria, nunca fui a um terapeuta nesse caso, não tem nem condições. Mas para os filhos dessas pessoas, que estão sofrendo, que sofreram, que ficaram com cicatrizes, poderem passar também por processo de terapia.

Dessa luta se conseguiu muita coisa. A anistia foi uma conquista dessas pessoas que sofreram e foram à luta. Conseguiram, mas conseguiram muito pouco em relação ao que a gente passou. A dor da gente é imensa, imensa, é incomparável com qualquer coisa que se fizer agora. Não tem comparação. Eu acho também que nem poderíamos dar o mesmo troco, a mesma resposta, porque seria uma imensa barbaridade, mas pelo menos se pudessem puni-los...

As prisões machucam, deixam sequelas, mas ela sobreviveu, ela está viva. Ela venceu, venceu todas as atrocidades, ela conseguiu. Eu estou aqui ferida, machucada, mas estou viva. Cheia de sequela, cheia de dor, mas estou viva. Mas aqueles que nem viveram, tão jovens.

Então é isso, é o mínimo que pedimos: que realmente o poder público faça alguma coisa. O tempo passa, as coisas vão, quarenta anos já se passaram, 39 anos. De concreto mesmo, de alguém que foi punido, não vemos. E os nomes estão dados, um monte de gente.

O que falta, eu acho, é uma motivação maior, uma força maior para passar esse Brasil a limpo, para a história ser contada como tem de contar. Fala-se tanto de Hitler aqui, eles eram uns “Hitleres”, eles incineravam gente, matavam gente. Não eram pessoas, não. Se uma pessoa procurada por eles me conhecesse e estivesse na minha casa, eu ia ser presa. Não foi um combate. Eu acho que a ditadura foi uma forma de cortar não só sua liberdade de expressão, como também de cortar seus pensamentos. Desde quando uma ideia merece tortura? Desde quando você merecia ser preso ou torturado por ler um livro de Marx? Desde quando um batalhão de exército apontando para os jovens?

É uma dor imensa... De muitas coisas eu participo. Vemos também as mesmas pessoas, aquelas mesmas pessoas lutando. Eu já conheço todas e elas não descansaram nem por um minuto. E eu fico pensando: “Meu Deus, como são essas pessoas?” “E quando essas pessoas saírem?” Tomara que [a sociedade] não permita isso nunca mais! Que nunca mais aconteça com nenhuma pessoa. Que a tortura seja abominável neste país. Que não aconteça em país nenhum; que se faça valer os direitos, o que está na Constituição. Ser preso se tiver de ser preso. Agora, matar, torturar – porque muitas pessoas morreram –, só porque realmente não sabiam falar onde estava uma determinada pessoa? Eu nem condeno quem, sob tortura, acabou falando realmente. Porque a vida é o maior dom que a pessoa pode ter. Você querer morrer, sabendo que uma pessoa está pendurada lá, de cabeça para baixo, você termina falando. Não se pode nem condenar essas pessoas como fracas. Não podemos mesmo.

Os meios eram extremamente violentos. Era assim: “Eu vou matar teu pai, vou matar tua mãe”. “Tenho o teu amigo ali.” Você termina dizendo. Não tem como condenar uma pessoa dessas, porque lutaram também, lutaram pela vida, iam morrer. E houve muitos

que saíram da prisão, após passar por um processo de tortura, e não aguentaram, se suicidaram, se jogaram. Eles torturavam padre, torturavam qualquer pessoa que não pensasse como eles, que não obedecesse àquela cartilha. Gente, eu queria que vocês vissem como era o medo que eu tinha de um dia acordar e não ter mais ninguém na minha família!

Era muita angústia... Eu sei que minha mãe, toda vez que Fernando chegava mais tarde, ou não aparecia, ela ficava desesperada, porque achava que ele ia ser preso ou morto... Porque naquela época todo mundo ia à passeata. E havia o maior quebra-pau; eram os caras com cavalo, com cachorro... Parecia uma guerra. Uma coisa de doido mesmo. Uma vez eu fui; perdi tudo – bolsa, tudo – correndo. E o rapaz que estava comigo colocou a máquina dele dentro da minha bolsa, daí joguei tudo; ele até ficou triste de perder a máquina, mas numa hora dessas você quer se salvar, você não vai... E hoje eu acho que, para tanta gente, quarenta anos é muito tempo, mas para quem viveu é o presente, é o dia a dia, é o todo dia.

Mudou porque houve eleição direta; mudou porque colocamos pessoas que jamais alguém imaginaria no poder. Eu até acredito que as pessoas que torturavam devem estar incomodadas com essas pessoas, porque elas foram eleitas pelo povo e estão aí governando. Então, teve muita gente que conseguiu. Você imaginava, há trinta anos, que uma presa política pudesse concorrer a um cargo? Mas nunca!

Eu fico pensando, minhas filhas ainda não passaram por isso, mas aprendemos a ser mais humanos, a lidar melhor com os filhos, de uma forma mais voltada para o diálogo, porque questionamos todos esses métodos de violência. Você também aprende a ser mais justa com os outros, a respeitar as pessoas que são diferentes, a condenar qualquer tipo de discriminação contra as pessoas. Você aprende que isso é um absurdo, as pessoas não têm de ser discriminadas nem por sexo, nem por religião, nem por cor, nem por nada. Criamos isso também como um padrão para passar para os nossos filhos. As minhas filhas ficam emocionadas quando ouvem

essas histórias. Elas também ficam questionando: “Mãe, como era sua vida? Como você fazia?”.

Mas foi muito dolorido. Quando vai deixar de ser dolorido? Eu acho que nunca. Eu tenho a impressão de que vou carregar esse medo a vida inteira. E essa dor é uma dor que não acaba nunca. Não tem como acabar. Não é uma morte natural. Foi uma pessoa que estava no convívio da sua casa, que não tinha nada contra, que trabalhava, que estudava, não era uma pessoa de quem se dissesse: “Era uma pessoa que estava com um monte de arma, que foi para uma luta”. Não foi para uma luta, não foi para uma guerra, não foi nada. Ele trabalhava. Até um tempo desses, a mulher dele me pediu um documento. Acho que existe até um papel do Departamento de Águas e Energia, no qual estava anotado o último dia que ele foi ao trabalho, e estava escrito “abandono de emprego”, porque ele desapareceu. Mas depois o reintegraram. Daí veio a anistia. Mas, quem conviveu com aquela época, infelizmente sofreu as barbaridades do regime militar, sofreu muito, vai levar isso para a vida inteira. Eu duvido que alguém esqueça esse tipo de tortura. Eu duvido que alguém não se comova diante de uma tortura, porque a injustiça, que para muita gente não é nada, para a gente é um absurdo. Dói mais do que qualquer dor.

Eu acho que é muito difícil falar sobre isso em terapia. O que eu estou contando é pouco. Foi muito mais barbaridade. Era pai e filho. Quando minha irmã era presa, torturavam o marido na frente dela. São torturas inconcebíveis, como você pode ver. Acho que eles eram loucos, ou melhor, não eram loucos, porque os loucos não fazem uma barbaridade dessas. São uns monstros mesmo! E estão todos aí, ninguém foi punido. E a Comissão Nacional da Verdade, estamos querendo que puna mesmo.

Um grande problema é que a mídia não apoia muito. A mídia perde o maior tempo do mundo para colocar na berlinda uma pessoa que comete um delito terrível, sendo que esses que deveriam ser colocados não aparecem na mídia. É a história do Brasil. Vemos a ausência da mídia, a ausência do poder público, e de muitas pessoas

que sofreram e que, hoje, talvez não deem tanta importância. Ou que se cansaram de tanto tempo lutando. Eu acho que poderia ter feito mais.

Da história real muito pouco era contado. Durante os vinte anos que durou ditadura não foi passada a história como foi, não poderia passar. Talvez hoje se fale mais, mas antes as escolas passavam muito por cima nesse assunto. Falavam sobre o movimento de 31 de março, mas não contavam a história mesmo, como era; nunca falavam que havia gente desaparecida.

HUGO ODDONE

Entrevista concedida pelo psicólogo Hugo Ramon Barbosa Oddone ao Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (São Paulo).

O meu nome completo é Hugo Ramon Barbosa Oddone, esta semana eu fiz 65 anos. Vim para o Brasil por volta dos meus 30 anos. Nos anos 70, eu concluí o curso de Psicologia na *Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción*, em Assunção, Paraguai. Fui da quarta turma de Psicologia a se formar. Psicologia era muito nova em Assunção, acho que aqui também, estava tudo começando.

Não sabíamos direito como trabalhar nessa profissão. Estavam se criando ainda as formas, os formatos, as especialidades. Já tinha uma ou outra especialidade e lembro-me que cursávamos todas as especialidades, até para saber “onde eu vou me encaixar”.

Assim, muito jovem, com 23 anos, fui dar aula na minha universidade, principalmente disciplinas como Psicometria I e II, Teoria dos Testes e as práticas com testes, além de pesquisas para normatizá-los. E apareceu a *Gestalt*-terapia, para mim, como uma novidade, também uma quarta ou quinta geração de *gestaltistas*, pois quem nos passou, em Assunção, os conhecimentos de *Gestalt*, a Julia Zwillingger (de Buenos Aires), aprendeu com Adriana (Nana) Schnake (de Santiago do Chile), que por sua vez aprendeu com Cláudio Naranjo (chileno), que bebeu diretamente de Fritz Perls, em Esalen, nos Estados Unidos.

Eu ia para Buenos Aires para fazer alguns cursos lá e, a cada 200 no quilômetros no ônibus, éramos parados pelo exército argentino; os soldados subiam de metralhadora apontando, procurando, não sei, guerrilheiros. E vivíamos, em Assunção, uma ditadura; até acredito que quem ensinou a “Ser Ditadura” a todos os governos militares da América Latina, na época, foi o Alfredo Stroessner lá do Paraguai, porque ele já estava no poder fazia muitos anos, era um militar e definiu-se o paladino do anticomunismo. Por conta desse anticomunismo, qualquer sopro ou ideia de esquerda, qualquer ideia mais liberadora na época, transformava-se em algo transgressor, perigoso. Pensar com a própria cabeça, ou seja, não rezar a cartilha do [ditador paraguaio] Alfredo Stroessner, ou do Partido Colorado, na época, já era “rebelde”. Fazer isso era ser considerado simpatizante do comunismo, o que era

suficiente para ser preso, muitas vezes, torturado, e em alguns casos, desaparecido sem paradeiro. Aos poucos, foi se instalando um clima de terror patrocinado pelos constantes “Estados de Sítio” promulgados pelo ditador. E era uma coisa horrível, porque vizinho denunciava vizinho, era uma coisa absurda. Livros que poderiam parecer ser de esquerda eram proibidos, você era preso por isso, por ter um livro.

Isso nos anos 1970, toda a década de 70. Eu fiz a Psicologia de 1965 a 1970. Terminando Psicologia, fiz dois anos de Orientação Vocacional e Educacional, depois Avaliação Educacional, ainda Pesquisa em Psicologia Social e Residência em Psicologia Clínica, tudo nos anos 1970. Então, quando eu era estudante nós reclamávamos bastante. Éramos nós, dos cursos da faculdade de Filosofia, principalmente da Psicologia, com o pessoal da faculdade de Engenharia, da Medicina, as “faculdades do contra”, digamos assim, que questionávamos as atitudes ditatoriais do Stroessner, do tenebroso Ministério do Interior e da Polícia Política. Todas as nossas Assembleias terminavam em algum ato ou passeata de contestação, claramente subversivas. Acho que a história era bem parecida com aquele confronto entre a Sociologia e Medicina da USP versus as da Mackenzie. Sociologia, Medicina da USP, reclamando e a Mackenzie defendendo o “Estado de Exceção”.

Então, naquela época, fui trabalhar no jornal *La Tribuna*, como revisor, o que me dava certa vantagem, porque ficava sabendo das notícias e outras informações, que quase sempre chegavam do exterior, coisas que não podiam ser publicadas porque eram censuradas. Também naquela época, editamos no Departamento de Psicologia, uma revistinha chamada *Psicose*, para postar pesquisas, atividades sociais dos colegas e também com uma página de crítica ao governo. Um colega que foi preso e foi levado ao escritório do próprio ministro do Interior, Dr. Montanaro, conta que ele pegou nosso jornalzinho e batendo na mesa com ele dizia que aquele tipo de jornalzinho comunistóide só falava mentiras.

Saber aquilo nos encheu de orgulho, mas ficamos com medo. Nunca fui preso, a menos que possa incluir nesse rol de maldades da

tirania o fato de não poder ter cabelo cumprido na época, pois, uma vez, já com 25 anos, trabalhando como pesquisador sociológico fui parado por um destacamento do Exército e fui obrigado a cortar o cabelo no estilo militar, porque eu usava no estilo dos Beatles.

Em 1973, eu trabalhei no Centro Paraguaio de Estudos Sociológicos, como auxiliar de pesquisador. Fomos para o interior, entrevistar agricultores que poderiam ter algum relacionamento com uma revolução silenciosa agrária inspirada e apoiada pelo catolicismo, pela chamada “Teologia da Libertação”. Instalamo-nos na casa de um agricultor, que nos atendeu muito bem e com quem fizemos amizade. E estávamos entrevistando outro agricultor, a um quilômetro de distância, quando aparece o nosso anfitrião... Então, o agricultor entrevistado pergunta para este, se nos conhecia e ele confirma, dizendo que éramos gente boa. Na hora, o agricultor reagiu e disse, “apaga tudo isso que anotou, vamos começar tudo de novo a nossa conversa”, demonstrando, assim, o quanto esta gente sabia proteger-se, mimetizar-se se necessário, e proteger, o que estavam realizando, inclusive usando a “Pedagogia do Oprimido” para alfabetizar seus filhos, quando aqui no Brasil ainda não conheciam e nem se aplicavam as teses do ilustre Paulo Freire. E, em 74, dando uma guinada na minha vida profissional, eu fui fazer a residência em Psicologia Clínica.

Em 1979, vim para o Brasil. Não sei a sensação de teto baixo lá em Assunção, penso que queria procurar um espaço maior, alguma coisa, me especializar mais, interagir mais. Eu trabalhava com *Gestalt*-terapia e era muito social, muitos grupos, absolutamente relacional e terrivelmente libertadora. E grupo, no Paraguai, era palavrão, era proibido e qualquer agrupação era suspeita, era para alguns um tipo de subversão, de estar se reunindo com a intenção de fazer algum protesto. E era muito difícil trabalhar com grupos, só com grupos naturais, família, um grupo de uma instituição, uma escola, alguma coisa assim, mas grupos livres eram mal vistos, então fiquei muito isolado, alienado política e ideologicamente e desviado da minha própria realização profissional, até mesmo das atividades políticas de esquerda que, não sei, talvez a esquerda também,

na época, não confiava em psicólogos... De qualquer forma, eu me senti sempre um transgressor, eu queria me libertar e achava o caminho da conscientização um caminho de libertação para as pessoas... Quis ir para Espanha, para o Brasil ou para o México. No fim, eu acabei vindo para o Brasil e aqui fiquei.

Em 1981, mais ou menos, eu vim para Rio Preto. Ainda em São Paulo, eu fiz uns workshops gestálticos de crescimento pessoal. No primeiro, apareceram umas cinco pessoas de Rio Preto, em um outro, apareceram mais cinco, essas dez pessoas me chamaram para fazer um trabalho mensal aqui, e durante uns seis anos, eu trabalhei aqui, nesse esquema. Em 1983, iniciei o processo de revalidação de diploma na USP. Por quê? Por conta de um anúncio pago pelo CRP da época, que publicou no jornal que eu não era formado e não pertencia ao quadro do CRP e pediam para não me procurarem. Mais do que rapidamente, providenciei toda a papelada para a revalidação do diploma e, em menos de dois anos, fui homologado na Universidade de São Paulo - USP. Meu nº do CRP saiu em 1985. Mas, até a atualidade, o CRP não publicou em jornal nenhum que estou legalmente inscrito. Na época, um pouco paranóico com a situação também considerei aquilo como perseguição política.

Acabei me mudando para São José do Rio Preto e achava que nunca mais iria trabalhar em clínica. Mas compreendi que os workshops de *Gestalt* – os famosos grupos de crescimento pessoal da época – mexiam muito com as pessoas e elas precisavam de algum tipo de acompanhamento, de um seguimento terapêutico. No começo, as pessoas que precisavam eram referidas a outros profissionais, mas essa situação acabou me levando a reformular o trabalho e, já com CRP, fiz a clínica aqui. Voltei a morar em São Paulo uma época e depois, em 2006, eu retornei para Rio Preto.

Eu recebi uma influência muito forte dos psicólogos argentinos na minha visão do trabalho psicológico. Vocês sabem que lá, na Argentina, no fim dos anos 1960, começo dos anos 1970, começou-se a fazer aqueles grupos de espera nos hospitais psiquiátricos. E, nesses grupos de espera, percebia-se uma população muito carente de informação,

muito carente de tudo e se foi para uma visão mais sociológica da coisa, mais social. Daí à politização da Psicologia foi um passo. A neurose já não é uma questão só psicológica, a neurose é falta de cidadania mesmo, é falta de informação, são direitos não atendidos, não correspondidos, uma humanidade cada vez mais desumanizada, tratada como massa de gente que o capitalismo de turno manipula e transforma em carne de consumo. Então, a Psicologia se engaja em uma luta política em Buenos Aires e outras cidades. Estes ventos chegam também a Assunção.

Quando os militares tomam o poder nesses países, os psicólogos passam a ser caçados como animais, torturados e o regime some com eles. Incrivelmente, apesar dos governos militares, o Brasil começa a receber muitos psicólogos fugidos, perseguidos pelas polícias políticas dos seus países. Emílio Rodrigué, Alfredo Moffah e muitos outros optaram por morar neste hospitaleiro país.

Eu acabei ficando por aqui. A sensação era de que eu tinha vindo para o paraíso, de tanta liberdade. Quando cheguei, ainda estava no governo o general Figueiredo, ainda era Governo Militar, mas acho que os ventos de liberdade já estavam soprando bem fortes e eu não senti nada daquilo que eu sentia no Paraguai. A sensação que eu tinha quando ia para Assunção é que eu estava dentro de uma gaiolinha, apertado. E falar com as pessoas dava essa sensação. É como se você retrocedesse no tempo e no espaço, ficava com aquela sensação de preso, nas palavras, nas trocas, nas frases, no jeito de as pessoas falarem. Então, toda vez que eu ia para lá ver meu filho, assim como todos os meus parentes que lá ficaram, em Assunção, era essa sensação de uma semana que parecia interminável, sensação de muito peso. E, aqui no Brasil, era diferente, recuperava a sensação de liberdade, de um direito tranquilo de ir e vir para qualquer lugar, de montar grupos, de trabalhar com grupos e a sensação libertadora era muito maior. É meio contraditório, mas essa era a realidade e eu precisava dessa experiência para me recuperar de 30 anos de vivência ditatorial, de respirar ares diferentes, relações diferentes. Perdoem-me os militantes das lutas políticas da época daqui, que viviam outra realidade e estavam lutando para conseguir as Direitas Já e

outros movimentos democratizantes, para essas pessoas talvez a minha experiência pode ser totalmente inexplicável, mas eu precisava viver isso.

No Paraguai, acompanhei muito de perto, até perto demais, algumas situações extremamente violentas de injustiça e desrespeito ao cidadão. Por exemplo, quando estava no Centro Paraguai de Estudos Sociológicos (CPES) fazendo pesquisas, teve um projeto junto com a Vanderbilt, uma universidade americana, para pesquisar sobre a origem, constituição, da elite política no poder no Paraguai. Então, decidimos entrevistar todos os que estiveram mais ou menos engajados no poder entre 1930 e 1954; em 54, entra o Stroessner, então limitamos a pesquisa até 54, porque não se podia falar nada do regime *stronista*, nem bem nem mal. E me tocou entrevistar os militares vivos. Eu conversei bastante com uns 50 generais que ficaram nessa época com o comando disso, comando daquilo, ministro de alguma coisa. E consegui dados interessantes por parte deles, tanto a favor da ditadura de Stroessner quanto contra a ditadura de governos anteriores a Stroessner, relatando detalhes das práticas de se manter no poder, de reprimir com violência qualquer levante, inclusive, detalhando jeitos de se torturar. Então, isso foi um aspecto de uma vivência pessoal com a qual me envolvi como pesquisador. Houve certo distanciamento no tempo e no espaço. Estávamos falando do passado distante. Experiência digerível.

Meu pai foi militar e colega desses militares daquele tempo, colegas com quem lutaram a Guerra do Chaco contra a Bolívia entre 1932 e 1935. Então, aqueles militares me contaram muitas histórias do meu pai que eu não conhecia. Ele era um militar muito rebelde, sempre com atitudes críticas para com o governo em pauta, tanto que morreu no exílio político em 1948. Eu nasci nessa época, então quase não conheci meu pai. Essas questões, de forma quase cârmica, as vivenciei sempre, de forma intensa, radical. Nasci em uma situação difícil, e vivi o resto da minha vida no Paraguai também de uma forma bastante restrita, sob uma ditadura duríssima.

Só para te dar um exemplo, você não podia querer fazer nada, qualquer nível de trabalho, se você não se filiasse ao partido do poder

que sustentava o Stroessner, o Partido Colorado, você não conseguia nada. Era humilhante demais. Então, como a minha família era tradicionalmente do contra, nunca tive acesso a cargos do Estado. Só para te dar um exemplo, fizemos, em 12 pessoas (eu, recém-graduado psicólogo), um curso de orientação vocacional e educacional, com fundos da Unesco e com professores de vários países da América Latina, inclusive da Espanha, com a finalidade de ocupar os cargos de Orientador Vocacional e Educacional dos grandes centros Regionais de Educação, com mais de 1000 alunos de primeiro e segundo graus. Eu não tive como trabalhar por me negar e me filiar ao partido do governo, o soberano Partido Colorado. Talvez seja uma bobagem minha, mas era uma cobrança que tínhamos naturalmente no país. Era uma coisa extremamente violenta.

Mas o pior ainda viria mais tarde no Paraguai. Foram dois fatos que marcaram muito e que os vivi muito de perto. Em uma dessas situações eu era professor de uma matéria no Departamento de Pedagogia, era Orientador de trabalhos de conclusão de curso das licenciaturas, na Universidade Católica. Um dos meus orientandos, Mário Schaerer, foi cruelmente assassinado pela Polícia Política do A. Stroessner, provavelmente depois de muita tortura. Um jovem de 20 anos.

E disseram que ele estava em uma reunião. Quando a polícia chegou, bateu na porta, ele abriu com um revólver na mão, foi baleado sem direito a defesa. Completamente irreal, porque era um menino absolutamente inocente, de uma inteligência ímpar, era um cientista, imagina! Divulgaram na imprensa que ele era o chefe de uma célula revolucionária e que estariam se preparando para uma ação terrorista. Absolutamente irreal. A mulher dele foi presa grávida e torturada, ficando anos na prisão política. Ela teve seu filho na prisão.

Isso chocou a faculdade inteira. Eu fiquei chocado. O que você faz em uma situação dessas, sendo professor de um “terrorista” tão perigoso? A primeira reação de todo mundo foi ficar uma semana sem sair de casa. A fantasia é que “será que o próximo serei eu?”. Já que tínhamos plena certeza de que a versão da polícia para os meios de

comunicação era absolutamente mentirosa, a coisa poderia facilmente respingar para nós.

Eu era professor, isso foi 1975. Fui professor dessa faculdade nos Departamentos de Psicologia e de Pedagogia. Entre os anos 77 e 78, eu fui coordenador do Departamento de Psicologia, que era um cargo de eleição. Éramos eleitos três professores e três alunos e um dos professores virava coordenador do departamento e tinha como função confirmar disciplinas, currículos e professores para cada ano de Psicologia. Estávamos trabalhando já um sistema de créditos, sistema de matérias obrigatórias e optativas na faculdade, então nós criávamos as matérias optativas, as obrigatórias eram aquelas mesmas. Uma aluna de Direito podia fazer uma optativa no Departamento de Psicologia, aí eu poderia ir lá ao Departamento de Direito fazer uma optativa que me interessasse. O propósito era que cada aluno já organizasse seu próprio currículo, montasse sua própria especialização já na graduação. Em meio a esse mundo ditatorial, dávamos um jeito de criar espaços de libertação. Então, também era uma época muito legal.

O Doutor Carlos Alberto Arestivo Bellasai, que é médico-psiquiatra, com quem nós tínhamos uma clínica em Assunção, além de outros colegas psicólogos foi outra das vítimas do terrorismo estatal do Stroessner. O Carlos Arestivo, que era o nosso paizão, uns dez anos mais velho, era o psiquiatra da clínica. Em um bom dia, foi preso, terrivelmente torturado e ficou dois anos confinado na cadeia para presos políticos do regime. Nós ficamos muito temerosos, porque não sabíamos de nada, achando que a qualquer momento também iríamos ser presos. Ele foi torturado de diversas formas, às vezes com um látigo ou chicote de couro, com ponta de aço ou coisa assim, que furou-lhe um olho e por conta dessa tortura, perdeu a visão do olho esquerdo. Provavelmente, iriam matá-lo, mas acho que por conta da ferida que começou a infeccionar, ele foi transferido para o Hospital Militar que tinha uma parte só para presos políticos e os torturadores tiveram que parar.

Depois disso, ele foi para uma prisão que tinha no Paraguai só para presos políticos. Nesse tempo, tinha mais ou menos uns dois mil presos

políticos. Ele me contando depois, disse que, embora completamente isolado e sem comunicação com a família e os colegas, pacientes, já que ninguém podia visitá-lo, ele decidiu trabalhar e passou a cuidar dos colegas prisioneiros e fez um trabalho excelente. Quando ele sai, ele cria uma espécie de ONG, durante a ditadura ainda, que teve grande repercussão, principalmente depois que o Stroessner foi derrocado. Ele criou uma ONG para tratar de gente torturada. E uma abertura para também tratar dos torturadores. Muito bacana a função dele. Até hoje, me emociono ao lembrar-me de como ele contava essa história. Ele era torturado, batiam nele de mil formas, afogavam, tinham que tirá-lo da água e ele dizia: “Muitas vezes, eu decidi morrer”. E nem atinava mais uma reação, não fazia mais força para sair. Assim, ele decidia que se era para morrer, ele iria morrer mesmo. E ele relatava que, depois, quando terminava a sessão de tortura, ele e outras pessoas totalmente acabadas, transformados em trapos humanos, que o torturador chegava e trazia um cobertor, levava ali para cela deles, os cobria, os abraçava e, muitas vezes, chorando, lhes pedia desculpas repetindo: “Perdoe-me, irmãozinho. Eu só estou fazendo isso por ordem. Desculpa-me, pelo amor de Deus”. Essa experiência o levou a tentar também incluir os torturadores que quisessem expiar sua culpa, para os trabalhos longos de recuperação. Sei lá, trazer, salvar essas pessoas que deviam ficar completamente alienadas, psicotizadas, já completamente cindidas com essa mensagem dupla de “meu irmão aqui” e depois cacetando lá.

Ele deu muitas entrevistas na Itália. Ele fez Psiquiatria Comunitária com Franco Basaglia na Itália e tinha todo esse envolvimento social também. Trabalhou muito não só com os presos políticos, como até com os guardiões dele da prisão. O Carlos nos emocionou muito, contando essas histórias e, enfim, é porque o Paraguai é um país de iguais, talvez o único país latino-americano onde a grande maioria da população é totalmente miscigenada, onde espanhóis e indígenas formam um país de irmãos, irmanados por uma língua, o guarani, e por uma história de muita perseguição, primeiro dos bandeirantes, depois dos argentinos, depois da Tríplice Aliança e ainda posteriormente a Bolívia, enfim, muitas

guerras. Ninguém entende, no Paraguai, o porquê dessa situação de se criar um partido que rouba o poder, de uma elite que se acha superior e no direito de comandar, de impor uma ditadura, de aterrorizar o país, de torturar. Quebra-se completamente com um sistema de irmandade construída há séculos. Então, a sensação que me dá é de que o Carlos, quando ele bola a ideia de também trazer o torturador para o trabalho, ele faz a diferença e propõe a reunificação, o resgate da cidadania, dos direitos democráticos; ele tenta resgatar um pouco essa coisa de reconexão com a natureza, de reconexão entre as pessoas, de ficar por cima de diferenças políticas, de cores ou raças. Isso aconteceu em 1976.

E a história que levou o Carlos para prisão é muito esquisita. Na época, começou a pipocar, não só em Assunção, como em outras capitais, a guerrilha urbana. Os guerrilheiros urbanos, tanto os montoneros argentinos, o Ejército Revolucionario del Pueblo chileno, os sandinistas na Nicaragua o MR8 e outros grupos brasileiros, os Tupamaros no Uruguai, começaram uma sistemática luta urbana contra as respectivas ditaduras. No Paraguai, teve um casal que comandou essa guerrilha. A mulher, companheira de colégio do nosso amigo psiquiatra, engravidou, marcou uma entrevista com o psiquiatra e pediu para que ele fizesse o parto sem ninguém saber. Com dez dias, ela iria sumir novamente sem ninguém saber nada. Chamaram um colega da época para ajudar. E foi assim que aconteceu. Esse colega, dois anos depois, comenta isso com uma mulher que era amante de um policial e, no mesmo dia, meu colega Carlos e seu amigo são presos e começam a torturá-los sem piedade. E, durante três meses, eles foram torturados sem saber o porquê, “conte, conte quem faz parte do seu grupo”, “onde está o fulano, inimigo número um do regime”. Como se eles fizessem parte de alguma trama subversiva (é óbvio que em uma situação geral dessas, todos temos pecados porque todos “éramos” subversivos, não aguentávamos mais essa situação). Na verdade, a Polícia já sabia da história completa, só que, enfim, eles cansaram de contar essa história também, mas continuaram torturando. Então, nós ficamos sabendo desses detalhes só quando a polícia os libertou, depois de dois anos na prisão.

O Carlos tinha um consultório conosco, o Centro-Estúdio de Psicologia e Psicoterapia e ele tinha um consultório particular, em sua casa. Nesse consultório particular, a polícia entrou e quebrou tudo, inclusive, pegaram todas as fichas de pacientes etc. Nós ficamos sabendo dessa história, era a única história que sabíamos e mais nada. Só soubemos de tudo quando ele saiu, dois anos depois, que ele me contou pessoalmente. E ainda me previne assim: “Ó, isso aí não é para ninguém saber, você não pode contar”.

Esse é o caso que marcou bastante, teve repercussão. Enfim, teve essa criação dele de trabalhar lá mesmo na prisão, medicando e fazendo grupoterapia, recuperando as pessoas torturadas. Ele teve uma criatividade boa, uma iniciativa fantástica.

Mas, quando eu cheguei aqui no Brasil, eu ficava perguntando: “Mas cadê o Geraldo Vandrê que canta essa canção tão bonita?”, que cantávamos no Paraguai também. Diziam: “Ah, ele foi muito torturado”, “Mas onde está?”. Porque ele sumiu. Será que ele recebeu algum tratamento para se recuperar das terríveis torturas?

E aí ficamos nos perguntando: será que é isso mesmo? Eles precisam de um trabalho de recuperação. Ou será que nunca poderemos esquecer esses anos, ficaremos marcados para sempre por uma época que dividiu irmãos, inimizou amigos? E o Carlos fez isso, fez isso em Assunção e em várias cidades lá, porque várias cidades tinham histórias e mais histórias de gente presa, torturada. Tortura era a primeira solução para tentar oprimir, reprimir.

Esse caso me envolveu diretamente, porque era o nosso associado na clínica, nosso chefe, enfim, a nossa inspiração em todos os trabalhos que estávamos começando a fazer. Nós éramos recém-graduados, fazia três, quatro anos que tínhamos saído da faculdade. Embora já fosse professor na Católica, eu era um jovem sem experiência. Na minha foto com meus colegas de graduação, eu pareço filho deles, parecendo mais um mascote do que um psicólogo graduado... E, de repente, deparamo-nos com uma violência que impacta toda nossa realização profissional, nossas vidas como um todo. Você cresce na

marra, enviesado, marcado pela impossibilidade de reagir. Com uma necessidade doentia de liberdade, de livre-arbítrio.

Quando hoje penso nessa coisa de direita e esquerda, a sensação que me dá é: como a humanidade é idiota. Olha, a gente se matava, se torturava, se explodia, se exilava por ser de esquerda, por ser de direita. Lá no Paraguai, tinha uma coisa que piorava um pouco mais, que era a questão da cor, vermelho era a cor do governo, azul era a cor da oposição - exilada no exterior. Então se você vestisse alguma coisa azul você poderia ir preso também, você era proibido de usar azul. Então, se você quisesse parecer contestador de alguma coisa era só colocar uma gravata azul... É difícil sair da posição existencial na qual você passou a maior parte da sua vida, que é a de oprimido, preso. Então, chegava a esse nível a coisa. Imagina você falar uma coisa, alguns te julgarem de esquerda, ou marxista, ou qualquer coisa parecida. O Stroessner dava aula de anticomunismo para todos os governos da América do Sul.

Vivi até meus 31 anos, quando eu vim para cá, sob uma ditadura. Então, eu fui marcado a fogo, de alguma forma, definindo a minha maneira de ser. Tanto que eu escolhi a Gestalt-terapia. Por quê? Porque a Gestalt-terapia também significava libertação. Libertação ao máximo. A Gestalt lhe permite ser do estilo que você quiser. Para ser profissional, não precisa seguir um modelo. Você poderia criar um estilo, uma forma própria de trabalhar em clínica.

Agora, depois de não sei quantos anos é que eu fui me tocar que eu fiz até escolhas profissionais por conta dessa mágoa de ter vivido tão preso. É uma coisa que, de repente, direciona a vivência de toda uma vida. Então eu não sei como é que foi aqui no Brasil, porque eu senti que aqui essa pressão toda não foi tão sentida assim, o Brasil tão imenso, tão grande. Fiz alguns cursos aqui, meu professor falava: "Quando você falava em alguma intencionalidade qualquer, meu pai já fazia as malas porque a polícia já ia vir daqui a pouco buscá-lo, por via das dúvidas os caras já eram presos". Então, ele já fazia a malinha dele para ir à delegacia. Ou seja, aqui também se viveu mais ou menos do mesmo jeito, mas não era essa coisa violenta, chegar já batendo, quebrar toda sua casa.

Naquele curso de Gestalt que eu fazia em Buenos Aires em 1976, eu tinha uns colegas argentinos que também perderam irmãos, pais. Eu conheci, em 2002, no Uruguai, um jovem chamado Alejandro Corch, que escreveu alguns livros sobre essa experiência em que os pais vão presos e desaparecem misteriosamente, obviamente mortos. Os avós fogem com ele muito criança ainda para o Uruguai. Uma história revoltante por conta da covardia militar da época e, ao mesmo tempo uma lição de vida, uma lição de amor.

Aqui em Rio Preto, no ano passado, uma das peças teatrais do Festival Internacional de Teatro trouxe um grupo argentino com nove elementos, oito dos quais eram filhos de pais desaparecidos e uma filha de um policial torturador. Eles transformaram a própria história em uma obra teatral. E esta última conta a história dela, porque ela era filha legítima do casal de policiais... e, em um bom dia, quando ela devia ter uns sete anos, aparecem com um bebezinho em casa, adotado. Era filho de um casal que eles tinham sequestrado, torturado e assassinado. E essa história vem à tona 20 anos depois, quando se descobre o fato, e tanto esse filho adotivo quanto essa filha enfrentam os pais. E a filha denuncia o pai legalmente, leva o pai para a prisão. Mas como uma forma de libertação, uma forma de salvar o pai, apesar de amá-lo, ela quis fazer isso. O filho fica sabendo da história dele desse jeito, e tem que resolver essa questão. Eles trazem todas as histórias deles como o enredo da peça de teatro. Fiquei superenvolvido, emocionado, revivendo tudo isso que achava que tinha esquecido... Pessoas de uma coragem inimaginável.

Atendi pessoas na condição de pessoas que passaram pelo período da ditadura, lá e aqui. A identificação é muito grande, forte e é difícil de lidar com uma situação por conta dessa identificação. Então, você não sabe se acha um jeito de ajudar a pessoa ou se você sai pegando em armas, tamanha a identificação. Ou como uma forma de se mostrar solidário. Várias situações de diferentes tipos. Acredito que eu deva ter trabalhado com umas oito pessoas. Faz muito tempo, na segunda metade dos anos 1970, em Assunção, e aqui no Brasil, nos anos 1980. E aqui no Brasil eram mais histórias passadas, coisas

que aconteceram e que deixaram alguma marca. Eu achava que aqui, nos anos 1980, a coisa estava muito solta, muito livre, respirava-se o ar das Diretas Já, que estava muito forte. E nós, de alguma maneira, fazíamos parte daquilo tudo também. E me tocaram, assim, algumas dessas histórias mais ou menos da mesma forma que me tocou a história do Carlos.

Lá no Paraguai, era um misto de ansiedade, incerteza com a indignação e tinha também medo. Medo de ser preso. Tive colegas que ficaram presos dez dias, 15 dias presos e saíam muito machucados. Mas, nos protestos que fazíamos, quase sempre alguém ia preso e alguém das nossas comissões de curso, de faculdade. Então, era essa indignação. Eu sempre me perguntei como é que um sujeito de direita, naquela época, conseguia se identificar com aquela situação. A sensação que eu tinha é que tudo, o país inteiro deveria estar protestando por essa situação, mas o cara que discutia com você na faculdade, às vezes, ele ia imbuído de que a verdade estava com ele e nós é que estávamos errados. Como é que essa pessoa podia acreditar nisso dessa forma? Não cabia isso na minha cabeça.

Até hoje, aqui em Rio Preto, posso dizer que eu sempre me envolvo nas lidas políticas, embora não possa votar, por ser estrangeiro, mas eu tento fazer a minha parte. Às vezes, para ajudar algum candidato a vereador, a prefeito, deputado e até por trabalhar também pela Economia Solidária, que sustenta, na minha crença, uma excelente utopia, realizável, aqui mesmo, na região, principalmente com cooperativas de material de reciclagem e outros tipos de cooperativa.

Este pessoal, os coletores ou catadores de material reciclável, eram considerados até há pouco tempo, atrás, como fim de linha profissional. Quando não deu certo em alguma profissão, em algum negócio, alguém vira catador de lixo, tal era o nome que tinha na época. E depois, catador de lixo se transformou em uma profissão do futuro, o reciclador, o catador de material reciclável, uma profissão ecologicamente correta também. Então, essa figurinha com quem trabalhávamos é uma figurinha ainda muito limitada em

uma série de situações, tem-se muita informação para levar a eles. Nesse meio, trabalhamos para Unisol, União das Cooperativas de Economia Solidária do Brasil, com sede em São Bernardo, e eu fiquei aqui trabalhando com umas 12 cooperativas de economia solidária com catadores, na região toda. Assim, você acaba se identificando com um posicionamento político mais solidário, não sei se poderia hoje chamar isso de esquerda. É uma busca de valores humanos e ecológicos que prima pela humanização e ecologização de tudo. Mas o pessoal nos ataca falando que estamos errados. Quando o Lula assumiu a Presidência ele descobriu essa situação e tinha na época umas três mil cooperativas de economia solidária no País todo, hoje deve estar na faixa dos 30 mil. Os governos dos municípios, ou ajudam ou atrapalham, não há um termo médio. Ou ajudam criando uma lei, criando formas de apoio, de financiamento das cooperativas, ou então atrapalham totalmente, deturpando. Esses governos que não ajudam, e, na verdade, querem acabar com a iniciativa das cooperativas de economia solidária. Assumem abertamente que é assim que um governo de direita deve fazer. A sensação que dava era de que essa idiotice de esquerda e direita nunca fosse acabar.

Eu não sei o que aconteceu exatamente no final da ditadura de Stroessner no Paraguai. Foi um general que chegou e falou: no Stroessner: “General, você está demitido, está preso”. A partir daquilo, como se fosse um vendaval, acaba com esse inferno no Paraguai, gerando uma tentativa enorme de mudanças por lá. Acho que foi algo parecido com o que aconteceu com a Espanha de Franco após seu falecimento. O Paraguai se torna um País extrema e tozudamente livre, com um sindicalismo forte, onde o sindicalismo toma um papel importante. Nunca teve isso no Paraguai, sindicato não existia lá. Mas, a partir de 1989 mais ou menos, no Paraguai, os trabalhadores sindicalizados assumem um papel muito forte e eu acho que o protagonismo deles, hoje, na política, é a coisa que mais chama a atenção, olhando aqui de longe. E que pode ainda direcionar, digamos assim, os caminhos da democracia. No ano passado, no Paraguai,

também fizeram um impeachment, um golpe branco. Então, vai ter eleições agora este ano, de 2013 e acredito em uma reviravolta que coloque as coisas no lugar.

SUGESTÃO DE LEITURA:

Para refrescar a memória de nomes e fatos dos anos 1970, fui acessar a internet e achei este site sobre a ação da justiça com os principais responsáveis da ditadura do Stroessner: *<http://www.dhnet.org.br/direitos/sjp/tpi/stroeessner.html>*.

IARA BEGA

Entrevista concedida pela psicóloga Iara Bega de Paiva ao Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região.

Eu sou Iara Bega de Paiva, psicóloga, formada há 32 anos, em Ribeirão Preto, e estou no Guarujá, São Paulo, desde 1985. O que eu tenho para falar, de acordo com a proposta que o Conselho Regional de Psicologia apresentou, refere-se ao período de 1968. Depois, eu até posso dar outros dados, mas eu gostaria de começar falando da experiência da menina de 12 anos que estava em casa e da maneira como eu vi o que aconteceu, porque isso está aqui guardado na minha memória.

Meu pai chama Carmo Pedro Bega, a minha irmã é Regina Célia Bega - hoje, ela é Pereira dos Santos - e a minha mãe, Sebastiana Lopes Bega, são os participantes dessa história.

Naquele momento, bem registrado, quando eu acordei de madrugada, já sabia que os meus pais teriam saído, acompanhando uma pessoa que eu não sabia quem era. Eu tinha ficado com a minha avó, eu não sabia o que estava acontecendo. Sabia que meus pais tinham saído e fomos dormir. Eu acordei com um barulhão, me levantei da cama e fui ver o que estava acontecendo. Vi na minha casa alguns homens armados com fuzis. Não, não era um revólver, acho que uma espécie de metralhadora, um fuzil. Eram dois ou três homens derrubando tudo, livros da estante... Estavam buscando alguma coisa, estavam só eles e a minha mãe. Eu não estava entendendo o que acontecia.

Eles foram embora com a minha mãe e eu fiquei com a minha avó sem saber o que estava acontecendo. A minha mãe tentou me acalmar, disse que era para eu ficar quietinha, que a vovó ia cuidar de mim e que era para eu aguardar. Bom, um pouco antes disso, agora eu lembro que no final daquela noite, batem à porta, alguém procurando por minha irmã. A minha irmã era estudante da faculdade de Filosofia da USP. Minha mãe pede para eu entrar, fica falando com eles sozinha e sai com eles. Depois, eu entendi porque eles estavam procurando a minha irmã.

Naquela madrugada, eles levam a minha mãe, vão buscar meu pai na Sociedade Amigos de Bairro e levam para o DEOPS. Eles estavam interessados na minha irmã. Ela não morava mais conosco nessa

época, já tinha casado, morava na cidade de Osasco e nós morávamos na Penha, em São Paulo.

No dia seguinte, fui entender que meus pais foram presos, eles estavam atrás da minha irmã ainda. A minha mãe passou uns cinco dias fora, depois voltou, bastante machucada, não tanto fisicamente, mas mais psicologicamente. Meu pai permaneceu preso. Mais pra frente minha irmã e seu marido foram presos.

Nós tínhamos, na época, uma gráfica em São Paulo. Meu pai e meu irmão trabalhavam com artes gráficas. A gráfica foi invadida também. Acredito que procuravam documentos, materiais subversivos. Agridem fisicamente a meu irmão e aos amigos dele, procuravam documentos, meu irmão não chegou a ser preso.

Bom, minha mãe voltou para casa depois de alguns dias. A minha família começa a visitar o meu pai no DOPS, a visitar a minha irmã também. O meu pai voltou depois de um tempo. Eu sei que ele foi torturado, ele veio cheio de marcas na canela, daquele cinturão que prende na perna para dar choque elétrico. Minha irmã também foi torturada. Ela sofreu outras violências lá dentro do DOPS e meu cunhado também. Foi isso que aconteceu no ano de 1968, entre 68 e 69. Então, essa é a vivência da menina de 12 anos naquela época. Esse aspecto da violência imposto a esta família, presenciado pela criança que eu era.

A situação que entendi depois, era que a minha irmã era estudante da faculdade de Filosofia em 1968. Já tinha se casado, foi morar em Osasco e naquele dia, quando aqueles policiais, que estavam à paisana, foram procurá-la em minha casa, chegaram falando para minha mãe que a minha irmã estava presa em algum lugar e que eles precisavam encontrá-la. Eles não se identificaram como polícia, eram como se fossem colegas dela, apresentaram até carteirinha da faculdade. Diziam que vinham avisar que ela estava presa em um local, que ela precisava ser resgatada de lá, que ela estava envolvida com assaltos a bancos e vieram pedir a ajuda do meu pai para fazer isso. Então, a minha mãe, assustada com a notícia, foi até o lugar onde meu pai estava para ir atrás da minha irmã. Isso era mentira. Na verdade, a minha irmã nem

sabia o que estava acontecendo. Quando os policiais pegaram meu pai, eles fizeram um reconhecimento de sua identificação e descobriram que meu pai era sindicalista já tinha sido preso na década de 1950, enquanto membro do Partido Comunista que, naquela época, era partido clandestino. O meu pai era membro do partido comunista que naquela época era clandestino, e então, com essa notícia, eles prenderam o meu pai também.

Com minha irmã, a situação era diferente daquela que estava sendo contada. Na verdade, ela não precisava ser resgatada, eles só queriam encontrá-la, porque entendiam que ela tinha envolvimento com o movimento subversivo ligado ao Carlos Lamarca. Foi colocado um policial infiltrado na sala de aula dela, que levava informações. Ele teria dado a informação de que a minha irmã seria uma companheira do Lamarca e que estaria envolvida com os assaltos a bancos. Ela estava envolvida no movimento estudantil, preparando uma passeata em protesto à visita do [milionário norte-americano] Rockefeller. A partir disso, ele criou toda essa história. Quer dizer, denunciou que ela teria mais envolvimento do que aquela passeata estudantil durante a visita do Rockefeller. Então, foi esse o sujeito da sala de aula que, na verdade, era um policial infiltrado, que levou essas informações para o DOPS e então a minha irmã foi presa.

Durante o período de prisão no DOPS, estavam lá o meu pai, a minha irmã e o meu cunhado. E como eles chegaram à minha irmã? Ficaram torturando o meu pai em uma sala, a minha mãe não o via. Minha mãe só escutava ele gritar e, na aflição dela, conseguiram que contasse o endereço, ouvindo o meu pai gritar. A minha mãe contou e eles foram até a casa dela e a prenderam. Eu lembro agora, tinha esquecido esse detalhe... Quando eles foram até a casa... Não sei se eles voltaram em casa depois ou se foi naquela mesma noite. Eu não lembro direito, eu me lembro de ter sido interrogada, acho que foi naquela mesma noite, eles me perguntavam onde a minha irmã morava. Ela tinha casado há pouco tempo e nem meus pais sabiam direito onde a minha irmã morava. Sabiam, assim, o endereço escrito, mas a única

pessoa que tinha ido à casa da minha irmã tinha sido eu. Eu lembrava direitinho como era, mas eu me lembro de que estava tão assustada com aquilo que eu fazia assim, me garantia em uma ideia fixa: “Eu não vou contar, não vou contar, não vou contar” (risos). Estava assustada com aquilo, sabia que seria muito ruim para minha irmã, me lembro-me de ficar muito preocupada.

Então, foram até a casa de minha irmã e de meu cunhado e os levaram para a prisão também.

Não sei quanto tempo ficaram. Em torno de um mês, dois. Conversei tanto com a minha irmã, mas é interessante, não conseguimos falar de tudo!

Eles faziam uma transição dela de um local para outro, para o DOPS e depois para outro local, para ela passar pelos interrogatórios. Nessa transição, de um local pra outro, ela ficava no meio de outras pessoas presas também. Lá, ela tinha sempre que fazer uma revista, nessa revista ela era colocada nua, eles faziam um exame ginecológico nela para ver se na hora que ela passou de um lugar para outro ela teria recebido alguma informação. Essa violência foi bárbara, bastante degradante, humilhante.

Agora, há uma situação interessante, porque esse policial que estava infiltrado na sala de aula como um aluno, só pra ficar vigiando, ele hoje, mora aqui nessa cidade. Sei quem é. Acho que o nome dele é Maurício. Ele era capitão no exército atuando numa operação da OBAN (Operação Bandeirantes). Eu não o conheço fisicamente, eu sei onde ele está morando porque um grupo de estudantes – não sei se vocês viram essa notícia – que o identificou. Ele mora em um prédio aqui na Praia das Astúrias, no Guarujá. Os estudantes foram para a frente do prédio e criaram o maior barulho, porque ele foi o torturador da Dilma Rousseff. Eu achava que era apenas mais um torturador, minha irmã agora me conta que esse homem era o torturador da Dilma e era o mesmo sujeito que estava infiltrado na sala de aula e a denunciou para a polícia. Hoje, ele mora aqui, frequenta a praia, vive uma vida de aposentado.

Talvez, esse Mauricio, estivesse entre as pessoas que foram até a minha casa, porque quando ele chega e bate na porta procurando a minha irmã. Ele se identifica como um colega e mostra a carteirinha de faculdade: “Ah, eu sou colega da Regina, aqui a identificação”. Esse grupo derrubou, quebrou um monte de coisas, bagunçou livros procurando papéis, acho que procurando documentos que pudessem revelar alguma coisa. Procuravam algum vínculo dela com essa parte da guerrilha. Outra coisa que eu não contei é que, quando eles chegaram ao meu cunhado, o marido da minha irmã, ele tinha sido um daqueles que tinha participado do Congresso da UNE, em Ibiúna.

Uma coisa que a minha irmã me conta é que, no momento que ela foi presa, eles queriam que ela denunciasse outros colegas. Havia uma combinação entre os colegas do movimento estudantil, que quando uma pessoa era pega, ela tinha de aguentar em silêncio, não delatando ninguém por 24 horas. Depois de 24 horas, para ser aliviada, para escapar da tortura, ela poderia falar do local onde estaria uma pessoa, porque quando uma pessoa era pega, todo mundo saía dos seus locais. Tinha 24 horas para encontrar um novo local. Então para você escapar da tortura você denunciaria: “Ah, fulano está em tal local”, já contando com que essa pessoa já tivesse saído. Isso funcionou bastante, mas para muita gente acabou não dando muito certo e algumas pessoas foram presas por terem sido delatadas. Muita gente foi presa nessas denúncias, retiradas à base de tortura, mas todo mundo segurava por 24 horas. Depois que começava a abrir a boca, contando com que os seus amigos teriam escapado.

Eles estavam atrás do Lamarca. O Lamarca, naquela época, morava em Osasco e a minha irmã também estava morando em Osasco. Então, havia essa coincidência de informação. Então eles, estavam atrás da minha irmã provavelmente pelos assaltos ao banco, pelo Lamarca, assim quando eles chegaram a minha casa procurando ela, encontraram o meu pai. Eles queriam encontraram a minha irmã junto a meus pais. Então, quando eles foram levantar a ficha do meu pai, encontram esse histórico de esquerda, aproveitaram e o prenderam. Eu não sei agora

se eles queriam saber mais coisas ou se a tortura foi para denunciar a minha irmã. Eu acho que não, acho que teve mais coisa sim, porque quando eles iam à gráfica, iam atrás de papéis, achando que ele produziria material para o partido. Então, eles aproveitaram esse filão de informação descoberto, para ir atrás das ações do Partido Comunista. Mas não que eles chegaram a ele a princípio, chegaram a ele procurando a minha irmã por motivos diferentes. Tudo isso sempre impactou muito a família, aos outros membros da família que não participavam disso diretamente. Alguns viam com muita crítica: “Olha aí o que vocês fazem, no que vocês estão envolvidos”. E de repente isso veio à tona, uma coisa que era até muito segredo dentro do nosso grupo familiar, eu era muito menina, acompanhava isso muito menos. Mas ver o estado que a minha mãe ficou, meu pai voltou super magro e sofrido.

Foram torturas psicológicas e físicas, o choque elétrico. e da minha irmã, essa coisa da exposição, de fazer a revista, degradante. Acho que a tortura maior foi isso. Psicologicamente, passamos, por alguns anos, muito impactados com isso, mas não deixamos de ter as nossas convicções. Eu fui aprendendo a ver o mundo por esse olhar, de querer um mundo diferente daquilo que estava colocado na época da Ditadura; mais para frente, quando eu me tornei adolescente, depois entrei na faculdade, me inseri rapidamente também no movimento estudantil. Em Ribeirão Preto, entre 76 e 80.

O presidente João Batista Figueiredo foi visitar Ribeirão Preto. Eu participava do movimento estudantil e sempre fazendo pressão por liberdade de expressão, contra a ditadura. Participei disso bem intensamente, vários estudantes ainda nessa época acabaram sendo presos no momento em que o Figueiredo ia visitar a cidade. Fizemos uma passeata, nos acuaram, prenderam todos os estudantes, passamos uma noite na delegacia, aquela coisa intimidatória, todos jovens, tiram-se fotos, impressões digitais, ameaça de chamar os pais. Rapidamente, entendi o que era aquilo, mas muitos dos colegas ainda estavam recém-saídos dos seus berços, assustados com o que os seus pais iriam pensar deles terem passado uma noite na cadeia, na delegacia.

Delegacia de polícia social, não era delegacia de polícia civil. Então, começo a participar disso a partir daquilo que meu pai me ensinou, me mostrou, eu entendia: o mundo estava colocado daquele jeito, o nosso Brasil estava vivendo toda aquela falta de liberdade de expressão, uma separação radical da sociedade entre os pobres e ricos.

Hoje, a coisa já está muito melhor, muito diferenciada. Mas, naquela época, tínhamos realmente uma defesa dos interesses da classe dominante, da sociedade burguesa, como dizíamos tão calorosamente. Então, isso foi um impacto, pensando nos meus pais, aquela marca na perna do meu pai, eu nunca deixava de prestar atenção. Ele ficou com uma marca funda na perna. Aquela marca que não nos deixava esquecer daquilo que aconteceu, para que não quiséssemos que isso voltasse a acontecer jamais, nem conosco, nem com ninguém. Hoje, ele já é falecido.

Eu sei que teve pessoas que sofreram coisas muito mais graves, foram mortas, desaparecidas, uma coisa muito chocante. A nossa experiência até que foi bem suave perto de outras atrocidades contra o ser humano. Na verdade, nada disso tinha que ter acontecido, nada disso. A minha irmã, naquela época, só estava querendo protestar contra a visita do Rockefeller. Hoje, todo mundo vai à Avenida Paulista para falar sobre qualquer coisa, até do Corinthians (risos), para poder participar do jogo. Enfim, isso é liberdade de expressão. Naquela época, não se podia nem pensar, os nossos jornais vinham com páginas em branco porque não podiam trazer as notícias das coisas que aconteciam, aí vinham com receitas de bolo. De repente, abria o jornal *Estado de São Paulo* e encontrava receitas de bolos, de doces, porque eram todas notícias que tinham sido censuradas. Foi muito chocante!

Para minha mãe, foi muito difícil. Depois de cinco dias, ela saiu, mas eles ficaram presos. Ela estava em casa, mas sem saber onde aquilo ia dar. Será que eles iam voltar? E iam voltar de que jeito? Então, foi muito difícil. Minha mãe hoje ainda mora em Ribeirão Preto, depois de alguns anos meus pais mudaram para lá. Vemos-nos, nos visitamos de vez em quando, teve um dia que, andando na praia, eu pedi para ela

me relatar algumas coisas dessa parte da vida do meu pai no Partido Comunista. Eu queria entender melhor, o quanto foi envolvido. O Partido Comunista era clandestino, o meu pai participava e dava parte do salário dele para contribuir com o partido. A minha mãe ficava muito revoltada com isso porque ele tirava de nós, e éramos uma família pobre. Depois, com muito trabalho, ele teve a gráfica, já perto dos anos 70. No período que meu pai participava do partido e estava clandestino, na década de 60, vivíamos situação de muita dificuldade econômica. Meu pai envolvido com o partido, a minha mãe como dona de casa, costurando muito, ficava cobrando ele. O casal viveu momentos de muita crise por conta disso. Em um momento de reencontro dos dois, depois de muita briga, minha mãe engravidou e eu nasci.

Nasci em São Paulo, na Penha, fui estudar em Ribeirão Preto em 76, cursar Psicologia e, dois anos depois, meu pai se aposentou, vendeu o negócio e foi morar em Ribeirão Preto.

Esta é a primeira vez que eu falo, assim, dessa forma, sobre essa história, hoje, eu tenho meus filhos, já são jovens e vamos contando tudo o que o avô deles passou, para eles não se esquecerem dessa história. Eles devem saber, para não deixar que fatos como esse se repitam. Eu acho que eles têm de ter postura e saber como defender o nosso país de coisas como essas.

Embora já vivam em um mundo bem diferente, - eu vejo pelas compilações que eles fazem hoje, tudo vai pela internet - mas percebo o quanto eles já se posicionam contra algumas atrocidades, quando aparecem de uma maneira muito diferente. Nós vivíamos com tanta opressão que também tínhamos de ter muito mais garra para lidar com as coisas. Hoje, tudo fica um pouco mais diluído. Às vezes as opressões não são tão perceptíveis, mas eu percebo que eles, por todo esse conhecimento de nossa história, adotam uma posição diferente de quem não tem conhecimento dessa história. Por isso, eu acho que essa decisão do Conselho, ao lado de outros locais que têm colocado esse assunto em pauta, é importante. É preciso que todos saibam que isso aconteceu. Na época, éramos criticados pela família, parecia que

IARA BEGA

éramos bandidos, que meu pai estava preso porque cometeu um crime, roubou, assaltou, matou, e não era nada disso que estava acontecendo. As pessoas não sabiam, nem mesmo as do nosso entorno.

Quando eu vi chamada nos boletins do Conselho, eu não pestanejei, falei assim: “Eu acho que eu não tenho uma história das mais bárbaras, mas eu acho que tem de sair”. Se todo mundo trazer um pouquinho da sua história, o conjunto vai mostrar o tamanho que foi tudo isso. E acho que não podemos hoje, silenciar, se já não quisermos silenciar lá atrás quando minha irmã foi para a avenida protestar contra a vinda do Rockefeller e o sentido que tinha aquela visita naquela época. Nós não silenciamos em Ribeirão Preto, quando protestamos sobre a chegada do presidente Figueiredo, que era um ditador de marca maior.



ISABEL PIRAGIBE

Depoimento escrito entregue por Isabel Luiza Piragibe ao Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (São Paulo).

Tenho 64 anos e moro em São Paulo, capital. Dentre muitos papeis, antes de tudo, sou mulher, mãe, fui esposa, filha, neta, e hoje sou avó. Gostaria de iniciar lembrando como foi o meu primeiro contato com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, na época, alguns encaravam como subversivo, terrorista, clandestino e todos esses nomes.

O meu primeiro contato foi quando conheci o meu namorado, hoje ex-companheiro. Durante os encontros, fui frequentando esse meio político clandestino. Isso me faz resgatar, na década de 1960, quando era estudante do antigo ginásio. Eu era adolescente, não entendia muito bem quando meus professores desapareciam. Diziam: “Olha, ele está preso, ou a professora está presa”. Era como um turbilhão, as coisas iam acontecendo. É como naquela música do Chico Buarque: “Roda Viva”. Às vezes, eu silenciava. Tinha a repressão nas ruas, o medo em casa, sem saber direito o porquê: “Olha Isabel, não vá ao centro da cidade, não vá se envolver com essas pessoas assim porque é perigoso”, dizia meu pai.

Cursei o ginásio no Liceu Santo Afonso, escola muito libertária, cujo lema era liberdade antes que tardia; uma escola particular que meu pai, com muito sacrifício, conseguiu pagar. Depois de algum tempo, não conseguia progredir nos estudos e meu pai falou: “Agora você se vira, agora é pra valer”. Eu já tinha meus 16 anos, então comecei a trabalhar. Quando eu ainda estava entre sair da escola e conseguir um emprego, cheguei a me matricular na Escola Estadual Fernão Dias, no bairro Tatuapé, em São Paulo. Lá fervilhava muito o movimento estudantil de resistência contra a ditadura. Lembro-me de algumas passagens que eu presenciei, nas quais minha participação foi pequena; eu ainda muito jovem não tinha descoberto o que seria mais tarde para mim uma canalização da revolta do autoritarismo em casa e da repressão fora, no mundo: Não pode isso, não pode aquilo, tudo era muito proibido. Tinha a repressão moral: Adolescente mulher não podia sair e ficar até tarde na rua porque era “perigoso” e era mal vista pelas famílias. Porém,

existia a parte do perigo concreto mesmo. Época do General Médici, com os tanques e canhões nas ruas. Lembro-me de ter visto isso por várias vezes. A massa se manifestava contra a repressão militar, no centro de São Paulo.

Eu, como adolescente, era muito revoltada com a “prisão” dentro de casa. Hoje, auto-analisando, percebo que ao entrar em contato com essas lutas do Partido Comunista Brasileiro, aos poucos, eu fui canalizando essa revolta, toda essa energia de adolescente para a ideologia, do movimento político, da causa comunista. Quando me casei em 1971, eu tinha 20 anos. Antes disso, como eu vivia uma época que eu não estava nem trabalhando, e estudando, as escolas estavam sendo fechadas, muito vigiadas e reprimidas.

Tive muitas dificuldades para voltar a estudar, primeiro, porque eu não tinha como pagar escola particular, e também porque não existiam, como hoje em dia, facilidades para se matricular numa escola pública, elas eram raras. Comecei a estudar por conta própria, adorava ir à Biblioteca Monteiro Lobato, em Guarulhos, retirava livros, estudava, lia muito. Eu ficava trancada em casa lendo dia e noite. Eu me esquivava do contato com meus pais e com as minhas cinco irmãs mais jovens que eu. Contestava muito meu pai, dizendo em altos brados minhas ideias de liberdade. Mas essa questão de estudar, de ler, era muito perigoso. Meu pai não entendia direito, ele achava que comunista era subversivo, terrorista. Aconselhava e impunha para eu não estar junto dessas pessoas. Não sei até hoje como é que foi, mas falaram para o meu pai que era bom me internar e fui parar no Hospital das Clínicas.

Lá, eu não sabia o que estava acontecendo, fiquei revoltada de ter que ficar trancada por conta de estar lendo e querer conhecer o mundo, afinal, eu não fazia por merecer. No hospital, conheci algumas mulheres internas, elas falavam: “Ah, você lia muito também? Ah, então. Isso é mal visto”. “Coisa de louco”. Fizemos amizades, trocamos endereços, mas as enfermeiras, que a gente não sabia ao certo se eram enfermeiras ou eram espiãs, rasgavam, revistavam e não nos deixavam sair com nada. Na saída da clínica, uma delas aconselhou: “Olha, você

saindo daqui, procura não encontrar com ninguém daqui, procura não falar com ninguém que você esteve aqui". Atualmente, podemos inferir que aquelas mulheres foram internadas porque eram militantes.

Acredito que, possivelmente, práticas infames aconteciam nas salas de eletrochoque, não sei explicar exatamente o que era, como era. Então, essa é uma fase que poucas vezes na minha vida costumo falar, tinha apenas 16 anos. Pensando melhor, talvez essa estadia no Hospital tivesse me despertado o desejo, mesmo que inconsciente, de desvelar o que há de mais profundo no psiquismo humano, para me conhecer melhor, ou até querer entender o porquê da minha internação e daquelas mulheres, analisando os porquês de eu ter feito Psicologia. Eu tive um professor, Lúcio, no Liceu. Nós o chamávamos de psicólogo por ter cursado a faculdade de Filosofia, que, na década de 1960, era junto à formação de Psicologia. Esse psicólogo e orientador era apaixonante, trazia música clássica e falava coisas bonitas e sedutoras. E isso me fez ficar encantada com a Psicologia, mas eu nem tinha conseguido, na época, terminar o ginásio. Fui terminar no Fernão Dias, nem sei como é que ficava a minha documentação, pois a escola foi fechada pelos golpistas de 1964 que governavam na época. Junto ao companheiro, na década de 1970, em 1971, eu comecei a entrar em contato com livros mais específicos de Sociologia, depois, Karl Marx, Lênin.

Passeávamos com esses colegas ativistas, estudantes e todo tipo de simpatizantes do movimento, era um ir e vir. Às vezes, nos distanciávamos do movimento no Partido Comunista (PC) que parecia não ter continuidade. O aparelho, às vezes, tinha que desaparecer, afinal, muitos estavam sendo presos e mortos pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e Operação Bandeirantes (OBAN). Refletindo sobre isso, vejo que era necessário as pessoas se desarticularem para poderem sobreviver e não serem apanhados pelos militares. Nessas estratégias, muitas vezes, os militares se disfarçavam e tentavam se infiltrar nas organizações do aparelho. O nosso partido não era um todo formalmente organizado,

nem apenas uma soma de grupos particulares. Pode-se dizer que a intenção era formar o partido do proletariado cujo sonho não acabou.

Era um ir e vir de pessoas que se revezavam no aparelho, como era chamada toda a organização do Partido Comunista. Meu companheiro me apresentou ao pai dele, o “Piragibe”, que me aconselhou bastante até sobre a questão do meu casamento. A gente conversava bastante e era apaixonante conversar com ele. Era uma pessoa que não tinha nenhum título, nunca frequentou uma escola formal, um ginásio ou coisa assim, mas entendia muito, lia muito e era inteligentíssimo. Ele chegou a dar palestras sobre o que era a filosofia de Karl Marx, a questão da exploração do homem pelo homem. E isso era aplicado na prática com os operários, através da conscientização do verdadeiro direito dos operários. Assim foram se formando os quadros, com as lutas nas fábricas e a conscientizando pela apropriação dos trabalhadores de mais valia. Eu já estava casada quando conheci a Constituição. Piragibe “o velho” quem me apresentou: “Olha, essa é a Constituição, é muito importante”. Ele me explicava toda a questão do Direito e do que era ser comunista, discutia sobre o Manifesto Comunista.

Nessa época, eu era funcionária em uma indústria chamada I.P.S.R e trabalhei em algumas empresas com expediente de até 9 horas por dia. Conhecer os meus direitos trabalhistas, direitos da verdadeira cidadania e o que era justiça social, enfim, o que era o comunismo, me fez entender qual era a minha posição, a minha classe social, o meu papel, não foi muito fácil. Vinham os conflitos com o sistema capitalista porque aí vinha a consciência da exploração e do papel dos patrões. Eu era um pouco diferente das outras funcionárias. Não gostava de ler foto-novela, gostava de calças compridas, coisa que na época não ficava bem para moça de boa família. Questionava muito a liberdade que eu não tinha com meus pais e sobre o país. Vale lembrar aqui as palavras de Rosa Luxemburgo: “Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem”.

Quando trabalhei numa indústria como secretária, nas minhas horas de folga, eu lia Jorge Amado. Nos corredores da empresa,

escutava insinuações e comentários de que gente subversiva lá dentro não podia ficar. Depois de um tempo, acabaram me dispensando, descobriram, me seguiram. Já casada, fui morar perto do meu trabalho na Vila Maria, numa indústria que existe até hoje. O empresário e os funcionários me observavam e pesquisavam muito. Eu era bem discreta quanto à questão de leituras, de coisas que chamavam de subversivas, mas me seguiram e investigaram. Lembro que descobriram que eu estava morando com um companheiro. Na época, toda empresa que tinha mulher casada e com filhos era obrigada a ter creche. Então, as empresas preferiam dispensar as pessoas que eram casadas, que podiam ter filhos. E assim me demitiram.

Meu casamento, noutra auto-análise que faço, foi uma fuga. Tive que sair da tutela dos pais, para ir para a casa do marido. Porque se a moça saísse desse caminho já não era bem vista, era repudiada pelas pessoas moralistas. Eu tinha a ideia de morar sozinha. Eu acredito que se eu tivesse encontrado não um “camarada”, mas uma “camarada”, talvez o meu destino fosse diferente. Morar sozinha, ser independente, e tentar não legitimar esses conceitos morais, hoje arcaicos, era o meu sonho. O meu casamento foi na igreja e no civil. A festa do meu casamento foi na Casa Verde, foi uma oportunidade para poder reunir todo o Partido. No imaginário das pessoas do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), em batizado e casamento, não participavam comunistas. Casamento na igreja não era atitude de terrorista, não devia ser comunista, segundo eles. Era nesses momentos que podiam se reunir sem serem ameaçados de serem presos.

Ainda na década de 1970, nas reuniões, não lembro bem os nomes das pessoas. Aliás, a gente era treinado para não guardar nomes, endereços, fisionomias, pois, caso fôssemos pegos pela polícia não “entregaríamos”, não delataríamos os “camaradas”. Era uma questão de segurança dos “camaradas” do partido e eu, raramente, lembro-me dos nomes ou codinomes, lembro que tinha um codinome Rui. Parece que era engenheiro, não sei ao certo. Havia o Jadson. Esse rapaz eu lembro, era estudante de Ciências Sociais. Era um rapaz muito

brilhante e estudioso do comunismo. Ele era um rapaz muito esforçado, havia entrado recentemente para o partido. Depois de um tempo foi atropelado. Não se pode dizer que foi obra dos militares, proposital, porque não tem como provar isso, não se tem dados e não era bom ir atrás para saber, porque começavam a desconfiar e perseguir quem estava interessado em saber. A mãe e o pai ficaram muito consternados, adoeceram com a morte dele, eram pessoas muito simples.

Nas reuniões do partido, os camaradas traziam as cartas do Luís Carlos Prestes que estava exilado na então União Soviética. Mas tudo era muito escondido, com muita estratégia. Dirigente comunista desde 1946, Luís Carlos Prestes escrevia para os “camaradas” daqui do Brasil determinando tarefas para que se organizassem. Também escrevia textos para elucidar as teorias, marxista e leninista, e trazê-las para a prática com operários nas fábricas, onde pudesse ocorrer a verdadeira conscientização para formação de novos quadros. Usávamos muito essa palavra “conscientização”. A nossa parte era esse trabalho pela conscientização.

Entre as décadas de 1960 e 1970, houve uma significativa dissidência do nosso Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, mais tarde, formou o outro partido, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Uma parte queria fazer a revolução com luta armada para resistir contra a ditadura de uma maneira mais rápida. O outro grupo pensava em continuar conscientizando os operários no trabalho e continuar formando células do partido. Reuníamos-nos nessa casa em que moro até hoje e que tem acesso por duas ruas. Nas reuniões, entrava um de cada vez e saía aos poucos para não configurar aglomeração e não levantar suspeitas perante o CCC. Na vizinhança, não conversávamos sobre as reuniões e o partido. A conversa dos camaradas era sigilosa, só com pessoas indicadas e preparadas. José Damião Piragibe pertencia ao Partido Comunista há muito tempo. Ele foi uma pessoa que parecia ter passado por muitas revoltas e veio aqui para São Paulo ainda jovem. Quando conheceu o partido, ele começou a atuar de uma maneira efetiva e assim canalizou todas suas energias para a ideologia comunista. Ele trabalhou

no antigo Departamento de Água e Esgotos de São Paulo. Levava muito a sério as tarefas do partido. Desde a década de 60, ele era sindicalizado e participava com os colegas de trabalho, inclusive nas festas, angariando dinheiro para os que estavam presos ou desaparecidos, para os folhetos, para as gráficas que eram secretas. Lembro-me de participar, com ele e minha filhinha, de alguns eventos comunistas angariando fundos para esses destinos. O “velho” Piragibe foi uma pessoa de bom caráter, uma pessoa íntegra, nunca rompeu com seus mais nobres princípios em prol do coletivo, do ser humano, um combatente pela verdadeira justiça social no Brasil enquanto viveu. Para ele, o mais importante na vida era a meta de formar o partido do proletariado.

Sobre a relação de gênero (questão da mulher) e as lutas do partido, quero abrir aqui um parênteses e lembrar um artigo da marxista russa Alexandra Kollontai escrito em 1913:

“Houve um tempo em que os homens trabalhadores pensavam que deveriam carregar sobre os seus ombros o peso da luta contra o capital, pensavam que eles sós deviam enfrentar o “velho mundo”, sem o apoio das suas companheiras. Porém, como as mulheres da classe trabalhadora vão entrar nas fileiras daqueles que vendem o seu trabalho em troca de um salário, forçadas a entrar no mercado laboral por necessidade, porque o seu marido ou pai estava no desemprego, os trabalhadores vão começar a reparar que deixar atrás as mulheres entre as fileiras dos “não conscientes” era danar a sua causa e evitar que avançasse. Que nível de consciência possui uma mulher que não tem direitos na sociedade, no Estado e na família? Ela não tem idéias próprias! Tudo se faz segundo ordena o seu pai ou marido....”

As mulheres e as esposas, companheiras dos comunistas, tinham algumas mágoas. A maioria tinha filhos pequenos e como não havia creche nem com quem deixá-los, era quase impossível militar pela causa. Eu, na maioria das vezes, não participava das atividades que ocorriam até altas horas fora de casa, por estar com minha filha nos braços. Ficava em casa com minha filhinha, dando mamadeira na hora certa, trocando fraldas. Confesso que me sentia à margem do

movimento, sentia-me em conflito, mas isso são outras questões. Em obediência ao meu papel de mãe, fiz o que a cultura machista esperava. Acabei seguindo o caminho da natureza feminina, mas no meu íntimo queria lutar junto às outras mulheres que também sofriam.

É importante refletirmos sobre o porquê da sociedade, que sempre foi machista, aprovar e não questionar os homens. Estes chegavam a casa depois do trabalho e se permitiam ficar descansando sem dar importância para a conscientização de sua própria companheira. Não tocavam no assunto da exploração do homem pelo homem e quiçá permitir um diálogo sobre a exploração do homem sobre a mulher. Uma das queixas das mulheres no meio em que eu vivia era essa, que o homem não participava, não auxiliava nas tarefas domésticas e sequer dividia os trabalhos. Na minha casa, não era diferente. E esse machismo em todas as culturas, em todas as sociedades, qualquer que fosse a organização, sempre me inquietou muito.

Às vezes, nas reuniões do partido, eram discutidas questões das mulheres que queriam participar, mas não tinham onde deixar os filhos. As primeiras vezes que escutei propostas claras de reivindicação de creches foram nas reuniões do partido, junto às mulheres. Desde o nascimento da minha filha, as dificuldades de não ter com quem deixá-la sempre existiram, aliada à questão de ter que pensar e lutar pela sobrevivência, ou seja, trabalhar para alimentar minha filhinha. As reuniões ficaram mais restritas em casa. A minha tripla jornada de trabalho cada vez aumentava. Isso me angustiava, mas conseguia dar conta buscando forças dentro das minhas entranhas e das conversas com outras mulheres também guerreiras.

As tarefas do partido embeveciam alguns dos militantes que se dedicavam exclusivamente à causa. Eu percebia isso quando faziam panfletagem, pichações e outros trabalhos do partido, afinal, para eles conscientizar e trazer novos companheiros era mais importante que tudo. Assim, acabei assumindo sozinha a minha filha. Foi um período difícil, quem me apoiou e ajudou muito foi o velho Piragibe que eu considerava como meu segundo pai. Gostaria de expressar, nesse

depoimento, toda a violência psicológica que a minha geração sofreu, mas não sei expor em linguagem literária tudo que sentia e que hoje só algumas pessoas superaram. Era muito difícil conseguir creche, lutei e pesquisando consegui matrícula em uma entidade religiosa.

Nesta época, trabalhava na empresa durante o dia e, ao voltar para casa com minha filha nos braços, tinha que fazer todas as tarefas de cuidar da casa, da filha, das roupas para o trabalho e da creche. Cuidar da nossa alimentação e de toda a rotina de dona de casa. Rotina esta que era feita à noite e nos finais de semana. Ficava revoltada ouvindo alguns homens desocupados que diziam: “Elas têm o que a gente não tem”, aquele pensamento bem machista das mulheres progredirem na empresa por serem bonitas e receberem todo tipo de assédio moral e sexual. Naquela época, nem se desconfiava o que eram essas palavras. Trabalhar depois de colocar minha filha numa creche era conflituoso, mas prover o sustento dela também me fazia bem. Participar de outras atividades era impossível. Às vezes, conseguia ler um pouco alguns jornais interessantíssimos como “mulherio”, cuja circulação era muito restrita devido à incessante censura desmedida. Na década de 1970, época do jornal chamado Voz Operária, circulavam algumas informações que podiam ser escritas e passadas e que nem sempre eram confiscadas. Particpei de algumas festas desse jornal que estava a serviço do Partidão, ainda tenho alguns exemplares.

Lembro que tínhamos em casa livros de Karl Marx, Lênin e outros. Esses livros que hoje em dia a gente pode ler à vontade, mas tivemos que queimar tudo, e isso também me marcou muito porque se eu não tinha a possibilidade de entrar numa faculdade, quando queimei esses livros, foi conflituoso. Por que conhecer era perigoso? O acesso ao conhecimento me foi negado taxativamente, isso criou traumas psicológicos que foram difíceis de elaborar, e, a duras penas, consegui vencer depois que conseguimos superar a ditadura.

Outro pedaço da minha história era a de queimar e apagar até o pretinho que ficava nas folhas queimadas para não ser lido. Uma vizinha da casa da frente onde morei veio me perguntar o porquê de queimar os

livros e dei uma desculpa que não lembro mais. Conforme dizia em seu livro, o camarada Gregório Bezerra, dirigente do Partido Comunista: “A tortura começa com um método de interrogatório, desenvolve-se como um método de opressão e, finalmente, transforma-se em um estado clandestino, que corrói as próprias raízes da vida de uma nação.”

Outro pedaço da história de pessoa envolvida na minha vida foi a de um vereador que foi cassado, o Efraim de Campos. Ele era médico e, na década de 1960, invadiram a Câmara Municipal e o levaram preso porque estava denunciando a corrupção na funerária de São Paulo. Efraim me relatou que ficou preso em porões escuros “bem gelados”. Como ele já tinha certa idade, fizeram de tudo para ele contrair pneumonia, acabou contraindo tuberculose. Quando ele estava muito mal, doente, o soltaram. Talvez pensassem que já fosse morrer. O Doutor Efraim, como era conhecido, conseguiu se recuperar e ainda continuou a medicar. Foi ele quem acompanhou clinicamente toda a infância da minha filha. Hoje já não sei mais o que aconteceu com ele. Provavelmente já tenha morrido porque me lembro dele velhinho. Seu consultório ficava na rua Vespasiano, no bairro da Lapa. Ele tinha umas “manias” aparentemente estranhas de atender depressa, na recepção; de olhar muito nas portas, de tomar cuidado com quem ficava na sala de recepção. E para poder conversar melhor, era só dentro da sala do consultório. Ele deve ter tido algumas sequelas psicológicas.

Nessa época, mais ou menos por volta de 1975, minha filha tinha uns três anos, ficou muito conhecido o caso do Vladimir Herzog. Um dia eu estava entrando em casa e um “conhecido” do meu marido veio avisar que o nome Piragibe estava na lista, que era para fugir e se esconder da polícia. Na época, a linguagem da moda era a gíria “caiu”. Diziam que “o Piragibe caiu”. Eu perguntava: “Mas era o Piragibe pai ou o Piragibe filho?”. Nessa época, meu companheiro estava distante do partido, estava trabalhando numa transportadora em São Roque. Talvez não tenha sido por acaso que ele foi para longe. Fui correndo avisar o Piragibe pai, que morava na Vila Ré, ele já devia estar sabendo alguma coisa porque minha sogra viajou para Santa Catarina, ele estava

sozinho. Ele disse que não iria sair, fugir, pois não tinha feito nada de errado. Quando tinham esses sinais, os “camaradas” tinham que se distanciar do partidão. Felizmente nunca vieram buscá-lo. Lembro-me de terem revistado a marmita dele. Entravam nos ônibus, revistavam todas as malas, aquelas situações truculentas com os trabalhadores. A polícia revistava várias vezes a marmita dele, nos pontos de ônibus, mas nunca encontraram nada. Ele era bastante responsável e cuidadoso, ele sumia com os papéis, nomes.

Depois, já na década de 1980, quando já estava em transição a anistia, sentimos que isso não parecia real, era “uma anistia incompleta”, não existiu um marco onde éramos livres democraticamente falando. Já era natural falar sobre o Partido Comunista, sobre Karl Marx, sobre Lenin, mas existia sempre esse perigo, esse medo que ficava na cabeça das pessoas, na minha cabeça. Afinal, a estrutura política e de poderes governantes ainda continuava atuando. Os mesmos fascistas continuavam nas delegacias com os mesmos delegados de polícia.

Apesar desse período tão nefasto da minha história e dos brasileiros, hoje vejo uma parte positiva porque a curiosidade da leitura era muito grande, gostava de evoluir. Entrar em contato com o Partido Comunista Brasileiro me fez ser mais reflexiva, questionar de uma maneira mais ampla e entender todo o sistema, o que era o comunismo, o capitalismo, o socialismo e esse exercício mental me fez aprender a questionar tudo na vida. A parte negativa é mais difícil, com as ideias de que tudo tem que ser para todos, essa luta por justiça, por igualdade, cultivar em casa aquela coisa do cuidar da minha filha, de melhorar a casa para ter um conforto, foi muito falho, e eu não deveria ter passado privações.

Alguns comunistas que ainda vivem, acham que não temos que lutar por uma casa como propriedade privada, tem que lutar por casas para todos. E uma prova disso, que a luta começa em casa, foi benéfica porque meu sogro entrou no sistema de cooperativa chamada Inocop, em 1963 ou 1964, eram casas para trabalhadores sindicalizados. Só em 1973 consegui adquirir a minha casa própria. Os trabalhadores se reuniam, faziam uma poupança específica para isso. O Inocop foi

extinto e passou a ser o BNH (Banco Nacional de Habitação), que também extinguiram.

Se não tivesse acontecido o golpe, acredito que hoje não haveria tanta favela. Paguei essa casa no nome do meu sogro em 16 anos e, com a minha separação, tive que renegociá-la, acabei quitando em 35 anos. Essa é uma parte positiva. Eu conheci alguns comunistas que não se venderam. Conheço um que fez parte do nosso partido, uns anos atrás foi vice-governador, ele se “vendeu” para o sistema capitalista. Jogou fora toda uma história, assim como o Fernando Henrique. Ele foi comunista de compactuar das ideias de justiça, de igualdade, de resgatar tudo aquilo que o trabalhador, o operário, o proletário tem direito. Vendeu a empresa dele, uma construtora, se dedicou à Política, foi eleito deputado e enfim, hoje não compactua mais com as ideias da causa dos trabalhadores e dos comunistas. Alguns impactos na minha vida até hoje eu estou elaborando.

Tive muitos conflitos. Alguns tão abstratos e outros tão objetivos, porque eu tinha que sobreviver e cuidar da sobrevivência da minha filha. Então, como eu tinha algum estudo, eu ia trabalhar e ganhar o pão de cada dia. Tem um pedaço da minha história que é muito dolorido por causa da separação. Comecei a esperar do meu companheiro algo que ele não podia dar. Procurava emprego, trabalhei temporária em 1971, 1972, 1973, acho que até 1974, “dava o sangue”, me debruçava numa máquina de escrever, na época ainda manual, e ficava secretariando diretores de empresa, advogados. Ao sair do trabalho, brincava com colegas: Comia pão com mortadela no almoço e arrotava filé mignon. Quando os diretores saíam para almoçar em sofisticados restaurantes, eu abria a minha gaveta e tirava meu sanduíche. Isso era meu almoço. Era um trabalho semelhante ao escravo, porque não tinha fundo de garantia, décimo terceiro, registro em carteira, nenhum direito trabalhista.

Quando fiquei grávida eu tive que parar de trabalhar, não recebi nenhum dos meus direitos. Nessa luta pela sobrevivência e essa questão do Partido, minha casa já teve algumas vezes para ser leiloada, porque

a gente atrasava muitos meses o pagamento da prestação. Resumindo essa parte, quando nos separamos, o velho Piragibe foi um homem de muito bom caráter, não quis ficar com a casa, porque se fosse um capitalista desses bem malandros, venderia e ficaria com todo o dinheiro. Certo dia, fui renovar meus documentos e ouvi uma conversa de que existiam 60 vagas de emprego, na época do governador Paulo Maluf, quando não existia concurso. Não enfrentei obstáculos ao renovar meus documentos, pois meu nome não estava tão visado pelo DOPS naquela época. Tinha que ter meus documentos como casada, com o sobrenome Piragibe. Essas vagas do funcionalismo saíam só para os apadrinhados.

Entrei na corregedoria, tentaram me segurar, e disse: “Quero essa vaga porque eu preciso sustentar minha filha!” Saiu minha nomeação como oficial de Administração, e eu entrei na Secretaria da Segurança, no Instituto de Criminalística. Era algo assim, como que tentando me encaixar no bendito sistema, para ganhar meu sustento e de minha filha, enquanto isso havia reuniões em casa com o Partido Comunista. Ouvi dizerem certa vez: “Você é uma traidora!” pelo fato de eu trabalhar na policia científica. Trabalhei dois anos no Instituto de Criminalística e fui muito assediada. Eu lembro que me seguiram até em casa e fizeram uma bagunça tão grande na porta de casa, que eu queria acreditar que não tinha sido seguida, a persecutoriedade sempre me vinha à mente, conteúdos que nós psicólogos sempre ouvimos dos outros e naquele momento me atormentava.

Uma situação me dava um parâmetro muito concreto. Era a minha vizinha que ao conversar comigo disse: “Isabel, tome cuidado, em frente a nossa casa essa noite teve a madrugada inteira uma bagunça com homens, não era gente daqui, não”. E ela percebia que a gente fazia reunião com os comunistas, mas ela tinha uma discrição, era uma pessoa íntegra. Essa mulher também já morreu. Só ao conversar com ela percebi que realmente fui seguida, que não era fantasia minha. Passei por esses momentos.

Nessa época, teve também um camarada que fazia reunião, esse era um dirigente, que chegou a perguntar: “Isabel, você sabe de mulheres de comunistas que estão sendo perseguidas?” Falei ingenuamente: “Não, não sei”. Mas na realidade eu era uma das que estava sendo. Nesse lugar em que eu trabalhava tinha uma colega com um sobrenome árabe. Ela até tentou abrir alguma coisa que era simpática a algumas questões revolucionárias, aos movimentos. Porque diziam aqui no instituto é a nata da polícia, aqui é como se fosse Corregedoria, aqui são os policiais mais “corretos”. Com toda a corrupção que eu via eram os mais corretos?

Lembro também que nessa época eu já era mais independente, não queria ter mais filhos. Eu sou a mais velha de cinco irmãs e via a minha mãe sofrer, então não queria ter mais filhos, pois uma era suficiente. Queria muito fazer a cirurgia para não ter mais filhos, mas não conseguia realizar essa cirurgia porque era muito cara, mais uma luta das mulheres que senti terrivelmente na pele. Alguém havia me falado da Albertina Duarte. Foi comunista, inclusive esses dias, ela deu um depoimento muito emocionante dizendo que acudia os comunistas, alguns em estado muito grave e era uma luta pra conseguir internar no hospital com nome falso, porque o nome verdadeiro estava no “listão” do DOI-CODI. Lembro-me de algum contato, nos eventos do partidão, com a Albertina, mas não consegui fazer essa cirurgia.

A luta das mulheres para poder ter uma liberdade da sexualidade foi e está sendo muito árdua. Na década de 1980, vi que a minha filha estava crescendo, eu me interessava muito por estudar, entender o que se passava na cabeça de uma criança. Comecei a desejar estudar Psicologia. Já havia conseguido o diploma, que hoje seria de Ensino Médio, no Sindicato dos Bancários, era um curso na “Rua dos Bancários”. Já havia feito parte do 2º grau mais como autodidata, que chamavam de supletivo. Eu tinha umas economias guardadas, então eu fiz o concurso vestibular na Universidade São Marcos. Entre Artes, escolhi Psicologia. Sabia que eu estava enfrentando e ia enfrentar uma vida difícil. Em casa ouvia sutilmente: “Mas como você vai pagar a faculdade”? Disse: “Eu

tenho um dinheiro, entro, com a relação dos livros como autodidata, vou estudar em casa”. Comecei a cursar à noite, consegui uma bolsa do crédito educativo na época. Depois consegui uma bolsa da Fundação Nossa Senhora Auxiliadora, fundação que auxiliava os alunos carentes. Foi difícil, mas passou.

Eu fiz em seis anos a Psicologia porque tive muitas dificuldades de acompanhar o pessoal, depois até superei. Ingenuamente, achei que o amor fosse eterno. Foi dolorido porque nenhuma traição é fácil de encarar. E consegui terminar a faculdade, consegui colocar minha filha na Universidade de São Paulo (USP) e entrei, com ajuda de alguns conhecidos, em um programa do Banco Baneser, projeto da Alda Marco Antônio que trabalhava com crianças em um projeto bem avançado da Secretaria da Criança. Orgulho-me de ter feito parte desse projeto e conseguido terminar a faculdade. Foi um trabalho em que fiquei durante seis anos. Meus diplomas de psicóloga não consegui tirar, custava caro, era todo desenhado, e a licenciatura de Psicologia, consegui retirar só em 1990.

Depois cursei várias licenciaturas de Psicologia, Filosofia e Sociologia, e fiz várias especializações. De todo esse trabalho e essa repressão, quando a abertura já estava mais consolidada, em 2003, o Partido Comunista se reorganizou. E por conta de continuar comunista, o meu nome ainda constava no partido como filiada. Reorganizamos-nos, e o pessoal do partido foi se reestruturando. O partido me escolheu para ser vice-candidata a prefeita. Foi uma tentativa de reerguer o Partido Comunista Brasileiro e trazer muitos camaradas que estavam esquecidos, dispersos. A luta foi difícil, mas o ânimo era inquebrantável. Teve um que falou: “Nossa, Piragibe!” Agora eu sei que o partido ainda existe.”

Das pessoas mais antigas do Partido, que não se envolveram com o capitalismo, algumas perderam a sanidade. São as sequelas. O meu sogro, nessa época, em uma reunião do partido muito importante, recebeu o livro dos 80 Anos do Partido Comunista, mas infelizmente não conseguiu usufruir. Eu conheci também, no Sindicato dos Bancários, em 1980, um que foi dirigente comunista e foi difícil falar com ele sobre

as questões do partido porque existia um pacto silencioso, o receio. O nome dele era Ávila. Tentei falar para ele: “Precisamos escrever um livro!”. Dali uns anos ele morreu, na década de 1980 ainda.

Alguns vieram do Rio para São Paulo com seus codinomes da organização e foi muito difícil não ter conseguido resgatar a história deles. A Zisla, esposa do Ávila, cujo codinome era Sofia, tinha uma relação com a alta sociedade e ajudava a angariar fundos para o partido. Em uma das raras vezes, ela me disse que ficava andando na rua com os dois filhos, porque não podia ficar o dia inteiro na casa das pessoas para não serem delatados. Quando veio para São Paulo, os “camaradas” arrumaram casas para eles ficarem. Então ela e as crianças saíam de manhã e ficavam andando o dia inteiro. Só quando a noite chegava iam para casa dormir, mas eu também não consegui resgatar a história deles, sinto muito terem morrido.

“É mais difícil honrar a memória dos anônimos do que a dos renomados”. “A construção histórica se dedica à memória dos anônimos”

Valter Benjamin

*Quero agradecer de coração aos que me auxiliaram na revisão.
Desejo deixar aqui minha homenagem a José Damiano Piragibe, in
memoriam*

À Minha Filha Valentina Piragibe.

JOÃO MOUSINHO

Entrevista concedida por João César Mousinho de Queiroz ao Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (São Paulo).

Meu nome é João César Mousinho de Queiroz e esse meu relato aconteceu no final da minha adolescência, quando decidi vir estudar em São Paulo. Eu sou nordestino, do estado do Ceará, da região do Cariri, da cidade do Crato. E por que São Paulo? Porque eu sou de família carente, eu tinha muito medo de não conseguir o crédito educativo, e eu tinha que trabalhar pra pagar a minha faculdade, que meus pais não tinham como pagar. Sempre me ajudaram, mas pagar a universidade não dava. Fiz a terceira série do ensino médio já aqui em São Paulo para me preparar, conhecer, e fazer um vestibular com mais condições de passar.

No último final de semana antes de viajar pra cá, onde eu ficaria na casa de uma irmã, o meu pai, Joaquim Mousinho de Oliveira, já falecido, me convidou pra ir caçar, porque sempre caçamos e pescamos juntos. Eu não entendi muito bem, porque era o final de semana no qual eu tinha que despedir dos colegas, de família, de tudo, e eu vi que meu pai levou pouca coisa. E quando meu pai levava pouca coisa, ou ele estava brigado com minha mãe, ou estava brigado com alguém e queria conversar. Chegamos lá e meu pai falou assim: “Filho, eu tenho uma coisa muito séria pra falar com você. No começo eu era contra você estudar em São Paulo, mas seus tios, seus professores, todos eles me convenceram que eu deixasse você ir, até porque você está indo para casa de uma irmã e qualquer coisa você volta. Mas um menino sair de Crato, uma cidade de 40 mil, 50 mil habitantes, para ir para um país como São Paulo, me deixou com muito medo. Há coisas que acontecem no Brasil e você não sabe, que não saem em jornal, revista ou televisão. Nós sabemos porque temos amigos. E eu queria conversar com você”.

Isso foi no final de 1976, porque eu cheguei aqui no início de 1977. Foi em dezembro de 76, porque eu passei o Natal em casa e o Ano Novo eu já passei aqui com a minha irmã. Eu fiquei meio preocupado, não estava entendendo, pois para mim meu pai sempre foi um cara

alienado. Aposentado, nunca foi de falar de política conosco, de jeito nenhum, ele nem gostava. Então meu pai falou: “Filho, você está indo para um local que ainda existe movimento de esquerda para combater esse mal que já está se alastrando por década, que é a nossa ditadura. O que tinha de ter acontecido? Não houve uma revolução, na realidade, foi um golpe, um golpe branco, não houve morte, não houve nada, mas quando o Castelo Branco saísse, os políticos tinham que assumir por ‘N razões’, dentre elas: “Cuba, eu quero você longe de Cuba, eu quero você longe da guerrilha, eu quero você longe da esquerda armada. Porque se esses ‘caras’ te pegarem, filho, até eu chegar em São Paulo, não vou encontrar nem o seu corpo.”

Ele continuou: “O que eu estou falando para você aqui é uma coisa muito séria, que eu não quero que você comente com ninguém, porque se você comentar, eles vêm aqui e vão me prender. Porque quer queira, quer não, você ainda é menor de idade, vai completar 17 anos. E eu não, eu sou seu pai, e se você fala que eu que te falei, então, quem me falou? Se eu acabei de falar para você que não sai no jornal, na televisão e no rádio, como eu sei que tem universitários sumindo? Como eu sei que tem militante de esquerda sumindo? Como a gente sabe que a morte do Herzog não foi suicídio? Porque a gente sabe que mataram Marighella”. Aí eu falei: “Papai, eu estou ficando apavorado, o que está acontecendo, papai?”. Ele falou: “Filho, eu tenho certeza que no primeiro vestibular você não vai passar, mas no segundo você passa. E no meio universitário é onde há a maior resistência contra a ditadura, porque a ditadura está se arrastando demais, desnecessariamente. E você, você sempre foi líder de classe, você sempre foi a pessoa que coordenou a turma no primário, no ginásio, e agora você é o líder da sua classe. Eu tenho medo de amanhã você se tornar diretor do diretório acadêmico (DA) e daqui a pouco os ‘caras’ sentarem do seu lado, e quando eu souber, você está envolvido”.

Aí eu falei: “Nossa, papai, eu achava que o senhor ia falar para não me envolver com drogas ou não engravidar a namorada”, porque, nessa época, lá no Crato, se você, digamos, deflorasse a namorada,

you casava “na marra”: ou casava com ela, ou casava com o pai dela. Aqui eu já sabia, por meio de contato, que já existia intimidade no namoro, e o namoro acabava, e não se ficava devendo nada para a menina, nem a menina para nós. Mas não, meu pai falou sobre a ditadura. Ele falou: “Olha, eu estou te liberando para ir porque já está abrindo a ditadura. Se fosse na época, por exemplo, do General Emílio Médici, eu não deixaria, porque foi o período mais duro até agora. E esse que está sendo cogitado aí, esse tal de João Figueiredo, o pai dele também foi um democrata. E o general Ernesto Geisel já abriu muito a nossa ditadura em relação, por exemplo, aos outros presidentes, principalmente ao Médici. Só que o Geisel abriu gradativamente. Por isso que ele está indicando um que depois desse vai voltar a democracia no Brasil. Isso tenha certeza. Esse presidente que está vindo aí pra dar anistia para todos os presos políticos voltarem e o país voltar a ser democracia”. Aí eu falei: “Nossa, papai, e de onde diabo o senhor ficou sabendo disso?”. Ele falou: “Isso eu não posso lhe falar, filho. Eu tenho amigos há mais de 50 anos, amigo médico, enfermeiro, farmacêutico, esse pessoal viaja e a gente conversa. Olha, tem um universitário aqui da região do Cariri que sumiu. A família está louca, não sabe onde está. Tem dois tipos de militares: os que são a favor que volte a democracia, e os outros que são contra. E esses outros, eles têm apoio da CIA e a desculpa de Cuba. Olha, você um dia chegou em casa com a camisa do Che Guevara e eu quase queimei, só não queimei porque eu tinha que lhe dar justificativa. A América Latina toda está se tornando ditadura por causa de Cuba e Che Guevara, mas essa é a desculpa que a CIA usa, todo mundo pode pender para o lado de Cuba, menos o Brasil, porque se o Brasil for, a América Latina toda vai para o lado de Cuba. E não é Cuba por Cuba, filho. Eu não tenho nada contra ao que o Fidel fez em Cuba, eu até achei que foi uma coisa muito legal. Agora, eu tenho tudo contra porque ele deu de mão beijada a revolução dele para os russos. Quem são os russos em relação aos americanos? Inimigos mortais. Quem são os nossos aliados, filho? Os americanos. Está na nossa Constituição, está

nos nossos acordos internacionais. Embora o Brasil tenha relações diplomatas com Cuba, com China, nós não somos aliados”. Meu pai deu uma aula de Geografia, de História, de Sociopolítica nesse final de semana.

Da Superintendência de Campanhas da Saúde Pública (Sucam), órgão que resultou da fusão do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DENERu), da Campanha de Erradicação da Malária (CEM) e da Campanha de Erradicação da Varíola (CEV), a Fundação herdou experiência e conhecimento acumulados, ao longo de várias décadas, de atividades de combate às endemias de transmissão vetorial, que transformaram a Sucam no órgão de maior penetração rural no país. Sua estrutura operacional estava presente em todos os estados brasileiros.

Ele trabalhava na Sucam, na área de endemias rurais, combatendo epidemias como, por exemplo, febre amarela, bubônica, meningite, catapora. E quando se aposentou, por ele saber muito, sempre era convidado pelos prefeitos, pelos governadores. Na época, os governadores eram indicados pela ditadura, não eram eleitos. Meu pai tinha um certo relacionamento, ele não era envolvido. Naquela região, a ditadura era uma coisa que parecia não existir. O professor não falava, amigo não falava, ninguém. Parecia que não estava acontecendo.

Eu estudava, eu aprendi sobre as pirâmides Quéops, Quéfren e Miquerinos, lá do Egito, mas não sabia que no Araguaia estava tendo guerrilha. E por que estava tendo guerrilha? E para que os “caras” foram para lá fazer guerrilha? Veja como a minha geração era alienada. Logo, eu vim pra cá e ele ficou. Ele sabia que eu vinha para casa da minha irmã, mas assim que eu arranjasse emprego, iria morar em república ou em pensão de estudante, pois eu não queria ficar na casa de ninguém, esse era o meu propósito. No primeiro vestibular eu fui reprovado, no segundo eu passei em várias, e em Mogi. Visitei todas, queria sair de São Paulo, eu achava a cidade muito sufocante, grande e distante. Aí eu falei: “Pô, meu, vou para Mogi”. E lá em Mogi,

os mesmos professores da Universidade de São Paulo (USP) e da Pontifícia Universidade Católica (PUC) estavam montando um projeto chamado Drogadição, que era o que eu sonhava em fazer.

Quando falei para minha mãe e para o meu pai que ia trabalhar com isso – o nome na época era drogado, depois mudou pra dependente químico -, eles ficaram dois dias sem dormir pensando que eu ia usar drogas com meus clientes. Comecei a me familiarizar com os colegas no primeiro ano. O primeiro ano é um ano que ninguém valoriza, que ninguém investe, que ninguém nada, então eu comecei a frequentar o DA. Me lembro que teve um seca no Nordeste e que fizemos um trabalho muito bonito sobre isso, que me aproximou de toda a galera, não só do DA de Psicologia, como de todos os DAs que tínhamos contato.

Mesmo eu trabalhando, meus pais me ajudavam. Então, o meu irmão engravidou a namorada. Meu pai, muito gozador, ligou e falou: “Césinha, eu tenho duas notícias excelentes pra te dar”. Falei: “Papai, que maravilha”. Ele disse: “Uma que eu vou ser avô e a outra que eu não vou poder mais te ajudar. Teu irmão engravidou a namorada, ele vai ter que casar e vir morar comigo”. Nossa, eu fiquei tão triste que eu fui chorar bem longe dos meus colegas, porque ele ligou na universidade. Nesse momento, uma moça estava colocando um cartaz falando que a secretaria da universidade estava precisando de funcionário. Primeiro eu fui a todos os campus e rasguei todos os cartazes.

Fui lá e conversei com um rapaz, que disse: “Olha, é o seguinte, como você é universitário daqui, você vai fazer seu horário, o importante é que você trabalhe todo dia. Se você tiver aula de manhã e à tarde, você vem à noite; se você tiver de manhã e à noite, você vem à tarde; se você tiver de tarde e à noite, você vem de manhã”. Aí eu falei: “Pô, é minha cara”. Fui trabalhar e também comecei a fazer trabalho para as pessoas que estava em DP (sigla para dependência), até eu chegar e falar pra ele que não queria mais trabalhar lá. Eu fiquei só fazendo trabalho para o pessoal que estava em DP, e uma coisinha ou outra, trabalhei de garçom, de acompanhante de idoso, eu me virava.

Não faltava dinheiro para pagar a universidade e ir com a namoradzinha ao cinema, ao teatro. Então, um dia, na república, um colega falou assim: “Ô João César, como é a ditadura lá no Nordeste?”. Eu falei: “Rapaz, eu vou contar uma história para vocês que até hoje eu estou meio assim. Eu acho que meu pai forçou a barra e me sugestionou para eu nem falar de ditadura, porque eu estou muito longe de casa, estou a 3982 quilômetros da região do Cariri.”

Falei e o cara disse: “Olha, João César (JotaC), eu queria dar parabéns para o seu pai, cara, porque um cara do Nordeste falar o que ele falou pra você, eu não acredito”. Eu perguntei: “Como assim, colega?”. Ele falou: “Pegaram meu irmão, torturaram durante mais de cem dias e até hoje a minha família não sabe onde está o corpo do meu irmão”. Nossa! Quando eu ouvi aquilo, eu me arrepiei inteiro e pedi perdão, desculpa ao meu pai, pois eu estava achando que ele era um grande amigo me metendo medo. Falei: “Meu Deus, olha o que eu pensei do meu pai”.

Até esse momento, nunca tinha comentado com ninguém sobre o que meu pai dissera. Eu achava que meu pai tinha exagerado por eu ter saído do Crato, interior do Ceará, região do Cariri, e vindo para São Paulo com 17 anos.

E ele sabia que existia uma possibilidade muito grande de eu me envolver, pelo meu posicionamento. Devido sempre está ligado a movimentos estudantis.

Esse rapaz com quem conversei trabalha atualmente no sindicato, o Marquinhos (Marcos Aurélio Colen Leite). Não lembro do nome completo dele, mas as duas colegas que me entrevistaram conhecem também o Marquinhos.

Aquilo ali pra mim foi um divisor de águas, falei: “Meu Deus, em que país nós estamos?” Gente, nossa geração tem que fazer o possível e o impossível para isso nunca mais acontecer. Nunca mais. Enquanto o mundo existir, essas coisas não podem mais acontecer no Brasil. Ninguém nesse país pode, porque levantou uma bandeira “abaixo a ditadura”, ou porque é contra o governo, ser preso, torturado,

morto e sumir. Isso não existe, mas, eu tinha 17 anos. Se ele falasse que fizeram isso com o irmão dele, que ele ia jogar uma bomba no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), eu ia com ele. E, se fosse o caso, eu colocava uma bomba no bolso do cara que fez isso com o irmão dele. Mas não é por aí que íamos vencer a ditadura. E, graças a Deus, quando foi no final da universidade, veio a transição. Veio a eleição do Tancredo, e aquela alegria que estava voltando.

Aí veio a morte do Tancredo Neves. Um dia eu fui fazer algumas palestras lá em Minas Gerais, e fiz questão de ir ao túmulo do Tancredo rezar para ele, porque ele fez parte dessa nossa história e do lado bom. Embora meu pai tenha dito que, quando o Jânio Quadros pisou na bola, o Tancredo ficou como primeiro ministro para impedir a posse do Jango. Porque quem ia assumir era o Jango, mas Jango era de esquerda, e os políticos da época não queriam. Existia até uma operação chamada *Mosquito*, que era pra derrubar o avião do Jango quando ele entrasse no Brasil, quando ele saísse da Argentina. Falei: “Meu Deus do céu, como pode? Que país louco, cara”. Estavam acontecendo as maiores loucuras nos porões da ditadura: tortura, morte, violação de direitos, e fora dos porões da ditadura parecia que estávamos no paraíso, principalmente a minha geração. Íamos assistir filme, era a Vera Fischer nua; íamos ao futebol, não tinha uma coisa que falasse: “Tem alguma coisa errada com o Brasil”. Eu ia à escola, voltava, ia ao cinema, jogava bola, namorava, bebia. E quando eu cheguei aqui, o Marquinhos falou, se fosse outro, eu não tinha acreditado tanto, mas o Marquinhos foi um dos “caras” que me emprestou o livro para eu poder tirar cópia para estudar para a prova, porque não tinha dinheiro pra pagar. Sou assim com o Marquinhos, demoramos muito tempo sem nos ver, mas nós temos um laço muito forte. Ele na dele, eu na minha, que Deus o abençoe sempre e o proteja. Mas quando nós nos encontramos, temos história pra contar e história pra reviver.

Depois disso, eu pedi desculpas ao meu pai e falei: “Papai, eu achava que o senhor tinha acabado com a minha cabeça. Eu acho

que conheci o Marquinhos no segundo ano da universidade. De 1980 pra 1981 eu fiquei sabendo dessa história. Aí o que eu fazia? Eu sempre nas férias ia para lugares que eu não conhecia, mas nessa eu fiz questão de ir para casa.” Nós fomos ao mesmo lugar que fomos caçar, e sentei com ele nas mesmas duas pedras e falei: “Papai, me perdoe, eu realmente achava que o senhor estava exagerando, eu achava que o senhor estava me colocando medo, me sugestionando. E olha, papai, eu tenho um colega na minha universidade, que vai se formar primeiro do que eu, ele está um ano adiantado, e pegaram o irmão dele, torturaram, mataram e sumiram com o corpo”.

A minha irmã era alienada, trabalhava numa empresa na área administrativa, dona de casa. Quando ela veio pra cá, já era ditadura.

Se o Marquinhos estivesse precisando de alguém para subir nas costas e jogar uma bomba lá dentro, essa pessoa era eu. O Marquinhos ia subir nas minhas costas para jogar uma bomba lá dentro do DOI-CODI, e depois saíamos correndo.

Por que, como pode um negócio desses? Tudo bem que eu seja contra a ditadura, que eu não goste da ditadura, que eu não goste da CIA, mas isso não tem cabimento. Tem quem foi preso e até torturado, mas está aí. E se isso tivesse acontecido com a nossa presidenta? Ela estaria aí e fazendo um bom governo como está? Não estaria. Fazendo a diferença? Não. O irmão do Marquinhos não teve essa chance, por exemplo, de casar, ter filhos.

Quando houve a eleição do Tancredo e a abertura, sentei e conversei com papai, que me falou muito da guerrilha, de atrocidades e de coisas absurdas. Ele falou: “Deixa eu te contar como nasceu essa maldita ditadura”. Aí ele contou desde 1954 até 1982. Eu falei: “Papai, e como o senhor sabe disso?” “Contato, filho”. Depois pesquisei e acreditei, acreditei piamente.

Não fui perseguido ou investigado. Eu era o maior “bundão”. Se alguém falava de política, eu saía fora. Meu pai chegou para mim e falou: “Filho, presta atenção, se na sua classe tiver um cara mais velho, cuidado! Ele é olheiro da ditadura. Ele é ligado ao SNI”. Perguntei o

que era o SNI. Ele respondeu: “Sistema Nacional de Investigação ou Sistema Nacional de Informação. Se ele chegasse aqui em casa e falasse assim: “A partir de hoje, o senhor é do SNI e vai passar toda a informação do seu vizinho”, eu tinha de falar que sim, filho, senão eles me tiravam o emprego, eles faziam atrocidades com a vida da gente”. Não é bonito. Então muita gente foi pega, foi torturada por causa do Sistema Nacional de Informação, que era do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, mas tinha muitos civis. Aí se viu que foram enganados achando que estavam prestando um bom serviço para o país, porque estavam delatando guerrilheiros ou terroristas. E outros que eram filhos da puta mesmo, que recebiam dinheiro dos “homens” e “entregavam de bandeja”, não pensando na mãe, no pai ou no futuro daquela pessoa. Tudo que meu pai me falou, é verdade. Depois, conversando com o professor dentro da universidade mesmo, eu falava: “Professor, eu li, fiquei sabendo”. Para vocês eu estou falando que foi meu pai.

Na época era assim, se meu pai falasse “Você não vai”, eu não vinha. Como ele falou: “Se fosse na época do Médici, você não ia. Você ia fazer vestibular aqui em Fortaleza, no Recife, Salvador. Em São Paulo, não. Eu queria você perto de mim, moleque”.

Quando ele me falou, eu pensei: “Pelo amor de Deus, esse cachimbão está ficando louco. O que deu na cabeça do meu velho do cachimbão? Meu Deus, meu pai está doido”. E quando eu conheci a história do irmão do Marquinhos, foi como se eu estivesse no escuro e a luz acendesse. Como eu estivesse na mentira e me chegasse a verdade. Eu estava me afogando e meu pai me segurou pela mão. Eu falei: “Nossa senhora, como pode, porque, eu nunca vi nada em lugar nenhum”.

Aí sim, quando eu falei do irmão do Marquinhos para ele, ele abriu tudo, de 54 a 82. Falou: “Olha, filho, o Vladimir Herzog, mataram o rapaz. Não vá chegar lá em São Paulo, falar que seu pai falou que mataram o Herzog. Pelo amor de Deus, moleque”. Questionei: “Papai, por que o senhor acha que o mataram?”. Que respondeu: “Filho, ele era ligado ao partido comunista e os caras de lá estavam mandando carta para ele”. Olha, a primeira vez que eu vi nomes como Fernando

Henrique Cardoso, Mário Covas, José Serra, Leonel Brizola, Henfil, Gabeira, guerrilha, foi quando meu pai abriu para mim. Eu não conhecia essas pessoas.

Uma coisa que eu perguntei foi: “Papai, por que mandaram Gil e o Caetano embora daqui?”. Ele falou que foi por causa das letras das músicas deles, que estavam achando que isso insuflava a juventude. Melhor mandar para o exílio do que prender. O Caetano foi; o Gil embora também. Eu estava tão alienado que para mim foi um choque quando meu pai contou isso. E eu voltei a viver como um brasileiro quando o Marquinhos contou o episódio da família dele. Porque se meu pai me contasse que tinham pego um rapaz daqui, irmão do Marquinhos, eu não teria acreditado.

Não é que eu achava que o meu pai estava mentindo, eu achava que ele estava exagerando. Quando o Marquinhos me contou, pensei: Nossa! Aí vem aquele lance: se aconteceu com o irmão do Marquinhos, pode acontecer comigo. Nunca conversei sobre política, a não ser com meu professor de Psicologia Social, já que ele estava fazendo um trabalho pra mobilizar universitários a fazer trabalho filantrópico. E eu já vinha com esse embrião de casa.

Não lembro o nome desse professor, parece que era Sérgio. Eu sei que ele era muito amigo do Paulo Freire. E o senhor Paulo Freire tinha um hábito de não ir a sua casa, mas sim ao seu trabalho. Uma vez eu estava lá com meu professor e o senhor Paulo Freire chegou. Quase que eu morri. Quase que meu coração parou. E ele falou: “Olha, psicólogo que é psicólogo, nem que seja uma hora por mês, tem que ir para a comunidade. Psicólogo que é psicólogo tem que pisar na lama. Esse negócio de ficar só em consultório, vocês vão ficar burros”. E foi o que aconteceu comigo, eu fiquei 15 anos em consultório, fiquei burro.

Esse trabalho filantrópico eu comecei em janeiro de 1990, com a graça de Deus. Vou me aposentar de tudo, mas o trabalho filantrópico não para, só quando eu morrer. Estou dando esse testemunho a vocês por muitas razões, mas a primeira é porque eu acho que ditadura, nunca mais. Ditadura é como a bomba atômica, nunca mais. E também

prestando uma homenagem ao meu pai, pois com 17 anos eu não tinha a cabeça que eu tenho hoje. Estou com 55 anos e prestando um resgate ao meu pai. Porque quando ele falou para mim, eu senti que, se ele morresse, eu ia continuar a história na nossa família, isso ficou claro para mim. Só que foi um medo tão grande, que só depois eu entendi. Não foi só porque eu vim estudar em São Paulo, não. Meu velho do cachimbão, não era fraco, não.

Quando meu pai falou da guerrilha no Araguaia, eu não sabia nem onde era Araguaia, acredita? E guerrilha, Zé Dirceu, José Genuíno, eu lá sabia quem eram eles? Carlos Lamarca no interior da Bahia? Então, tudo foi se encaixando. Então, é isso, para nunca mais acontecer a ditadura e em respeito e consideração à memória do meu pai, que confiou a mim essa história obscura do nosso país, mas que todo mundo tem que ter conhecimento para nunca mais se repetir.

Em relação à Psicologia, o que mais me motivou a continuar esse trabalho que a mamãe e ele me pediram para fazer foi dar direito a quem não tem e que a ditadura nunca deu, que é o pobre. Eu atendo família envolvida com álcool, com droga, no Conselho Tutelar, que a mãe vai com uma sandália diferente em cada pé, ou senão descalça. Se eu não tirar, das minhas palestras, 20% para levá-las ao cinema e ao teatro, elas morrem e nunca terão ido. Então a ditadura deixou um legado de violações de direitos sociais muito forte, que nós ainda vamos demorar muito tempo para superar. Isso foi por causa da maldita ditadura. Se não tivesse, hoje o Brasil seria outro.

Eu não vou dizer para você que uma família que me paga pelos atendimentos não me ajuda, mas o “muito obrigado, doutor” de uma mãe do consultório é diferente do “muito obrigado, doutor” de uma mãe carente que atendo no Conselho Tutelar do Jabaquara, Zona Sul da capital, pois essa mãe mexe mais comigo, me dá mais consciência que eu tenho que melhorar cada dia mais como profissional, que valeu a pena ter estudado cinco anos, ter feito todos os cursos de capacitações, especializações que eu fiz, ter feito minha pós-graduação, tudo. A do consultório me tem mais como um empregado

de luxo. Por que no fundo, nós psicólogos, hoje, para classe média, alta e rica, somos os caras que “tapamos buracos” dos vínculos familiares. Segura o moleque que está usando droga, mexe com a cabeça da menina que está grávida, ou violência doméstica. Quando são depressão e doenças do humor, nem tanto, mas dependência química e vínculos familiares, a família vai ao consultório porque não tem paciência para aguentar o “aborrescente”. E nós estamos lá para isso, para ajudar.

Eu fui do Banco Social do Conselho Regional de Psicologia. Está no meu primeiro livro “Aborrecentes e Aborrecidos: minha experiência”. Eu atendia depressivos, atendia trabalhadores, desempregados lá na Força Sindical, com a Sandra Império. Eu atendia individual, família e grupo. Acho o que vocês estão fazendo muito legal. Porque eu atendo muito adolescente, eles não sabem nada, absolutamente nada desse período de 1964 a 1986 no Brasil. Quando muito, sabem que foi um período de ditadura, que não se elegia prefeito, governador de algumas capitais e nem presidente. Mas o mal que isso nos causou, o atraso econômico, a alienação cultural, a desigualdade de direito, a violação de direito, eles não sabem.

E essas pessoas amanhã estarão no poder. Esse trabalho que vocês estão fazendo no mínimo vai servir de alerta, de norte para terem uma literatura e falar: “Isso daqui foi verdade”. Veja o caso do irmão do Marquinhos, a mãe dele ficou nove meses esperando por ele, ela criou, o pegaram, torturaram, mataram. Isso podia ter acontecido na minha família. Espero que isso nunca mais aconteça. Se vocês falarem assim: “J.C., você tem uma opção: de ir para guerra ou não ir. Se você for para a guerra, você vai combater a ditadura”. Vou morrer combatendo a ditadura. Por mim, nunca mais isso acontece. Ninguém tem esse direito de tirar filho, irmão, marido de ninguém. Torturar, prender, matar e sumir com o corpo só porque é contra uma ideologia.

Como era que meu avô dizia quando alguém o deixava nervoso? Ele falava assim: “JotaC, esse é o cocô do cavalo do bandido que

matou o artista no final do filme”. Espero que essa literatura vá para bibliotecas, e, quando for lançada, saia em jornal, rádio e revista, e que essa geração nova se interesse, porque é nossa história e nossa vida. Se meu pai estivesse vivo, eu ia dar um livro para ele autografado por vocês duas. Eu ia tirar a fotografia de vocês duas. Só que daria para ele naquele lugar que ele me levou, lá na Serra do Araripe.

E eu quero fechar com vocês que são de São Paulo, se um dia precisarem de colaborações profissionais para palestras, fóruns de debates, conferências, podem mandar um e-mail falando que é para o Grupo Águias Vencedoras desde 1990. Eu tenho que ter uma prova que vocês me solicitaram, aí eu vou com o maior prazer. E se um dia lá na sua cidade tiver algum evento, quer seja de faculdade, Semana da Psicologia, qualquer coisa, se precisar, principalmente para adolescente, pode contar comigo.

Esse mesmo trabalho que eu estou fazendo dentro do Conselho Tutelar de Jabaquara, eu vou fazer em uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), numa casa, e ficar como responsável. Só que essa casa vai ter enfermeiro, psicólogo, assistente social, advogado, internação-dia. Vai funcionar 24 horas. Eu sonho com isso. Só para atender dependentes químicos e adolescentes que têm problemas de relacionamento familiar com os pais. Em vez de ele ir para rua, ele vai lá para essa casa, onde ele vai ter música, cinema, teatro. E ninguém vai cobrar nada dele, só que nós vamos avisar que ele vai estar lá para seus pais ou responsáveis.



JOSÉ DALMO RIBEIRO RIBAS

Depoimento escrito entregue ao Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região.

Meu nome é José Dalmo Ribeiro Ribas, nascido em São Paulo, capital, em 24 de novembro de 1944. Sou o terceiro irmão numa família de quatro filhos, tendo como pais Walter Scheiba Pinto Ribas e Benedita de Araujo Ribeiro Ribas, ambos, igualmente, paulistas e paulistanos, moradores antigos no bairro de Vila Mariana. Dessas seis pessoas, sou o remanescente, embora meu irmão mais novo, de nome Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, combatente do Destacamento B na Guerrilha do Araguaia, permaneça como desaparecido político.

Em nossa história de família, meu pai desfruta uma posição influente de inspirador dos filhos, principalmente dos dois últimos: eu e Antônio Guilherme. Irrequieto, contestador, muito dedicado ao trabalho, confessava-se ateu e filosoficamente um cínico anarquista. Suas opiniões eram geralmente opostas as de Yayá, apelido carinhoso de minha mãe, o que deve ter contribuído para ele a chamasse de “Dona Objeção” durante os 64 que estiveram casados. Walter era versado em muitos assuntos, capacitado para diversas profissões, alguém não habituado a queixumes e reclamações: desenrolado, ia lá e fazia.

Formado em Contabilidade pela Escola Álvares Penteado, um dado que o envaidecia, no início dos anos 60 prestou exame de proficiência jurídica no Tribunal de Justiça, tornando-se naquela oportunidade o último rábula do estado de São Paulo. Como advogado provisionado, passou a exercer o direito ao lado da população mais simples do Vale da Ribeira, montando sua banca em Eldorado Paulista, Jacupiranga, Cananéia, Pariquera-Açu e outros municípios da região. Essa condição profissional tornou-o popular entre os pequenos sitiantes, caboclos e moradores da roça em geral, acarretando-lhe duas prisões sob a alegação de insuflar os camponeses através da criação de um sindicato rural.

Outro motivo de satisfação para meu pai foi ter participado da Revolução Constitucionalista de 1932 através do Batalhão Paes Leme. Seu ardor patriótico fortalecia nos filhos, principalmente em mim e em meu irmão, o imaginário da conspiração revolucionária. Narrava

com orgulho certas passagens do confronto bélico, enaltecendo a vitória dos paulistas na Batalha do Túnel frente às forças regulares do Exército Nacional. Nos anos 40, conheceu Xiririca, cidade à margem da Ribeira de Iguape que viria a se chamar Eldorado Paulista. Sempre teve terras na região e por muitos anos foi amigo e trabalhou com Jayme de Almeida Paiva, pai de Rubens Paiva e avô do Marcelo e Verinha, pessoas por demais conhecidas na sociometria dos opositores à ditadura.

Foi em Jacupiranga, na Serra do Azeite, que adquiriu o sítio Canicarú, casa de amigo em idioma tupi, o qual veio a se constituir no primeiro local de treinamento de guerrilha realizado pelo PCdoB, do qual saíram vários dos quadros que tiveram fundamental importância para o partido em acontecimentos posteriores. Ainda sobre mim, em uma auto apresentação considero relevantes os dados que se seguem.

Sou formado em Psicologia pela Universidade São Marcos, de São Paulo, tendo aprimorado minha formação acadêmica na Pontifícia Universidade Católica, PUC-SP, onde me especializei, nos anos 1980, em Filosofia da Educação e, mais recentemente, obtive o título de Mestre em Ciências da Religião com a dissertação: “Saravá Ogum-a Umbanda em Procissão”, estudando a participação afirmativa da cultura afro-brasileira em São Paulo, desde o final do século XVIII até o reconhecimento e aceitação de seus cultos religiosos na atualidade. Trabalho como profissional autônomo, exercendo em consultório localizado na Vila Madalena, na capital, a atividade de psicoterapeuta.

Em 1966, com 21 anos, através do movimento estudantil universitário, entrei para o Partido Comunista do Brasil, então na clandestinidade, dando consistência e impulso à militância política surgida nos tempos de aluno secundarista no grêmio do Colégio Estadual Presidente Roosevelt, no bairro da Liberdade. Nesse ano de 1966, momento importante para a reorganização da resistência popular ao golpe de 64, matriculei-me como aluno livre no curso de Russo do Departamento de Estudos Orientais da Faculdade de Filosofia da USP, à época, em transferência da Rua Maria Antônia, nº 294 – Vila Buarque,

para o edifício destinado à História e Geografia, no recém inaugurado campus da Cidade Universitária, no bairro do Butantã.

Nessa ocasião, juntamente com outros colegas, criamos o Centro acadêmico de Estudos Orientais – CAESO, para o qual me elegi no primeiro mandato, ao cargo de tesoureiro, seguindo-se ao de presidente no ano seguinte. Considero que o apontamento de datas e de outros nominativos dessa época, por exemplo, lembrar a “Setembrada” de 66, é delicadamente sensível a todos que participaram das grandes passeatas daí originadas, levando de São Paulo ao Brasil o grito de indignação da juventude frente à supressão da democracia no país.

Na clandestinidade, após a queda de Ibiúna, como quadro de formação do partido, participei da consecução do 30º Congresso da UNE na região de Ribeirão Preto, Franca, Uberaba e Uberlândia, culminando esse processo com a eleição de Jean Marc Von Der Weid. Ao final de 1968, após a promulgação do Ato Institucional nº5, afastei-me do movimento estudantil, passando a fazer recrutamento partidário de militantes em outros setores da sociedade, priorizando o meio operário na região do ABC. Concomitantemente, no período aludido, sob o comando de Pedro Pomar, membro do Comitê Central do PCdoB morto no episódio conhecido como Chacina da Lapa em 1976, realizei tarefas de prospecção e contatos logísticos com a população do Vale da Ribeira, região considerada de interesse para a implantação da guerrilha e onde, coincidentemente, no município de Jacupiranga, moravam meus pais.

FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA E MATRIZES IDEOLÓGICAS

Como já informei, em casa éramos seis: Antônio Guilherme, mais jovem que eu um ano e nove meses, Walter Raphael, 7 anos acima de mim e Maria da Penha, a primogênita, 7 anos mais velha que o seu segundo irmão. Walter Raphael, o primeiro a se casar, o fez com Romilda, operária da Eletro-Indústria Walita e uma das filhas do metalúrgico Francisco Romanini, ativista sindical e um dos quadros mais combativos

do Partido Comunista à época. Romanini, alguns anos mais tarde, fez parte do grupo de operários que fundou o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do ABC, onde ocupou o cargo de vice-presidente, já na sua constituição.

A título de ilustrar sua convicção ideológica de proselitista recalcitrante, recordo-me, ainda criança, do dia em que o conheci na feira dos sábados na Rua Borges Lagoa, na Vila Clementino, ocasião em que se fazia acompanhar da filha Romilda tocando sanfona, enquanto o pai improvisava discursos e vendia aos passantes as publicações do partido. Em outra oportunidade, nós, meninos, talvez em uma festinha de aniversário, eu e Antônio Guilherme, fomos interpelados por Seu Francisco: “O que é que vocês querem ser quando crescer?”. Respondi algo do tipo advocacia, piloto de avião ou alguma outra coisa que me fazia sentir importante: Antônio Guilherme agiu de forma semelhante à minha.

Prosseguindo na conversa, diante das nossas respostas, Francisco Romanini foi taxativo: “Vocês não vão ser nada, porque isso tudo é uma ilusão que se cria na cabeça das pessoas. Se não lutarem muito para abrir espaço, continuarão na miséria dessa sociedade de classes. Vocês não conseguem perceber, mas invisivelmente está tudo muito bem dividido e vocês estão aqui embaixo. Para sair daqui e ir para cima, não é do jeito que estão pensando; tem que fazer a luta revolucionária”.

Para nós, aquilo causou um forte impacto. Em casa, conversamos sobre o acontecido e o assunto foi parar no meu pai. Aí piorou o nosso entendimento; falou-se da inveja; da importância de se ser trabalhador esforçado num mundo de competências e competitividade; citou-se como exemplo o estilo americano do homem feito por si próprio. Encerrando o assunto, meu pai dirigiu-se à estante de livros e me entregou com a recomendação que lesse “O homem, esse desconhecido” do Prêmio Nobel, Alex Carrel. Gostei do livro, mas percebi que o assunto que eu procurava não estava ali tratado. Quando já adultos, eu e Antônio Guilherme, recordando-nos do episódio, rimos do dia em que Romanini nos contou que Papai Noel não existia.

PRIMEIRO EMPREGO: RITUAL DE PASSAGEM

Aos 15 anos, fui trabalhar na Companhia Ultragaz como *office-boy*, passando a estudar no curso noturno, no Colégio Estadual Basílio Machado, na Vila Mariana, bairro em que nascemos nos anos 1940, à Rua Joaquim Távora, nº 588, em uma casa que, apesar das transformações urbanas ocorridas, foi poupada da destruição pela Igreja Baptista local, que a preservou ao ocupá-la com serviço de atendimento psicológico à comunidade, através do Centro Social Jardim das Oliveiras.

Trabalhador, carteira profissional assinada: de cor vermelha, por ser menor de idade; recebia, por 44 horas semanais de trabalho, o salário mensal equivalente à metade de um salário mínimo, sendo essa a remuneração prevista para os menores de idade, à época, denominados “aprendizes” pelos patrões. Enquanto a empresa funcionou no Edifício Fernão Dias, no viaduto Santa Ifigênia, os funcionários não dispunham de refeitório, cabendo a cada um levar de casa a própria marmita. A situação foi melhorada quando a Ultragaz se mudou para um novo edifício na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, onde passamos a dispor de melhores instalações e almoço servido em bandejões.

A Ultragaz era um conglomerado de empresas pertencente à família Igel, tendo à frente o Sr. Ernest à Presidência e Pery, seu filho e braço direito, como vice-presidente. Como diretor industrial, ocupava o cargo de administrador de empresas Henning Boilesen, pessoa que veio a celebrar-se como um dos idealizadores e financiadores da Operação Bandeirantes, posteriormente transformada na malfadada e tenebrosa sigla DOI-CODI, através da qual se perpetraram os piores crimes da ditadura. Sempre em que eu ouvia menção a esse órgão da repressão, me ocorria a lembrança o saguão de entrada do Edifício Fernão Dias, sede da empresa Ultragaz por muitos anos, que ostentava uma enorme estátua de mármore do bandeirante paulista de mesmo nome, empunhando seu bacamarte.

A memória desse cidadão de origem dinamarquesa me evoca sensações antigas de um período de dor e frustração no qual acompanhei o que seriam os antecedentes do golpe de 1964. O ambiente de trabalho

da empresa era agradável, o tanto que se possa esperar de algo no gênero administrativo de uma empresa. Boilesen gozava de um bom prestígio entre os menores de idade que trabalhavam na companhia, portando-se, no mais das vezes, sorridente, amável e generoso; distribuía aos garotos sediados no *pool de boys* chocolates no Natal e algum material escolar no reinício das aulas.

No entanto, minha presença no arquivo geral da empresa me colocava a par das destinações de recursos realizadas por ela para o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), Cruzada Anticomunista e a famigerada Tradição Família e Propriedade (TFP), todos essas organizações de extrema direita e identificados como pessoas nefastas como Plínio Correa de Oliveira, Paulo Ayres, Almirante Pena Boto, entre outros. A direita tinha ideólogos e formadores de opinião, dispunha de meios financeiros e agradava a Igreja Católica, políticos corruptos e militares americanófilos.

No dia 1º de abril de 1964, à tarde, já nos meus dezoito anos, trabalhando em outra empresa que não a Ultragaz, presenciei em São Paulo caminhões da companhia transportando soldados na carroceria e, posteriormente, vi fotografias de pessoas sendo presas e colocadas em cima dos caminhões da companhia destinados a essa finalidade. Lembro-me de que meses após, sem o menor pudor ético, os caminhões da Ultragaz usavam um selinho de identificação no pára-brisa escrito “Mobilização Industrial-Militar”, ou seja, isso era assumido como algo tão “natural” como o gás que a empresa distribuía.

A noite de 31 de março para o dia seguinte foi de medo e expectativa para toda a população do país. Assustado e buscando orientação, fui ao encontro do velho Romanini para me alistar na resistência ao Golpe; tão desorientado quanto eu, fui direcionado para o Edifício das Classes Laboriosas, ainda em construção, próximo ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, na Rua Tabatinguera, ao lado da Praça Clóvis Bevilacqua onde certamente estariam as armas.

Fui para lá por volta das 21 horas, quando havia a grande expectativa quanto à posição de Adhemar de Barros, governador de

São Paulo, em não aderir às tropas de Mourão Filho, Comandante do 4º Exército e aliado de Magalhães Pinto, em Minas Gerais, o berço da insurreição. O centro da cidade estava ocupado por soldados da Força Pública e na Praça da Sé se recomendava aos passantes: “Circulando, circulando; vão para suas casas...” O noticiário era ambíguo e alguém amigo escutara no rádio que estava aberto o alistamento de civis no Parque da Água Branca.

Na manhã seguinte, para lá me dirigi, e, lá chegando, fui informado da adesão do governo de São Paulo ao Golpe e de que o alistamento era realizado pelas senhoras católicas participantes das Marchas com Deus pela Liberdade, movimento civil-religioso que tinha o intuito de mobilizar a população, apoiado o Golpe. Do alto dos prédios, papéis picados eram lançados, enquanto o governo legalmente constituído abandonava seus postos para evitar o que se chamava de uma guerra fratricida.

Nos dias que se seguiram ao 31 de março, as ações mais comuns eram feitas no sentido de humilhar a esquerda. Era comum ouvir nas ruas discursos feitos por provocadores, com o seguinte conteúdo: “Não eram tão poderosos? Olha aí, não demos um tiro e eles correram” ou “Onde estão os comunistas agora?”. Ato contínuo seguiu-se um amplo processo de delação.

Muitas pessoas que se sentiram incomodadas durante o período janguista aproveitaram para denunciar “corruptos” e “comunistas”. Corria, entre muitas anedotas, algo do gênero: “Denuncie um comunista e ganhe um prêmio; denuncie dois comunistas e ganhe um automóvel; denuncie três comunistas e você será preso por conhecer comunistas demais.” Mas, piadas à parte, ocorreram milhares de prisões, boa parte sem receber sequer um indiciamento nas centenas de Inquéritos Policiais Militares, os malsinados IPMs. Os presídios ficaram abarrotados de opositores, enquanto as chamadas lideranças eram levadas para o navio Custodio de Mello, Ilha das Cobras, Itamaracá, Bahia.

Tudo o que se falava era avaliado segundo dois grandes critérios: subversão e corrupção. Não raro a incriminação do acusado poderia incluir essas duas acusações, acarretando-lhe dispensa de emprego,

expulsão do serviço público, expropriação de bens e propriedades, entre outros. Nessa mixórdia sem lei, muitos efetivamente corruptos se mobilizavam em bajular os militares, com isso pretendendo mudar de barco e se ajustar à nova ordem. Um exemplo disso foi a campanha: “Dê ouro pelo bem do Brasil”, promovida pelos Diários Associados. Lembro-me da cena televisada em que várias senhoras da sociedade doavam seus anéis, braceletes e brincos para o movimento, e, entre elas, estavam as esposas dos mais corruptos fiscais de renda da Receita Federal: “Vão-se os anéis, ficam os dedos.”

Conheci o medo de perto, vivendo no Brasil nos anos de chumbo. As prisões, as delações, a tortura, o sequestro, o recado de que era procurado e você fazia parte de uma lista; a morte, de repente sem rodeios, me tornou por décadas uma pessoa cautelosa e angustiada. No entanto, no que pesassem as agruras, foi nessa época que se aperfeiçoou, em mim, um sentido novo pela vida, aprender a gostar do povo, dos pobres, dos discriminados em geral. As condições adversas reforçavam o exercício da humildade e da paciência. O aprendizado foi generoso em todos os sentidos, indicando que se até então algo melhor não acontecia, era porque não tinha que ser. A militância política deu um sentido à vida, e isso foi compartilhado por milhares de pessoas em todo o Brasil.

No PCdoB, o manuseio de armas, sobrevivência na selva, conspiração, tudo foi agradavelmente temperado pelos ativos para a formação de quadros proporcionados pelos ideólogos do partido à militância. Mestres iluminados de uma academia de paredes invisíveis, João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Armando Gimenez, Lincoln Cordeiro D'Oest, Dyneas Aguiar e outros de memorável importância, faziam do PCdoB uma escola de cidadania, nunca um clube de diletantes, como costumava lembrar Seu Primaz, Diógenes de Arruda Câmara. Ensinava-se marxismo, mas, juntamente com a ideologia, aprendíamos a raciocinar e fazer relações de pensamento, tornando-nos, acima das questões político-partidárias, filosofistas em filosofia.

A chamada formação da consciência crítica que poderia ter tido um caráter extremamente conduzido e manipulado na cabeça da

militância, a tal lavagem cerebral que a direita tanto imputou à esquerda, acabou nos proporcionando o melhor dos modelos na formatação da atividade intelectual, o pensamento crítico, a percepção de que “livre pensar é só pensar”, como lembrava Millôr Fernandes.

Antônio Guilherme, liderança secundarista, um irmão inesquecível

Em casa sempre se conversou sobre política. A leitura do jornal diário era obrigatória. Eu e Antônio Guilherme éramos muito próximos e, quanto a mim, por ser mais velho, tinha uma ascendência grande sobre ele. Em consequência disso, minha mãe acabava criticando essa identidade de gostos que havia entre ambos, nos chamando de “papel carbono”; ou seja, tudo que um faz, o outro faz igual. Praticamente quando eu me interessei pela militância e comecei a ter um tipo de atividade relacionado a ela, isso também sensibilizou o Antônio Guilherme; logo, nos interessamos juntos pelo assunto de fazer revolução.

Nessa época, o Antônio Guilherme que também estudava no Colégio Estadual Brasília Machado, naturalmente incorporou o sentido de oposição à ditadura, daí ter sido quase espontâneo eu recrutá-lo para o PCdoB. Isso fez com que o nosso ingresso partidário tenha ocorrido quase que ao mesmo tempo; daí surgindo os camaradas Zelão, que eram eu e Ernesto, o Antônio Guilherme.

Antônio Guilherme era um rapaz boa praça, namorador, falava bem e tinha paciência de escutar as outras pessoas; gostava de entender na esquerda as chamadas diferenças políticas. Era bom aluno, assíduo às aulas e se saía, como estudante, melhor aluno do que eu. Tanto é que um dirigente secundarista da época dizia: “No movimento estudantil todo mundo é profissional, menos o Ribas; o Guilherme, esse não, esse era estudante, mesmo”. Essa maneira de ser, bondosa e educada, deu a ele as bases para se eleger presidente do grêmio do Colégio Estadual Brasília Machado em 1967.

Era um momento de retomada do movimento estudantil em âmbito nacional, com as organizações políticas descobrindo suas divergências e construindo as convergências. O Antônio Guilherme, com o seu jeito sério, comprometido, conquistou a confiança política dos mais

diversos matizes de pensamento existentes no movimento. Achavam até que ele fosse um militante independente; mas ele já pertencia aos quadros do PCdoB. Dessa forma, ele ajudou a reconstruir o movimento secundarista paulista, se elegendo presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES).

Antônio Guilherme foi preso pela primeira vez em 7 de setembro de 1968 em uma cerimônia comemorativa realizada na Avenida Dom Pedro, bairro do Ipiranga, onde o governador Roberto de Abreu Sodré participava das comemorações do dia da Independência, em São Paulo. Preparou-se um protesto e a participação dele e de outros estudantes seria chegar às proximidades do palanque empunhando uma bandeira nacional em protesto contra a ditadura. Como consequência, ele e mais alguns companheiros foram presos no local, sendo transferidos para as dependências do DOPS.

Em seu favor, o partido mobilizou a advogada Maria Aparecida de Faria Pacheco, a famosa Pachequinho, que conseguiu quebrar a sua incomunicabilidade e, passados 30 dias, obteve na Justiça seu *habeas corpus*. Tão logo ele foi posto em liberdade, estava prestes a acontecer o início do Congresso da UNE em Ibiúna. Para que ele chegasse até lá, fui buscar sua credencial com o jornalista José Eduardo Freire, lá nos Diários Associados, uma vez que ele era companheiro do partido, fora Presidente da UPES na última gestão da entidade antes do Golpe, e iria cobrir o evento pelo Diário da Noite; era o único meio que dispúnhamos para que Antônio Guilherme chegasse até lá.

Mas nós, enquanto direção do partido, já havíamos recebido a informação de que a situação era complicada e de que se corria um risco grande de que o congresso caísse, pelo número de participantes e pelo fato de as pessoas que preparavam o encontro não estarem aptas para um evento daquela envergadura. Na dúvida, consultei o camarada Arruda, que era o companheiro da Direção responsável pelo movimento estudantil em São Paulo. Ponderei: “Mas camarada, ele acabou de sair da cadeia; estou consultando para saber se é correto mandar um companheiro em tais condições, para uma situação temerária”. A

resposta de Arruda foi inflexível: “Prisão não foi feita para cachorro, se tiver que ser preso, que seja preso!” Dei a instrução – não discutíamos instrução – e seguimos adiante. As consequências todos conhecem.

O processo de Ibiúna foi montado pela justiça da ditadura por categorias de indiciados, cabendo as acusações maiores contra os que seriam os quatro principais responsáveis pelo congresso, a saber: José Dirceu de Oliveira, Luis Gonzaga Travassos, Vladimir Palmeira e o Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, enquanto presidente da UPES. Depois, em uma segunda categoria de indiciamentos, a promotoria militar denunciou um grupo dos dezesseis estudantes, baseando-se no critério de que eles já tinham antecedentes políticos; e, por último vinha o “grupão”, formado pelos congressistas que foram fichados, reconduzidos aos seus estados de origem e posteriormente libertados. José Dirceu, Vladimir Palmeira e Travassos, ainda no período de formação do processo foram trocados pelo embaixador americano Charles Elbrick. Antônio Guilherme foi condenado pela Justiça Militar a 18 meses de cadeia.

O único estudante que efetivamente foi preso e condenado pela realização do congresso universitário da UNE em Ibiúna foi Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, membro do PCdoB e líder secundarista. As razões para que as coisas tenham se dado dessa forma envolvem uma larga discussão que remete às diferenças ideológicas e às idiosincrasias existentes na esquerda durante todo o período de luta contra a ditadura, as quais, nessa oportunidade, abordá-las me pareceria algo extemporâneo. Assim foi e ainda é.

CARA A CARA COM O DOPS

Em 1967, eu trabalhava na Ibroc-Indústria Brasileira de Óculos, desde que deixara a Companhia Ultragaz aos 18 anos. O escritório da filial ficava na Rua 24 de Maio, nº 188, na Galeria do Centro, onde eu exercia as funções de gerente. Por obra da delação – pude me certificar de sua existência em documentos de arquivos do DOPS e do SNI que obtive há alguns anos através do habeas-data –, fui acusado

de esconder, nas dependências do escritório, materiais do partido e de ocupá-lo para a prática de reuniões subversivas, tendo a denúncia partida de um dos proprietários da empresa, segundo fui informado pelos vizinhos. Um caminhão do “G CAN 90” de Campinas havia estado no lugar e realizado a apreensão dos meus pertences, juntamente com o material “subversivo” que me era imputado.

Por conta dessa ocorrência, fui intimado a comparecer ao DOPS, o que fiz acompanhado de minha advogada, Dr^a Maria Aparecida de Faria Pacheco. Meu depoimento foi prestado ao delegado Alcides Cintra Bueno, também conhecido por Santinho. Esse apelido não era uma ironia; segundo me explicaram, devia-se ao fato dele ser mais afável que seus pares e frequentar com assiduidade a missa das 7 horas no mosteiro de São Bento.

Ele tinha proximidade social com a nossa advogada e a tratava com alguma deferência, enquanto outros eram estúpidos e a ameaçavam, especialmente por saberem que ela tinha estado em conferências políticas na União Soviética e na China, além de participar em congressos do movimento de emancipação feminista. Chamavam-na de comunista e até de arruaceira. Mas esse delegado a tratou de uma maneira mais respeitosa, tornando meu interrogatório duro, mas não agressivo. No final das perguntas e ao me apresentar o material apreendido em cima da mesa, ele dirigiu-se a mim dizendo: “Pois bem, você está vendo que o mar não está para peixe. Vou ser obrigado a qualificá-lo”.

Nesse momento, providencialmente, a doutora Pachequinho aparteu: “Eu precisava falar algo para o senhor, mas eu não queria fazê-lo na presença dele”, referindo-se a mim. O delegado pediu que ela se dirigisse a outra sala e quando percebi que o investigador saía de perto para ultimar a “qualificação”, desci as escadas e, aparentando tranquilidade, passei pelo sentinela de baioneta postada à porta. A partir desse dia mergulhei na clandestinidade e não voltei para casa: Santo em casa não faz milagre.

VIDA CLANDESTINA

A partir daí, passei a ser procurado. Chegaram várias intimações à minha casa e uma equipe do DOPS esteve pessoalmente no endereço que eles dispunham, à Rua Domingos de Moraes, nº 1293, apartamento 24 e na casa do meu irmão Walter Raphael, na Rua dos Comerciantes, nº101, Cidade Vargas; onde hoje fica localizada a estação Jabaquara do Metrô. Foi assim que me tornei fugitivo e fui viver em Campinas, onde residia a Antonieta Gisela Forlenza Ribas, minha primeira namorada e posteriormente esposa, mas à época estudante de Medicina na Unicamp, companheira de partido e moradora de uma república de estudantes na Rua José Paulino, próximo à Praça Carlos Gomes.

Em Campinas, fui encarregado pelo partido de montar um aparelho, ou seja, uma base operacional, em um bairro chamado Jardim Chapadão. Quem escolheu o lugar fui eu, mas a aprovação de que ele era apropriado foi da direção do partido. Esse aparelho estava instalado praticamente em frente ao quartel onde fica a Escola de Formação de Cadetes do Exército. A casa pertencia a um sargento e quem a conseguiu, através de conhecimentos que tinha no meio imobiliário de Campinas, foi um coronel da Polícia Militar chamado José Maximínio de Andrade Neto. Esse coronel era um antigo simpatizante das esquerdas e já fora preso em várias oportunidades sob a acusação de comunismo. Era infartado e tomava medicação especial, requerendo constantes cuidados médicos. Infelizmente, preso, morreu em um interrogatório em São Paulo, sob acusação de ser apoiador de Carlos Marighela.

VENDENDO LIVROS DE PORTA EM PORTA

A vida clandestina ensina a sobrevivência nos tornando arrojados e mais criativos. Foi dentro dessa crença que me tornei em Campinas e adjacências um vendedor domiciliar de livros. Minha missão era construir o partido praticamente do zero e me ocorreu que, por meio da temática dos livros, poderia encontrar potenciais militantes; minha hipótese se confirmou.

. Em São Paulo, através do Armando Gimenez, vim a conhecer os irmãos Chacon, donos da Editora Senzala e de uma livraria com o

mesmo nome, localizada no centro de São Paulo. Propondo para um dos Chacon a disposição de vender livros a domicílio, ele, sem avaliar possíveis implicações de segurança, se prontificou a me fornecer o material solicitado. Minha estratégia era simples: consistia em levar uma quantidade de livros mais “água com açúcar”, tipo “Meu pé de laranja lima”, “Rosinha, minha canoa” e, no fundo da mala, colocaria outros de caráter político: da “Dialética da natureza” ao “Manifesto Comunista”. “Oh! Teias que o Império tece”, diria o poeta.

Próximo ao Colégio Imaculada, para os lados do Jardim Guanabara, na primeira casa em que acionei a campanha, fui atendido pela empregada e, para minha surpresa, Regina Duarte, a namoradinha do Brasil, na condição de patroa. Fui convidado a entrar e ela estava decorando um texto. Viu os livros que eu tinha e argumentou: “Olha, eu mal tenho tempo para decorar esse meu texto aqui. Mas quem pode se interessar por livros é aquela menina, minha amiga, que mora ali em frente; chama-se Magali. Diga que foi a Regina Duarte que mandou. Ela é minha amiga de infância e estuda Sociologia em Rio Claro”.

Lá fui eu abordar Magali, conhecê-la e eventualmente vender-lhe livros. O resultado foi bom, decorrendo, da evolução dos assuntos, uma conversa política. Falamos da repressão na Unesp e, a propósito, comentou que vários amigos poderiam se interessar pelo tipo de livros que eu tinha.

Assim, fiquei conhecendo o presidente do centro acadêmico, que era não menos que Sérgio Carneiro, cunhado do José Álvaro Moysés, com quem fui trabalhar mais tarde na Ação Comunitária do Brasil. Na qualidade de presidente do centro acadêmico de Ciências Sociais, ele proporcionou um encontro com outros estudantes e, no final do contato, estávamos discutindo os rumos do movimento estudantil. Por intermédio de Magali e Sergio Carneiro, fui apresentado a uma moça de Americana, SP, chamada Maria José Ferreira, que se mostrou disponível e querendo fazer alguma coisa que fosse além de mera discussão. Ela disse: “Temos de ter militância. Eu sou filha de operários, meu pai é um pequeno tecelão, acabamos de perder a nossa casa, estamos morando

dentro da tecelagem do meu pai”. Conheci a família e me tornei amigo deles. Dessa maneira, começamos a construir o partido naquele eixo Campinas, Americana, Limeira e Piracicaba, com Maria José alinhada nas fileiras do partido.

O CUCO DO “SEU” SCHINOR

No interior, o partido não tinha praticamente nada, mas tinha alguns contatos e indicações de pessoas que poderíamos procurar. Um dia, meu primo Francisco e eu recebemos a recomendação de procurarmos em Limeira alguém de sobrenome Schinor. A única referência era a profissão de ferramenteiro, por sinal, exercida com muita habilidade na oficina nos fundos da casa. Localizado, nos apresentamos como seus vizinhos que moravam na Fazenda Quilombo, no Morro Azul em Limeira.

A conversa, no decorrer dos assuntos, tornou-se politizada a ponto do operário, num determinado momento, nos interromper, perguntando: “Quem são vocês? O que querem de mim? Quem os mandou aqui?” Abrimos o jogo: “Somos do partido e estamos querendo reatar contato com você”. Ele, em lágrimas, disse: “Que maravilha! Eu sabia que vocês iriam aparecer”. Lembro-me de que em outras ocasiões, ao falar da militância com Schinor, ele dizia entusiasmado: Sou como “o passarinho do relógio: enquanto tiver corda, o cuco está batendo”.

Armando Gimenez e o comandante Guevara

Conheci o Armando Gimenez através do Benjamin Abdala em 1966. Ele tinha acabado de ser demitido do posto de redator-chefe do Diário da Noite, dos Diários Associados, jornal de maior circulação de São Paulo. Sem condições de se colocar numa outra empresa jornalística porque era visto como comunista e agitador, o Gimenez começou a trabalhar com publicidade em uma empresa que ficava na Rua Brasília Machado, no centro da capital paulista.

Embora o Gimenez fosse reconhecido como de esquerda e por isso repudiado no meio jornalístico, no meio publicitário havia certa condescendência em relação a ele. Apesar da importância que ele tinha

na ordem geral das coisas, na estruturação do partido, nas funções dentro da 5ª tarefa, ele se sustentava com seu próprio trabalho.

Ele era uma figura muito influente e cativante, ao ponto de Arruda dizer: “Ele é um liberal, o Gimenez é um liberal”. Acabamos estabelecendo com ele mais uma amizade do que uma relação com um dirigente partidário. Ele me colocou como seu contato com pessoas de outras organizações políticas e me apresentou ao Nelson Gatto, jornalista dos Diários Associados.

Então um belo dia, em 1967, eu, coincidentemente, cruzei com o Nelson Gatto no restaurante Costa do Sol e ele disse que o comandante queria conversar com o Gimenez. À época, é bom lembrar, Che Guevara não era um nome corriqueiro e conhecido como na atualidade. E quando se falava “o comandante”, estava se referindo ao próprio Che. O Nelson Gatto informou apenas que o comandante queria conversar com ele.

Levei a informação de que o ponto marcado seria no restaurante Paribar, na Galeria Metr pole, ao meio-dia. O local era frequentado por pessoas de maior destaque social. Fui junto para dar cobertura para o Gimenez, o que consistia em caminhar próximo a ele, logo atrás, como uma espécie de cobertura logística. Eu estava para certificar de que não haveria emboscada e o encontro se daria em segurança. Então, vi o Guevara chegando acompanhado por um guarda-costas. Sei que logo depois foi noticiada a presença do Guevara na Bolívia e eu fiquei sabendo que ele havia sido morto por meio da Eli Alves, que era uma jornalista irmã da Vida Alves, atriz de televisão.

RECRUTAMENTO E PREPARA O PARA O ARAGUAIA

Em 1969, houve uma reunião ampliada, que durou dois dias, da qual participaram o Maurício Grabois, Pedro Pomar, o Oz as Duarte, Osvald o e várias outras pessoas. Cada um fazia um resumo a respeito de como andava a prepara o da guerrilha em diversas regiões do país. Cada um dava o seu informe, mas sem explicitar exatamente o local onde aquilo estava acontecendo. Lembro-me de que se falou do Sul do

Pará, da região cacauzeira da Bahia, de Trombas e Formoso, em Goiás, e do Vale do Ribeira, em São Paulo.

Essa foi uma reunião muito importante em termos de “quinta tarefa” e nela também se decidia sobre recrutamento. Havia uma conversa na qual se apresentava a proposta política do partido, como é que era entendida a luta armada, a diferença que se fazia entre guerra popular e foquismo; a identidade que havia entre o que nós estávamos querendo fazer aqui e o que havia acontecido em outros lugares e em outras épocas da história. Falou-se de Antônio Conselheiro em Canudos, de Mao Tse-Tung na Grande Marcha e da Coluna Prestes, ficamos emocionados.

Quando uma pessoa decidia ir para a Guerrilha, aquilo significava uma ruptura porque era preciso deixar a família, o trabalho, as ocupações e, num dado momento, essa pessoa seria transportada para uma região afastada onde o movimento estava sendo preparado. Não conheci momento mais solitário como esse. Havia uma sombra, uma emoção, um tipo de sentimento que jamais experimentei em outras situações na vida. Hoje, passado quase meio século, permanece em meu pensamento a dúvida: O medo é um sentimento revolucionário?



LÚCIA SALVIA COELHO

Entrevista concedida pela psicóloga Lúcia Maria Sálvia Coelho ao Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (São Paulo)

Meu nome é Lúcia Maria Sálvia Coelho, psicóloga, eu fui da primeira turma de Psicologia da Universidade de São Paulo, sou antiga (risos). Durante a ditadura, eu participava de uma organização de esquerda chamada Partido Operário Comunista (POC) e fazíamos jornais de denúncia e oposição em minha casa, para depois serem distribuídos na rua. Na madrugada do mês de julho de 1971, a minha casa foi invadida pela polícia, entraram soldados com metralhadoras e toda aquela parafernália para aterrorizar. Procuravam um “aparelho” subversivo, mas não sabíamos o que era aquilo. Por sorte, os jornais já haviam sido entregues, e não tínhamos mais nada de muita importância. Então, na hora, sentimos aquele medo, aquele sentimento de impotência. Você não pode fazer nada, eles invadem a sua casa, com arma apontando para vocês e ameaçam todo mundo. Temia pelas crianças que estavam dormindo. Os nossos dois filhos ainda eram pequenos e a minha mãe também morava comigo. Com o barulho e as vozes altas todos acordaram, menos as crianças. Ainda bem que o sono delas era profundo, seria muito assustador para elas se vissem o que se passava em casa.

Então nós começamos a falar em voz baixa e eles queriam saber mais coisas: onde é que estavam os jornais subversivos, se tínhamos armas guardadas, ao mesmo tempo os soldados revistavam a casa, derrubando tudo no chão; atravessaram o quintal e foram na parte de atrás da minha casa, onde tinha meu consultório, jogaram tudo no chão, papeis e pastas de trabalho. Bom, não vou contar os detalhes porque tudo isso é muito banal. Aconteceu com muitos brasileiros. No final, eles acabaram levando nós dois, eu e o meu marido, algemados para a prisão em camburões cheios de soldados.

O nome de meu marido é Ruy de Andrada Coelho, ele era, nessa época, vice-diretor da Faculdade de Filosofia, professor de Sociologia e havia sido meu professor na Psicologia. Durante a ditadura, fazíamos reuniões em casa, com os alunos dele e alguns outros companheiros. Ele facilitou a fuga de colegas procurados pela repressão. Enfim, fomos

levados para a Operação Bandeirante (OBAN) na Rua Tutóia, onde aconteciam as torturas. Mas naquele momento, não tínhamos a menor ideia para onde estávamos indo. Estávamos deixando nossa casa e nossa família, isto já era muito angustiante. Na OBAN, evidentemente, nós fomos separados, eu fui levada para uma sala suja, e estava relativamente calma, mas era o que eu chamo de calma da ignorância.

Eu não tinha a menor ideia do que iria acontecer, não sabia nada. A sala estava na penumbra, mas eu podia ver o vulto de homens, uma mesinha com a máquina elétrica e, do lado, o pau de arara. Então eu via pela primeira vez uma sala da tortura. Fui colocada em um banquete com um torturador sentado na minha frente, e os outros estavam em pé ao meu redor, atrás. E eles apagaram a luz e puseram um holofote com luz muito forte na minha cara para eu prestar minhas declarações, porque eles achavam que eu sabia mais coisas, principalmente porque, embora eu ainda fosse jovem, eu era mais velha do que a maioria dos presos, tinha 34 anos, mas já era professora na faculdade de Medicina, então eles achavam que eu devia conhecer muitos segredos.

Mas naquele momento aconteceu uma coisa engraçada. Percebi que na mesa, em minha frente, tinha um copo d'água com o que eu julgava ser açúcar (na verdade era sal para acentuar a dor nos ferimentos) então eu pensei, se eu ficar muito nervosa, posso tomar esta água com açúcar, e na verdade era sal (risos). Precisa ser muito imbecil para se achar que era para acalmar que eles tinham posto esta água na mesa (risos). Quando eles puseram o holofote, eu achei muito ridículo aquele tipo de coerção e pensei: "Eles estão fazendo como nos filmes de gangster, quando a polícia, para obter uma confissão, projeta uma luz forte nos olhos do bandido". Então eu me senti como se estivesse representando uma cena, e devo ter feito uma cara divertida, ou irônica, eu não sei, a minha expressão eu não controlo. Só sei que eles ficaram muito irritados e meteram a mão na minha cara, e logo em seguida puseram fios em minhas mãos para eu receber choque elétrico. E eu só repetia: "Mas eu não sei, eu não lembro nada, é um mal entendido, eu só estava guardando uns papéis".

O torturador mandou buscar um preso que era aluno da faculdade na qual eu dava aulas, mas que realmente eu não conhecia porque ele ainda não frequentava o meu curso de Psicologia Médica. E eu apenas disse: “Mas ele é tão jovem!” O rapaz estava todo arreventado, sangrando e meio desfalecido. O torturador, que só depois fiquei sabendo que era muito violento, e tinha o apelido de JC porque tinha barba e cabelos compridos e usava uma cruz no peito, retrucou com raiva: “Ele pode ser jovem, mas está muito envolvido na subversão, e é muito perigoso”. Ele tentava, assim, valorizar a sua presa. Nunca pude conhecer o nome desse menino.

Eu gostaria muito de saber o que aconteceu com ele. Depois disto eu fui levada para uma cela que ficava no fundo do pátio, no primeiro andar. Era um pequeno quarto sujo, com um colchão no chão e com apenas uma janela no alto. Naquele momento, só tinha eu nesta cela. Eu me deitei no colchão chorando e tremendo, mas, após alguns minutos, o guarda voltou para me levar à outra sala de interrogatório. Assim faziam durante dia e noite e os presos perdiam a noção do tempo. Eu sempre repetia a mesma história comprida, tentava inventar detalhes inúteis, pois eu não podia absolutamente falar nada do que sabia, então eu ia enrolando. Uma vez eu disse para o torturador, então eu não posso pensar sobre a injustiça social? Ele respondeu imediatamente – “pensar pode, o que não pode é falar”. Era terrível este sistema de organização, eles iam trocando a guarda, as equipes de torturadores se revezavam e recomeçavam novamente o interrogatório. Todo dia havia aquela coisa de choque elétrico, pressão, gritaria; quando chegava um novo preso eles chamam para fazer “acareação”. Eu vivia como uma autômata, até o momento em que duas presas foram enviadas para a minha cela. Logo se estabeleceu um clima de solidariedade. Conversávamos, e até ríamos quando possível.

Os agentes da repressão precisavam mostrar serviço, eles estavam trabalhando e se sentiam muito poderosos, tinham que provar que os presos eram perigosos para a nação brasileira. Tentavam cruzar as histórias, saber de que modo um preso conheceu outros.

Teciam redes de informação. Passou muito tempo sem eu ver o meu marido, e as visitas eram proibidas na OBAN. Mas, um dia, subindo uma escada para ser interrogada, eu pude ver o Ruy em uma sala ao lado. Eu o achei muito envelhecido e abatido, com umas calças velhas amarradas com um cordão (os cintos eram proibidos). Naquele momento ele falava para os torturadores: "Imaginem um universo com bolas brancas e pretas" então, eu pensei- "O Ruy está ficando louco, falando de bolas!" (risos). O carcereiro que conduzia-me, cujo apelido irônico era Marechal, era um pobre tipo, e comentou: "Eu gosto de assistir o interrogatório do professor porque a gente aprende tanta coisa". Só mais tarde fiquei sabendo que o Ruy usava uma artimanha para escapar das perguntas. Ele dava explicações teóricas em diferentes matérias. Naquele momento, ele estava dando uma aula de Cálculo de Probabilidade, para explicar porque ele conhecia colegas de seu próprio departamento de ensino. Mais tarde eu pude ter mais contato com o resto dos presos e tentei manter-me informada. Conheci toda uma família que estava na prisão – a mãe, duas irmãs e o pai que foi torturado e morto na OBAN, e tinha inclusive um filho de 15 anos, que hoje se tornou um homem notável, o Ivan Seixas.

O Ivan nesta época era menor de idade, mas ele foi preso e foi colocado num presídio. Mais tarde, já em outra prisão, procurei ajudá-lo por meio de uma autoridade do Juizado de Menores com quem eu havia trabalhado, Hélio Furtado do Amaral, que foi muito corajoso na época. Bom, enfim, já estávamos mais ou menos entrosadas e havia muita solidariedade entre nós, apesar de algumas discussões entre presos de diferentes partidos.

Não vou alongar esta entrevista, todo mundo sabe o terror que era a OBAN. Lá nós não éramos fichadas, a família não sabia do nosso paradeiro, era como se fosse um sequestro, oficialmente nós não estávamos presos. Pessoas poderiam desaparecer ou morrer sem ninguém saber. Depois da OBAN, eles nos mandaram para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), no qual fomos registrados como presos políticos. Bom, no DOPS a situação muda,

você fica em uma cela grande, com 20, 22 pessoas, é difícil explicar. Vocês podem visitar as celas no Museu da Resistência. Havia três prateleiras longas de cada lado, cada uma dava para dormir duas pessoas, e tinha algumas que ficavam no chão, quando tinha muita gente, eu não sei calcular, mas eram muitas pessoas em cada cela. Então ali, do ponto de vista psicológico, você sente falta de privacidade porque, por um lado é muito bom você sair daquele horror que era a OBAN, pelo menos você era registrada, tiravam fotos e digitais suas, e a família já podia saber onde estávamos presos. Quando fui fazer o registro no DOPS, eu olhei por uma janelinha com grades, e pude ver a rua, as pessoas passando, e pensei: “Nossa, que vontade, o que é a liberdade, eles podem andar, eles não percebem que estão andando livres e nós estamos presas aqui dentro”. Depois, descemos de mãos dadas, para as celas por uma escadaria circular. Ruy ficou na cela masculina mais ao fundo e eu fui para cela 3, a única feminina. Todas as celas ficavam de um mesmo lado, só podíamos olhar para a parede em frente, sem ver os companheiros das outras celas. Quando cheguei à cela, logo fui recebida com carinho pelas meninas que lá estavam presas. De algum modo, elas já sabiam de nosso caso e de nossa prisão e procuravam atenuar a tristeza de não termos sido libertados após a OBAN.

Toda noite, quando o carcereiro permitia, havia uma espécie de ritual do canto, cantávamos canções de Chico Buarque e todas aquelas músicas de protesto da época. Lembrando delas, eu até fiz um trabalho para um congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) sobre o papel da música na prisão. No final, cantávamos a nossa música de prisão, que era mais ou menos assim: “Diga ao menos: boa noite, saia apenas à janela para ouvir o meu cantar, companheiros, confiança no futuro, que um dia nós teremos uma manhã cheia de sol”, e então nós, da cela 3, dávamos o boa noite para as demais celas; a gente falava: “Boa noite, fundão”, que era a cela de isolamento, onde ficavam os casos mais terríveis, que foram muito torturados e a maioria deles foi morta. Em seguida

gritávamos: “Boa noite, cela quatro, boa noite, cela cinco” e eles respondiam. Assim, acabávamos todo mundo cantando. E íamos dormir, acontece que a luz ficava sempre acesa, então muitas meninas não conseguiam dormir. Como era proibido ter jogos, até dávamos pequenas aulas sobre a especialidade de cada uma, pois todas eram estudantes universitárias.

Muitas vezes se formavam pequenos grupos de uma mesma facção política, falavam baixinho. Podiam ocorrer alguns problemas psicológicos, por exemplo, ficamos sabendo que a companheira que havia denunciado muitos de nós, inclusive eu mesma, e era responsável pela queda de nosso partido, iria ficar em nossa cela. Colocava-se a questão se ela deveria ser posta “no gelo” ou se deveríamos agir com naturalidade. Apesar de sentir muita raiva dela, porque ela havia causado um mal enorme para mim e minha família, eu, enquanto psicóloga da cela, ponderei: “Olha, precisamos ver como é que ela está, ver o lado psicológico, porque do jeito que ela fez, ela deve estar mal da cabeça”.

Realmente, quando ela entrou na cela, logo percebi que ela estava mal e que estava desorientada, confusa, falando coisas desconexas, sobre sua pequena filha e as ameaças que sofria. Lá na cela, cada cantinho pessoal da cama a gente chamava de “mocó”. O meu mocó de psicóloga era uma espécie de tenda de feiticeira, que eu arrumava para receber aquelas que queriam desabafar algum problema, elas vinham no meu mocó, fechava a janelinha, punha a cobertura assim [mostra], parecia padre confessando. Era um espaço para desabafar. Então eu falei com a nova prisioneira em meu mocó, e realmente ela estava muito confusa e parecia mentalmente desagregada, não falava coisa com coisa, falava da filhinha dela que ia ser torturada, enfim, naquele momento, eu desconfiei que ela estivesse em surto psicótico, ou então tinha um caráter hiperemotivo e mitômano. Então, pedi pessoalmente para uma companheira do POC para ela dizer às outras para não discutirem coisas importantes na frente da recém-chegada, pois ela estava desorientada e poderia falar

coisas que as comprometessem. Bom, acontece que tudo saiu errado, porque o recado foi distorcido e, quando chegou à prisão Tiradentes, essa minha amiga foi erroneamente acusada de fazer intrigas contra a mulher que realmente era culpada pelas denúncias. E em Tiradentes fizeram gelo com ela porque a outra mudou a história, ficou de heroína e a minha amiga só percebeu o motivo desse afastamento por meio da Dilma Rousseff, que lá já estava presa, e sempre fazia o papel de conciliadora de mal-entendidos.

Aque denunciava todo mundo acabou passando como vítima (risos), porque, na realidade, o que eu quis fazer era evitar maiores prejuízos.

Depois de falar sobre a música, eu acho importante mencionar detalhes como o da posição da privada no fundo da cela e sem porta, expondo a intimidade de cada uma. Tinha também a questão da comida que era muito ruim e tinha salitre, não sei mais o que, então a gente recorria àquelas presas, que, como eu, tinham família em São Paulo. Conseguimos organizar o envio da comida de cada família, que era revistada para depois ser distribuída entre todas as companheiras. Deste modo, foi mandado para a minha casa, alimentos enviados por Gilda e Antônio Cândido, Paulo Emilio Salles Gomes, Leontina Waack e muitos outros amigos que se revezavam. As coisas funcionavam bem em nossa cela, mas, sobretudo, nas celas masculinas, onde tudo era bem organizado. Mas isso dependia muito dos carcereiros que nem sempre eram compreensivos. Muitos carcereiros que não entendiam bem quem eram estas pessoas que estavam presas, gente esquisita que estava fazendo guerra contra o País, mas que não era bandido. Pertencíamos a uma classe social superior a deles, quer dizer, éramos pessoas da faculdade, professores, estudantes que de repente viraram terroristas, inimigos da pátria. Durante a noite, os carcereiros faziam a “grade”, não sei bem se este era o nome, para contagem. Acordávamos. Claro que estavam nos vendo, mas queriam que falássemos: “Estou aqui”, sabe, e eu me lembro de um carcereiro de pernas tortas que levou um dia o filho dele, que devia ter uns seis anos de idade, e o molequinho também tinha a perninha torta e ia andando pelo corredor

das celas com as chaves penduradas, ele já estava se preparando para a profissão do pai.

Eu sempre tive muito respeito por aqueles jovens revolucionários que tanto haviam sofrido na prisão pela causa da liberdade, então eu evitava pensar em minhas questões pessoais e tentava manter o bom humor das companheiras. Contava histórias engraçadas ou ridículas que eu havia presenciado, até que as outras também se lembrassem deste tipo de situação. A gente ria para tentar esquecer nossa situação no momento porque aquilo lá era horrível. Por exemplo, eu tinha a imagem, as meninas falavam assim: “Ah, mas nós vamos tomar banho de sol” e eu – que era muito tonta – imaginava banho de sol, um terraço em que eu ia tomar sol, com aquelas cadeiras preguiçosas, um negócio na cabeça e a gente tomando sol. Dávamos a volta por um corredorzinho estreito, que dava para passar uma pessoa de cada vez, era um corredorzinho no fundo da cela e em cima tinha uma grade de ferro que dava para os andares superiores do DOPS, nas salas onde ficava o esquadrão da morte. Eles ficavam na janela cuspidando em nós, fazendo piada, aquela coisa toda, mas não faz mal.

Era do grupo do Fleury. Mas o banho de sol nos dava também uma possibilidade muito interessante, porque o grupo das mulheres se alternava com o grupo dos homens. Então podíamos nos ver através das janelinhas minúsculas das celas, e os companheiros que vinham para tomar banho de sol ficavam na janela, conversando com as companheiras, esta era uma maneira de nos encontrarmos. Eu me lembro de que eu metia a mão assim pela janela para pegar a mão do Ruy, e mal conseguia. E ali também se trocava ideias, o que chamávamos de “acertar os pontos”, então, por exemplo, o marido daquela mulher que nos havia denunciado chamou-me à janela e disse: “Eu precisei avisar, precisei te denunciar para que outro companheiro pudesse fugir”, eu falei: “Então tudo bem, mas eu preciso saber o que você vai falar aqui no DOPS”, algo assim. Isto era engraçado porque a repressão não percebia como era fácil a comunicação entre os prisioneiros. Mas também eu já havia descoberto que eles haviam

gravado o meu encontro com o Ruy na OBAN, antes de sermos mandados para o DOPS, e isso foi muito prejudicial para nós dois.

No DOPS, no entanto, não tinha gravadores, pelo menos ali naquelas celas em que estávamos não havia, eu acho que nem precisava mais disso. Então o nosso cotidiano era isso, era a visita da tropa de choque, que havia uma visita de inspeção, para ver se tínhamos armas, qualquer coisa assim escondida, então eles entravam, ficávamos encostadas de pé frente ao colchão, e eles examinavam tudo, levantavam o colchão e jogavam tudo no chão, até um copo de plástico com uma florzinha que conseguimos e havíamos posto ali, pisaram em cima. Agulha de tricô, eles desmanchavam o tricô, quer dizer, era um sadismo tão imbecil, porque é uma coisa mesquinha, a gente estava sofrendo lá, para que essa coisa? Isso me deixava com muita raiva.

Sobre a questão dessa perda de identidade, eu vou falar de um modo genérico, senão fica muito pessoal.

Apanhei, mas eu fui das que sofreu menos, eu tenho amigas que sofreram muito mais torturas com crueldade inimaginável. O sofrimento da mulher é diferente, primeiro tem a questão do pudor, porque os torturadores tiram a roupa da mulher, deixando-a nua, ela fica virada de costas ou às vezes de frente, eles a violentam em grupos. Então você se sente destruída por dentro, suja, e, às vezes, o sangue da menstruação corre pelas pernas e a mulher continua apanhando, levando choque, ficando na cadeira do dragão. Quer dizer, passava por todas aquelas humilhações, ainda escutava coisas grosseiras dos torturadores. Seria preciso conhecer melhor esta questão da tortura. Sabemos que a fala do torturador é muito importante, a fala do torturador a gente não esquece mais, entende, então se ele diz: “Você é gorda, você é disforme”, isso fica, eles têm uma das falas, por exemplo, que me chamou atenção, e foi dita para uma jovem: “Você tem uma veia muito saliente nessa sua virilha, isso a gente pode estourar com a maior facilidade, você nunca vai poder ter filho por causa disso”, então isso significa: “Você já pode se preparar”, e ela

era uma jovem de 18 anos. Estas palavras marcaram esta mulher, e ela só foi ter filho com 40 anos porque ela tinha horror de engravidar, quer dizer, gravou aquilo, que é uma coisa irracional, apenas uma ameaça de alguém muito ignorante. Uma série de marcas vão sendo fixadas na memória das vítimas, podendo ressurgir a qualquer momento de sua vida. Ou então inventam calúnias criando hostilidade entre companheiros ou parentes das vítimas, como por exemplo: “Olha, teu irmão já falou, por que você não fala logo?”. Inclusive comigo, na OBAN, eles tentaram fazer chantagem, apoiados por um advogado contratado por uma pessoa da família do Ruy, que tentou separar o meu processo do processo do Ruy. Este advogado foi autorizado a entrar na OBAN, o que não era habitualmente permitido. Ele devia ser alguém importante, e quando ele foi à OBAN para falar comigo, ele me tratou muito mal.

Ele achava que eu tinha prejudicado o Ruy, e a família do Ruy era gente importante; então ele queria que eu me separasse para facilitar o processo, e o Ruy não estava sabendo nada disso, e quando soube ficou furioso, afastou-se da família dele por causa desta intriga. Mas o horrível disso é que o chefe lá, o major, ex-major, esqueci o nome dele agora, ouviu tudo isso, a entrevista do advogado comigo.

Ubiratan, acho que é, então ele presenciou o desrespeito com que eu fui tratada pelo advogado, e começou a me pressionar, como se eu fosse uma vagabundinha que tivesse prejudicado o nome da família do marido. Naquele momento, eles queriam que eu fosse para a televisão para me declarar arrependida e que eu havia sido forçada pelo meu amante subversivo a entrar para a esquerda, senão ele contaria tudo para o Ruy. Enfim, uma história estúpida. Deste modo, o nome do Ruy ficaria limpo e eu seria libertada logo após (risos). Eu fiquei tão furiosa naquela hora, mas me deu uma fúria dentro de mim, que eu falei: “Eu não quero mais sair daqui, eu não vou mais sair daqui, eu vou ficar, mesmo que vocês me matem, eu vou ficar”. A ideia de televisão foi uma bofetada na minha cara, quer dizer, eu era tratada como uma idiota, um pião que você vai lá e diz: “Faz isso”, mas

eu falei: “Não”, “Mas nós soltamos você no mesmo dia, soltamos seu marido e você no mesmo dia se você fizer isso”.

Essas são essas coisas que eu digo que arrasam, porque o sofrimento físico se acaba aguentando, mas esse desprezo que eles têm, falar dessa maneira... Bom, isso tudo se passa então na OBAN, no DOPS, tem histórias deste cotidiano que não acabam mais.

Isso foi em 1971 especificamente. Depois de lá, fiquei um mês no DOPS, ficava esperando ser chamada para fazer o cartório, como eles chamavam, ou seja, que eles redigissem o processo criminal, porque não tinha nada escrito, e você podia ser morta sem que nada fosse registrado. Eu me lembro, inclusive, que tinha um cara que foi preso e ele estava incomodando o pessoal da cela; ele gritava que não tinha culpa, que não tinha nada que ver, que não era terrorista, que era contra os terroristas, contra a esquerda, ele começou a gritar daquele jeito e dava pontapés na parede que dava para a nossa cela. Então no passeio de banho de sol, os companheiros me pediram: “Fala lá com ele, para ver se o acalma, porque ele está insuportável”. Mas o que eu fiz foi dar uma esculhambada nele: “Você não tem vergonha de dizer que você não tem nada com isso? Você devia aproveitar, admirar e aprender com esses meninos que sofreram por causa do teu País, pela nossa liberdade, você não tem vergonha na cara? Cala boca e fica quieto”. Pronto, ele ficou quietinho (risos), e os outros falaram: “Nossa, mas psicóloga falando isso” (risos), eu falei: “Esse é o tratamento, assim, de raio, direto e acabou”. Os presos que saíam deixavam alguns livros, e eu comecei a guardar e juntou uma biblioteca, que fomos organizando. Eu me lembro de que fiquei sentada no chão, eles me deixaram, abriram a cela, sentei no corredorzinho, tentando organizar os que tinham, os romances, depois fazia a lista, deve ter ficado lá na OBAN isso tudo. Então havia um cotidiano de música, de livro, de conversa, de jogos, de cigarro, que a gente não podia parar de fumar porque não tinha fósforo, então você tinha que ter sempre um aceso noite e dia, e quando alguém esquecia e não tinha mesmo, a gente tinha que pedir para o carcereiro. Eu era encarregada de pedir

para ele, assim eu usava diferentes vozes: “Fogo na cela três”, falava toda dengosa, ou então: “Fogo na cela três”, então brincando, a gente mudava o tom de voz para pedir o fogo na cela três. Uma vez eu botei mesmo fogo no colchão, logo foi uma correria para esconder e tirar. Foi um pouquinho só, uma coisa que caiu, mas aí você vê aquele companheirismo, aquela coisa de um ajudar o outro, apesar dos subgrupos havia esse equilíbrio. Nós nos entendíamos, embora politicamente, às vezes, havia discussão, mas não importa, havia uma solidariedade, quando chegava alguém da OBAN todo arrebetado. Eu mesma, quando cheguei eles me trataram bem, arrumaram um cafezinho, que eu adorava tomar. Você tinha o amor das pessoas. Isso, eu acho, foi uma coisa que a repressão não percebeu, porque mesmo a nossa música, era uma música que valia a pena cantar, então tinha determinadas músicas para determinadas coisas, quando a gente sai da prisão ou vai para outra, que é a despedida, tem um tipo de música, aquela “Marinheiro só”.

Era afetivo, no fim eu ouço isso. Lembro-me da situação, inclusive, eu me lembro, todas as vezes que eu tinha a dúvida sobre se valia a pena mudar de prisão. Menos no DOPS, lá não. Não é melhor eu ficar aqui que já é o cotidiano? Mas a última coisa é a Tiradentes, que é uma prisão grande, e nós ficamos lá na antiga torre dos escravos, que, até historicamente, é uma coisa interessante, uma torre e uma portinha, tinha dois lances de escadas e a parte de cima. O andar de cima, era tudo aberto, eram arcos abertos e cada andar tinha as celas e em cima tinha o celão, que era maior e tinha uma parte que a gente fazia de cozinha. As famílias mandavam as coisas, porque lá, a gente tinha uma situação de preso oficial, então podíamos receber; por exemplo, a minha mãe mandou uma televisãozinha, então eles desmontaram toda para ver se tinha alguma coisa.

Fiquei presa cerca de três meses, foi de julho até setembro, porque no dia 7 de outubro seria o aniversário do meu filho e, nessa época, já recebia visitas na prisão - a família, os filhos, eu vi meus filhos, não tinha visto até então.

Nós saímos antes, porque meu filho era pequenininho, tinha cinco anos, e perguntou assim: “E meu aniversário, mamãe?”, ele achava que o aniversário dele tinha que passar na prisão, entendeu, ele já estava preparando. E havia também o dia das visitas, recebíamos os amigos que eram revistados, recebia a família e as crianças; mesmo as crianças, a minha filha conta isso, eram revistadas, quer dizer, tirava a calça, olhava atrás se tinha alguma coisa escondida, e eu perguntei para ela: “O que você sentiu quando te revistaram?”, ela falou: “Eu me senti muito importante porque parecia que eu era perigosa, que eu podia levar uma arma dentro”. E os dois tentaram me salvar da prisão, eles iam me empurrando para o canto, no pátio, para ver se eu conseguia fugir, levando-me para um canto com o objetivo enganar os carcereiros, depois que eu percebi. Mas eram crianças, crianças tão marcadas até hoje, ficaram apavoradas, porque, de repente, acordam no dia seguinte não tem pai e nem mãe; não sabiam onde eles estavam e viam os adultos todos nervosos. Depois nada é explicado para eles, quer dizer, acabaram dizendo que os pais estavam em uma escola para pobres e por isso ficávamos internos lá e não podíamos sair, não podíamos voltar. Como se fosse um trabalho.

A última vez, quando eu vi que não tinha chance de sair da prisão, o negócio estava ficando cada vez mais feio, pedi para ver meus filhos. Fiquei com medo de ficar lá até o Natal, então eu queria vê-los. Eles foram uma vez ao DOPS e, quando eu desci, realmente foi uma coisa violenta, que você tem que disfarçar, fingir, assim a minha filha chegou para mim baixinho e falou: “Mamãe”, ela tinha o quê? Bom, meu filho tinha quatro, ela tinha cinco, era uma diferença assim pequenininha, ela falou para mim: “Mãe, os grandes pensam que você está em uma escola, eles não sabem que você está na prisão, não fala nada, viu?”, eu falei: “Tá bom, então não falo nada”, uma criança percebeu (risos), mas como eles ouviam conversas de esquerda em casa, não é uma coisa tão horrível assim, entende? E eu vi muitas famílias que tinham vergonha das moças que estavam presas, porque era uma vergonha ter uma filha presa, havia essa questão também.

A questão da visita era muito importante, porque um dia antes da visita nos arrumávamos, púnhamos bobs, parecia que íamos passear e depois, quando a visita ia embora, era um desastre, todo mundo ia para sua cama. E na Tiradentes, eu comecei a atender, como psicóloga, as presas comuns. Elas ficavam na parte debaixo; a gente, na torre. Os guardas me pediram para eu ver um caso, depois desse caso foram aparecendo outros, e mais outros, tinham casos graves. Lembro-me de um caso até, uma mulher epilética que em estado crepuscular matou a filha, jogou o bebê num poço, então eu tive que conversar com ela e também com o marido. Passei a trabalhar lá, eles me tiravam da torre, levavam-me a uma saleta e eu atendia os presos comuns. Éramos eu, uma dentista e um médico, nós três que fazíamos isso, que trabalhávamos para isso, então víamos bem os problemas psicológicos de cada um, de como é que era, o que eles sofriam. E, às vezes, com as companheiras a gente fazia num campo, porque lá já tinha mais espaço para fazer terapia, essas coisas, mas não é terapia, não se pode chamar de terapia, era conversar.

Bom, enfim, você nota que há uma comunidade, uma solidariedade, há conflitos de partidos diferentes, que um acusa o outro de ter feito tal coisa, há momentos de luto quando morria algum herói da esquerda e que todo mundo sabia que morreu, e os guardas ficavam contentes, faziam festa e fazíamos o luto.

Tinham os exercícios de tiro, que a gente tem que ficar deitada no chão e eles atirando, é claro que não tão atiravam na gente, mas eles estavam fazendo exercício de tiro porque se houvesse invasão da prisão eles tinham que mostrar força. Então esse horror, misto de solidariedade. Na Tiradentes já não havia possibilidade de sofrer tortura, mas havia sempre idas e vindas, então sempre morríamos de medo quando chegava alguém. Uma vez uma pessoa chegou e falou: “Ó, Lúcia, vão te chamar porque chegou fulano que falou teu nome, ele está no DOPS”, então eu teria que ir para o DOPS e lá se podia apanhar outra vez. Então, à noite, eu passei morrendo de medo, ainda bem que não me chamaram, não sei o que aconteceu; não chamaram,

não precisou chamar, mas era sempre assim, existia a ameaça de voltar para trás, certo, vamos encerrar isso.

Então saio da prisão, volto a trabalhar no Hospital das Clínicas, onde estava fazendo a tese sobre epilepsia, com Doutor Aníbal Silveira. Eu trabalhava na parte de epilepsia, onde eu quase fui presa outra vez, porque atendi um caso de uma menina que estava presa, essas meninas eram muito feridas. O nome dela era Cristina, uma uruguaia maravilhosa, o apelido dela era Tupamara, a Tupa, ela foi de tal modo torturada que teve problemas neurológicos graves. Ela foi para neurologia do HC onde eu trabalhava, então eu escrevi no envelope para quando ela chegasse me procurar, logo polícia descobriu isso, achou que eu estava tramando algo. Para resumir, veja como a coisa era: mesmo fora da prisão a gente ainda tinha essa pressão de não saber o que acontecia. E depois, fora, eu fiquei um ano em liberdade vigiada, tendo que me apresentar e assinar. Somente depois é que eles liberaram o passaporte para ir embora, e ainda havia muitos telefonemas anônimos para minha casa, nos faziam comprar as coisas, déssemos algum dinheiro, ameaçavam prender novamente.

Então nós vimos que não tinha condição, precisávamos ir embora. Então, o Ruy aceitou um convite, porque na época em que ele estava preso, teve um congresso de Sociologia internacional em São Paulo e ele seria o coordenador do congresso, mas avisaram que ele estava preso, saiu até no jornal nos Estados Unidos e na França, dizendo que ele e a esposa estavam presos. Então imediatamente eles nos convidaram, e nós ficamos. Nesse mesmo ano, perdi minha efetivação no cargo que ocupava, novamente fui submetida a outra entrevista, interrogatório, por parte do Departamento de Psiquiatria da USP, o Departamento de Psiquiatria chegou à conclusão que eu não tinha condições para continuar lá, então eles não renovaram o meu contrato.

Não renovaram por causa da minha prisão, de eu ser de esquerda, pelo que eu tinha feito. No começo, eu pensei, quando eles deram aquela festinha para mim, achei que era solidariedade, era um negócio legal,

mas não era, era para me investigar. Uma festa na casa do professor, eu não gosto de falar, não me lembro, enfim, desse professor de Psiquiatria, o professor de Psiquiatria que era o chefe do departamento, me convidou para casa dele e o pessoal do departamento de Psiquiatria e eles começaram conversando, perguntando o que tinha acontecido, o que eu achava, o que eu fazia, o que não sei o que, de repente eu vi, eu estava até sentada em um banco mais baixo, não sei, coincidiu, e todo mundo assim, me fazendo aquelas perguntas, no começo eu achei que era curiosidade normal, quando eu comecei a perceber, eu falei: “Pera lá, acho que vocês tão enganados, eu vou, eu fiz pouco e vou continuar fazendo, sempre que possível eu vou lutar contra isso, não sei se está claro para vocês”, bom, então o professor falou: “Olha, eu sinto muito, Lúcia, mas não vai haver condição de ser renovado o teu contrato”, então o meu contrato foi cortado. Por isso, eu fui para a França, fiquei uns dois anos, em 1979 voltei, foi horrível, horrível porque eu estava na França, mas eu estava com o coração aqui.

Tive que levar as crianças, tirar da escola, isso foi difícil para nós. Depois, é claro, a gente aproveita, também não somos imbecis, mas o pavor que eu tinha lá e as notícias, e principalmente porque antes de ir para França, eles devolveram o passaporte que estavam segurando, e no dia que a polícia foi entregar lá em casa os passaportes, eles disseram assim: “Olha, vocês vão poder viajar, mas prestem bem atenção porque nós temos gente nossa lá na França, se vocês abrirem a boca e falarem alguma coisa do Brasil, vocês estão deixando a família, lembrem que vocês estão deixando a família aqui no Brasil”, olha que coisa terrível. Quer dizer que aquela liberdade que a gente pensou que tivesse, não existia. Eu carreguei comigo a preocupação, eu falava: “E minha mãe, meu irmãos, como é que fica?” Então era uma coisa perversa. Bom, eu não sei, eu acho que era uma besteira se eles puseram gente para nos vigiar lá, nós não éramos perigosos, éramos professores, não fazíamos nada, mas, enfim, fizeram isso.

Na volta, então, eu procuro emprego, não encontro emprego, eu perdi tudo o que eu tinha. Na época, eu dava aula na faculdade,

aplicava a prova de Rorschach para seleção de candidatos para Psicanálise, na Sociedade Brasileira, candidatos didatas, mas aí eu já não fui mais aceita, eu não poderia participar, quer dizer, eu era uma pessoa que tinha passado pela peste, ninguém queria saber.

O Ruy voltou para faculdade, ele foi bem recebido lá e depois até acabou ficando diretor da faculdade de Ciências Sociais da USP, mas eu não conseguia mais, então eu conversei com o Doutor Aníbal e ele me conseguiu um emprego, responsabilizando-se por mim, era muito estranho, quer dizer, ele tinha que assinar, se eu fizesse qualquer ato subversivo eu seria posta na rua. Fui convidada, nesse ínterim, em 1979 mais ou menos, para dar aula na Psicologia Social na USP também, o primeiro nível de coisa é a faculdade, a faculdade aprovou o meu contrato, meu currículo; porque antes de ir para França eu acabei defendendo o meu doutorado, para mim era uma coisa agradável terminar a minha tese, eu tinha de um lado a tese de doutorado e do outro lado tinha a minha defesa, porque eu ia ser julgada, então eu tinha as duas coisas.

Para mim foi uma delícia fazer a tese, eu pouco estava ligando, estava na maior calma. Não era nada para mim aquilo, a prisão tinha aquele peso, agora, aquela tese era uma diversão. Então eu fiz o doutorado e tudo, mas não conseguia garantir a minha estabilidade profissional. Nesse ínterim eu aproveitei e fiz mestrado em Filosofia da Ciência também, na França, porque eu não podia fazer outra coisa. Quando eu cheguei, fui convidada para trabalhar na Psicologia Social da USP, a faculdade aprovou e o departamento também. Os contratos de professores passavam pelo primeiro nível, o departamento, segundo a faculdade, depois o terceiro estágio para saber se tinha processo, se era uma pessoa subversiva, passava pela polícia. E dentro das faculdades ficava um major para controlar o que era dado nas aulas. Então durante três meses eu dei aula na pós-graduação, consegui, ministrei um curso para uma turma grande, ainda bem que eu guardei o nome deles todos.

Passaram-se três meses, enquanto isso o meu processo correria, eu já estava recebendo, mas ainda para efetivar precisava do terceiro

estágio. Enquanto o terceiro estágio não aprovasse, eu não podia ter a segurança do cargo. Daí veio a Ecléa Bosi, na época a diretora, e falou: “Olha, você não pode continuar dando mais aula”, no meio da aula, eu me senti completamente idiota, quer dizer, era como se eu tivesse brincando de casinha e a mãe falou assim: “Olha, para de brincar”. Ela disse: “Você não pode mais dar aula, eu sinto muito”, ela estava constrangida, claro, não era culpa dela: “Mas você não pode mais dar aula porque o terceiro estágio chegou e vetou o teu contrato”, eu fiquei meio pasma, os alunos se levantaram, eu falei: “Não, calma, calma, pelo amor de Deus”, se não iam ser todos presos, ia ser uma bagunça, “Deixa”. Pedi para Ecléa: “Vamos falar com o diretor da faculdade porque eu quero, não posso ser mandada embora assim, eu preciso de uma palavra, eu preciso”, então a Ecléa falou: “Olha, eu não posso ir”, eu acho que ela também estava com muito medo, porque todo mundo tinha.

Fiquei lá esperando, a tarde toda, não tive nenhuma resposta. Voltei no dia seguinte, fui falar direto com o Arrigo Angelini, que era o presidente do Departamento de Psicologia, perguntei como é que faríamos para resolver, e ele falou: “Não, você foi muito leviana, de dar aula”. Bom, enfim, eu estava dando aula de personalidade e cultura, não era nada de subversivo: “E agora nós não podemos nos responsabilizar, nós não podemos nos prejudicar, a questão agora vai ser os alunos, porque os alunos vão ficar sem professor e eu acho que exatamente pelo fato de não ter estabilizado o teu contrato, você tem que devolver esse dinheiro que recebeu nesses meses”. Respondi: “Puxa, Arrigo, você está pior do que a repressão”. E ele ainda insistiu, mandou um recado pela minha irmã, que era professora também na época. Bom, enfim, ainda a Ecléa me telefonou dizendo: “Lúcia, por favor, peça demissão porque ficamos em uma situação difícil, a pós-graduação, esses meninos ficarão sem ponto, perderão tudo”. Como assim, eu saio e ninguém está nem aí, porque é um curso que eu preparei. “Então você tem que pedir demissão”, eu falei: “Não, Ecléa, você não está percebendo, eu não posso pedir demissão,

se eu pedir demissão, eu estou facilitando o trabalho deles, fica na história, desaparece”.

Então eu caí fora, eu não pedi demissão, não sei depois o que eles fizeram, provavelmente arrumaram, distribuíram a turma e tudo mais, mas acontece que com isso eu perdi a minha aposentadoria, eu não tenho aposentadoria da USP nem pela Medicina e nem pela Psicologia. Perdi tudo realmente, não tive mais essa possibilidade.

Depois disso, passei um tempo na França e em Portugal trabalhando e estudando. Voltamos ao Brasil, para mim foi muito pior porque o Ruy morreu de câncer, e eu vi que eu não tinha mais condições, fiquei muito desesperada, muito mal, muito deprimida e tentando manter a calma. As crianças tinham crescido, já estavam namorando, e tinha que manter a cara de que estava tudo bem. Então encerra a minha estória.

Anos depois aconteceu uma coisa boa, encontrei a presidenta Dilma Rousseff no jornal, na Folha de S. Paulo, escrevi um bilhetezinho dizendo assim mais ou menos: “Olha, eu, em 1971, estive presa no DOPS e conheci um grupo de meninas que me marcaram muito; até hoje me lembro delas, será que você é uma delas?”, assinei Lúcia Coelho. Quando se abriu para perguntas, eu já tinha entregue o bilhete, então o jornalista lá no palco falou: “Antes de começar as questões, eu vou falar uma que é de ordem mais particular”, eles leram o meu bilhetezinho. A Dilma levantou e falou: “Claro que eu me lembro, onde é que você está, Lúcia?”, olha só que comoção. Eu levantei, quer dizer, estávamos mais envelhecidas, tudo modificado, porque a gente se via jovem, ela era mais moça que eu, uma menina.

Então, nós duas levantamos e ficamos nos olhando. Quando acabou eu fui indo embora, a secretária dela me pegou, levou-me até ela e nos abraçamos, foi tão bom...até saiu na primeira página da Folha, eu abraçada com a Dilma. Então os repórteres perguntaram: “Bom, então a ministra é sua amiga, o que você vai pedir para ela?”, eu falei: “Eu não vou pedir nada, não tenho nada a ver, eu queria saber se era a minha amiga e é, eu estou feliz da vida, eu não vou pedir

coisa nenhuma, se eu quiser pedir uma coisa eu vou pedir para vocês, dêem o meu endereço para pessoas que também estiveram na prisão naquela época, quer dizer, põe no jornal para que eles me procurem”. Foi legal porque saiu o meu endereço, todo mundo me telefonou, nós formamos um grupo de umas 15 pessoas. Você imaginou que emoção depois de todos esses anos? Uma abraçando a outra e contando da vida. Acho que isso foi há dois ou três anos atrás, formamos um grupo, não posso chamar de grupo terapêutico porque eu era uma também.

Quer dizer, eu era ao mesmo tempo terapeuta e vítima. Nós nos reuníamos uma vez por semana, quatro horas por dia e falávamos do nosso sofrimento. Então a gente falava e era gravado, anotado, discutíamos e quando uma chorava muito as outras agradavam, abraçavam, seguravam, como fazíamos quando éramos torturadas; e as queixas, os desaforos que uma falava para outra, foi uma coisa muito interessante, eu tenho todo esse material, preciso escrever de uma maneira mais adequada. Foi quando vi os tipos de traumas dessas meninas, essa dor, esse ressentimento que sentimos em relação, naturalmente, aos colegas, os que dedaram, mas não só, com a própria população. Porque nós não fomos reintegrados na população, as pessoas nos olhavam com desconfiança, para começar você queria contar a sua história, eles não queriam ouvir, se ouviam ficavam morrendo de dó, quer dizer, não ficavam revoltados.

Então é como se fosse uma gafe, eu falei alguma besteira ou errei na vida, então a pessoa evita. Isso é importante porque marcou demais, as pessoas ficaram todas com ressentimento da população, a gente não se sentiu amparada. Não sentiu que havia reconhecimento. Havia as pessoas da família que também queriam evitar, tinha pessoas que nem falavam, nem contavam para os parentes mais distantes que eu tinha sido presa, de vergonha, quer dizer, havia uma troca de valores aí, uma incompreensão total. Então isso era uma causa, e muita gente até hoje ainda briga por causa de posição política de esquerda: “Não, porque fulano é do grupo tal, não sei o que” (risos). Continuamos fechados, separados da população, por isso que eu

acho que é muito importante esse Memorial da Resistência. Ali são apresentados os casos, discutimos e encontramos os companheiros, então fica mais positivo.

Sentimo-nos muito desvalorizados, a autoestima fica um lixo, depois a gente sai, ainda é chantageada pelo poder, pela política, pelas pessoas e, outra coisa também: vemos um monte de psicólogas, de professores que foram a favor da ditadura, que ajudaram na ditadura, que além do mais têm toda uma teoria para as torturas. Escreveram manuais de tortura, usaram os manuais de tortura dos Estados Unidos – eu os tenho – fizeram adaptações aqui no Brasil, e usaram a Psicologia e a Medicina pra explicar isso.

Nós tínhamos médicos e psicólogos lá dentro ajudando os torturadores. Quando estávamos mal, desmaiávamos, os médicos nos faziam respirar outra vez e nos mandavam para a tortura. Por isso eu disse que é nossa obrigação falar dessas coisas, para que não aconteçam mais. Os meus filhos não conseguiram mais ter segurança, a minha filha fez terapia, ela mora na França agora, não quer voltar, tem medo de voltar, não quer mais, casou, ficou lá, e o menino aqui também não consegue se integrar, quer dizer, é uma dificuldade muito grande dessa geração, eles se sentem meio envergonhados. Talvez a nova geração já tenha outra cabeça para poder entender as coisas.

Quando eu tive a experiência de reencontrar as pessoas, logo depois fui para França, procurei uma mulher chamada Françoise Sironi, que é especialista em Psicologia da tortura, ela trabalha em Haia, na Holanda, com direitos humanos. Conversei com ela, me deu certa orientação que ajudou muito, me apoiou para eu fazer esse grupo. Então eu, usando a técnica dela, escrevendo para ela, pude fazer mais ou menos um ensaio para levantar esse ano de terapia, entre aspas, terapia de grupo, digamos melhor.

Mas depois que acabou apareceu essa possibilidade de haver a Comissão de Anistia, de fazer grupos de psicólogos para atendimento, eu cheguei a fazer um projeto com o Antônio Carlos Cesarino, mas esse projeto foi transformado depois e acabou sendo aprovado em

quinto lugar. O projeto aprovado aqui em São Paulo foi o do Sedes, que me parece muito bom, até teria interesse depois em conversar com eles, porque eu tinha uma concepção, enfim, mas eu acho o pessoal do Sedes ótimo, não tenho dúvida. Não importa quem faça, isso tem que ser feito, essa história tem que ser contada, não pode deixar que esses torturadores continuem aí. As pessoas têm medo de encontrar; eu tive amigas que encontraram os torturadores na rua ou em uma praia, é pavoroso, a gente começa a ter muito pesadelo.

Quando se sai da prisão, temos muitos pesadelos. Parece que toda hora vão nos chamar, vão prender, vai acontecer isso, mesmo em outro País você tem medo de falar, começa a desconfiar das pessoas, ainda mais depois de me dizerem que tinha gente lá, então incute. O tormento que temos é uma coisa pavorosa, você é humilhada, você fica impotente, não tem o que dizer, mesmo que você não tenha dito nada, mesmo que tenha tranquilidade nesse aspecto, você se sente culpada só de sair. Quando eu saí, eu me senti muito mal, falei: “Elas estão lá, eu não quero sair”, eu demorei a sair, o pessoal até achou graça, falou: “Lúcia, vai embora logo”, porque eu ficava, ia e voltava, ia e voltava, porque achava que devia, e eu fiquei angustiada todo tempo, quer dizer, eu estava livre, mas eu não consegui nem pensar nessa liberdade sabendo que elas estavam sofrendo lá e que isso ia continuar, não é que estávamos totalmente livres, não tínhamos liberdade, nós não podíamos falar, continuávamos não podendo falar. Voltei a dar aulas na USP, eu nunca recebi essas aulas, mas quando eu fui dar uma aula em que eu só falei, sempre vigiada, para os alunos, que era importante uma sociedade livre para a saúde mental, para ter possibilidade de falar, de discutir, que havia uma ligação entre a cultura e a personalidade.

No final da aula, um homem veio me falar que aquilo era subversivo. Isso era na Faculdade de Medicina. Era o sujeito que nos controlava. Não policialmente, ele era um colega médico, psiquiatra, que me vigiava, estava encarregado de ficar lá vendo o que eu falava. Quando ele falou que era perigoso, na aula seguinte eu cheguei para

os alunos e falei: “Olha, na aula passada eu falei pra vocês que era importante a liberdade de expressão, e tudo o mais, olha, isso não vai cair na prova, vocês, por favor, risquem isso porque isso não tem valor, não vai cair na prova”. Teve gente que abriu o caderno e riscou, quer dizer, eles não perceberam a ironia, quer dizer: “Isso não vai cair na prova (risos), isso que ela falou não tem nada a ver com a gente, é uma teoria”, então isso me deu uma tristeza, eu falei: “É dureza”.

Por isso temos que continuar lutando, falando, eu não sei como, mas tem essas pessoas como a Sironi que têm interesse em ajudar. É muito complicado. Nós ficamos muito tempo sem saber nada, a sociedade tem um lapso, de não saber o que aconteceu. Mesmo quando eu fui pra França, tinha gente que não sabia que tinha tortura no Brasil. No nazismo também, havia alemães que não tinham noção do que acontecia, era uma alienação total porque não saía nos jornais, ninguém sabia.

Tem pessoas que até achavam que era bom aquela época, tinham mais dinheiro, mais possibilidade. Atualmente você conversa com chofer de táxi, que geralmente é reacionário, mas nem sempre, eles acham que o governo da época da ditadura era melhor. É uma visão. Por isso que eu queria, queria muito que esse grupo ajudasse depois a organizar grupos de participação, que fizessem peças de teatro, ou fossem em programas, que falassem sobre a experiência, mas eu não sei como é que vai ser, duvido, eu me cansei um pouco disso tudo porque a gente dá duro, dá duro, e não consegue.

Nesse momento, eu ainda estou mal. Fiquei muito mais tranquila, evidente, depois que estabeleci esses contatos, houve essa abertura, mas aí eu me entusiasmei demais, eu fiquei alegre demais, então agora eu estou mais cautelosa (risos). Agora, é pena ter que dizer que não somos reconhecidas. Quando eu voltei para o Hospital das Clínicas, isso marcou, gosto muito do meu chefe lá da neurologia, daquela época, mas o que ele me falou foi: “Bem feito, você se mete com comunista, olha aí o que acontece”, quer dizer, essa era a compreensão dele. Então, ou eu era imbecil por me metemos com comunistas, uma tonta,

ou então era realmente uma marginal. E uma coisa de doido, então você não tem chance de se defender. E a questão é que a gente põe uma espécie de conceito, na memória da gente- para eu sobreviver, me adaptar com as minhas crianças na França, depois, de tudo, o que é que eu fazia? Eu não pensava mais, aquela coisa da memória não valia e eu não falava com o Ruy, eu não falava, eu e ele não falávamos da prisão nunca mais. Porque falar era revolver o sofrimento, então ficou um sofrimento e com a morte dele piorou ainda, são memórias de cobertura, não é nem isso, é uma coisa oca, é uma lembrança que você acoberta e que só aparece quando você está mais frágil ou quando você está sonhando, no sonho aparecem certas ameaças, certas coisas, certas palavras.

LUIZ CELSO MANÇO

Entrevista concedida pelo psicólogo ao Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (São Paulo).

Eu sou Luiz Celso Manço, psicólogo, formado em 1971 pela USP de Ribeirão Preto, sou professor da Universidade Católica de Santos desde primeiro de março de 1971, leciono a disciplina de Psicologia Organizacional e do Trabalho e exerço a supervisão de estágio nesta área. No momento estou afastado das atividades acadêmicas, de licença. Fui membro em duas gestões do Conselho Regional de Psicologia (CRP), na primeira oportunidade entre os anos de 1980 e 1982. Constituímos, na época, uma primeira tentativa que chamávamos de oposição, uma formação, utilizando o jargão, “de esquerda”. Era uma chapa de esquerda que, pela primeira vez, tentava conseguir a vitória nas eleições e, felizmente, conseguimos, gestão de 1980 a 82. De 1982 a 1985, eu fui membro do Conselho Federal de Psicologia (CFP), tendo exercido o cargo de secretário; posteriormente, participei de outra gestão do CRP cuja data nesse momento eu não lembro. Esta é a minha relação com o Conselho. Ainda relacionado à minha apresentação, mais no plano profissional - e essa questão que eu vou colocar tem relação com o assunto principal da nossa conversa de hoje - é relativa à organização e fundação da primeira entidade de psicólogos da Baixada Santista, que foi a Sociedade de Psicologia da Baixada Santista, SPBS, fundada em 07 de maio de 1977, que, mais tarde, por razões que não vêm agora ao caso, foi transformada em Associação dos Psicólogos de Santos, que hoje também está inativa.

Essa entidade foi bastante vigiada e monitorada pelos órgãos de repressão da ditadura militar que se espalhava no nosso país naquela época, por isso eu fiz questão de citar que a nossa Psicologia na Baixada Santista foi alvo também dos órgãos de informação, de acompanhamento, de fiscalização do regime. Temos aí muitas histórias a respeito desses fatos, inclusive documentos oficiais que estão em nosso poder mostrando os fatos. Éramos pessoas visadas; assim nascemos, como categoria, aqui em Santos, e assim crescemos; a meu respeito eu acho que são esses os fatos mais relevantes: a docência,

meu exercício profissional como psicólogo nas grandes organizações da região, minhas atividades políticas.

Estou afastado das atividades profissionais de psicólogo há alguns anos, parei de exercer, mantendo apenas o vínculo com a universidade, que nesse momento também está suspenso.

Tenho orgulho de ser professor desde anos atrás e a presença dos meus colegas José Ricardo e Mirnamar nessa entrevista me traz a satisfação de poder contribuir com algum testemunho sobre o período que vivemos, que vivenciamos, como centenas de outros brasileiros, inclusive alguns companheiros em situações muito mais graves, muito mais sofridas do que a minha própria experiência.

A vigilância que desabou sobre a sociedade, sobre a nossa entidade - vou direto ao ponto -, foi intensa. Eu me preservo o direito de não citar um nome porque eu não tenho como fazer comprovações, mas colegas meus que faziam parte da diretoria e eu temos convicção, e há indícios, de que havia, inclusive, uma pessoa que foi informante e hoje está aí nas cúpulas do poder da nossa região, do poder político oficial... Costumávamos reunir-nos no auditório da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos, prédio hoje inexistente. A faculdade nos cedia esse local para organizarmos, desde o final de 1976, essa futura entidade; foi uma organização lenta e gradual, modéstia à parte, muito bem conduzida por um grupo de pessoas que assumiram a vanguarda do processo e, desde as primeiras reuniões que foram realizadas na Semana de Psicologia da nossa faculdade, aproveitávamos a mobilização para propor a futura entidade.

Isso começou a ocorrer em 1976, produzimos um estatuto provisório, um projeto, muito similar ao da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, da qual fui um dos fundadores também, eu era estudante lá nessa época, nos anos 60. Muito daqueles estatutos eu propus aqui para nossa entidade. A Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto hoje é Sociedade Brasileira de Psicologia, depois do plebiscito ocorrido.

Em 1977 fizemos uma assembleia de fundação com a presença de 69 pessoas, é claro que aí estão inclusos alunos que participaram

do evento, mas havia um número muito expressivo de profissionais, inclusive com alguns nomes altamente conceituados aqui na Baixada. Eu era mais jovem e recém-chegado aqui na Baixada, essas pessoas emprestaram o brilho e o peso dos seus nomes para esse projeto; a partir de uma Comissão Organizadora, foi eleita a primeira diretoria; eu presidia essa primeira diretoria, tínhamos companheiros, colegas, como o Luiz Antonio Guimarães Cancello, a Maria Lúcia Moreira, a Helena Cymerman Asnis, tínhamos na fundação também o Osvaldo Marba Ribeiro, a Elza Scazufka Marba Ribeiro, a Dora Ford Racy Parente, que hoje não está mais em Santos, também na diretoria, o Mário Angelino Filho, que foi meu colega na faculdade e psicólogo da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) durante muitos anos e que entrou, aliás, depois que eu fui desligado da Cosipa por razões políticas. Foi meu primeiro emprego, mas isso é outra história.

Então, éramos um grupo da Sociedade de Psicologia bastante atuante; havia uma preocupação fundamentalmente de caráter associativo, muito menos corporativista, abominávamos a ideia de corporativismo, havia alguns setores da Psicologia santista bastante retrógrados, eram minoria, e nós tínhamos um poder político bem mais organizado em prol de uma Psicologia autenticamente mais popular, de uma Psicologia voltada para as necessidades sociais, uma Psicologia que se libertasse de vez da elitização, tanto nas práticas quanto nos pensamentos que orientavam essa prática, nos fundamentos filosóficos, psicológicos, científicos, nos valores humanísticos.

Era preciso mudar essa mentalidade, assim como ocorria no Departamento de Psicologia da Universidade, no qual eu era coordenador, então participávamos ativamente dessa luta de renovação e de preparação de uma Psicologia da América Latina, com a sua cara, sua identidade, juntamente com colegas da PUC de São Paulo, com quem tínhamos vínculos estreitos, e de outras regiões do Brasil. A Sociedade de Psicologia da Baixada Santista nasceu com esse projeto de fazer uma Psicologia de nível bom, científico, é claro que ainda herdando muito do positivismo, que vicejava na época e que marcou a

todos nós, mas preocupada com um caráter científico, com a divulgação científica e com o papel social da Psicologia e dos psicólogos. Foi assim que nasceu essa entidade, por isso eu mencionei no início o jargão “de esquerda”, porque era, de certa maneira, uma entidade contestadora, não com discurso panfletário, mas dentro da própria Psicologia.

A criação teve vasta cobertura da imprensa, eu guardei os jornais. Teve uma visibilidade muito grande e isso despertou, obviamente, os olhares inquietos das forças da ditadura, que como todos sabemos representava o domínio do pensamento fascista, das ideias de sufoco dos princípios da democracia, certamente que esse espírito do fascismo é sobejamente conhecido, não explodiu só sobre os psicólogos e a Psicologia brasileira. Toda uma geração de intelectuais, professores e alunos da universidade brasileira foram severamente amordaçados, tanto na sua ação como no seu pensamento, na sua criatividade, na pesquisa de graduação e de pós-graduação, nas salas de aula, nos trabalhos de conclusão de curso.

A ditadura conseguia ou tentou amordaçar e sacrificar toda uma época da produção científica brasileira, então esse pensamento fascista, retrógado, reacionário, também acabou penetrando no interior da nossa entidade através de algum informante que relatava minuciosamente quem éramos nós, o que fazíamos e que reuniões realizávamos. Não posso citar quem seria esse informante, embora tenha as minhas convicções. Ainda é muito cedo para eu poder citar, antes que eu possa ter novos documentos, novas provas. Um colega que frequentava a Sociedade e que, certamente, na minha hipótese, alimentava essas fontes.

Há documentos do DOPS, da Polícia Federal, que nos citam nominalmente, eu já tinha uma história anterior que carregava lá da época de estudante, apontado como um elemento perigoso, ligado ao terror, ao terrorismo, essas histórias. Esses documentos aos quais eu me refiro, relativos a Santos, à entidade de Psicologia, eles estão disponíveis no arquivo estadual. Esse acompanhamento dos nossos passos, aqui da Psicologia, foi até a década de 80, não sei precisar até que ano da década de 1980.

Há cerca de oito, nove anos, quando foi promulgada uma nova lei de anistia, como outros camaradas de militância, resolvi entrar com o pedido de anistia, e, na preparação da documentação, obtivemos um número muito grande de documentos, entre os quais estavam esses que cito. Havia nesse momento, no início dos anos 2000, a liberação desses documentos para consulta, que antes eram absolutamente protegidos pela confidencialidade. Para nossa surpresa, constava cada órgão informando ao outro, o outro informando ao outro, sobre a existência dessa entidade, a Sociedade de Psicologia da Baixada Santista, e quem eram “os cabeças”, os seis da diretoria.

Fiz essa inserção sobre a Psicologia aqui na Baixada como um gancho porque eu acho importante pra nossa história regional, e agora eu gostaria de relatar um pouco sobre a década anterior a esta, que foi uma experiência vivenciada por mim e por muitos estudantes e não estudantes dos anos 1960. Marcou muito a minha vida e, certamente, a das pessoas que me rodearam.

É um assunto sobre o qual hoje me preocupa tentar escrever, pensar ou repensar do ângulo daqueles que não eram protagonistas, mas que sofriam com o nosso protagonismo, o que às vezes é muito difícil de avaliar, há pouca coisa escrita a respeito. É preciso fazer uma tentativa de captar as pessoas que estavam indiretamente envolvidas nessa luta, como foi penoso, isso precisa ser resgatado de alguma maneira – como observa muito bem meu irmão José.

Em 1965 eu estava no primeiro ano do curso de Psicologia quando comecei a me envolver com o movimento estudantil, que já tinha uma mobilização grande, não só em Ribeirão Preto. Tinha uma organização boa apesar das divergências ideológicas e políticas dos vários grupos, das várias tendências, mas havia uma unidade satisfatória e, já em 1965, pelo menos lá em Ribeirão Preto, começamos a fazer atos públicos, políticos, contra a ditadura; depois, comícios relâmpagos (porque tinham que ser rápidos, antes que a repressão chegasse), e passeatas muito numerosas. Fizemos algumas passeatas com apoio da população, nas ruas, criando um embaraço para a polícia, para as forças de repressão,

a população nos defendia e a polícia estava ainda naquela época sem muito poder, sem muita prática desse tipo de repressão. A contradição só iria se aprofundar dois anos depois, quando a repressão passou a ser muito mais científica, muito mais violenta, nesse primeiro momento a gente passava apenas por detenção, já havia sido detido em 1966 por passeatas de estudantes nas ruas do centro de Ribeirão Preto, com aplausos dos prédios, da população jogando papel picado. Éramos detidos após repressão, às vezes violenta com apoio da cavalaria, ficávamos uma noite detidos e depois liberados.

A Igreja Católica, a catedral, pelo menos naquele momento, era um refúgio, passávamos a fazer comícios nas escadarias porque na hora da correria era lá para dentro que íamos, com apoio, inclusive, de alguns religiosos da época. A tensão era grande e esse tipo de manifestação se reproduziu várias vezes, em 1966, 67. Em 68 há um recrudescimento, é baixado o Ato Institucional número cinco (AI-5), e a repressão, segundo tudo indica, já ocorre com bastante *know-how* e a colaboração dos órgãos de inteligência dos Estados Unidos. Chegamos em 1968 com a legislação da ditadura, o AI-5, dando ao presidente ditador plenipotenciário todos os direitos de decisão... a polícia passou a ser muito mais violenta, muito mais profissional na tortura e na repressão.

De minha parte o que eu posso dizer sobre esse sofrimento mais intenso, além dessas pequenas detenções pouco relevantes que ocorreram nos anos 1960, é que a ditadura passou a nos perseguir, não só a mim, mas a um grupo significativo de universitários, dos cursos de Psicologia, de Medicina, Direito, Química, da Biologia, Enfermagem, também de faculdades privadas. O movimento crescia muito e a repressão crescia em escala logarítmica atingindo outros setores da sociedade civil, muito mais rapidamente e intensamente, muito mais qualificada.

Nesse momento, eu era vice-presidente da União Estadual dos Estudantes, em 1967 havia sido eleito com o José Dirceu como presidente. Conseguimos chegar ao final do mandato, mas já com forte perseguição política. Minha primeira detenção mais preocupante

ocorreu nesse ano, de 68, quando alguns companheiros de outras tendências começaram a cair presos, eu militara no Partido Comunista Brasileiro, o PCB, chamado Partidão, desde 1965, já como militante ativo; a minha mulher hoje, então era uma secundarista de 16 anos, eu comecei a namorar naquela época. A Regina também era membro do Partido, participávamos juntos dessas passeatas. Além do movimento estudantil, passamos a militar, a partir de 1968, em uma organização mais radical, a ALN (Ação Libertadora Nacional), que era comandada pelo camarada Carlos Marighella e lutava pela derrubada da ditadura e pela revolução socialista, isso já no final dos anos 1960.

De minha parte, entre essas prisões rápidas e detenções, houve uma que foi mais preocupante do ponto de vista psicológico e não físico. Fui detido na minha residência, o que gerou todo aquele trauma de família, especialmente em minha mãe. Fui levado ao quartel pela Polícia Militar (na época chamava-se Força Pública), fui interrogado por oficiais do exército, um dos oficiais altamente qualificado do ponto de vista intelectual, erudito, conversávamos sobre música clássica, Beethoven, Bach, ao mesmo tempo de Filosofia, Psicologia, ele tentando “tirar” de mim tudo o que podia. E, ao mesmo tempo, outros atores da repressão tentando chegar ao oficial: “Senhor, esse jovem... não é nessa conversa que o senhor vai obter alguma coisa, tem logo é que botar a maquininha nele”. O oficial reagia assim: “Eu estou cumprindo o meu papel”. E respondiam: “Olha, a maquininha está pronta, é só dar umas maniveladas e ele vai ver”. “Saia da minha sala!”, ordenava o oficial aos subalternos. Esses jogos eu sei que já eram simulações. Uma coisa do tipo “um do bem e outro do mal”, aquele tipo de jogo que mais tarde fomos ver que fazia parte das sessões de tortura e interrogatório. Não sei, hoje, se era verdade ou não o papel desse oficial; pelo menos eu não fui tocado durante as horas, o tempo em que eu fiquei no quartel, e essa maquininha de que falo é a “maquininha” de produzir choque. Fui solto sem ter sido torturado fisicamente, mas psicologicamente.

Falo isso (sobre o comportamento dos interrogadores) porque, de certa maneira, nós estávamos muito treinados, pelo menos até certo

ponto, para conseguir intelectualmente sair dessas sem “entregar” ninguém, sem delatar ninguém e sem nos envolvermos. Essa experiência que eu tive, específica, foi muito interessante, foi um duelo de duas cabeças pensantes, o meu interlocutor inteligente, arguto e culto, de nossa parte também certo nível, e conseguimos sair dessa sem nos incriminarmos, porque, na verdade, eu fazia, nessa altura, de 1968, muito mais do que movimento estudantil, eu estava profundamente ligado à luta revolucionária (risos). Quando ainda estava no PCB, havia ocupado cargos de direção, eu já era assistente, como se diz na linguagem do Partido até hoje. Eu sou membro do Partido Comunista Brasileiro, que hoje possui outra feição, mas isso depois a gente conversa. Ele já não tem mais essa penetração e esse poder, numericamente é quase que simbólico, mas esse sistema de instruir, educar as novas gerações, ler, ler, ler... Não queremos números, nós queremos qualidade, quem entra no Partido entra por convicção, é militante, não é número, então essa preocupação com os novos era muito grande.

Como já estava na faculdade eu era assistente dos jovens secundaristas, de uma chamada Organização de Base, e a minha mulher era dessa organização de jovens, do colegial, ginásial. Eu tinha um vínculo forte com o Partido, tinha pertencido à Direção Municipal. Depois do AI-5, o ano de 1968 foi crucial; em 69, os acontecimentos se precipitaram, a essa altura, hoje eu posso falar isso, embora eu diga sempre com um “friozinho” na barriga: em 68, 95% dos militantes do Partido, em Ribeirão Preto, migramos para a ALN, nós considerávamos que o Partido Comunista perdera o “bonde da história” e era muito pacifista, propunha uma luta revolucionária por etapas, primeiro a libertação da ditadura, depois a construção de uma sociedade democrática burguesa com alianças nacionais, inclusive do empresariado brasileiro, que teria contradições com o capital internacional, portanto seriam nacionalistas. Então os comunistas e os nacionalistas estariam juntos, inclusive empresários, o que tinha algum sentido, mas para nós era absurdo. O [Luiz Carlos] Prestes [e a maioria do Comitê Central] defendia essa posição, ele era Secretário Geral do Partido.

Ribeirão Preto se rebelou quanto a essa linha acusando-a de pacifista. “Jamais faremos uma revolução socialista com uma aliança com a burguesia, pedindo Estado de Direito, eleições... é só com luta armada”. Essa tese acabou prevalecendo no estado de São Paulo, sob a liderança do Carlos Marighella e uma minoria do chamado Comitê Central do Partido. A partir do congresso do Partido, clandestino, do qual eu participei como representante da região de Ribeirão Preto na etapa estadual, ao lado do Irineu de Moraes - companheiro Índio, maravilhosa pessoa, já falecido, um grande líder, carismático, não tinha formação universitária, estudou na União Soviética, curso de política. Era o sexto congresso do Partido, a partir daí muita coisa mudou... fomos ao congresso estadual com os olhos vendados, a um sítio perto de uma cidade que eu não sei até hoje qual foi. Nessa ocasião, nas discussões com o Marighella e outros camaradas.. A partir desse momento nós “rachamos” com o Partido Comunista e partimos para uma etapa muito mais arriscada, muito mais perigosa, que era a opção pela luta armada. Eu toco nesses assuntos há relativamente pouco tempo, ainda me dá certo constrangimento, um certo medo mesmo de falar sobre isso, mas eu acho que a essa altura eu não tenho mais o que esconder, está tudo aí.

A partir desse momento, assumimos um risco maior, eu cheguei a ser convidado para ir para Argélia pelo próprio Marighella, ele me deu um tempo para pensar. À noite (no sítio onde se realizava o congresso), eu fiquei muito preocupado, acho que eu não estava amadurecido, estava apaixonado pela minha noiva, tinha que largar tudo, família, treinar, depois passar por Cuba, fazer um novo treinamento, um aperfeiçoamento já ideológico e político, na Argélia seria mais tática, estratégia. Enfim, conversando francamente com Marighella naquela noite, eu disse que preferia assumir outra tarefa na frente urbana, e assim ficou decidido, eu iria para frente urbana, mantendo-me legal nas frentes estudantis, mostrando a cara até aonde podia e fazendo as atividades clandestinas também.

Isso começou em 1966, já havia começado a discussão , e em 1967 foi o “racha” mesmo. Eu fazia essa frente legal e também o

trabalho clandestino, só que depois, em 1969, a crise atinge todas as tendências, VPR, ALN e outras organizações revolucionárias.

A irmã da minha esposa participava de um grupo bem restrito em 1969, foi muito torturada, era um grupo regional de luta armada que “caiu”. Os grupos começam a cair presos, e aí foi o desmanche, a repressão muito mais preparada, com um serviço de informação altamente avançado perto do que era dois anos antes. Nossa contraespionagem avançou também, mas em ritmo muito mais primitivo, artesanal, caseiro, incomparavelmente na boa vontade de se comunicar, sistema de auto defesa, de clandestinidade. Nosso comandante, o Marighella, é traído e morto em São Paulo, e aí a região de Ribeirão Preto também já era ocupada, em termos de repressão, pelo pessoal que vinha da operação Bandeirante, do DOPS de São Paulo. Fomos sendo presos um atrás do outro, a maioria se conservou de forma heróica, é bom que se diga, eu não vou citar os nomes dos companheiros que mantiveram firmeza da mesma forma que eu procurei manter - porque quanto mais você “abre”, mais querem saber - e esse é um aspecto psicológico... eu quero escrever um pouco mais sobre a experiência dos antigos, de como se comportar, já que, se a dor física é, às vezes, insuportável, a dor psicológica pode ser maior.

É um aspecto subjetivo, mas tem componentes objetivos também, claro. Eu gostaria de estudar mais a estrutura e a forma como se encara a questão da subjetividade. Vale a pena uma reflexão, tudo aquilo que nos ensinavam de como nos comportar era muito claro na hora das prisões, e isso ajudou a nossa militância a não revelar coisas gravíssimas mesmo sob tortura, exceto um ou outro companheiro, que eu compreendo perfeitamente, diante dos seus limites... Cada um de nós tem que ter tolerância e compreender, não dá para ter um critério objetivo, linear, que se possa medir, mensurar, e a partir de certo critério dizer: “Esse foi um traidor, esse não foi”. Sob condições desse tipo, condições absurdas, não há como utilizar critério, esse maniqueísmo: “Esse é do bem, esse é do mal”. Sempre defendi essa posição, mas, infelizmente, houve alguns que, com sua fragilidade, acabaram falando muitas coisas.

Éramos 43. Desses 43 que foram nesse processo da Ação Libertadora Nacional, alguns eram de São Paulo, figuras já conhecidas na história do Brasil; alguns estão falecidos, Joaquim Câmara, o próprio Marighella, que iam a Ribeirão Preto.

Nessa queda coletiva já estávamos no ano de 1969, foi quando, então, eu realmente tive a minha experiência mais aguda de tortura. Vou relatar agora, já ir caminhando para o que é mais relevante. É muito difícil criar uma escala de avaliação de quem foi mais ou menos torturado, como eu disse, existem componentes subjetivos e nossa profissão clareia muito bem, nós estamos em uma profissão que se debruça sobre a questão da subjetividade.

Então, dentro dessa preocupação de não querer fazer avaliações e nem julgamentos, o fato é que éramos um grupo significativo, alguns desses líderes mais importantes acabaram mortos, muitos dos companheiros foram retirados de Ribeirão Preto também pela Operação Bandeirante e foram encaminhados para o presídio Tiradentes em São Paulo. Foi um esquema violento em Ribeirão Preto, de muita repercussão, viaturas, não só na nossa prisão, mas na de outros grupos... viaturas vindo na pista da Rodovia Anhanguera, as viaturas da polícia com os presos, na contramão, com bloqueios da Anhanguera até São Paulo. Foi um momento de medo, de preocupação, as viaturas iam à contramão com a sinalização da Polícia Rodoviária, na maior velocidade, transportando os presos para São Paulo.

Por várias razões, não fui removido para o Tiradentes, permaneci na cadeia central em Ribeirão Preto, que era a principal da cidade, o que, desse ponto de vista de tortura, foi mais significativo. Fui pego no dia 21 de fevereiro à tarde e, essa noite, então, foi trágica, esse dia foi trágico porque fui arrancado lá de onde eu estava (proximidades da casa da minha namorada), a polícia dali já começou a intimidar percorrendo os bairros atrás de outros companheiros pela cidade, sendo muito mal tratado na viatura; quando passávamos pelo centro de Ribeirão Preto, eles falavam: “Olha bem para o Pinguim”. O Pinguim é uma choperia, ponto de encontro de juventude, famosa, no centro, o policial falava:

“Olhe bem porque talvez nunca mais você tenha essa imagem na tua vida, talvez seja a última vez”.

Uma postura altamente selvagem, como já foi descrito por muita gente, eu não quero ser repetitivo. Ao entrar no quartel, lá no local do presídio, fomos recebidos logo. Dois soldados que me levavam subiram uma escadaria, quando eu cheguei ao portão grande da cadeia central, abriram a porta e, nesse exato momento, eu estava seguro pelos braços, um cidadão, um animal, me atacou violentamente. Era o chamado “telefone”, sem me ver, praticamente, abriu a porta e já me agrediu, me estourando os dois ouvidos. O sangue jorrou, eu passei a ouvir chiado e barulho de cachoeira, sentia o sangue escorrer, então foi uma noite de terror, da dor física eu pouco me lembro, o mal estar da perfuração do tímpano foi muito ruim, muito desagradável, a tontura, um chiado imenso.

Eu estou tentando escrever algo que acrescente algumas das minhas observações, não simplesmente por ter passado por tortura, mas o que fica disso do ponto de vista, do olhar do psicólogo, de mais um psicólogo dentre tantos. O que o nosso olhar pode acrescentar hoje, já distanciado algumas décadas?

Foi uma noite que começou assim, conforme eu descrevi, esse cidadão torturador era um dos repressores conhecidos, mais tarde eu soube que ele faleceu em uma ação anti-bombas, em São Paulo, não posso confirmar.

Não sei o nome dele [provavelmente é Borba, membro do Esquadrão da Morte], mas eu estou para recuperar o nome dele através de um companheiro, que ainda está em Ribeirão Preto, que tem uma memória maravilhosa, o Claudinei Nacarato. Um grande companheiro de juventude, de estudo, de intelecto, de estudo do marxismo, de música, de tudo, com uma memória espetacular. Lembro-me do delegado que comandou a operação nessa noite, na delegacia central que também servia de cadeia, semelhante ao primeiro distrito aqui de Santos, na avenida São Francisco.

Lembro, como eu falei, do grupo todo de torturados, uma grande parte passou muito mais sufoco, foram muito mais torturados do que eu,

até porque foram, depois, para São Paulo. Estou querendo relativizar, colocar coisas nos devidos lugares, fui torturado por um tempo bem menor, embora tenha sido muito intenso. Foram cerca de 18 horas. Puseram-me, logo em seguida da chegada, pendurado no pau de arara, me deixaram nu, completamente. É muito constrangedor... São celas muito grandes, antigas, de metros de altura, são lembranças que ficam como aquela sombra projetada no teto, aquela coisa tétrica. No pau de arara você fica com os tornozelos e os pulsos amarrados num cano, em um travessão, e eu comecei a não passar bem, eu comecei a alegar (um pouco disso foi falsidade minha): “Olha, eu estou sentindo isso, já tem muito tempo que eu estou aqui, estou começando a perder a noção, a consciência, o meu coração está batendo cada vez mais difícil, e vocês serão responsabilizados pelo que acontecer agora, eu exijo que chamem um médico da corporação. Vocês chamem imediatamente, o meu irmão também é médico, se ele puder... mas vocês vão ser responsabilizados”. Estavam nessa sala dois cidadãos, um deles eu vi, depois, identificar-se como conhecido da família de minha mulher. Tinha um da família, parece que era oficial da polícia, inclusive, que procurava a minha sogra, maravilhosa pessoa, para obter informações, porque a irmã da minha mulher também estava presa a essa altura, ela ficou três anos e meio. Havia aquele jogo traidor da família, agentes que frequentam a casa com aparente solidariedade familiar, mas, na verdade, covardemente buscando informações.

Isso é um fato histórico, e isso deve se repetir em outros processos ditatoriais pelo mundo afora, essa reação da sociedade em se distanciar o máximo possível daqueles que estão envolvidos: “Não anda mais com a fulana que é prima de não sei quem, de tal, vai sobrar pra você”. (Estou fazendo uma referência paralela, e tentando me manter mais objetivo). Essa noite, depois de eu reclamar que estava me sentindo muito mal, o delegado que comandava a operação, chamado Roberto, foi quem comandou o meu depoimento na polícia, cercado de um bando de torturadores brutais, sendo que dois eram da região e os outros eram todos de São Paulo.

Esse cidadão que me recebeu era um torturador famoso, baixinho, troncudo, os olhos injetados, quando ele olhava... São detalhes que me marcaram, os olhos vermelhos injetados, aquele ódio... E durante essa noite tétrica houve vários embates entre o delegado e esse cidadão, eles saíam muitas vezes da sala, me deixavam sozinho, aí voltava um deles, inclusive esse que era meio ligado à família da minha mulher, e dizia assim: “Olha, Celso, aproveita que só estamos nós aqui, abre o jogo, você vai se ferrar, você já não tem uma estrutura física, embora fosse melhor que a sua, muitos não aguentaram, você não chega a São Paulo, abre, você vai ficar aqui, eles vão te arrebentar, abre, você está aí segurando, segurando por quê?”. Eu também “saquei” qual era a jogada do policial e disse: “Olha Aparecido, eu sei, vamos falar baixo para eles não ouvirem, vamos fazer o seguinte, o que eu assumir, eu assumo, essa é a verdade, eu participei de passeata, movimento estudantil, liderança estudantil, discurso, praça pública, eu não posso negar, eu assumo, fui diretor de imprensa de jornal, fui o responsável pelo jornal da faculdade, do curso, panfleto, agitação, a parte de imprensa, propaganda, eu assumo, como já assumi para o seu chefe, o que mais você quer que eu fale? Fala pra mim o que eu devo falar. Eu não tenho nada a ver com isso, partido. Eu não sou de partido nenhum”. Era mentira.

“Não, mas você tem, o fulano que está preso aqui do lado citou teu nome, que você imprimiu “Guerra de Guerrilhas” no mimeógrafo, para a luta armada, treinamento”. E eu dizia que não. E ele: “Então aproveita e fala isso”. “Eu não tenho nada a ver, não sei o que”, eu respondia. Era a prova de que eles estavam do lado de fora ouvindo, eu pensei: “Eles estão ouvindo, então eu vou reiterar aquilo, bater na mesma tecla até eles encherem o saco”. Eles não queriam saber de movimento estudantil, eles queriam saber do envolvimento com partido, com luta armada, queriam saber do material do Che Guevara, do filósofo marxista Debray, que foi um revolucionário intelectual da França, assim como outros que a gente estudava muito e eu imprimia, divulgava, estudava, ensinava.

Eu não vou relatar tudo porque muitas coisas o tempo também vai apagando, eu vou pegar algumas coisas que ficaram, só para ilustração,

então uma coisa para ficar como ilustração é que em uma dessas idas e vindas do grupo, teve um momento em que eles chegaram e o Roberto Guimarães, o delegado, mandou que me descessem do pau de arara.

Então, eu relatava como ilustração sobre esse clima daquela noite, que, depois desse diálogo com o torturador, eu sabia que estava sendo ouvido pelo microfone, mas eu fingi que não sabia e conversava com esse torturador como se fosse em *off*: “Olha, eu não tenho mais nada o que dizer, você precisa convencer eles lá fora”, e ele tentando que eu dissesse alguma coisa, mas eu conseguia manter a lucidez porque eu sabia que estavam ouvindo, então isso era pra reforçar: “Eu sei que não tem ninguém nos ouvindo, você tem que conversar com eles”. Dali a pouco, eles entravam, os demais torturadores, inclusive o baixinho atarracado, que era o mais terrível, junto com o delegado que comandava. O delegado entrou repentinamente na sala, assim: “Tirem-no do pau de arara imediatamente”, o que causou uma grande revolta nos demais: “Doutor, é um filho da puta, esse merece ir direto pra São Paulo, que não vai chegar nem lá, não faça isso”. “Eu estou mandando”, ele disse, e ficaram em uma discussão... o delegado que comandava foi firme, mandou tirar.

Aí me tiraram de lá, mas disseram: “Você vai ter uma acareação difícil”. Então me levaram para a sala ao lado onde estava esse companheiro Paulinho, que, infelizmente, citara nomes, mais nomes, inclusive o meu, e aí eu entrei na sala e me deparei com uma figura inquestionavelmente torturada (o rapaz mexia com cinema, ligado em artes, teatro, cinema, um intelectual sensível), todo ensanguentado, nu, encostado numa parede da cela, prostrado, e aí:

- Foi ele quem te delatou, reconhece esse cara?

- Sim, sim, nosso amigo, participava de grupo estudantil, de cultura, frente de cultura, frente de teatro.

- Foi ele quem te delatou: você junto com seu companheiro Claudinei foram para Catanduva em um carro com milhares de quilos de papel pra imprimir livros, apostilas de guerrilha.

- Como? Ô, Paulinho, você não está na sua consciência, falei.

- Não, eu não tenho certeza, Celso, companheiro, não era você?

- Segredo? Você está fora da suas razões, Paulinho... que episódio é esse de guerra, de guerrilha, na cidade de Catanduva?, perguntei, e ele naquela situação de confusão mental, de sofrimento.

- Então não foi você... polícia... eu estou em dúvida, acho que não foi ele, eu não sei se eu estou inventando.

Que deplorável! Fiquei naquele dilema, se nesse momento, uma pessoa sofrendo daquele jeito, ajuda alguma coisa eu assumir? Piora tudo, tudo o que eu fui treinado antes, tudo o que você assume te leva ao passo seguinte. Consegui segurar ao máximo, sem envolver ninguém, é duro, mas você tem melhor perspectiva do que querer contentar os torturadores, porque eles vão querer mais e mais, são vorazes. Vendo aquele companheiro naquela situação, cria uma dó, uma vontade de: “Não, tudo bem, isso eu assumo”, mas não vai aliviar para ele, eu pensava, ao contrário, vai piorar pra ele e vai piorar pra mim, evidentemente, então eu tive que negar, negar, negar, até que ele próprio ficasse na dúvida e achasse que: “Então, tá, me desculpa, não foi isso”. Foi deprimente vê-lo assim e, a partir desse momento, no dia seguinte, a minha situação ficou menos dramática, vamos dizer assim, principalmente quando o delegado estava perto. Continuei levando porrada, isso é toda hora, mas nem sentia mais, tapa, murro, eles sabem onde bater pra evitar vestígio, na parte das costas, no rim, no rosto, no rosto mais tapa, que humilha mais do que levar um soco. Assim foi a minha experiência que eu pretendo tentar resgatar por escrito com impressões que ficam, algumas impressões fantasmagóricas daquela noite, pouca luz, aqueles prédios muito antigos, um ambiente opressivo.

No dia seguinte, me mandaram botar a roupa, prestei mais depoimentos, não me lembro direito, parece que tinha um outro companheiro que fez a acareação comigo, não lembro se foi naquela noite, mais depoimentos, mas aí pararam de bater. Certa hora do dia eu sei que o delegado Roberto falou assim: “Agora eu vou com você até o portão da rua, você vai comigo, você tem condições de fugir do Brasil?”, eu falei: “Nenhuma doutor”. Ele: “Você não tem condições de ir

pro Peru, pro Chile?”. Respondi: “Não tenho, é complicado”. Ele disse: “O que eu posso fazer é o seguinte: vai comigo até a escadaria da rua, você nem olha pra trás, você sai daqui de perto o quanto antes, onde você puder se esconder... Se puder ir para o exterior, melhor, isso é o que eu posso fazer, e vamos”. Mandou abrir os portões lá, desceu uns degraus comigo, eu descí, fechou, e, a partir daí, são outros episódios. Eu entrei em contato com esse meu irmão José, docente da faculdade de Medicina da USP, e com todo o sigilo possível naquelas circunstâncias, fomos para a entrada dos fundos do antigo prédio do Hospital da Clinicas; meu irmão havia conversado com um colega para que eu fosse atendido, sob o compromisso de segredo absoluto, sem qualquer registro, recebi o primeiro atendimento do especialista. Depois, com os medicamentos apropriados, fui para casa da minha noiva, eu já tinha marcado casamento.

Durante a tortura, uma das coisas que me pegaram muito... eles falaram: “Nós sabemos que você está com o casamento marcado com a outra comunista, a irmã dela já está presa”. O delegado foi excomungado pela tortura que ela sofreu, a irmã da Regina, da minha mulher. Uma freira que cedia uma sala para um grupo de jovens também foi torturada, dizia-se que também foi estuprada, a irmã Maurina, que acabou indo para o México, ao que parece. A Áurea, minha cunhada, ficou três anos e meio, foi tão barbaramente torturada que [a notícia] repercutiu, inclusive, na Igreja Católica, setores progressistas da Igreja Católica agiram e excomungaram o delegado de polícia Lamano, e esse é um caso que ficou na história lá da região, ficou por isso tudo que aconteceu, então eles se referiam ao caso: “Sua cunhada, aquela comunista”. Diziam: “Nós sabemos que você está com casamento marcado com aquela comunistazinha, irmã daquela. Só que é o seguinte, você nunca mais vai ter ereção, você se prepare, vou te amarrar pendurado no pau de arara, nunca mais você pensa que vai ter ereção, acabou, cara, tu sai daqui inútil, e você sabe como é que nós vamos começar? Com um pau de vassoura com uma mecha de tecido embebido em gasolina, vamos te penetrar e por aí vai começar a sua esterilização, sua impotência.”.

Não fizeram isso, mas a ameaça, no momento, foi chocante, foi bárbara. Felizmente não se concretizou e nem sei se isso é verdade, mas isso foi durante, ainda, as horas de tortura, e depois terminou como eu falei.

Esse Roberto, provavelmente já falecido, teve uma atitude que me parecia conservar algum resquício de sentimento humano, de seriedade profissional. Certamente sempre tem um ou outro que se constrange diante de algumas coisas tão bárbaras, então a impressão que eu fiquei foi de que esse Roberto, de fato, peitou ou enfrentou uma pressão grande ali pra segurar as pontas, senão teria sido pior. Obviamente estavam envolvidos com o regime, não tenho nenhuma ilusão. Então eu tive um pouco de sorte, primeiro de não ter sido delatado em tarefas que eu realmente já cumprira, tanto do Partido como na outra organização, isso não apareceu ali, ninguém me envolveu - a não ser no episódio da impressão de apostilas de Guerra de Guerrilhas, já relatado. Tive essa sorte também, ninguém me delatou nesse ponto e esse delegado que, de certa maneira, tomou as dores, outros companheiros não tiveram a mesma sorte, os irmãos Normanha, aqueles da Medicina, um deles inclusive tornou-se professor na faculdade, o Marco Antonio (Totó), e o Ivan, lá do Hospital das Clínicas. Eram todos do nosso grupo, nossa organização... esse Ivan sofreu muito porque ele tinha feito estágio como médico na base naval do Rio de Janeiro, descobriram que ele estava no nosso grupo e a repressão o acusava de estar montando um laboratório de assistência médica, um mini hospital de atendimento dos guerrilheiros, junto com colegas da Medicina.

Putz! O que esse cara sofreu, como médico! Ele estaria supostamente desviando material do hospital para montar o serviço clandestino pra socorrer os companheiros, foi barbaramente torturado. O Totó é, hoje, professor aposentado. Em 2004, aos 40 anos do golpe militar, eu participei de uma mesa redonda com companheiros da USP e com o camarada Claudinei, na sede da histórica União Geral dos Trabalhadores. Esses grandes companheiros sofreram muito, um dos detalhes que eu vim saber depois é que batiam a cabeça de alguns deles na parede, chegava a sangrar o couro cabeludo de pancada na cabeça, e outras

coisas desse tipo que esses companheiros sofreram, os Normanha, o Totó, o Ivan, o Índio (que era o grande mentor, o lendário Irineu de Moraes do movimento camponês, a grande liderança na nossa história).

Eu tive o privilégio de sair com ele enquanto estudante, ainda estudava Psicologia, mas já militava. Saía à noite para fazer trabalho no campo, escondido do meu pai, que sempre foi contra a minha militância para me preservar, até compreender melhor a realidade da ditadura. Minha mãe, embora com pouca escolaridade, percebia tudo isso e acobertava as minhas saídas, faltei muito à faculdade até o terceiro ano, mas consegui ir levando, no quarto ano e quinto ano fui mais dedicado. Formei-me em 1970. Colei grau em 1971 na secretaria (porque eu jamais participaria de festa de formatura), não quis participar, nada disso, colei grau lá na secretaria depois.

Então foi essa a experiência direta e outras menores de convívio de militância. Eu estava no quinto ano, já nessa reta final de 1969, eu tinha feito estágio na Cosipa, meu irmão mais velho, já falecido, morava aqui e me ajudou a conseguir, eu fui o primeiro estagiário de Psicologia, passei o mês de julho de 1970, eu ainda tinha uma dependência de Estatística não paramétrica. Tínhamos Estatística junto com os alunos da Medicina, três anos de Estatística. Para que isso? Nunca aprendi direito, confesso (risos). Acabei passando com nota mínima. Eu devia também a disciplina Psicologia Social II, que era Psicologia Social do ponto de vista comportamentalista. Quando a Cosipa me chamou pra trabalhar lá, mandaram telegrama para a minha faculdade. Eu ainda devia duas disciplinas. Eu tinha acabado de casar com a Regina, ganhando uma mixaria dando aula em cursinho. E me chamam pra um baita de um emprego, ganhando dez vezes mais, como assistente de psicólogo. Eu ainda estava pagando móveis de casamento, Casas Bahia, morava em uma casinha de fundo, banheiro no quintal, bem simples. Foi toda uma negociação e os professores aceitaram me dar atendimento personalizado no final de semana, desde que eu conseguisse dispensa da Cosipa uma vez por semana para ir a Ribeirão Preto, eu devia também fazer a monografia, que seria o TCC da época.

Então, eu vim para a Cosipa em setembro, mudamos para Santos, a empresa me dispensava toda sexta-feira, eu ia para Ribeirão, era atendido pelos professores para terminar a faculdade. Eram o Reinier Rozestraten, já falecido, holandês, o Paul Stephaneck, não sei se também falecido, pioneiro da Ergonomia no Brasil; lembro que falava em Ergonomia, teoria da informação aplicada à Psicologia, modelos matemáticos e muitos não entendiam naquela época... que coisa inesquecível isso, esses nomes Reinier Rozestraten e Paul Stephaneck e o professor Ribeiro... Mais um outro belga... tinha muitos belgas lá, o Andre Jacquemin, falecido, de técnicas projetivas, ficou uma figura muito querida no Brasil. Foi um dos poucos que aceitaram escrever um atestado de boa conduta, porque o estrangeiro tinha muito medo de se envolver.

Ele declarou, assim como o diretor da faculdade, que eu era um aluno dedicado, frequentador e que tinha uma excelente conduta moral na universidade. Tenho muita gratidão, porque ninguém se metia nisso, e eles deram e assinaram. E o Andre Jacquemin, belga também.

Eu completei três meses de Cosipa, trabalhando no setor de recrutamento e seleção, parte de Psicologia Industrial, Organizacional. Eu já respondia a um processo militar na 2ª Auditoria de Guerra e na 4ª Zona Aérea, era um processo contra nós, os 43 lá de Ribeirão acusados de pertencermos à organização guerrilheira ALN. Só que respondia em liberdade, alguns companheiros presos.

Em setembro de 1970, mudei para Santos com a minha mulher. Passou início de 1971, tinha completado três meses na Cosipa, pensei assim: “passaram-se mais de três meses, estou livre do período probatório”. E, em um almoço, ou na festa de fim de ano, alegre, eu acabo, em um momento de bobeira, contando coisas que eu não devia ter contado sobre a minha vida estudantil, a militância política. Dias depois, eu estava na rua - ou no dia seguinte, não lembro. Para quem eu contei? Para uma colega nossa, extremamente reacionária, como é que eu fui abrir o jogo com essa pessoa? Depois eu vim a conhecer o perfil “nazistóide”, sem nenhum preconceito, ela incorporou o principio nazista, uma colega nossa. E, então, ela me denunciou, eu

cheguei para trabalhar, fui chamado imediatamente na sala do chefe de Recursos Humanos, Diretor Nacarato, me disse que eu era um jovem brilhante, tinha um futuro importante, estava há cinco meses lá, mas que infelizmente ali era área de segurança nacional e eu havia sido denunciado como acusado em um processo militar, o chamado IPM. Eu era acusado no processo número tal. Então, ele disse: “Você se retire aqui da área, não espere nem o ônibus dos funcionários”. Aí terminou a minha relação com a Cosipa.

Então, eu saí da Cosipa, fiquei desempregado, em uma situação muito ruim, tinha vindo para cá com aquele entusiasmo, mudar de Ribeirão, vir pra Santos com a minha mulher, recém-casado. Não foi fácil. Meu irmão mais velho me acolheu, aliás, somos três muito unidos, muito acolhedores, eu sou o caçula e o Roberto – que foi professor na faculdade – se aposentou na Petrobrás, foi técnico, depois fez Jornalismo, Pedagogia e terminou professor da faculdade, coordenador do Serviço de Apoio Psicossocial. Quando ele faleceu, há 10 anos, era coordenador do atendimento psicossocial. Então, esse meu irmão procurou o diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos, que era próximo à Igreja, e pediu uma oportunidade para que eu pudesse dar aulas na instituição, ligada à Igreja Católica.

Eu estava tentando arrumar emprego em psicotécnico para motorista, área em que faltava psicólogo. Só que não saía o meu CRP e nem atestado de boa conduta.

Foi quando resolveram me dar algumas aulas, eu fiz uma experiência (bem sucedida) e fiquei pouco tempo desempregado. Comecei a dar aula na faculdade, me dei muito bem, logo fui sendo elogiado. “Nós temos mais aulas, você pega se der? Psicologia na Educação?” “Pego” “Métodos e técnicas psicopedagógicas?” “Pego” “Psicologia Social”? O curso de Psicologia ia começar no ano seguinte, 1972, então eu estava dando aula para outros cursos e foi assim que começou.

O Secretário Geral da Faculdade, seu Heitor, já falecido, quando foi me contratar, eu comecei a falar e ele: “Não fala nada sobre o seu passado, eu já percebi onde você vai chegar. Nada mais aconteceu,

esquece! Você está vindo aqui como professor Celso, não fale com ninguém, não quero saber, já conheço. Eu sei um pouco disso daí, por conta própria”. E estou lá desde março de 1971. Agora, dia 1º de março, completei 42 anos na atual Universidade Católica de Santos. Lecionei até 2012.

E foi essa a experiência, como pessoa, como psicólogo. Fica aí o que a família passou, minha mãe, ver as contradições com o meu pai, as brigas, ela fazendo promessa para eu ir para Aparecida, cumprir promessa, das várias prisões: “Meu filho... tadinho, não briga com o seu pai, ele vai entender um dia, eu fico muito triste de vocês estarem assim”. Meu pai chegou a falar para um amigo dele sobre suas preocupações [com a minha segurança] meu pai era Gerente do Centro Médico, corriola de direita. Havia o chamado MAD – Movimento de Ação Democrática, de inspiração paramilitar, assim como tinha o Comando de Caça aos Comunistas composto mais por estudantes de Medicina e outros de direita contra nós. Mais tarde, meu pai, um homem honesto, passou a dar razão para a nossa luta.

Eu ia para roça fazendo doutrinação de camponês junto com o Índio - Irineu de Moraes -, à luz de lamparina, madrugadas pelas redondezas das fazendas, fazendo a participação do estudante junto com o camponês, junto com o operário, essa era a prática. E o meu pai, preocupado, percebia, minha mãe escondia, desarrumava a cama para simular que eu havia dormido em casa: “E o Celso?” “Ele saiu cedo para a faculdade”, desarrumava a cama e saía pela janela (risos). Já tinha saído na noite anterior, nem dormia em casa, e ela, tadinha, sofreu.

Esses são dramas familiares que não vêm ao caso aqui, mas acho que é uma coisa que vale a pena refletir. Até hoje rejeito ir para Aparecida pagar a promessa que ela fez.

Eu fui absolvido por falta de provas em dezembro de 1971, na 2ª Auditoria em São Paulo, no Quartel, na Brigadeiro Luiz Antônio. Eu não tinha advogado, não tinha grana também, acabou sendo um grupo nosso defendido pelo (Dr.) Aymoré, não sei o sobrenome. Eu não tinha a mínima condição de pagar, mas aí, os juízes militares, no meu caso e

nos de uns oito ou nove, consideraram insuficiência da denúncia. Então deram absolvição em São Paulo. Só que os promotores militares não se conformaram, entraram com recurso no Supremo Tribunal Militar. Então, eu fui julgado depois, um ano depois, no Supremo Tribunal Militar, em Brasília. E para nossa sorte, então, foi confirmada a sentença em dezembro de 1972.

Como psicólogo mesmo, eu só pude começar a trabalhar nessa época, porque não saía documento de boa conduta. Então tem a ver essa questão da Sociedade de Psicologia com um passado “negro” dos anos 1970.

Eu fui anistiado, do ponto de vista da lei que teve, ainda no governo Sarney. Anistia geral. O Prestes voltou do exílio e o Bezerra, esses companheiros velhos camaradas voltaram do exterior em 1979. A essa altura, a gente lutava pela anistia ampla, geral e irrestrita, não queríamos só que a anistia deles viessem de volta ao Brasil. Depois, em 1987, eu fui anistiado num processo que levou três anos pela lei antiga, essa história da Cosipa foi provada, com a ajuda do sindicato, que eu fui demitido politicamente. Fui anistiado. Mas essa anistia foi inócua.

Continuei trabalhando, até que no início dos anos 2000 surgiu uma nova lei da anistia, mais favorável para quem tivesse perdido o emprego ou perdido faculdade, enfim, tivesse a vida seccionada, sua vida universitária estudantil ou a sua vida profissional seccionada. Aí, tinha farta documentação do meu desligamento da Cosipa, dos órgãos de repressão e da Justiça Militar, e eu fui anistiado. A entrada da papelada foi em 2002, 2003 e o meu julgamento foi em Brasília, em outubro de 2008. A partir de outubro de 2008, sou anistiado pela Justiça. No julgamento, o Estado brasileiro reconhece o seu crime formalmente.

Essa sequela do ouvido ficou definitiva... cicatrizes. Mas depois de velho, a perda auditiva é bem maior, principalmente nesse daqui, mas durante muito tempo eu fui acompanhado pelo Dr. Walter, ele sabe de toda a história, chega uma época, ele propunha cirurgia, depois que passou aquela época, não tinha mais jeito, então eu fiquei com sequela de perda de audição, até que não foi tanto, dá para ouvir bem. Durante

muito tempo, isso é *ad eternum*. Fica alguma coisa, uma nuvem preta no ar, ainda eventualmente, num sonho, um pesadelo, ainda vem coisas não tão claras, mas relacionadas com a perseguição. Não chega a ser paranoia, mas são componentes aos quais você está ligado sempre, sempre está de alerta ao que estão falando. O tempo vai passando, você vai falando, mas, durante muito tempo, essa ideia de que alguém está ouvindo.... Não pense que a CIA (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos, na sigla em inglês), as inteligências internacionais, esqueceram-se dos comunistas, ou da esquerda, ou dos movimentos sociais, ou do MST, ou dos revolucionários, é muito mais sofisticado, mas eles sabem direitinho. Hoje já não tenho combatividade, como tinha, eles não vão perder tempo comigo, eles têm informação de quem milita, de quem intelectualmente, ou de outra maneira, aponta para um caminho alternativo, anticapitalista, denunciando, seja artista, intelectual ou camponês, operário. Não tenho dúvida que os órgãos de repressão têm isso muito bem... hoje, mais do que nunca, de forma mais sofisticada.

Então, pode ser que seja loucura minha, mas cá para mim ficou essa ideia de que você não está numa ilha onde tudo pode, onde você é absolutamente livre, ninguém está te vendo. Nada disso. A liberdade é relativa, filosoficamente falando, a existência do social limita um pouco, evidentemente, o indivíduo. Aquela relação entre o ser social e o ser individual, este nunca é absoluto. Sempre fica uma sequela física e psicológica.

Eu acho que não chega a ser doentia, patológica, que deu para eu viver e levar a vida, ela não apaga e, pelo o que eu ouço de companheiros e companheiras e leio nos livros que escreveram, isso ficou para todos que passaram por aquela experiência, seja aqui no Brasil, nos anos 60, seja para o pessoal da ditadura de 37, seja na ditadura de outros países. Acho que é uma experiência universal mais ou menos intensa, mais ou menos grave, mas que é uma experiência humana, é muito sofrida... a contribuição que o Conselho Regional e o Conselho Federal e a Comissão da Verdade fazem, eu acredito que seja

uma contribuição muito importante. Pode ser que não impeça a história de cometer retrocessos, pois ela é dialética. Acho que a humanidade não avança em uma linha reta, mas em contradições e, evidentemente, nós temos recuos, mas cada passo adiante e cada luta como essas que vocês estão fazendo é algo que nos faz avançar e dificulta o recuo, embora possa acontecer. Mas cada pedra que se coloca no caminho prognostica para algo melhor do que o retrocesso. Isso eu falo.

No dia do meu julgamento referente à anistia em Brasília, eu pedi a palavra. Os juízes fizeram belos discursos, ofereceram a palavra e eu pedi. Eram vários ex-funcionários aqui da Cosipa nos mesmos processos, de anos diferentes. Tinha gente de 1964, tinha o meu caso de 1969, tinha grevistas de 1982, um pacote. E eu falei isso que eu estou falando para vocês, está nos anais, lá no Ministério da Justiça, sei que está gravado, eu já pensei em pedir cópia, mas os anos passaram... eu falo exatamente isso: a minha convicção é a de que nada garante que a história não cometa retrocesso, a história humana mostra isso, mas cada conquista que se faz dificulta esse retrocesso, ou o torna menos doloroso, ou menos violento. Prospectivamente, eu acho que essas ações são a construção de futuro melhor - Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Comissão da Verdade, Comissão de Direitos Humanos do Conselho de Psicologia, e outras. Eu acho que, em termos de futuro da humanidade, são contribuições efetivas, sinceramente.



MARIA AUXILIADORA DE ALMEIDA CUNHA ARANTES

Entrevista concedida ao Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (São Paulo).

Meu nome é Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes – Dodora. Eu nasci em Belo Horizonte, no dia 5 de novembro de 1940. Terminei em 1959 o curso de formação de professoras primárias, no colégio Sion em Belo Horizonte, curso que correspondia ao colegial. Escolhi, logo que estava terminando o 2º grau, fazer vestibular para Psicologia, curso nos seus primeiros anos de implantação no Brasil. Fiz o vestibular na Católica de Minas Gerais. Fui da segunda turma, que se graduou em 1963. Escolhi essa área, primeiro, porque era uma área nova, segundo, como eu era uma militante do movimento estudantil secundarista, trabalhava muito em grupos, tinha uma intensa militância comunitária, achava que a Psicologia tinha a ver com isso. Havia também algumas pessoas do campo da Psicologia em Belo Horizonte, pelas quais eu me interessava.

Uma delas era a dona Helena Antipoff, que a minha mãe conhecia pessoalmente. E também, pasmem vocês, o Mira y Lopez, que estava no Brasil. A minha mãe também tinha uma ligação com os profissionais do do Serviço de Orientação e Seleção Profissional (SOSP), de Belo Horizonte, que correspondia ao Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), no Rio de Janeiro, que havia convidado o Mira y Lopes para vir ao Brasil trazer principalmente o teste psicológico PMK, que passou a ser usado principalmente na seleção e orientação profissional. Eu fui me envolvendo na Psicologia com a intenção de trabalhar no que hoje conhecemos como Psicologia Clínica. Naquele momento, não havia pós-graduação ou especialização na área. No estágio é que a escolha ia sendo afunilada. Tive um professor muito bom na Experimental que foi o Pedro Parafita de Bessa. Ele era um professor de fala mansa, muito calmo, benquistado pelos alunos.

Minha mãe era diretora da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e tinha um trajeto grande na Pedagogia e na Filosofia. Ela trabalhou junto com a dona Helena Antipoff na Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte, onde esses nomes como a dona Helena, o próprio Mira y Lopez, foram professores convidados. Então eu comecei ainda cedo, já na universidade, a fazer estágio em uma

clínica psicológica. Eu aplicava testes, o PMK e outros testes projetivos. Fui fazendo já um trajeto dentro da Psicologia, e me interessava muito pela Psicologia do Desenvolvimento. Tanto é que um dos presentes que eu pedi de casamento para a minha mãe foi a coleção completa do Arnold Gesell, do zero até os cinco anos, que era um livro “dessa grossura”. Porque esses livros todos vinham de fora do Brasil, do México, principalmente; no Brasil ainda não havia muitos livros traduzidos para o português e nem obras de Psicologia escritas por brasileiros. Em geral líamos em francês ou em espanhol.

Eu pedi de presente de casamento livros de Psicologia e alguns deles tenho até hoje. A história desse livro do Gesell é muito interessante, era uma edição, acho que da Paidós, que reunia todos os cinco volumes. Também me interessei pelo psicodrama porque o Célio Garcia, que era um dos nossos professores que estava chegando de Paris, e apresentava com entusiasmo o psicodrama de Moreno. Hoje em dia, o Célio Garcia é a principal referência do campo lacaniano em Belo Horizonte. Eu tinha realmente a escolha do curso de Psicologia como um sonho, um projeto, e estava convencida de que meu projeto iria realmente acontecer. Além do estágio em uma clínica, comecei a ser remunerada e estava muito envolvida com a Psicologia.

Eu me casei logo no final da universidade, foram duas festas, a formatura no dia 8 de dezembro de 1963 e a festa do casamento dias depois. Eu me casei em dezembro de 1963, com o Aldo Arantes. Enfim, era uma vida, eu diria assim, muito comprometida com a convivência social integrada nos movimentos estudantis e culturais daquela época, cheia de entusiasmo e muitos sonhos.

Fui dirigente municipal e regional da Juventude Católica Feminina (Jecf), cheguei a ser dirigente nacional, designada para morar no Rio de Janeiro, onde estavam as sedes nacionais destes movimentos que, no início dos anos 60, ainda eram no Rio, mesmo com a capital federal já em Brasília. Participei também da fundação de Ação Popular, nos primeiros anos dos anos 1960. Posteriormente a Ação Popular, de forte matriz católica, ampliou suas posições no campo marxista leninista e

passou a ser conhecida, nesta nova etapa, como Ação Popular Marxista-Leninista, APML.

Quando nos casamos, tivemos um convite, Aldo e eu, para irmos morar em Brasília, trabalhar no governo do João Goulart. Eu, no Ministério da Educação, iria desenvolver o programa iniciante de educação popular, que chamávamos de Alfabetização de Adultos com base no método Paulo Freire, atividade a que me dedicava paralelamente ao exercício profissional. Já tinha feito treinamentos/formação no interior de Minas, me lembro muito de um que organizei em Nanuque, na fronteira de Minas com Espírito Santo. Durava uma semana inteira, ou um pouco mais. Nos mudamos para Brasília, fomos morar numa casa funcional na W3 Sul, o Aldo foi convidado pra trabalhar na Superintendência da Reforma Agrária.

Chegamos em Brasília no final de janeiro de 1964. Ainda estávamos montando a nossa casa, e, a partir de fevereiro, já comecei a me integrar nesse projeto no Ministério da Educação, e já pensando em entrar em contato em Brasília com colegas da UnB (Universidade de Brasília) para retomar meu trabalho profissional como psicóloga integrando-me também na docência. Aí passou fevereiro, março, 90 dias, e, no dia 1º de abril, foi o golpe militar. Eu estava dentro da minha casa, que era perto do Eixão, o Eixo Rodoviário, e a casa tremia toda, o chão do quintal tremia, vi ratos correndo para lá e para cá na rua. Um barulho diferente. Era um desfile de tanques de guerra pela Avenida W3, indo pra Esplanada dos Ministérios. Uma coisa que nunca tinha visto fora da parada de 7 de Setembro, uma fila enorme de tanques um atrás do outro. Ninguém estava entendendo o que era!

Achei estranho aquilo, e de repente todo mundo na rua viu um desfile de tanques de guerra pela W3. O Aldo, que era de uma liderança estudantil, tinha sido presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) 1961/1962, participava de um ato político no dia, quase foi preso. Tivemos que sair de Brasília logo no início de abril, acho que era dia 4 ou 5 de abril. A partir dessa data, qualquer projeto meu,

pessoal, profissional, de Psicologia, de qualquer outra espécie ficou absolutamente esvaçado.

Saímos de Brasília, deixei tudo na casa. Eu saí praticamente com a roupa do corpo. Uma amiga veio me avisar para sair da casa e de Brasília imediatamente. Eu entreguei a ela o tal livro do Gesell e disse: “Você guarda isso pra mim”, e entreguei também alguns objetos pessoais valiosos, de família, para ela guardar e me devolver um dia. Era minha amiga, a Marcia, ela e uma prima, a Rita, foram me avisar. Fechei a porta da casa e saí. Levantei da mesa do almoço, deixei tudo em cima da mesa, pratos, panelas, copos usados, a água. Depois de muito tempo, acho que meses, Marcia retornou para desmontar a casa e disse que havia ratos e baratas na mesa e pela casa, a comida ainda na mesa estragada, um cheiro horrível.

Nessa época eu tinha 24 anos de idade. Saímos de Brasília para uma longa noite que foi terminar em 1979. Então, de 1964 até 1979, com a anistia, a aprovação parcial da Lei de Anistia, vivi entre o exílio, a prisão e a militância clandestina severa. A partir dali, eu passei a usar nomes frios, inventados, com identidade falsa. Nesse momento eu ainda não tinha filho e nossa primeira decisão foi irmos para o exílio. Nós discutimos qual exílio, e decidimos: Vamos para o Uruguai porque vamos voltar logo. Isso vai passar, essa coisa de tanque, dia 1º de abril, isso é “primeiro de abril”, isso vai passar. Este era um sentimento generalizado que circulava na época. E, na verdade, os exilados de primeira hora que foram para o exílio e que tinham intenção de voltar imediatamente para o Brasil foram para o Uruguai que era mais perto, podia-se ir de carro, de ônibus. Nós achávamos que esse exílio seria um interregno entre um governo e outro e que aquilo iria passar, como passou na época renúncia do Jânio Quadros, que teve certo tumulto e terminou com a posse do Jango.

A nossa organização política, que era a APML, organizou a nossa saída. Como o Aldo era um dirigente nacional, nós saímos junto com outro dirigente nacional, o Herbet José de Souza, o Betinho. Então saímos nós três, e a nossa saída do Brasil foi organizada pelo Sérgio

Motta, que era também de Ação Popular (AP), e que depois veio a ser Ministro do Fernando Henrique Cardoso. A ideia era ir até Mato Grosso, Ponta Porã, cidade fronteiriça com o Paraguai, e ali tomaríamos um avião até Assunção no Paraguai, e de Assunção para o Uruguai. Então essa saída, naquele momento, foi tumultuada, mas foi feita ainda dentro de um clima de fuga, sob a nossa perspectiva, uma fuga sem chance de erro, pois tínhamos uma certa onipotência na avaliação do momento.

Achávamos que era uma coisa bem resolvida, simples. Foi uma fuga assim: Uma caminhonete, o pai e o irmão do Aldo dirigindo a caminhonete, a cunhada, eu, e fomos até Cuiabá ou Campo Grande, não me lembro bem. Achávamos que seria fácil encontrar o Betinho, marcamos encontro na frente da Igreja Matriz, a gente achou que só tinha uma Igreja Matriz, porém tinha várias igrejas na cidade, ficamos indo de uma a outra, foi difícil encontrar com o Betinho que havia saído de São Paulo dentro de um fusca, com um amigo, o Lúcio Kovarick. Sei que depois de muitas alternativas, afinal nos encontramos e saímos em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) para Assunção, a partir de Pedro Juan Caballero. Saímos todos com documentos frios.

Ficamos três dias em Assunção e seguimos para Buenos Aires e, depois de uma semana, para Montevidéu. Em Montevidéu, estavam muitos brasileiros com funções no governo ou de apoio ao Jango. O Aldo, da UNE, os dirigentes sindicais da Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o próprio presidente Jango e família, o Leonel Brizola e toda sua família, parte do ministério do Jango que o acompanhou, o Almino Afonso, o Neiva Moreira, o Paulo Schilling, o coronel Dagoberto dos Correios, integrantes do governo central que vinham trabalhando desde a época da campanha pela legalidade, para garantir a posse do Jango quando o Jânio Quadros renunciou.

Fomos em grande número para o Uruguai. Ficamos todos em um mesmo hotel, em uma praia, chamado Hotel Carrasco, que recebeu os exilados brasileiros. Recebeu, modo de dizer, foi alugado pelo Brizola. Era pleno inverno, era um hotel de veraneio e havia uma possibilidade melhor de morarmos todos nesse hotel porque não tinha calefação

e ficava fechado durante o inverno, e por isso o preço era bem mais baixo, fora da estação. O único e permanente tema das conversas era o retorno e a ligação diuturna com o Brasil. Havia um rádio amador, cheio de antenas, o máximo que havia era telex ou telegrama, telefone não se podia usar pelas escutas. Era o rádio amador que nos conectava com o Brasil, ele foi essencial. E ali fomos percebendo que a coisa estava mais demorada e complicada do que imaginamos.

Fiquei grávida do meu primeiro filho, o André, que nasceu em Montevideu. Acho que foi um dos primeiros filhos de exilados políticos brasileiros porque ele nasceu em 1965, 13 de junho de 1965. E, no nascimento dele, eu fiz o meu acompanhamento de parto naquele famoso modelo chamado “parto sem dor”, atendida no serviço público de saúde do Uruguai, que na ocasião era um bom serviço de saúde. Mas acabei encontrando uma amiga, a Lúcia Flecha de Lima, em uma rua de Montevideu, e ela estava casada com um diplomata, Paulo Tarso Flecha de Lima, também conhecido e amigo desde Belo Horizonte. Ela me disse: “Eu posso ajudar você a ter seu filho, pagar seu parto, suas despesas, ajudar no enxoval do seu filho. Será uma forma de ajudar os brasileiros que estão exilados aqui. Escolha o que você quiser.”

E, assim, eu acabei tendo o André em um hospital particular que chamava-se Sanatório Americano, escolhi de presente um carrinho de bebê e ela me deu todo o enxoval de uma de suas filhas! Recebi várias visitas no hospital, acho que de todos os exilados brasileiros, menos o Jango, mas o Brizola foi, a dona Neusa, mulher dele, e vários outros exilados foram ao hospital. E como nós tínhamos a intenção de voltar para o Brasil, não era pra ficar no exílio, nós voltamos imediatamente, após alguns meses, trazendo o nosso filho. No Uruguai, morávamos na mesma casa eu, Aldo e o Betinho e a mulher dele, a Irlés. E nós voltamos, quando o André devia ter no máximo seis meses, para a vida clandestina no Brasil. Foi uma decisão política e também pessoal.

O governo do Uruguai nessa época era um governo democrático, o Golpe no Uruguai foi depois. Então eles tinham muita simpatia pelos brasileiros e o hotel foi uma concessão aos exilados brasileiros.

O Brizola conseguiu e a vida era muito comunitária ali no hotel. Na minha mala havia mais livros do que roupas; livros principalmente de Psicologia. Voltamos para o Brasil em 1966, e aqui eu tive a minha segunda filha, a Priscila, que nasceu na Maternidade São Paulo, na cidade de São Paulo. O parto dela também contou com a colaboração de amigos: o Decio Noronha que acompanhou toda a gestação e fez o parto e o Mauricio Segall que financiou os custos da internação na maternidade. Ou seja, contávamos muito em AP com apoio de simpatizantes e amigos e com apoio de nossas famílias. Não podíamos ter qualquer trabalho remunerado, e quando tínhamos não podíamos assinar carteira, estávamos ainda parcialmente clandestinos, a fase de semiclandestinidade. Trabalhávamos em lugares de pessoas amigas que compreendiam a situação e que a forma de nos apoiar era oferecer trabalho e apoio de saúde e educação para os filhos.

Nunca mais fui a Belo Horizonte, só voltei lá para valer após a anistia de 1979. Quando nós voltamos para o Brasil, moramos em Pinheiros, morava com a minha irmã Tereza, e eu tinha um trabalho em uma escola infantil de amigos, mas eu não tinha nenhum registro nessa escola. Tinha também o trabalho clandestino de AP: reuniões, pichações, panfletagens, organização de manifestações relâmpago e inclusive da organização do 1º de maio de 1967, aquele famoso em que jogamos ovo e tomate na cara do governador. Foi um ato em que toda a militância dos partidos e organizações clandestinas se empenharam. A praça da Sé foi fatiada pelas organizações, em reuniões super clandestinas.

Sei que para AP coube ficar no lado direito em frente à igreja da Sé. Nos bolsos levávamos bolas de gude para os cavalos escorregarem, e uma sacolinha com tomates. Outros levaram ovos. A polícia andava por todo lugar montada a cavalo e a bolinha de gude era uma arma certa, jogada diretamente no chão para os cavalos escorregarem e a polícia acabava se atrapalhando. A situação política foi recrudescendo e houve então uma decisão de Ação Popular (APML) de que os militantes e os dirigentes deveriam dar o exemplo e partir para a integração na produção. A decisão era se integrar na vida operária ou camponesa.

Por quê? Essa era uma decorrência da aproximação do marxismo leninismo ao maoísmo que pregava a revolução ideológica e propunha o abandono do estilo de vida burguesa, ou pequeno-burguesa, e a integração de corpo e alma no estilo de vida operário e no estilo de vida camponês. Isso nos permitiria viver juntos, comer juntos e trabalhar junto com as camadas mais pobres da população e havia também, aí, uma influência do Ho Chi Min.

Era nossa ideia de criar melhores condições para fazer avançar a luta revolucionária no Brasil. No caso da interpretação de AP, a luta deveria partir do campo para a cidade, pois no campo as condições de vida eram de despossessão absoluta, na cidade já se vivia nas condições do pré-capitalismo/capitalismo com a exploração do trabalho assalariado. Esta seria a condição dos companheiros que se integravam nas fábricas – viver a condição de classe trabalhadora assalariada. Essa proposta se casava muito com a linha da Igreja que vínhamos exercendo desde a militância católica, que era uma linha de despojamento das riquezas e dos bens próprios. Havia um misticismo nessa proposta religiosa que, na política de Ação Popular, se misturou com a proposta maoísta, de acordo com a nossa interpretação, e caiu como uma luva para as nossas concepções. Para mim, pareceu absolutamente tranquilo ir morar no interior, no alto sertão de Alagoas. Tomei esta decisão com tranquilidade.

Doamos muitas coisas que tínhamos para a APML; doamos o dinheiro de uma herança familiar, da minha mãe, com que havíamos comprado o sobradinho em uma vila em Pinheiros, super bacana, onde morávamos. Vendemos e doamos o dinheiro para a Organização. Saímos de lá, Aldo e eu tomamos o ônibus na rodoviária apenas com duas malas, ou um pouco mais, partimos pro sertão de Alagoas. O André tinha três anos, a Priscila tinha dois.

Fomos viver perto da cabeceira do rio São Francisco. Fomos para Água Branca. E de lá, para um subdistrito de Água Branca chamado Pariconha. E, não posso dizer quantas horas de ônibus, que era o transporte que usávamos, ninguém tinha carro próprio. Acho que eram

dois dias de viagem de São Paulo até lá. Era alto sertão de Alagoas. Segundo moradores, lugar por onde o Lampião andou. Ou seja, uma região que não tinha água encanada, nem luz elétrica e saneamento básico de nenhuma espécie. Era uma região de camponeses pobres e pequenos posseiros, que plantavam feijão para comer e tentar vender e o único comprador era o próprio fazendeiro dono das terras onde o feijão nasceu. Plantavam também mandioca para fazer farinha que era o que se comia com o feijão. Um ou outro tinha uma galinha para ter ovos, e a criação era de cabra e bode.

Esta região foi escolhida como uma das bases para atuação revolucionária dos militantes de AP que ao todo teve 23 frentes de trabalho deste tipo entre o campo e as cidades. Eram bases de AP para desenvolvimento do trabalho político revolucionário e de integração com a luta camponesa. Nesse trabalho, entre outros, fui designada como professora de alfabetização de adultos na região. Era uma maneira de prestar um serviço e ao mesmo tempo me integrar de uma forma mais próxima com a vida local e permitir uma ação política mais sólida. Fui dar aula em uma região fronteira de Alagoas com Pernambuco chamada Ouricuri, de população indígena. Utilizava o método Paulo Freire, ainda nos primeiros anos de aplicação, do qual já tinha bom domínio. Na região não tinha luz elétrica, e nem papel, e muito menos lápis. Então, o papel para escrever era papel de pão do armazém, aquele papel meio cinzento com que fazíamos os cadernos, e a primeira proposta era que cada um pudesse escrever o seu próprio nome. E esses camponeses, que eram homens que há anos a fio pegavam no cabo da enxada e plantavam feijão, tinham dificuldade em segurar o lápis tão fino e escorregadio para suas mãos de trabalho. Usamos então lápis cera, mais grossos.

Vimos então que a projeção de slides, que substituía a lousa, tornava-se quase impossível, pois não havia luz. Tivemos que tentar geradores e os equipamentos de slide eram enormes, cedidos pelo governo da Polônia. A aula funcionava à luz de uma trêmula lamparina de querosene. Era uma coisa precaríssima, mas era, para aquele grupo,

todos camponeses pobres, uma verdadeira novidade. Eles conseguiram escrever e decorar a escrita dos próprios nomes, e começamos com as primeiras palavras geradoras. Para chegar na região, eu andava muitos quilômetros, levava quase 60 minutos andando para ir e outro tanto para voltar. Sempre após o cair da tarde e da noite. Nesta região, a APML tinha uma base camponesa e também ali estavam integrados companheiros nossos de organização: Um casal, também com a filha. Não foi uma área de atuação política escolhida ao acaso, foi meticulosamente designada para o trabalho a partir da direção nacional de APML.

Então isso devia ser 1967. Atravessamos o ano e entramos em 1968. E nós tínhamos o hábito de todas as noites ouvir a Hora do Brasil. Porque a única coisa que nos colocava a par do que estava acontecendo, em um interior perdido, era o rádio. O poder do rádio é impressionante. Então, você tinha que ir em determinados lugares para a antena captar as ondas e podermos ouvir o rádio. O nosso rádio era poderoso, era um rádio enorme que à noite conseguia pegar a Hora do Brasil. E foi no dia 13 de dezembro de 1968 que ouvimos a decretação do Ato Institucional Número 5 (AI-5). As crianças já tinham ido deitar porque essa hora já era um breu; não tinha luz na cidade e nem a quilômetros dali. Quando começa a escurecer o sertão ficava noite total, as luzes que havia eram das poucas lamparinas de querosene.

E aí, terminada a Hora do Brasil, mais ou menos uma hora e pouco depois, ouvimos barulho de jipe, carros, coisa rara na região, na porta da nossa casa: “Aqui é o coronel; Dona Maria e Dona Rosa, abram a porta, é o coronel. Vocês sabem o que aconteceu no Brasil? Agora podemos prender todo suspeito, todos que quisermos prender e que sejam suspeitos.” Isso aos brados. E aí, Rosa e eu nos perguntamos: “O que fazer?” Acordamos as crianças, que já estavam acordadas e assustadas com aquela barulheira, eu me lembro de ter carregado cada um dos filhos em cada um dos braços; a Rosa abraçou a filha que já era maiorzinha e gritamos: “Só estamos duas mulheres aqui dentro da casa, a gente não vai abrir a porta, se quiserem entrar, que derrubem a porta”. Então eles começaram a tentar arrombar a porta. Só que era

uma porta maciça, de madeira, com uma trava de lado a lado também de madeira. Com as crianças ficamos paradas de frente para a porta. Eu tremia toda sem conseguir me controlar, impressionante, uma descarga de adrenalina absurda que até hoje me lembro da sensação, com os filhos nos braços.

Então, enquanto estávamos olhando para a frente eles entraram por trás, pela porta da cozinha que não tinha trava. Eles derrubaram a marretadas o encaixe da porta e entraram. Aí reviraram a casa toda, os brinquedos, e os meninos vendo aquilo tudo, à luz de lamparina, os homens armados, o coronel falou: “Olha, então nós vamos levar todo mundo preso”. Aí, não me lembro exatamente como, mas fizemos algum tipo de negociação com a polícia e fui só eu.

Os maridos estavam -depois a gente ficou sabendo- aqui em São Paulo. Eu e a Rosa não tínhamos documentos. No campo, nessa época, ninguém tinha nem registro de nascimento, casamento, nem filho era registrado, nem nada. A gente falou: “Aqui em casa ninguém tem registro de nada. Eu me chamo Maria, ela se chama Rosa, os meninos tinham os nomes deles, mas não têm documento”. Aí eles acabaram me levando, então ficaram as crianças com a Rosa e eu fui em primeiro lugar. Eu fui para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Maceió, fiquei lá uns dias e aí voltei, eles levaram a Rosa. Então, no DOPS de Maceió eu fiquei acho que uns três, quatro dias no quarto dos investigadores, eles fazendo perguntas. Na verdade eles queriam saber onde estavam os homens, como eles diziam. E eu falei: “Não sei de nada”. Quando me trouxeram de volta e levaram a Rosa, me deu na cabeça de fugir com as crianças. “Vou fugir”. Eu peguei os três, André, Priscila e Rita e disse: “Olha, nós vamos fazer um piquenique”, aí eu pensei, naquela época, em Ouricuri, onde eu dou aula, todo mundo me conhece, vou andando até lá e dali eu vou para Pernambuco, estou livre da polícia de Alagoas. Naquela época a gente achava que a polícia de um estado não podia prender em outro estado. Achávamos ainda que era uma briga com a polícia do estado de Alagoas.

Então saí andando pela estrada num domingo de manhã, as crianças não estavam entendendo muito, mas eu falei: “Vamos embora,

vamos a pé”. Não havia nenhum cavalo ou carroça, que era o transporte local – em geral só se andava a pé. Quando estava andando com os três, debaixo de um sol já esquentando, devia ser umas 8, 9 horas da manhã, a polícia nos pegou de volta e falou: “Não, vocês não vão para canto nenhum, a senhora vai ficar aqui com as crianças até que os maridos da senhora e da dona Rosa apareçam”.

Aldo e Gilberto chegaram alguns dias depois, e nos levaram todos presos novamente. Toda a liderança camponesa, o Aldo, o Gilberto, eu, a Rosa e as três crianças, fomos todos para Maceió. As lembranças são às vezes meio confusas, quarenta anos depois, mas eu me lembro primeiro ter ficado no DOPS com André e Priscila, pouco depois eles me levaram para uma cadeia e disseram assim: “A senhora vai ter a honra de inaugurar uma cadeia. Nós estamos inaugurando uma cadeia aqui em Maceió, no Pontal (acho que é esse o nome), está novinha em folha, e a senhora tem a “honra” de inaugurar com seus filhos.” Então eu fui levada para a cadeia, com o André e a Priscila, no mês de janeiro, um calor abrasador, e nesse processo de vai para cá e vai para lá, as crianças começaram a se desidratar, ter doenças que as crianças têm no verão, bebendo qualquer água de qualquer tipo, sob um calor abrasador. Comendo comida da cadeia.

A cadeia era como se fosse do tamanho de uma sala com uma grade enorme, e uma cama, uma cama minguada para mim e as crianças. E, nessa época, as crianças ficaram muito doentes, elas eram muito pequenininhas. Então vomitavam, tinham diarreia, tiveram vários furúnculos, inúmeros, alguns deixaram marcas até hoje. A Priscila não conseguia comer. Eu dava leite em pó em conta gotas para ela. E fiquei nessa cadeia acho que durante um mês. Depois desse mês os meninos estavam ficando muito depauperados, e eu ali sem contato com ninguém, só falava com os carcereiros. Um dia, em um domingo, um carcereiro muito boa praça chegou e disse: “Falei com a minha mulher e a gente ficou com pena da senhora. A senhora não quer deixar levar os meninos lá em casa para eles comerem direito?” Nem pensei muito. Disse: “Pode”. Então entreguei os meninos para o carcereiro, que era

um homem negro e magro, com uma cara boa. Não sei, achava ele um homem bom, sem muita explicação do porquê.

Os meninos passaram o dia com esse carcereiro, e depois ele os trouxe de volta. Então são alguns movimentos que você vai vendo. Ele falou: “Ah, as crianças gostaram, brincaram”. Hoje em dia você vê o grau de onipotência, pouca clareza do que estava acontecendo. Eu tinha certeza, baseado em não sei em que, que ele iria trazer os meninos de volta. A casa dele era perto da cadeia, segundo ele me disse. Bem, depois dessa cadeia, como eles estavam muito depauperados, a gente não teve qualquer tipo de assistência médica, de espécie alguma, nada. Aí me disseram: “Agora, a senhora vai para outro lugar”. Essa cadeia, que inauguramos, já era do sistema de segurança do estado de Alagoas e aí nos levaram para a Escola de Aprendizes de Marinheiros, que era da Marinha.

Não sabia onde a Rosa e a Rita estavam, e nem o Aldo e o Gilberto. Não tinha nenhum conhecido em Maceió, e nem advogados ou contato. O Aldo também já estava preso, vim a saber depois. Todo mundo preso. E ficava o dia inteiro presa com os meninos, um de dois anos e meio e um de três anos e meio. O que eu fiz eu não sei, eu sei que eles estavam muito fracos, sem energia mais nenhuma, fiquei ali um mês. Depois eles me levaram para essa Escola de Aprendizes de Marinheiros, que era da Marinha do Brasil. Depois eles venderam esse prédio, não sei o que é lá agora. Era um lugar, realmente, totalmente diferente, era a beira-mar, mas não víamos o mar, só ouvíamos. Tinha ar. E aí fomos comer, beber, isso já era fevereiro, fevereiro para março.

Ficamos um mês e pouco nesse lugar. Aconteceu um episódio, que agora que eu estou contando eu estou pensando. Quando o carcereiro me pediu para levar os meninos, eu deixei. Quando nós estávamos nesse lugar, um dia o Oficial do Dia, um capitão de alta patente – todo dia muda o oficial de plantão, era um capitão, não sei que patente ou mar-e-guerra, ou fragata ou corveta... Eu fui aprendendo essas patentes quando estive presa - chegou para mim, metido naquele uniforme branco, me disse o seguinte: “Conversei com a minha mulher,

e nós não temos filhos. Então eu queria saber se a senhora não quer dar o menino da senhora para criarmos. Ele vai ser uma pessoa muito bem cuidada. Que futuro a senhora tem? A senhora está presa, seu marido está preso, a família da senhora não aparece. Então a senhora dá o filho?”.

Aí, eu tive uma sensação, assim, antagônica àquela que eu tive com o carcereiro. Eu falei: “Não, de jeito nenhum”. Aí eu grudei no André e a gente foi andando de costas, olhando para o oficial, fomos saindo dali. No fundo, era como se você estivesse em um labirinto que você continuava dentro daquele lugar, sabendo que não adianta correr porque você continua dentro do mesmo lugar. E fui andando para trás e fomos saindo da sala onde estava esse capitão. Falamos logo para os dois marinheiros que estavam na cozinha: “O capitão quer que eu dê meu filho para ele”. Eles ficaram mudos! Não falaram nada.

Lembro-me de um outro fato, claramente, que um dia chegou um homem à paisana e disse: “Nós trouxemos vocês para a Marinha para vocês não dizerem depois que a Marinha os tratou mal. Vejo que vocês estão comendo bem”. Então ele assumiu que a Marinha tinha consciência de que nós estávamos lá, e eu estava na frente de um capitão de alta patente, de um militar de alta patente que queria o meu filho. Então nós saímos da Polícia Civil, que era o DOPS, entramos em uma delegacia, no Sistema de Segurança do Estado de Alagoas, depois fomos parar em uma Escola de Formação de Marinheiros, da Marinha de Guerra do Brasil, e daí finalmente fomos levados para um quarto de um hospital da Polícia Militar do Estado de Alagoas. Nossas famílias não sabiam de nada, estávamos ali com o nome frio. E ficamos presos com o nome frio o tempo todo. Eu apresentei uma carteira de identidade de solteira de quando eu tinha 18 anos. O Aldo tinha um documento frio.

Até aí não sabia onde estava o Aldo. Depois eu vi o Aldo porque nós fomos informados pela polícia: “O seu marido, o Roberto, está preso ali na prisão central”. Era a prisão onde ficou preso o Graciliano Ramos, que ele conta em Memórias do Cárcere. O Aldo, todos os camponeses e o Gilberto ficaram ali, e nós ficávamos nessa mesma

praça, nessa Policlínica da Polícia Militar. Só que eles falaram: “Para ninguém incomodar vocês e as crianças, nós vamos colocar vocês (Rosa, eu e nossos filhos) na ala das doenças infectocontagiosas”. Então nos confinaram dentro de um quarto, fecharam à chave, ficamos presas ali. Só tinha uma janela basculante que mal abria. Aí ficamos eu, o André e a Priscila em uma cama, e a Rosa e a Rita, de 7 anos, na outra cama. E dentro desse lugar nós ficamos também um mês e meio, não sei quanto. Em cima de colchões manchados e minguados, na ala das doenças contagiosas.

Como eu consegui fazer com as crianças? Eu sabia Psicologia e sabia uma noção básica de maternidade, que, quando a mãe protege o filho, a sensação que a criança vai ter é da proteção. Independente do lugar em que você está com ela. Se você formar uma espécie de tela, um para raio entre o que está acontecendo e a criança, ela se sente protegida. Eu me lembro de uma professora que dizia: “Os filhos gostam da mãe que têm. Eles não sabem, quando são pequenos, que existem mães melhores e piores, é aquela mãe que ele têm”. Então me desdobrei, e eu tinha muito vigor, ainda era bem jovem. A Rosa, companheira de cadeia, uma ótima contadora de história, inventava história que contava, repetia, sempre as mesmas. Com o mesmo final, não podia mudar. E a Priscila, rindo, pedia: “De novo”. E a Rosa, com paciência, contava de novo.

Eles eram muito pequenininhos, eu brincava de somar as caixinhas de remédio, os vidrinhos de remédio. A gente pedia, já que estávamos no hospital, vidros vazios de remédio que vinham com tampas de borracha coloridas. Vamos formar um conjunto de verde, um conjunto de vermelho. Essa coisa que se faz com criança pequenininha. E de tarde, que era a hora que tínhamos autorização para sair do quarto que só tinha uma janela lá no alto, qual foi o lugar que nos foi dado ficar com as crianças? No pátio de despejo, de descarte do hospital. Não tinha container, nem nada. Tudo jogado de qualquer jeito. Era uma área cheia de bandagens, vidros, pedaços de gesso retirados das pernas, dos braços, que jogavam ali, inteiros. Então os ratos entravam por essas

pernas, que para os ratos eram como se fossem túneis. As crianças e nós ficávamos só olhando, tentando ver os ratos correrem.

Outro dia perguntei ao meu filho, hoje com 47 anos: “André, do que você se lembra daquele pátio do hospital?” “Eu me lembro de você falando: ‘Olha, vamos ver se o rato menor consegue escapar do maior’”. Então ficávamos vendo os ratos brincarem, era o que podíamos fazer. E as crianças sentadinhas num degrau assim estreito. Nós duas, num outro, nos degraus de uma escada de pedra. Depois das quatro horas da tarde encerravam o expediente, é quando o sol começa a se por, a bandeira não pode receber o sereno, então é a hora que desce a bandeira, dobra-se a bandeira, e aí é como se fosse o momento, na nossa compreensão, que as coisas ficam mais livres. Por isso é que podíamos sair do quarto-prisão, porque os soldados que andavam por ali já tinham ido embora. Ninguém falava conosco. Era como se fôssemos transparentes. No dia do aniversário da Priscila, que ela fez três anos, não sei como, conseguimos um bolo que levamos para ela soprar na cadeia do Aldo. Nós conversávamos através da grade enorme da cadeia. A Pri soprou as três velinhas na hora da visita ao pai, na cadeia, e depois voltamos para nossa própria cadeia.

Tortura dolorosa não sofremos. Sofremos maus tratos, fomos expostos a uma situação de doenças contagiosas, fomos impedidos de ir e vir. Dormimos no mesmo quarto que os investigadores do DOPS e fomos trancafiados em uma cela de delegacia, com grade e uma chave enorme que parecia chave de filme de terror. Não sei que tipo de percepção as crianças podem ter tido, muito precoces, dessas experiências. Então, o impacto que essa prisão pode ter tido sobre eles pode ter sido “amortecido” porque, nessa ocasião, eu estava muito íntegra do ponto de vista emocional, do ponto de vista psíquico; do ponto de vista político e revolucionário, eu tinha muita confiança, não sei tirada de onde, aquela confiança que as pessoas que estão numa situação limite têm. Que as mães têm, quando são as únicas que podem proteger os filhos. Não vai acontecer o pior, a gente acredita que vai deter o perigo com o olhar e com as próprias mãos.

E eu não me lembro de ter adoecido nessa época. Estávamos submetidos a uma situação de constrangimento absoluto, de maus tratos, de exposição a doenças, concretamente, nesse hospital. Hoje em dia você não passa perto do lixo, e nem olha para material infectocontagioso que está dentro de um container em um hospital. A gente ficava pelo menos uns 40 minutos, que era o tempo que podíamos ficar, no pátio de descarte a céu aberto daquele hospital. Os meninos não tocavam em nada, mas estávamos naquele ambiente, respirando aquele ar. Além disso, estávamos em uma ala de doenças contagiosas, nem sei quem pode ter ficado naquelas camas em que dormíamos. Havia nas paredes umas datas escritas a lápis. Ficamos em uma relação de prisão, de constrangimento absoluto, disponibilizadas ao tratamento degradante e, do ponto de vista nosso, meu e das crianças, as consequências que houve, para mim, e como foi que elas me impactaram, depois eu comento, e nas crianças, quer dizer, nos meus filhos que hoje têm 46 e 47 anos de idade, sobre esse momento, especificamente da prisão, eles até hoje, quando eu pergunto, dizem não se lembrar, eles não falam comigo sobre esse tempo, eles se referem mais a outras situações, quando já eram adolescentes e vivíamos clandestinos em São Paulo.

Voltando a Alagoas, nós fomos para a audiência em uma Auditoria Militar em Recife. Fomos todos nos jipes da polícia. Levamos horas infundáveis de Maceió para Recife. Uma das advogadas que AP contratou para nos assistir, eram duas, mas a doutora Mércia nos falou assim quando descemos em Recife já dentro da Auditoria Militar: “Vocês põem os meninos para correr dentro da Auditoria, para eles gritarem, fazerem bastante bagunça”. Aí os juízes, todos militares, quando entraram, ficaram perplexos com o André, a Priscila e a Rita brincando de pegador dentro da Auditoria Militar. Eles corriam para lá e para cá, se escondiam atrás das cortinas que eram gigantescas e o tecido descia do teto até o chão. Gritavam: “Pode vir, estou aqui!”. Quando o juiz viu aquilo disse: “Mas o que essas crianças estão fazendo dentro dessa Auditoria?” A nossa advogada respondeu: “Excelência, essas crianças estão presas, junto com a mãe”. Ele ficou atrapalhado e falou: “Imediatamente retirem

as mães e as crianças dessa sala”. E foi assim que nós saímos das garras militares daquele Tribunal Militar.

Então, ao nos retirarmos, aconteceu um fato absolutamente inusitado. Todas as pessoas que passam pela experiência de prisão – pelo menos eu vivi essa experiência, suponho que outras pessoas viveram – perdem algumas coisas. A primeira perda é a da noção de espaço. Você fica confinada em um lugar muito pequeno, então você não tem noção de ocupação de espaço, você não sabe onde começa e onde termina seu território. Essa coisa que se fala ‘liberdade de ir e vir’, que parece uma coisa tão singela, ela é absolutamente fundante e essencial porque se você está em um lugar que você não pode andar mais do que cinco passos para cá e cinco para lá, quando passa muito tempo você perde a noção de espaço. Eu tive contato com alguns ex-presos que saíram da cadeia, e eu me lembro de um deles, o Aton Fon Filho, quando ele saiu da cadeia depois de dez anos preso, eu fui à casa dele. Ele alugou um apartamento e no apartamento não tinha nada. Ele alugou um apartamento ótimo, tinha mais de um quarto, sala, cozinha, na cozinha tinha fogão, na sala não havia cadeira. E ele dormia em um quarto, tudo dele estava colocado ao lado da cama dele. Naquele espaço desse “tamanhozinho”, eu falei: “Fon, você está aqui em um espaço de um metro por um metro, nesta casa tão espaçosa”, e ele disse: “Eu não consigo sair desse lugar, eu não consigo espalhar as minhas coisas, o confinamento externo é tão oprimente que elimina suas referências de espaço, só depois de um tempo você se reorganiza”.

Voltando ao Tribunal Militar, quando saímos da Auditoria, duas coisas me impactaram. Primeiro, ver o verde. Impressionante a exuberância do verde, porque havíamos permanecido em lugares em que você não via árvores, você via a luz do dia pela janelinha, mas você não via as árvores, não tinha nada de verde. Então, ver as árvores era uma coisa absolutamente exuberante. E a outra coisa relativa a nós e às crianças foi a relação com espaço, com limites. E o que aconteceu? Nós saímos, duas advogadas, eu, a Rosa com a filha, eu com o André

segurando uma das minhas mãos e a Priscila a outra mão. E o André escapou da minha mão e saiu correndo desabaladamente. Parecia um foguete. E ele saiu correndo, quando eu vi, ele não estava mais comigo. Isso era umas cinco horas da tarde e era em Recife, e nesse lugar em que nós estávamos, dava para uma praça, como se fosse o Parque Dom Pedro em São Paulo, um terminal de ônibus, às cinco horas da tarde. E o André tinha sumido. Então eu entrei em estado de desespero absoluto, que eu não tinha tido durante todo o tempo de prisão, eu fiquei absolutamente enlouquecida. Aí eu gritava, gritava, gritava, “André!”, e todas nós começamos a gritar: “André, André, André!”. E ele tinha nessa época o quê? Três anos e meio, quatro anos. E aí eu saí em direção a esse terminal de ônibus e completamente siderada eu vi o André entrando em um ônibus no colo de uma senhora. Aí eu gritei André, ele começou a chorar, eu fui lá e o peguei. E a senhora falou assim: “Que bom que você chegou! Porque esse menino estava aqui chorando, e eu falava: ‘Cadê sua mãe, cadê sua mãe?’”, e ele só chorava. Então eu o coloquei no colo e falei: ‘Vou levar você para encontrar sua mãe’”. E ele ficou no colo dela soluçando. Ou seja, se chegasse cinco ou dez minutos depois, eu nunca mais ia ver meu filho, depois de termos ficado grudados, nos três, nos quatro meses e meio de cadeia.

Então foi uma situação tão avassaladora, nesse momento, eu fiquei realmente muito desorganizada. Foi a prova mais objetiva de que o André não tinha nenhuma noção de espaço, e nenhuma noção de perigo, e de distanciamento, porque de repente aquela possibilidade estava dada. Ele saiu correndo como se eu estivesse do lado dele, pois foi a experiência que vivemos, estávamos todos os dias sempre perto e confinados. Uma coisa muito devastadora, para mim, certamente para ele, e nós nunca conversamos sobre isso. Mais recentemente, eu tenho conversado com eles, o André disse que se lembra dessa situação da prisão, ali, dos ratos, a gente brincando com os ratos como se fosse o ratinho fugindo do ratão, como se fosse Tom e Jerry, e dele chorando no colo dessa pessoa, ele não sentiu perigo nenhum, talvez achando que ela ia me encontrar mesmo.

Então, são situações que a gente só tem conversado muito recentemente, depois de um peso destas experiências serem possíveis de ser conversadas. Depois que saímos da prisão e do Nordeste, voltamos para São Paulo, e continuamos a vida clandestina em São Paulo, fomos morar nos bairros mais periféricos, no Morro Grande, Itaquera, Vila Formosa, e permanecemos clandestinos mais oito anos, até o Aldo ser novamente preso. As crianças foram para a escola da Prefeitura e fizeram toda a escola com nomes frios. Este tempo teve fortíssimo impacto sobre eles, pois já estavam maiores na escola e percebiam que havia muito segredo e muito não dito sobre as coisas e as situações que vivíamos.

O Aldo fugiu da prisão no Nordeste, junto com o Gilberto. Eles fugiram dentro de um porta-malas de um carro. Eles conseguiram planejar uma fuga. Saíram correndo de dentro do DOPS, porque o DOPS era ao rés-do-chão. Eles puseram entorpecente no café do carcereiro, à noite, e saíram correndo. Entraram em um carro, tudo havia sido combinado antes, por meio das advogadas, com os nossos companheiros de APML e eles conseguiram escapar e vieram a São Paulo. Nós nos reencontramos e decidimos cair na clandestinidade mais severa. Passamos pelo exílio, pela prisão e decidimos continuar clandestinos. Mas aí já era pós-1968, quer dizer, a situação de repressão aqui em São Paulo era absolutamente radical e catastrófica, truculenta e assassina.

Nós ficamos morando em bairros da periferia, vivendo com nomes frios, e fazendo nossas atividades políticas dentro de APML em uma situação de segurança a mais rigorosa possível. A partir daí, as crianças começaram a viver com nome frio, chamavam-se André Guimarães Silva e Priscila Guimarães Silva. Eu me chamava Joana Maria da Silva, e o Aldo chamava Roberto Ferreira. Eles frequentaram escolas públicas e foram matriculados, alfabetizados e passaram a se reconhecer com esse nome, André Guimarães Silva e Priscila Guimarães Silva.

Passados 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, o Aldo foi preso novamente em São Paulo, na “Chacina da Lapa”, na Pio XI.

Num primeiro momento da prisão do Aldo, em 1976, os meus filhos ficaram um ano na casa da minha mãe em Belo Horizonte. O meu irmão, Bruno, que morava em São Paulo, os levou de carro. Então, pela primeira vez na vida deles, já aos nove e dez anos de idade, ficaram sabendo que tinham outros nomes e uma família enorme.

Eu sou a 13ª filha de uma família de muitos sobrinhos e eles não conheciam o André e a Priscila e nem os dois sabiam de tantos primos. Minhas irmãs e irmãos também não os conheciam, só a minha mãe e uma das irmãs que por muito tempo morou conosco conheciam a Pri e o André. Esta descoberta, ou melhor, revelação, foi de enorme impacto na vida deles. A Priscila escreveu um belo texto, recentemente, sobre identidade, nome e paradoxos da liberdade. Nunca havia pensado nesta questão do nome frio para uma criança, nesta cisão que a ditadura impôs sobre nossas vidas e precocemente na vida dos filhos, e as repercussões que ainda reverberam ao poderem enfim, após mais de 30 e tantos anos, ser, lentamente, “compartilhadas” entre nós. Ficamos todo o tempo da clandestinidade em São Paulo, vivendo nós quatro, ou seja, os meninos ficaram clandestinos conosco.

Nessa época, eu fazia alguns trabalhos *free lancer*; teve uma época que eu trabalhei como revisora de lista telefônica, a partir daí comecei a usar óculos. O Aldo dava aula de reforço de Matemática. Este era um trabalho “disfarce”, pois, na verdade, éramos militantes trabalhando na nossa Organização e profissionalizados, por assim dizer, pela Organização. Vivemos em casas muito precárias. Cheguei a morar na periferia, em São Paulo, em casa que não tinha água encanada, que tinha que botar uma bacia na cozinha para lavar as coisas. Tomávamos banho de balde e com canecas de água, tudo muito precário. Os meninos almoçavam e lanchavam na escola da Prefeitura, ficavam lá o dia todo e comiam por lá também.

Eu tinha contato com a minha irmã Tereza, a única pessoa da família, e o Aldo tinha contato com o pai e a mãe que vinham a São Paulo, nos encontrávamos com eles, depois de muito despistar. Mas não muito mais que uma vez por ano. E a minha irmã era a pessoa com

quem eu tinha contato, a Maria Tereza morava conosco no sobradinho que vendemos e foi muito próxima, solidária, essencial. Eu também tinha um irmão aqui em São Paulo que no Natal nos encontrávamos. Então, nós vivíamos como militantes clandestinos, participando de todos os trabalhos políticos decididos por APML em um tempo sombrio, de resistência. A gente não sabia o que poderia acontecer até o fim do dia, e nem o que aconteceria no dia seguinte.

Ficava-se sabendo das notícias pelos jornais, pelo rádio, ou por contatos internos. O Aldo era da direção nacional e nunca conversava comigo, que era uma das integrantes do serviço de comunicação entre os dirigentes nacionais, e não podíamos informar o que acontecia na minha célula, nem ele o que acontecia. Eu conhecia só mais quatro militantes. Ninguém sabia se o outro era casado, se tinha filho. Sabíamos que a pessoa tinha filho porque se houvesse uma reunião, e aparecia o militante com filho, alguém levava seus filhos para ficar na casa dele. Os meninos diziam: “Foi legal na casa do tio”. Então, todo mundo era tio, tia, nunca souberam nome desses famosos e queridos tios e tias. Um dos tios na casa de que eles ficavam foi o José Carlos da Mata Machado, que depois foi assassinado pela Ditadura. José Carlos foi um grande amigo desde Belo Horizonte, quando éramos estudantes universitários.

Mas houve mortes em AP e também desaparecidos políticos, entre eles o Honestino Guimarães, o Fernando Santa Cruz, o Paulo Wright. O Gildo Lacerda foi assassinado e também o Humberto Câmara Neto. O Aldo foi preso de novo na queda da Lapa, já como dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), pois a AP, majoritariamente, incorporou-se ao PCdoB. A Chacina da Lapa foi comandada pelo Brilhante Ustra, uma operação casada entre o Exército, o DOPS de São Paulo e outros órgãos militares, e o Brilhante Ustra era um dos “cabeças” dessa operação. Ele e o [Sérgio Fernando Paranhos] Fleury. O Fleury passou a me procurar. O nosso advogado, o Luiz Eduardo Greenhalgh, orientou que fosse para Belo Horizonte, deixei os meninos lá e fiquei escondida no Rio de Janeiro. O Marcelo Cerqueira, que fora contemporâneo da

época da gestão do Aldo na Une, e amigo, me levou pra ficar escondida no Rio de Janeiro. Os meus filhos ficaram em Belo Horizonte.

Nessa ocasião, o André tinha 11 anos e a Priscila tinha dez. Eles ficaram na casa da minha mãe, em Belo Horizonte. A casa era muito grande, nós éramos muitos irmãos, tinha uma sala muito grande, cheia de cadeiras e mesas. Um dia chegaram uns homens na casa da minha mãe e disseram que eram amigos do Aldo. A Priscila e o André olharam do segundo andar da casa, e viram uma coisa parecida com carro de polícia, uns homens esquisitos, de óculos escuros. Eles falaram: “Não podem ser amigos do papai, nem da mamãe. Não vamos descer”. Mas a Priscila desceu, porque ela queria olhar o que iam dizer, pela fresta da porta. Na hora em que ela estava olhando, eles entraram na sala. Então ela se escondeu embaixo da mesa. A sala tinha uma mesa enorme pra 12 lugares e duas mesas redondas menores pra seis lugares. Essa mesa que tem uma toalha até o chão. E eles se sentaram em uma dessas mesas onde a Priscila estava escondida. Este fato, a Priscila que hoje tem 46 anos de idade, ela só me contou há 10 anos.

Um dia, ela já estava casada, com filhos, estava vindo de uma sessão de psicoterapia, eu fui buscá-la e ela falou: “Mamãe, queria contar uma coisa para você. Hoje eu saí debaixo da mesa” “Mas o que quer dizer, saiu debaixo da mesa?”. Aí ela começou a me contar. Ela me contou que ficou embaixo da mesa, aí é que fiquei sabendo. Ela contou que eles se sentaram em volta e que ela ouviu a conversa do Alcides Singilo, parceiro do Fleury, sobre a prisão do Aldo. E eles descreveram a tortura do Aldo e ela não sabia ainda que o Aldo estava preso em São Paulo. Ela não sabia o que tinha acontecido, sabia que o pai estava sumido e que a mãe estava sumida. Os tais homens pediam para minha mãe dizer onde eu estava, porque era melhor ela falar, pois eles iriam me procurar de qualquer jeito.

Enfim, eu não sei o que eles falaram e o que a Priscila escutou, mas ela ficou um tempo ouvindo a conversa entre os torturadores, a minha mãe e a minha irmã. A minha mãe disse: “Mas eu não sei onde minha filha está. Mesmo assim, se eu soubesse, acham que eu iria

dizer?”. Minha mãe, uma senhora já naquela época, ela devia ter quase 80 anos. E quando a Priscila começou a ouvir essa história, estarecida, saiu correndo debaixo da mesa. Nessa noite ela teve uma febre que ninguém entendeu, de mais de 40 graus, quase teve uma convulsão. Foi um corre-corre em casa, ela não estava gripada, não estava doente. Ninguém entendia o motivo daquela febre repentina e ela não falava, e nunca se entendeu.

Eu só vim saber de tudo isso há dez anos. Enfim, isso teve todo um percurso na vida dela que ficou como um segredo, pesado e sem palavras para contar. Então é isso que eu quero dizer, o que fica na cabeça de uma pessoa adulta, o que ficou como proibição, como segredo, pode ter um preço muito alto. O André também tem histórias de não poder dizer a verdade sobre seus pais, para os amigos de escola e onde morava, e ao mesmo tempo sempre ter ouvido que não se pode mentir. Houve uma conversa, ainda pequeno, aos oito, nove anos de idade com o Aldo, sobre mentira e verdade, que ele contou em uma reunião em Brasília, recentemente.

Então, eu acho que, independentemente das situações que a gente acha que deixaram marcas, há outras que somente agora estão aparecendo como marcas. Houve impactos de muitos tipos. São inimagináveis. Porque eu nunca imaginei que para nós, adultos, que usamos nossos nomes frios como defesa, e que depois pudemos reassentar nossas identidades, na verdade não foi uma coisa tão simples. Eu me lembro de uma amiga, Maria Alice Vassimon, que é psicóloga. Ela foi uma das primeiras pessoas que eu fui procurar aqui em São Paulo, quando saí da clandestinidade; eu sabia onde era o lugar que trabalhava. Então há alguns anos ela falou assim: “Você lembra como você estava vestida no dia que você me procurou?”. Nós tínhamos sido muito amigas. Eu falei: “Não, eu não me lembro” “Você estava de calça comprida, mas você tinha uma tarjeta grudada na sua blusa, escrito assim: ‘Dodora Almeida Cunha Arantes’. Você chegou com o seu nome escrito me procurando no trabalho. Você acha que eu não sabia que era você?” Eu falei: “Pois é, eu não sei por que eu fiz isso”. Alguma coisa me

fez pensar que as pessoas talvez não me reconhecessem, afinal havia se passado 15 anos, mas, na verdade, não consegui dar uma explicação. E, aos poucos, passados tantos anos, ainda agora que nós estamos começando a contar uns para os outros, quer dizer, eu para os meus filhos, e eles pra mim, essas histórias, muita coisa vem se desvelando, como um emaranhado de um novelo, e sempre nos surpreendemos.

Depois que o Aldo foi preso em 1976, eu recuperei a minha identidade e me integrei na luta pela anistia. Fui uma das fundadoras do Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo, e resolvi então retomar a minha profissão como psicóloga. Eu achei que a forma de me reintegrar na profissão, a primeira coisa foi reassentar a minha identidade, eu voltei a me inscrever, no Conselho Regional de Psicologia. A minha filiação ao CRP, foi feita inicialmente diretamente no Ministério da Educação, meu primeiro registro foi de número 659 de 1965. E agora é um número enorme, porque eu voltei a me filiar em 1980. Fui fazer um curso de pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica (PUC), fiz em Psicologia Clínica, fiz uma formação em Psicanálise, no Instituto Sedes Sapientiae, abri meu consultório, fui trabalhar como psicanalista.

Depois me aproximei do CRP-06, principalmente do ano 2000, 2003, 2004, quando a Ana Bock me convidou para representar a Psicologia no Comitê de Prevenção e Combate à Tortura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Nessa ocasião, a Graça Marchina Gonçalves era a Presidente e entrei na Comissão de Direitos Humanos como convidada. Depois fui eleita conselheira na gestão seguinte, da Marilene Proença, e passei a dirigir a comissão de Direitos Humanos do CRP-06. Em 2009, fui convidada para ir trabalhar em Brasília e coordenar o Programa de Combate à Tortura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Fui morar em Brasília, passei à condição de suplente no CRP-06. O Humberto Verona me convidou para ser integrante da Comissão Nacional de Direitos Humanos, onde estou atualmente. Refiz a minha *militância perdida* dentro da Psicologia, sempre me considerei psicóloga. O famoso livro do Gesell a que me referi no princípio, minha amiga me entregou 20 anos depois. Em 1980. Ela

falou: “Dodora, eu recebi de uma amiga minha que mora na Bahia, que você não conhece, esse livro, e ela disse que era seu”. Ela me perguntou se eu conhecia a Dodora e me deu esse livro para te entregar. permite que as páginas da tabela apareçam à medida que o usuário desce na tabela, mas te adianto pelo menos como esta função funciona (seus parâmetros): Ela disse: “Você não precisa falar nada que ela vai saber o que é”. Sabe, quando ela me deu o livro, foi um resgate do dia do golpe, 1º de abril de 1964, quase 20 anos depois. Então hoje estou aqui, é isso.

O Aldo ficou preso até a anistia. Ele saiu, foi um dos primeiros presos que saíram com a anistia, no próprio dia da decretação, quer dizer, da promulgação da Lei de Anistia, que não contemplou os crimes de sangue. Vários presos ficaram em cadeia, as pessoas que pegaram em armas não foram anistiadas. O Aldo saiu no próprio dia da lei, 28 de agosto de 1979. Depois disso, como militante do Partido Comunista do Brasil, foi designado para voltar a Goiânia, porque ele é de Goiás, e eu fiquei aqui em São Paulo fazendo a minha formação em Psicanálise, os meninos aqui nas escolas, e ele vinha e voltava. Depois ele se integrou politicamente lá em Goiás, foi eleito deputado federal, primeiro pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), depois pelo PCdoB, e fez uma trajetória lá em Brasília, onde ele mora até hoje.

Nós nos separamos em 1991, e nos divorciamos. Nos encontramos junto com os filhos e sempre conversamos sobre política, enfim, mantivemos uma relação de respeito entre nós, mas foi uma vida muito entrecortada, cheia de rupturas. A questão principal, eu acho, foi uma das devastações que a ditadura promove, é que ela, assim como um agente laranja, um agente químico, destrói, calcina o terreno das matrizes mais comunitárias, mais íntimas, porque nunca mais você tem contato com os familiares e amigos do jeito que era antes. Eu tenho sobrinhos que vieram me conhecer depois que já eram grandes. “Nossa, a gente ouvia falar de você e não te conhecia”. Então calcina as matrizes familiares, de amizade, profissionais. E você tem que sustentar esse lugar sem muitas possibilidades de explicar o porquê para as pessoas. Porque os presos, os clandestinos, não conversam sobre essas questões, ou, pelo menos,

até agora não conversavam. Agora, com a instalação da Comissão da Verdade, você vê as pessoas publicamente falando sobre a vida delas, porque antes as pessoas não falavam.

Uma entrevista como essa que eu estou dando hoje ao CRP-06, e que também dei lá em Brasília, no dia que fizemos uma reunião das comissões de Direitos Humanos de todos os Conselhos Regionais, é uma entrevista que nem se cogitava quando eu entrei aqui na Comissão de Direitos Humanos, em 2004. Essa pauta do resgate, da micro-devastação da ditadura, ela ainda não se colocava porque havia tarefas anteriores, macro, para então poder fazer uma pauta coletiva. Então eu considero que a nossa família conseguiu preservar nossas relações durante a cadeia, na longa clandestinidade, de quase 10 anos, na resistência à ditadura. Os filhos se casaram, têm filhos, são bons pais, são ótimos companheiros, os laços comigo e também os laços que eles mantêm com a minha família foram sendo refeitos, mas é como se você tivesse gasto toda sua energia para poder sustentar esse lugar, para não ficar completamente à deriva. Mas há sempre um resíduo do que foi pior, que permanece guardado no fundo e que pulsa.

Foram 20 anos até que eu retomasse a Psicologia. Você veja bem, eu fui defender o meu doutorado há dois anos. Eu já tinha 70 anos quando defendi, em 2011. Então, quando eu entrava na sala, os meus colegas de doutorado achavam que eu era professora. Eu falei: “Ó pessoal, tudo bem, eu também sou aluna”. Eu estudei com colegas que são mais novos do que os meus filhos. Tudo isso porque eu tinha muita vontade mesmo de retomar a formação profissional, de poder ser respeitada, não pelo que eu não fiz, mas pelo que eu voltei e consegui fazer. Eu achava que eu tinha que ter uma produção, que eu teria que ter um resgate. Tanto é que as minhas duas teses são muito imantadas no campo da ditadura. O meu primeiro trabalho é sobre clandestinidade política, feito sobre pessoas que viveram mais de dez anos clandestinas no Brasil, como elas não se desorganizaram psiquicamente, então fiz uma reflexão dentro do campo da Psicanálise, que é a teoria que eu abracei como desenvolvimento da minha formação como psicanalista.

E agora, a tese que eu fiz sobre a tortura, também foi toda dentro desse campo, da reverberação sobre o psíquico das sobre determinações da política, da ditadura, da cultura, e como é que a destrutividade entre os homens prevalece, apesar de todos os pactos civilizatórios.

Os meus dois trabalhos acadêmicos, embora eu tenha feito doutorado no campo das Ciências Sociais, eu fiz com a orientação de uma socióloga com formação também em Psicanálise que é a Caterina Koltai, e fiz o mestrado com o Renato Mezan que é filósofo e também psicanalista. Eu fui fazer o doutorado nas Ciências Sociais porque achei que era o programa da PUC que poderia me receber. Porque quando eu fui fazer a tese, eu fui olhar quais as teses de Psicologia que havia sobre tortura, ditadura. Nenhuma, zero. Em 2006, quando comecei, não tinha. Você tem tese do Direito, que a maior parte das teses é no campo do Direito, principalmente depois da Lei Brasileira da Tortura, nº 9455 de 1997. No campo da História, há trabalhos sobre os campos de extermínio que abordam a Segunda Guerra Mundial, e, sobretudo, os que estudam a Inquisição, aí encontrei referências sobre tortura. No campo da Literatura, sobre os Autos da Inquisição. Mas no campo da Psicologia não encontrei. Nem na PUC, nem na USP, nem na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) nos dez últimos anos. Fiz um levantamento das teses acadêmicas, dos que estudaram a tortura nestas universidades. Não encontrei nenhum psicólogo em nenhum programa, em nenhuma dessas universidades que eu pesquisei em São Paulo. Eu pesquisei as bases de dados da PUC, USP, a Unicamp e a Unifesp, peguei essas quatro. Fiz levantamento de todas as teses nesse período, levantei 39 teses disponibilizadas no banco de dados da PUC e nenhuma era da Psicologia. Então eu acho que a Psicologia agora está processando esta temática e certamente haverá um estímulo para produções na nossa área, sobre tortura e a devastação provocada pela ditadura civil militar, tenho certeza disso.

Este trabalho que vocês estão fazendo, das entrevistas, das que foram possíveis ser feitas, abriu um espaço para testemunhos sobre a ditadura. E depois virá o concurso dos textos, que, espero,

estímule novos relatos e reflexões sobre a ditadura civil militar em nosso País. Vai sendo construído uma espécie de campo para que estas questões possam fazer parte, naturalmente, do campo da Psicologia, e não um tema para ser tratado como uma última possibilidade, caso tenha sobrado um espaço. Penso que esta temática poderá ser uma preocupação integrante da vida cidadã de todos os psicólogos do país.

Todas as organizações políticas que foram fundadas entre o final dos anos de 1950 e na década de 1960, época que antecedeu o Golpe de Abril ou na mesma época da Ditadura Civil Militar – e chegaram a ser mais de 60 grupos - todos nós, que fundávamos as organizações revolucionárias, como a Ação Popular Marxista Leninista e outras, e cada uma dessas organizações achava que estava absolutamente certa. Para você fazer a revolução, você tinha que analisar o caráter de classe da sociedade para deduzir o caráter da transformação a ser proposta. Se o Brasil já estava na fase capitalista ou pré-capitalista, ou se tinha que resolver primeiro a questão da posse da terra.

Estou dizendo em uma frase o que ficava escrito e discutido em inúmeros textos e documentos em organizações como a nossa. A APML, com a adesão ao maoísmo, propunha a revolução a partir do campo com o cerco à cidade. As divergências entre os grupos eram inconciliáveis e levavam a cisões por estas análises ou outras de natureza diferente, mas todas com o objetivo de resistir à ditadura e de vencer o inimigo. Análise certa ou equivocada, mas todos tínhamos convicção de que o que encaminhávamos era o certo. Essa convicção minha acabou, caiu como um pano de cena em 1977, no dia em que fui visitar o Aldo que estava preso no presídio do Barro Branco, onde estavam todos os presos políticos de São Paulo. Então, ali, estavam todos os presos políticos de São Paulo, vários dirigentes nacionais, o presídio do Barro Branco era considerado um presídio político. E eles tinham um costume, que mantiveram; quando ia uma pessoa pela primeira vez, faziam uma ala, porque você entra na cadeia, é um corredor, uma ala, e a pessoa que você vai visitar vinha apresentando: “Esse é fulano, esse é sicrano”, todos já sabiam de antemão, que familiar ou amigo viria

visitar: “Esse aqui é o fulano dirigente do PCB, este do PCdoB, esse, da Aliança Libertadora Nacional (ALN), esse daqui da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), esse do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), VAR-Palmares...”. Então, eu fui percebendo que todas essas organizações tinham agora um inimigo comum, que era um único, que era a ditadura. Foi nesse momento – não foi em um discurso, em uma aula, em um grupo de estudo, em uma pesquisa acadêmica – que eu percebi, com uma clareza meridiana, que todas as nossas divergências ali desapareceram porque estávamos todos, era uma cadeia masculina, uns tinham sido condenados à morte e depois a pena foi comutada para pena de prisão perpétua, ou 30 anos de prisão, outros já estavam presos há dez anos. E, aos poucos, você vai sabendo a história, essas pessoas foram todas muito torturadas.

Durante dois anos e nove meses, que foi o tempo que o Aldo ficou preso, eu ia semanalmente no dia de visita juntamente com o André e a Priscila. Muitos presos ali, aliás, todos, foram sequestrados, barbaramente torturados e quase assassinados. Amigos seus foram exterminados. Então naquele momento me deu a convicção de que o inimigo comum a todos era a ditadura. Foi aí que todo o incentivo de trabalho além das divergências e acima das diferenças se impôs para mim como uma convicção. A luta pela anistia entrou na minha alma, para sempre. E passei a conviver com pessoas de todas as organizações políticas, principalmente os familiares, que eram familiares de pessoas desaparecidas, mortas, de cada uma dessas organizações. Então, pra mim, “caiu a ficha”. Nosso inimigo é o mesmo, tanto é que não sou filiada a nenhum partido político, passei a ter uma visão maior do campo dos resistentes. Existem pautas em torno das quais, necessariamente, as pessoas têm que se unir pra poder fazer essa pauta acontecer. E a indicação que vocês me fizeram, para participar do Conselho Consultivo da Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo, é uma forma privilegiada de conhecer melhor a história política de resistência à ditadura militar.

Hoje, eu ouvi a história da Lara Lavelberg, que era psicóloga como nós, e que era da VPR. Na semana passada, eu ouvi a vida do Fernando Santa Cruz, que era de AP. Depois houve um dia em que a audiência pública foi sobre o PCB. Os depoimentos que foram concedidos falaram de coisas que eu não conhecia do Partido Comunista Brasileiro, de todo o trabalho que eles desenvolveram com o Socorro Vermelho, contado pela Albertina Duarte, e foi aí que ela perguntou sobre a Psicologia. Onde estão os psicólogos na atenção às pessoas afetadas pela ditadura? Ela perguntou publicamente, não a mim, porque ela não me conhece pessoalmente, mas foi uma pergunta para a qual temos que poder construir uma proposta. Então, eu passei a ter uma visão, eu diria assim, compartilhável, de que algumas questões que a sociedade brasileira deve resolver têm que ser compartilhadas. O inimigo tem muito poder, e, sobretudo, tem as armas. Eu realmente acabei me formando nessa escola pela prática. Na prática.

E essa oportunidade que me tem sido oferecida na Psicologia, é realmente privilegiada. Eu poder estar nas Comissões de Direitos Humanos, tendo sempre um apoio muito fraterno, de muito incentivo do CRP-06, de todas vocês que eu conheci aqui nas diferentes gestões.

Agradeço muito a possibilidade dessa entrevista.



MARIA CELESTE FRANCISCO

Depoimento entregue por escrito pela psicóloga ao Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (São Paulo).

Meu nome é Maria Celeste Francisco, brasileira, psicóloga atuante na área de psicoterapia de adultos na cidade da Universidade Estadual Paulista, desde 1985. Formei-me em 1974, na Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, na cidade de Assis, estado de São Paulo.

Sou filha primogênita de Antônio Francisco, brasileiro, falecido no mês de abril de 1995, e de Maria Lourençon Francisco, brasileira, falecida em maio de 2003. Tenho sete irmãos, sendo eles em ordem decrescente: Antonio, conhecido como Nico (falecido em 2010), Elizabeth, Eugênio, Lucinéia, Ivani, Diógenes e Wagner Roberto.

Meu pai era ferroviário da antiga Estrada de Ferro Sorocabana na cidade de Assis, estado de São Paulo. Por pertencer ao movimento político de esquerda, no qual afirmava sem medo que era comunista, foi preso e torturado fisicamente em abril de 1964 e, por estranha coincidência, morreu no mesmo mês de abril de 1995.

Nico, apesar da pouca idade, também era ferroviário e seguia os passos políticos do pai. Foi procurado e altamente perseguido pelos policiais do DOPS no período do golpe militar em 1964, mas conseguiu fugir, deixando a família sem notícias suas por alguns meses, e não foi preso. Soubemos mais tarde pelo seu próprio relato que, apesar de toda perseguição sofrida no ato de sua fuga, algumas pessoas o ajudaram a encontrar um esconderijo seguro. Entretanto, apesar de não ter sido externamente preso, como de fato aconteceu com meu pai, Nico, internamente, se prendeu. Desenvolveu uma paranoia ao longo da vida e morreu subitamente em maio de 2010. Acredito que seu sofrimento psicológico foi bastante significativo até o dia de sua morte.

No ano do início da ditadura militar no Brasil eu tinha 23 anos de idade, Nico, 21, Elizabeth, 19, Eugênio, 17, Lucinéia, 14, Ivani, 13, Diógenes, 11 e Wagner, 3. Meus pais tinham ambos a mesma idade, 48 anos.

Como filha e cidadã brasileira, volta e meia, vem à mente os fatos ocorridos no período da ditadura militar em nosso País: medo de andar na rua, desconfiança, angústia e outros transtornos. Foram muitas as consequências psicológicas desse período, recaídas não somente no cidadão preso, torturado, morto, desaparecido, mas também em grande número de famílias brasileiras e a minha, certamente, estava nesse contexto. Assim, não foram somente meu pai e meu irmão que sofreram torturas psicológicas, mas toda minha família, o que nos deixou marcas irreparáveis.

Não tem como esquecer minha casa sendo invadida por policiais do DOPS, que pulavam a janela de meu quarto, abrindo as gavetas de roupas íntimas à procura de não sei o quê; vasculhando todo o quintal a procura de livros considerados subversivos e/ou de origem da União Soviética. Minha mãe gritando “onde estão meu marido e meu filho Nico?”, e, em seguida, desmaiando.

Meus irmãos todos assustados, chorando e encurralados sem poder sequer pronunciar uma palavra, pois eram reprimidos violentamente.

Meu pai herói algemado como um criminoso, sendo levado para a prisão, onde sofreria torturas físicas e psicológicas, sabendo tratar-se de um cidadão brasileiro cumpridor honesto de seus deveres de trabalhador, marido e pai acolhedor. Meu irmão Nico desaparecido, escondido por intermináveis três meses e nós agonizados sem saber se ele estava vivo ou morto.

A discriminação e segregação social sofrida por minha família por meio de atitudes preconceituosas e agressivas vindas de estabelecimentos comerciais. Piadas e insultos na escola e na rua: **“Iá vai a filha/o filho do comunista”**. Questionamentos das famílias de namorados/namoradas de meus irmãos/irmãs: **“você sabe que está namorando filho/filha de comunista e que eles (comunistas) são perigosos?”**

As doenças adquiridas por meu pai e meu irmão Nico que os impediram de prosseguir suas carreiras profissionais no prazo regular.

Ser psicóloga levou-me a entender melhor as mazelas psicológicas vivenciadas nesse período, e, diariamente, a entrar nos recônditos da minha alma e, no contato com o outro, compartilhar e entender o sofrimento psíquico humano escancarado no olhar, no corpo das pessoas em geral, mas, especialmente, naqueles que procuram ajuda psicológica. Não precisa haver sangramento externo, nem cicatrizes expostas para saber que a alma de quem sofre à nossa frente está ferida.

Quando vem à tona esse assunto, percebo que as lembranças dolorosas se desvelam; o portal da alma se abre; o corpo treme, a voz embarga, as lágrimas escorrem. É assim todas as vezes que falo e/ou escrevo sobre **a história de minha família torturada em abril de 1964: uma dor que não se cura.**

Ainda bem que posso e tenho a capacidade de retornar ao equilíbrio corporal e emocional quando a lembrança dolorosa cessa. Mas, meus irmãos vivos e eu sabemos que a dor está lá, no recôndito da alma. Infelizmente, essa capacidade de equilíbrio não foi possível ao meu querido irmão Nico.

O jornal do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, número 155, março/abril de 2008, pg. 06-08, sobre “Tortura Não” retrata o seguinte nas afirmações de vários profissionais:

“O sofrimento causado pela tortura não é algo que se resolva em cinco meses, cinco anos ou em cinquenta. Nem é algo que atinge apenas o torturado, mas também sua família e aqueles que lhe são próximos” (Tânia Kolker, médica da Secretaria de Administração Penitenciária, integrante da equipe Clínica Grupal do “Tortura Nunca Mais”, do Rio de Janeiro- grifos meus).

“A tortura é apenas uma das pontas de um iceberg nefasto de uma sociedade injusta e desigual, em que alguns são eleitos como não torturáveis e...[outra] parcela é colocada como torturável. Se tortura é um mal, mal maior é a anestesia de uma grande parcela que, ao ver e ouvir, também se cala” (Renato Alves, psicólogo e pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência da USP- Universidade de São Paulo).

*“A aceitação da tortura pela população é um alerta de uma situação crítica. Aos psicólogos, como profissionais e cidadãos, cabe condenar, manifestar sua posição, denunciar. Quem sabe assim haja motivos para comemorar nos próximos aniversários, ao menos o artigo V da Declaração Universal dos Direitos Humanos: **Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante**”* (Ana Luiza Castro, psicóloga do juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre e membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia – grifos meus).

*“**A tortura se inscreve como um ato de violência exigindo do prisioneiro que se lembre de fatos que quer esquecer, que diga coisas que não pode dizer.** Há três personagens envolvidos na tortura: o torturado, o torturador e a sociedade. **A vitória sobre o torturado desqualifica ao mesmo tempo o torturador que a praticou e a sociedade que a permitiu**”* (Maria Rita Kehl, psicanalista – grifos meus).

“A tortura procura a todo preço semear a discórdia, a guerra entre o corpo e a mente. A tortura física e psicológica são ambas cara e coroa da mesma moeda. Hipóteses de fronteira entre o psíquico e somático não se sustentam” (Hélio Pellegrino, psicanalista).

“Todos sabemos que as dores da alma se expressam no corpo e que as lágrimas são palavras liquefeitas” (Joyce McDougall, psicanalista).

Ao refletir sobre as afirmações acima, observa-se que muito tem sido feito para reparar os danos sofridos e apaziguar os corações de quem foi torturado e está vivo, mas também das famílias que tiveram perdas irreparáveis com a morte de seus entes queridos nesse período negro do Brasil. Livros e relatos em jornais, revistas, leis estaduais e federais possibilitaram indenizações dos danos ocorridos. Mas, sei que **a reparação efetiva nunca se dará**. Contudo, não podemos negar a importância dos escritos, das leis e instituições e/ou órgãos que abordam esse tema, tendo em vista que, de uma forma ou de outra, trazem um pouco de conforto, acolhimento e alegria às famílias envolvidas nesse assunto doloroso.

Nesse sentido, ressalto a colocação do nobre Conselheiro Edson Cláudio Pistori, relator da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em resposta a meu pedido de indenização dos danos físicos e psicológicos causados ao meu pai e à minha família: **“O Estado Brasileiro deve desculpas à requerente e à sua família, pois representantes da Nação incutiram na mente das pessoas que o anistiando era bandido, pois havia sido preso. Na verdade, a liberdade conseguida atualmente é devida a homens como o Senhor Antonio Francisco, que devem ser lembrados como heróis”** (grifos meus).

Contudo, apesar da verdade transcrita acima: **sim, meu pai foi e sempre será herói e por esta razão merece ser respeitado e exaltado**, o pedido foi deferido sem a devida indenização. Nesse sentido, questiono: por que pessoas, artistas e famílias influentes e conhecidas na mídia brasileira conseguiram e conseguem reparação financeira e outras não? Observa-se que a legislação referente ao assunto prioriza a tortura física em detrimento da psicológica. Há de considerar nas Leis Brasileiras critérios mais objetivos para os casos de torturas, especialmente quando há tortura psicológica e suas consequências. A dor psicológica não pode ser ignorada e nem cindida, pois se entrelaça ao físico e comanda o sofrimento da alma, manifestada no corpo físico. As colocações dos profissionais da área psíquica relacionadas no texto confirmam o que expresso.

Até o momento, não recebi resposta alguma do recurso encaminhado em 2011 à Comissão de Anistia sobre a solicitação de reparação dos danos físicos e psicológicos pelos quais passaram meu pai, minha mãe e meus irmãos. A dor por nós sofrida é irreparável, entretanto a ferida sangra quando se percebe o silêncio e a desigualdade na apreciação do caso em tela.

Parece-me que prevalecem dois pesos e duas medidas de um sofrimento. A meu ver, ficou algo em suspenso, pois entendo que meu pai, vivo ou morto, deveria ser indenizado por uma questão de justiça e de equidade entre tantos outros que também sofreram perseguições. Seria

justo, especialmente, porque ele foi vítima da ditadura militar de 1964, e sua família, que é parte dele, também foi violentada. A prisão do PAI HERÓI e a perseguição do querido IRMÃO NICO representaram atos de grande violência que são difíceis de esquecer e marcam dolorosamente a pele de cada membro de minha família, “como se marcam bois”. Tudo foi vivenciado em idades importantes do desenvolvimento dos meus irmãos. Desta forma, fomos vítimas e herdeiros de consequências nefastas que persistem até a presente data.

Se houve indenização por parte do Governo do Estado de São Paulo, por que o mesmo não aconteceu em nível Federal?

Entretanto, tenho esperança de que os órgãos federais vinculados ao Ministério da Justiça e, em especial, a nobre Comissão da Verdade, possam fazer uma justa avaliação do assunto aqui tratado.

Finalmente, meu profundo agradecimento ao Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, por esta brilhante iniciativa de registrar os fatos desse período obscuro da história política brasileira, a ditadura militar iniciada em 1964. Que as gerações brasileiras, tanto do presente, quanto do futuro, nunca vivenciem o terror de um golpe militar.

Meu carinho especial a Maria Orlene Daré, querida colega da época do curso de graduação em Assis (SP) e do feliz reencontro em meu consultório em São Paulo; a Regiane Aparecida Piva e Thamyris Moreira, também meu agradecimento pelo acolhimento recebido.

MARIA LUIZA SANTA CRUZ

Entrevista concedida pela psicóloga ao Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (São Paulo).

Meu nome é Maria Luiza Santa Cruz. Vou começar pela minha decisão de ter me oferecido para conversar sobre isso, pois é o jeito de poder contar um processo importante da história que vivemos em nosso País. E, apesar de não ter sofrido a milésima parte de situações que muitos sofreram nessa época, inclusive professores nossos, eu acho que eu posso contar de outro lugar, diferente das torturas, físicas inclusive, e que eu acho que vale a pena também saber como é que a ditadura funcionava nesse sentido. E como ficávamos à mercê de um autoritarismo, de um aprisionamento de expressão e não podíamos, absolutamente, avançar naquilo que acreditávamos ser importante para o nosso curso histórico.

Eu estava no primeiro ano da faculdade (1977), foi o ano da invasão da Pontifícia Universidade Católica (PUC), onde eu fazia Psicologia. Logo que chegamos, no início do ano, era uma novidade grande aqueles colegas todos, não só da Psicologia, mas da universidade, perguntando e apresentando os centros acadêmicos, os trabalhos do Diretório Central dos Estudantes, o DCE Livre, que era uma proposta da época. Tudo isso era muita novidade porque vínhamos de outras estruturas escolares, e fazer parte da universidade já era uma novidade. Com tudo isso, fomos vivendo esse primeiro semestre de universidade com muita empolgação dessas possibilidades todas de discussão. Tinha aquelas assembleias, aquelas coisas bastante importantes, eu diria. Porque, diferentemente de outras universidades, tinha centro acadêmico, e as outras faculdades e universidades tinham diretórios acadêmicos que eram atrelados à diretoria das faculdades, então já achávamos aquilo o máximo. Existia muita dessa discussão política, e, apesar da minha inserção na faculdade ser recente e ser muito jovem, eu não tinha uma militância política, mas tinha sonhos, tinha ideais que iam se conectando com essas questões. E nessa história de sempre participar ativamente do DCE Livre, do Centro acadêmico, surgiu a possibilidade de ir para Belo Horizonte, no Terceiro Encontro Nacional dos Estudantes.

Eu era mais uma aluna, não tinha militância política, muito pelo contrário, eu não tinha tanto conhecimento político assim. Mas o que tinha de comum era isso, querer situações diferentes para a população brasileira. Eu acho que não tinha essa consciência política tão grande de partidos, porque mesmo na ditadura eu não tinha essa clareza tão grande. Mas eu sempre fui, digamos assim, meio revolucionária, querendo sempre contextualizar, contestar algumas determinadas situações. E isso desde criança. Discutíamos muito, já no primeiro semestre de Psicologia, sociedades ideais, aquelas coisas sobre as quais conversamos quando se entra na faculdade. Acho que sempre vamos percorrer aquilo que acreditamos.

Decidimos, eu e mais duas amigas, irmos juntas com toda aquela turma da faculdade. Tinha vários colegas, mas o Edu Beleza ficou mais marcante. Tinha o Jorjão, que depois o encontrei mais tarde, casado com uma outra colega. Tinha esse pessoal com quem se conversava muito sobre todas essas questões da vida acadêmica. Então decidimos ir juntos. Participamos de vaquinha para angariar fundos, aquela coisa bem entusiasmada, mas sabíamos que tinha certo risco, porque estava proibido. Foi muito curioso porque os nossos pais diziam: “Não vá!” “Eu estou te avisando, não vá!”. Tanto para mim quanto para as minhas amigas, pois éramos muito jovens (17, 18 anos). Todos com muito medo, mas na veia da família também tem muitos revolucionários, depois fiquei sabendo das coisas. Tive primo que foi preso em Ibiúna em 1968. A família da minha mãe andou por Itapetininga porque rodavam bastantes cidades, lá havia disputas políticas. Isso em 1900 e lá vai bolinha. Queimaram o cartório de Itapetininga, então por isso eu falo: “Está no sangue, como é que vocês vão impedir”? Isso era muito curioso.

Acabamos chegando a Betim, e, para a nossa surpresa, e indignações, a polícia parou o ônibus e entrou. Era um ônibus comum de viagem, eles olhavam e falavam: “Você, você, você e você desce”. Como se estivesse escrito na testa: “Estudante, estudante, estudante, estudante”. Descemos desse ônibus e subimos em um ônibus da polícia militar, não

era nem polícia militar, era de quartel mesmo. De lá fomos direto para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), em Belo Horizonte.

Isso também nos indicava que todo o movimento que acontecia na universidade estava sendo vigiado, estava sendo mapeado, todo mundo sabia.

Havia outras pessoas lá, tinha uma moça chamada Maria, de Ciências Sociais, que conhecíamos de lá do Movimento DCE Livre. Não era um ônibus só de estudantes, era um ônibus comum de viagem, nós compramos passagem. Tinha outro rapaz também, acho que esse rapaz depois morreu. Esqueci o nome dele, mas ele era uma figura também bem envolvida. Na verdade, não sabíamos qual era o envolvimento de cada um deles na política, na militância. Mas eles que eram mais próximos que nós, discutiam as questões estudantis e nos escutavam muito. Então, acho que tinha essa possibilidade de encontro, de articulação.

Quando descemos, o outro ônibus já estava bastante cheio, acho que não foi só o nosso que foi parado. O ônibus do batalhão foi lotado e com soldados armados, era muito assustador. Para que tudo isso? Éramos apenas estudantes. Acho que esse foi o primeiro grande choque, ver como os estudantes daquela época eram tratados. De forma geral, os estudantes eram tachados, como no meu caso: “Você é culpada até que prove o contrário” e não o inverso: “Você é inocente até que prove o contrário”. Éramos tratados iguais a todos os criminosos possíveis e imagináveis da face da terra. Uma primeira dureza muito forte, muito grande de ver aquela cena: estudantes entrando em um ônibus, escoltados por gente com armamento pesado e sem nenhuma explicação. Não diziam para onde estávamos indo, não diziam o que ia acontecer conosco. Chegamos a BH, no DOPS, umas nove horas da manhã, e ficamos sob a posse desse pessoal até umas três, quatro horas da manhã. Quase 24 horas na mão dos caras.

Fomos levados para o DOPS, ficamos lá e ninguém sabia muito o que fazer porque era muita gente, muita gente. Eu tinha um primo que morava em Belo Horizonte nessa época e as notícias estavam

correndo. Olha, até arrepia. As notícias correndo, e minha família aqui em São Paulo já sabia que a coisa estava fervendo lá. Esse meu primo foi atrás de mim tentando me achar, e não me achou, para vocês terem uma ideia, a coisa era feita de tal forma que ficava incomunicável mesmo. Ninguém conseguia dar conta de responder para onde as pessoas estavam sendo levadas. Era muito curioso, porque ele encontrou situações hilárias, como um rapaz que estava indo para igreja para casar e foi preso.

Um das arbitrariedades, o pessoal não discriminava mais quem estava envolvido e quem não estava. Era uma coisa assim geral. Ficamos um tempão, até meio-dia, duas horas da tarde, sem saber o que ia acontecer. Deram-nos um lanche, logo começou uma situação assim: pega um grupo e leva para uma sala, pega outro grupo e leva para outra sala. As pessoas não conseguiam se localizar. Surgiam as músicas: “Ó Minas Gerais, quem te conhece não volta jamais...”, cantadas em coro alto, porque achávamos aquilo um absurdo. Os estudantes botavam a boca no trombone, ficamos bastante tempo em salas assim.

Eu e minhas duas colegas não fomos separadas. Estivemos o tempo inteiro grudadas umas nas outras. De repente, eles decidiram que íamos ser presos mesmo, ficar em cela. Nós, sem saber o que estava acontecendo. Perguntavam coisas absurdas, se tinha instrumento cortante na bolsa. Eu tinha um alicate de unha, mas nem viram isso. O depoimento que você prestava era com perguntas que também não se sabia o porquê, pois não tínhamos essa notícia da militância pesada. Quando deu umas três horas da tarde, fomos levadas para a cela, descemos vários andares.

O processo de desmoralização começa com esse período todo de demora, de não saber o que vai acontecer com você. E para fechar com chave de ouro: “Vamos fotografar, vamos pegar as impressões digitais”. Esse é um momento crítico, porque fica um grupo de homens vendo, nos assistindo ser fotografadas de lado, de frente e sei lá mais o quê, e debochando o tempo inteiro, cochichando ,

fazendo uma presença insuportável. Insuportável porque é o máximo do desrespeito humano. Quero deixar isso registrado, porque eles conseguem fazer esse nível de tortura moral que é um absurdo. Eles ficavam assediando, debochando o tempo inteiro, tirando sarro, falando um monte de coisa. Depois éramos levados, ainda bem que não algemaram, porque só faltava isso. Fui levada por várias portas, abre e fecha, abre porta, fecha porta, e vai lá para o porão mesmo, descendo, descendo várias escadas nos subterrâneos. Porão, umas celas horrorosas e escutávamos as frases: “Ah, chegou mais um pacote?” Éramos pacote, não gente, éramos tratadas dessa forma.

Quando cheguei à cela, e já tinha passado por tudo aquilo, despenquei. Minhas duas amigas já estavam lá dentro, e, quando me viram, elas despencaram também. Choramos demais, porque é muita carga, muito peso para uma situação que era apenas a ida a um encontro. Um encontro para a liberdade de expressão, para poder discutir as questões. Ser tratada daquela forma era muito desproporcional. Isso porque já estava nos “finalmentes” da ditadura. Imagina o resto como é que tinha sido.

Nós permanecemos nessa cela, entupida de pessoas. Era uma cela comum, aquele buraco no chão para urinar e o que mais quisesse, com uma torneira acima e sem espaço, um calor insuportável, sem nenhum espaço. Era um corredor comprido com muitas celas grandes, celas de entulhar um monte de gente. As pessoas ficavam preocupadas e perguntavam: “Conhece Fulano? Fulano está aí?”. Acho que os militantes mais antigos - eu diria mais influentes, talvez -, foram levados para tortura. Nós não fomos porque ficou entendido que éramos recém-entradas na universidade, que não havia nada que pudéssemos dizer, pois não estávamos envolvidas, mas conseguiram nos segurar dentro da cela até umas duas horas da manhã.

Depois saímos da cela, mas não tínhamos notícias de nada, não sabíamos o que ia acontecer conosco e as pessoas estavam com muito medo. Chegando lá em cima, nos andares superiores, aquele bando de gente, sendo pego um por um para preencher uma ficha.

Faziam perguntas que não sabíamos responder. “Você é casado, solteiro, viúvo, amaziado?”. Eu nem sabia o que era isso. Para você ver a simplicidade com a qual fomos participar. Depois disso tudo preenchido, saímos de lá com a seguinte ordem: “Vocês tratem de ir diretamente para a rodoviária e voltar para casa, porque se vocês forem pegos novamente em Belo Horizonte, aí sim vocês vão ser presos e não poderemos fazer mais nada”. Uma ameaça assim às três horas da manhã. Como íamos para rodoviária se a rodoviária abria às cinco, seis horas da manhã? A rodoviária estava fechada, não tinha condição de ir para lá. Então nós três pegamos um táxi com o pouco dinheiro que tínhamos – éramos estudantes, duros – e fomos para um hotelzinho perto da rodoviária. Não tinha nem dinheiro para pagar quarto. Acho que era um hotel de alta rotatividade, não sei, ficamos meio atrapalhadas ali porque entravam uns homens e nós com muito medo. Por um lado os soldados podiam nos pegar de novo, e por outro tinha essa situação de que estávamos vulneráveis, não se tinha muita destreza, nem jogo de cintura para aguentar. Mas o cara da recepção permitiu que ficássemos no sofá da recepção assistindo televisão, demos uns cochilos.

Quando amanheceu conseguimos ir até a rodoviária e voltamos para São Paulo. Uma viagem péssima porque viemos sendo vigiadas o tempo inteiro. Tinha uns caras dentro do ônibus, fomos sacando como a coisa funcionava. Para nós era novidade. Eles ficavam de olho no que fazíamos. A ditadura tinha um aparato grande, muito investimento, para mandar gente atrás de três meninas que a princípio não ofereciam nenhum perigo.

Depois ficamos preocupados e fomos para a cidade de Bragança com o grupinho que tinha sido preso. Nem lembro direito por que fomos para lá, acho que para digerir um pouco a história. Acho que essas pessoas talvez tivessem um envolvimento maior, tinha gente que precisava se esconder. Ou ficamos com medo e fomos nos esconder. Fomos para dar um tempo, baixar um pouco a história, não sei. Mas entre ter voltado de Belo Horizonte e ter ido para Bragança,

chegamos a voltar para a universidade. Tivemos aula, e veio essa história, passamos o final de semana em Bragança, acho que no sítio de alguém, que eu também não me lembro de quem era.

Quando voltei do sítio encontrei uma moça que já tinha trabalhado na casa dos meus pais e estava trabalhando no vizinho. “Luiza, o que foi que você fez? O que foi que aconteceu? O teu nome saiu no jornal, você está indiciada em inquérito! Todos estão muito preocupados com você! O que aconteceu que você está indiciada em inquérito?”. Eu falei: “É mesmo? Mas como assim?” “Teu nome saiu no jornal, e a Angela já conversou com o Zé Carlos Dias”. Ângela é minha irmã que também fez Psicologia na PUC.

Tínhamos contato com ele pela comunidade de jovens do Perpétuo Socorro, da qual havíamos feito parte. Ele também tinha feito parte com a Margarida, sua esposa. No fim das contas, ele acabou defendendo muitos da PUC porque também entendia que tinha que fazer isso... Fui prestar depoimento lá na Rua Xavier de Toledo, minha mãe foi junto, aquelas cenas todas, minha mãe muito brava: “Imagina! Eu falei para você” “Pois é, mãe, a senhora falou, mas se eu não tivesse experimentado jamais iria saber como era e o que iria acontecer. O que a senhora está falando? Pois é tão revolucionária quanto.” Mas enfim, as mães e os pais sempre têm medo pelos seus filhos. Voltamos, e essa história toda terminou.

Um dia, na faculdade, minha irmã Angela - que estava no último ano de Psicologia e eu no primeiro - me procurou na faculdade e quando me achou, disse: “Vamos embora, a PUC está cercada e o negócio está feio”. Saímos da PUC no período da tarde, no finalzinho da tarde e fomos a pé até a Avenida Doutor Arnaldo, até a Rua Cardeal Arcoverde para pegar o ônibus.

Isso foi no dia da invasão da PUC. O que vimos foi assustador também, porque era muita polícia, muita mesmo. Policiamento ostensivo, tinha tanque de guerra, cavalaria, infantaria, cachorro, tinha de tudo. O quadrilátero inteirinho da PUC estava cercado e a Rua Cardoso de Almeida inteirinha, a Doutor Arnaldo inteirinha.

Chegando à Cardeal pegamos o ônibus e fomos embora para casa. Foi muito assustador, depois ficamos sabendo à noite que, de fato, teve a invasão, porque enquanto estava acontecendo tudo isso, um pequeno grupo realizou o Terceiro Encontro Nacional de Estudantes, um encontro relâmpago, em uma das salas da PUC. Nesse ponto, tínhamos a reitoria muito aliada. A reitora era a Nadir Kfoury, que foi muito preciosa nesse processo todo. O inquérito não deu em nada, não aconteceu nada. A Angela, minha irmã, tinha namorado um jornalista, o Sérgio Gomes, famoso também em alguns meios, e ele sim, foi preso. Não no DOI-CODI. Teve Hipódromo? É alguma coisa parecida com isso, e a gente foi visitá-lo.

Ele foi muito torturado. Nós já tínhamos esses contatos, talvez até por isso eu possa ter sido indiciada, pois uma vez fui visitá-lo, mas só porque era namorado da minha irmã, fui apenas acompanhá-la, não tinha consciência política, essa criticidade toda que vamos adquirindo ao longo da vida. Tive aula com a Maria Nilde Mascelani, que, para mim, foi uma pessoa muito forte, muito importante. Ficamos sabendo que ela sofreu torturas muito grandes na década de 1960, ficou presa muito tempo. Achávamos muito preciosa também.

Mas este arsenal todo foi preparado para pegar do peixe miúdo ao peixe graúdo, indiscriminadamente. O que caísse na rede era peixe. Não considero, graças a Deus, uma experiência que tenha me impedido de continuar contestando, nem nada disso, mas eu acho importante falar desse pedaço que não foi a mesma situação de quem foi torturado de outro jeito.

Na época, deu medo pensar na possibilidade do que iria acontecer. Fui indiciada em inquérito, e se eu for condenada? Deu-me medo, mas eu não consegui me arrepender de ter ido porque acho que é meio o meu estilo. Eu tenho uma coisa de ter que experimentar, eu tenho que defender aquilo que eu acredito. Ao longo dos anos, crescemos com certa flexibilidade maior em relação a ter que defender de uma forma não tão incisiva nossos ideais, mas continuo a defender aquilo que eu acredito. Tanto é que estou na Saúde Pública, continuo discutindo os direitos

das pessoas, continuo fazendo críticas em relação a modelos que não favorecem os direitos. Para mim, representou um momento importante da política brasileira e depois eu fui acompanhando mais de perto ainda os períodos de abertura, querendo discutir isso cada vez mais.

Não sei se foi incentivo, acho que eu iria fazer do mesmo jeito, penso que não alterou uma coisa que já é minha, que eu falei ter desde criança, essa coisa de discutir muito a cidadania e os direitos, o que é certo, o que não é. A questão da justiça para mim é muito forte, não gosto de coisas injustas e essas cenas todas de assédio moral me fortalecem para continuar defendendo que as pessoas não podem ser tratadas dessa forma. Eu acho que essas coisas só me fizeram acreditar cada vez mais que o jeito como eu penso está bom, está certo. Não é virar o jogo, não é ficar igual a eles, mas é poder discutir as questões, é poder tirar definições no coletivo. Tanto é que atualmente estou muito ligada na Política Nacional de Humanização, não sei se vocês conhecem, mas é um jeito de fazer, de pensar a saúde, uma coisa bem interessante, e estamos fazendo certa diferença na cidade de São Paulo, onde estou trabalhando. Acabamos de vir do Espírito Santo, do Terceiro Encontro de Humanização Macro Sudeste, preparatório para o Nacional. Quer dizer, continuo indo para os encontros nacionais.

A experiência não me deixou sequelas, nesse sentido reforçou a coisa de ter que cada vez mais brigar pela democracia mesmo, pela liberdade de expressão, por essas coisas. Acho que tem essa veia na família mesmo. Eu vejo que é uma marca da família defender os direitos, as crianças, as minorias, a questão racial, os preconceitos. Não que não tenhamos essas coisas, porque somos formados por tudo isso, por todo esse aporte social. Lembro-me de quando eu estava na quinta série, em colégio de freiras e a Irmã Superiora vivia passando aqueles sermões. Ela era muito racista, recordo-me de ela ter ido à sala discutir alguma coisa, passar algum sermão, e a besta aqui, metida, não aguentou. Ela falou assim: “Quero ver, quem de vocês teria coragem de casar com um negro!”. E a tonta aqui levanta

a mãe: “Eu teria! Se fosse por amor eu teria”. Isso com 11 anos de idade. E meu marido hoje é negro. São coisas da vida que você pode entrar no psiquismo para entender melhor isso. Uma coisa assim, que eu penso, “De onde você tira, Luiza? Podia ter ficado quieta, para quê comprar briga?”. Essa coisa de não aguentar injustiça. Não diferenciar o discurso e a prática, porque escutávamos muito isso da mãe, “faz o que eu mando, mas não faça o que eu faço”, escutávamos muito isso na infância.

Lembrei que, depois de casada, fomos morar em Cabo Frio, em um período (de 1991 a 1993) que o Brasil estava muito quieto. Não se escutava notícia de nada, ninguém reagia a nada. Lembro-me de uma vez a minha irmã ter ido lá e a gente ter conversado sobre isso. Quando voltei para São Paulo, fiquei assustada com o tanto de gente morando na rua. Fiquei muito assustada porque quando eu saí, em 91, não tinha tudo isso, tinha gente morando na rua, mas não tinha tanto. Eu subi a Rua da Consolação de ônibus e era muita gente, até comentei com o meu marido: “Nossa, estou estranhando isso porque em tão pouco tempo, tanta gente perdeu emprego”, foi uma crise brava, “foi para rua morar, que história, o que aconteceu aqui nessa cidade?”. E aí, graças a Deus conseguimos sair, acho que estamos saindo dessa. A minha implicação é com isso, que cidade queremos para nós e para os nossos filhos. Eu trabalho com uma população muito vulnerável, com muita violência sexual, infantil, drogas. E as políticas públicas que estamos discutindo. Espero que esse depoimento sirva para alguma coisa.

MARIA SUELI CORREA

Entrevista concedida ao Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (São Paulo).

Eu sou Maria Sueli Correa, psicóloga, formada na Universidade do Oeste Paulista (Unoeste), em Presidente Prudente, São Paulo, no ano de 1998. Essa minha formação já vinha de muito tempo, desde que eu conhecesse a Psicologia e a Filosofia, no antigo primeiro colegial em 1972. Quando eu conheci a Filosofia e a Psicologia, gostei muito, tinha tudo a ver comigo. Só que não deu para fazer a faculdade na época, porque primeiro eu terminei o colegial com 16 anos, com 17 eu me casei, e o curso de Psicologia só existia em Assis (SP), e, na época, eu não tinha condições de fazer por ser longe da minha cidade. Eu estudei para prestar um concurso e passei, tomei posse no Banco do Brasil em dezembro de 1982. Eu já estava com 24 anos e fui funcionária do Banco do Brasil por 16 anos. Em 1998 saí do banco, incentivada pelo Programa de Demissão Voluntária (PDV), já tinha terminado a faculdade, fui atuar como psicóloga. E estou até hoje, agora terminando uma pós-graduação em equoterapia que comecei em 2011.

Bem, nós estamos aqui para recordar os tempos de repressão e do sofrimento aos quais a nossa geração passou. A nossa geração e a geração anterior, que incluiu a presidente Dilma Rousseff, que incluiu o ex-presidente Lula da Silva. Realmente vivemos na pele todas as transformações, e hoje as novas gerações, a geração dos meus filhos, as gerações que estão chegando, estão usufruindo do fruto de muitas lutas e de muito sofrimento.

Primeiro, eu nasci em 1958 em uma fazenda em que meu pai trabalhava com a terra, em meio a muitas conturbações políticas. Filha de um agricultor que plantava com muita dificuldade algodão, milho, amendoim, arroz e feijão. A fazenda chamava-se Swift, que se tratava de uma companhia inglesa que havia se instalado no Brasil na região de Estrela do Norte, aqui no estado de São Paulo, em 1955 mais ou menos. O meu pai trabalhava, era arrendatário de terras naquela fazenda. Como as políticas de governo eram difíceis, meu pai sempre saía da agricultura para trabalhar no comércio com armazém e outros, e do comércio para agricultura, sempre com muita dificuldade. Na época, ele não tinha

terras, na verdade ele desbravou essa fazenda, ele juntamente com o meu avô materno e meus tios. E, parando de plantar nos arrendamentos, ele comprou uma olaria em Regente Feijó, mas não deu certo, vendeu-a e comprou um armazém e um caminhão e se tornou caminhoneiro para ganhar o sustento, e minha mãe ficou cuidando do armazém. Isso aconteceu de 1959 a 1961. Eu nasci em 1958, na fazenda, e moramos na cidade de Regente Feijó até 1964. Por que 1964? Nesse ano veio a entrada da ditadura no Brasil, os militares tomaram conta do nosso País.

Na época, o presidente era o João Goulart. Meu pai adorava o João Goulart. Meu pai acompanhava muito de perto a política. Ele precisava acompanhar a política, porque como ele plantava, ou tinha comércio, tudo que ocorria afetava diretamente seu trabalho. Depois ainda caminhoneiro, depois comerciante, ele não podia ficar alheio ao que estava acontecendo no Brasil. Ele sempre dizia a nós filhos, mais tarde, quando já estávamos na escola: “Gente, ouve A voz do Brasil, porque aí é que vocês vão saber o que está acontecendo”. Em 1964, quando houve a tomada, em que forçaram o João Goulart a renunciar, em que foi obrigado a se exilar no Uruguai, foi muito triste, a cidade se fechou, todo mundo sentiu. As portas se fecharam e o medo tomou conta de todos nós. Eu tinha apenas seis anos de idade e já sabia onde iria me esconder, seria em um sótão com medo das represálias, das cavalarias e de tudo o que estava acontecendo naquele momento.

O meu pai falava sobre as questões da economia com os amigos dele, inclusive com um amigo chamado César Cava, que era um compositor na época, eles costumavam compor juntos. Meu pai tocava instrumentos. Como meu pai precisava viajar, um dia houve uma invasão no interior do armazém. Algumas pessoas entraram no armazém que a minha mãe tomava conta e o saquearam. Você imagina, naquela época, não existia nada disso, a cidade era muito pequena, houve uma invasão no armazém da minha mãe, as pessoas viviam tranquilas, com portas abertas, nem ao menos tinham grades ou portões ou proteções como hoje. Meu pai, por medo, trocou o armazém por um sítio próximo da cidade e nos levou embora. Nesse sítio, nós ficamos ali

afastados, menos expostos. Eu morei no sítio dos seis anos até os 13 anos de idade. Nesse sítio realmente para mim foi maravilhoso, porque eu estava ali longe de tudo, já não tinha mais aquele medo, não tinha que me esconder no sótão como eu imaginava que eu ia ter que fazer. Mas, ao mesmo tempo, era muito triste saber que alguma coisa estava acontecendo, eu sentia e também sentia o meu pai muito preocupado. Meu pai tinha uma plantação de café nesse sítio. Mais tarde, essa plantação de café foi arrancada e queimada, porque houve a crise do café e a crise da agricultura, o governo deu um incentivo para quem arrancasse os pés de cafés, pagando algo que não cobria o desastre causado. Muitas pessoas arrancaram seus cafezais, isso também me entristeceu muito.

Nessa época, eu devia ter de sete a oito anos. E sempre acompanhando a angústia do meu pai em ter que plantar, em ter que cuidar da gente, cinco filhos, e sempre preocupado com o que estava acontecendo. Em 1968, como fala a história, houve uma mudança no sistema partidário, os treze partidos que existiam foram extintos e só ficaram dois criados por eles: a Arena e o MDB. A Arena era Aliança Renovadora Nacional e o MDB era Movimento Democrático Brasileiro. Então eles deixaram o outro partido até para não dizer que a Arena não tinha oposição. Na verdade já sabíamos, eu com dez anos de idade, que tudo não passava de uma armação e na verdade só existia a direita. Em 1968, houve eleição para prefeito e vereadores, o meu pai se candidatou a vereador pelo MDB e o candidato a prefeito era o Guadaim, contra o da Arena. A eleição era favorável ao Guadaim, que era do MDB, mas quem ganhou foi a Arena, de forma armada por meio de sabotagem. E por quê? Porque já estava programado para ser assim.

Em todos os lugares a Arena venceu. Aí meu pai se sentiu ameaçado novamente, porque ele se envolveu com a política e eu sempre acompanhando de perto e sempre sofrendo junto com ele. Porque ele queria transformação, ele queria mudança, sofria quando essa mudança não vinha e exclamava “mais uma vez a minha lavoura que eu plantei não vai ter preço, mais uma vez eu tenho que sofrer

com essa economia toda torta.” Nesse período, com a abertura para o comércio exterior, hoje sabendo das coisas como aconteciam na época, vieram empresas estrangeiras para o Brasil, não é? Já tinham começado a vir, entraram livres de qualquer impedimento e ainda muito pior com incentivos, sem pagar para entrar.

Assim a agricultura foi jogada às traças mesmo, ninguém falava na nossa agricultura nacional. Os preços caíram, o governo não comprava ou não pagava o que tinha que pagar pelo café, pelas coisas que o agricultor plantava. E depois dessa época, de 1968 a 1971, nós mudamos para cidade. Meu pai vendeu o sítio, porque ele não conseguiu levar adiante. Na verdade, ele tinha dois sítios nessa época. Teve que vender, porque já não produzia mais, como também o que se plantava nos arrendamentos não cobria as despesas. Ele tinha que pagar para plantar. Não tinha terra de graça, ele tinha que pagar aluguel das terras. Sempre se valendo de alguns arrendamentos, porque ele queria plantar. Ele trocou o sítio por um armazém aqui em Presidente Prudente, São Paulo. Eu fiquei muito triste, chorei muito nesse dia. Aí eu já estava com 13 anos. Mal sabia ele que, para ter um armazém em 1971, já existiam muitos impostos: imposto sobre serviços, sobre circulação de mercadorias, e muitos encargos que foram criados para arrecadar dinheiro do público.

Mais uma vez o povo era sacrificado. Meu pai comprou o armazém e não conseguiu tocar, porque as pessoas não podiam pagar, compravam a prazo, não tinham condições de saldar suas dívidas, e os impostos comiam tudo que de direito. Desta vez ele foi à falência. Em 1971, mais ou menos, ou 1972, veio a crise do petróleo, o petróleo pela primeira vez subiu muito de preço. Foi aí que o povo, eu acredito, porque a história fala, percebeu que estava sendo enganado, que havia algo de errado, estavam saqueando o Brasil e se aproveitavam do povo com aquela história de proteção em detrimento ao comunismo, que o que eles queriam mesmo era enriquecer, com manobras de governo voltadas para seus interesses, com objetivo de manipulação.

Levavam as riquezas do Brasil para fora e que a conversa de antes era balela, que a coisa não era bem do jeito que pregavam. O povo foi

se posicionando, deixando claro que não queria mais aquele modelo de governo, já se sentia um descontentamento em que soava: nós queremos outra coisa, porque nós estamos sem salário, nós estamos com uma inflação alta, nós não temos como comprar, nós não temos como nos mexer e todo mundo indo à falência, nenhuma política em favor do povo. E aquela coisa toda triste, um País cada dia mais miserável. E foi aí que eu comecei a sentir mais intensamente o desgosto em ser brasileira. As pessoas estavam empobrecendo, sem salário e com um dinheiro sem poder de compra, sem nenhuma perspectiva de melhora. Eu também não tinha um vestido para vestir, não tinha um calçado, meu pai não tinha dinheiro, ninguém tinha nada.

Com tudo isso acontecendo, eu continuei estudando, sempre estudando. Quando, em 1972, eu conheci a Psicologia, conheci a Filosofia, e sempre preocupada com o todo, sempre me lembrando do que meu pai falava: “Não se esqueçam de ouvir a Voz do Brasil””. E aquilo era muito angustiante, porque nunca passava. Nunca passava aquele período difícil. Foi um período difícil nos meus seis anos, nos meus oito anos, nos meus dez anos, nos meus 13 anos e assim continuou até muito tempo. E eu olhava em volta e não via perspectiva de nada, as pessoas eram tristes, preocupadas, não tinham como criar os filhos, a educação, a escola enfraquecida, desvalorizada.

Na verdade, fui criada para casar, mas de alguma forma, mesmo sem querer, eu estava envolvida naquilo tudo, pois era a minha vida e o meu presente, não tinha como pular. Porque na verdade eu não era como o ex-presidente Lula, não era como a presidente Dilma, que eram militantes, ficavam lá no meio lutando e sofrendo todo tipo de humilhação e risco de vida, eu era somente uma cidadã comum, mas eu estava envolvida, assim como muitas pessoas a minha volta, porque meu pai sofria pelas mudanças e eu estava lá no meio daquele sofrimento dele e também sofrendo.

Aos 17 anos, em 1975, eu me casei, em 1978 eu já tinha dois filhos, e comecei a estudar para o concurso do Banco do Brasil. Em 1982, eu passei. Em 1983 eu conheci o Lula, sabia que o Lula fazia parte

da Central Única dos Trabalhadores (CUT), porque os funcionários do Banco do Brasil já estavam começando uma movimentação em direção as greves, por necessidade de reposição das perdas salariais havidas. Nascia ali uma esperança, eu fiz o concurso para o Banco do Brasil, e, então, já funcionária, fiquei sabendo que o Lula estava a frente na luta pela classe trabalhadora.

O Banco do Brasil já não era mais nada, não tinha salário, não tinha nada, trabalhávamos sem receber o que deveria, com muitas perdas por causa da inflação exorbitante, sem entender muito sobre greve, saindo de uma coisa horrível de muita repressão e tinha me deparado com uma pessoa que começava a lutar pela gente, mas nós ainda tínhamos muito medo de represálias. Aí começaram as greves em 1983, 1984. E sempre sofrendo tudo isso.

Mas antes disso, quando eu estava no primeiro colegial, fui assistir a uma peça sobre Joana D'Arc. Nós tínhamos uma matéria chamada OSPB, Organização Social Político-brasileira, parecia ironia, matérias tão modernas que se fossem verdadeiras eram pra se encher de orgulho. Então tudo isso existia e funcionava para fazer a nossa cabeça. Existia matéria para poder nos doutrinar. E eu fui assistir a uma peça sobre Joana D'Arc, era a primeira peça que eu ia assistir em minha vida, nossa, fiquei muito feliz, uma peça em Prudente era um acontecimento que não se podia perder. Aí então eu fui assistir à peça para fazer a dissertação que a matéria pedia. E na dissertação, lógico, eu falava que a Joana D'Arc era uma pessoa que lutava pelos direitos humanos, não é? Elaborei o relato da história. Quando eu fui entregar o meu trabalho, a professora olhou para mim e falou: "Olha, você não pode entregar um trabalho desses. Aonde você quer chegar?". Foi a primeira vez que, verdadeiramente, não pelo meu pai, ou por ouvir, ou por sofrer por ele, foi comigo. Aí nesse momento eu senti que realmente não éramos nada. Realmente não podíamos nos expressar. Eu nem podia contar sobre a verdadeira história que eu tinha assistido em uma peça.

Isso aconteceu no Instituto de Educação Fernando Costa, aqui em Presidente Prudente. E eu tive que refazer essa história como uma

história bonitinha, porque não podia ter defensores, não podia ter pessoas lutando por ninguém.

Era 1971, 1972. Acho que eu estava no primeiro colegial ou segundo colegial. Eu tinha de 13 a 14 anos. Essa matéria era para nos doutrinar. Era tão bonito você dizer: “Nossa, estou participando da política, não é? Nossa, que matéria maravilhosa, não é?”. Participando nada. Aí eu percebi que eu não podia falar. Aí comecei a me atentar ainda mais. Percebi nas músicas, os cantores, que eles falavam por códigos. Tinha uma música que falava “vida de gado, povo marcado, mas povo feliz”. E tudo isso começou a me angustiar. Hoje sabemos através da história, que a nossa riqueza foi sendo sugada, a riqueza do Brasil, as nossas divisas foram sendo sugadas promovendo perdas e rombos pelos maiorais, pelos grandões, e o povo brasileiro, o povo que trabalhava, foi sendo escravizado, não tinha salário, vivia do nada, sabíamos disso e não podíamos falar nisso. Sabíamos sobre aquele Ato Institucional Número 5 lá em 1968, que fechou o Congresso, que permitiu que se prendesse e fizessem o que quisessem com qualquer pessoa, alunos dos movimentos estudantis, profissionais ligados aos direitos humanos e inclusive o Juscelino Kubitschek foi preso, o ex-presidente Lula, a presidente Dilma Rousseff, sabemos de muitas coisas que aconteceram na época da ditadura.

Em 1968, eu tinha dez anos. Então sabíamos que estávamos dentro da clausura. Tinha até um colantezinho para se colocar nos carros, assim escrito: “Brasil! Ame-o ou deixe-o”. Porque se você fosse falar alguma coisa, você ia ser exilado, com certeza, você ia ser morto, você ia ser maltratado, ou alguma coisa ia acontecer com sua família. E, muitas vezes, sumia alguém da família, de algumas famílias. Em 1973, nos mudamos para outro bairro, e nessa época houve algo muito estranho. Meu pai tinha uma perua Kombi, que ele usava para vender óleo a granel. A perua foi encontrada em um buraco perto da minha casa, cheia de sangue, e isso não teve explicação. Daí meu coração pulou de novo, pensei: “Meu Deus, o que pode ser isso?”. São coisas que passávamos e morríamos de medo. Como vivíamos em época

que não se falava em violência como hoje, não dava para entender as coisas que aconteciam e a única explicação era o terrorismo sob o qual vivíamos, que reformulava toda a sua fala, reformulava toda a sua conversa, você não podia conversar com seu vizinho, você não podia conversar com seu colega de classe, você não podia conversar com ninguém por medo. Por telefone também não porque podia estar com escuta, somente algumas pessoas tinham TV e se sentiam piores do que as que não tinham. Mas as pessoas não podiam se expressar.

Você imagina em 1973, uma cidade como Prudente, que era pequenininha, onde não existia violência, como pode uma peruca ser jogada em um buraco cheia de sangue? Como um aviso. Nós também não entendemos e morríamos de medo. Então com certeza eu acredito que nessa passagem toda, as pessoas que conseguiram sobreviver, eu como sou religiosa, com certeza houve a mão de Deus, só ele podia nos proteger naquele momento. Porque de repente você, como uma pessoa que queria mudança, pensando em mudança, pensando em sair daquela situação de repressão, de sobrevivência, que não tinha fim, sem ter a quem recorrer. A tal dívida externa que não se pagava, que nunca terminava. Nem o juro, quanto mais o montante. Essa dívida, gente, eu dentro do banco, já funcionária do Banco do Brasil, comentávamos daquela tal dívida que nunca se pagava. Aquilo me angustiava muito.

Aí, em 1989, quando Lula se candidatou para presidente e o Fernando Collor ganhou, mais uma vez aquela angústia, todos os funcionários do Banco do Brasil querendo que o Lula conseguisse ser presidente, porque era a nossa saída de tudo aquilo que passávamos, era a nossa esperança de dias melhores. Falávamos: “Lula, entra de qualquer jeito. Não fica falando muito a verdade, entra de qualquer jeito mesmo, mas entra. Pelo amor de Deus, nos tira dessa angústia”. Depois ainda existiram outros que foram entrando e fomos ficando ali naquela angústia, sofrendo e sabendo que vínhamos puxando lá de trás uma dor muito grande.

Sobre o episódio da Kombi: nós amanhecemos com a polícia a nossa porta, veio até a nossa casa para dizer que tinha uma Kombi lá

embaixo em um buraco, nós reconhecemos que era nossa, e que tinha sangue, muito sangue dentro daquela Kombi. Ficamos muito intrigados e preocupados. Era um barranco mesmo, devia ter uns oito metros. E aquilo ficou muito marcado sem explicação. Eu e minha família ficamos com muito medo. Tudo o que acontecia remetia à forma de repressão vivida, pois eu vivia tensa e desconfiada de tudo a nossa volta.

Era como um aviso. Toda vez que as pessoas se deparavam com uma coisa assim, era como se alguma coisa dissesse: “Olha, cuidado, você não pode se soltar”. E isso, como tinha muita angústia, muito sofrimento, muito medo, eu não queria passar para ninguém na minha casa, eu não relacionava o que houve com a política. Porque eu não queria angustiar mais pessoas, eu queria que a minha mãe ficasse na inocência dela, que meus irmãos ficassem na inocência deles e eu não queria que ninguém sofresse o que eu estava sofrendo.

Eu sou a sexta filha. Os meus pais perderam três filhos antes de mim. Depois de mim tem mais dois filhos homens. Era tanta angústia que eu tinha dor nas pernas, passava álcool nas minhas pernas, porque eu sofria muito. Eu tinha medo, eu tinha medo da escola. Sempre com muito medo. Eu tinha muitas dores nas pernas de tanto que eu me reprimia do medo que eu passava. Não tinha problema nenhum aparente, mas aquilo era de tanto me segurar. Eu tinha que estudar à noite, porque eu precisava trabalhar de dia, porque eu ajudava meu pai, ajudava minha mãe. O quê aconteceu? O que vivemos? E por que a precisávamos ter passado por tudo aquilo?.

Nosso olhar triste sem esperança, o povo ainda tão simples, um País tão bonito cheio de riquezas e oportunidades estava sendo explorado por pessoas inescrupulosas com uma bandeira mentirosa de desenvolvimento. Meu pai muitas vezes fez algumas tentativas e não conseguiu, porque não passava pelo povo a forma de conseguir, não chegava até a base, tudo era feito e resolvido com e para alguns poucos piratas exploradores enriquecidos a custa do povo. Não existia ninguém cuidando de ninguém. O País estava à mercê da bandidagem, dos aproveitadores, que deitavam e rolavam sobre o povo. Não existia

nenhuma política para o trabalhador. Muitas vezes eu penso que tínhamos tudo para ter dado certo se o nosso ex-presidente João Goulart tivesse conseguido ficar e realizado as mudanças que ele pretendia fazer com a reforma de base, mas o exército já estava à espreita querendo abocanhar e tirar proveito de tudo o que o País podia oferecer. Só existia o povo realmente trabalhando muito e não recebendo o que de direito. Dentro do Banco do Brasil, as greves já existindo, o Lula nos ajudando e lutando pelas classes, não só pelo Banco do Brasil, mas pelas outras classes também

E foi aí que começamos a vislumbrar alguma coisa melhor. Ainda tivemos que ouvir pessoas que falaram assim: “Nossa, a democracia existiu porque os governos militares permitiram, eles abriram mão do poder para que a democracia existisse”. Que mentira, a democracia foi uma evolução, uma conquista do povo que lutou por mudança. O povo foi se modificando, foi vendo, foi acordando para as atrocidades. Em 1953, a classe trabalhadora tentou se organizar, lá na época do Getúlio Vargas, quando as classes começaram a se reunir por causa da inflação, por causa de salário baixo, mas foram abafadas, porque os maioriais não permitiam, porque o comércio exterior estava bom para eles, ainda abriram mais as portas para entrar empresas estrangeiras e fazerem o que quisessem, sem pagar nada, sem nenhum compromisso.

Então o ex-presidente Lula veio para fazer valer de novo essa luta da classe trabalhadora que os poderosos lá atrás estavam com medo que acontecesse. Os militares já estavam de olho querendo tomar o poder desde 1953, em que o ex-presidente João Goulart era Ministro do Trabalho, porque para eles estava ótimo. Para eles não se devia mexer, eles estavam ganhando muito. O dinheiro emprestado do Fundo Monetário Internacional era muito e nem sabiam o que fazer com ele. Trouxeram as indústrias, o comércio, tudo para cá e o povo ficou trabalhando de graça. E os Estados Unidos jogando dinheiro aqui para virarmos um povo escravo deles, para trabalharmos de graça. A tal dívida externa que o Brasil adquiriu nada mais era que um investimento deles e para eles. Incentivaram os países subdesenvolvidos a pegar

esse dinheiro justamente para ser o quintal deles, para eles trazerem as empresas deles para cá e o povo trabalhar de graça.

Foi o que aconteceu. Existia um jogo de poder e interesses em que o dinheiro emprestado servia para sustentar a ditadura e o poder sobre nós e para os Estados Unidos era um meio de nos ter nas mãos e de ter mão-de-obra escrava, pois mandavam e desmandavam no nosso país. Havia um boato sobre a amamentação, que o leite em pó era melhor para o seu filho, era mais forte, que o leite materno era fraco, as crianças ficavam com fome e a minha mãe deixou de amamentar por conta disso. Ela comprava lata de leite em pó porque o leite materno não era bom para o neném. A empresa estrangeira precisava de cliente e o Brasil ainda era ecológico, natural, eles tinham que vender e se firmar enquanto empresa aqui, então faziam o que bem queriam com as pessoas.

Nós fomos abandonando nossos costumes e nossa vida natural para virar o que somos hoje, consumistas de produtos industrializados, perigosos, impostos a qualquer preço sobre nossas vidas. Hoje temos consciência do quanto fomos prejudicados com a vida capitalista selvagem em que prevaleceram os poderosos e o pequeno agricultor, os pequenos comércios, foram desaparecendo, primeiro pelo êxodo rural incentivado pela promessa de vida melhor nos grandes centros, e de outra forma os pequenos sitiados foram tendo que vender suas terras para os latifundiários que compravam a baixo preço ou tomavam mesmo.

As minhas irmãs, elas não eram envolvidas, nenhum dos meus irmãos. Éramos mesmo somente eu e meu pai. O meu pai sofria porque ser agricultor não era nada fácil, a lavoura de grãos não tinha preço, eu prestava muita atenção no que ele falava e sentia. Na verdade, eu acho que eu era uma pessoa muito obediente às coisas que ele dizia, sabe? Eu escutava muito. Isso me ajudou muito também, porque como ele alertava, eu prestava atenção. Não que eu entendesse a “Voz do Brasil”, não entendia nada. Mas o que eu via e sentia era muito forte isso bastava para eu tomar partido, ele envolvido na política talvez procurando um meio de mudança, em sua ingenuidade, porque na

verdade por mais que ele tentasse jamais iria conseguir fazer alguma coisa. Ele conversava algumas coisas com os amigos, se preocupando com os preços das lavouras, com a venda do café, com essa coisa toda do mercado, economia.

Eu ouvia, não entendia muito, até que foi comigo, quando eu fui fazer aquela dissertação no primeiro Colegial sobre Joana D'Arc. Mas até então eu sentia a angústia do meu pai e eu me angustiava também em vê-lo sofrendo e almejando mudança. Não dava nada certo para ele, porque era sempre muito difícil, quase impossível, quando ele estava no comércio, o comércio estava ruim; quando ele estava na lavoura, a lavoura era um fracasso na colheita, o que fazer com o produto colhido?

Então ele não tinha muita saída senão a de se lamentar e se preocupar. Era um lutador, um pequeno produtor sem voz, sem ajuda, sem futuro. Ele era um comerciante também, que estava sujeito a toda aquela transformação sempre para pior. Ele nunca conseguia sair daquele lugar de dor e angústia. E ainda precisava sustentar cinco filhos. Ele tinha essas obrigações, e todo mundo dependia dele, não tinha como, éramos todos crianças. E eu fui vendo tudo isso com o meu pai, depois comigo.

Em 1971, que foi quando eu já estava mais consciente de algumas coisas ao meu redor, eu já tinha condição de entender, e tomar pé da situação em que estávamos vivendo, sem saída mesmo. Até chegar 1985 demorou muito, a partir desse ano de 1985, foi quando conseguimos dar uma respirada. Ainda não era o que queríamos, mas vislumbrava-se uma esperança. Foi quando Tancredo Neves tentou entrar e fizeram algo que não entendemos muito bem, mas mesmo assim ainda queríamos mudança e passamos a acreditar que seria possível, porém somente na fé em Deus mesmo.

Ainda faltava saquear um pouco mais o Brasil, através de obras faraônicas enganosas e não acabadas para inglês ver, somente para enganar o povo com o tal desenvolvimento, através de usinas hidrelétricas desnecessárias destruindo nossos rios, a estrada transamazônica e outras obras mais, que não passavam de desculpas, meios para se

roubar mais e mais. E então continuar tirando da boca do trabalhador aquele restinho que faltava tirar, pois já tinham conseguido enriquecer à custa de um País tão rico como o nosso e à custa do trabalhador através da mão de obra barata escrava, à custa de muitas falências, de muitas famílias desorganizadas por conta das falências.

E assim foi nascendo esse espírito da nossa época, dessa época, de luta, de entendimento, que precisávamos de mudança, precisávamos sair daquele estado. Eu chorava, eu sofria. Eu sofria de ver meus tios na época do êxodo rural, quando todos eles se mudaram para São Paulo, para as grandes capitais, eu chorei, porque eu sabia que as coisas iam ser muito mais difíceis do que já eram. Eles saíram das pequenas cidades, onde eles já estavam acostumados, deixaram suas famílias para irem viver como indigentes, sem moradia, sem dinheiro, sem família. Eles saíram em busca de algum salário, chegaram lá, foram viver do pior jeito possível. Não fizeram nada com suas vidas, acabaram vivendo até suas velhices sem conseguir sobreviver, sem ter nada, porque o que ofereciam para eles era trabalho escravo. Eles não ganharam nada indo pra lá, sem contar que já não tinham mais a família para dar uma sustentação, pois quando aqui estavam, o meu avô sempre apoiava e ajudava os filhos, minha avó também os ajudava, o custo de vida era menor e a vida simples da cidade pequena favorecia, porém lá eles estavam sozinhos, e ninguém conseguiu fazer nada, ninguém conseguiu sobreviver com alguma dignidade.

Por fim, ninguém pôde mais estudar, porque a cidade era grande. Os filhos foram todos só trabalhar. Por esta razão toda é que existem as favelas, pois as cidades receberam grande quantidade de pessoas sem planejamento algum e não deram condições humanas para o trabalhador que recrutaram para o trabalho escravo. Por esta razão é que o País se encontra nessa pobreza total, as pessoas foram arrancadas de suas regiões e levadas a viver sem dignidade alguma.

Então foi naquela época lá, desse recrutamento cruel de pessoas para trabalhar nas grandes cidades, que se dissolveu ainda mais a agricultura. As pessoas que tinham seus sítios venderam a preço de

banana ou muitas vezes foram obrigadas a entregar de graça. Eles compravam os pequenos sítios com o objetivo de se tornarem maiores, muitas terras hoje são improdutivas, abandonadas, outras em mãos de herdeiros que não sabem o que fazer com tanta terra. Eu vi isso dentro da minha família. Meus tios foram embora para São Paulo e para isso foram obrigados a vender seus pequenos sítios, meus tios morreram sem nada na velhice. Os que foram para lá, morreram infelizes, pelo erro de suas vidas, por terem deixado para trás o pouco que haviam conseguido que lhes concedia dignidade, morreram sem um teto, sem estudo para os filhos, todos muito pobres.

Graças a Deus o meu pai ficou. Nossa vida em uma cidade pequena foi muito mais fácil, conseguimos de certa forma preservar, em primeiro lugar a dignidade, e em segundo uma forma de vida mais adequada diante do cenário caótico do nosso País. Ele, como gostava da terra, ficou por aqui, ele não quis arriscar ir para um lugar hostil e complicado para trabalhar e criar os filhos. Na verdade meu pai era assim: dizia: “Eu não quero ser empregado”. Ele morria de medo de ser mal tratado e humilhado diretamente.

Meu pai chama-se Francisco Aurélio Correa, já falecido. Sua maior frustração foi nunca ter conseguido se estabilizar na agricultura, porque ele era um agricultor nato. Ele adorava plantar. Ele adorava ter os momentos do plantio até a colheita, eu cresci em meio a sacarias de grãos, me sentia muito feliz por participar da vida dele, ele cuidava mesmo de tudo aquilo de perto com muita dedicação e orgulho de ser um agricultor. Mas, veja bem, a dor que sentíamos, que a nossa geração passou, sem vislumbrar mudança pela frente, ano após ano.

Como aconteceu em 1985, eu já estava com 27 anos, desde 1964 vinha escutando e presenciando toda aquela pressão e tentativas de mudança. Do ano de 1985 até chegar 2002, quando o Lula se tornou presidente, foram muitos anos de repressão ainda, pois com a entrada do então sociólogo Fernando Henrique Cardoso nada mudou, ainda aconteciam as mesmas coisas ruins do passado, não se pensava no trabalhador, no povo, havia uma altivez já vista anteriormente, tudo

ocorria para privilegiar, primeiro ele mesmo, depois os poderosos e para o povo somente pronunciamentos de aperto. Quando ele foi reeleito nós, já cansados de sofrer, dizíamos: “de novo não, pelo amor de Deus”.

Sofremos muito. Sofremos demais. Depois, eu dentro do banco, os bancários do Banco do Brasil participavam ativamente de tudo de acontecia com a política. Ainda tinha o Lula lá para ajudar, trocávamos nossas ideias e sofríamos muito com cada pronunciamento que aparecia na televisão. Não suportava mais ouvir aquela música que acompanhava o tal pronunciamento, de mais um aperto, de mais um arrocho salarial, de mudança nos zeros do dinheiro pela desvalorização da moeda, mais uma coisa para acabar com a gente, para não deixar a gente viver psicologicamente. Porque, na verdade, não queríamos aumento, porém somente receber as perdas com a inflação e ninguém queria ser rico, porque trabalhador não enriquece, e nem queria nada mais do que de direito. Queríamos nossa paz perdida, nossa parte psicológica preservada. Queríamos ser felizes, de certa forma, sair daquele jugo, daquela infelicidade psicológica de pagar uma dívida que fora feita para enriquecer os mandantes da época, que fizeram o que bem quiseram com o tal dinheiro, para o Brasil mesmo não sobrou nada, para pagar o juro ainda tiravam do salário do trabalhador, que ainda tinha que lutar para driblar com o pequeno salário aquela inflação exorbitante.

Só se queria paz. Sabíamos que o dinheiro do Brasil estava sendo saqueado o tempo todo. Tínhamos essa consciência. Sofríamos por todos, porque nesse meio todo ainda havia pessoas que não sabiam o que acontecia, somente sofriam a ação de tudo, de certa forma eu achava que era a melhor coisa do mundo, estavam mais preservadas de mais uma dor. Pensava; ainda bem que existem pessoas que vivem como podem, porque pelo menos elas não sofrem a pressão psicológica, se isso foi possível, pois acredito que ninguém escapou daquilo tudo diretamente ou indiretamente, porém pensar que podiam estar preservadas estava de bom tamanho.

Enquanto estudante eu conheci a Psicologia e a Filosofia, foi quando eu me deparei com a minha facilidade em entender algo

relacionado a pessoas. Existia uma matéria que falava de pessoas, fiquei muito interessada em poder estudar e me aprofundar em um assunto relacionado a pessoas, para mim foi um presente de Deus. Assim, eu vislumbrei uma possibilidade de formação que batia com a minha vida, relacionada com as pessoas de um modo geral, de estar do lado, defendê-las e entendê-las.

A Psicologia veio de encontro com o que eu tinha de dom para com o ser humano. Eu descobri que eu não pensava só em mim, eu queria também o bem para muita gente. Na verdade, eu nem me importava muito com o que acontecia com a minha vida. Eu me achava agraciada pelo fato de ser como eu era, uma observadora de tudo à minha volta, com um sentimento de solidariedade muito intenso, tinha muito a fazer pela frente através de muito esforço e dedicação, acreditava que tinha muitas missões a cumprir. Mas eu sofria por ver as pessoas ao meu lado com muita dificuldade, lutando com dificuldade, famílias sofrendo.

Até hoje eu sofro quando vejo injustiça, ou pessoas sem nenhuma condição de vida. Estou em uma profissão na qual vejo o ser humano como fonte transformadora, que carrega em si uma capacidade imensa para o desenvolvimento, é só dar espaço, ou, pelo menos, não atrapalhar com repressão, ou com qualquer forma de impedimento. Eu vejo através do olhar das pessoas a importância de cada uma e muito me dói ao ver que não estão sendo tratadas ou valorizadas como deveriam. Quando vejo os velinhos que chegam em determinado ponto da vida, que precisam de tanta coisa, que as coisas que eles têm não são o suficiente ou não conseguem sobreviver, ou que são maltratados. Dói o meu coração, dói meu coração o tempo todo naquela época.

Eu acredito que a Psicologia me achou, foi coisa de Deus, pois como podia ter uma matéria dessas em plena ditadura? Era tão difícil se falar no ser humano enquanto ser humano, isso era proibido, inclusive, muitas pessoas que cursavam essas matérias ou tinham alguma relação com os direitos humanos foram torturadas naquele tempo de ditadura: “Ah, meu Deus, é assim mesmo, é por esse caminho que eu vou”. Eu preciso falar, eu preciso entender o ser humano para estar do

lado, porque como eu vou ajudar se não souber além do meu coração? Mas eu tive que esperar. Primeiro me casei tive meus filhos, fui prestar concurso, trabalhei no banco. Eu precisava dar condições de vida a eles, e mesmo porque eu não tinha como sair daqui para ir à cidade de Assis fazer o curso de Psicologia. Mas eu já tinha toda essa coisa do ser humano muito forte.

Eu queria ver mudança. Eu queria ver mudança de alguma forma, eu precisava. Fui perseguida até agora com a eleição da presidente Dilma, quando eu fiz uma campanha direta para ela, as pessoas que trabalhavam comigo não concordavam, você acredita? Lembra aquele momento muito difícil, quando o candidato opositor tentou desmoralizá-la com boatos absurdos, alguns grupos se organizaram para tentar derrubá-la, me deparei mais uma vez com uma grande injustiça e não podia ficar calada, então parti para luta com a arma que eu tinha, em uma defesa pessoa por pessoa, como também pela internet, desta vez eu e meus filhos e genros. E você ali lutando e acreditando na vitória como aconteceu, graças a Deus.

A nossa história na verdade é uma história maravilhosa, de uma trajetória de pessoas lutadoras, e vitoriosas, que saíram do nada somente com uma confiança em Deus e venceram. Quando o ex-presidente Lula e a presidente Dilma venceram, todo um povo unido com sua capacidade política, também venceu.

Se você for recapitular desde o começo, a passagem de tudo é uma história muito coerente. Quando as pessoas partem em defesa das pessoas menos favorecidas, ou lutam pela maioria, pela classe trabalhadora, que é a que realmente sofre, é enriquecedor e gratificante, porque nada existe se não for por meio do trabalhador. Não existem empresas se não for pelo trabalhador. Não existe uma mega empresa se não for pela força do trabalhador, fazendo valer o trabalho dia após dia. Então a nossa história vem vindo assim, sendo construída. Ela foi construída e houve aqueles que botaram a cara para bater, como o ex-presidente João Goulart, destituído da presidência à força e exilado, ex-presidente Lula, militante perseguido e preso por defender o trabalhador, a presidente Dilma, militante perseguida,

presa e torturada enquanto estudante, os movimentos estudantis foram destruídos e extintos como também pessoas relacionadas aos direitos humanos foram torturadas, mal tratadas, humilhadas e muitas outras pessoas, inclusive cantores que foram exilados, que também tentaram modificar aquele momento absurdo.

Naquele momento eu descobri, com apenas quatorze anos de idade, que aquela matéria de OSPB era enganação, somente existia para manipular o pensamento do jovem, para saber o que pensávamos. Existia com um propósito de fazer a nossa cabeça, nos doutrinar. Eu dizia: nós precisamos falar do jeito que eles querem que falemos. Foi aí que eu me toquei que era muito pior do que a questão do preço do café, da questão do preço da agricultura, da questão da inflação, da falta de dinheiro das pessoas. Era uma coisa de calar a nossa boca na verdade, ninguém mais poder falar nada, ninguém mais poder se manifestar. Era a nossa liberdade cerceada de todas as formas. Ali que eu fui ver onde realmente nós estávamos, a cada dia em direção ao terror, perdidos sem solução. Eu tinha quatorze anos de idade. Hoje, um jovem de 13, 14 anos de idade, se preocupa com as questões políticas? Ou sentem medo de serem cerceados em sua liberdade de expressão?

O jovem de hoje se preocupa com a faculdade dele, com o vestibular, com as coisas que estão na internet, com as redes sociais, com as amizades, com as festas, com a ecologia, com o meio ambiente porque encontraram um País mais humanizado, mais justo, mais adequado, mais organizado, equilibrado voltado para o povo para o desenvolvimento humano para o social. Não tínhamos isso, não tinha garantia de nada, mas sim muito medo, angústia, incertezas com relação ao futuro ou até mesmo em ter que lutar para sair de um estado de coisas horríveis que aconteciam, todas ao mesmo tempo sem trégua. A gente parecia mais um velhinho. Com 13, 14 anos de idade, já tínhamos um monte de preocupações nas costas esperando saídas ou caminhos mais amenos para trilhar. Doía muito.

Deve ter mais alguma coisa para ser recordada, mas é que algumas ficaram bloqueadas como proteção psicológica. Bloqueamos

para poder não sofrer novamente. Víamos aqueles professores também já jogados, desmotivados. Eu já estudei o primeiro, segundo, terceiro Colegial, hoje Ensino Médio, falido. A educação completamente desvalorizada, os professores já não tinham um caminho certo a seguir, estavam à mercê do descaso, recebiam muito pouco pelo o que faziam e somente faziam o que os ditadores queriam. Reprimidos em suas funções como professores que deveriam promover o desenvolvimento intelectual e humano do aluno, por medo de represálias, obedeciam fielmente à cartilha imposta, de empobrecimento do saber, pois povo inculto era povo manipulado e subjugado, povo sem voz e sem ação. Se aquela professora falou aquilo para mim, você imagina o que não falavam nas reuniões com eles. Eles eram os educadores os responsáveis pelo crescimento das crianças, dos jovens, então eles sofriam repressões. Eles também podiam ser maltratados se não cumprissem com a obrigação de espalhar medo, insegurança, e um cala boca.

Em meio a todo aquele sofrimento e insegurança, fiz de um tudo para proporcionar aos meus três filhos: Regiane, Gustavo e a Débora, toda segurança do mundo, para que eles não sentissem medo de nada, mas sim muita alegria em viver, que suas lembranças fossem apenas de uma infância feliz de muito amor e carinho, uma adolescência tranquila e uma vida de adulto equilibrada em direção a um futuro de muitas conquistas e vitórias pessoais.

Muito obrigada por estarem nessa jornada de recolher os nossos depoimentos. Eu também gostaria de agradecer, primeiramente a Deus por ter protegido e amparado nesta trajetória toda, a mim e a minha família e todas as pessoas que lutaram e sofreram naquela época, ao meu pai (Francisco) pela sua determinação, coragem e bravura, à minha mãe (Isabel) pela humildade, delicadeza, amor e bondade a nós dedicados durante uma vida inteira e pelo exemplo de mãe e mulher, aos meus irmãos por seu amor, aos meus amados filhos: Regiane, Gustavo e Débora, porque são sim um presente de Deus em minha vida, pelo amor que me dedicam, aos meus genros: Douglas e Antonio Neto, a minha nora Vivian e aos meus netos: Giovanni e Bruno, por

serem uma preciosidade e existirem. À Psicologia, ao CRP São Paulo pela iniciativa maravilhosa. E, de forma especial, ao nosso querido ex-presidente Lula, por sua dedicação, sabedoria, luta e sofrimento pelo nosso bem estar e futuro, a nossa querida presidente Dilma pelas suas lágrimas de sangue derramadas nos momentos de solidão, humilhação e perseguição por amor ao seu povo, para que tivéssemos um destino melhor, de esperança e liberdade de todas as formas. Até hoje, ainda sentimos, e dói muito a tal experiência de horror. Hoje não queremos que ninguém passe o que passamos.

MARILDE NOVELLI

Entrevista concedida pela psicóloga Marilde Batista Novelli ao Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (São Paulo).

Eu achei importante contar [a história do período da ditadura] sob outro ponto de vista, de uma forma diferente. Eu nasci em 4 de janeiro de 1964, nasci exatamente no ano do golpe militar, mas eu não sabia que era um golpe, não me foi dito que era um golpe. Minha mãe, quando eu tinha por volta de cinco anos de idade, trabalhava na casa paroquial de Tupi Paulista, São Paulo, a cidadezinha que eu nasci, devia ter por volta de dez mil habitantes. É uma cidade muito pequena, no extremo oeste do estado de São Paulo, perto do Paraná, onde se tinha acabado de construir, no rio Paraná, o Complexo de Urubupungá, composto pelas usinas hidrelétricas de Jupiá, Ilha Solteira e Urubupungá, maiores fontes de energia do Estado, se não a maior daquele momento. Daqui a pouco vocês vão entender por que a localização é importante.

Minha mãe trabalhava como cozinheira na casa paroquial, eu lembro ter cinco ou seis anos, no máximo, e de ajudá-la, pois queria ficar com ela, ficava andando na saída dela. Naquele momento, estavam ali vários padres de congregação que veio do Canadá para fazer trabalho pastoral no Brasil, e um dia eu olhei, da cozinha, uma missa muito grande, e na ponta da mesa tinha sentada uma pessoa que eu nem reconheci como pessoa, estava todo enfaixado como se fosse uma múmia, todo quebrado mesmo, não mexia, assim, só uma das mãos conseguia levar à boca, uma pessoa arreventada, e eu lembro que eu chorei muito, fiz um escândalo, eu me assustei com aquilo que eu vi. Então, o bom senhor da paróquia veio conversar comigo, ele falou pra eu não me assustar, que era um padre, ele havia se machucado, que nós precisávamos cuidar dele, que ele precisava da nossa proteção, e eu fui perdendo um pouco do medo; e ele dizia pra não comentar com ninguém. O tempo foi passando, ele foi melhorando fisicamente, foi tido como louco, ele ficou meio louco porque dizia coisas sem sentido, gritava muito, ria muito, e ele tinha o hábito de fotografar, gostava muito de fotografar. Eu fui entendendo, fui percebendo que

não era absolutamente para contar a ninguém, não era para falar que ele estava ali, que eu o conhecia, ou para falar no nome dele. Ele já faleceu, se chamava Geraldo, sofreu um acidente na construção de uma igreja aqui em Guarulhos, em uma comunidade em Guarulhos que esses padres estavam trabalhando.

Eu fui sabendo disso aos poucos, isto por um lado; por outro lado, o meu pai era funcionário da prefeitura municipal, ele era funcionário público, a minha família praticamente nasceu ali, era o que eles chamam ali de família tradicional da cidade, todos conheciam, e ele era a pessoa de confiança da administração, de confiança do prefeito, então tinha alguns serviços de confiança que pediam pra ele fazer, e um dia ele apareceu com um revólver em casa, passou a usar revólver, passou a trabalhar à noite, passou a ficar meio estranho, a falar muito pouco.

Um dia ele contou para minha mãe que estava fazendo guarda, passava a noite na caixa d'água da cidade, tinha ordens que ninguém podia se aproximar, e se chegasse a tantos metros, era pra matar. E aquilo parecia que o angustiava bastante, angustiava toda a família, e mais uma vez não era para contar a ninguém, não podia, nunca, sob hipótese alguma, falar nada para ninguém. Ouvindo e compondo as conversas, isto aconteceu porque naquele momento foram presos quatro terroristas, não sei se era terrorista, qual seria a palavra? Era terrorista, não eram guerrilheiros, foram presos quatro terroristas em uma cidadezinha vizinha chamada Presidente Venceslau. A cidade tem um presídio de segurança máxima, foi o primeiro da região, então esses terroristas foram presos lá e o medo que se tinha, segundo a estratégia de guerra, de guerrilha, era de que eles fossem resgatados, de que eles fugissem desse presídio, e, se fugissem, uma rota possível seria atacar o Complexo Energético que ficava ali perto. Assim, Tupi Paulista era uma cidadezinha bastante estratégica, tinha o campo de aviação. Era um pouco afastada da rodovia, era perto das usinas. Os terroristas certamente entrariam em Tupi Paulista, dominariam a cidade, colocando veneno na caixa-d'água, comendo as crianças.

Os terroristas comiam criancinhas, e o meu pai tinha cinco para proteger, nós somos cinco irmãos e éramos todos crianças.

Um dia ele chegou bastante angustiado porque ele foi trabalhar no campo de aviação, ele sabia que chegavam e saíam carregamentos à noite, e ele não sabia o que era, mas um dia ele viu que eram armas, eram muitas armas, e ele ficou, assim, questionando, perguntando-se o que eles estavam fazendo, pra quem eles estavam trabalhando. Viveu a angústia, o segredo, e a dor.

Isto tudo foi junto. O fato do acidente com esse padre foi primeiro. Com sete anos eu comecei a estudar, eu fui pra escola, e nós fomos recebidos na escola como os filhos da Gloriosa, havia uma geração que havia nascido nesse País com a revolução, que nós, esta geração, seria o futuro desse País... povo desenvolvido é povo limpo e uma série de bordões, de coisas que só mais tarde eu fui entender, então era um regime bastante rígido, era um regime de culto à bandeira, culto às autoridades nacionais. O medo dos meus pais aumentou muito, eu era muito curiosa, mas eu sei que eu fui me calando, eu fui me fechando, e o medo deles era que na escola, com os coleguinhas, se contássemos alguma coisa, eles não sabiam exatamente o que era, o que estavam fazendo naquele momento a serviço de quê ou de quem, mas eles sabiam que não podiam contar.

Nisso tudo, aparecia na igreja, na casa paroquial, uma visita bastante ilustre, era um promotor e era muito amigo daquele padre, era um senhor bem baixinho, super bem vestido, cheiroso, ele tinha um perfume, um bigode tão bem feito, algumas coisas, assim, que eu não me esqueço, e de vez em quando ele ia lá rever esse amigo. Eles conversavam muito, eles viam muitas fotos. Uma das coisas que esse padre não perdeu foi esse gosto pela foto, ele tirava foto de tudo, de todo mundo, ele vivia fazendo isso, e esse promotor de vez em quando fazia essas visitas.

Eu fui crescendo, então, com essa formação, com estas tensões, e aí quando eu decidi estudar eu já estava com 21 anos. Não tinha faculdade em Tupi Paulista naquela época, então eu decidi ir pra

Marília fazer Ciências Sociais. Um dia, antes de as aulas começarem, – não me esqueço porque eu acho que foi um momento que marcou a minha vida, entre antes e depois – eu estava saindo do banheiro e ouvi uma reportagem na TV sobre um promotor, eles estavam falando jurista, mas eu conhecia como promotor, que o trabalho dele foi muito importante pra desvendar o Esquadrão da Morte e as ações que eles tinham em algumas cidades, principalmente em Guarulhos.

Eu ouvia falar no Esquadrão da Morte, toda a minha infância eu ouvi falar em Esquadrão da Morte, fui proibida de cantar algumas músicas, de falar sobre algumas coisas. E quando eu olhei a reportagem eu reconheci aquele promotor, que é o Hélio Bicudo. A matéria dizia que um dos fatores importantes para a investigação dele, para ele ter desvendado o Esquadrão da Morte, foram as fotos de um padre que foi dado como morto, que fotografava como um hobby, e registrou algumas personalidades e algumas ações que puderam dar base material para o promotor. Este padre, um dia, sofreu um atentado, então como a igreja estava em construção e ele tinha o hábito de fotografar, no dia, ele estava lá na torre, fotografando, e foi empurrado, caiu, e disseram que não sobreviveu. Tupi Paulista era um lugar tão longe que ninguém nunca ia achá-lo, não existia, não ia aparecer, e ele foi levado até lá pra ser protegido. As fotos foram reveladas sim, ele tinha, inclusive, do atentado que ele acabara de sofrer, eu não sei como, e ele continuou com isso.

Então, o Hélio Bicudo se tornou muito amigo dele e muito amigo nosso, inclusive; e aí, naquela reportagem, então, falava das fotos, falava desse padre, não disse o nome dele, não mostrou foto, eu falei: “Só pode ser”. Tive muita curiosidade de entender o que aconteceu, o que era tudo aquilo, e muito orgulhosa de, de certa forma, ter contribuído, ter vivido, por outro lado, ter cuidado das vítimas dessa violência terrível. Comecei a ler tudo, pesquisar: que os quatro terroristas que tinham sido presos em Presidente Venceslau eram quatro bispos, Frei Betto, Frei Ivo Lesbaupin, Frei Tito, não me lembro do nome do outro. Foram figuras emblemáticas de luta contra

a ditadura, e eu pensei: “Então seriam estes os terroristas que iam acabar com a cidade, contra quem o meu pai, que certamente estava armado, iria atirar, estava pronto para matar?”, e comecei a estudar, e cheguei a conclusões.

E eu acho importante dizer isso porque eu ouvi, depois de certo tempo, já na adolescência, quando começaram as lutas, que começou certa abertura, a expressão “Os porões da ditadura militar”, eu ouvia muito essa expressão, e fiquei com a impressão que isso existiu sim, e a minha geração foi criada trancada dentro dele, nós não tivemos direito à verdade [choro], nós não tivemos direito à história, não tinha luz, nos foi negado, quer dizer, a história de uma família, de um casal, que um trabalhava para um tipo de força e o outro pra outro tipo de força, e nenhum dos dois sabia exatamente o que estava fazendo, imagine como é que se forma uma geração. Mais do que não ter direito à luz, de não ter direito à verdade, nós fomos enganados, mentiram terrivelmente, porque é horrível se sentir... hoje, assim, a emoção...

Aquele “poc, poc, poc” das botas dos militares, imagino o que uma pessoa torturada deva sentir quando escutou isso, nós escutávamos na escola, nas escolas, as portas tinham um quadradinho, assim, de vidro, por onde a inspetoria passava e olhava o que estava acontecendo lá dentro. Foi uma geração educada em escolas sob intervenção, com professores reprimidos, com pais reprimidos, com pais torturados, eu acho importante dizer isso, mais importante ainda é agradecer a algumas pessoas que tiveram a coragem de lutar e de trazer isso à tona, tiveram e têm até hoje, porque até hoje é difícil falar sobre isso, até hoje há muito sofrimento, há perseguição sim, há uma dificuldade.

Acho muito importante trazer isso à tona, contar isso e trazer a verdade... O efeito que isto tem, que isto teve sobre o momento, sobre uma geração... Eu entendi que o silêncio não era próprio da minha casa, ele foi próprio do tempo, a minha geração foi calada, não fui eu, foi a minha geração. Eu acho isto terrível, e em todas as oportunidades que eu tenho de falar depois que eu consegui, depois que foi possível falar, eu quero falar, eu me proponho a falar, eu gostaria de falar, então

foi por isso que eu me inscrevi quando eu vi o convite do Conselho. Eu falei: “Nossa, que iniciativa boa, surpreendente”, até fiquei na dúvida, falei: “Será que é o tipo de depoimento, será que é o tipo de vivência que se quer?” Mas eu acho que é uma vivência muito importante, foi o que marcou mesmo a minha vida. Logo, a busca da verdade, quando eu falo que naquele dia houve um corte, entre antes e depois, foi porque depois daquilo eu estudei o primeiros semestre de Ciências Sociais na Unesp de Marília, e fiquei muito questionadora, então eu quis fazer Psicologia. Acho que tem a ver com tudo isso, tem a ver com a busca da verdade, com o direito à fala, com o direito à escuta, com o direito a poder trabalhar esse sofrimento que tanto marcou, que tanto nos marca, e também de tomar aquele compromisso político.

Fico imaginando os meus irmãos mais velhos, e há pouco tempo o meu irmão caçula. Eu vou fazer 50 anos ano que vem, a dita “Gloriosa” também, então quando eu entendi a mentira, entendi que não foi uma revolução, foi um golpe, que coisa horrível, que medo, que vergonha, que revolta, que tudo. Há pouco tempo eu conversava com o meu irmão caçula que tem 45 anos, ele olhou assim pra mim: “Eu não acredito, como não? Eu não me lembro de nada disso e nós nunca conversamos, e você nunca... Ninguém nunca contou?”, enfim, realmente não, ficou um silêncio tão automático, fruto da obrigação mesmo, do medo, do terror que se colocava: “Se você abrir a sua boca algo terrível vai acontecer com você e com toda a sua família”, e acontecia mesmo, naquela época acontecia mesmo.

Eu sentia o medo, ficava apavorada, mas eu não falava. Nesse dia que o meu pai comentou das armas, quando ele falou que ia trabalhar na caixa d’água e ia ficar de guarda, ele falou com coragem: “Eu vou, eu vou defender, é isso mesmo, se chegar lá eu mato, é pra matar, se ela está a certa distância, não parou, é pra matar”, mas quando ele viu, passado um tempo, que o que chegava e saía do campo de aviação eram armas, ele mudou completamente, ele falou tremendo, ele falou com medo, com muito medo porque demonstrava um poder muito grande; então o medo.

As pessoas habituam-se, se constrói um jeito de ser. Eu não nasci calada, mas tornei-me uma pessoa calada. Houve um investimento muito grande nessa geração dos que nasceram com a revolução – daqueles que, assim como meus colegas e eu, nascemos mais ou menos junto com a “revolução”. Um dos colegas, que era filho da professora daquele ano, ficou doente, e não foi para as aulas, ficou aquele burburinho: “O que ele tem? Por que ele não aparece na escola?”. Assim, a professora, que era a mãe dele, trancou a porta, falou baixinho, pediu pelo amor de Deus. Eu falei: “Ai, meu Deus, conheço essa cena, eu sei o que é isso”. Ela pediu para nunca, jamais, sob hipótese alguma, dizer ou ao menos lembrar do que ela ia dizer, mas o filho dela estava com meningite, e meningite era uma doença contagiosa, por isso que ele não podia ir, e não podia-se assumir naquele momento, havia um limpeza, uma higienização, a saúde tinha essa postura higienista, havia esse movimento, então isto era uma coisa que não podia vir à tona e também não podia ser dita, e eu fiquei assim: “Meu Deus, até a professora, até a família dela, até...”, então alguma coisa muito grande mesmo pairava sobre nossas cabeças, e por isso não falávamos, no recreio se brincava, de roda, de música, mas conversar muito, ficar muito sozinho, assim, era proibido, definitivamente proibido. Esse silêncio foi construído, terrivelmente construído, sob tortura mesmo. Acho que essa é uma forma de tortura sim, mas, os nossos pais, os nossos professores, os nossos formadores, eles foram torturados.

Sobre as armas que meu pai viu, eu avalio, eu inferi, assim como eu acho que o meu pai também inferiu e ficou pensando: “O que eu estou fazendo? A que eu estou servindo?”. Ele não tinha noção do que era a ditadura militar, ele achava que teve uma revolução e que chamava de “Gloriosa”, naquela época, então acho que eram armas que estavam a serviço do serviço de repressão, que não foi só aqui em São Paulo, não foi só na divisa com Mato Grosso do Sul. Acho que o poder local, o prefeito local, que tinha o meu pai como um homem de confiança, ele estava a serviço dessas forças,

das forças de repressão, das forças de ditadura, e o meu pai estava dando confiança a ele.

Enquanto isso, minha mãe estava cuidando das pessoas que lutavam, que eram forças rebeldes, forças da resistência contra a ditadura militar, então um a serviço de algo e o outro a serviço de contra, e nenhum dos dois com clareza do que acontecia, do que estavam fazendo, e de como estavam sendo personagens na história. A história se constrói na ação concreta, no cotidiano, no dia a dia, e eu também passei a me ver, falei: “Meu Deus do céu, olha do que eu participei também”.

Eu fico imaginando como o Frei Beto, vivo até hoje, vê aquela cidade, aquele povo, que em sua maioria não sabe o que aconteceu lá, não sabe que eles praticamente inauguraram aquele presídio, foram praticamente os primeiros, pelo menos os mais temidos. A impressão que eu tenho é que foi construído e era de segurança máxima para a repressão, porque não havia a criminalidade geral da forma como tem hoje, não havia. Esse presídio de Presidente Venceslau foi construído no início dos anos 1970.

O Hélio Bicudo é vivo também, está bem velhinho, quando eu o vejo tenho uma admiração profunda, não imaginava, naquele momento, a grandeza desse ato, não imaginava o que estava acontecendo. É importante agradecer, ter esse reconhecimento porque as pessoas, e talvez ele propriamente, que esteve lá, convivia conosco, não tem noção de como influenciou, de quão importante foi a sua atitude no dia a dia, ele tem sim a noção de uma importância histórica, ele é alguém que tem, o Frei Beto também.

Quando comecei a estudar Ciências Sociais, comecei a entender, começaram a nascer os partidos de oposição, o Partido dos Trabalhadores, por exemplo, e eu ouvia muito na minha juventude este pessoal que lutou contra a ditadura. A Dilma Rousseff, presidente, dizia assim: “A minha geração tinha um sonho”, inclusive, eu fiz Psicologia na PUC, em São Paulo, e um dia em um evento lá no Tuca teve uma fala e começaram assim: “ A minha geração tinha um sonho, este teatro

aqui tem uma história, e eu vejo esta geração tão calada, tão apática”, eu olhava e falava assim: “Isso nos foi roubado, isso nos foi tirado”, e eu acho que é verdade, tem sim uma geração que se criou nos porões da ditadura militar, trancada lá dentro; e hoje essa oportunidade de vir à luz, de ver à luz, ela é muito importante.

O meu pai, que é analfabeto, ele só sabe assinar, recentemente vendo toda essa história, vendo agora a Comissão da Verdade, ele faz algumas perguntas, e fala: “Mas, então, será que aquilo tinha a ver?”, e agora que ele começa a ligar os pontos, com 78 anos. Ele está bem de saúde, de memória, e agora que ele começa a ligar as coisas e fazer algumas perguntas, então, o que ele vê na televisão, o fez questionar sobre uma série de coisas que aconteciam naquela época. Teve um dia que foi muito duro, ele falou assim: “Então será que eu trabalhei pra essa tal ditadura?”, é doído demais quando a pessoa se reconhece em um lugar que ela não estaria por opção, mas esteve. E aí nós conversamos bastante, ele foi perguntando sobre a ditadura, sobre Presidente Venceslau, sobre esse presídio, tudo isso.

Nem ele nem a minha mãe sabem que estou dando esse depoimento, eu não contei, mas eu vou contar, e confesso que eu estava bastante tensa, é um sofrimento, mas eu vou contar sim, e mostrar, se tiver algum material para escutar e para mostrar, é ótimo, porque ele não lê. Mas eu vou ler para ele.

Eu encontrei com o Frei Betto uma vez no lançamento do livro dele, mas conversamos muito pouco, e foi uma emoção tão grande estar diante dele... E eu descobri quem eram eles por causa de um livro do Frei Betto que se chama “Cartas da Prisão”, escrito quando ele estava preso. Quando eu vi aquilo, falei: “Então é isso”. As coisas foram ficando claras, eu nem sei se ele conhece o Complexo de Urubupungá lá, as hidrelétricas [risos]. Mas eu gostaria de dizer para ele e acho que meu pai gostaria de dizer a ele, encontrar com ele e ir até Venceslau depois; porque tem algumas coisas que é bom nos reencontrarmos, pra superar, porque é um encontro de outra forma, um encontro de outro jeito. Eu acho muito importante, então, este

trabalho da Comissão da Verdade, embora, do ponto de vista jurídico, não condene, não seja de condenação. Porque dá vontade [de haver condenação], dá muita raiva. Então, embora este aspecto não exista, o que existe é muito importante, é fundamental.

Tem gente que fala: “Ah, mas, então, se não pode julgar, se não pode condenar, não interessa”. Eu acho que interessa, interessa sim, interessa muito, é muito importante sim. E que essa geração também se reconheça, consiga abrir esse porão, abrir suas portas.

PATRÍCIA NOLASCO

Entrevista concedida pela psicóloga Patrícia Augusta Nolasco ao Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região.

A história da minha primeira infância, eu diria, se perdeu. Documentos, fotos, toda minha história familiar referente a esse período foi roubada da minha família quando meu pai foi preso. Nem usamos mais esse termo, pois na verdade ele foi sequestrado e o DOI-CODI, na época, levou toda a minha documentação. Eu era filha única na época.

Meu pai chama-se Eustáquio Vital Nolasco. Isso foi em 74, aqui em São Paulo. Eu tinha menos de dois anos quando ele foi preso e torturado. Com a prisão dele, eu fui abrigada por alguns padres, inclusive pelo Padre Ângelo, que me recolheu e me escondeu quando minha mãe também teve de ir para outro local, porque ela também era procurada pelos militares. Fiquei com ele até alguém da família vir me buscar e me levar para outro estado. Depois de algum tempo, não sei precisar quanto tempo, eu fui para Belo Horizonte ficar com a minha avó. E aí surgem várias histórias, porque ninguém podia saber que eu estava lá, porque eu era procurada também, pelo DOI-CODI, para servir de chantagem contra o meu pai que estava preso. Queriam que ele listasse o nome das pessoas envolvidas com o PCdoB, o que ele sempre se negou a fazer.

Ele era tido como subversivo. Meu pai era da Juventude Operária Cristã (JOC) desde a juventude, e na época ele era um dos dirigentes do Partido Comunista do Brasil, aqui em São Paulo. Ele é de Belo Horizonte, MG, e quando ele vem pra São Paulo, em 1969, se não me engano, ele já vem escondido porque era procurado lá em Minas. Naquela época ele era dirigente da JOC, que era ligada à Igreja e fazia política, trabalhos sociais, principalmente junto a comunidades carentes. Faziam um trabalho de trazer a crítica sobre aquele momento que o Brasil vivia, sob a ditadura, por isso ele já era procurado.

Na época ele era contador, era técnico em contabilidade, e perdeu a profissão quando veio para São Paulo, precisou mudar tudo, ele veio com a roupa do corpo. Ele precisou mudar o nome e a profissão, porque ele era procurado. E aí ele entrou para a metalurgia. Ele é eletricitista em função disso, porque ele precisava se esconder e, ao mesmo tempo,

precisava se subsidiar. Então, nesse período todo ele continuou com o seu trabalho, mas sempre escondido. Ele nunca desistiu dos ideais. Inclusive eu falo pra ele até hoje que eu acho-o um idealista, ele crê em uma utopia, que eu não sei se vamos conseguir chegar ao estado governamental que ele tanto deseja (risos).

Enfim, em 1974, infelizmente, ele foi sequestrado. Estava na delegacia regional do trabalho para receber uma quitação, quando foi sequestrado pelo DOI-CODI. Ele vinha sendo seguido porque já suspeitavam, houve denúncias. E a sorte foi que ele começou a fazer escândalo. Ele jogou a carteira de trabalho no meio da rua, e gritou que ele era um pai de família, um trabalhador, que ele estava sendo preso por engano. As pessoas que estavam perto viram, era final do expediente, cheio de gente na rua, então pegaram aqueles documentos que ele jogou no meio da rua e devem ter procurado a família ou a empresa em que ele trabalhava. Até que chegou a notícia para a minha mãe e para os demais familiares.

Assim que a minha mãe ficou sabendo me levou ao Padre Ângelo, procurou a Igreja. Eles sempre foram muito ligados à Igreja, havia o trabalho do meu pai com a JOC. Minha mãe conversou com o pessoal do partido e aí tomaram essas medidas. Ela saía com o que estava no corpo. Foi para o Convento das Carmelitas aqui em São Paulo e eu fiquei sob a guarda do Padre Ângelo até que a minha avó paterna veio de Belo Horizonte e me levou. Nisso, a polícia foi em casa, pegou toda a documentação, fotos, músicas do meu avô. Eu não tenho nenhuma foto, por exemplo, de quando eu era pequena. Tem uma ou outra quando eu já estava na casa da minha avó. Meu avô paterno compunha sambas, músicas - não sei te dizer agora quais-, mas a minha avó contava que as músicas que ela ouvia na rádio eram do meu avô, só que não temos provas. Meu avô chamava-se Orlando Victal Nolasco.

O nome de minha mãe é Maria Ester Martins Nolasco, na época Vitória. Ela só assumiu o Nolasco bem depois. A minha mãe não é brasileira, ela veio de Portugal com sete anos de idade. Desde a sua juventude, e ela nem conhecia meu pai, já se envolvia com o partido também, o Partido Comunista do Brasil aqui em São Paulo. A família

toda dela é de imigrante, de Portugal, todos os irmãos, e, na época da ditadura, ela precisou se naturalizar, porque ela estava sendo procurada e ameaçada de ser extraditada para Portugal, onde havia a ditadura do [António Oliveira] Salazar. Era uma ditadura ferrenha, então ela ficou com muito medo e se naturalizou.

Minha mãe foi presa, se não me engano, em 1970. Não tinham nenhuma prova de que ela tinha envolvimento com o partido, nenhuma prova que ela fazia trabalhos ditos subversivos. Ela ficou presa coisa de uma semana, ou duas, se não me engano, e depois foi solta, liberada, pois não havia provas. Ela ficou presa com várias mulheres que até hoje estão com ela, são conhecidas nossas, que fazem parte da minha história também. E que na época também eram do Partido Comunista do Brasil e viviam nesse meio político. Inclusive, ela tinha acabado de passar em um concurso na prefeitura de São Paulo, para trabalhar em creche, o cargo era de Coordenadora de Creche. E o [então prefeito de São Paulo] Reinaldo de Barros cassou a sua nomeação, não a autorizou continuar na instituição, nem a assumir o cargo. Agora, com a abertura, com a Comissão da Anistia, teve os processos, ela recebeu ressarcimento há uns três, quatro anos. Foi julgado e provado que realmente ela tinha passado nesse concurso e ela poderia estar atualmente aposentada pela prefeitura. Então eles a ressarciram em função de tudo isso. Uma reparação.

Ela tem uma história dentro do partido, por isso quando meu pai foi preso ela teve que se refugiar, pois ela também seria presa. E quando eu fui para Belo Horizonte, fui para a casa da minha avó paterna. Quando meu pai foi preso, prenderam junto uma tia, irmã dele, e um tio, cunhado dele. Eles diziam que era para investigação. A família inteira, na verdade, era muito ligada à questão política (risos). Então eles têm uma ideologia muito forte, muito presente.

Meu tio chama-se Luís Tenderini. Ele também não é brasileiro, é italiano, mas não podia ser extraditado por ser casado com uma brasileira, a irmã do meu pai, Djanira Tenderini. E a minha tia que foi presa com o meu pai é a Maria de Fátima Nolasco. Ela sofreu diversas torturas. Minha tia não fala porque é muito fechada, ela deve ter sofrido demais. Sei o quanto ela sofreu pelo que meu pai conta, que os três

ficaram presos na mesma cela, inclusive nus. E para ela foi muito difícil porque ela vem de uma cultura bem diferente do que nós vivemos hoje. E ficar nua na frente do cunhado, do irmão, foi muito difícil. E ela foi torturada, mas não sabemos de que forma foi essa tortura.

Acho que foi tudo muito combinado, porque foram todos pegos. Em resumo, eu fui para a casa da minha avó, já com todos presos, e ninguém podia saber que eu estava lá. Então eu ficava enclausurada dentro de casa o tempo todo, não podia sair, com medo de ser pega. Segundo a minha mãe, eu estava muito doente porque eu tinha diversas complicações renais, e precisava sair pra fazer tratamento. Então eles tinham que fazer mil e um malabarismos para poder me levar.

Eu falo pra minha mãe que eu acho que era tudo muito psicológico também, porque não tinha nada, eram infecções urinárias e ninguém sabia o que era. Na verdade, eu acabei melhorando quando fiz uma intervenção, não foi uma cirurgia, mas não havia nada que comprovasse a causa. Então eu falo que isso era mais emocional do que outra coisa (risos).

Quando chegava gente na casa da minha avó eu era escondida dentro dos armários, porque ninguém podia saber que eu estava lá. E a polícia batia direto na casa dela, perguntavam onde eu e minha mãe estávamos.

Realmente eu não me lembro como conseguia ficar dentro dos armários. Eu devia chorar muito, porque para uma criança de um ano e meio devia ser super difícil. Realmente eu não me lembro, isso foi em 1974. A única coisa que me marcou muito foi uma intervenção cirúrgica que fiz no Hospital Gastro Clínica, aqui em São Paulo. Minha mãe até diz: “Mas como é que você lembra isso? Você tinha dois anos.” Eu ainda lembro direitinho dela me levando e falando: “Eu vou ficar com você, pode ficar tranquila.” E o médico falou pra ela: “Você não vai poder ficar.” E quando eu acordei, ela não estava e chorei muito. Um sentimento de abandono. Até hoje ficou marcado. E ela tinha me dito que quando eu voltasse e acordasse, ela iria estar lá com um chocolate (risos). Ainda tem isso, você acha? Eu me lembro disso. E falo que para eu lembrar isso, eu acho que tem muita coisa anterior, porque não é uma coisa assim que uma criança de dois anos

guarda, que seja tão forte. O médico explicou na minha frente que ela não poderia ficar.

Eu me lembro desse fato, eu me lembro da cor do hospital, um azul claro e branco, azulejado, eu lembro direitinho até hoje. Isso eu nunca esqueci, da escadaria, eu subindo a escada com uma tia, que estava junto. Agora, esse momento de ficar no armário eu não lembro (risos). Acho que deve ter sido tão angustiante que é melhor não lembrar.

Quando meu pai foi solto, que ele pode ir para Belo Horizonte. Ele foi solto, na verdade, por conta da Igreja, dos estudantes e da classe artística, que fazia manifestações em frente ao DOI-CODI, diariamente, dizendo que sabiam que ele estava lá, mas os militares sempre negaram. Os estudantes fizeram uma carta aberta para a sociedade relatando a prisão do meu pai e que eu estava sendo vigiada pela polícia. Então, ameaçaram ir para a mídia, colocar nos jornais, e foi colocado na época. Devem ter sido jornais ligados a questões políticas, sindicatos, nenhum jornal de grande porte.

O DOI-CODI ficou com medo naquela época, porque em 1974 já estavam amenizando algumas situações da ditadura, então acabaram soltando. Mas quando soltaram, quando o trouxeram, depois de preso por quase quatro meses em que sofreu diversas torturas e que até hoje tem as marcas nas costas, ele foi chicoteado, foi pra pau de arara, tomou choques elétricos nos órgãos genitais. Com o cabelo molhado colocavam-no dentro de uma bacia e davam choque. E meus tios ouviam tudo, e ele gritava e pedia pelo amor de Deus. Ele chegou a desfalecer duas vezes, e foi reanimado.

Um médico estava presente o tempo todo durante a tortura para reanimar. E aconteceu de ter que fazer a reanimação duas vezes. Depois disso tudo, depois de quase quatro meses, o chamaram. O delegado ou capitão (não sei como nomear) chamou e queriam que ele assinasse um documento alegando que não tinha sido torturado. Queriam enviá-lo para a Itália, como se fosse a pedido dele, porque como ele tinha muitos padres conhecidos era pra ele ir pra Itália, dizendo que era uma iniciativa dele e não que estava sendo extraditado. Ele se negou a assinar esse documento e mesmo assim o soltaram porque já não tinha mais jeito,

já tinha sido declarado que ele estava no DOI-CODI, em São Paulo. A Igreja já tinha conseguido essa informação, pois o Padre Ângelo foi ao local em que ele estava para levar roupas para ele e a polícia as recebeu, o que confirmou a sua localização, um ato falho da polícia. Após isso não havia mais como negar e a própria polícia confirmou. O Padre Fernando Penteadó, hoje bispo, levou essa informação para o Dom Evaristo Arns que contratou um advogado (Dr. José Carlos Dias) para defender meu pai e acompanhar o processo que houve depois. Ele foi, afinal, considerado inocente.

Quando a minha avó veio me buscar, ela voltou de ônibus para Belo Horizonte, e a minha mãe – ela conta essa história – esteve no mesmo ônibus que nós, pois também foi pra Minas, só que não ficou junto comigo, ela ficou na casa de pessoas ligadas ao partido, amigos deles. E ela sentou ao nosso lado. Minha avó havia comprado as passagens e acabou comprando no mesmo banco, assim, banco ao lado. Minha avó me segurando e eu pedia pra ir com a minha mãe que estava sentada ao meu lado e ela fingia que não me conhecia, ela teve que fingir, porque ninguém podia saber que estávamos juntas. E aí eu fiquei esse tempo todo sem ver minha mãe. E eu só fui vê-la depois que meu pai foi solto.

Não sei se minha mãe deixou de ser procurada, mas como eles estavam muito em vista, esse meio cultural, as pessoas ligadas à mídia, a Igreja e os estudantes criaram uma rede de proteção. E aí, ela pode voltar junto com ele. Então acho que deve ter deixado de ser procurada.

Quando eles voltaram para Belo Horizonte, conseguiram ir até mim, na casa da minha avó, meu pai estava muito machucado. Ele brincava comigo no berço e eu não dava nem atenção. A minha mãe diz que ela chorou muitos dias porque eu simplesmente não a reconhecia. Não é que não reconhecia, acho até que foi uma forma de agredi-la, como criança: 'Você me abandonou, agora eu te abandono'. Eles ficaram na casa da minha avó até eu me readaptar à convivência com eles para poder voltar para São Paulo. Não sei precisar quanto tempo nós ficamos em Belo Horizonte, na casa dela.

Eu não tenho nenhuma recordação disso. Eu tenho outras recordações desse período, de outras prisões que meus pais sofreram,

pois não foi a única. Essa foi a mais torturante, eu diria, mas outros momentos de, por exemplo, minha mãe ter sido presa no final dos anos 1970, eu dentro de casa com meus irmãos, nisso eu já era mais velha, já conseguia lembrar alguma coisa. Mas também de momentos bem angustiantes, de ela estar presa, meu pai no trabalho, e eu sozinha com os dois. Porque não tínhamos recursos, não tínhamos ninguém, então o mais velho acabava cuidando do mais novo. Na época, minha irmã devia ter uns dois anos, eu e meu irmão temos uma diferença de dois anos. Então, eu tinha uns oito, sete anos, e cuidando dos dois. Lembro-me dos vizinhos terem que acudir, de chamar tia, correr para abrir portão. Lembro-me desse outro período, final dos anos 1970, início dos anos 1980, antes da abertura, da anistia.

Naquela época eu já entendia porque eu fui obrigada a amadurecer muito cedo, até por conta disso. Nós acompanhávamos nossos pais, eu e meus irmãos, nas assembleias e reuniões, íamos pra rua com eles direto. Logo que iniciei minha vida profissional, eu trabalhava no Hospital do Servidor Público do Estado, e o Jamil Murad entrou em uma reunião, virou pra mim com um monte de gente em volta e disse: “Essa aqui, eu peguei no colo quando criança”. Eu queria me enfiar embaixo da mesa, morrendo de vergonha (risos). Na época ele era deputado estadual e foi vereador muitos anos em São Paulo, pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Ele é funcionário do hospital, na época ele já estava afastado porque ele era deputado estadual, mas ele foi até o nosso serviço, não sei o que ele estava fazendo lá. Mas são coisas que vivemos. Na minha infância toda a convivência foi com pessoas do partido.

Eu tenho lembranças muito gostosas dessa época. Claro que ao mesmo tempo você fala: “Poxa, eu ficava sozinha com um monte de crianças.” Por exemplo, o João Carlos Grabois, o Joca. Uma parte da minha infância eu passei com ele, com o Joca. Não sei se vocês sabem de quem estou falando. Às vezes, à noite os pais tinham que ir para reuniões porque eram todas clandestinas e tinham que ser à noite, eu ficava na casa do Joca, eu, ele, a prima e o primo dele, os Teles, juntos. Todos crianças. Fazíamos farra. Eu me lembro de que não tínhamos condições de ter revistinha em casa, da Mônica, não tinha. E

na casa deles tinha uma bacia enorme cheia de revistinhas. Eu sempre gostei muito de ler, e isso marcou muito. Eu sentava ali devorando as revistinhas! E sozinha (risos).

Estava eu, o Joca, que somos da mesma idade e devíamos ter uns oito, nove anos, meu irmão que devia ter uns seis, e os primos dele, os Teles, um pouco mais velhos. A Janaína acho que é uns dez anos mais velha que eu e deveria ter 14, 15 anos, 16 no máximo. E nós ali, fazendo a farra. Adorávamos que os pais saíam!

Uma vez meus pais estavam em um reunião, isso era durante o dia, na região do Campo Limpo, e eu não queria estar lá, queria estar em casa brincando, não morávamos muito distante. Eu devia ter uns cinco, seis anos. Peguei a minha prima, que também estava no local, Sara Maria Tenderini, que o pai esteve preso com o meu pai, e saí andando, porque ficávamos soltas. Fomos andando na Avenida do Campo Limpo. A sorte é que uma pessoa que estava indo para essa reunião vinha vindo pela avenida a pé, nos viu e me reconheceu, ele sabia que eu era filha da Ester. E aí nos levou de volta (risos). Tem essa coisa da revolta, "eu sou criança, quero brincar, quero fazer outras coisas", em alguns momentos, mas também tem coisas muito gostosas que eu lembro.

Acho que é uma coisa bem ambígua, ao mesmo tempo. E acho que esse período todo, desses dez anos até meados dos anos 1980, eu passei por muita coisa, essa história dos meus pais e ter que viver a perseguição, essa coisa de se esconder. Não foi uma vez só que eles tiveram que mudar de casa, sair de casa, e ter que largar tudo, perder tudo, porque tinha que fugir, tinha que ir embora de lá, deixar móveis, eletrodomésticos novos.

Eu acho que isso está na construção da minha personalidade. Depois disso fiz análise por muito tempo, até pra chegar a essas conclusões de que sou uma pessoa muito fechada, até de me expor sentimentalmente. E minhas relações muitas vezes eram frágeis, justamente por medo de perder as pessoas, porque eu perdi muito nesse período. O Joca mesmo, perdemos contato, nunca mais nos vimos.

Tive que sair da escola, por exemplo, eu ficava em creche quando meu pai foi preso, foi na primeira vez. Depois acabei mudando, mas foi

por outros fatores, mudança de residência, procura de uma escola melhor, enfim. Mas não em função, especificamente, de estar fugindo, tentando se esconder. Nessa fase não estavam mais atrás dos filhos (risos). Depois de 1975, eu diria, a ditadura deu uma amenizada. O auge da ditadura mesmo foi até 1973, de sequestrar, de matar, de torturar. Claro que teve muita dificuldade depois, tanto que você não podia ir pra rua fazer manifestação.

Minha mãe guarda até hoje, por exemplo, um recorte de jornal onde ela aparece, ela está em três manifestações diferentes e tem o rosto circulado com os dizeres: “Agitadora profissional”. Há outra foto em que ela está em uma manifestação metalúrgica em São Bernardo do Campo e aparece em primeiro plano segurando o meu irmão, que deveria ter uns dois anos. Isso já era 1977. Meu irmão é de 1975. Meu irmão chama Daniel Vital Nolasco. Inclusive essa foto depois é colocada dentro do Partido Comunista do Brasil, está lá nos registros porque traz uma mulher segurando o filho em uma manifestação.

Ainda era proibida manifestação de rua, final dos anos 1970, mas ainda assim conseguiam fazer. Ela nem foi presa, não nesse fato, ela foi presa depois, foi quando eu fiquei trancada dentro de casa com meus irmãos, o que aconteceu pelo menos umas duas vezes que eu me lembro, por conta de prisão do meu pai ou da minha mãe.

Dava medo estar trancada dentro de casa com duas crianças, ser uma criança e não saber o que fazer. Medo de nunca mais ver meus pais. Quando a minha mãe foi presa, eu sabia que meu pai não estava nessa manifestação, que foi até um painel que eles fizeram na região do Campo Limpo por melhores condições de moradia pra população, no início dos anos 1980.

Eu sabia que meu pai não estava preso porque ele estava no trabalho, isso foi durante a semana, mas o medo ainda ficou. É inerente a uma criança de, sei lá, dez anos. Então, isso ficou muito presente na minha infância. Mas é isso, como falei no início, eu era muito amadurecida. Até hoje eu brinco com a minha mãe, esses dias mesmo eu e o meu irmão, nós brincamos com ela, eu falei: “Você era louca, deixava os filhos irem sozinhos pra escola, eu tinha sete anos e ia sozinha pra escola”. E ela falava: “Mas não é que eu era louca, era a condição”

(risos). E eu tinha maturidade suficiente para ir à escola sozinha, andava coisa de um quilômetro pra ir ao colégio. Brincamos “Você imagina, eu deixar meu filho que tem sete anos”, porque eu tenho um filho de sete anos, “ir pra escola sozinho. Nem pensar!”.

Mas era aquele momento, enfim, entendemos. Mas pra mim foi muito difícil. Para eu chegar a essa compreensão hoje, entender e aceitar a vida política deles teve que ser muito trabalhada, inclusive analiticamente. Eu lembro que a minha analista me dizia que o meu complexo edípico, o triângulo edípico, quem fazia a tríade não era a minha mãe e o meu pai, mas sim a Política, que eu disputava o meu pai com a Política. E isso ficou muito marcado. Eu falei: “É meio por aí mesmo”. E só depois disso, de ter feito muita análise, é que comecei, inclusive, a participar do Partido Comunista do Brasil. Eu, na minha juventude, na faixa dos 15 anos, eu até participava do UJS (União da Juventude Socialista), que era a juventude da esquerda, mas eu nunca me filiei ao Partido Comunista do Brasil. Aliás, até hoje eu não sou filiada ao partido, eu participo de alguns eventos, sou ativa politicamente, mas não partidariamente. Na época da faculdade tinha um amigo que falava: “Eu vou fazer a sua filiação no Partido Comunista do Brasil ainda” (risos). Fiquei devendo isso a ele, mas o dia que encontrar...

A faculdade para mim foi um marco. Eu saí de casa com 18 anos, eu fui fazer faculdade na Universidade Estadual Paulista (Unesp), e fui para o interior. O campus era em Assis e lá eu comecei a ter mais contato com pessoas da minha idade e que eram do partido, que são até hoje do partido. E que me mostraram uma outra cara do movimento, inclusive do movimento estudantil. E eu entrei pra faculdade na época do Fora Collor, nos anos 1990. Acho que isso me ajudou também a entender um pouco mais a história dos meus pais. A entender e a aceitar. Na verdade não era nem entender, era aceitar. Porque pra mim o partido era realmente uma coisa de estar roubando a minha figura paterna e a figura materna, do convívio. E eu lembro que falava muito isso pra minha mãe, nessa fase dos 18 anos. “Mas você não ganha nada, você não trabalha e não fica com a gente. O que você vai fazer lá?”. Cobrava muito isso deles. Não tanto do meu pai, porque entendia que era o meio de trabalho dele.

Nos anos 1980, quando teve a abertura da anistia, meu pai foi para o Sindicato dos Metalúrgicos. Então eu entendia que o Sindicato era um meio de trabalho pra ele, e não que era o partido, mas era um trabalho ligado ao partido. E quando entrei na faculdade eu fui me envolvendo também, entendendo Marx, entendendo Lênin, porque eu estudei muito isso na faculdade, e fui entendendo o porquê do envolvimento deles, da luta deles. Porque meu pai sempre foi uma pessoa que não aceita, ele luta pela superação da desigualdade social.

Onde eu trabalho hoje, por exemplo, eu encontrei uma pessoa que era da mesma época e trabalhou com ele no partido. Ela veio me contar uma história: uma vez encontrou com meu pai, eles estavam fazendo campanha, uma coisa de trabalho social, e aí tinha que dar lanche para o pessoal porque era um evento de dia inteiro. E ela era responsável pela distribuição dos lanches. Meu pai achou que ela estava dando lanches a mais para os dirigentes ou que tinha alguma hierarquia e deixando de dar para o povão, para as pessoas que estavam lá voluntariamente trabalhando, os metalúrgicos. E ele chamou a atenção dela. Ela falou: “Não Vital, eu não estou fazendo nada disso!”, e explicou a situação.

Então ele sempre foi muito: “Aqui não existe diferenças, temos que dividir por igual, todo mundo”. E isso eu compreendi depois. Quando me formei, depois que eu me formei, coincidentemente, fui trabalhar com pessoas que são ligadas ao partido. Até hoje trabalho com elas. Você acaba conhecendo as histórias e vê que tem pessoas do PCdoB em vários locais, inclusive dentro da saúde, que é onde eu trabalho. E aí acho que fui abrindo um pouco mais a cabeça, entendendo, compreendendo e aceitando.

Quando eu saí da faculdade, logo que eu saí, meu primeiro emprego foi em uma ONG chamada Casa da Mulher e da Criança, no Campo Limpo. A pessoa que me chamou para trabalhar conhecia a minha história, que é a Neide Martins, muito amiga da minha mãe. Ela era uma pessoa do partido e eu fui fazer trabalho comunitário, acho que isso me ajudou mais ainda, a partir daí fui entendendo. Trabalhar com a questão da violência, que tem a ver com a minha história, uma outra forma de violência, que é a violência que vivemos hoje, a violência de gênero,

a violência domiciliar, a violência infantil, aliás, desde o descobrimento do Brasil que a violência está presente na nossa sociedade.

Isso me ajudou bastante para aceitar, entender e até me envolver, realmente, com essa luta.

Quando eu digo que é uma luta ideológica, é disso que estava falando no início, que para mudar, chegar ao jeito que pretendemos como ideal, não sei se vamos chegar um dia, se é utopia, mas nós tentamos.

Hoje eu trabalho com essa questão da violência e eu já vinha vivenciando esse resgate com meus pais. E agora eu tenho acompanhado os trabalhos da Comissão da Verdade porque tenho amigos que são filhos também de pais que sofreram com a Ditadura Militar. Eu falo que nós somos filhos da ditadura.

Eu fui convidada uma época pelo PCdoB porque eles iam escrever um livro e queriam os depoimentos dos filhos dos filiados ao partido, e eu não fui. As coisas mudam (risos). Naquela época eu tinha uns 20 anos, para mim foi muito difícil, era uma época que eu negava muito. Até entrar na faculdade eu nem falava para as pessoas quem era o meu pai, que ele tinha essa ligação com o partido. Eu não dizia. Eu aprendi de pequena que eu não podia falar. Eu não podia dizer meu sobrenome.

É o que falei, depois se vai trabalhando, fazendo análise, agora consigo dizer (risos). Eu consigo falar um pouco, até porque eu aceito essa história, antes não aceitava. Na adolescência eu era muito fechada. Por exemplo, eu lembro quando mudamos porque meu pai foi para o Sindicato dos Metalúrgicos e ficava na sub-sede de Santo Amaro. Fui morar na região de Santo Amaro, e como eu disse, eu era muito fechada, sempre tive muita dificuldade de me relacionar. Fiquei pelo menos dois anos sem conhecer ninguém do bairro, eu não me relacionava com ninguém. Não era assim porque era chata. Eu não conseguia chegar às pessoas. Eu tinha 12 anos. Dos 12 aos 14 eu não conversava com ninguém. E olha que era cheio de criança da mesma idade! Os vizinhos do lado tinham a mesma idade e não conversávamos.

Minha mãe, acho que era desespero de mãe, chegou na Rosana R., que é uma amiga até hoje, e falou com ela: “Olha, a minha filha é a Patrícia, você não quer ser amiga dela?” (risos). E aí, a Rosana veio até

mim, e através dela acabei fazendo amizade com as crianças do bairro. Mas eu era muito fechada, tinha muito receio de chegar nas pessoas e conversar. Eu era tida como a CDF da sala, sentava na frente, não conseguia nem olhar para os lados. Namorado nem imaginar, o primeiro namorado, eu tinha de 17 pra 18 anos. E isso é resquício mesmo dessa história toda. E eu acho que o fato de eu sair de casa, de eu ter ido fazer faculdade fora, isso foi muito positivo. Porque fui obrigada a me relacionar com as pessoas ou não sobreviveria. Tanto que com três meses eu pedi pra voltar, eu entrei em crise em Assis, na Unesp.

Eu pedi pra voltar, fui ver transferência para a PUC, mas uma professora da PUC com quem fui conversar e que é amiga do meu pai, a Madalena Guasco, me chamou a atenção. “Você está louca? Você vai sair de uma faculdade pública e ir para uma particular?”. E na época a Unesp estava em greve, foi uma época que ela ficou três meses em greve. Eu falei: “Mas está em greve, não tem nem aula lá”. Ela falava: “Não interessa, você está em uma universidade pública. A PUC até é uma universidade boa, mas é particular”. Não é nem pelo custo, não era nem isso, mas a questão de incentivos de pesquisa, a formação que era bem diferente. Hoje eu dou graças a Deus que não fui para a PUC. Acabei ficando na Unesp e a minha formação foi toda em Saúde Pública, que eu sou apaixonada, e se fosse transferida para a PUC talvez fosse diferente, a PUC é mais voltada para o consultório particular, da Psicanálise. Não que eu não seja devota da Psicanálise, não é isso, mas tem outra formação.

Na época do vestibular eu estava indecisa entre Jornalismo e Psicologia, duas profissões que teriam a ver com essa história toda. Jornalismo que é uma coisa de investigação, de resgate, e a Psicologia que não deixa de ser um resgate. A Saúde Pública também tem um pouco a ver com a história de meus pais. É claro que a Saúde Pública acabou surgindo até por incentivo, a Unesp é muito voltada à Saúde Pública na formação dos seus alunos. Eu diria que foi a primeira universidade a incluir na sua grade curricular estágios e matérias voltadas especificamente para a Saúde Pública. Eu falo com muito carinho da minha professora que foi minha supervisora, que é a Marília

Muylaert, quem mais me incentivou nesse trabalho. A Saúde Pública veio ao encontro de toda essa minha vivência, ela foi surgindo na minha história profissional, começou na universidade quando eu comecei a ter contato com os serviços públicos nos estágios, com o professor Carlos Ladeia que também me apoiou.

Eu fiz um projeto científico e tinha que fazer pesquisa com gestantes adolescentes em comunidades, e esse trabalho não fui buscá-lo, ele veio ao meu encontro através desse professor e de uma amiga que me propuseram, então acho que acabou surgindo por aí. Estou lembrando, tem um pouco a ver com isso, quando estava no segundo ano da faculdade, teve um trabalho com o tema livre de Psicologia da Personalidade. O tema que eu escolhi foi essa época da ditadura, agora que eu lembrei, e meu pai nessa época era vereador, ele foi vereador aqui em São Paulo, em duas gestões, e na primeira gestão, em 1993, fui colher o depoimento dele. Foi na época da abertura da Vala de Perus.

Acho que aí que eu comecei a repensar toda essa história. Tentei conversar com meu pai. A questão era levantar a história dele e trazer isso na constituição da sua personalidade. E ele não conseguiu falar, porque meu pai não consegue falar dessa época. A primeira vez que ele foi falar do que viveu, da tortura, foi para a Comissão na época da anistia, porque nem pra mim ele conseguiu dizer. É muito difícil. Então o trabalho acabou falando sobre a história da ditadura, como foi no Brasil, reportando a escravidão, enfim, toda essa questão da violência.

A Saúde Pública acaba surgindo na minha vida profissional aos poucos, não foi escolha. Mas acho que ela vem surgindo, ainda mais agora que os campos de trabalho para o psicólogo têm se aberto mais. Na época que eu me formei era muito difícil conseguir emprego na área. Os hospitais, clínicas, enfim, não tinham psicólogos. Era muito difícil. Serviço Público mesmo era um ou outro. Tanto que hoje tenho lá na minha região alguns profissionais de carreira da prefeitura que tiveram que fazer a Psicologia na Saúde Pública que eles imaginavam que fosse correto porque não tinha nada. E hoje eu venho com uma outra formação, uma outra bagagem, que é completamente diferente do que eles fazem, então tenho que mostrar que hoje temos que fazer uma Saúde Pública

diferente. Não é aquela coisa, eu transporto meu consultório particular para uma Unidade Básica de Saúde, é bem diferente o trabalho, não dá para ficar fazendo análise com um paciente por anos se você tem 300 mil habitantes para atender, é diferente. Então a Saúde Pública surge na minha vida, acho que principalmente com a Marília e com o Carlos, que foram os meus grandes incentivadores na faculdade, mas principalmente depois quando eu passei pelo Hospital das Clínicas de Marília. Porque eu me formei, vim pra São Paulo, tive meu primeiro emprego nessa ONG e trabalhava com Recursos Humanos, que eu odiava (risos). E aí eu fui fazer aprimoramento no Hospital das Clínicas de Marília, e fui conhecer o que era Saúde Pública de verdade e colocar a mão na massa, como falamos, fazer mesmo.

Quando eu saí de lá, fui para o Hospital do Servidor Público Estadual em São Paulo e concretizei a minha paixão pela Saúde Pública, disse, “é isso que eu quero” (risos). Porque quando eu saí da universidade, saí com a ideia de seguir carreira acadêmica, fazer um mestrado. Tanto que vim para São Paulo e fui para a USP ser aluna ouvinte do curso de Mestrado da Psicologia. Só que quando eu conheci o trabalho, falei: “Não, não é isso”, tanto que eu nunca fiz mestrado. Fiz Especialização, enfim, mas nunca mestrado. E aí sim, acho que tem influência principalmente pelo trabalho da minha mãe, que é a Saúde da Mulher, porque eu trabalho com a questão da violência, principalmente com a violência de gênero. É que hoje o meu trabalho não é só isso, é muito mais do que só a violência de gênero, eu trabalho com todos os tipos de violência e também com a Saúde Mental, eu supervisiono os programas. Mas, esse meu interesse primeiro, é a Saúde da Mulher, e isso sim, acho que é dessa vivência com a minha mãe, que vem dessa luta de melhorias para a condição da mulher na sociedade, no Brasil.

Mas é isso. Tem muito mais. Acho que eu poderia ficar horas, é que é muita coisa que eu lembro.

Na questão da não recuperação, eu vejo muito pela família do meu pai. Essa tia minha que foi torturada, ela nunca conseguiu ter uma vida social, ela nunca se casou, nunca teve filhos, ela viveu a

vida inteira em função da mãe e do irmão. Ela é uma pessoa muito insegura, com muito medo. Ela ficou nua na cela com o irmão e o cunhado, mas as outras celas estavam ocupadas com homens que ela nunca tinha visto na vida.

Meu pai, mesmo, nunca aceitou falar, e não fez nenhum tipo de acompanhamento por conta dessa época. Deveria ter feito, eu falo isso para ele, mas santo de casa não faz milagre! No ano passado, ele teve um Acidente Vascular Cerebral (AVC) e foi procurar acompanhamento. Ficou com medo de morrer, e o médico dele falou: “Olha, você precisa fazer um acompanhamento, vai a um psiquiatra”. Indicou um psiquiatra e ele está indo. Eu falei: “Não precisa nem ser um psiquiatra, poderia ter ido a um psicólogo”. Mas não adianta, vai ao psiquiatra. O que acho que foi bem positivo porque quando ele foi, ele se deu conta do quanto essa história afetou a vida dele. Apesar de ter tido recursos para viver, continuar na vida política, ele buscou outras formas para não se deixar abater, mas aquilo ficou martelando o tempo todo, tanto que ele tem diversas fobias. Meu pai não consegue ficar em lugar muito fechado, de noite ele fica desesperado porque ele acha que cada filho tem que estar na sua casa, porque senão pode acontecer alguma coisa. Porque é aquela história, posso ser pego! Então agora ele está fazendo acompanhamento psicoterápico. Mas só depois do AVC, no ano passado. Já está com 65 anos, mas sempre se pode começar.

RACHEL MORENO

Entrevista concedida pela psicóloga ao Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (São Paulo).

Eu sou Rachel Moreno, sou psicóloga e especialista em Meio Ambiente e Sociedade. Faz muito tempo que eu milito em feminismo e, nos últimos anos, também na questão da democratização da mídia.

Eu fiz um longo trajeto há muitos anos e, finalmente agora, neste momento, eu estou em uma ONG chamada Observatório da Mulher. O Observatório da Mulher está na Rede Mulher e Mídia, estamos na Frente Paulista pelo direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão (Frentex), que organizou, aqui em São Paulo, a Conferência de Comunicação e está no Fórum Nacional pelo Direito à Comunicação (FNDC).

Quando eu soube que vocês iam fazer uma discussão e publicação sobre a participação dos psicólogos na resistência à ditadura, achei que seria uma boa oportunidade de trazer uma outra faceta que surgiu naqueles tempos sombrios, visando também a democratização e a transformação da realidade, para além dos enfoques mais tradicionais.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Eu entrei na USP em 1968, e sendo a minha família mais conservadora, a minha proximidade com a política teve início quando os últimos que partiram para a luta armada já se iam – lembro de ter cruzado no corredor da Psicologia com a Lara Lavelberg que, depois disso, nunca mais vi.

O ano de 1968 ainda era um período fervilhante do movimento estudantil. Os ventos que vinham da França, com os estudantes fazendo barricadas e colocando-se do lado dos trabalhadores, bem como a resistência do movimento *hippie* nos Estados Unidos, se opondo à guerra no Vietnã e propondo *make love, not war* e a contestação da sociedade de consumo incipiente, estimulavam a nossa imaginação. Aliás, a palavra-de-ordem mais sedutora remetia justamente a isso – “a imaginação no poder”.

Vivíamos um tempo de transição entre a R. Maria Antonia – que ainda abrigava alguns de nossos cursos – e a Cidade Universitária que, em nossa interpretação, visava nos distanciar uns dos outros, no que

imaginávamos ser um plano “dos homens” com o objetivo de dificultar a nossa comunicação e circulação, tanto física quanto de ideias. Não foi à toa que “os barracos”, onde se juntavam os cursos de Filosofia, Psicologia e Ciências Sociais, pertinho da Escola de Comunicações e Artes, foram um centro fervilhante. Assim como não foi por acaso que aprendemos todos a dirigir, e a contornar as rotatórias que “eles” teriam desenhado para atrapalhar a eventualidade de fuga ou saída corrida.

Na época, o movimento teve uma série de manifestações – contra o acordo MEC-USAID, pela redemocratização, em protesto pela morte do estudante no Rio (“Mataram um estudante! Podia ser seu filho!”). Aprendemos a nos preparar para as passeatas – calça rancheira, velha e desbotada, como forma de protesto contra a sociedade de consumo incipiente e kedis, no pé, para correr da polícia. (Hoje o sistema pinçou, desterritorializou e ressignificou estes elementos – com calças jeans cuidadosamente *stone-washed* e tênis de marcas mil, transformados em objetos do desejo de consumo).

Depois, fomos descobrindo o lenço embebido em vinagre, para enfrentar o gás lacrimogênio; os gatos, para dispersar os cães que a polícia trazia na repressão às manifestações; e as bolinhas de gude, quando eles começaram a vir montados a cavalo.

A Psicologia tinha parte já instalada nos barracos [da Cidade Universitária], e nossos cursos de Filosofia e Ciências Sociais ainda estavam na Rua Maria Antônia. Paralelamente à passeata dos cem mil (no Rio, em São Paulo foi grandiosa, mas algo menor), passamos pela Rua Maria Antonia, e acabamos em uma guerra campal contra o Mackenzie, que tinha uma posição mais conservadora, com direito a uma bomba molotov que surgiu não se sabe bem da onde.

Teve um período de ocupação da faculdade de Psicologia – queríamos decidir junto o que nos ensinariam, o que queríamos aprender. Fomos bem acolhidos pelos professores da Psicologia Experimental – egressos da crise da Universidade de Brasília, que se demitiram todos em solidariedade à demissão do professor Rodolpho Azzi, por razões políticas. Já os professores da Clínica ficaram

horrorizados com o que caracterizaram como o nosso desrespeito pelo “templo sagrado” da Clínica.

A VOLTA DOS GUERRILHEIROS

Pouco tempo depois, o declínio do movimento social, numa fase de recesso, e a volta dos que haviam tentado a luta armada e que precisavam de um pouso seguro para se reorganizar.

Abriguei muitos deles no apartamento que eu dividia com uma amiga, tentando burlar a vigilância do zelador que, como todos os demais, era encarregado de registrar e fichar todos os que circulavam pelos apartamentos.

Acredito que minhas saias longas e colares floridos possam me ter dado um ar de “riponga”, e relaxado à vigilância do zelador.

Mas o fato é que íamos dormir as duas, com eventualmente mais uma pessoa no apartamento, e acordávamos em sete ou oito, espalhados pelo sofá, poltrona e pelo chão.

O papo era restrito – “bom dia, companheira”, “obrigado, companheira”, “até logo, companheira”. Quanto menos soubéssemos, melhor para a segurança de todos. Só dois terminaram estabelecendo um contato mais intenso e relatando suas certezas, suas dúvidas, sua luta.

Anos depois, num trabalho de psicodrama que fiz no presídio feminino do Carandiru com Elias Andreato e mais duas outras pessoas de teatro - a Teresa e a Rita -, fomos abordados por uma presa de certa idade, que nos perguntou: “Vocês conhecem gente lá fora, eu sou Elza Munerat”. Na época, os presos políticos já tinham sido soltos, a anistia já estava acontecendo, e aquela mulher estava num presídio comum sem que ninguém soubesse que ela continuava presa. Ficou perdida na virada da página da história. Falei com a Amelinha Teles, que imediatamente fez o que tinha que ser feito e a Elza finalmente foi solta.

AS TENDÊNCIAS CIRCULANTES

Havia, na época, os estudantes mais politizados, no sentido tradicional do termo; havia os “alternativos”, intelectualizados, contestadores, experimentando as drogas; e havia os que começavam a discutir a política do cotidiano, a necessidade de compatibilizar a vivência com as ideias novas – de revolução sexual e do fim da hipocrisia e da dupla moral sexual; de uma sociedade mais igualitária, de nossa organização em formas de vida alternativas às tradicionais famílias nucleares monogâmicas, etc.

Foi um tempo de mudança de hábitos, de experimentação de vida em comunidade, de caixa comum de todos os que ganhavam algum dinheiro, bancando a todos e viabilizando tentativas de outras formas de produção e sustento, e de divisão de tarefas domésticas. De “casamento aberto”, como viviam Jean Paul Sartre e Simone de Beauvoir. De discussão do cotidiano.

E, claro, havia a maioria silenciosa, acomodada, conservadora.

Com a morte do Vladimir Herzog, a mobilização voltou a ganhar as ruas. A versão oficial de suicídio foi eloquentemente contestada, quando o rabino Sobel decidiu que ele seria enterrado no lugar adequado, e não no reservado aos suicidas, no cemitério judaico. A missa ecumênica juntou uma multidão na Praça da Sé. E as ruas foram, aos poucos, reconquistadas.

Na universidade, as tendências discutiam se cabia ao movimento estudantil discutir e mobilizar em torno de suas reivindicações específicas, ou se precisavam simbolicamente “derrubar os muros da universidade” e se juntar aos operários.

O FEMINISMO, NA TEORIA E NA PRÁTICA

Li, na época, o meu primeiro livro feminista – “A Mulher Eunuco” – de Germaine Greer. Mais tarde, descobri o jornal feminista canadense *Red Stocks*, os escritos da Peggy Morton, o jornal *Nosotras*, as psicanalistas francesas, a releitura feminista da teoria da evolução – não sei bem como, as coisas me caíam no colo.

Um dia, me deparei com um aviso colado no quadro, convocando as “mães” para uma reunião, para discutir uma forma conjunta de cuidado dos filhos enquanto estudavam.

Eu não tinha filhos, mas fui. Começamos a conversar. O livro estava fresquinho na minha cabeça, eu falei: “O que vocês estão pensando?” “Ah, a gente rateia uma babá” “Como babá, gente?! Universidade tem que ter creche porque afinal de contas... e blá blá blá blá”. E o mais legal nesse grupo é que tinha professores, funcionários e estudantes. Então, de repente, não precisava nem derrubar os muros da universidade que já estava todo mundo junto!

Conversamos e todos encamparam a ideia de reivindicar uma creche, onde inclusive a Faculdade de Psicologia, de Pedagogia, de Arquitetura pudessem aplicar o seu conhecimento - enfim, um campo de aplicação do que se aprendia, ao mesmo tempo que um espaço para filhos de estudantes e trabalhadores da universidade. E fizemos uma passeata com o objetivo de sensibilizar o reitor. Colocamos as criancinhas com chapeuzinhos de papel jornal e fizemos uma passeata pela USP, entramos na sala do reitor que ficou enlouquecido com aquelas crianças todas.

Fazia muitos anos que não aconteciam passeatas – estávamos em 1974. Então a imprensa apareceu e fotografou. E a foto da passeata com matéria saiu na primeira página do Jornal da Tarde, no dia seguinte. E depois de um tempo, nós conseguimos a creche.

A partir dessa matéria, começamos a receber alguns contatos: “Olha, eu sou do Clube de Mães da periferia e no meu bairro nós também estamos batalhando por creche, mas não conseguimos visibilidade”. E assim foi, de vários cantos, clubes de mãe, associações de donas de casa, grupo de pessoas independentes, autônomas. Naquele período o dinheiro andava curto e as mulheres saíram para o mercado de trabalho - e não tinham com quem deixar os filhos. Começamos a organizar o Movimento de Luta por Creche.

A REFLEXÃO E A AÇÃO

Juntei quatro amigas e começamos a discutir, a multiplicar nossas leituras, a relacioná-las com a nossa vivência e, sem saber, a formar um *grupo de reflexão* que, em seguida, decidimos multiplicar.

Algum tempo depois eu descobri que tinha um grupo na USP de professoras universitárias, a Betty Midlin, a Walnice Galvão, que tinham um grupo assim, acho que é o único que eu conheço da época.

Nesse meio tempo, o Foucault apareceu na USP. E como eu falo francês, eu lhe servi de intérprete. Foi na época da morte do Vladimir Herzog que, aliás, eu conheci – escrevi umas matérias para a revista que ele editava.

Os professores na época - isso quem lembrou foi a Vera Paiva - continuaram dando aula, mas os alunos entraram em greve. O Foucault disse: “Eu não vou dar palestra em uma universidade onde os professores presenciam uma história dessa e não se manifestam. Vou falar só com os estudantes”. E foi. E o Foucault foi uma abertura de horizontes para nós, também. O Foucault dizia: “Movimento Feminista é fantástico, LGBT também”. Então foi um alento, um grande reforço vindo de fora e foi muito importante nos reassegurar de que o caminho estava correto.

Com o meu gravador de pesquisadora (era no que eu trabalhava para me sustentar), eu fui gravando várias entrevistas, por exemplo, sobre Revolução Sexual. E pegando essas contradições entre o discurso do homem e da mulher, entre a teoria e a vivência. Ou sobre o cotidiano das mulheres operárias, donas de casa, trabalhadoras.

Até sair da universidade, e pelo fato de ter contato com essas mulheres que batalhavam por creche na periferia, contato com as mulheres da periferia, contato com algumas operárias, com a entrada das mulheres na varrição de rua (as margaridas), para discutir como era o cotidiano delas, como era na fábrica, como é ser mulher nestes contextos, fui juntando esse material e abrindo a cabeça. Eu senti que minha cabeça fez ‘tchans’, para conter essa história toda.

A IMPRENSA NANICA

Ao sair da universidade, em 75, recomeçava o movimento social, desta vez encabeçado pelos metalúrgicos do ABC. Paralelamente, surge e se multiplica a imprensa nanica.

Você fazer um jornal em época em que tinha censura prévia era uma coisa complicada... Você vai escrever de um jeito que o censor vai deixar passar a tua matéria, portanto se autocensurar? Ou você vai escrever do jeito que você acha que tem que ser, depois ele que corte?

Na época, fortalecidas pela demanda que surgiu num Encontro patrocinado pela ONU/ABI, no Rio de Janeiro, por ocasião do Ano Internacional da Mulher, terminamos publicando o “Nós Mulheres”, um jornal feminista, que seguiu por pouco o lançamento do Brasil Mulher, que no início começou se apresentando como o jornal feminino pela anistia – que ganhava força e representatividade, encabeçado pela Terezinha Zerbini. Então, tinham os dois jornais que terminaram tendo muita coisa semelhante, e que tinham por interesse tentar chegar às trabalhadoras - às mulheres da classe operária - ou, se não às trabalhadoras, às mulheres ou esposas dos trabalhadores, às donas de casa da periferia.

Elis Regina bancou o primeiro número e Ruth Escobar, o segundo. Vendíamos ou distribuíamos de mão em mão, para mulheres que poderiam multiplicá-lo, nos oferecendo a fazer debates em seu grupo ou bairro sobre o tema que lhes interessasse.

Depois de um tempo, saí do Nós Mulheres e acabei passando pelo jornal “Movimento”, depois pelo “Repórter”.

A discussão de pauta era uma discussão política - o que era mais importante naquela semana, como é que faria, como escreveria, quem cobriria. A manutenção do jornal era também uma coisa engajada, nós sustentávamos o jornal, tinha alguns jornalistas profissionalizados, mas um número mínimo; os outros, não. Tinha os que ajudavam como jornalistas, tinha os fotógrafos, os ilustradores, os que ajudavam na distribuição, tinha os que ajudavam na conversa, na discussão, enfim, cada um fazia o seu pedaço para poder fazer as coisas chegarem lá na ponta, porque era o jeito de levar a discussão lá ou colher de lá as

coisas importantes que precisavam ser discutidas pela sociedade como um todo. Era mais uma forma de resistência à ditadura e de tentativa de organização e de circulação das ideias.

No jornal Movimento e no Repórter eu já não escrevia necessariamente com foco feminista, embora sempre tivesse o recorte de gênero em qualquer que fosse o assunto. E ao fazer isso, um belo dia, eu fui entrevistar um cidadão que era diretor do sindicato dos metalúrgicos lá do ABC chamado só Lula na época. E as perguntas que eu fazia eram a respeito de como estava o movimento, por que eles estavam pedindo reposição salarial, emendei: “E as mulheres? Como estão as mulheres aqui na categoria?”

Depois de algum tempo, ele me chamou dizendo: “Olha, temos bastante mulheres na categoria mas são poucas as que vêm ao sindicato, nós estamos querendo atraí-las mais. Você nos ajude, por favor, e vamos ver o que conseguimos fazer”.

OS CONGRESSOS DE MULHERES

Organizei, com o auxílio de uma militante da categoria e do sindicato, grupos de operárias, para discutir a situação delas, o cotidiano, o sindicato, por que elas não iam ao sindicato, por que elas precisavam ir. Foi assim que descobrimos o sistema de chapinha para controlar o seu tempo de idas ao banheiro, o salário menor mesmo que fosse o mesmo trabalho executado por homens, o ambiente no sindicato, que lhes parecia hostil, porque só tinha homem, e diziam “Bom, tem até barbeiro lá, mas não tem cabeleireiro no sindicato!”. E não tinha espaço suficientemente adequado para que elas pudessem falar de seus problemas. Então acabamos, na discussão com elas, transformando isso em uma reivindicação por um departamento feminino no sindicato.

Quando a diretoria soube disso [risos], disseram: “Companheira, muito obrigado, saudações! Nós vamos continuar fazendo sozinhos essa história”. E fizeram, eles mesmos, o primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica. Fomos cobrir, como imprensa, e, diante da discussão e

solicitações delas, eles acabaram propondo e aprovando... bidê nos banheiros femininos!

Depois o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo resolveu fazer um Congresso de Mulheres, e acabou aprovando alguma coisa parecida com isso. Depois, um terceiro Sindicato resolveu fazer a mesma coisa.

Daí pensamos: “Quer saber de uma coisa? Não temos que dar apoio, nem suporte nenhum, a esses sindicatos que acabam reduzindo as nossas demandas, ou derrubando-as na mesa de negociação com o patrão. Vamos fazer o nosso próprio congresso”. Por isso, fizemos o Primeiro Congresso da Mulher Paulista, acabamos criando um congresso feminista propriamente dito.

No primeiro tiramos, como bandeira prioritária, o Movimento de Luta por Creche. No segundo, a tiramos a questão da Violência, e o terceiro já nem me lembro mais. Isso foi em 78, 79 e 80.

O ENTRELAÇAMENTO DAS LUTAS

No meio tempo tinham as greves, os operários mobilizados, dávamos todo o apoio, estávamos nas manifestações, nas passeatas e no Primeiro de Maio.

E a Associação das Donas de Casa, com quem dialogávamos bastante, dizia: “Olha, estamos organizando fundo de greve aqui para o pessoal poder aguentar a greve. E tem mais, marido que voltar para casa dizendo que trabalhou, colocamos para fora”. Então: “Ou você faz greve ou você não entra mais em casa”.

E teve a Marcha das Panelas Vazias, a passeata das mulheres do ABC em apoio à greve, as operárias que pararam as fábricas. Ou seja, tinha tanto as operárias em si dentro da movimentação, que acabaram se tornando majoritárias, quanto às donas de casa que também tinham um papel importante. E nós tentando fazer a ponte entre essas duas coisas.

A ESPECIFICIDADE DO FEMINISMO BRASILEIRO

E eu acho que o Movimento Feminista, no seu começo aqui

em 70, 74, 75 era muito mal visto no Brasil, tanto pela direita como pela esquerda. A direita dizia que era um movimento de mulheres mal amadas, a esquerda dizia "companheiras, primeiro fazemos a revolução, depois discutimos as questões de gênero". Na verdade, aqui no Brasil, diferentemente do resto do mundo do qual se tinha notícia, o movimento era feminista, mas tinha um foco muito voltado para a mulher trabalhadora, para a mulher operária. Era uma coisa extremamente política também, mas com o recorte de gênero também pegando os conflitos e as contradições do cotidiano.

Na França, elas iam para rua, e elas iam com bastante gente, e produziam análises políticas. Mas era um movimento de classe média. Nos Estados Unidos, elas também tinham produção intelectual, e tinham grupos de reflexão, era uma coisa mais de reflexão do cotidiano, por vezes chegando ao feminismo radical (se contrapondo aos homens), e também eram de classe média. Esse vínculo com a classe operária, os trabalhadores, com a periferia, com a luta contra a ditadura, pelas liberdades democráticas, era uma coisa absolutamente característica do Brasil, e era uma coisa que acabou o tempo todo sendo envolvida com a questão da redemocratização da sociedade, do movimento feminino pela anistia, da volta dos exilados, do fim da censura, do direito ao voto e à reorganização partidária.

Enfim, estávamos na política com tudo, e eu acho que isso deu um recorte bem diferente no movimento aqui, que discutia o trabalho noturno, salário, creche.

Quando começamos a discutir a violência de gênero, foi um escândalo porque a esquerda dizia: "Gente, o casal operário é o casal ideal". "Tudo bem, mas você é quem está idealizando. As mulheres dos operários dizem que apanham em casa, como fazemos? Recomendamos que continuem apanhando em silêncio até acontecer a revolução e depois vamos resolver? Não faz sentido!". Então foi o conflito. Mas, com exceção dessas coisas mais pontuais sobre sexualidade, violência e outras bandeiras chamadas "específicas", nós estávamos o tempo todo comprando também a briga política mais ampla.

O OLHAR ATENTO DA REPRESSÃO

Nunca sofri repressão. Eu descobri, recentemente, no DOPS, que eles estavam acompanhando a minha atividade. Recebi cópia de algumas fichas dizendo que eu participei de um debate sobre “excluídos” onde estavam o Zé Celso Martinez, o Hamilton Cardoso falando do movimento negro, mais um casal que falou e que saiu mais cedo. Eles anotavam absolutamente tudo. Naquele debate, eu estava falando das prostitutas do Brás, que estavam sendo assassinadas impunemente. Então eles prestaram atenção nisso. Assim como tem outra ficha dizendo que eu era do Celac (Centro Latino-Americano de Criatividade), pelo qual a Ruth Escobar fazia debates no teatro e eu trabalhei lá, junto. Eles me ficharam e colocaram como secretária no sentido político [risos].

A Ruth trabalhava muito bem essa história. Tinha que pedir autorização prévia para poder acontecer o debate, por causa da censura, mas ela deixava para última hora e dizia para o general: “General, está todo mundo na porta, o senhor vai liberar ou como é que vai ser?”. Então chamou atenção, essa é outra ficha minha que tem no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS).

Outra ação fichada que me chamou a atenção diz que eu fazia parte do corpo editorial do jornal Nós Mulheres. Então, a surpresa para mim é que, mesmo com a direita ridicularizando, e com a esquerda cheia de reticências, os órgãos de repressão da ditadura prestavam atenção nisso, sim. Acho que eram mais abertos do que meus companheiros de esquerda [risos]. Mas não, eu passei incólume.

O SOFRIMENTO DOS MAIS PRÓXIMOS

Eu fiquei amiga, muito amiga de algumas das pessoas que voltavam da guerrilha. E essas pessoas tinham traumas sérios a superar. O meu amigo Renato, que era o cara mais político que estava no Centro acadêmico e que juntava a Filosofia, acabou se suicidando algum tempo depois. Ele ficou perturbado com o processo como um todo, com o processo político e se suicidou.

Fazíamos questão de não lembrar o sobrenome, era um mecanismo de segurança. Tinha também a Berenice Moreira, que agora está morando no Rio, que veio do Rio para São Paulo e que tinha uma militância anterior. Tinha a Fátima Froes, que trabalhava na zona sul junto ao movimento operário e que depois voltou para a Bahia. Tinha boa parte das mulheres que participaram da luta armada e que foram presas e barbaramente torturadas. Algumas delas, depois, aderiram ao feminismo, como a Amelinha Teles, a Lara Areias, a Rosalina Santa Cruz e tantas outras.

Enfim, também o Rodolpho Azzi foi bastante prejudicado por esse movimento todo. Ele foi professor lá em Brasília e, depois de ter sido demitido por motivos políticos, ele veio para USP como professor de Psicologia, mas ele era formado em Filosofia. E, quando a profissão foi regulamentada, a Psicologia exigiu que ele estudasse (o que já sabia bem melhor do que a maioria) e que se submetesse a provas para se formar psicólogo. Ele se recusou e pulou fora. Ficou bastante abalado por mais essa história toda. Reorganizou-se, foi trabalhar com pesquisa de mercado e opinião, que mal engatinhavam aqui no Brasil, abrindo espaço e formando ali muita gente – Fátima Jordão, Clarice Herzog, euzinha e muitos outros, menos famosos. Ele foi um ícone para nós – um intelectual, crítico com relação a tudo, e que vivia de forma compatível com a sua crítica e seu discurso.

Essa coisa de feminismo chamava muita gente, então, Leilah Assunção, algumas jornalistas de esquerda, o pessoal do teatro vinha no grupo de reflexão, conversava, se informava e depois iam embora.

Enfim, nós temos, no Movimento Feminista, uma série de mulheres que sofreram esse processo de violência da ditadura, que foram presas, torturadas, porque tiveram uma opção em determinado momento, e que acabaram se incorporando ao movimento depois. Então, eu conheço um monte de gente nessa situação. E meu mecanismo de defesa era exibir a maior naturalidade, achava que era o melhor jeito de garantir a segurança, e de abrir novos espaços de resistência e de contestação do sistema, e parece que funcionou.

A ABERTURA

Tínhamos que ir à luta dentro do que era possível fazer – era um sentimento interno que nos impulsionava, para além de qualquer formação política. E eu acho que talvez, por eu ter chegado depois dessa opção mais radical do pessoal que foi para guerrilha, e inclusive por ter acabado me alinhando com o pessoal que fazia crítica ao romantismo dessa ida à guerrilha, eu acabei ficando em uma situação um pouquinho mais confortável.

Claro que tinha gente que causava desconfiança na sala de aula porque podia ser olheiro, podia ser infiltrado. Tinha companheiros que conhecemos por codinome. Havia pessoas que moravam em determinada casa, “não leva namorada por uma questão de segurança”. Então como é que fica? Uma série de normas e de regras em torno de segurança. No meu caso, a opção foi mais no sentido de “vamos em frente que não podemos ficar paranóico, não pode ficar noiado”, um pouco mais por aí.

Eu lembro que levávamos as crianças nas passeatas pela redemocratização. Tinha minha filha pequenininha, punha ela no colo ou sobre os ombros do pai, e, eventualmente na hora de parar, fazíamos uma rodinha em torno e a criançada brincava, mas estávamos lá, protestando, reivindicando e vigilantes. Primeiro de Maio, lá em São Bernardo, quem tinha filho levava. Precisamos aprender, nós vamos defendê-los, estamos todos aqui, e vamos em frente. Mas esses tempos já sinalizavam a abertura, tempos um pouco mais amenos.

Assim como tinha gente que se tornava operário. Eu conheci, entre os metalúrgicos, um que citava Reich! E eu não tinha lido Reich na faculdade de Psicologia! (risos). Muitos anos depois eu descobri que ele era formado em Filosofia! Mas enfim, tinha essa coisa, tinha esses relatos impressionantes, doloridos, sofridos. Assim como tinha os momentos mais de batalha. Passeatas com os metalúrgicos de São Paulo, com os bancários, reprimidas pela polícia, onde teve gente que apanhou, que derrubou portão da fábrica!

Então era um tempo em que se estava mesmo sujeito a qualquer coisa mas, por mais complicado que fosse, as pessoas tomavam medidas de cautela e achavam que estavam no caminho certo, estavam absolutamente seguras de que estavam no caminho certo e de que precisavam se mobilizar para mudar o status quo.

Com a volta dos anistiados, no caso do Movimento Feminista, elas vinham com a experiência que tiveram na França, mais na França do que em outro canto, de grupos de reflexão. Então, o movimento feminista daqui marcou uma mudança. Até aquele momento, o movimento ia para periferia, fazia conversas, fazia debates, levava jornais ou ia com a cara e a coragem discutir sobre qualquer coisa. Depois daquele momento, o movimento passou a se organizar mais em grupos de reflexão e produção de material. E o pessoal da periferia começou a reclamar.

Ficou mais intelectualizado e mais à moda da Europa, eu diria. E o pessoal da periferia reclamava: “Cadê vocês? Por que está tão difícil vir?”. O pessoal não ia. “Cadê as feministas?”. E o pessoal não ia. Então foi outra fase. Mas foi uma fase em que, pelo fato de ter uma produção intelectual, ganhou certa visibilidade. E eu acho que obscureceu um pouco o que o movimento tinha feito antes, tudo se passou como se a coisa tivesse nascido lá, naquele momento da volta dos anistiados. Mas teve toda uma história de anos antes, de resistência à ditadura por parte de quem ficou no País e não se exilou de conscientização da população em seus diversos segmentos, de apoio de diversas formas à organização, que foi fundamental para todo avanço - enfim, é uma história que ficou merecendo um pouco mais de luz, eu acho, e mais particularmente no caso do movimento feminista.

A PSICOLOGIA, ONTEM E HOJE

Como é que essa história toda acaba impactando no fato de eu ser psicóloga?

Eu me formei em 1975, estudei de 68 a 75, foi o que eu consegui. Na época, as carreiras nobres para qual todo mundo praticamente se dirigia eram a Clínica ou Psicologia do Trabalho. Clínica é uma coisa

cara, porque você precisa pagar supervisão, pagar secretária, pagar aluguel, esperar que venha o cliente sem poder anunciar e, claro, quanto mais bem relacionado você for, melhor. E Psicologia do Trabalho não me interessava muito. Mas enfim, sabendo o cotidiano das mulheres de periferia e dos trabalhadores de modo geral, e sabendo que na verdade a Psicologia, na época, oferecia basicamente essas duas opções em termos de profissionalização você dizia: “Meu Deus, como é que isso resolve?”. Não resolve, simplesmente não resolve. Fui dar aula.

Havia na época alguns poucos grupos que se organizaram para atender a população de periferia e terminei indo trabalhar em um que se chamava SOF, Serviço de Orientação à Família. Tinha uma unidade na zona leste e outro na zona sul de São Paulo, acolhia o pessoal da periferia, fazia grupos de discussão sobre maternidade, sexualidade, gênero, educação, saúde, etc. De alguma maneira, acho que prenunciava um pouco o tipo de atendimento para população de periferia que hoje está mais em vigor, hoje acontece mais.

Quero dizer basicamente isso: o distanciamento dos psicólogos da realidade social, em termos de campo de atuação. Hoje estamos mais próximos porque acaba tendo psicólogo na Saúde Pública, na Saúde Mental, na rede de acolhimento da violência de gênero e se percebe, na verdade, nós já estamos mais próximos da grande população brasileira. Mas ainda não estamos suficientemente preparados em termos de formação para podermos entender os problemas que eles trazem. Problemas de violência, de exclusão social, de discriminações várias, um monte de outras questões que vêm aqui e que não faz sentido interpretar sem conhecer mais de perto, porque é uma coisa que tem que ser enfrentada de uma outra forma.

Então, por um lado em algum momento ficou patente o distanciamento e a necessidade de nos aproximar da realidade vivida pela maioria da população, e hoje estamos mais perto disso, mas ainda persiste a necessidade de refletir e aprofundar mais essas questões em nossa formação para que possamos, de fato, nos integrar mais a essa vivência e às demandas da população.



ROSANA GASPAR

Depoimento da psicóloga Rosana Emília Gaspar ao Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (São Paulo).

Iniciei a faculdade em 1979, época em que havia movimentos pró-anistia e abertura política, final dos anos de chumbo, da ditadura. Meu posicionamento crítico com relação à forma como a ditadura mantinha o país me fez procurar a área de humanas, optei pelo o curso de Psicologia. Já no primeiro ano, fui participar do Centro acadêmico e fazíamos manifestações em apoio à anistia e críticas na forma como a faculdade se posicionava, o que me levou a sofrer a primeira sanção na faculdade: nosso Centro acadêmico foi fechado e todos os membros foram punidos. Durante todo o período do curso, minhas provas eram bloqueadas, eu era “aluna non grata”. Então eu tinha de pedir à diretoria e à tesouraria autorização para fazer prova. Na época, entramos com uma ação coletiva, porque éramos um grupo. Nós fomos prejudicados nesse sentido, outros foram expulsos. Só porque nos manifestamos a favor da anistia ou de atividades, como uma palestra do senhor Luís Carlos Prestes na faculdade, em 1979.

Para mim foi uma honra conhecê-lo e, naquele momento, escutar tudo o que ele tinha a falar a respeito das lutas e do que ele sofreu, foi muito interessante, e isso tudo promovido pelo nosso Centro acadêmico. Por ser uma faculdade particular, era muito mais fechado, os alunos que se mostravam um pouquinho mais radicais eram muito mais perseguidos. Aí, você sai da faculdade e vai para o mercado de trabalho. Quando você se forma você tem um receio, em que área atuar? Vai direto para a Clínica, vai tentar Organizacional? E eu fui, na época, para a Organizacional. E naquela época, 1985, 1986, ainda no início da abertura política, não havia nada de democracia. Eu fui para um mercado lamentável, trabalhar em empresas de segurança, com a obrigatoriedade dos exames psicológicos para os vigilantes. Sofri, porque eu queria posicionamento mais humano, com respeito aos direitos daqueles trabalhadores que eram obrigados a usar arma de fogo, sem o menor preparo psicológico. Eu fui demitida de todas, porque eles não aceitavam a forma como eu lidava com a questão dos direitos daqueles trabalhadores. Eu me lembro de um que era ex-militar, que batia a mão na mesa e falava: “Você é amiga desse povo que fez a

ditadura acabar, por isso que você não combina com a gente! Ou você entra no nosso jogo ou você está fora!” “Eu estou fora” (risos). Porque eu não vou me permitir. Naquele momento, decidi mudar de área e fui para o Trânsito, onde permaneci por muito tempo como psicóloga. Havia também um resquício nada democrático, na maioria, dos donos de autoescola, ou no próprio órgão de Trânsito, que é um órgão ligado à Segurança Pública.

A minha experiência foi em São Paulo e também em Altinópolis, mas aqui já foi diferente, já foi mais recente. Meu posicionamento era diferente da maioria dos profissionais deste segmento, porque ele é formado por ex-policiais e profissionais de autoescolas que vêm com aquele modelo antigo. Então, também sofria opressão e nunca estava dentro da estrutura por eles considerada normal, de aceitação do modelo que eles aplicam. Não se podia falar nada, tinha de se acatar o que já estava pré-determinado. Em São Paulo foi muito difícil, no interior, mais fácil, mas também sofri opressão dos delegados de Trânsito, que são, geralmente, pessoas que ainda têm essa posição militar. Nessa conjuntura, surge dificuldade em decidir o rumo da carreira, pela dificuldade de se encaixar nas áreas.

A Clínica é uma área diferenciada, porque você tem sua própria autonomia. Eu sempre atuei em Clínica, paralelamente. Ali é tranquilo, é o sonho de consumo: ficar na nossa clínica, guardadinho, protegido. Só que é uma realidade que, às vezes, não é compatível com a sua realidade financeira, você não consegue se manter apenas trabalhando em clínica. Então, precisa buscar outros mercados. Quando me mudei para o interior, por motivos de família, me vi obrigada a ampliar o mercado de trabalho, iniciei minha atuação como profissional em prefeituras e Organizações Não Governamentais (ONGs). Essa mudança favoreceu minha identificação com o posicionamento humanista e me possibilitou atuar de forma mais humana, reconhecendo os direitos do outro, trabalhando com pessoas que precisam mais do nosso trabalho. Ali eu comecei a trabalhar com algumas categorias, como catadores, moradores de rua, agricultores familiares oriundos da reforma agrária. Foi quando eu consegui ter mais facilidade de atuação. Mas, em

contrapartida, você fica mais exposta. Foi o que aconteceu em janeiro de 2005, na cidade de Batatais, estado de São Paulo.

Estava ocorrendo a desocupação de uma área pública ocupada para uso de reforma agrária, quando começou o tumulto e a truculência da Polícia Militar. Havia crianças, adolescentes, pessoas de idade que as lideranças ou mesmo pessoas não diretamente ligadas à coordenação das ações geralmente. Eu estava lá como profissional, tentando evitar o sofrimento.

A polícia vem para agredir mesmo, passa por cima de quem quer que seja, e eu fui tentar ajudar. Os policiais estavam batendo demais em uma mulher, uns seis em cima dela, batendo com cacetetes e aquelas armas, bala de borracha. Eu pedi para eles, eu falei: “Olha, eu sou profissional da área de Saúde”, me identifiquei. Trabalhava na época como profissional de Psicologia na Prefeitura de Batatais. Eu me identifiquei, mas não teve acordo, ele só falou: “Prende também, joga para dentro do camburão”. E eu fui algemada, fui colocada dentro do camburão como todos que estavam sendo presos, e fomos para a delegacia. Eu só não respondi a processo porque isso não dá processo, não estávamos fazendo nada. Assinei, no dia, um “termo de conduta”. Não cheguei a dormir na cadeia, fiquei um dia todo lá.

Permaneci algemada, até o delegado chegar e pedir para me soltar, dizendo que eu tinha de ser tratada diferenciadamente porque eu tinha curso superior. Na verdade esse foi o segundo momento em que fui detida. Havia ocorrido outro, em 1995, na desocupação de área de moradores sem-teto (favela), em São Paulo. Felizmente, esse caso teve a intervenção de diversos segmentos, como Igreja e parlamentares. Nós ficamos na resistência da desocupação, não aconteceu enfrentamento nem prisões, mas passamos duas noites tentando evitar uma reintegração de posse, e policiais, da mesma forma, prontos para agir. Felizmente eram muitas famílias, acho que 150. Com as intervenções de Dom Evaristo Arns, que era bispo em São Paulo, e de alguns outros parlamentares, como o Senador Eduardo Suplicy e o Vereador Ítalo Cardoso, que era meu amigo pessoal, evitou-se o confronto.

Eu fiquei lá com eles como pessoa, não como profissional, pois sabia o que poderia acontecer com aquelas pessoas. Como aconteceu,

recentemente, no Pinheirinho, lá em São José dos Campos. Seria mais ou menos igual, então, tentei ficar lá para ajudar e tentar evitar o confronto.

Esses foram os momentos que eu vivi, presenciando. Houve outros, de que participei não diretamente. Eu avalio que quando os profissionais de Psicologia assumem posições ligadas a questões de direitos ou lutas por qualquer tipo: moradia, terra, igualdade de gênero, violência contra a mulher, assumem, também, um diferencial em relação a profissionais de qualquer outra área, um rótulo que muitas vezes não é bem visto, em alguns setores do mercado de trabalho. Não me considero radical, acredito que minha habilidade de lidar com o comportamento humano me permite compreender as diferenças sociais e lutar por uma sociedade justa e igualitária.

Naquela época da ditadura, meu pai era trabalhador em empresa multinacional americana. No período da ditadura, éramos adolescentes, havia muito medo, principalmente porque morávamos em São Paulo, e lá, nas regiões em que morávamos, víamos muito de perto os efeitos ditadura. Tínhamos medo de ir para a escola e encontrar o Esquadrão da Morte, eu não sei se vocês lembram. O Esquadrão da Morte era, na verdade, um veículo conhecido como “Veraneio”; eram carros não identificados, que transitavam nas periferias, e levavam as pessoas para serem “desovadas” e jogavam por lá mesmo. Então, a minha mãe sempre dizia assim: “Cuidado! Cuidado com aquele veículo, porque se ele pegar vocês...”. Meu irmão mais velho, hoje já falecido, foi pego uma vez, quando eu ainda era adolescente. Foi entre 1968 a 1972, provavelmente 1970.

Ele trabalhava e estudava à noite e voltava do colégio, meu irmão era um dos dirigentes do Centro acadêmico da escola dele, e estava sendo sondado quando foi pego, felizmente não sofreu tortura.

Toda manifestação, naquele período, era perseguida, tanto em escola quanto nas faculdades, nas igrejas, nas fábricas. Como, lá em casa, todos eram manifestantes de alguma ação, meu pai na empresa, minha mãe na Igreja, meu irmão já era presidente do Grêmio, ele foi preso, e isso quase chegando em casa. Colocaram-no no veículo e fizeram umas perguntas rapidamente. Ele contou que só ensaiavam banda e fanfarra, nada mais. Quiseram saber onde ele morava. Minha

mãe sempre ficava no portão, esperando por ele. E ela o viu passar, no carro da polícia. Viu o carro passar e já ficou aflita. Ele mostrou aos policiais onde morava e apontou nossa mãe no portão, esperando. Ele teve a felicidade de ser solto alguns quarteirões à frente. Talvez naquele dia os policiais não estivessem tão maus. Ele chegou em casa nervoso, preocupado, falou: “Olha, eu fui preso lá por aquele pessoal, eu não estava fazendo nada, estava voltando da escola”. Minha mãe ficou muito aflita, pois ela era militante do grupo da Igreja que eles chamavam, antigamente, de Comunidades Eclesiais de Base.

Ela também sofria muito, porque participava das atividades da Igreja sempre clandestinamente, porque eles se reuniam sem avisar, não podia parecer que estavam reunidos. Tínhamos um primo que fazia Academia de Polícia na época, era aspirante e sofreu a mesma pressão que todo mundo sofreu, porque ele sofreu o lado de dentro: ele era obrigado a fazer. Então ele alertou que o comando da polícia, o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) disse a ele para avisar a minha mãe para ela não participar mais daquelas atividades, reuniões clandestinas, porque ela já estava com o nome dela na lista para ser chamada no comando.

Isso acabou criando um impacto na nossa família, lembro que até mudamos de cidade, fomos morar em um condomínio fechado na cidade de Guarulhos, essa alternativa trouxe alguma dificuldade, mas foi uma tentativa para evitar os riscos que nossa família corria naquele momento.

Foi nesse momento que dei início a minha vida cidadã e religiosa, comecei coordenando um Grupo de Jovens no meu condomínio, fazíamos atividades teatrais, canto e jogos, participávamos de todas as missas e permaneci por uns quatro anos. Quando entrei na faculdade, eu deixei um pouco de lado essa vivência religiosa de comunidade para entrar de uma vez no movimento estudantil, era o início da “abertura política - anistia, geral e irrestrita”, mas o nosso Grupo de Jovens sofreu dificuldades para se encontrar, reuníamos às escondidas, os padres nos escondiam nos cantos quando era para fazer algum movimento mais amplo, era com muita vigília, com a orientação de falar só de Igreja, nada além.

Lembro também de como era difícil ter acesso à literatura que relatou as barbaridades ocorridas nesse período sombrio. Em 1981, consegui de um amigo alguns livros que eram: Roleta Chilena, do Sirks, O que é isso, companheiro? , a Vida do Lamarca. Minha mãe sempre me alertava para ter cuidado em carregar esses livros, é como dizem “boca de mãe é santa”, acabei sendo parada em uma blitz policial, eles olharam e vieram atrás com as lanternas na nossa cara. Nós estávamos em quatro mulheres. Eu sentei em cima dos livros, eu falei: “Pronto, agora eu estou pega”. Sentei em cima dos livros. Eles falaram:

- O que vocês estão fazendo?
- Nós estamos voltando da faculdade.
- É?

Não pararam, não fizeram descer, não fizeram revista. Não fizeram porque uma das meninas que estava com a gente é filha de investigador de Polícia. Ela falou:

- Meu pai é Fulano de Tal.
- Ah, então tá bom, tchau!

Atualmente, eu tenho atuação em partido político. Há muitos anos já, sempre fui filiada, agora eu sou dirigente, então participo diretamente das questões partidárias. Eu sou filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), que acredito ser um dos principais responsáveis pela transformação deste país. Hoje, talvez ele não seja um partido como gostaríamos que fosse, com relação a sua posição a algumas questões, mas ainda é o único partido, pelo menos do meu ponto de vista, que tenta manter posições em defesa dos direitos de todos. Naquele momento que o PT começou, nós tínhamos dificuldade para nos reunir, não era bem aceito nos meios sociais, ou até mesmo no mercado de trabalho. Foi muito difícil. Primeiro, porque quando você se organiza no partido político, e, no caso, mulher, psicóloga, defensora de causas sociais, não é bem vista.

Gostaria de agradecer a oportunidade que o CFP proporcionou a mim e a outros para relatar as histórias vivenciadas naquele período obscuro da nossa história, e que a minha experiência possa contribuir para a valorização do ser humano.

SÉRGIO LEITE

Entrevista concedida pelo psicólogo Sérgio Antônio da Silva Leite ao Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (São Paulo).

Meu nome é Sergio Antônio da Silva Leite, eu sou psicólogo, professor universitário, tenho 66 anos.

Na realidade, eu não passei por tortura, mesmo porque na época, em 1964, eu estava no segundo ano colegial, com 17 anos. O que eu acho importante ser relatado é que eu nasci em Campinas e, em toda a fase do ensino fundamental - na época era primário e ginásio - nesse período pré-64, eu participei de um movimento que existiu aqui no Brasil, ligado à Igreja, chamado Ação Católica, que foi um movimento muito politizado. As pessoas que participavam desse movimento tinham um engajamento político nos seus ambientes.

Havia cinco grandes movimentos na Ação Católica: Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil (JEC), que pegava o pessoal de ensino médio, a Juventude Independente (JIC), era o pessoal que trabalhava nos diversos setores, a Juventude Operária (JOC) e a Juventude Universitária (JUC). Logo no primeiro ano que eu entrei no ginásio, eu fui convidado pra participar da JEC, lá em Campinas, que era um movimento extremamente forte. O movimento secundarista pré-64, lá, era mais forte que o universitário, e era basicamente fruto do engajamento político do pessoal da JEC. Mas também havia pessoas de outros setores, partidos, como o pessoal do Partido Comunista; foi um período em que, à medida que foi havendo a polarização, de esquerda e direita, a tendência era os grupos de esquerda se aglutinarem em alianças; e foi mais ou menos isso que aconteceu.

Nós criamos, em Campinas, uma entidade chamada União Campineira de Estudantes Secundários (UCES), que era uma entidade politicamente forte que desenvolvia uma série de atividades envolvendo os jovens secundaristas. Era o grupo que tinha mais contato com o próprio movimento operário, sindicatos, enfim, extremamente engajado. Na época, a grande luta era pela construção de um país socialista. O mundo estava dividido. Não é como hoje que ninguém sabe quem é quem (risos). Estavam muito claras as condições políticas da época. Acho importante

relatar que o movimento de 1964 rompeu um processo de crescimento, de toda uma geração que estava se formando na perspectiva de criação de um país diferente, mais solidário, enfim, mais justo.

Na época, o Paulo Freire estava no auge com o movimento de educação popular, mas fomos brutalmente interrompidos, quer dizer, nós tivemos que parar por força do golpe dos militares. Eu me lembro que no dia do golpe, dia 31 de março, foi uma correria porque tivemos que sair correndo, limpar a sede da UCES, tirar os documentos, aquela coisa, e fomos perseguidos, ficamos dias escondidos, sem poder aparecer - e nós éramos menores de idade, na faixa de 16, 17 anos. À medida que, depois, fomos reaparecendo, fomos sendo convocados a prestar depoimento, tinha Comissão Parlamentar de Inquérito, essas coisas. Houve uma comissão de inquérito formada pelos militares; enfim, eu achei interessante trazer esse depoimento porque ele não tem nenhum lance teatral de sofrimento físico, mas ele relata fundamentalmente a história de um país que não se fez, que foi brutalmente interrompido, tolhido, etc. Basicamente, esse é o quadro geral.

Nos meses antes de 1964, a mídia, que estava politicamente comprometida com a direita, criou um clima de radicalização, e o grupo da UCES em Campinas passou a ser classificado como um grupo de comunistas. No dia do golpe, quando nós saímos da entidade, levamos documentos, porque não sabíamos bem o que ia acontecer. Depois o pessoal da direita entrou lá e destruiu tudo, móveis, rasgaram, puseram fogo, foi aquela confusão, só que a mídia divulga como sendo um movimento nosso, quer dizer, os membros da UCES teriam destruído a entidade.

Ficamos escondidos, tínhamos a ajuda dos religiosos, tanto dos protestantes quanto dos católicos de esquerda, que nos colocaram em locais afastados, em chácaras, colégios, etc. A polícia estava atrás de nós, querendo nos deter. Nós não estávamos, naquele momento, a fim de nos expor, e foram os grupos religiosos, não só católicos, mas de outras religiões, principalmente os protestantes, que nos deram muito apoio. Eu me lembro de ter ficado em um seminário protestante em Campinas, em um quartinho, por um bom tempo, até que advogados,

que nos conheciam, começaram a preparar o nosso retorno pra casa, nossos pais não sabiam o que estava acontecendo, foi um sofrimento. Aliás, eu tive que prestar depoimento à sindicância militar; eu era menor, minha mãe teve que ir junto, ela não entendia, ela não tinha ideia sobre o que estava acontecendo.

Eram oficiais do exército que estavam dirigindo a sindicância, mas as pessoas que estavam acompanhando o depoimento, como por exemplo, as secretárias, nos conheciam; as sessões funcionaram nas antigas delegacias de ensino, com as quais tínhamos contato havia anos; de certa forma, o pessoal que secretariava nos deu a maior cobertura, em termos de ajuda, dicas, mas o comando estava todo na mão dos militares.

Não houve nenhum caso de tortura física, houve muita pressão para que se delatassem nomes. Campinas era muito diferente, todo mundo se conhecia. Por exemplo, o grosso do pessoal que estava no movimento estudantil vinha das escolas públicas, que eram as mesmas escolas que também atendiam os filhos das classes dominantes da cidade; então, de alguma forma, eles nos conheciam e sabiam que nós não éramos tão perigosos assim (risos), mas que éramos jovens comprometidos com uma outra proposta político-social, e nós não íramos apoiar aquele golpe militar.

Lembro-me que eu vivi uma situação extremamente perigosa por ser vice-presidente da UCES, cuidando da criação de grêmios estudantis em Campinas. Acho que no dia 29 de março, uns dois dias antes do golpe, eu tinha participado de uma reunião com um dos sindicatos lá em Campinas, que secretariei. Escrevi numa folha tudo que foi discutido e depois passei a limpo, peguei a folha de rascunho, amassei e joguei no lixo. Não é que pegaram todo o material do lixo, tudo o que estava lá? E o maior susto que eu levei foi quando eu estava sendo inquirido na comissão de sindicância, com minha mãe do lado, o cara abre aquela folha e diz: “Você conhece essa letra?”. Não tive dúvidas, respondi: “Não”; não ia passar por herói naquele momento. Repeti: “Não conheço”, mas preocupado para que a minha mãe não

visse a letra porque ia falar: “Olha aqui, sua letra, que bonitinha...” (risos), entendeu? Aí ia ser complicado; esse foi um momento tenso que eu vivi. Se houvesse ali qualquer senão, não sei o que iria acontecer. No final, eu não tive dúvida: assinei meu nome com outra letra, fiz uma letra bem diferente da minha original; foi um momento que eu fiquei muito tenso, mas não houve nenhum caso mais sério naquele período de 1964.

O que houve daí para frente foi que muitos dos companheiros foram para outros movimentos, principalmente para a Ação Popular; outras pessoas foram para a luta armada. Vocês devem saber a história, tem livros publicados sobre isso, mas o que marca é isso: tínhamos lá um forte movimento de organização, que eu nunca mais vi em nenhum lugar, mas que foi tolhido radicalmente pelo golpe militar. Todos nós que estávamos na UCES, no ano seguinte, fizemos 18 anos e tivemos que nos apresentar ao serviço militar; todos nós pegamos letra A, tendo que servir. Eu não passei por nenhum exame médico específico: quando eu cheguei lá, no dia do exame, minha ficha já estava com a letra “A”: “O senhor vai servir”. Toda a diretoria da UCES serviu, e foi legal que todos nós fomos modelos de soldados, do ponto de vista interno à caserna, mas quando eu fui servir, eu optei pelo Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), onde encontrei muitos sargentos de esquerda, e, assim, vi que mesmo na caserna havia um movimento organizado, mas, enfim, de nada valeu porque os militares golpistas conseguiram ter o controle da situação do país em pouco tempo.

Lá em Campinas havia duas unidades militares – o II Batalhão de Carro de Combate Leve e o V Grupo de Canhões Antiaéreos – de onde saíram os militares que fizeram os inquéritos. Alguns companheiros tiveram problemas mais sérios porque, antes de 1964, elaboramos uma chapa, a partir de Campinas, de articulação estadual e ganhamos a UPES, União Paulista dos Estudantes Secundaristas. Não sei se vocês sabem, mas o movimento estudantil secundarista tinha uma entidade nacional, a UBES - União Brasileira de Estudantes Secundaristas, depois havia as entidades dos estados; em São Paulo era a UPES, e depois algumas cidades tinham as unidades municipais, como a UCES,

a partir da qual conseguimos articular uma chapa estadual. Esse nosso pessoal já estava em São Paulo, sendo que vários foram presos, alguns presos no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS).

Que eu saiba, eles não sofreram tortura, porque nesse período de 1964 até 1968 era mais prisão; depois do Ato Institucional Número 5 (AI-5) é que piorou porque se organizou todo o aparato repressivo e de tortura, e quem foi preso sofreu muito, fisicamente falando. Houve vários assassinatos. Sempre vale relembrar que esse aparato foi organizado e financiado com a ajuda de alguns empresários da direita, incluindo donos de atuais impérios educacionais do país.

Eu tive contato com amigos que haviam sido presos, mas todos no período pré-1968. Depois, entramos na universidade, militamos no movimento universitário; o movimento de rua que ocorreu a partir de 1968, período em que vivíamos com muito medo. Não deixamos de ter uma militância, mas era mais contida. Por exemplo, eu fiz a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas e o movimento de rua, principalmente as passeatas, era muito forte, 1968 foi o ano que eu estava na PUC, foi aquela época em que se deu o AI-5, mas as forças de repressão foram muito atuantes repressivamente. Eu não me lembro, lá em Campinas, de ter tido algum caso de morte; houve muitos presos, mas não se chegou a esse ponto de atingir fisicamente as pessoas.

Na PUC de Campinas, o pessoal do Diretório Central dos Estudantes (DCE) era sempre detido, mas ficavam dois dias e soltavam. Por exemplo, quando eu estava servindo no CPOR, foi um período de passeatas, eu fui a uma delas; no dia seguinte, fui chamado pelo comandante que me repreendeu, fiquei detido, depois eles me liberaram. Não houve tortura, mas a repressão era total, a mensagem era essa: “Cuidado, se você transgredir, você vai sofrer as consequências”. Então havia ameaça o tempo inteiro, os nossos pais ficavam muito preocupados, porque eles começaram a perceber que a coisa tinha ficado séria a partir de 1968.

No quartel, percebíamos, nos pequenos detalhes, haver uma marcação em relação aos ex-militantes estudantis. Os militares que coordenavam a comissão de inquérito eram os tenentes, turma nova,

você via que era gente nova, e esses “caras” é que viviam nos dando instruções. Eu vivia levando esculhambação na frente de todo mundo sem razão nenhuma, mas uma coisa combinamos: o pessoal da UCES terminou o serviço militar ocupando os primeiros lugares. Ganhamos muito respeito por causa disso, houve até momentos que conseguimos conversar dentro da caserna sobre algumas questões. O próprio movimento de 1964, muitos militares sabiam ser ilegal, do ponto de vista jurídico; então, eles viviam uma saia justa, eles sabiam que algo que não é correto do ponto de vista jurídico e constitucional havia acontecido nesse país, e o argumento do anticomunismo não pegava, principalmente para quem já estava na universidade. Eles diziam: “Olha, para falar com o pessoal aí na rua, tudo bem, mas com esse pessoal universitário não dá” (risos). Era uma relação contraditória. Eu tive colegas capitães que saíram do exército, eles não aguentaram essa situação, foram fazer outras coisas, fizeram universidade, buscaram outra carreira. Quem realmente levava a sério a vida militar não conseguia viver claramente com essa contradição, agora, quem nunca se preocupou com a verdade das coisas, sempre ia com a mídia, não estava nem aí.

Eu servi em 66 e 67, e naquela época - olha que azar o meu - o CPOR era de dois anos, ficávamos lá nas férias o dia inteiro; depois que você terminava os dois anos, tinha que ficar mais três meses de estágio, saindo como segundo tenente da reserva. Eu passei por tudo isso, fui a última turma de dois anos; depois as turmas do CPOR passaram a servir somente um ano.

Do ponto de vista de atingir pessoas, que eu me lembre, o sistema repressivo em Campinas não atingiu; não me lembro de ter tido algo mais sério. É que o sistema de repressão que foi montado nesse país, inclusive com dinheiro de empresários, foi em São Paulo e nos grandes centros.

Eu vivi outras situações mais tarde, como profissional, muito sérias. Quando me formei, em plena época da repressão, eu fui trabalhar como professor universitário na Universidade de Mogi das Cruzes (UMC). Era uma escola que estava em ascensão, um corpo docente muito legal, boa parte eram professores da PUC-SP, havia professores da Universidade

SÉRGIO LEITE

de São Paulo (USP), e eu entrei nesse quadro. Simultaneamente, comecei a fazer pós-graduação aqui na Psicologia da USP e comecei a trabalhar lá na UMC como professor. Em 1978, plena repressão, eu fui eleito diretor do Instituto de Psicologia. Foi uma fase também muito difícil, com momentos muito tensos. Um deles eu nunca me esqueço: havia um professor chamado Luis Sérgio da Silva, não sei se vocês conhecem, ele era psicólogo, trabalhava com o professor Ciampa, que era professor da área de Psicologia Social aqui da PUC-SP e dava aula lá. O Luis Sérgio tinha uma militância partidária, e eu me lembro que no dia primeiro de maio daquele ano ele participou de uma panfletagem em Santo André. Identificaram-no através de uma foto e descobriram que ele era professor na universidade. Nunca me esqueço daquele dia em que eu vivi uma situação extremamente perigosa. Como diretor, eu sabia que o DEOPS podia chegar de repente. Já havia ocorrido isso em várias escolas. Eu tinha um quadro na parede do instituto, pelo qual eu sabia sobre cada professor que estava dando aula em cada dia da semana.

Lembro-me que numa dada noite chegou o pessoal do DEOPS no Instituto. Eu não sei o que aconteceu, mas eu havia pedido para o Luis Sérgio ir para uma outra sala: ele dava aula no terceiro andar e foi pro térreo. Foi uma sorte, porque chegaram os policiais do DEOPS e entraram na minha sala: “Nós estamos procurando esse professor, eu quero que o senhor nos indique em que sala ele está”. Aí eu peguei o quadro de horário, que indicava a sala onde ele devia estar, mas que naquele dia não estava. Eu falei: “Olha, ele está no terceiro andar”. Enquanto os policiais subiram – a sala de direção era no primeiro andar - eu pedi para o secretário ir correndo avisar o Luis Sérgio, que estava dando aula no térreo.

O Luis Sérgio pulou a janela da sala, e desde aquela noite eu fiquei anos sem vê-lo, olha que coisa, isso no meio de uma aula! Se fosse pego, ele iria, provavelmente, passar por tortura. Só nos encontramos anos depois. Mais tarde fui chamado pela comissão de inquérito sobre este caso de desaparecimento do professor. Tive que depor, trataram-me como inimigo: a forma como os “caras” agem, é como se você já

fosse inimigo, como se você tivesse acobertando um inimigo da pátria. Era uma situação em que muita gente saía dali presa. Essa foi, portanto, uma outra situação de risco que eu vivi como profissional, porém muito complicado em termos pessoais. Mas, enfim, eu acho que valeu a pena porque o professor não foi preso, e isso foi bom.

Voltei a participar de grupo político organizado quando a repressão começou a abrandar, já com o movimento de redemocratização, as Diretas Já, o movimento pela anistia. Nesse período, um grupo de psicólogos em São Paulo se organizou para assumir as entidades; criou-se um grupo de trabalho que se reunia na PUC-SP ou no Sedes Sapientiae, que até hoje existe. Primeiro ganhamos o sindicato: eu estava na diretoria do sindicato, a primeira diretoria depois do golpe, quer dizer, realmente nós viemos com a proposta de redemocratizar a entidade. Depois ganhamos o CRP de São Paulo: eu também estava no primeiro grupo que assumiu o CRP, nos anos 80. Fazia a ponte entre essas duas entidades, eu e a Yvonne Khouri, falecida recentemente. Esse foi o processo democrático que possibilitou a redemocratização de nossas entidades, em São Paulo.

Então, nos anos 1980, toda a minha militância foi na Psicologia: participei do sindicato e, por duas vezes, conselheiro do CRP de São Paulo, além de duas vezes também conselheiro do CFP, entidade que conseguimos assumir, pela articulação de vários Conselhos Regionais. Esse processo que aí se iniciou possibilitou a existência do atual sistema Conselhos, que é um dos sistemas mais politizados, no meu modo de ver, na área de saúde. A história foi comovente: nós, psicólogos, conseguimos dar a volta por cima no golpe de 1964. Eu me afastei do sistema conselho já em meados dos anos 90; foram quase 20 anos de atuação, um longo tempo. Até que pensei, de brincadeira: “Não, não dá mais, se eu ficar aqui eu vou virar pelego (risos)”.

Como já comentei, durante o período crítico da ditadura, participei do movimento estudantil na universidade, no auge do período de repressão. Houve um fato inesquecível que merece registro: na PUC de Campinas, ocorreu uma pressão violenta do comando militar da região

de Campinas e todos os professores da Psicologia pediram demissão, sobrou um que era militar. As pessoas viviam sob pressão contínua. Houve morte? Não, felizmente não houve, mas a vida parou. Acho que o mal que foi feito para este país não tem preço. Lembro-me que, no final do quarto ano, minha turma ficou praticamente sem nenhum professor.

Eu fui à PUC, recentemente, quando comemoraram o aniversário de 40 anos do curso de Psicologia; eles convidaram um profissional de cada área da Psicologia, todos das antigas turmas. Fiquei muito impressionado porque ninguém falou do movimento que teve lá na década de 80. No meu discurso, eu não tive dúvida e falei: “Escuta, gente, vocês perderam a memória?”, com a sala cheia de alunos. E continuei: “Olha, gente, a PUC teve dois momentos: até 80 foi uma PUC, de 81 em diante foi outra, vocês sabem por quê?”, aí contei a história toda e foi aquele constrangimento. No documento que a PUC fez sobre os 40 anos de curso, não aparece nada sobre esse terrível período, quer dizer, uma faculdade perde o corpo docente inteirinho por pressão política dos militares e os atuais responsáveis querem apagar isso da história. É triste! Esse é um dos fatos que não podemos deixar acontecer: a perda da memória histórica de um povo.

O que eu vivi de mais relevante depois disso tudo, não sei se faz parte do interesse de vocês, mas vou registrar: eu fui um professor expulso de uma faculdade particular. Imagine vocês, em 1980, a Universidade Paulista (Unip) me contratou para dar aula já na primeira turma de Psicologia. Eles tinham essa estratégia: contratavam professores com título, que ficavam lá trabalhando alguns anos e depois mandavam embora, substituindo por mão de obra mais barata. Nessa escola, lecionei para a turma do quarto ano a disciplina Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem, além de supervisão de estágios em Psicologia Escolar para as turmas do quinto ano.

O nome da disciplina é infeliz, mas era o que estava lá no currículo mínimo. Dei aula para duas ou três turmas; foi um trabalho excelente com os alunos e fui homenageado por várias turmas, sendo paraninfo de uma delas. Em 1984, eles me mandaram embora, sem constrangimento: “Vem

aqui, fulano, você está dispensado”. A razão básica, qual era? Eu vivia brigando com a coordenação porque a faculdade não tinha nenhuma instância de representação, um departamento, algum conselho, nada. Tinha lá o chefe que se reunia pra dar avisos e o pessoal ia embora.

Eu falava: “Escuta, vocês querem fazer um curso superior, não é assim, gente, tem que se organizar”. Eu estava no sindicato. Perdi o emprego assim mesmo: chamaram a minha equipe inteira e mandaram embora, sem mais nem menos. E você vai fazer o quê? Colocaram uma ex-aluna ganhando metade do que eu ganhava, olha que barbaridade! Aí eu não tive dúvida: conversei com amigos advogados e procurei um bom advogado, trabalhista, um cara, de preferência, de esquerda. Encontrei o Valter Uzzo, trabalha até hoje, um raro e fantástico profissional. Procurei-o e disse: “Doutor Valter, eu vim aqui porque eu quero brigar com o proprietário da Unip”. Sua primeira reação foi prevista: “Mas você tá louco?”. Após explicar em detalhe tudo que havia ocorrido, e que culminou com a minha expulsão, propus uma briga jurídica contra a Unip: eles não poderiam ter me expulsado porque eu era do sindicato; eles tinham que respeitar a lei. Felizmente, o Valter comprou a briga e nós trabalhamos juntos: você imagina um psicólogo trabalhando com um advogado em um processo contra o dono da Unip. Demorou dez anos, mas eu ganhei o processo, sem nenhuma concessão: eles tiveram que me pagar os salários de todos os anos, com juros e correção monetária. Acho que foi o primeiro caso de sucesso de um simples professor contra um dos atuais impérios educacionais do país. Eu saí com a sensação de que ainda vale a pena lutar contra a injustiça e a arbitrariedade.

Durante esses dez anos de processo contra a Unip ocorreram coisas inacreditáveis, por exemplo: o juiz nomeia um perito, mas, a instituição compra o cidadão. O perito então dá um parecer a favor deles, e nós temos que derrubar o perito porque o sujeito foi desonesto. Com isso, perdemos uns dois anos. E aí, quando você ganha, descobre que ganhar é uma coisa, receber é outra. Pagar é uma outra questão, pois a lei possibilita acordos. Aí nós tivemos que montar uma artimanha, foi outro teatro. Eu me travesti de pai de aluno, fui à secretaria da Unip

e falei: “Meu filho tá com mensalidade atrasada, qual é o número da conta?”. Eles me deram todas as dicas da conta: e no dia que os alunos fizeram os pagamentos na referida conta, o meu advogado entrou com um pedido de embargo, congelando a conta, e eles não puderam movimentar o dinheiro. De manhã o Valter entrou com o embargo e à tarde o advogado da Unip ligou e pagou tudo. Saí com a alma limpa: essa instituição que não respeita os profissionais que lá trabalham, teve, pelo menos, de arcar com a responsabilidade financeira dos seus atos. Eu sei que pra eles isso pouco significou, mas vencer uma instituição como essa, foi, realmente algo muito gratificante.

Eu briguei muito com ex-patrões, mas eu me considero um profissional competente naquilo que faço. Sempre trabalhei seriamente em todos os lugares onde atuei. Por exemplo, o dono da universidade de Mogi era o Padre Bezzerra de Melo, deputado federal, ligado ao Maluf. Ele sabia que nós tínhamos posições radicalmente diferentes, ele sabia que eu nunca iria apoiá-lo politicamente, mas ele sabia que eu era um bom professor, e ele era um cara de direita, mas não era burro, aliás, é ingenuidade achar que todo cara de direita é burro. Ele sabia que tendo professores, mesmo de esquerda, mas competentes, era o que ia segurar o curso. Quando ele começou a abrir mão desse pessoal de qualidade o curso começou a cair. Isso marcou muito na minha história: tive chefias que sempre respeitaram o meu trabalho. Exceto na Unip.

Como vocês vêem, esta não é uma historia para quem está procurando situações extremas, mas penso que se trata de uma vida com muita coerência, coragem, mesmo nos momentos de medo (risos). Houve situações muito complicadas, principalmente no período da repressão.

Eu não sei como a Comissão da Verdade vai fazer, porque, eu acho que o problema central desta publicação não pode ser só focado na tortura. Houve tanta coisa ruim que fizeram para esse país, as divisões, pessoas em postos chave que tiveram seus processos interrompidos, o retrocesso histórico e social, a interrupção do sonho de toda uma geração, etc. Tudo isso também conta!



THEREZINHA CAMPANILLO FERRAZ

Depoimento escrito entregue ao CRP-06 (São Paulo).

PERSEGUIÇÃO POLÍTICA EM DUAS SITUAÇÕES

Primeira: Em 1967, impedida de fazer o curso de Ciências Físicas e Biológicas na Faculdade de Filosofia. Aplicaram testes psicológicos para a eliminação de lideranças estudantis.

Segunda: Em 1981, já psicóloga da Prefeitura Municipal de São Paulo, foi colocada à disposição e posteriormente demitida por causa da organização do I Encontro de Mulheres de Campo Limpo.

RELATO

PRIMEIRA SITUAÇÃO - 1967

Em 1965, eu tinha 24 anos e trabalhava durante o dia no Banco Moreira Salles S/A, em Santos. Era, também, participante das reuniões, assembleias e passeatas organizadas pelo Sindicato dos Bancários de Santos, que pretendia acabar com o trabalho aos sábados, além de outras reivindicações.

À noite, trabalhava como secretária no setor de ensino da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), em Cubatão. Naquela época era, também, Diretora Social do Centro dos Estudantes de Santos, considerado, pela ditadura militar, um foco de comunistas.

No final de 1965, deixei o banco e assumi o cargo de escriturária, por concurso, na Prefeitura Municipal de Santos.

Em 1967, pretendendo fazer faculdade, fui impedida pelo reitor, Dom Manoel Pestana Filho - padre Pestana e pelo vice-reitor Padre Américo Soares. Esses dirigentes tinham professoras (es) e alunos (as) fortemente ligados à Igreja e pertencentes ao que chamávamos de CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e sob a orientação de uma “psicóloga” prestaram-se a aplicar testes psicológicos de fachada como instrumento de eliminação de candidatos indesejáveis.

Esse grupo agiu, portanto, como repressor, atendendo às ordens do então ministro da Justiça, professor Luiz Antônio Gama e Silva, que determinou às universidades que elas se organizassem no sentido de

impedir que qualquer liderança estudantil fosse adiante ao que tocava às suas manifestações públicas, reuniões, congressos etc.

Portanto, a FFCL (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras) de Santos acatou a resolução do ministro e usou a Psicologia para justificar a eliminação de um grupo de 10 estudantes que, em sua maioria, tinham uma história de liderança estudantil.

COMO SE DERAM OS FATOS

Após ter tomado ciência de minha eliminação, os demais estudantes e eu, excluídos, nos reunimos e exigimos da direção da faculdade uma explicação para o fato. Foi marcada uma entrevista individual com o vice-diretor, Padre Américo, o qual deveria nos explicar o porquê da eliminação.

Sob a alegação de que não tínhamos condições de personalidade e emocionais para dar aulas para crianças e adolescentes, diversos foram os motivos apresentados como: raciocínio confabulatório (?!?!), homossexualismo, nível de inteligência abaixo da média.

Eu, pessoalmente, quando fui chamada para entrevista, Padre Américo pegou meu teste e teve uma expressão de surpresa. Virou e revirou a folha e falou sobre a orientação que certamente havia recebido: “Não importa, nem você nem seu irmão vão fazer faculdade em Santos”. Meu teste estava em suas mãos sem nenhuma anotação. Daí sua expressão inicial de surpresa.

Uma amiga que também foi eliminada, quando chegou para a entrevista, estranhou que o padre, em vez de dar a justificativa de sua eliminação, lhe perguntou: “Você conhece Therezinha Campanille? Conhece os pais dela? Conhece o seu irmão, João José? Frequenta a sua casa?”. Ela acabou saindo de lá sem entender nada!

Meu irmão, portanto, também foi impedido de fazer faculdade em Santos. Passou a ser caçado pela polícia federal.

Um dia, dois agentes estiveram lá em casa. Bateram e minha mãe abriu a porta. Sem convite, eles invadiram a casa. Ainda hoje vejo minha

mãe abrindo a porta e eles entrando. Nessa hora meu irmão fugiu; pulou o muro da vizinha e foi embora. Foi para São Paulo; não voltou mais para Santos.

Quando minha mãe tomou consciência que foi ela quem abriu a porta para que a polícia prendesse seu filho, desequilibrou-se emocionalmente. De descendência italiana, com forte apego aos filhos, não admitia ter facilitado as coisas. Sofreu muito. Ficou traumatizada. Precisou procurar o auxílio de um psiquiatra, Dr. Aníbal Marques, que além da medicação a aconselhava a deixar a casa queimar. Dizia ele calmamente diante de suas queixas/preocupações: “Dona Armília, deixa queimar!”, uma alusão a que ela não se preocupasse tanto com as coisas.

Voltando ao relato de minha situação, quero salientar que a eliminação das lideranças estudantis usando o recurso da aplicação de testes psicológicos foi de uma brutalidade sem limites.

Os alunos das faculdades comentavam; vários setores da sociedade discutiam o fato; reportagens nos jornais com nossos nomes nos afastaram de muitos amigos/conhecidos e... a marca ficou!

Embora saiba, hoje, com clareza, que os motivos foram políticos, sequelas emocionais ficaram por muito tempo e acredito que ainda permanecem, evidenciando-se toda vez que me aprofundo na lembrança daquele período traumático de minha vida.

Lembro ainda que os testes, inclusive o teste de Rorschach, foram aplicados no Colégio Santista que ficava na rua 7 de Setembro, tendo em cada sala cerca de 25 ou 30 candidatos e, no momento de sua aplicação, havia no pátio do colégio uma banda musical ensaiando e a algazarra de uma partida de futebol.

ENCAMINHAMENTO

O grupo eliminado recorreu a vários políticos, apelou para o bispo D. Davi Picão, contratou advogado para nos defender, mas não obteve resultado. A decisão foi irrevogável. Estávamos eliminados!

MINHA VIDA MUDOU TOTALMENTE

O curso pretendido na faculdade era de Ciências Físicas e Biológicas e para não ser prejudicada em minhas aspirações, prestei vestibular em Mogi das Cruzes, passei, larguei todas as minhas atividades em Santos, pedi demissão da Prefeitura e fui para lá com a cara, a coragem e sem emprego até meados de 1968, quando comecei a dar aulas excedentes no Instituto Estadual de Educação Dr. Washington Luís.

É importante salientar que a minha eliminação sob a alegação de comprometimento emocional e de personalidade calou muito fundo em mim (embora tendo a consciência de que se tratava de um ato político). Passei muito tempo procurando respostas que me dessem a certeza de que não possuía nenhuma patologia que me impedisse de ser professora.

PROVIDÊNCIAS

Em 1970, já tendo terminado a Faculdade de ciências procurei em São Paulo um Instituto de Psicologia credenciado (esqueço o nome) e me submeti a uma bateria completa de testes, pagando na época uma fortuna para meu orçamento.

Nada constando nos testes, ainda assim, não me tranquilizei. Entrei na Faculdade São Marcos para fazer o curso de Psicologia (1971).

Um dia, ouvi falar de um hipnólogo famoso em São Paulo. Procurei-o e relatei-lhe minha história. Queria submeter-me a hipnose e acabar com lembranças desses fatos desagradáveis que me traziam sofrimento. Ele me ouviu com atenção e no final me disse que meu caso não seria com ele. Deu-me, então, o endereço de um médico psiquiatra que poderia me ajudar: Doutor Paulo Fraletti!

Quem lê este relato e interessa-se pela história da ditadura militar no Brasil certamente conhece ou já ouviu falar no Dr. Paulo Fraletti e nos seus serviços de tortura a presos e perseguidos políticos, no hospital psiquiátrico do Juquery, onde era diretor. Eu não o conhecia! Seu consultório ficava perto da praça da República, centro de São Paulo.

No dia marcado, fui à consulta e o que se passou foi muito traumático, muito assustador. Ele me recebeu e mandou-me deitar em um divã cuja parede em frente exibia seus diplomas. Enquanto estudante de Psicologia, estranhei, pois entendia que a técnica de deitar no divã é facilitadora de pensamentos e imagens mentais, sem qualquer outro estímulo.

Relutei em me deitar. Queria inicialmente conversar com ele para explicar-lhe o porquê de ter vindo ao seu consultório. Ele insistiu. Eu, então, acatei e comecei a falar me referindo ao médico seu amigo, que havia me encaminhado a ele.

O diálogo se deu mais ou menos assim:

Eu – Doutor, eu procurei o seu amigo (não me recordo o nome) para resolver meus problemas, mas ele me disse que meu caso seria com o senhor. Agora, eu penso que vocês poderiam. . .

Quando eu falei vocês, o homem ficou louco, louco, completamente alterado, gritando.

PF - Vocês não. Eu ensino meus filhos, quando põem os pés para fora de casa é senhor para todo mundo. Eu não preciso trabalhar, tenho muitas propriedades... É por causa de pessoas como a senhora que o mundo está como está. E ponha-se daqui para fora. Eu não atendo a senhora.

Ato contínuo encaminhou-se para a porta de saída; já eram cerca de 20h (estava sem secretária), pôs-me para fora do consultório batendo a porta na minha cara.

Fiquei no corredor completamente perdida, e tentando entender “onde foi que eu havia errado”

Hoje, tenho claro que antes de me receber ele já sabia da minha história de vida, daí a expressão - “por causa de pessoas como a senhora é que o mundo está como está”; portanto, sabia o que me levou a buscar ajuda em seu consultório foi uma situação traumática de perseguição política.

CONCLUSÃO

Ou este mundo é muito pequeno ou eles são em número bem maior do que pensamos, pois fui cair justamente no centro do furacão.

SEGUNDA SITUAÇÃO - 1981

Em 1974 me formei em Psicologia.

Em 1975, entrei na Prefeitura Municipal de São Paulo - Secretaria do Bem Estar Social. Em 1979, passei a supervisionar à noite os cursos do Mobral das regiões de Campo Limpo, Capão Redondo e Vila Remo.

Foi então que comecei a sentir o drama daquelas pessoas que iam para a escola, depois de um dia de trabalho, tentar estudar; eram pessoas muito simples, pouco acostumadas a ter voz ativa, cansadas, mal alimentadas, pois saíam do trabalho e vinham direto para a escola; os homens até falavam um pouco, começavam a se colocar mais nas salas de aula, mas as mulheres nunca falavam.

Daí me veio a ideia de estimular as mulheres à participação fazendo um grande encontro com elas em que seria discutido um tema sobre o qual elas haviam demonstrado muito interesse e desconhecimento: Sexualidade e Direitos das Mulheres. Essa ideia foi tomando forma primeiramente no nome: Primeiro Encontro de Mulheres de Campo Limpo e as alunas, incentivadas à participação, foram instruídas a levar no dia do encontro lanches, água, refrigerantes para um almoço comunitário. Era março de 1981 e as alunas foram ficando cada vez mais motivadas. Perto do dia Internacional da Mulher – 8 de março – já era um encontro ansiosamente esperado.

Tudo transcorria bem.

Entramos em contato com o Instituto Concórdia, em Campo Limpo, local escolhido para realização do evento; a direção do instituto concordou, mas solicitou um ofício da Supervisora da Supervisão Regional de Serviço Social onde eu trabalhava; providenciamos ofícios destinados ao Instituto Concórdia e à Polícia Militar solicitando policiamento para garantir a segurança no dia do encontro.

Naquela época, o Secretário da Secretaria da Família Bem-estar Social era o coronel José Ávila da Rocha, o prefeito Reinaldo de Barros e o governador era o Paulo Maluf. Quando eles souberam da movimentação toda em torno do Primeiro Encontro de Mulheres de Campo Limpo, entraram em contato com a Supervisora, que negou conhecimento,

embora estivesse ciente e assinado os ofícios. Então, veio a ordem da Secretaria do Bem Estar Social. O encontro estava proibido.

Logo começou uma corrida para desmobilização dos núcleos cujas mulheres iriam participar do encontro. Foram feitos vários telefonemas, vários contatos com os monitores do Mobral, informando as ordens do Secretário coronel José Ávila da Rocha.

No dia marcado para o encontro, mandaram uma tropa com cavalaria para as portas do Instituto Concórdia e, assim, as mulheres que não chegaram a tomar conhecimento da proibição do encontro e se dirigiram para o local, foram impedidas de entrar no instituto.

Lideranças do movimento feminista que compareceram para nos ajudar nas oficinas que seriam desenvolvidas no encontro participaram daquela grande decepção.

Dava pena ver a desmobilização. Algumas mulheres iam descendo a alameda olhando para os policiais e para as companheiras com lágrimas nos olhos.

Esse Primeiro Encontro de Mulheres de Campo Limpo repercutiu muito. Deu muito que falar e chamaram-me no gabinete do Secretário. Muitos alunos do Mobral foram também, solicitando a continuidade do trabalho que vinha sendo realizado naquela região.

Lá, José Olintho, assessor do coronel, recebeu-me e informou que se alguma nota sobre a suspensão do Encontro de Mulheres saísse na imprensa, eu seria demitida da Prefeitura.

No dia 09/03/1981 a apresentadora Marília Gabriela, da TV Mulher, lia o editorial do dia e informou: “Ontem a Prefeitura de São Paulo suspendeu a realização do Primeiro Encontro de Mulheres de Campo Limpo”.

Nesse momento, eu estava em casa tomando um cafezinho e quase derrubei xícara, tal foi meu espanto. Fiquei desconcertada. Estava demitida!

Então começou o processo para me mandar embora da Prefeitura.

Primeiramente, eles optaram por me afastar de Campo Limpo colocando-me à disposição do P.M.P. - Programa de Movimentação do

Pessoal, para o qual eram encaminhados funcionários com problemas, professores com stress, servidores alcoólatras etc.

Fiquei no P.M.P. um bom período, encostada, até que o processo no qual inicialmente me citava como uma funcionária cujo “trabalho não convinha à Prefeitura” chegasse ao seu final, propondo minha demissão.

Nesse período o prefeito mudou. Foi eleito o Mario Covas, em 1983.

Um dia, chegou ao P.M.P. o comunicado de minha demissão da Prefeitura; pediram que eu assinasse a carta de demissão. Não assinei. Recorri a meu irmão, aquele citado anteriormente, e, ele sendo amigo do prefeito Mario Covas conseguiu explicar-lhe o problema. O prefeito, então, anulou o ato que me demitia. Permaneci na Prefeitura até 1992, quando me aposentei.

ADENDO 1

Algum tempo depois solicitei à PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL, AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA, uma certidão que comprovasse se havia algo contra mim nessa instituição.

Eles me enviaram uma certidão que aponta situações que estão sob análise, sobre o meu comportamento:

1) “Foi uma das debatedoras sobre o tema Sexualidade e Interesses Sexuais na Infância e Adolescência acontecido durante o Terceiro Congresso Estadual de Educação, realizado em São Paulo, nos dias 27, 28 e 29 de março de 1985”.

Ora, isso aqui pra mim é motivo de orgulho; não é motivo de punição.

2) “Participou do Oitavo Encontro Nacional Feminista realizado em Petrópolis, Rio de Janeiro, no período de 7 a 10 de agosto de 1986”.

Nesse Encontro Nacional Feminista eu trabalhava com as mulheres usando o recurso da música, dança, expressão corporal nas oficinas do Projeto Sexualidade com Prazer.

3) “Durante o IX Encontro Nacional Feminista, realizado em Garanhuns, Pernambuco, no período de 3 a 6 de setembro de 1987, foi

responsável pelo grupo de trabalho “Sexualidade com Prazer”.

4) “Participou do X Encontro Nacional Feminista, realizado em Bertioga, São Paulo, no período de 14 a 17 de setembro de 1989”.

Nesse encontro, também trabalhei na oficina Sexualidade com Prazer, envolvendo as mulheres que falavam de seus problemas; caminhávamos, cantávamos, tipo uma terapia comunitária.

ADENDO 2

Documento da Câmara Municipal de São Paulo - Cumprimentos com votos de júbilo e congratulações ao brilhante trabalho realizado pelo grupo Sexualidade com Prazer.

COMENTÁRIO

É, estamos sempre querendo acreditar na vida, no ser humano; tinha um objetivo e aquele objetivo para mim era muito forte, eu acho que direitos humanos são indiscutíveis; por exemplo, há muita gente que acha que aqueles 117 presos que foram fuzilados lá no Carandiru mereceram: “Ah, eles mereciam coisa assim”.

É forma de pensar dessas pessoas; não se colocar no lugar do outro; é achar que se é pobre, é negro, é favelado, é nordestino tem que ter um tratamento diferenciado do rico ladrão. E acaba sendo a vitória do preconceito. Entendemos que, de forma alguma, aquele massacre na penitenciária do Carandiru poderia ter acontecido, visto que eles estavam sob a custódia do Estado, então não cabe ao Estado ser executor provocando uma situação daquelas; eles já estavam cumprindo pena, não tem porquê, não existe porquê a polícia ter agido assim. Mas há pessoas que forçam e quando essas pessoas se reúnem elas formam uma barreira muito forte para as ideias não passarem, ideias mais humanistas não passam, não passam!

Quando se pensa em dar o mínimo de condições ao miserável (bolsa família), ao negro (cotas), à mulher (ganhar o mesmo salário que o homem na mesma função), não tem porquê. Eles não aceitam. Até de

fachada podem aceitar. É o comportamento politicamente correto, mas no fundo, na votação secreta, não aceitam não, e então a nossa luta continua para modificar essa situação de discriminação.

Hoje em dia, eu estou trabalhando como psicóloga no Geledés - Instituto da Mulher Negra, fortalecendo a autoestima das mulheres que sofrem violência. Essas mulheres, grande maioria negras de camadas sociais menos favorecidas, participam de cursos para a formação de lideranças comunitárias e recebem, além do reforço na autoestima, noções de cidadania, direitos humanos, leis trabalhistas etc. São as Promotoras Legais Populares, pessoas que não tiveram maiores oportunidades na vida e que conseguem gradativamente ir crescendo, chegando até a faculdade, dando um rumo à vida, muitas tornando-se pessoas especiais dentro de comunidades carentes. As regiões atendidas até hoje são Itaquerá, Guaianazes, São Mateus e, agora, Vila Brasilândia.

CONCLUSÃO

Analisando as duas situações aqui relatadas de perseguição política, concluo que a pior, a mais pesada, a mais traumatizante foi a primeira, por causa da aplicação dos testes psicológicos, pois até hoje encontro pessoas que acompanharam os fatos naquela época e posso lhes garantir que a sensação é muito desagradável.

Portanto, eu gostaria que o Estado reconhecesse a situação dos perseguidos políticos e definitivamente assumisse que foi o responsável por todos os transtornos emocionais, morais e materiais provocados em minha vida.









**Conselho
Federal de
Psicologia**
**Conselhos
Regionais de
Psicologia**

Comissão Nacional de Direitos Humanos do
Conselho Federal de Psicologia

Comissões de Direitos Humanos dos
Conselhos Regionais de Psicologia

APOIO



**Conselho Regional
de Psicologia SP**

ISBN 978-85-89208-60-4



9 788589 208604